

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de
Ações Ordinárias e Ações Preferenciais de Emissão da



METALÚRGICA GERDAU S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 92.690.783/0001-09

Avenida Farrapos, 1811
90220-005 – Porto Alegre, RS

Código ISIN: Ações Ordinárias “BRGOAUACNOR1” e Ações Preferenciais “BRGOAUACNPR8”

Código de Negociação no Nível 1 da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. - BVSP (“BOVESPA”): Ações Ordinárias “GOAU3” e Ações Preferenciais “GOAU4”

6.432.905 Ações Ordinárias

11.111.381 Ações Preferenciais

Valor da Distribuição: R\$1.374.594.808,10

Preço por Ação Ordinária: R\$78,35 e Preço por Ação Preferencial: R\$78,35

A Metalúrgica Gerdau S.A. (“Companhia”) está realizando uma oferta pública de distribuição primária de 6.432.905 novas ações ordinárias (“Ações Ordinárias”) e 11.111.381 novas ações preferenciais (“Ações Preferenciais”) e, em conjunto com as Ações Ordinárias, “Ações”), nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, com a exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), que compreenderá a distribuição pública primária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sujeita a registros na CVM, nos termos da Instrução CVM nº.400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA” ou “Coordenador Líder”), e do Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan”) e, em conjunto com o Itaú BBA, “Joint Bookrunners”) com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários a serem por eles contratadas, e de sociedades corretoras que atuam como intermediárias em operações na BOVESPA que farão parte exclusivamente do esforço de colocação de Ações a Investidores Não-Institucionais e a Acionistas da Companhia. Serão realizados, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior, pelo Itaú USA Securities Inc. (“Itaú Securities”) e pelo J.P. Morgan Securities Inc. (“J.P. Morgan Securities”) e em conjunto com o Itaú Securities, “Agentes de Colocação Internacional”), exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, dos Estados Unidos da América, conforme alterada (“Regra 144A” e “Securities Act”, respectivamente), nos termos de isenções de registro previstas no Securities Act, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do Securities Act editado pela Securities and Exchange Commission (“Regulamento S” e “SEC”, respectivamente), e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 e alterações posteriores (“Resolução n.º 2.689/00”) e da Instrução CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000 e alterações posteriores (“Instrução CVM n.º 325/00”) e “Oferta”, respectivamente).

A Companhia concedeu, nos termos do artigo 24, caput da Instrução CVM 400, ao Coordenador Líder, uma opção a ser exercida, total ou parcialmente, para a subscrição de um lote suplementar de 1.666.707 ações preferenciais equivalente a até 15% das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (“Opção de Ações Suplementares”), destinada exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta e que poderá ser exercida no prazo de até 30 (trinta) dias contado a partir da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta, inclusive, após a assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Colocação de Ações de Emissão da Metalúrgica Gerdau S.A. (“Contrato de Colocação”), nas mesmas condições e preço das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida a exclusivo critério do Coordenador Líder, desde que a decisão de sobrecolocação das Ações, no momento da precificação da Oferta, tenha sido tomada em comum acordo pelo Coordenador Líder e pelo J.P. Morgan.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽²⁾⁽³⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽³⁾⁽⁴⁾
Ações Ordinárias.....	78,35	1,07	77,28
Ações Preferenciais.....	78,35	1,07	77,28
Total.....	1.374.594.808,10	18.769.220,44	1.355.825.588,67

⁽¹⁾ O Preço das Ações Ordinárias é o mesmo preço de distribuição das Ações Preferenciais, conforme Parecer de Orientação CVM nº 1, de 27 de setembro de 1978 e Parecer de Orientação CVM nº 5, de 3 de dezembro de 1979.

⁽²⁾ Sem dedução das despesas da Oferta.

⁽³⁾ Os valores acima indicados não incluem as Ações Suplementares.

A realização, termos e condições da Oferta foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 3 de março de 2008, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em 04 de março de 2008, no jornal “Gazeta Mercantil”, em 04 de março de 2008, e no “Jornal do Commercio do Rio Grande do Sul”, em 4 de março de 2008. A fixação do Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração na data deste Prospecto e a respectiva ata será publicada no jornal “Gazeta Mercantil” e no “Jornal do Commercio do Rio Grande do Sul” em 25 de abril de 2008 e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 26 de abril de 2008.

Registro da Oferta na CVM: CVM/SRE/REM/2008/005, em 25 de abril de 2008.

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Companhia emissora, bem como sobre as Ações Ordinárias e Preferenciais a serem distribuídas”.

Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 43 a 51 deste prospecto para discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à subscrição das Ações.



“A(O) presente oferta pública/programa foi elaborada(o) de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5032012, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública/programa, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública/programa”.

Joint Bookrunners



Coordenador Global e Coordenador Líder



Coordenadores



Coordenadores Contratados



A data deste Prospecto Definitivo é 24 de abril de 2008.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

DEFINIÇÕES E TERMOS TÉCNICOS.....	3
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA.....	14
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....	15
Companhia	15
Coordenador Líder.....	15
Consultores Legais	15
Da Companhia	15
Do Coordenador da Oferta.....	15
Auditores da Companhia	16
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS	17
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES.....	18
Geral	18
Capacidade Instalada e Volume de Vendas	19
Arredondamento	19
SUMÁRIO DA COMPANHIA	20
Visão geral	20
Indicadores Financeiros e Operacionais	22
Pontos Fortes	23
Produção de baixo custo de produtos de aços longos no Brasil.....	23
Localização geográfica diversificada de nossa produção e distribuição de aço	23
Capacidade de responder a eventual desaquecimento no mercado doméstico por meio de exportações	23
Diversificação de processos de produção e ampla gama de fornecedores	24
Integração vertical no mercado siderúrgico	24
Alta qualidade de gestão	25
Estratégia de Negócios	25
Aumentar nossa presença nos mercados globais por meio de aquisições e crescimento orgânico	25
Continuar maximizando a proximidade a nossos clientes por meio da produção descentralizada	26
Manter diversas fontes de matérias-primas de maneira a minimizar a dependência a fornecedores e matérias-primas específicas	26
Ampliar o mix de nossos produtos e aumentar nossa participação de mercado dos produtos de maior valor agregado	26
Manter o foco em tecnologia e operações eficientes.....	27
Acontecimentos Recentes	27
Estrutura Societária do Grupo Gerdau	29
RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	31
Demonstrações Consolidadas de Resultado	32
Balanço Patrimonial Consolidado.....	33
Outras Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas	34
SUMÁRIO DA OFERTA.....	36
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER	42
FATORES DE RISCO.....	43
Riscos Relacionados ao Brasil.....	43

Índice

Riscos Relacionados à Companhia e ao Setor de Aço	45
Riscos Relacionados à Oferta e às Ações	49
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....	52
Composição Atual do Capital Social	52
Descrição da Oferta	52
Fixação do Preço das Ações	53
Cotação das Ações	54
Custos de Distribuição	57
Aprovações Societárias.....	57
Público Alvo da Oferta	57
Cronograma e Procedimentos da Oferta	58
Prazo de Distribuição.....	65
Liquidação.....	66
Inadequação de Investimento nas Ações	66
Contrato de Colocação e <i>Placement Facilitation Agreement</i>	66
Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	67
Restrições à Negociação das Ações (<i>Lock-Up</i>).....	68
Estabilização do Preço por Ação Preferencial.....	68
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	68
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação	69
Suspensão e Cancelamento da Oferta	70
Relacionamento entre a Companhia, os Joint Bookrunners, os Coordenadores da Oferta e os Coordenadores Contratados.....	70
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	74
Informações Complementares da Oferta	74
Instituições Participantes da Oferta	75
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	77

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

CAPITALIZAÇÃO	81
DILUIÇÃO	82
INFORMAÇÃO SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS	85
Ações	85
Cotação das Ações	85
Debêntures	86
Bônus Perpétuo	87
Bônus de 10 Anos	87
Negociação na BOVESPA.....	87
Regulamentação do Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários	88
Regulamentação de Investimentos Estrangeiros	89
Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA	89
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS.....	91
Demonstrações Consolidadas de Resultado	92
Balanço Patrimonial Consolidado.....	93
Outras Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas	94

Índice

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS.....	96
Geral.....	96
Visão geral.....	96
Principais Fatores que Afetam Nossos Resultados Operacionais	97
Conjuntura Econômica Brasileira	97
Conjuntura Econômica Americana	99
Nosso Nível de Exportação	101
Custos de Produção.....	101
Eventos relevantes que afetaram o desempenho financeiro em 2007, comparado ao de 2006.....	102
Aquisições.....	102
Outros Eventos Relevantes	102
Sazonalidade dos Negócios da Companhia	102
Principais Práticas Contábeis	102
Geral.....	102
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	103
Benefícios de Pensão e Pós-Emprego.....	103
Passivos Ambientais.....	104
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	104
Vida Útil de Ativos de Longa Duração	104
Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos Não-Cotados	104
Avaliação de Ativos Adquiridos e Passivos Assumidos nas Combinações de Negócios.....	105
Avaliação das relações de negócios referidas a empresas adquiridas para fins de consolidação	105
Teste de deterioração do ágio	105
Resultados Operacionais.....	105
Geral.....	105
Principais alterações nas contas de resultado	106
Alterações nos Principais Grupos de Contas Patrimoniais	109
Liquidez e Recursos de Capital	115
Endividamento	115
Geral.....	115
Dívida de curto prazo acrescida da parcela corrente da dívida de longo prazo e debêntures	117
Longo prazo	117
Contratos Financeiros.....	118
Obrigações Financeiras	122
Visão Geral.....	122
Debêntures Brasileiras	122
Financiamento do BNDES	122
Senior Notes da Gerdau Ameristeel e Linha de Crédito Sênior Garantida	122
Derivativos, Operações Não Registradas no Balanço Patrimonial e Obrigações Contratuais	123
Investimentos de Capital.....	125
Aquisições de Participações Acionárias.....	126
Grupo Feld S.A. de C.V. (Gerdau GTL México, S.A. de C.V.)	126
Multisteel Business Holdings Corp.	126
Siderúrgica Zuliana C.A.	127
Valley Placers, Inc.....	127

Índice

SJK Steel Plant Limited	127
D&R Steel, LLC	127
Chaparral Steel Company	127
Enco Materials Inc.	128
Corsa Controladora, S.A. de C.V.	128
Trefilados de Urbina, S.A. – Trefusa	128
Quanex Corporation	128
Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda.	128
Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.	129
Outros Investimentos de Capital.....	129
Principais Dispendios de Capital em Progresso Atualmente.....	129
Informações Quantitativas e Qualitativas sobre os Riscos de Mercado	130
Eventos Subseqüentes.....	131
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS	133
Introdução.....	133
Crítérios Utilizados na Elaboração das Informações Financeiras Pro Forma	133
Demonstração do resultado combinado condensado Pro Forma não auditado.....	134
Notas para a demonstração do resultado condensado combinado Pro Forma não auditada	134
VISÃO GERAL DO SETOR	137
Visão Geral do Setor Siderúrgico Mundial	137
O Setor Siderúrgico Brasileiro	138
Visão geral.....	138
Demanda doméstica	139
Participantes do mercado.....	140
Exportações e Importações	141
Matérias-primas	142
O Setor Siderúrgico na América do Norte	143
Visão geral.....	143
Consolidação.....	143
Matérias-primas	143
Regulamentação e Legislação.....	144
Legislação Ambiental Brasileira	144
Regulamentação Antitruste.....	146
ATIVIDADES DA COMPANHIA	147
Visão geral.....	147
Histórico	148
Reorganizações e Estrutura Societária	149
Pontos Fortes.....	151
Produção de baixo custo de produtos de aços longos no Brasil	151
Localização geográfica diversificada de nossa produção e distribuição de aço	151
Capacidade de responder a eventual desaquecimento no mercado doméstico por meio de exportações.....	152
Diversificação de processos de produção e ampla gama de fornecedores.....	152
Integração vertical no mercado siderúrgico	152
Alta qualidade de gestão.....	153
Estratégia de Negócios.....	153

Índice

Aumentar nossa presença nos mercados globais por meio de aquisições e crescimento orgânico	153
Continuar maximizando a proximidade a nossos clientes por meio da produção descentralizada	154
Manter diversas fontes de matérias-primas de maneira a minimizar a dependência a fornecedores e matérias-primas específicas	154
Ampliar o mix de nossos produtos e aumentar nossa participação de mercado dos produtos de maior valor agregado	154
Manter o foco em tecnologia e operações eficientes.....	155
Produtos	155
Produtos Laminados de Aços Longos Comuns.....	155
Aço Bruto (Placas, blocos e tarugos).....	155
Produtos Trefilados	156
Produtos de Aços Especiais.....	156
Produtos de Aços Planos.....	156
Operações.....	156
Visão Geral.....	156
Operações no Brasil	157
Visão Geral.....	157
Exportações	158
Operações na América do Norte (exceto México).....	159
Operações na América Latina (exceto no Brasil).....	160
Visão Geral.....	160
Chile.....	160
Uruguai.....	160
Argentina.....	160
Colômbia.....	161
Peru	161
México	161
República Dominicana	161
Venezuela	161
Outras Operações Internacionais.....	161
Corporación Sidenor	161
Condições de Venda e Política de Crédito	161
Processo de Produção.....	162
Visão Geral.....	162
Mini-Mills	162
Instalações Integradas.....	163
Matérias-Primas	163
Visão Geral.....	163
Produtos Metálicos.....	164
Outros Insumos	166
Exigências de Energia Elétrica.....	167
Visão Geral.....	167
Brasil	167
América do Norte.....	168
Contratos de Concessão	168
Outros	168

Índice

Transporte.....	168
Controle de qualidade.....	169
Propriedades, Plantas e Equipamentos.....	169
BRASIL	170
EXTERIOR.....	171
Direitos de Mineração.....	172
Programas de Investimento	172
Visão Geral.....	172
Estrutura Organizacional.....	173
Grupo Gerdau	173
Principais Controladas	174
Empresas Consolidadas	174
Empresas com Controle Compartilhado e “Joint Ventures”	177
Empresas Associadas	178
Outros Negócios	178
Dona Francisca Energética S.A.	178
Margusa	178
Seiva	178
Concorrência.....	179
Visão Geral.....	179
Posição Competitiva – Brasil	179
Posição Competitiva – Global.....	180
Tecnologia.....	182
Seguros	183
Empregados e Relações Trabalhistas	183
Planos de Pensão	184
Responsabilidade Ambiental e Social.....	185
Prêmios e Reconhecimentos	187
IR Magazine Awards Brazil.....	187
IR Global Ranking	187
“Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – Troféu Transparência”	188
Prêmio APIMEC.....	188
Sólida Condição Financeira	188
Sazonalidade de Nossos Negócios	188
Dependência de Nossos Negócios.....	188
Efeitos Relacionados à Regulamentação Governamental.....	189
Regulamentação Governamental e Outros Aspectos Legais.....	189
Regulamentação Ambiental.....	189
Investigações Comerciais e Protecionismo Governamental	190
Permissão de Exploração de Minas	190
Processos Legais	191
Visão Geral.....	191
Contingências Tributárias.....	191
Contingências Trabalhistas.....	193
Contingências Cíveis e Outras	193

Índice

ADMINISTRAÇÃO.....	197
Geral.....	197
Conselho de Administração	197
Diretoria	200
Comitê Executivo.....	201
Comitê de Excelência	202
Conselho Fiscal	203
Ações de Titularidade de Nossos Administradores.....	206
Plano de Opção de Compra de Ações.....	207
Contratos com Administradores	208
Remuneração dos Administradores	208
Relação familiar entre nossos Administradores	209
Outros	209
PRINCIPAIS ACIONISTAS	210
Participação em nosso Capital Social.....	210
Descrição de nossos Principais Acionistas e Estrutura de Controle	211
Acordo de Acionistas	211
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	212
Empréstimos.....	212
Operações Comerciais.....	212
Administração de Nossos Fundos de Investimentos	212
Garantias e Avais	212
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA.....	214
DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	215
Geral.....	215
Capital Social	215
Histórico do Capital Social	215
Ações em Tesouraria	215
Direitos das Ações	216
Assembléias Gerais.....	216
Conselho de Administração	219
Direito de Retirada e Resgate.....	220
Registro das Ações	221
Direitos de Preferência e de Prioridade	222
Operações de Compra de Ações de nossa Própria Emissão.....	222
Divulgação de Informações.....	223
Cancelamento do Registro de Companhia Aberta.....	226
Saída do Nível 1	226
DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS	227
Política de Dividendos.....	227
Valores Disponíveis para Distribuição.....	227
Dividendo Obrigatório.....	229
Distribuição de Dividendos.....	230
Juros sobre o Capital Próprio	230

Índice

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	231
IBGC	231
Segmentos Especiais de Negociação da BOVESPA.....	232
Conselho de Administração	232
Conselho Fiscal	233
Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Aumento de Capital.....	233
Alienação do Controle	233
Negociações de Valores Mobiliários e seus Derivados por Administradores, Controladores e Membros do Conselho Fiscal.....	233
Cancelamento do Registro de Companhia Aberta.....	234
Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1	234
Auditores Independentes.....	234
Relacionamento com Investidores.....	234
Política de Divulgação de Informações ao Mercado.....	234
Informações Periódicas - Demonstrações de Fluxos de Caixa	235
Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR	235
Requisitos Adicionais para as Informações Anuais – IAN.....	236
Reunião Pública com Analistas.....	236
Calendário Anual	236
Contratos com o Mesmo Grupo.....	236

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras Consolidadas Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e Respectivos Pareceres dos Auditores Independentes	239
--	-----

4. ANEXOS

Estatuto Social da Companhia em sua Versão Atualizada.....	327
Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia Realizada em 3 de Março de 2008 Aprovando a Realização da Oferta	339
Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia Realizada em 24 de Abril de 2008 Aprovando o Aumento de Capital e a Fixação do Preço de Distribuição	343
Declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400	347
Informações Anuais – IAN Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 (somente as informações não constantes deste Prospecto).....	353

1. INTRODUÇÃO

- Definições e Termos Técnicos
- Informações Cadastrais da Companhia
- Identificação de Administradores, Consultores e Auditores
- Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras
- Apresentação das Informações Financeiras
- Sumário da Companhia
- Resumo das Demonstrações Financeiras
- Sumário da Oferta
- Fatores de Risco
- Informações sobre a Oferta
- Destinação dos Recursos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES E TERMOS TÉCNICOS

Neste Prospecto, os termos “Metalúrgica Gerdau”, “Companhia”, “nós” e “nosso” referem-se à Metalúrgica Gerdau S.A. e suas subsidiárias, exceto quando o contexto dispuser de forma diversa.

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles atribuídos nesta Seção, salvo referência diversa neste Prospecto.

Acionista Controlador	Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A., Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. e Gersul Empreendimentos Imobiliários Ltda., em conjunto.
Acionistas	Acionistas detentores de ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão, conforme sua posição de custódia na CBLC e no Banco Itaú S.A., verificada no fim do dia de 16 de abril de 2008.
Ações	Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, consideradas em conjunto. Quando aplicável, o termo Ações poderá incluir, ainda, as Ações Suplementares.
Ações Ordinárias	Ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto desta Oferta.
Ações Preferenciais	Ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto desta Oferta.
Ações Suplementares	Ações preferenciais a serem emitidas pela Companhia equivalentes a até 15,0% das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas, objeto da Opção de Ações Suplementares. Salvo se disposto de maneira diversa, as referências às Ações serão também referências às Ações Suplementares.
Agentes de Colocação Internacional	Itaú USA Securities Inc. e J.P. Morgan Inc., considerados em conjunto.
Agente Estabilizador	Itaú Corretora de Valores S.A.
AISI	<i>American Iron and Steel Institute.</i>
Análise Vertical ou AV	Quando relativa à conta de resultado, consiste em um percentual sobre o total da Receita Líquida de Vendas; quando relativa à conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo; e quando relativa à conta do passivo ou patrimônio líquido no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do passivo.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	Anúncio informando acerca do resultado final da Oferta, a ser publicado pelos <i>Joint Bookrunners</i> e pela Companhia, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.

Definições e termos técnicos

Anúncio de Início	Anúncio informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, a ser publicado pelos <i>Joint Bookrunners</i> e pela Companhia, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Retificação	Anúncio informando acerca da eventual revogação ou qualquer modificação da Oferta, a ser publicado pelos <i>joint Bookrunners</i> e pela Companhia, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400.
Aviso ao Mercado	Aviso publicado em 14 de abril de 2008 e republicado em 22 de abril de 2008, nos jornais Gazeta Mercantil e Valor Econômico, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Gerdau	Banco Gerdau S.A.
BONY	The Bank of New York Mellon.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP.
BR GAAP ou Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil as quais incluem os princípios e práticas contábeis estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, as regras da CVM, e as normas e pronunciamentos emitidos pelo IBRACON.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CAGR	Taxa de Crescimento Anual Composta (<i>Compound Annual Growth Rate</i>).
Câmara de Arbitragem do Mercado	Câmara de arbitragem instituída pela BOVESPA.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDB	Certificado de Depósito Bancário a prazo.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário a prazo.
Chaparral Steel	Chaparral Steel Company.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Código IBGC	Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Definições e termos técnicos

Comercial Gerdau	Controlada do Grupo Gerdau responsável pela distribuição da linha de produtos de aços longos, fabricados por suas unidades e aços planos, provenientes das demais siderúrgicas no país.
Comitê de Excelência	Comitê de Excelência da Companhia composto pelos Srs. Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter, Frederico Carlos Gerdau Johannpeter, André Gerdau Johannpeter e Breno Lucki.
CIF	<i>Cost, Insurance and Freight.</i>
Comitê Executivo	Comitê Executivo da Companhia composto pelos Srs. André Gerdau Johannpeter, Claudio Gerdau Johannpeter, Alfredo Huallem, Márcio Pinto Ramos, Mario Longhi Filho, Osvaldo Burgos Schirmer, Paulo Fernando Bins de Vasconcellos, Manoel Vitor de Mendonça Filho e Expedito Luz.
Companhia ou Metalúrgica Gerdau	Metalúrgica Gerdau S.A.
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia composto pelos Srs. Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter, Frederico Carlos Gerdau Johannpeter, André Pinheiro de Lara Resende, Affonso Celso Pastore, Oscar de Paula Bernardes Neto e André Gerdau Johannpeter.
Conselho Fiscal	Conselho Fiscal da Companhia composto pelos membros efetivos Srs. Carlos Roberto Schroder, Domingos Matias Urroz Lopes, Isabel da Silva Ramos Kimmelmeir, Roberto Frota Decourt, Artur Cesar Brenner Peixoto, e pelos membros suplentes Srs. Walter Ries, Pedro Floriano Hoerde, Ruben Rohde, Bruno Lowndes Dale Cabral de Menezes e Liliane de Moraes Vodopives Caselli.
Conselheiro Independente	Conforme o Regulamento do Novo Mercado, é o membro do Conselho de Administração que se caracteriza por: (i) não ter qualquer vínculo com nossa Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor de nossa Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada por nós; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos de nossa Companhia em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à nossa Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador de nossa Companhia; e (vii) não receber outra remuneração de nossa Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição).

Definições e termos técnicos

	Serão ainda considerados “Conselheiros Independentes” aqueles eleitos mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, as quais contemplam quoruns e formas para eleição de membros do Conselho de Administração pelos acionistas minoritários.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988 e alterações posteriores.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação e Garantia Firme de Liquidação e Colocação de Ações de Emissão da Companhia, celebrado entre a Companhia, os <i>Joint Bookrunners</i> e a CBLC, esta na qualidade de interveniente-anuente.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Preferenciais, celebrado entre a Companhia, o Coordenador Líder e Itaú Corretora de Valores S.A.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores	Banco Bradesco BBI S.A., Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. e Banco Santander S.A., considerados em conjunto.
Coordenadores Contratados	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. e Banco Morgan Stanley S.A., considerados em conjunto.
COPOM	Comitê de Política Monetária.
Corporación Sidenor	Corporación Sidenor, S.A.
Corretoras Consorciadas	Denominação atribuída às sociedades corretoras autorizadas, subcontratadas pelos <i>Joint Bookrunners</i> em nome da Companhia, para fazer parte do esforço de distribuição das Ações exclusivamente aos Investidores não institucionais e Acionistas da Companhia.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta, que ocorrerá no último dia do Período de Colocação.
Diaco	Diaco S.A.
Diretoria	Diretoria da Companhia composta pelos Srs. André Gerdau Johannpeter, Cláudio Gerdau Johannpeter, Osvaldo Burgos Schirmer, Mário Longhi Filho, Paulo Fernando Bins de Vasconcellos, Márcio Pinto Ramos, Alfredo Huallen, Manoel Vitor de Mendonça Filho, Expedito Luz e Geraldo Toffanello.
Dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos da América.

Definições e termos técnicos

DRI	<i>Direct Reduced Iron</i> ou Ferro Esponja.
EAF	<i>Electric Arc Furnace</i> ou Forno Elétrico a Arco
Estatuto Social	O Estatuto Social da Companhia, em sua versão atualizada.
EBITDA	O EBITDA é igual ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA em uma maneira diferente de nós. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA é um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA é uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.
Gerdau	Gerdau S.A.
Gerdau Aços Especiais	Gerdau Aços Especiais S.A.
Gerdau Aços Especiais Piratini	Unidade siderúrgica do Grupo Gerdau responsável pela fabricação e comercialização de aços especiais longos.
Gerdau Aços Longos	Gerdau Aços Longos S.A.
Gerdau Açominas	Gerdau Açominas S.A.
Gerdau América Latina Participações	Gerdau América Latina Participações S.A.
Gerdau Ameristeel	Gerdau Ameristeel Corporation.
Gerdau AZA	Gerdau AZA S.A.
Gerdau Comercial de Aços	Gerdau Comercial de Aços S.A.

Definições e termos técnicos

Gerdau Laisa	Gerdau Laisa S.A.
Governo Brasileiro	Governo Federal e os governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
Grupo Gerdau	A Companhia e suas subsidiárias, em conjunto.
GSB Acero	GSB Acero S.A.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBS	Instituto Brasileiro de Siderurgia.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> ou Normas Internacionais de Contabilidade promulgadas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> .
IGP-DI	Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna.
ISI	<i>International Iron and Steel Institute</i> .
Instituições Participantes da Oferta	Os <i>Joint Bookrunners</i> , Coordenadores, Coordenadores Contratados e as Corretoras Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrução CVM 325	Instrução da CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores, que dispõe sobre o registro, na CVM, de investidor não residente no Brasil, de que trata a Resolução CMN 2.689, dentre outras providências.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante, dentre outras providências.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores, que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.
Investidores Não-Institucionais	Investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento registrados na BOVESPA, residentes e domiciliadas ou com sede no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, e que tenham realizado Pedido de Reserva.

Definições e termos técnicos

Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, inclusive clubes de investimento registrados na BOVESPA cujas ordens específicas, no âmbito da Oferta, corresponderem a valores de investimento superiores ao limite de R\$300.000,00 para cada espécie de ação, estabelecido para Investidores Não-Institucionais, fundos de investimento, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência privada, pessoas jurídicas não financeiras com patrimônio líquido superior a R\$5,0 milhões e determinados investidores institucionais estrangeiros que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
<i>Joint Bookrunners</i>	Coordenador Líder e o J.P. Morgan, em conjunto.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
LATIBEX	Parte da Bolsa de Valores de Madri reservada para a negociação de valores mobiliários de empresas da América Latina.
Lei nº 4.131	Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, e alterações posteriores.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
<i>Mini-mills</i>	Usinas siderúrgicas que obtêm suas matérias-primas e comercializam seus produtos principalmente no mercado regional em que estão localizadas.
Nível 1	Segmento especial de listagem na BOVESPA, regido pelo Regulamento do Nível 1, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas do que as disposições da Lei das Sociedades por Ações, particularmente em relação à transparência na divulgação de informações. As principais regras relativas ao Nível 1 estão descritas de forma resumida no Prospecto Definitivo. A Companhia celebrou o Contrato de Participação no Nível 1 com a BOVESPA em junho de 2001.
Nível 2	Segmento especial de listagem da BOVESPA, com regras diferenciadas de governança corporativa.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BOVESPA, com regras diferenciadas de governança corporativa.

Definições e termos técnicos

Oferta	Distribuição pública primária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob a coordenação dos <i>Joint Bookrunners</i> , com a participação dos Coordenadores, Coordenadores Contratados e de sociedades corretoras que intermedeiam operações na BOVESPA, que farão parte exclusivamente do esforço de colocação de Ações a Investidores Não-Institucionais e a Acionistas conforme definidos abaixo. Significa, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior, realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, dos Estados Unidos da América, conforme alterada, nos termos de isenções de registro previstas no Securities Act, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do <i>Securities Act</i> editado pela SEC, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução nº 2.689/00 e da Instrução CVM nº 325/00.
Oferta de Varejo	Distribuição de Ações direcionada a Investidores Não-Institucionais.
Oferta Institucional	Distribuição de Ações direcionada a Investidores Institucionais.
Oferta Prioritária	Distribuição de Ações direcionada a Acionistas da Companhia.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder para a distribuição de um lote suplementar de até 1.666.707 Ações Suplementares, equivalente a até 15% das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pelo Coordenador Líder, total ou parcialmente, no prazo de até 30 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida a exclusivo critério do Coordenador Líder, desde que a decisão de sobrealocação das Ações, no momento da precificação da Oferta, tenha sido tomada em comum acordo pelo Coordenador Líder e pelo J.P. Morgan.
Pedido de Reserva	Solicitação de reserva por meio de formulário específico pelos Investidores Não-Institucionais e Acionistas, destinado à subscrição de Ações.
Período de Reserva	O período de 22 de abril de 2008, inclusive, e 23 de abril de 2008, inclusive, concedido aos Investidores Não-Institucionais para que efetuem seus Pedidos de Reserva.
Período de Reserva para a Oferta Prioritária	O período de 14 de abril de 2008, inclusive, a 23 de abril de 2008, inclusive, concedido aos Acionistas, para que efetuem seus Pedidos de Reserva.

Definições e termos técnicos

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam (i) administradores ou controladores de nossa Companhia, (ii) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta ou (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau, em conformidade com o disposto no artigo 55 da Instrução CVM 400.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
<i>Placement Facilitation Agreement</i>	Contrato Celebrado entre a Companhia e o Itaú Securities, Inc que estabelece as regras da colocação das Ações no exterior.
Práticas Contábeis Norte-Americanas ou U.S. GAAP	Princípios e práticas contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações, que será de até seis meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.
Preço por Ação	Preço por Ação Ordinária e Preço por Ação Preferencial, conjuntamente.
Preço por Ação Ordinária	Preço de subscrição das Ações Ordinárias no âmbito da Oferta, o qual é igual ao Preço por Ação Preferencial, conforme Parecer de Orientação CVM nº 1, de 27 de setembro de 1978, e Parecer de Orientação CVM nº 5, de 03 de dezembro de 1979.
Preço por Ação Preferencial	Preço de subscrição das Ações Preferenciais no âmbito da Oferta, a ser fixado após a finalização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, conduzido pelos <i>Joint Bookrunners</i> , nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações e conforme disposto no artigo 144 da Instrução CVM 400.
Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento	Processo de fixação do Preço de Distribuição e alocação das Ações entre Investidores Institucionais, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400, conduzido pelos <i>Joint Bookrunners</i> .
Prospecto Preliminar	Prospecto Preliminar da Oferta.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	O presente Prospecto Definitivo da Oferta.
Real, reais ou R\$	Moeda corrente no Brasil.
Regra 144A	<i>Rule 144A</i> do <i>Securities Act</i> .

Definições e termos técnicos

Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória.
Regulamento do Nível 1	Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Nível 1 da BOVESPA, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Regulamento do Nível 2	Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Nível 2 da BOVESPA, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado da BOVESPA, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Regulamento S	<i>Regulation S do Securities Act.</i>
Reorganização de 2005	Reorganização societária e operacional concluída em 29 de Julho de 2005 quando os acionistas da Gerdau Açominas aprovaram a cisão da companhia e incorporação do acervo líquido cindido nas empresas Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
SBQ	<i>Special Bar Quality.</i>
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos da América.
<i>Securities Act</i>	<i>U.S. Securities Act of 1933</i> , legislação norte-americana que regula operações de mercado de capitais, conforme alterada.
Serasa	Serasa S.A., sociedade voltada a análises e informações para decisões de crédito e apoio a negócios.
Sidelpa	Siderúrgica del Pacifico S.A.
Siderperú	Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A.
Sipar Aceros	Sipar Aceros S.A.
Sizuca	Siderúrgica Zuliana C.A.

Definições e termos técnicos

SRF	Secretaria da Receita Federal.
Termo de Anuência de Administradores	Termo de Anuência de Administradores por meio do qual os membros de nosso Conselho de Administração e Diretoria se responsabilizam pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 e o Regulamento do Nível 1.
Termo de Cessão de Direitos de Prioridade	Instrumento por meio do qual os Acionistas poderão formalizar a cessão, no todo ou em parte, dos seus respectivos direitos de prioridade na subscrição das Ações objeto da Oferta Prioritária, durante o Período para Cessão dos Direitos de Prioridade.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
Usina de Ouro Branco ou Ouro Branco	Unidade siderúrgica detida por Gerdau Açominas, localizada em Ouro Branco, Minas Gerais.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Metalúrgica Gerdau S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.690.783/0001-09, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE nº 43300001504.
Sede	Nossa sede social está localizada na Avenida dos Farrapos, nº 1811, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90220-005.
Diretoria de Relações com Investidores	Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Avenida Farrapos, 1.811, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O responsável por esta diretoria é o Sr. Osvaldo Burgos Schirmer. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é (0xx51) 3323-2000, o fax é (0xx51) 3323-2281 e o e-mail é inform@gerdau.com.br .
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007) e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006).
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	Nossas Ações Ordinárias e Ações Preferenciais são negociadas na BOVESPA sob os códigos “GOAU3” e “GOAU4”, respectivamente. No exterior, nossa controlada Gerdau mantém um programa de ADRs negociados sob o código “GGB” e ações preferenciais negociadas na LATIBEX sob o código “XGGB”. Para informações mais detalhadas, ver Seção “ <i>Informação sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos</i> ” na página 85 deste Prospecto.
Jornais nos quais divulgamos nossas informações	As publicações que realizamos em atendimento à Lei das Sociedades por Ações são divulgadas nos jornais Gazeta Mercantil de São Paulo, Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul.
Website na Internet	www.gerdau.com.br .
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos nossos acionistas é realizado por nosso agente escriturador, Banco Itaú S.A., localizado na Rua Boa Vista, 176, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no telefone (5511) 5029-1904.
Informações Adicionais	Quaisquer informações complementares sobre a nossa Companhia e a Oferta poderão ser obtidas junto (i) à nossa Companhia, em nossa sede social em Porto Alegre, (ii) ao Coordenador Líder, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, (iii) à CVM, na Rua Sete de Setembro nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinnati Braga nº 340, 2º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou (iv) à BOVESPA, na Rua XV de Novembro nº 275, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

COMPANHIA

Metalúrgica Gerdau S.A.
Avenida Farrapos, nº 1.811
Porto Alegre, RS, Brasil
Tel.: (55 51) 3323-2000
Fax: (55 51) 3323-2281
At.: Sr. Osvaldo Burgos Schirmer
www.gerdau.com.br

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar
São Paulo, SP, Brasil
Tel.: (55 11) 3708-8000
Fax: (55 11) 3708-8107
At.: Sr. Fernando Fontes Iunes
www.itaubba.com.br

Joint Bookrunner

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 14º andar
São Paulo, SP, Brasil
Tel.: (55 11) 3048-3700
Fax: (55 11) 3048-3760
At.: Sr. Altamir Silva
www.jpmorgan.com

CONSULTORES LEGAIS

DA COMPANHIA

Em Direito Brasileiro

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 11º andar
São Paulo, SP, Brasil
Tel.: (55 11) 3150-7000
Fax: (55 11) 3150-7071
At.: Sr. Flavio Roberto Penteadó Meyer

Em Direito Norte-Americano

Greenberg Traurig, LLP
200, Park Avenue
New York, NY, Estados Unidos da América
Tel.: (1 212) 801-9380
Fax: (1 212) 805-9380
At.: Sr. Ross Kaufman

DOS COORDENADORES DA OFERTA

Em Direito Brasileiro

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga
Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
São Paulo – SP 01403-001
Tel.: (55 11) 3147-7600
Fax: (55 11) 3174-7770
At.: Sr. Carlos Barbosa Mello

Em Direito Norte-Americano

Shearman & Sterling LLP
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 17º andar
São Paulo, SP, Brasil
Tel.: (55 11) 3702-2202
Fax: (55 11) 3702-2230
At.: Sr. André Béla Jánszky

Identificação de administradores, consultores e auditores

AUDITORES DA COMPANHIA

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Av. Carlos Gomes, nº 403, 12º andar
Porto Alegre, RS, Brasil
Tel.: (55 51) 3327-8800
Fax: (55 51) 3328-3031
At.: Sr. Fernando Carrasco

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Rua Mostardeiro, nº 800, 9º andar
Porto Alegre, RS, Brasil
Tel.: (55 51) 3378-1800
Fax: (55 51) 3328-1609
At.: Sr. Carlos Alberto de Sousa

A pessoa designada pelo Coordenador Líder para fins do disposto no artigo 33, parágrafo 3º, III da Instrução CVM 400 é o Sr. Fernando Fontes Iunes, brasileiro, casado e *managing director*.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

As declarações contidas neste Prospecto relacionadas com os nossos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros, estratégias e projeções constituem estimativas e declarações futuras, que estão fundamentadas, em grande parte, em nossas expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou poderiam afetar os nossos negócios.

Estimativas e declarações futuras envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, não são garantias de resultados, sendo que a nossa situação financeira e resultados operacionais, estratégia, posição competitiva e ambiente do mercado poderão diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão de inúmeros fatores. Estes fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- a conjuntura econômica, política e de negócios dos mercados em que atuamos, no Brasil e no exterior, inclusive demanda e preços dos produtos siderúrgicos;
- flutuações na taxa de juros, inflação e flutuações na taxa de câmbio do Real em relação ao Dólar e outras moedas nas quais vendemos uma parcela significativa de nossos produtos ou nas quais os nossos ativos e passivos estão denominados;
- nossa capacidade para contratar financiamentos em termos satisfatórios;
- forte concorrência nacional e internacional;
- preços e disponibilidade de matérias-primas;
- alterações no comércio exterior;
- alterações nas leis e regulamentos a que estamos sujeitos;
- escassez de energia elétrica e as medidas adotadas pelo Governo Federal em relação a essa escassez;
- desempenho dos setores e mercados siderúrgicos no Brasil e no exterior;
- concorrência mundial, nacional e regional no mercado siderúrgico;
- medidas protecionistas impostas pelos países importadores de aço; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Portanto, o nosso desempenho pode ser adversamente impactado e conseqüentemente se comprovar substancialmente diferente das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, sendo que elas não consistem em garantia de um desempenho futuro da Companhia. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear exclusivamente nas estimativas e declarações contidas neste documento para tomar uma decisão de investimento. Declarações que dependam ou estejam relacionadas a eventos ou condições futuras ou incertas, ou que incluam as palavras “acredita”, “antecipa”, “continua”, “espera”, “estima”, “planeja”, “pode”, “pretende”, “prevê” e suas variações, bem como palavras similares, têm por objetivo identificar estimativas e declarações futuras.

As estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas e declarações futuras, em razão de novas informações, eventos futuros, ou quaisquer outros fatores.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

GERAL

As informações financeiras contidas neste Prospecto foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, e incluídas neste Prospecto, junto com os respectivos pareceres dos auditores independentes. Todas as informações contábeis apresentadas no Prospecto foram baseadas em tais demonstrações financeiras consolidadas de nossa Companhia e nos correspondentes registros contábeis, exceto se de outra forma indicado.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 são apresentadas, neste Prospecto, de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB (conhecido como *International Financial Reporting Standards* – IFRS) e com sua apresentação consubstanciada na Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007.

Até 31 de dezembro de 2006, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia eram elaboradas e apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela CVM e estas práticas diferem, em algumas áreas, do IFRS. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2007, a Companhia modificou alguns métodos de contabilização, avaliação e consolidação, aplicados em BRGAAP, no intuito de cumprir as práticas adotadas no IFRS. Os dados comparativos referentes a 2006 foram revisados para refletir estes ajustes, à exceção daqueles correspondentes a isenções opcionais e obrigatórias, previstas pelo IFRS, conforme descrito nas notas explicativas 4.1.2 e 4.1.3 às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluídas nas páginas 266 e 267 deste Prospecto.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido, ao resultado e ao fluxo de caixa, estão demonstradas na nota explicativa 4 às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluídas neste Prospecto.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa 2.18 às demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste Prospecto. As estimativas utilizadas são baseadas no melhor julgamento da Administração da Companhia na data de tais demonstrações financeiras. O resultado real pode diferir das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Para maiores informações sobre as principais normas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas, ver nota explicativa 2 às nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas incluídas na página 245 deste Prospecto.

Apresentação das informações financeiras e outras informações

Nossas operações estão localizadas na Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Peru, Espanha, Uruguai, Estados Unidos e mais recentemente no México, República Dominicana, Índia e Venezuela. A moeda local é a moeda funcional dessas operações. As demonstrações financeiras dessas subsidiárias são convertidas da respectiva moeda funcional para Reais. Os ativos e passivos são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor no final de cada exercício. As taxas de câmbio médias são utilizadas na conversão das receitas, despesas, lucros e prejuízos na demonstração do resultado. As contribuições de capital, as operações com ações em tesouraria e os dividendos são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data das respectivas transações. Os lucros e prejuízos da conversão, resultantes da metodologia de conversão acima descrita, são registrados diretamente na rubrica “ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira” no patrimônio líquido. Os lucros e prejuízos de transações denominadas em moeda estrangeira estão incluídos na demonstração consolidada do resultado.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, elaboradas de acordo com o BR GAAP não estão incluídas neste Prospecto. Essas demonstrações financeiras foram submetidas à CVM e estão disponíveis em seu *website* e no da própria Companhia.

Todas as referências neste Prospecto a “real,” “reais” ou “R\$” referem-se à moeda oficial do Brasil. Todas as referências neste Prospecto a “dólares norte-americanos,” “dólares” ou “US\$” referem-se à moeda oficial dos Estados Unidos da América.

CAPACIDADE INSTALADA E VOLUME DE VENDAS

Conforme utilizado neste Prospecto:

- “capacidade instalada” significa a capacidade anual projetada de uma instalação em particular (excluindo a parcela não atribuível à nossa participação em uma instalação detida por uma *joint venture*), calculada com base na operação da instalação 24 horas, durante 365 dias e deduzindo as paradas programadas para manutenção regular; e
- “exportações consolidadas” significam os volumes exportados das operações da Companhia no Brasil, excluindo as exportações para empresas coligadas.

ARREDONDAMENTO

Realizamos certos arredondamentos de modo a atingir alguns dos números incluídos neste Prospecto. Portanto, os números mostrados como totais em algumas tabelas podem não representar uma soma aritmética exata dos números que os precedem.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário apresenta uma visão geral de nossa Companhia. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de decidir investir em nossas Ações. O investidor deve ler cuidadosamente todo o Prospecto antes de tomar sua decisão de investimento, bem como as informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas e nas seções “Fatores de Risco” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”.

VISÃO GERAL

Somos uma sociedade *holding* que controla a Gerdau, a maior produtora de aços laminados longos no Brasil em volume produzido, de acordo com o IBS, e, por meio de suas subsidiárias, a segunda maior da América do Norte, de acordo com as estimativas do AISI, com base em volume produzido. Detemos uma participação de mercado significativa no setor siderúrgico em quase todos os países em que operamos e fomos classificados pelo IISI como a 14ª maior produtor de aço do mundo, com base em nossa produção consolidada de aço bruto em 2006. Em 31 de dezembro de 2007, 39,8% de nossos ativos eram representados por ações da Gerdau.

Operamos siderúrgicas que produzem aço por meio de altos fornos, de redução direta de minério de ferro, ou DRI, e fornos elétricos a arco, ou EAF. No Brasil, operamos três usinas de alto forno, incluindo nossa maior usina, Gerdau Açominas, uma usina siderúrgica integrada localizada em Ouro Branco, no estado de Minas Gerais. Atualmente, operamos um total de 43 unidades siderúrgicas na América Latina (incluindo o Brasil) e América do Norte, bem como uma subsidiária consolidada na Espanha, a Corporación Sidenor, para a produção de aço especial, e duas companhias associadas na República Dominicana, uma *mini-mill* recentemente adquirida, e uma no México. Detemos, ainda, duas *joint ventures*, uma nos Estados Unidos para a produção de aços laminados planos, e outra, recentemente adquirida, na Índia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, geramos aproximadamente 41% de nossas vendas físicas de operações brasileiras, 40,5% de operações nos Estados Unidos e Canadá, 13,1% de operações latino-americanas (excluindo o Brasil) e 5,4% de operações européias.

De forma consolidada, excluindo nossos investimentos em *joint ventures* e em empresas associadas (não-consolidadas), nossa capacidade total instalada foi de 24,8 milhões de toneladas de aço bruto e 21,0 milhões de toneladas de produtos de aço laminado em 31 de dezembro de 2007. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, registramos ativos consolidados totais de R\$41.760,8 milhões, vendas líquidas consolidadas de R\$30.613,5 milhões, lucro líquido consolidado total de R\$4.325,1 milhões e patrimônio líquido incluindo minoritários de R\$16.815,2 milhões.

Oferecemos uma ampla gama de produtos de aço, fabricados com base nas mais diversas especificações de nossos clientes. O *mix* de nossos produtos inclui aço bruto (placas, blocos e tarugos), vendidos para usinas laminadoras, produtos acabados para construção, como vergalhões e barras estruturais, produtos acabados para a indústria, como barras laminadas comerciais e fio-máquina, e produtos agropecuários, como postes, arames lisos e farpados. Produzimos, também, produtos de aço especiais, normalmente com certo grau de customização, utilizando tecnologia avançada para a fabricação de ferramentas e máquinas, correntes, fechos e molas, principalmente para as indústrias automotiva e mecânica.

Sumário da companhia

Uma parcela significativa de nossos ativos de produção de aço está localizada fora do Brasil, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá, bem como na América Latina e na Europa. Iniciamos nossa expansão na América do Norte em 1989, quando iniciou-se, efetivamente, o processo de consolidação do mercado siderúrgico. Atualmente, operamos 18 unidades siderúrgicas nos Estados Unidos e no Canadá por meio de nossa principal controlada, a Gerdau Ameristeel, e acreditamos ser um dos líderes de mercado na América do Norte em termos de produção de alguns produtos de aços longos, como vergalhões, barras laminadas comerciais, perfis e vigas.

Nossa estratégia operacional baseia-se na aquisição ou construção de usinas siderúrgicas próximas a nossos consumidores e às fontes de matérias-primas para a produção de aço, tais como sucata metálica, ferro-gusa e minério de ferro. Por esse motivo, a maior parte de nossa produção, historicamente, tem suprido em primeiro lugar os mercados locais nos quais operamos. No entanto, nos últimos anos e, em particular, com a aquisição da usina de Ouro Branco, aumentamos nossa exposição aos mercados internacionais e nos beneficiamos da demanda internacional e do aumento dos preços dos produtos de aço fora do Brasil. Possuímos uma lista diversificada de clientes internacionais, cujos principais destinos das exportações incluem os Estados Unidos, Taiwan, Coréia do Sul, Tailândia e países da América Latina, como Argentina, República Dominicana e Equador.

Por meio de nossas controladas e afiliadas, realizamos, ainda, outras atividades relacionadas à produção e comercialização de produtos siderúrgicos, incluindo projetos de reflorestamento e geração de energia elétrica.

Sumário da companhia

INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais de nossa Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2007	%	2006	%
Volume de Vendas (mil toneladas)				
Brasil				
Mercado interno	4.883	28,5	4.227	28,4
Exportações	2.150	12,5	2.395	16,1
Total	7.033	41,0	6.622	44,5
Exterior				
América do Norte	6.942	40,5	6.040	40,6
América Latina	2.248	13,1	1.546	10,4
Europa	936	5,4	682	4,6
Total	10.126	59,0	8.268	55,5
Total Consolidado.....	17.159	100	14.890	100
Receita Líquida (R\$ milhões)				
Brasil.....	12.956	42,3	11.210	43,3
América do Norte	11.235	36,7	10.175	39,3
América Latina.....	3.319	10,8	2.334	9,0
Europa	3.104	10,1	2.165	8,4
Total.....	30.614	100	25.884	100
EBITDA (R\$ milhões)⁽¹⁾				
Brasil.....	3.168	50,7	3.097	53,1
América do Norte	1.926	31,0	1.710	29,3
América Latina.....	604	9,7	545	9,4
Europa	533	8,6	475	8,2
Total.....	6.231	100	5.827	100
Lucro Líquido (R\$ milhões)				
Brasil.....	2.601	60,1	2.579	60,1
América do Norte	985	22,8	876	20,4
América Latina.....	373	8,6	485	11,3
Europa	366	8,5	351	8,2
Total.....	4.325	100	4.291	100
Endividamento Curto Prazo (R\$ milhões).....				
Moeda nacional (Brasil)	1.238	47,4	546	23,4
Moeda estrangeira (Brasil)	496	19,0	571	24,5
Empresas no Exterior	880	33,6	1.214	52,1
Total.....	13.273	100	7.487	100
Endividamento Longo Prazo (R\$ milhões).....				
Moeda nacional (Brasil)	2.464	18,5	2.012	26,9
Moeda estrangeira (Brasil)	2.570	19,4	3.645	48,7
Empresas no Exterior	8.239	62,1	1.830	24,4
Dívida Bruta ⁽³⁾ (R\$ milhões)	15.887		9.818	
Caixa e equivalentes de caixa				
mais aplicações financeiras (R\$ milhões).....	5.068		6.250	
Dívida Líquida ⁽²⁾ (R\$ milhões).....	10.819		3.568	
Dívida Líquida/Capitalização Total ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾	39,2%		20,0%	
Dívida Bruta/EBITDA ⁽³⁾	2,6x		1,7x	
Dívida Líquida/EBITDA ⁽²⁾⁽³⁾	1,7x		0,6x	

⁽¹⁾ Ver definição de EBITDA na seção “Definições e Termos Técnicos” na página 7 deste Prospecto. Para a reconciliação do EBITDA, ver seção “Resumo das Demonstrações Financeiras” na página 31 deste Prospecto.

⁽²⁾ Calculada como o total de endividamento em curto e longo prazo menos a soma de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida não é uma medida definida nas práticas contábeis.

⁽³⁾ A dívida bruta total contempla os empréstimos, financiamentos e debêntures.

⁽⁴⁾ Capitalização para fins deste indicado está sendo calculada como total equivale à soma do patrimônio líquido e da Dívida Líquida.

Sumário da companhia

PONTOS FORTES

Produção de baixo custo de produtos de aços longos no Brasil

Investimos continuamente em atualizações tecnológicas e no aumento da produtividade de nossas instalações, com o intuito de competirmos com eficiência nos mercados nos quais operamos. Nossas *mini-mills* oferecem uma estrutura de custo flexível que nos permite mitigar eventuais reduções nas margens, comparativamente a usinas operadas com alto forno, cujos custos fixos são significativamente maiores que os custos das *mini-mills*. Em relação às instalações integradas, os custos de nossa usina em Ouro Branco são menores por sua localização em uma área rica em reservas de minério de ferro no Estado de Minas Gerais. As matérias-primas são entregues para esta usina a partir de distâncias inferiores a 50 km, o que nos permite incorrer em custos de transporte inferiores àqueles incorridos por nossos concorrentes. Nossos fornecedores são principalmente mineradoras de pequeno porte que vendem minério de ferro a preços médios inferiores àqueles oferecidos por seus concorrentes engajados nos negócios de exportação. Outros fatores que contribuem para custos de produção menores da usina de Ouro Branco são sua capacidade de produzir seu próprio carvão de coque a partir de diversos tipos de carvão fornecidos pelos Estados Unidos, Canadá e Austrália e suprir parte de sua necessidade de minério de ferro a partir de minas da própria Companhia, que contam com reservas minerais comprovadas de aproximadamente 1,8 bilhão de toneladas.

Localização geográfica diversificada de nossa produção e distribuição de aço

Nossas instalações estão estrategicamente localizadas nas proximidades de nossos clientes e principais fontes de matéria-prima. Por meio de nossa rede de 39 *mini-mills* localizadas no Brasil e no exterior, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá, somos capazes de atender com eficiência nossos clientes em um amplo território geográfico no mercado siderúrgico internacional. A Comercial Gerdau, nosso maior canal de distribuição, possui 68 filiais em todo o Brasil, 14 unidades de corte e dobra de aço (Prontofer) e 4 centros de serviço de aços planos, prestando serviços a aproximadamente 150.000 clientes em 2007. Outro importante canal de distribuição no Brasil é a rede de aproximadamente 21.000 canais de venda aos quais vendemos nossos produtos, oferecendo uma cobertura nacional abrangente. Nos Estados Unidos e no Canadá, nossas 18 unidades siderúrgicas estão localizadas, em sua maior parte, no centro e na costa leste do continente, regiões de maior concentração de atividade industrial e disponibilidade de matérias-primas; nossas 49 unidades de corte e dobra e 11 unidades de transformação estão dispersas pelos Estados Unidos, permitindo ampla cobertura do território e proximidade a nossos principais clientes. No Chile, temos 5 unidades de distribuição, denominadas Salomon Sack, e a Gerdau AZA também vende seus produtos pela Aceros Cox e na Argentina, possuímos uma unidade de distribuição denominada Siderco.

Capacidade de responder a eventual desaquecimento no mercado doméstico por meio de exportações

Somos capazes de reagir a um eventual desaquecimento no mercado doméstico, podendo distribuir nossos produtos de aço a diversos mercados externos que apresentem maior demanda, melhor preço e, conseqüentemente, melhores margens. Nos últimos três anos, exportamos produtos a partir do Brasil para clientes em todos os continentes, com os quais, na maioria dos casos, mantemos relações comerciais há bastante tempo. Em 2007, nossas exportações responderam por 30,6% do volume das vendas de nossas unidades brasileiras, comparado a 36,2% em 2006, fruto de um maior aquecimento no mercado doméstico em 2007. Durante o ano de 2007, 24,0% de nossas exportações foram enviadas à América do Sul, 26,0% à Ásia, 15,0% à América Central, 13,0% à América do Norte, 12,0% à África e 10,0% à Europa.

Sumário da companhia

Diversificação de processos de produção e ampla gama de fornecedores

Temos investido em uma plataforma diversificada de processos de produção, incluindo fornos elétricos a arco, alto fornos e processo de redução direta de minério de ferro. Ao mesmo tempo, buscamos minimizar nossa dependência de fornecedores para a obtenção de matérias-primas.

No Brasil, operamos três usinas com alto forno, incluindo a usina de Ouro Branco, no estado de Minas Gerais, com uma capacidade instalada de 4,5 milhões de toneladas. Também no Brasil, operamos uma rede de sete *mini-mills* utilizando fornos elétricos a arco e uma usina integrada que utiliza o processo de redução direta de ferro. Fora do Brasil, operamos uma usina de alto forno, no Peru, e as demais usinas produzem aço utilizando fornos elétricos a arco.

A produção por meio de fornos elétricos a arco tem suas principais matérias-primas na sucata metálica e no ferro-gusa, enquanto a tecnologia de alto forno utiliza minério de ferro, sinter (uma mistura de minério de ferro e calcário), ferro-liga e carvão de coque ou carvão vegetal. O processo de redução direta de minério de ferro utiliza minério de ferro e gás natural para produzir ferro esponja, utilizada para produzir aço em fornos elétricos a arco.

Operamos com mais de 7.000 fornecedores de sucata metálica no mundo e temos contratos com diversos fornecedores de ferro-gusa, minério de ferro e, em menor grau, carvão de coque. Acreditamos que tal procedimento, além de nossas minas de minério de ferro, cujas reservas medidas, indicadas e inferidas somam aproximadamente 1,8 bilhão de toneladas, reduzem a dependência de fornecedores específicos e diminuem possíveis impactos negativos sobre nossos negócios em períodos de crise no fornecimento de matéria-prima. Acreditamos, ainda, que a diversificação de processos produtivos reduz os riscos de paradas nos períodos de escassez de insumos ou redução da demanda.

Integração vertical no mercado siderúrgico

Operamos nos três segmentos do mercado siderúrgico, quais sejam:

- produção e obtenção de matéria-prima para utilização em nosso processo produtivo de aço;
- produção de produtos de aço acabados e semi-acabados; e
- distribuição de produtos de aço próprios e de outras companhias.

Acreditamos ser uma das maiores compradoras de sucata no Brasil e na América do Norte. Adicionalmente, somos proprietários de quatro áreas de reservas de minério de ferro, duas instalações para a produção de ferro-gusa e dois terminais portuários no Brasil.

Nossa capacidade instalada total de produtos de aço acabados e semi-acabados em 31 de dezembro de 2007 era de 24,8 milhões de toneladas, distribuída em nossas 43 unidades siderúrgicas na América Latina (incluindo o Brasil) e América do Norte, bem como em uma subsidiária consolidada na Espanha, a Corporación Sidenor, para a produção de aço especial, e duas companhias associadas, sendo uma na República Dominicana, uma *mini-mill* recentemente adquirida, e outra no México.

Por meio de nossa controlada, a Comercial Gerdau, possuímos o que acreditamos ser a maior rede de distribuição de produtos de aço no Brasil, com 68 filiais em todo o país. Adicionalmente à distribuição de nossos próprios produtos de aço, distribuímos produtos de aços planos produzidos por outras siderúrgicas de forma a atender a demanda de nossos clientes com uma linha completa de produtos de aço oferecida em todo o Brasil. Por meio de seus quatro centros de serviços, a Comercial Gerdau oferece, ainda, serviços de *oxy* corte e corte a laser. Fora do Brasil, atuamos por meio de distribuição direta de nossas unidades siderúrgicas, por meio de unidades de beneficiamento do aço e unidades de distribuição, utilizando o modelo que mais se adapta a cada região.

Sumário da companhia

Alta qualidade de gestão

Contamos com uma equipe de gestão sênior, voltada ao crescimento e com experiência significativa no mercado siderúrgico. A extensiva experiência de nossa administração tem sido essencial a nosso crescimento e fornece uma base sólida para expandir nossas operações. Nossa administração tem larga experiência em nosso setor, além de um histórico de gestão e aquisições bem-sucedidas, transformando as empresas adquiridas em operações rentáveis em um curto período de tempo.

Acreditamos que nossos colaboradores representam nosso recurso mais valioso e são os grandes responsáveis pela manutenção de nossas vantagens competitivas. Implementamos um sistema de negócios que identifica *benchmarks* da indústria global para as principais medidas operacionais e de segurança. Esse sistema inclui programas de treinamento e segurança e incentivos com base no desempenho desenvolvidos para aumentar o desempenho e a motivação de nossos empregados.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

Nossa objetivo é produzir produtos e derivados do aço de alta qualidade de forma competitiva, atendendo às necessidades de nossos clientes e os objetivos de nossos acionistas, mantendo uma posição de destaque nos mercados siderúrgicos nacional e internacional. Pretendemos atingir tal objetivo adotando as seguintes estratégias:

Aumentar nossa presença nos mercados globais por meio de aquisições e crescimento orgânico

Pretendemos acompanhar o processo de consolidação global do setor siderúrgico, por meio de aquisições e crescimento orgânico. Nossa estratégia de expansão internacional se dá basicamente por meio da aquisição de usinas, cuja rentabilidade acreditamos poder aumentar em um primeiro momento por meio de nossa experiência em gestão sem necessidade de investimentos de capital significativos. Nas Américas, o foco de nossas aquisições tem sido primordialmente voltado para aços longos, enquanto que, na Europa e Ásia, para aços especiais. Nos últimos 36 meses encerrados em 31 de dezembro de 2007, realizamos 17 aquisições, dentre as quais podemos ressaltar as aquisições da Chaparral Steel, nos Estados Unidos (capacidade instalada de 2,5 milhões de toneladas), da Corporación Sidenor e GSB Acero, na Espanha (capacidade instalada de 1,15 milhão de toneladas), da Siderperu, no Peru (capacidade instalada de 540 mil toneladas) e do Grupo Feld, no México (capacidade instalada de 350 mil toneladas). Para maiores informações sobre as aquisições realizadas em 2007, vide “*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais — Aquisições de Participações Acionárias*” na página 126 deste Prospecto.

Pretendemos, ainda, continuar a expandir organicamente nossas operações, por meio de expansão e adição de capacidade, bem como projetos de otimização da produção. Como exemplo, recentemente concluímos o processo de construção do segundo alto forno adjacente às instalações siderúrgicas integradas existentes na usina de Ouro Branco, e a instalação de um segundo lingotamento contínuo na mesma unidade, resultando em um aumento de capacidade no Brasil de, aproximadamente, 15%, para 11,4 milhões de toneladas de aço bruto por ano. Nos Estados Unidos, instalamos uma nova aciaria em Jacksonville, Flórida, que elevou nossa capacidade de produção de aço bruto na América do Norte para 10,0 milhões de toneladas anuais.

Ao mesmo tempo em que pretendemos continuar expandindo nossas operações por meio de aquisições e crescimento orgânico, buscaremos manter a classificação de risco que obtivemos junto às principais agências internacionais e, neste sentido, a presente Oferta se destina, principalmente, a reduzir nossa alavancagem financeira.

Sumário da companhia

Continuar maximizando a proximidade a nossos clientes por meio da produção descentralizada

A maioria de nossas usinas é dimensionada e localizada para atender as principais necessidades dos mercados locais, fornecendo acesso eficaz a clientes e matérias-primas. Essa estratégia foi desenvolvida em resposta às dimensões continentais do Brasil, dos Estados Unidos e do Canadá, devido aos altos custos de transporte e frete desses produtos nesses países de grande extensão territorial. Somos capazes de atender a nossos clientes e obter matérias-primas localmente, o que reduz os custos de transporte e nos permite entregar produtos de qualidade a nossos clientes a preços competitivos. A diversificação da localização geográfica de nossas usinas nos permitiu um melhor atendimento a nossos clientes devido à facilidade na entrega de nossos produtos. Nossa presença geográfica nos permite manter um relacionamento próximo com nossos clientes, o que facilita a produção de acordo com suas necessidades.

Manter diversas fontes de matérias-primas de maneira a minimizar a dependência a fornecedores e matérias-primas específicas

Buscamos reduzir nossa dependência a poucos fornecedores e reduzir os possíveis impactos negativos ocasionados pela escassez temporária de matérias-primas específicas. Para tanto, mantemos relações comerciais com mais de 7.000 fornecedores de sucata metálica no mundo e com diversos fornecedores de ferro-gusa, minério de ferro e, em menor grau, carvão coqueificável.

Adicionalmente, possuímos reservas minerais de aproximadamente 1,8 bilhão de toneladas. Aproximadamente, 30% do minério consumido pela Gerdau Açominas têm origem em nossas reservas minerais e o restante é comprado de mineradores da região. Até o final de 2009, pretendemos chegar a 45% da nossa necessidade. Em 2010, acreditamos que as minas poderão responder por 80% do minério utilizado pelas nossas unidades no Brasil. Acreditamos que a diversificação dos processos de produção diminui nossa exposição à falta de insumos.

Ampliar o mix de nossos produtos e aumentar nossa participação de mercado dos produtos de maior valor agregado

Os três principais setores em que atuamos são construção civil, indústria e agropecuário. Para atendê-los, oferecemos uma ampla gama de produtos, tais como aço bruto (placas, blocos e tarugos) para usinas laminadoras; produtos acabados para construção, como vergalhões e barras estruturais; barras laminadas comerciais e fio-máquina, para uso industrial; e produtos agropecuários, como postes, pregos, arames lisos e farpados. Produzimos, também, produtos de aço especiais, normalmente com certo grau de customização, utilizando tecnologia avançada para a fabricação de ferramentas e máquinas, correntes, fechos e molas, principalmente para as indústrias automotiva e mecânica.

Pretendemos aumentar nossa participação de mercado nos produtos de maior valor agregado, de forma a atender, diretamente, as necessidades específicas de nossos clientes e, conseqüentemente, capturar o maior valor pago por esses produtos em nossas margens.

Adicionalmente, pretendemos agregar valor a nossos produtos, mediante instalações de unidades de corte e dobra de aço, unidades de transformação (revestimento *epoxy* e produção de produtos com seções especiais, como arames e pregos, produtos trefilados, guias de elevadores e perfis super leves), bem como por meio de nossa rede de distribuição.

Por fim, pretendemos ampliar o portfólio de produtos fabricados pelo Grupo Gerdau no Brasil, de modo a operar em todos os segmentos siderúrgicos, inclusive aços planos.

Sumário da companhia

Manter o foco em tecnologia e operações eficientes

Nos últimos três anos, investimos US\$3,3 bilhões em máquinas e equipamentos, particularmente para o aperfeiçoamento de nossas usinas, processos de produção e atualizações tecnológicas em companhias adquiridas. Acreditamos que a dedicação a esses processos de produção e a atualização tecnológica nos permitirão manter nossa eficiência e entregar nossos produtos de acordo com as necessidades de nossos clientes. Adicionalmente, buscamos continuamente formas de aperfeiçoar a eficiência de nosso processo de produção, por meio, dentre outros:

- da utilização de sistemas de controle de gestão de qualidade comprovados, incluindo um sistema de gestão proprietário que apóia nossas operações e integra as usinas adquiridas, bem como da maioria das técnicas e processos reconhecidos internacionalmente e dos processos ISO 14.001;
- da redução de custos de produção por meio da implementação dos processos de controle eficientes e utilização de matérias-primas e combustíveis mais baratos, bem como a adoção de novas tecnologias de processos;
- da redução do consumo de energia, com ênfase na utilização de processos mais eficientes, como a reutilização da energia gerada em nossa usina de Ouro Branco e a adoção de novas tecnologias de processos; e
- da redução dos níveis de estoque, o que diminui a necessidade de capital de giro.

ACONTECIMENTOS RECENTES

Em 23 de abril de 2008, concluímos a aquisição da operação siderúrgica MacSteel da Quanex Corporation. Os acionistas da Quanex aprovaram a aquisição em Assembléia extraordinária realizada em 22 de abril de 2008. O preço de aquisição é de US\$1,458 bilhão, além da assunção de dívida e alguns passivos. A aquisição está sendo financiada com disponibilidade de caixa e financiamentos de curto prazo.

Em 21 de abril de 2008, o Grupo Gerdau firmou uma aliança estratégica com a Corporación Centroamericana del Acero, maior produtora de aço da América Central. Com a realização da aliança, o Grupo Gerdau passa a ter uma participação acionária de 30% na empresa e se compromete a investir US\$180 milhões nas operações da Corporación Centroamericana del Acero na América Central. A Corporación Centroamericana del Acero possui capacidade instalada anual de 500 mil toneladas de aço e 690 mil toneladas de laminados – aços longos voltados para a construção civil e indústria.

Em 16 de abril de 2008, nossa subsidiária GTL Trade Finance Inc. celebrou contrato de empréstimo ponte (*Bridge Loan*) com ABN Amro Bank N.V., HSBC Securities (USA) Inc. e J.P. Morgan Securities Inc., no valor total de US\$1,0 bilhão, no qual a Gerdau, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços figuram como garantidores. A taxa de juros é LIBOR acrescida de 0,85% ao ano e o prazo do contrato é de 6 meses.

Ainda, em 16 de abril de 2008, nossa subsidiária Gerdau US Financing Inc. celebrou contrato de empréstimo ponte (*Bridge Loan*) com Citigroup Global Markets Inc., no valor total de US\$540 milhões, no qual a Gerdau, Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aço, Gerdau Delaware, Inc. e Gerdau Macsteel Holdings Inc. figuram como garantidores. A taxa de juros é LIBOR acrescida de 1,25% ao ano e o prazo do contrato é de 45 dias.

Sumário da companhia

Em 2 de abril de 2008, nossa subsidiária Gerdau Ameristeel comunicou a aquisição, por meio da *joint venture* Pacific Coast Steel (PCS), da Century Steel, Inc. (CSI), localizada em Las Vegas, Estados Unidos, e especializada na fabricação e instalação de aço estrutural. A Gerdau Ameristeel pagou US\$152 milhões por todos os ativos da Century Steel e anunciou que pagará US\$68 milhões para elevar sua participação acionária na *joint venture* PCS para 84%.

Em 27 de fevereiro de 2008, comunicamos a conclusão da aquisição de uma participação de 49% do capital social da empresa holding Corsa Controladora, S.A. de C.V., com sede na Cidade do México, México. A holding é detentora de 100% do capital social da Aceros Corsa, S.A. de C.V. e controla, também, duas distribuidoras de produtos siderúrgicos. A Aceros Corsa, localizada na cidade de Tlalneantla, região metropolitana da cidade do México, é uma *mini-mill* produtora de aços longos (perfis comerciais leves) com capacidade instalada de 150 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de laminados por ano. O valor desembolsado nesta transação, após os ajustes de capital de giro, foi de US\$110,7 milhões. O Grupo Gerdau e os acionistas da Corsa Controladora constituíram, também, uma *joint venture* denominada Estructurales Corsa S.A.P.I de C.V. com o objetivo de implementar um projeto para a produção de perfis estruturais no México. O aporte de capital na *joint venture* será proporcional (50%-50%), no valor total de US\$120 milhões. A nova unidade terá capacidade instalada de 1,0 milhão de toneladas de aço bruto e 700 mil toneladas de laminados por ano e envolverá investimentos estimados em US\$400 milhões. A nova planta industrial começará a operar em 2010.

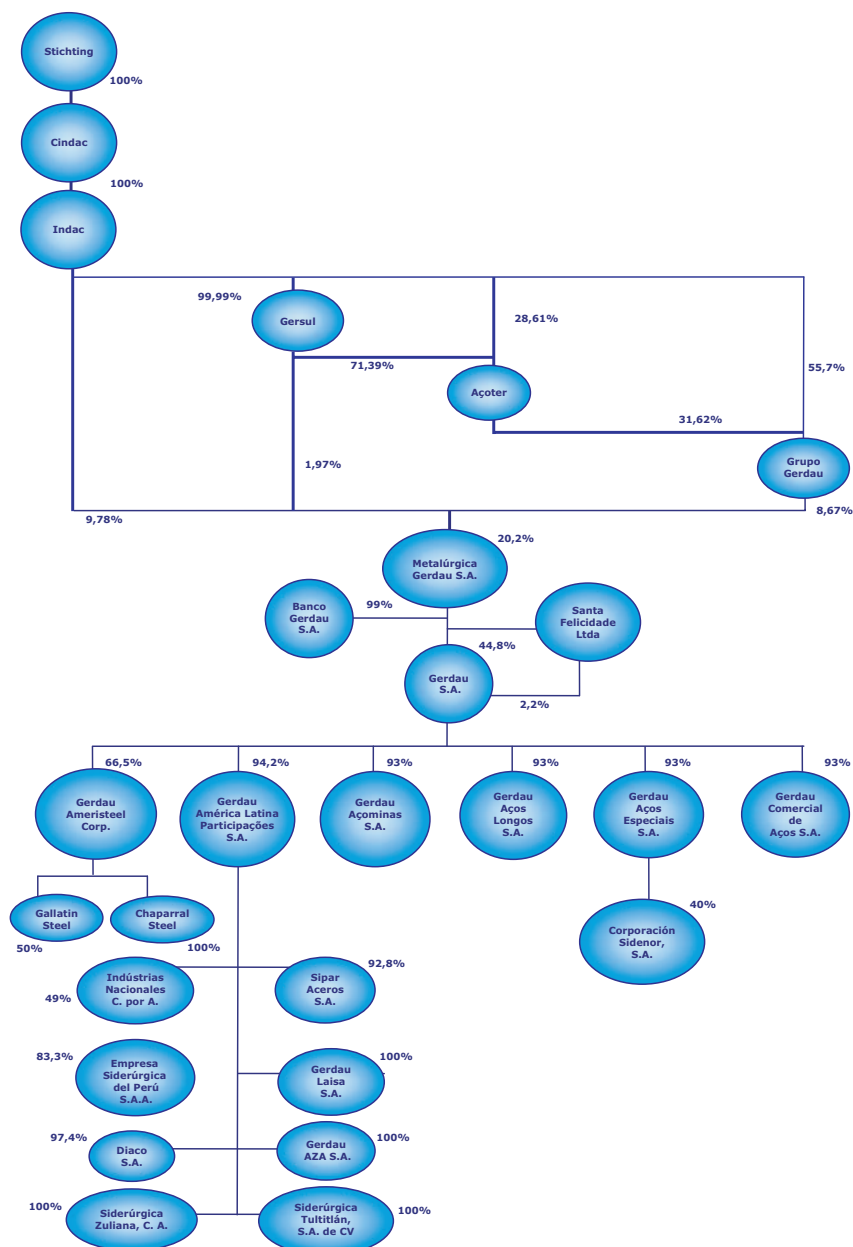
Em 21 de fevereiro de 2008, celebramos contrato de compra e venda para a aquisição de uma participação de 50,9% da Cleary Holdings Corp., controladora de unidades de produção de coque metalúrgico e de reservas de carvão coqueificável na Colômbia. A empresa possui uma capacidade atual de produção de coque metalúrgico de 1,0 milhão de toneladas por ano e as reservas de carvão coqueificável, segundo estimativas, somam 20 milhões de toneladas. O valor a ser desembolsado nesta aquisição é de US\$59 milhões, sendo que o acordo ainda está sujeito à aprovação dos órgãos reguladores do mercado colombiano. A totalidade de sua produção é destinada à exportação, principalmente para os Estados Unidos, Perú, Canadá e Brasil.

Em 15 de fevereiro de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL transferiu ao Grupo Gerdau a concessão para geração de energia elétrica do complexo hidrelétrico São João – Cachoeirinha, composto por duas usinas hidrelétricas a serem construídas no estado do Paraná. O empreendimento terá uma potência instalada de 105 MW e sua construção deverá estar concluída em 2011. O investimento estimado é da ordem de US\$173 milhões. Utilizaremos a energia produzida para consumo de nossas unidades.

Sumário da companhia

ESTRUTURA SOCIETÁRIA DO GRUPO GERDAU

O organograma abaixo apresenta, de forma simplificada, a estrutura societária do Grupo Gerdau na data deste Prospecto, indicando as principais sociedades nas quais são detidas participações diretas ou indiretas:



Sumário da companhia

Para maiores informações acerca de nossa estrutura de controle, ver “*Atividades da Companhia — Estrutura Organizacional — Estrutura de Controle*” na página 173 deste Prospecto.

Como resultado da Reorganização Societária, ocorrida em 2005, nossas operações brasileiras são conduzidas, principalmente, por nossas controladas operacionais Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Comercial Gerdau.

A Gerdau Açominas é responsável pela produção de aço bruto (placas, blocos e tarugos), fio-máquina e perfis estruturais. A Gerdau Aços Longos é responsável pela produção de aços longos comuns e a Gerdau Aços Especiais pela produção de aços longos especiais. A Comercial Gerdau, que, acreditamos, possui a maior rede de distribuição de produtos de aço no Brasil, vende produtos de aços longos por nós produzidos e distribui produtos de aços planos produzidos por outras siderúrgicas brasileiras.

Para obter informações adicionais sobre nossa estrutura societária e sobre nossos principais acionistas, vide “*Atividades da Companhia*” e “*Principais Acionistas*” nas páginas 147 e 210 deste Prospecto, respectivamente.

Nosso escritório central está localizado na Avenida Farrapos, nº 1.811, CEP 90220-005, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, e nosso telefone comercial é (55 51) 3323-2000. Nosso *website* é www.gerdau.com.br. As informações constantes em nosso *website* não são partes integrantes deste Prospecto e não são nele inseridas por referência.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos a seguir um resumo de nossas informações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006. Nossas informações financeiras apresentadas nesta seção são baseadas em, e devem ser lidas em conjunto com, nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, bem como com as informações contidas nas Seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”, “Informações Financeiras Seleccionadas” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado Operacional”.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 são apresentadas, neste Prospecto, de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB (conhecido como *International Financial Reporting Standards* – IFRS) e com sua apresentação consubstanciada na Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007.

A partir de 2007, a Companhia passou a apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o IFRS. Para adotar o IFRS como novo padrão contábil para suas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia aplicou os aspectos estabelecidos no IFRS 1 (*First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*), considerando a data base de 1º de janeiro de 2006 para seu balanço de abertura.

Até 31 de dezembro de 2006, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia eram elaboradas e apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela CVM e estas práticas diferem, em algumas áreas, do IFRS. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2007, a Companhia modificou alguns métodos de contabilização, avaliação e consolidação, aplicados em BRGAAP, no intuito de cumprir as práticas adotadas no IFRS. Os dados comparativos referentes a 2006 foram revisados para refletir estes ajustes, à exceção daqueles correspondentes a isenções opcionais e obrigatórias, previstas pelo IFRS, conforme descrito nas notas explicativas 4.1.2 e 4.1.3 às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluídas nas páginas 266 e 267 deste Prospecto.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido, ao resultado e ao fluxo de caixa, estão demonstradas na nota explicativa 4 às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluídas neste Prospecto.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As principais áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa 2.18 às demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste Prospecto. As estimativas utilizadas são baseadas no melhor julgamento da Administração da Companhia na data de tais demonstrações financeiras. O resultado real pode diferir das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Para maiores informações sobre as principais normas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas, ver nota explicativa 2.1 às nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas incluídas na página 245 deste Prospecto.

Em vista do acima exposto, o resumo das informações financeiras referente aos exercícios de 2007 e 2006 é apresentado abaixo conforme as normas contábeis IFRS.

Resumo das demonstrações financeiras

Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, elaboradas de acordo com o BR GAAP não estão incluídas neste Prospecto. Essas demonstrações financeiras foram submetidas à CVM e estão disponíveis em seu *website* e no da própria Companhia.

Após a Oferta, a Companhia continuará a elaborar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADO

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de				Variação (%) 2007/2006
	2007	AV (%)	2006	AV (%)	
	(Em R\$ mil, exceto %)				
Receita líquida de vendas	30.613.528	100,00%	25.883.911	100,00%	18,27%
Custo das vendas	(23.131.527)	(75,56)%	(19.039.266)	(73,56)%	21,49%
Lucro bruto	7.482.001	24,44%	6.844.645	26,44%	9,31%
Despesas com vendas	(620.267)	(2,03)%	(558.163)	(2,16)%	11,13%
Despesas gerais e administrativas	(1.908.138)	(6,23)%	(1.827.544)	(7,06)%	4,41%
Outras receitas (despesas) operacionais	(157.822)	(0,52)%	(12.091)	(0,05)%	1205,28%
Lucro operacional	4.795.774	15,67%	4.446.847	17,18%	7,85%
Resultado da equivalência patrimonial.....	118.399	0,39%	243.550	0,94%	(51,39)%
Lucro antes do resultado financeiro					
e dos impostos.....	4.914.173	16,05%	4.690.397	18,12%	4,77%
Receitas financeiras.....	871.846	2,85%	1.012.996	3,91%	(13,93)%
Despesas financeiras	(1.210.090)	(3,95)%	(916.595)	(3,54)%	32,02%
Variação cambial, líquida	723.289	2,36%	329.632	1,27%	119,42%
Ganhos e perdas com derivativos, líquido	(4.456)	(0,01)%	74.468	0,29%	(105,98)%
Lucro antes dos impostos	5.294.762	17,30%	5.190.898	20,05%	2,00%
Provisão para imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(881.050)	(2,88)%	(917.433)	(3,54)%	(3,97)%
Diferido	(88.598)	(0,29)%	17.865	0,07%	(595,93)%
	(969.648)	(3,17)%	(899.568)	(3,48)%	7,79%
Lucro líquido do exercício.....	4.325.114	14,13%	4.291.330	16,58%	0,79%
Atribuído a:					
Participação do controlador	1.824.599	5,69%	1.750.763	6,76%	4,22%
Participação dos minoritários	2.500.515	8,17%	2.540.567	9,82%	(1,58)%
	4.325.114	14,13%	4.291.330	16,58%	0,79%

Resumo das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Em 31 de dezembro de				Variação (%) 2007/2006
	2007	AV (%)	2006	AV (%)	
	(em R\$mil, exceto %)				
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.046.665	4,90%	1.076.366	3,39%	90,15%
Aplicações financeiras					
Títulos para negociação	2.744.936	6,57%	4.614.627	14,52%	-40,52%
Títulos disponíveis para venda	276.374	0,66%	263.893	0,83%	4,73%
Títulos mantidos até o vencimento.....	-	0,00%	295.472	0,93%	-
Contas a receber de clientes.....	3.226.310	7,73%	2.872.123	9,04%	12,33%
Estoques.....	6.056.661	14,50%	5.052.865	15,90%	19,87%
Créditos tributários.....	627.026	1,50%	549.571	1,73%	14,09%
Pagamentos antecipados.....	108.690	0,26%	84.014	0,26%	29,37%
Ganhos não realizados com derivativos.....	14	0,00%	5.687	0,02%	-99,75%
Outras contas a receber	407.128	0,97%	347.129	1,09%	17,28%
	15.493.804	37,10%	15.161.747	47,70%	2,19%
Ativo não circulante					
Créditos tributários	606.146	1,45%	469.509	1,48%	29,10%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	964.888	2,31%	947.768	2,98%	1,81%
Ganhos não realizados com derivativos.....	1.553	0,00%	14.160	0,04%	-89,03%
Pagamentos antecipados.....	110.207	0,26%	56.570	0,18%	94,82%
Depósitos judiciais	224.275	0,54%	168.458	0,53%	33,13%
Outras contas a receber	338.134	0,81%	309.370	0,97%	9,30%
Gastos antecipados com plano de pensão.....	427.804	1,02%	318.563	1,00%	34,29%
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial.....	613.112	1,47%	450.080	1,42%	36,22%
Outros investimentos	34.712	0,08%	32.089	0,10%	8,17%
Ágios	6.043.396	14,47%	437.838	1,38%	1280,28%
Intangível	1.073.715	2,57%	45.381	0,14%	2266,00%
Imobilizado	15.829.091	37,90%	13.374.832	42,08%	18,35%
	26.267.033	62,90%	16.624.618	52,30%	58,00%
Total do ativo	41.760.837	100,00%	31.786.365	100,00%	31,38%
Passivo circulante					
Fornecedores	2.586.761	6,19%	2.414.160	7,59%	7,15%
Empréstimos e financiamentos	2.575.934	6,17%	2.328.221	7,32%	10,64%
Debêntures	38.125	0,09%	2.932	0,01%	1200,31%
Impostos e contribuições sociais a recolher	469.058	1,12%	471.957	1,48%	-0,61%
Salários a pagar.....	519.733	1,24%	380.730	1,20%	36,51%
Dividendos a pagar	1.097	0,00%	231.401	0,73%	-99,53%
Perdas não realizadas com derivativos.....	1.964	0,00%	2.690	0,01%	-26,99%
Outras contas a pagar	497.940	1,19%	476.567	1,50%	4,48%
	6.690.612	16,02%	6.308.658	19,85%	6,05%
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12.481.760	29,89%	6.700.524	21,08%	86,28%
Debêntures	791.433	1,90%	786.596	2,47%	0,61%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	2.412.300	5,78%	1.565.840	4,93%	54,06%
Perdas não realizadas com derivativos.....	16.106	0,04%	22.425	0,07%	-28,18%
Provisão para contingências	490.319	1,17%	402.990	1,27%	21,67%
Benefícios a empregados.....	794.125	1,90%	708.316	2,23%	12,11%
Opções por compra de ações.....	889.440	2,13%	547.953	1,72%	62,32%
Outras contas a pagar	379.588	0,91%	459.721	1,45%	-17,43%
	18.255.071	43,71%	11.194.365	35,22%	63,07%
Patrimônio líquido					
Capital social	3.744.000	8,97%	3.744.000	11,78%	0,00%
Ações em tesouraria	(69.861)	(0,17%)	(69.861)	(0,22%)	0,00%
Reserva legal	131.295	0,31%	75.847	0,24%	73,11%
Lucros acumulados	2.993.542	7,17%	1.529.389	4,81%	95,73%
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira ...	(539.471)	(1,29%)	(112.467)	(0,35%)	379,67%
	6.259.505	14,99%	5.166.908	16,26%	21,15%
Participações dos acionistas minoritários	10.555.649	25,28%	9.116.434	28,68%	15,79%
Patrimônio líquido incluindo minoritários	16.815.154	40,27%	14.283.342	44,94%	17,73%
Total do passivo.....	41.760.837	100,00%	31.786.365	100,00%	31,38%

Resumo das demonstrações financeiras

OUTRAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2007	%	2006	%
	(Em milhões de R\$, exceto se disposto de outro modo)			
Produção Aço Bruto (1.000 toneladas)	17.908	100%	15.766	100%
Brasil.....	8.111	45,3%	7.698	48,8%
América do Norte.....	6.828	38,1%	6.059	38,4%
América latina.....	1.871	10,4%	1.234	7,8%
Europa.....	1.098	6,1%	775	4,9%
Produção Laminados (1.000 toneladas)	15.160	100%	12.803	100%
Brasil.....	5.464	36,0%	4.921	38,4%
América do Norte.....	6.692	44,1%	5.808	45,4%
América latina.....	2.004	13,2%	1.413	11,0%
Europa.....	1.000	6,6%	661	5,2%
Vendas Totais (1.000 toneladas)	17.159	100%	14.890	100%
Vendas Brasil (1.000 toneladas)	7.033	41,0%	6.622	44,5%
Mercado Interno.....	4.883	28,5%	4.227	28,4%
Exportações.....	2.150	12,5%	2.395	16,1%
Vendas Exterior (1.000 toneladas)	10.126	59,0%	8.268	55,5%
América do Norte.....	6.942	40,5%	6.040	40,6%
América Latina.....	2.248	13,1%	1.546	10,4%
Europa.....	936	5,4%	682	4,6%
Receita Líquida (R\$ milhões)	30.614	100%	25.884	100%
Brasil.....	12.956	42,3%	11.210	43,3%
América do Norte.....	11.235	36,7%	10.175	39,3%
América latina.....	3.319	10,8%	2.334	9,0%
Europa.....	3.104	10,1%	2.165	8,4%
EBITDA⁽¹⁾	6.231	100%	5.827	100%
Brasil.....	3.168	50,7%	3.097	53,1%
América do Norte.....	1.926	31,0%	1.710	29,3%
América latina.....	604	9,7%	545	9,4%
Europa.....	533	8,6%	475	8,2%
Lucro Líquido (R\$ milhões)	4.325	100%	4.291	100%
Brasil.....	2.601	60,1%	2.579	60,1%
América do Norte.....	985	22,8%	876	20,4%
América latina.....	373	8,6%	485	11,3%
Europa.....	366	8,5%	351	8,2%
Endividamento Curto Prazo (R\$ milhões)	2.614	100%	2.331	100%
Moeda nacional (Brasil).....	1.238	47,4%	546	23,4%
Moeda estrangeira (Brasil).....	496	19,0%	571	24,5%
Empresas no Exterior.....	880	33,6%	1.214	52,1%
Endividamento Longo Prazo (R\$ milhões)	13.273	100%	7.487	100%
Moeda nacional (Brasil).....	2.464	18,5%	2.012	26,9%
Moeda estrangeira (Brasil).....	2.570	19,4%	3.645	48,7%
Empresas no Exterior.....	8.239	62,1%	1.830	24,4%
Dívida Bruta⁽³⁾ (R\$ milhões)	15.887		9.818	
Caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras (R\$ milhões).....	5.068		6.250	
Dívida Líquida⁽²⁾ (R\$ milhões)	10.819		3.568	
Dívida Líquida/Capitalização Total⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾	39,2%		20,0%	
Dívida Bruta/EBITDA⁽³⁾	2,6x		1,7x	
Dívida Líquida/EBITDA⁽²⁾⁽³⁾	1,7x		0,6x	

(1) O EBITDA não é uma medida definida nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez ou ao lucro líquido na qualidade de indicador de lucratividade. O EBITDA não tem um significado padronizado, não podendo, portanto ser comparado ao EBITDA de outras companhias. Vide seguidamente uma reconciliação entre o EBITDA e o lucro líquido.

(2) Calculada como o total de endividamento em curto e longo prazo menos a soma de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida não é uma medida definida nas práticas contábeis.

(3) A dívida bruta total contempla os empréstimos e financiamentos e debêntures.

(4) Capitalização para fins deste indicado está sendo calculada como total equivale à soma do patrimônio líquido e da Dívida Líquida.

Resumo das demonstrações financeiras

Composição do EBITDA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2007	2006
	(Em milhões de R\$)	
Lucro líquido	4.325	4.291
Provisão para Imp. de Renda e Contrib. Social.....	970	900
Resultado financeiro líquido	(381)	(501)
Depreciação e amortizações	1.317	1.137
EBITDA	6.231	5.827

SUMÁRIO DA OFERTA

Companhia	Metalúrgica Gerdau S.A.
Joint Bookrunners	Banco Itaú S.A. e Banco J.P. Morgan S.A.
Coordenadores	Banco Bradesco BBI S.A., Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. e Banco Santander S.A.
Coordenadores Contratados	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. e Banco Morgan Stanley S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Itaú USA Securities Inc. e J.P. Morgan Securities Inc.
Instituições Participantes da Oferta	<i>Joint Bookrunners</i> , Coordenadores, Coordenadores Contratados e Corretoras Consorciadas, considerados em conjunto.
Banco Escriturador	Banco Itaú S.A.
Oferta	Distribuição pública primária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob a coordenação dos <i>Joint Bookrunners</i> , com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários a serem por ele contratadas, e de sociedades corretoras que atuam como intermediárias em operações na BOVESPA, que farão parte exclusivamente dos esforços de colocação de Ações a Investidores Não-Institucionais e Acionistas da Companhia. Serão realizados, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do <i>Securities Act</i> de 1933, dos Estados Unidos da América, conforme alterada, nos termos de isenções de registro previstas no <i>Securities Act</i> , e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do <i>Securities Act</i> , e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM. Não houve e não haverá registro das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil. Para participar da Oferta, os Investidores Institucionais Estrangeiros residentes no exterior deverão estar registrados na CVM.

Sumário da oferta

Opção de Ações Suplementares

Opção outorgada por nós ao Coordenador Líder, para distribuição de lote suplementar de até 1.666.707 ações preferenciais de nossa emissão, equivalentes a até 15% das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas, e nas mesmas condições e preço das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas, destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Coordenador Líder, desde que a decisão de sobrealocação das Ações, no momento da precificação da Oferta, tenha sido tomada em comum acordo pelo Coordenador Líder e pelo J.P. Morgan a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, e pelo prazo de até 30 dias contado a partir da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive.

Estabilização do Preço por Ação Preferencial

O Coordenador Líder, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A. poderá, após consulta ao J.P. Morgan, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização de preço das ações preferenciais de emissão da Companhia, pelo prazo de até 30 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, por meio de operações de compra e venda de ações preferenciais de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Preferenciais de Emissão da Metalúrgica Gerdau S.A., o qual será previamente aprovado pela BOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.

Serão utilizadas ações preferenciais de emissão da Companhia mantidas em tesouraria para o empréstimo de ações que servirá de lastro para as atividades de estabilização acima descritas. Este procedimento foi autorizado em reunião do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários realizada em 15 de abril de 2008.

Público-Alvo

Os *Joint Bookrunners*, em conjunto com as demais Instituições Participantes da Oferta, realizarão a distribuição pública das Ações, por meio de três ofertas distintas, quais sejam: (i) Oferta Prioritária; (ii) Oferta de Varejo; e (iii) Oferta Institucional.

Oferta Prioritária

A Oferta Prioritária será realizada junto aos Acionistas da Companhia que realizaram solicitações de reserva mediante formulário específico destinado à subscrição de Ações objeto da Oferta.

Os *Joint Bookrunners* e a Companhia poderão cancelar os Pedidos de Reserva de qualquer Acionista cuja participação na Oferta Prioritária represente uma potencial violação das normas que regem a distribuição de valores mobiliários na jurisdição a qual tal Acionista esteja sujeito e, conseqüentemente, possa expor a Companhia a acusações de infração a tais normas.

Sumário da oferta

Oferta de Varejo	Após deduzidas as Ações subscritas pelos Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, distribuição de no mínimo 10% e no máximo 20%, para cada espécie de Ação, ou seja, o limite mínimo e máximo será observado para as Ações Preferenciais e as Ações Ordinárias separadamente, das Ações, excluindo as Ações Suplementares, destinada prioritariamente à colocação pública a Investidores Não-Institucionais classificados como “Com Prioridade de Alocação” ou “Sem Prioridade de Alocação” (conforme definidos na seção “Informações sobre a Oferta” na página 52 deste Prospecto), observados o valor mínimo de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de R\$300.000,00, para cada espécie de ação, ou seja, os limites mínimos e máximos de investimento deverão ser observados para investimento nas Ações Preferenciais e nas Ações Ordinárias separadamente.
Oferta Institucional	Distribuição das Ações não-destinadas à Oferta de Varejo, bem como eventuais sobras de Ações alocadas prioritariamente à Oferta de Varejo, destinadas a Investidores Institucionais. Não foram admitidas para esses investidores reservas antecipadas e não houve valores mínimos ou máximos de investimento, exceto no caso de pessoas físicas e jurídicas, inclusive clubes de investimento registrados na BOVESPA que para serem considerados Investidores Institucionais deverão ter excedido o valor de investimento de R\$300.000,00 para cada espécie de ação que tiver interesse.
Pedido de Reserva	Formulário específico preenchido durante o Período de Reserva por Investidor Não-Institucional ou Acionista que desejou participar da Oferta de Varejo e/ou da Oferta Prioritária.
Período de Reserva	Período iniciado em 22 de abril de 2008, inclusive, e encerrado em 23 de abril de 2008, inclusive.
Período de Reserva para a Oferta Prioritária	Período iniciado em 14 de abril de 2008, inclusive, e encerrado em 23 de abril de 2008, inclusive.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Companhia; (b) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c). Não houve período de reserva específico para investidores que sejam Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta.
Preço por Ação	R\$78,35. O preço de distribuição por Ação Preferencial (“ <u>Preço por Ação Preferencial</u> ”) foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos <i>Joint Bookrunners</i> , em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III, da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 44 da Instrução CVM 400 (“ <u>Procedimento de Bookbuilding</u> ”), tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia na BOVESPA; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade da demanda (por volume e preço).

Sumário da oferta

O preço de distribuição por Ação Ordinária (“Preço por Ação Ordinária” e, em conjunto com o Preço por Ação Preferencial, “Preço por Ação”) é o mesmo preço atribuído às Ações Preferenciais, conforme Parecer de Orientação CVM nº 1, de 27 de setembro de 1978, e Parecer de Orientação CVM nº 5, de 03 de dezembro de 1979.

Valor Total da Oferta R\$1.374.594.808,10, sem considerar a colocação das Ações Suplementares.

Garantia Firme de Liquidação A garantia firme de liquidação consiste na obrigação, individual e não solidária, dos *Joint Bookrunners* de subscrever, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, a quantidade de Ações objeto da Oferta (que inclui a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional) que não tenha sido efetivamente subscrita e liquidada no mercado até o final do Período de Colocação. Essa garantia é vinculante desde o momento em que foi fixado o Preço por Ação, assinado o Contrato de Colocação e publicado o Anúncio de Início. Assim, caso a totalidade das Ações não seja totalmente subscrita e liquidada na Data da Liquidação, os *Joint Bookrunners* subscreverão, de forma individual e não-solidária, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença (a) entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação por ele prestada, exceto as Ações Suplementares, nos termos do Contrato de Colocação, e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações ao público pelos *Joint Bookrunners* até a publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização no preço das ações preferenciais de emissão da Companhia a serem realizadas pela Itaú Corretora de Valores S.A.

Data de Liquidação A liquidação física e financeira ocorrerá até o terceiro dia útil contado a partir da data de Início de Negociação, inclusive, com a entrega das Ações aos respectivos investidores.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

Ações Ordinárias

As Ações Ordinárias assegurarão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada Ação Ordinária corresponderá a um voto; (b) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, a partir da data de sua subscrição, equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 27, do Estatuto Social da Companhia; (c) direito de alienação de suas Ações Ordinárias, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, no caso de alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, nos termos do do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (d) direito aos dividendos integrais e demais direitos pertinentes às Ações Ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação; e, (e) todos os demais direitos assegurados às Ações Ordinárias, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Nível 1, e no Estatuto Social da Companhia.

Ações Preferenciais

As Ações Preferenciais, assim como todas as ações preferenciais de emissão da Companhia, não conferem direito a voto nas deliberações das assembléias gerais da Companhia, sendo-lhes assegurados os direitos, vantagens e restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Nível 1 e do Estatuto Social da Companhia, dentre os quais: (a) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, nas mesmas condições e preço pago por ação ordinária integrante do bloco de controle, em decorrência de alienação de controle da Companhia; (b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; (c) direito a prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, no caso de nossa liquidação; (d) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, a partir da data de sua subscrição, equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 27, do Estatuto Social da Companhia; e (e) direito aos dividendos integrais e demais direitos pertinentes às Ações Preferenciais que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação e, no caso das Ações Suplementares, a partir da data de liquidação das Ações Suplementares.

Para informações adicionais, ver seção “Descrição do Capital Social” na página 215 deste Prospecto.

Restrições à Negociação de Ações (*lock-up*)

Nós, nosso Acionista Controlador e os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria titulares de mais de uma ação do nosso capital social concordaram com os *Joint Bookrunners*, sujeito a algumas exceções, em não oferecer, vender, ofertar à venda, contratar a venda, conceder uma opção de venda, empenhar ou dispor por qualquer forma, direta ou indiretamente, ou arquivar um pedido de registro na SEC ou na CVM, relativo às nossas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em, ou permutáveis por, ou exercíveis por, qualquer ação ordinária ou ação preferencial de nossa emissão, ou *warrants* ou outros direitos de compra de quaisquer ações de nossa emissão, ou publicamente informar a intenção de fazer tal oferta, venda, disposição ou arquivamento, durante o período de 90 dias seguintes à data da publicação do Anúncio de Início.

Mercados de Negociação

Nossas Ações são negociadas no segmento Nível 1 da BOVESPA, sob os códigos “GOAU3” (ações ordinárias) e “GOAU4” (ações preferenciais).

Sumário da oferta

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações no âmbito da Oferta estão sujeitos a diversos riscos, inclusive aqueles relacionados com a volatilidade do mercado de capitais, a liquidez das Ações e a oscilação de suas cotações em bolsa, e, portanto, poderão perder uma parcela ou a totalidade de seu eventual investimento. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações no âmbito da Oferta. Ver seção “*Fatores de Risco*”, a partir da página 43 deste Prospecto, que contém a descrição de certos riscos que atualmente acreditamos serem capazes de nos afetar de maneira adversa.

Fatores de Risco

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Ações, ver seção “*Fatores de Risco*”, a partir da página 43 deste Prospecto, além de outras informações incluídas no presente Prospecto.

Aprovações Societárias

A realização, termos e condições da Oferta foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 3 de março de 2008, cuja ata foi publicada no “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul”, em 04 de março de 2008, no jornal “Gazeta Mercantil”, em 04 de março de 2008 e no “Jornal do Commercio do Rio Grande do Sul”, em 4 de março de 2008. A fixação do Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril 2008, antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, e a respectiva ata será publicada no jornal “Gazeta Mercantil” e “Jornal do Commercio do Rio Grande do Sul” em 25 de abril de 2008 e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 26 de abril de 2008.

Informações Adicionais

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção “*Informações sobre a Oferta*” na página 52 deste Prospecto. Informações adicionais sobre a Oferta poderão ser obtidas por meio das Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção “*Informações Sobre a Oferta*” na página 52 deste Prospecto.

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER

Declaramos, por meio do Sr. Osvaldo Burgos Schirmer, nosso Diretor de Relações com Investidores e Vice-Presidente Executivo, que:

- este Prospecto Definitivo contém, e o Prospecto Preliminar continha, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores, da Oferta, das Ações, e de nossa Companhia, nossas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à nossa atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- este Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- as informações por nós prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Ações e por ocasião do arquivamento deste Prospecto Definitivo e do Prospecto Preliminar são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- estamos cientes de que somos responsáveis pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Ainda, o Coordenador Líder declara que tomou e tomará todas as cautelas e agiu e agirá com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:

- este Prospecto Definitivo contém e o Prospecto Preliminar continha, nas suas respectivas datas de publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, sobre a Oferta, as Ações, a Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400; e
- tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pela Companhia, por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, e fornecidas ao mercado durante a Oferta, fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Adicionalmente, o Coordenador Líder informa que a sua declaração referente ao artigo 56 da Instrução CVM 400 foi assinada por seus diretores estatutários Fernando Fontes Iunes e André E. Kok Neto.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das nossas Ações, os potenciais investidores devem considerar cuidadosa e atentamente todas as informações contidas neste Prospecto e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das Ações pode cair devido a quaisquer destes riscos, havendo possibilidade de perda de parte ou de todo o seu investimento.

Para os fins da presente seção, a indicação de que um risco pode ter ou terá um “efeito adverso para nós” significa que o risco pode ter ou terá um efeito adverso em nossos negócios, condições financeiras, liquidez, resultados de nossas operações, futuros negócios e/ou valor das Ações. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado. Outros riscos que não são atualmente de nosso conhecimento, ou que consideramos irrelevantes neste momento, poderão ter um efeito adverso significativo para nós.

RISCOS RELACIONADOS AO BRASIL

A situação econômica e política do Brasil e a política econômica e outras políticas do Governo Federal podem afetar negativamente a demanda por nossos produtos bem como as receitas líquidas e o desempenho financeiro geral de nossa Companhia.

A economia brasileira tem se caracterizado por freqüentes, e por vezes, significativas intervenções do Governo Federal que tem usualmente modificado as políticas monetária, fiscal, de crédito, tarifária e outras políticas que influenciam o curso da economia brasileira. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas freqüentemente implicaram aumento das taxas de juros, controle salarial e de preços, desvalorização do real, congelamento de contas bancárias, controles de capital e restrições a importações.

Os resultados das operações de nossa Companhia e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente pelos seguintes fatores e pela reação do Governo Federal a eles:

- flutuações nas taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- inflação;
- políticas fiscais;
- controles cambiais, conforme ocorrido temporariamente no fim de 1989 e em 1990;
- falta de energia;
- liquidez dos mercados financeiro e de capitais, doméstico e estrangeiros; e
- outras medidas de cunho político, diplomático, social e econômico que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto ao Governo Federal mudar políticas ou regulamentos que afetam esses ou outros fatores pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade nos mercados de títulos brasileiros e títulos emitidos no exterior por emissoras brasileiras. Esses e outros acontecimentos na economia brasileira e políticas governamentais podem afetar nossa Companhia e nosso negócio e podem afetar negativamente o valor de nossas ações.

Fatores de risco

Inflação e algumas políticas adotadas pelo Governo Federal para controlá-la podem contribuir consideravelmente para incerteza econômica no Brasil e causar efeitos adversos sobre nosso negócio e o valor de mercado de nossas ações.

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação. Desde a implantação do Plano Real, a taxa de inflação anual caiu consideravelmente, conforme registrado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA). Registrou-se 7,60% em 2004, 5,69% em 2005, 3,14% em 2006 e 4,46% em 2007. Se o Brasil experimentar altos níveis de inflação no futuro, o ritmo de crescimento da economia poderá desacelerar o que levaria a uma demanda reduzida por nossos produtos no Brasil. A inflação provavelmente aumentaria alguns dos nossos custos e despesas, que não conseguiríamos repassar aos nossos clientes e, conseqüentemente, poderíamos ver reduzidas nossas margens de lucro e lucro líquido. Além disso, a inflação alta geralmente leva a maiores taxas de juros internas e, conseqüentemente, os custos do serviço de nossa dívida em real podem aumentar. A inflação pode, ainda, limitar o acesso aos mercados de capital, o que pode afetar de maneira adversa nossa capacidade de refinar nossas dívidas. Pressões inflacionárias podem levar o Governo a baixar políticas de combate à inflação que afetam negativamente nosso negócio.

A volatilidade nas taxas de câmbio entre Real e as moedas de outros países em que operamos pode elevar nosso custo de serviço da dívida em moeda estrangeira e afetar negativamente nosso desempenho financeiro global.

Nosso resultado operacional é influenciado pelas variações cambiais entre o Real, a moeda em que preparamos nossas demonstrações financeiras, e as moedas dos países em que operamos.

A Gerdau Ameristeel, por exemplo, informa seus resultados em dólares dos Estados Unidos, ao passo que uma parcela de sua receita operacional líquida e custos operacionais são apresentados em dólares canadenses. Conseqüentemente, flutuações das taxas de câmbio dessas duas moedas podem ter impacto sobre os resultados operacionais. O mesmo ocorre com todos os demais estabelecimentos localizados fora do Brasil em relação à taxa de câmbio entre a moeda local da respectiva subsidiária e o Real.

O Real valorizou-se 11,8% em 2005, 8,7% em 2006 e 17,2% em 2007 em relação ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2007, a taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real era US\$1,00 por R\$1,7713.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil geralmente através do aumento do preço de produtos importados e serviços e da necessidade da implantação de políticas governamentais recessivas para controlar a demanda. Além disso, a desvalorização do Real poderia diminuir a confiança do investidor no Brasil e reduzir o preço de mercado de nossas Ações. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar pode causar uma deterioração da conta corrente e balança de pagamentos do Brasil, bem como sufocar o crescimento voltado para exportações.

Em 31 de dezembro de 2007, nossas dívidas em moeda estrangeira totalizavam US\$6.879,1 milhões, representando 76,6% de nosso endividamento em bases consolidadas. Na mesma data, possuíamos US\$1.143,8 milhões em investimentos de curto prazo e disponibilidades imediatas em dólares. Uma desvalorização considerável do Real em relação ao Dólar ou outras moedas pode diminuir nossa capacidade de atender nossas necessidades de serviço de dívida em relação a obrigações em moeda estrangeira, principalmente porque uma parcela significativa de nossa receita líquida de vendas é auferida em reais.

Fatores de risco

Nossas margens e receitas de exportações também são afetadas por flutuações do Real em relação ao Dólar. Nossos custos de produção são, em boa parte, em moeda local, porém nossas receitas com exportação são auferidas em Dólar. As receitas geradas pelas exportações sofrem uma redução quando convertidas para o Real, durante períodos em que a moeda brasileira se valoriza em relação à moeda norte-americana. Por outro lado, quando o real desvaloriza, o impacto da conversão é positivo e a mesma quantidade de dólares é convertido em uma quantidade maior de reais.

Acontecimentos em outras economias emergentes ou nos EUA podem afetar negativamente os resultados de nossas operações e o valor de nossas ações.

Condições políticas, econômicas, sociais e outros acontecimentos em outros países, principalmente da América Latina e outros países emergentes ou nos EUA, podem influenciar negativamente os resultados de nossas operações e o valor de nossas ações. Embora as condições econômicas desses países possam ser diferentes daquelas encontradas no Brasil, a reação dos investidores a acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito negativo sobre os mercados de títulos brasileiros e reduzir o interesse dos investidores por títulos de emissoras brasileiras. O Brasil já viveu períodos de saída considerável de dólares dos Estados Unidos e as companhias brasileiras tiveram custos mais altos de captação de fundos, tanto interna quanto externamente e ficaram impedidas de acessar os mercados de capitais internacionais. Não podemos garantir que os mercados de capitais internacionais continuarão abertos para as companhias brasileiras ou que as taxas de juros praticadas nesses mercados continuarão sendo vantajosas para nossa Companhia, o que poderá limitar nossa capacidade de refinar nossas dívidas.

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA E AO SETOR DE AÇÃO

No Brasil, as ações de sociedades holdings são negociadas com um desconto em relação ao preço de mercado das ações das companhias em que elas investem, o que poderá levar o investidor a não capturar, integralmente, o valor de nossas Ações.

No Brasil, as ações de sociedades holdings são historicamente negociadas com um desconto em relação ao preço de mercado das ações das companhias em que elas investem. Como exemplo, em 31 de dezembro de 2007, nossas ações preferenciais eram negociadas com um desconto em relação às ações preferenciais da Gerdau, equivalente a aproximadamente 26,70%. Acreditamos que aproximadamente 20% desse desconto esteja relacionado à nossa condição de sociedade holding. Não podemos assegurar que o preço de mercado de nossas ações refletirá o preço de mercado das companhias em que investimos. Caso isso não ocorra, nossos acionistas poderão não conseguir capturar, integralmente, o valor de nossas Ações.

Nossa receita operacional consolidada é proveniente, basicamente, do resultado de equivalência patrimonial da Gerdau. Assim, os fatores que afetam os resultados operacionais da Gerdau também afetam nossos resultados. Adicionalmente, dependemos do resultado de nossos investimentos para distribuir dividendos a nossas Ações.

Nossa receita operacional consolidada é proveniente, basicamente, dos resultados da Gerdau e suas subsidiárias, incluindo as distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio realizados por elas. Nesse sentido, variações nos resultados operacionais da Gerdau e de suas subsidiárias poderão impactar de forma negativa nossos resultados operacionais. Os principais fatores que afetam os resultados operacionais da Gerdau também afetam nossos resultados operacionais, incluindo, sem limitação:

- a conjuntura econômica e política no Brasil;
- a conjuntura econômica e política nos Estados Unidos;
- flutuações na taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano;

Fatores de risco

- a natureza cíclica da oferta de e demanda por produtos siderúrgicos no Brasil e no exterior, inclusive os preços dos produtos siderúrgicos;
- nosso nível de exportação; e
- nossos custos de produção.

Adicionalmente, o resultado da equivalência patrimonial não corresponde, necessariamente, a um ingresso de caixa para a nossa Companhia (realização financeira) e, desta forma, podemos contabilizar uma receita operacional expressiva sem que haja o correspondente ingresso de caixa. Adicionalmente, o resultado de equivalência patrimonial não integra, necessariamente, a parcela realizada do lucro líquido de um determinado exercício social e, portanto, poderá não ser totalmente refletido no cálculo do dividendo mínimo obrigatório daquele exercício.

Devido à nossa característica de sociedade holding, praticamente toda a nossa receita operacional advém de nossas subsidiárias e, conseqüentemente, nossa capacidade de distribuir dividendos a nossos acionistas depende, em grande parte, dos dividendos e outras remunerações de capital que recebamos de nossas subsidiárias. Esta característica de nossa receita operacional poderá reduzir os dividendos a serem pagos por nós e, conseqüentemente, o valor de nossas Ações.

A demanda por aço é cíclica e uma redução dos preços mundiais do aço pode afetar negativamente nossos resultados operacionais.

O setor do aço é uma indústria cíclica tanto no Brasil quanto no exterior e uma redução da demanda por aço pode nos afetar negativamente. Conseqüentemente, estamos sujeitos a variações na demanda por aço o que, por sua vez, causa volatilidade nos preços dos produtos que utilizam o aço como matéria-prima, principalmente em relação a exportações e produtos que enfrentam concorrência de importados. Ademais, como o setor de aço brasileiro produz consideravelmente mais aço que o mercado interno consegue absorver, o setor de aço brasileiro é altamente dependente dos mercados de exportação. A demanda por produtos de aço e, portanto, a condição financeira e resultado das operações de companhias que atuam no setor de aço, inclusive nós, são geralmente afetados por flutuações macroeconômicas na economia mundial e em economias internas de países produtores de aço, inclusive por tendências nos setores de construção civil e automotivo em geral, ambos grandes consumidores de aço. Desde 2003, a demanda por produtos de aço em economias emergentes (principalmente a China), a força do Euro e o crescimento mundial em geral têm contribuído para uma alta sem precedentes nos preços de nossos produtos de aço. No entanto, esses preços relativamente altos podem não persistir principalmente devido à expansão mundial da capacidade instalada. Uma redução importante na demanda por aço ou exportações por países incapazes de consumir sua produção pode ter um efeito adverso relevante sobre as operações e perspectivas de nossa Companhia.

Aumentos nos preços de sucata de aço ou sua escassez podem afetar negativamente nossos custos de produção e margens operacionais.

O principal insumo metálico de nossas *mini-mills*, que foram responsáveis por 77,0% de nossa produção de aço bruto em 2007 (em termos de volume), é a sucata de aço. Embora os preços internacionais da sucata de aço sejam determinados principalmente pelos preços da sucata no mercado interno dos Estados Unidos, sendo este o maior exportador de sucata, os preços de sucata no mercado brasileiro são determinados pela oferta e procura internas. O preço da sucata de aço no Brasil varia de uma região para outra e reflete a geração, a demanda e os custos de transporte. Se os preços da sucata aumentarem significativamente, sem um aumento proporcional nos preços de venda do aço acabado, nosso lucro e margens poderão sofrer uma redução. Um aumento nos preços da sucata de aço ou sua escassez afetaria nossos custos de produção e reduziria nossas margens operacionais à medida que não conseguíssemos repassar esses custos adicionais aos nossos clientes.

Fatores de risco

Aumentos nos preços do minério de ferro e carvão ou sua escassez podem afetar negativamente nossos custos de produção e as margens operacionais de nossas usinas integradas.

Um aumento de preços das matérias primas de que necessitamos para produzir aço em nossas instalações integradas, principalmente minério de ferro e carvão coqueificável, implica um aumento dos custos de produção de nossas instalações integradas. Utilizamos minério de ferro para produzir ferro-gusa líquido em nossa usina de Ouro Branco e em nossas unidades Gerdau Barão de Cocais e Gerdau Divinópolis, no estado de Minas Gerais. O minério de ferro também é utilizado na produção de ferro esponja na unidade Gerdau Usiba, no estado da Bahia. Em 2007, essas quatro unidades representavam 23,0% de nossa produção consolidada de aço bruto em volume.

A unidade de Ouro Branco é nossa maior usina no Brasil, e o seu principal insumo metálico para produção de aço é o minério de ferro. Em 2007, essa unidade representou 35,2% de toda produção de aço bruto (em volume) de nossas operações no Brasil. Uma escassez de minério de ferro no mercado interno afetaria de maneira adversa a capacidade de produção de aço de nossas unidades brasileiras e um aumento dos preços do minério de ferro poderia reduzir nossas margens de lucro.

Todo carvão coqueificável de que precisamos para nossas unidades brasileiras é importado, devido à qualidade inferior do carvão brasileiro. O carvão coqueificável é o principal insumo energético da usina de Ouro Branco e é utilizado na instalação de coqueificação. Embora essa usina não dependa de abastecimento de coque, uma redução no abastecimento de carvão coqueificável poderia afetar negativamente a operação integrada dessa usina, uma vez que Ouro Branco precisa de carvão coqueificável para produzir coque na sua instalação de coqueificação. Todo carvão coqueificável utilizado na usina de Ouro Branco é importado do Canadá, Estados Unidos e Austrália. A escassez de carvão coqueificável no mercado internacional poderia afetar negativamente a capacidade de produção de aço da usina de Ouro Branco e qualquer aumento de preço poderia reduzir nossas margens de lucro. Não possuímos qualquer contrato de fornecimento de longo prazo para determinadas matérias-primas que utilizamos.

Poderemos não ser bem sucedidos na integração de nosso negócio, administração, operações ou produtos ou podemos não realizar qualquer benefício esperado de aquisições futuras.

Ao longo dos anos, realizamos diversas aquisições nas Américas, Europa e Ásia. A integração do negócio e oportunidades que surgem das empresas recém-adquiridas e aquelas que porventura vierem a ser adquiridas por nós no futuro envolve risco. Podemos não ter sucesso na integração de negócios adquiridos no futuro, administração, operações, produtos e serviços às nossas atuais operações. O desvio da atenção da administração, de nossas atuais atividades e problemas que podem surgir em relação à integração das novas operações podem ter impacto sobre nossas receitas e resultados operacionais. A integração de aquisições futuras pode resultar em despesas adicionais que poderão reduzir nossa lucratividade. Poderemos não ser bem-sucedidos na administração desses riscos ou de qualquer outro problema encontrado nas aquisições passadas e futuras.

Nossas operações requerem grande quantidade de energia. A escassez de energia ou o aumento de seus preços podem afetar negativamente nossas operações.

A produção de aço é um processo que consome grandes quantidades de energia, principalmente nas fundições de sucata em fornos elétricos. A eletricidade representa um componente de custo importante dessas unidades. Não há substituto para a eletricidade em nossas *mini-mills*, e racionamentos ou faltas de energia, tais como aqueles ocorridos no Brasil em 2001, podem afetar negativamente a produção nessas unidades.

Fatores de risco

O gás natural é utilizado para reaquecimento dos tarugos nas laminações. No caso de escassez de gás natural, poderemos, em algumas situações, utilizar o óleo combustível como fonte de energia, porém requer alguns investimentos a um certo tempo. Essas medidas, porém, podem aumentar nossos custos de produção e, conseqüentemente, reduzir nossas margens operacionais.

A imposição de barreiras ao comércio de produtos de aço podem afetar nosso negócio pelo aumento de preço de nossos produtos ou redução de nossa capacidade de exportar.

Somos um produtor de aço que fornece tanto para o mercado interno brasileiro quanto para diversos mercados externos. Nossas exportações enfrentam concorrência de outros produtores de aço, bem como restrições e barreiras impostas por países importadores sob a forma de cotas, impostos *ad valorem*, tarifas ou aumentos dos impostos de importação. Por exemplo, em março de 2002, o governo norte-americano impôs certas cotas e tarifas sobre a importação de uma série de produtos siderúrgicos. Qualquer dessas restrições pode aumentar os custos de nossos produtos e torná-los menos competitivos ou até mesmo impedir nossas vendas para esses mercados. Não há garantia de que os países importadores não irão estipular cotas, instituir impostos *ad valorem* ou tarifas ou aumentar os impostos sobre as importações.

A concorrência de produtos importados mais baratos na América do Norte podem afetar negativamente nosso negócio.

As importações de aço na América do Norte têm pressionado a queda dos preços do aço nos últimos anos, afetando de maneira negativa nossas vendas e margens de lucro. A concorrência de produtores de aço estrangeiros é acirrada e pode aumentar em razão de aumentos da capacidade instalada estrangeira, desvalorização do Dólar ou redução da demanda doméstica por aço em outros mercados. Esses fatores pressionam as exportações de aço para a América do Norte a preços mais baixos. No passado, o governo dos Estados Unidos adotou medidas protecionistas para regular as importações de aço através da fixação de cotas e tarifas. Medidas protecionistas podem não ser adotadas no futuro e, apesar dos esforços para regulamentar o comércio, importações com preços desleais podem entrar no mercado norte-americano no futuro, causando uma pressão de preço que pode afetar negativamente nosso negócio.

Uma redução da atividade econômica nos países estrangeiros em que operamos, notadamente os Estados Unidos da América e o Canadá, pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Uma parcela significativa de nossos ativos de produção de aço está localizada fora do Brasil, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá, além da América Latina e Europa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, aproximadamente 41% de nossas vendas físicas foram geradas por nossas operações brasileiras, 40,5% pelas operações nos Estados Unidos e Canadá, 13,1% pelas operações latino-americanas (excluindo o Brasil) e 5,4% pelas operações européias.

Recentemente, a economia norte-americana e, notadamente, setores importantes como o de construção civil têm apresentado sinais de redução em sua atividade. À medida que haja uma redução na atividade econômica dos países estrangeiros em que operamos, notadamente os Estados Unidos da América e o Canadá, nossos resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Fatores de risco

Nossos equipamentos, instalações e operações estão sujeitos a vários regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

Nossas atividades estão sujeitas a abrangente legislação relativa à proteção do meio ambiente. No Brasil, o cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem nos impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades. A aprovação de leis e regulamentos mais rigorosos em relação à proteção do meio ambiente pode resultar na necessidade de destinar maiores investimentos de capital a este campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos planejados. Tais alterações podem ter efeito adverso relevante sobre a nossa condição financeira e sobre os resultados das nossas operações.

Além disso, se não observarmos a legislação relativa à proteção do meio ambiente podemos sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, interdição da atividade, a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, podendo ter impacto negativo em nossas receitas ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos junto ao mercado financeiro.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que tenhamos assumido por meio de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais poderá causar impacto adverso relevante em nossa imagem, em nossas receitas e em nossos resultados operacionais.

A demora ou indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação das licenças ambientais necessárias, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, a instalação e a operação dos nossos empreendimentos.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

Um mercado ativo e líquido para nossas Ações Ordinárias poderá não se desenvolver.

Atualmente, o mercado para nossas Ações Ordinárias possui atividade e liquidez limitadas, comparativamente à atividade e liquidez de nossas Ações Preferenciais. Não podemos prever em que medida o interesse de investidores por nós ocasionará o incremento da negociação de nossas Ações Ordinárias na BOVESPA, e o quão líquido poderá vir a ser este mercado. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação de preço ou de liquidez das Ações no mercado secundário.

Pessoas Vinculadas poderão participar desta Oferta, tanto na Oferta de Varejo como na Oferta Institucional. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso a demanda verificada na Oferta não seja superior em um terço à quantidade de Ações objeto da Oferta (sem considerar as Ações Suplementares), os Pedidos de Reserva e ordens de investimento de Pessoas Vinculadas não serão cancelados, o que poderá ter um impacto adverso na liquidez esperada das Ações. Ademais, a participação de Pessoas Vinculadas na Oferta Institucional, que está limitada a 15% da quantidade de Ações objeto da Oferta (sem considerar as Ações inscritas no âmbito da Oferta Prioritária e as Ações Suplementares), poderá promover a má formação do Preço por Ação e nos afetar adversamente. Subscrições realizadas em decorrência dos contratos de *total return swap* não serão considerados subscrições por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta.

Fatores de risco

Vendas substanciais de nossas Ações após a Oferta poderão causar uma redução no preço de nossas Ações.

Nós, os membros de nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria que detiverem Ações na data de assinatura do *Placement Facilitation Agreement*, obrigam-se, pelo prazo de 90 dias contados da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito dos Agentes de Colocação Internacional e conforme determinadas exceções, a não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar ou outorgar opção de compra de quaisquer ações de nossa emissão, ou outros valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações de nossa emissão, bem como abster-se de celebrar operação de swap, *hedge*, venda a descoberto ou de outra natureza que venha a transferir, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos advindos da titularidade dos valores mobiliários (*lock-up*).

Após o término do Período de *Lock-up*, todas as ações sujeitas a tal período estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas, ou uma percepção de possibilidade de ocorrência de vendas, de um número substancial de nossas Ações poderia afetar adversamente o valor de mercado de nossas Ações.

Poderemos precisar de recursos adicionais futuramente, os quais poderão ser obtidos por meio da emissão de novas ações ao invés de incorrerem em mais dívidas, o que poderá resultar na diluição de sua participação em nosso capital social.

Poderemos precisar de recursos adicionais no futuro e, se outra modalidade de financiamento estiver indisponível ou se nossos acionistas decidirem, poderemos emitir novas ações. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de nosso capital poderá diluir a sua participação em nosso capital social.

Caso outorguemos opções no âmbito de nosso Plano de Opção de Compra de Ações, nossos acionistas poderão sofrer uma diluição em sua participação.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2003, nossos acionistas aprovaram um Plano de Opção de Compra de Ações, por meio do qual a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações preferenciais de sua emissão para determinados colaboradores da Companhia. Até a presente data, não foram outorgadas quaisquer opções e a Companhia tampouco pretende, a curto ou médio prazo, outorgar opções no âmbito desse plano. Caso, no entanto, haja a outorga de opções no longo prazo, nossos acionistas poderão sofrer uma diluição em sua participação acionária.

Os titulares de nossas Ações poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, precisamos pagar dividendos a nossos acionistas no valor de, pelo menos, 30% de nosso lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado pelo estabelecido na Lei das Sociedades por Ações. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, podemos optar por não pagar dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, se nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira. Para mais informações sobre dividendos, ver seção “*Dividendos e Política de Dividendos*” na página 227 deste Prospecto .

Fatores de risco

Os interesses de nossos Acionistas Controladores podem conflitar com os interesses de nossos outros acionistas.

Sujeitos às nossas disposições estatutárias, nossos Acionistas Controladores possuem poder para:

- eleger a maioria de nossos conselheiros de administração e indicar diretores, estabelecer nossa política administrativa e exercer integralmente o controle sobre nossa administração;
- vender ou de qualquer modo transferir suas ações em nossa Companhia; e
- aprovar qualquer ato que necessite da aprovação de acionistas representando a maioria de nosso capital social, incluindo reorganização societária, aquisição e venda de ativos e o pagamento de quaisquer futuros dividendos.

Existe o risco de nossos Acionistas Controladores decidirem pela realização de transações que, em seu julgamento, irão aumentar o valor de seus investimentos em nossa Companhia, ainda que essas transações venham a conflitar com os interesses de nossos outros acionistas.

Estamos realizando uma Oferta de Ações no Brasil com esforços de colocação das Ações no exterior, o que poderá deixar nossa Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

Nossa Oferta compreende uma distribuição pública primária de Ações registrada na CVM, que inclui esforços de colocação das Ações no exterior, nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act* e para investidores nos demais países (exceto Estados Unidos da América e Brasil), com base no Regulamento S do *Securities Act*, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento autorizados pelo governo brasileiro.

Adicionalmente, a Companhia é parte do *Placement Facilitation Agreement* que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O *Placement Facilitation Agreement* apresenta cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no Prospecto Internacional. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a estas questões, eles poderão ter direito de regresso contra nós por conta dessa cláusula de indenização.

Finalmente, informamos que o *Placement Facilitation Agreement* possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão ensejar a outros potenciais procedimentos judiciais.

Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que nos penalizaria em tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida. A eventual condenação de nossa Companhia em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes no Prospecto Internacional, se envolver valores elevados, poderá ter um impacto significativo e adverso para nós.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações detidas por nossos acionistas titulares de 5% ou mais de nossas ações, pelos membros de nosso Conselho de Administração, bem como as ações em tesouraria, em 31 de março de 2008 e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Número de Ações Ordinárias	%	Número de Ações Ordinárias	%
Indac Ind. Adm. e Comércio S.A.....	18.294.979	29,33	23.214.166	33,74
Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda.	15.951.171	25,57	15.951.171	23,18
Gersul Empreendimentos Imobiliários Ltda.....	3.618.699	5,80	3.618.699	5,26
Diretores, membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e conselheiros fiscais (27 pessoas)	1.629.216	2,61	1.631.979	2,37
Outros.....	22.882.527	36,69	24.393.482	35,45
Tesouraria	0	0,00	0	0,00
Total	62.376.592	100,00	68.809.497	100,00

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Número de Ações Preferenciais	%	Número de Ações Preferenciais	%
Indac Ind. Adm. e Comércio S.A.....	0	0,00	0	0,00
Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda.	7.896	0,01	7.896	0,01
Gersul Empreendimentos Imobiliários Ltda.....	0	0,00	0	0,00
Diretores, membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e conselheiros fiscais (27 pessoas)	2.935.849	2,35	2.940.441	2,16
Outros.....	118.680.339	95,13	129.787.128	95,53
Tesouraria	3.129.100	2,51	3.129.100	2,30
Total	124.753.184	100,00	135.864.565	100,00

RESERVA DE CAPITAL

A totalidade dos recursos líquidos decorrentes da Oferta será destinada à conta de capital social da Companhia.

DESCRIÇÃO DA OFERTA

A Oferta compreende a distribuição pública primária de, inicialmente, 6.432.905 Ações Ordinárias e 11.111.381 Ações Preferenciais.

Serão objeto da distribuição pública primária (i) Ações Ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) Ações Preferenciais, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

Informações sobre a oferta

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, conforme a Instrução CVM 400, pelas Instituições Participantes da Oferta. Serão realizados, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act, nos termos de isenções de registro previstas no Securities Act, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do Securities Act editado pela SEC e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução n.º 2.689/00 e da Instrução CVM n.º 325/00. A Oferta não foi e não será registrada na SEC ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer país, exceto o Brasil. Não é permitida a oferta ou venda de valores mobiliários nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas “U.S. persons” na ausência de registro ou isenção de registro de acordo com a *Securities Act*. Para participar da Oferta, os Investidores Institucionais Estrangeiros residentes no exterior deverão estar registrados em conformidade com os mecanismos de investimentos da Resolução n.º 2.689/00 e da Instrução CVM n.º 325/00. Não houve e não haverá registro das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil. Para participar da Oferta, os Investidores Institucionais Estrangeiros residentes no exterior deverão estar registrados na CVM.

As Ações objeto da Oferta serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de garantia firme de liquidação, prestada de forma individual e não solidária pelos *Joint Bookrunners*.

Opção de Distribuição de Ações Suplementares

A Companhia concedeu, nos termos do artigo 24, caput da Instrução CVM 400, ao Coordenador Líder, uma opção a ser exercida, total ou parcialmente, para a subscrição de um lote suplementar de até 1.666.707 ações preferenciais equivalente a até 15% das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (“Opção de Ações Suplementares”).

A Opção de Ações Suplementares será destinada exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta e poderá ser exercida no prazo de até 30 (trinta) dias contado a partir da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, após a assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Colocação de Ações de Emissão da Metalúrgica Gerdau S.A. (“Contrato de Colocação”), nas mesmas condições e preço das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida a exclusivo critério do Coordenador Líder, desde que a decisão de sobrealocação das Ações Preferenciais, no momento da precificação da Oferta, tenha sido tomada em comum acordo pelo Coordenador Líder e pelo J.P. Morgan.

FIXAÇÃO DO PREÇO DAS AÇÕES

O preço de distribuição por Ação Preferencial (“Preço por Ação Preferencial”) foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos *Joint Bookrunners*, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III, da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de *Bookbuilding*”), tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia na BOVESPA; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade da demanda (por volume e preço). O Preço por Ação Preferencial foi fixado em R\$78,35.

O preço de distribuição por Ação Ordinária (“Preço por Ação Ordinária”) e, em conjunto com o Preço por Ação Preferencial, “Preço por Ação”) foi o mesmo preço de distribuição atribuído às Ações Preferenciais, conforme Parecer de Orientação CVM n° 1, de 27 de setembro de 1978, e Parecer de Orientação CVM n° 5, de 03 de dezembro de 1979.

Informações sobre a oferta

Foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações, sem considerar as Ações Suplementares. Desta forma, não foi permitida a colocação, pelos *Joint Bookrunners*, Coordenadores e Coordenadores Contratados, à exceção da Oferta Prioritária, de Ações para os Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que as intenções de investimento realizadas por eles foram automaticamente canceladas. A integralização de Ações realizadas para proteção (*hedge*) de operações com derivativos não foram consideradas investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, tendo em vista que tal preço não promoverá a diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, uma vez que o Preço por Ação Preferencial foi aferido com base no valor de mercado das Ações Preferenciais a serem subscritas e por meio da realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Qualificados apresentaram suas ordens firmes de subscrição no contexto da Oferta, e o Preço por Ação Ordinária é o mesmo preço atribuído às Ações Preferenciais, conforme Parecer de Orientação CVM nº 1, de 27 de setembro de 1978, e Parecer de Orientação CVM nº 5, de 03 de dezembro de 1979. Os Investidores Não-Institucionais que aderiram à Oferta Brasileira não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* nem, portanto, do processo de fixação do Preço por Ação Preferencial e, conseqüentemente, do Preço por Ação Ordinária.

COTAÇÃO DAS AÇÕES

Ações Ordinárias

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações ordinárias na BOVESPA, por ano, nos últimos cinco anos, estão indicadas a seguir:

Ano	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
2003.....	4,21	6,70	9,78
2004.....	10,26	16,86	22,80
2005.....	14,93	20,61	28,18
2006.....	27,28	33,72	39,04
2007.....	37,33	54,35	68,88
2008 (até 31/03/2008) ..	54,81	66,73	75,00

Fonte: Economática.

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações ordinárias na BOVESPA, por trimestre, nos últimos dois anos, estão indicadas a seguir:

Trimestre	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
1T/2006.....	27,28	31,22	35,66
2T/2006.....	30,12	33,80	36,90
3T/2006.....	30,70	33,64	36,49
4T/2006.....	32,15	36,24	39,04
1T/2007.....	37,33	41,35	46,09
2T/2007.....	45,31	53,05	63,83
3T/2007.....	48,73	58,27	64,90
4T/2007.....	59,37	64,99	68,88
1T/2008.....	54,81	66,73	75,00

Fonte: Economática.

Informações sobre a oferta

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações ordinárias na BOVESPA, por mês, nos últimos seis meses, estão indicadas a seguir:

Mês	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
Set/2007	53,13	56,61	59,51
Out/2007	60,02	64,04	67,76
Nov/2007	59,37	64,58	68,88
Dez/2007	63,54	66,57	68,31
Jan/2008	54,81	61,73	67,51
Fev/2008	59,52	64,16	69,00
Mar/2008	69,50	72,94	75,00

Fonte: Economática.

Ações Preferenciais

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações preferenciais na BOVESPA, por ano, nos últimos cinco anos, estão indicadas a seguir:

Ano	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
2003	3,91	6,09	11,10
2004	11,13	16,93	24,72
2005	16,02	22,30	29,26
2006	28,87	36,35	41,93
2007	38,68	56,28	70,90
2008 (até 31/03/2008) ..	54,62	68,06	77,50

Fonte: Economática.

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações preferenciais na BOVESPA, por trimestre, nos últimos dois anos, estão indicadas a seguir:

Trimestre	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
1T/2006	28,87	34,10	38,96
2T/2006	32,29	36,72	40,12
3T/2006	33,01	36,25	39,20
4T/2006	33,57	38,42	41,93
1T/2007	38,68	43,43	48,90
2T/2007	46,29	55,34	65,37
3T/2007	51,20	60,06	67,09
4T/2007	60,38	66,51	70,90
1T/2008	54,62	68,06	77,50

Fonte: Economática.

Informações sobre a oferta

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações preferenciais na BOVESPA, por mês, nos últimos seis meses, estão indicadas a seguir:

Mês	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
Set/2007	54,86	58,03	61,03
Out/2007	61,52	65,85	68,88
Nov/2007	60,38	65,93	70,38
Dez/2007	63,90	67,92	70,90
Jan/2008	54,62	63,19	69,61
Fev/2008	58,60	65,32	71,17
Mar/2008	70,11	73,89	77,50

Fonte: Economática.

QUANTIDADE, VALOR, CLASSE E ESPÉCIE DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Na hipótese de não haver exercício da Opção de Ações Suplementares:

Ações Ordinárias

Emissora	Quantidade	Preço por Ação (R\$)	Montante (R\$)	Recursos Líquidos (R\$)
Companhia	6.432.905	78,35	504.018.106,75	497.136.059,11
Total	<u>6.432.905</u>	<u>78,35</u>	<u>504.018.106,75</u>	<u>497.136.059,11</u>

Ações Preferenciais

Emissora	Quantidade	Preço por Ação (R\$)	Montante (R\$)	Recursos Líquidos (R\$)
Companhia	11.111.381	78,35	870.576.701,35	858.689.528,55
Total	<u>11.111.381</u>	<u>78,35</u>	<u>870.576.701,35</u>	<u>858.689.528,55</u>

Na hipótese de haver exercício integral da Opção de Ações Suplementares:

Emissora	Quantidade	Preço por Ação (R\$)	Montante (R\$)	Recursos Líquidos (R\$)
Companhia	12.778.088	78,35	1.001.163.194,80	987.492.946,24
Total	<u>12.778.088</u>	<u>78,35</u>	<u>1.001.163.194,80</u>	<u>987.492.946,24</u>

Informações sobre a oferta

CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos de distribuição da Oferta serão arcados pela Companhia, nos termos do Contrato de Colocação.

Abaixo segue descrição dos custos relativos à Oferta, considerando que o Preço das Ações Ordinárias é o mesmo preço de distribuição das Ações Preferenciais, conforme Parecer de Orientação CVM nº 1, de 27 de setembro de 1978 e Parecer de Orientação CVM nº 5, de 3 de dezembro de 1979.

Comissões e Despesas	Valor (R\$)⁽²⁾	% em Relação ao Valor Total da Oferta⁽²⁾	Custo unitário por Ação (R\$)⁽²⁾
Comissão de coordenação	3.003.075,27	0,2%	0,17
Comissão de garantia firme de liquidação.....	3.003.075,27	0,2%	0,17
Comissão de colocação.....	9.009.225,81	0,7%	0,51
Comissão de incentivo	3.753.844,09	0,3%	0,21
Total de comissões	18.769.220,44	1,4%	1,07
Taxas de Registro e Listagem da Oferta	82.870,00	0,0	0,00
Despesas com advogados e consultores	1.500.000,00	0,1	0,09
Despesas com auditoria externa.....	1.600.000,00	0,1	0,09
Outras despesas ⁽¹⁾	1.500.000,00	0,1	0,09
Total de despesas.....	4.682.870,00	0,3	0,27
Total.....	23.452.090,44	1,7%	1,34

⁽¹⁾ Custos estimados com *Roadshow*, emolumentos da CBLIC para liquidação da Oferta e publicidade.

⁽²⁾ Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.

APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

A realização, termos e condições da Oferta foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 3 de março de 2008, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em 04 de março de 2008, no jornal “Gazeta Mercantil” em 04 de março de 2008 e no jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, em 4 de março de 2008. A fixação do Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada na data deste Prospecto, e a respectiva ata será publicada no jornal “Gazeta Mercantil” e no “Jornal do Comercio do Rio Grande do Sul” em 25 de abril de 2008 e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 26 de abril de 2008.

PÚBLICO ALVO DA OFERTA

A Oferta Prioritária será destinada aos Acionistas da Companhia (conforme abaixo definido), conforme sua posição de custódia na CBLIC, e na instituição depositária das Ações de emissão da Companhia.

A Oferta de Varejo será realizada junto a investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento registrados na BOVESPA, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, conforme definidos abaixo, e que tenham realizado solicitações de reserva mediante o preenchimento de formulário específico (“Pedido de Reserva”) destinado à subscrição de Ações no âmbito da Oferta, observado o valor mínimo de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de R\$300.000,00, nos seus respectivos Pedidos de Reserva (“Investidores Não-Institucionais”), para cada espécie de ação, ou seja, os limites mínimos e máximos de investimento deverão ser observados para investimento nas Ações Preferenciais e nas Ações Ordinárias separadamente.

Informações sobre a oferta

A Oferta Institucional será realizada junto a pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento registrados na BOVESPA cujas ordens específicas, no âmbito da Oferta, correspondam a valores de investimento superiores ao limite de R\$300.000,00, para cada espécie de ação que tiver interesse, estabelecido para Investidores Não-Institucionais, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência privada e os Investidores Institucionais Estrangeiros que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução nº 2.689/00 do CMN, e da Instrução CVM nº 325/00, que vierem a participar da Oferta, segundo essas mesmas normas (“Investidores Institucionais”).

CRONOGRAMA E PROCEDIMENTOS DA OFERTA

Cronograma da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data prevista⁽¹⁾
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logo das Corretoras Consorciadas). Início do Período de Reserva para a Oferta Prioritária. Disponibilização do Prospecto Preliminar. Início da apresentação para potenciais investidores (<i>Roadshow</i>).. Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .	14 de abril de 2008
2.	Republicação do Aviso ao Mercado (com o logo das Corretoras Consorciadas). Início do Período de Reserva.	22 de abril de 2008
3.	Encerramento do Período de Reserva. Encerramento do Período de Reserva para a Oferta Prioritária.	23 de abril de 2008
4.	Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . Encerramento do <i>Roadshow</i> . Fixação do Preço por Ação. Assinatura do Contrato de Colocação, Contrato Internacional e demais contratos relacionados à Oferta.	24 de abril de 2008
5.	Publicação do Anúncio de Início. Disponibilização do Prospecto Definitivo Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	25 de abril de 2008
6.	Início de Negociação das Ações objeto da Oferta.	28 de abril de 2008
7.	Data de Liquidação.	30 de abril de 2008
8.	Encerramento do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	28 de maio de 2008
9.	Publicação do Anúncio de Encerramento.	29 de maio de 2008

⁽¹⁾ Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério dos *Joint Bookrunners* e da Companhia.

Informações sobre a oferta

Procedimentos da Oferta

Após o encerramento do Período de Reserva (abaixo definido), a fixação do Preço por Ação, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a assinatura do Contrato de Colocação, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais de Emissão da Metalúrgica Gerdau S.A. (“Prospecto Definitivo”), os *Joint Bookrunners*, em conjunto com as demais Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações em mercado de balcão não-organizado, por meio de três ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta prioritária destinada aos acionistas da Companhia (“Oferta Prioritária”); (ii) uma oferta realizada a Investidores Não-Institucionais (conforme abaixo definidos) (“Oferta de Varejo”); e (iii) uma oferta destinada a Investidores Institucionais (conforme abaixo definidos) (“Oferta Institucional”), observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Nível 1.

Oferta Prioritária

De forma a assegurar a participação dos acionistas da Companhia (“Acionistas”) na Oferta, sem considerar a Opção de Ações Suplementares, tomou-se como base a participação acionária verificada nas posições de custódia (a) ao final do dia 16 de abril de 2008, data de liquidação das operações realizadas no pregão da BOVESPA no dia útil imediatamente anterior à publicação do Aviso ao Mercado, respeitada a liquidação física e financeira das operações realizadas no pregão da BOVESPA naquele dia, (i) na CBLC, e (ii) na instituição depositária das ações de emissão da Companhia (“Primeira Data de Corte”) e (b) ao final do último dia do período compreendido entre 14 de abril de 2008, data de publicação do Aviso ao Mercado, e 23 de abril de 2008, inclusive (“Período de Reserva para a Oferta Prioritária”), (i) na CBLC, e (ii) na instituição depositária das ações de emissão da Companhia (“Segunda Data de Corte”). A Oferta Prioritária destina-se aos Acionistas da Companhia na Primeira Data de Corte, sendo que se a sua respectiva posição acionária sofreu alteração entre a Primeira Data de Corte e a Segunda Data de Corte, o seu respectivo Limite de Subscrição Proporcional (definido abaixo) sofrerá alteração proporcional à variação da posição em custódia do Acionista verificada entre a Primeira Data de Corte e a Segunda Data de Corte.

Os direitos decorrentes da prioridade aqui descrita puderam ser negociados ou cedidos pelos Acionistas. Durante o Período de Reserva para a Oferta Prioritária, o Acionista que desejou ceder seu direito de prioridade, no todo ou em parte, para subscrição das Ações, firmou termo de cessão específico (“Termo de Cessão”), juntamente com o Acionista que desejou adquiri-lo. Até 18 de abril de 2008, o Acionista adquirente do direito de prioridade entregou ao Coordenador Líder, em seu endereço identificado neste Prospecto, aos cuidados do Sr. Pedro Carone, uma via do respectivo Termo de Cessão, devidamente assinado pelas partes, com firma reconhecida e, no caso de pessoas jurídicas, acompanhado de cópia dos documentos que comprovem os respectivos poderes de representação. De acordo com as disposições do Termo de Cessão, caso a posição em custódia das ações ordinárias e/ou ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista alienante do direito de prioridade, verificada com a CBLC na Segunda Data de Corte, seja inferior à respectiva posição em custódia verificada com a CBLC na Primeira Data de Corte, a quantidade de Ações a serem subscritas pelo Acionista em decorrência do direito de prioridade adquirido será automaticamente reduzida na mesma proporção da redução da quantidade de ações ordinárias e/ou ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista alienante verificada nesse período.

Os acionistas controladores da Companhia, quais sejam, Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A., Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. e Gersul Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Acionistas Controladores”) manifestaram a intenção de exercer o seu direito de prioridade.

Os *Joint Bookrunners* e a Companhia cancelaram os Pedidos de Reserva de qualquer Acionista cuja participação na Oferta Prioritária represente uma potencial violação das normas que regem a distribuição de valores mobiliários na jurisdição a qual tal Acionista esteja sujeito e, conseqüentemente, poderiam expor a Companhia a acusações de infração a tais normas.

Informações sobre a oferta

Será assegurada a cada um dos Acionistas que fizer Pedido de Reserva a subscrição de Ações, excluídas a Opção de Ações Suplementares, em quantidade equivalente ao percentual de participação acionária do respectivo Acionista no total de ações ordinárias e/ou ações preferenciais do capital social da Companhia, nos termos descritos acima (“Limite de Subscrição Proporcional”).

No âmbito da Oferta Prioritária aos Acionistas, não houve valor mínimo de investimento, estando o valor máximo sujeito ao respectivo Limite de Subscrição Proporcional.

O Acionista que for Investidor Institucional e desejar subscrever ações em quantidade superior ao respectivo Limite de Subscrição Proporcional, em relação à parcela que exceder o respectivo Limite de Subscrição Proporcional, poderá participar da Oferta Institucional desde que atenda as condições aplicáveis à Oferta Institucional descritas abaixo.

As Ações Ordinárias que eventualmente remanescerem após o atendimento prioritário aos Acionistas serão alocadas entre os próprios Acionistas que tiverem exercido seu direito de prioridade e manifestado, no respectivo Pedido de Reserva, sua intenção de subscrever tais ações ordinárias remanescentes (“Sobras de Ações Ordinárias da Oferta Prioritária”). Caso a totalidade de Ações Ordinárias remanescentes dos Pedidos de Reserva realizados por Acionistas seja superior à quantidade de Sobras de Ações Ordinárias da Oferta Prioritária, será realizado rateio das Ações Ordinárias Remanescentes, proporcionalmente à participação do respectivo Acionista na Companhia, entre os Acionistas que manifestaram interesse nas Sobras de Ações Ordinárias da Oferta Prioritária por meio de seu Pedido de Reserva, sucessivamente, limitado ao valor constante no seu Pedido de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de ações.

Caso a totalidade dos Acionistas tenha exercido a sua prioridade para a subscrição de Ações no âmbito da Oferta Prioritária, a totalidade das Ações objeto da Oferta poderá ser destinada exclusivamente à Oferta Prioritária.

As Ações que eventualmente remanescerem após o atendimento prioritário aos Acionistas serão alocadas à Oferta de Varejo e à Oferta Institucional, observado o disposto abaixo.

Os Pedidos de Reserva puderam ser efetuados pelos Acionistas de maneira irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (vii) e (viii) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (i) cada um dos Acionistas pôde efetuar Pedidos de Reserva com uma única Instituição Participante da Oferta, nos locais mencionados (a) neste Prospecto Preliminar; e (b) no caso das Corretoras Consorciadas, também junto às Corretoras identificadas no site da CBLC no dia da publicação do Aviso ao Mercado, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva no Período de Reserva para a Oferta Prioritária, sem necessidade de depósito do valor do investimento pretendido, sendo que os Acionistas puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3.º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Acionista tenha optado por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação tenha sido fixado em valor superior ao estipulado, o seu respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta. As Corretoras Consorciadas que participaram da Oferta Prioritária puderam ser identificadas no site da CBLC (www.cblic.com.br) no dia da publicação do Aviso ao Mercado;

Informações sobre a oferta

- (ii) a quantidade de Ações objeto da Oferta a ser subscrita e o respectivo valor do investimento serão informados ao Acionista até às 16:00 horas do primeiro dia de negociação das Ações na BOVESPA (“Início de Negociação”), pela Instituição Participante da Oferta junto à qual tiver efetuado Pedido de Reserva, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, telefone, fax ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva;
- (iii) cada Acionista deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (ii) acima, à Instituição Participante da Oferta em que efetuou seu respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:00 horas da Data de Liquidação;
- (iv) a Instituição Participante da Oferta com a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado entregará, após as 15:00 horas da Data de Liquidação, a cada Acionista que com ela tenha feito a reserva o número de Ações objeto da Oferta correspondente à divisão entre o valor do investimento constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens (vi) e (vii) abaixo, respectivamente. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de ações;
- (v) observado o disposto acima, será assegurado o atendimento integral e prioritário da totalidade dos Pedidos de Reserva de Acionistas até o Limite de Subscrição Proporcional de cada Acionista e, portanto, não será realizado rateio entre os Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, à exceção das Ações Ordinárias que eventualmente remanescerem após o atendimento prioritário aos Acionistas;
- (vi) na hipótese exclusiva de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Acionistas, ou a sua decisão de investimento, poderão referidos Acionistas desistir do Pedido de Reserva após o início do Prazo de Distribuição (definido abaixo), nos termos do §4º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Nesta hipótese, tais investidores deverão informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta com a qual tiverem efetuado o seu respectivo Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva; e
- (vii) caso não haja conclusão da Oferta ou caso haja rescisão do Contrato de Colocação celebrado pela Companhia, pelos *Joint Bookrunners* e pela CBLC na qualidade de interveniente anuente, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Acionista o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Adicionalmente, caso haja descumprimento por qualquer Coordenador, Coordenador Contratado ou Corretora Consorciada, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Coordenador, Coordenador Contratado ou Corretora Consorciada deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, a critério exclusivo dos *Joint Bookrunners*, devendo tal Coordenador, Coordenador Contratado ou Corretora Consorciada cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e informar imediatamente os investidores, que com ela tenham realizado Pedido de Reserva, sobre o referido cancelamento. Caso o Acionista já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (ii) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Informações sobre a oferta

Oferta de Varejo

Após deduzidas as Ações subscritas pelos Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, o montante mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 20% (vinte por cento), para cada espécie de ação, ou seja, o limite máximo será observado para as Ações Preferenciais e as Ações Ordinárias separadamente, das Ações efetivamente distribuídas, sem considerar, ainda, o exercício da Opção de Ações Suplementares, será destinado prioritariamente à colocação pública aos Investidores Não-Institucionais.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (vii) abaixo. O critério de rateio será aplicado de forma diferenciada, nos termos indicados abaixo, para os Investidores Não-Institucionais classificados como “Com Prioridade de Alocação” ou “Sem Prioridade de Alocação”, de modo a permitir que os Investidores Não-Institucionais que tenham um histórico de manutenção de valores mobiliários recebam um tratamento prioritário no rateio da Oferta. Todos os Investidores Não-Institucionais puderam solicitar sua classificação em campo específico no respectivo Pedido de Reserva. **Os Investidores Não-Institucionais que não solicitaram tal classificação foram automaticamente considerados como “Sem Prioridade de Alocação”.**

Os Investidores Não-Institucionais que solicitarem sua classificação como “Com Prioridade de Alocação” foram avaliados em função da manutenção dos valores mobiliários por eles adquiridos nas quatro últimas ofertas públicas de ações ou certificados de depósito de ações liquidadas pela CBLC e cuja liquidação do 1º dia de negociação na BOVESPA tenha ocorrido antes da data de início do Período de Reserva (abaixo definido) da presente Oferta (“Ofertas Consideradas”), qual seja, o período compreendido entre 22 de abril de 2008, inclusive, e 23 de abril de 2008, inclusive (“Período de Reserva”).

Foi verificado, para cada investidor que solicitou a classificação acima mencionada, se o saldo dos valores mobiliários das Ofertas Consideradas do respectivo Investidor Não-Institucional, após a liquidação das negociações do 1º dia de negociação de cada uma das Ofertas Consideradas, foi igual ou superior a 80% do volume de valores mobiliários que referido investidor adquiriu na respectiva Oferta Considerada. No contexto da Oferta, foi considerado como “Sem Prioridade de Alocação” o Investidor Não-Institucional que, (i) não solicitou a sua classificação nos termos aqui descritos; e/ou (ii) tenha solicitado sua classificação e que em duas ou mais das quatro Ofertas Consideradas, tiver saldo de valores mobiliários, após a liquidação do 1º dia de negociação, inferior a 80% do total adquirido na alocação da respectiva Oferta Considerada. Todos os demais Investidores Não-Institucionais, inclusive aqueles que não tenham participado em nenhuma das Ofertas Consideradas, que tenham solicitado a sua classificação foram considerados como Investidores Não-Institucionais Com Prioridade de Alocação.

A relação das Ofertas Consideradas para a determinação do perfil de manutenção de valores mobiliários dos Investidores Não-Institucionais, que assim solicitaram em campo específico no Pedido de Reserva, foi disponibilizada no site da CBLC (www.cblc.com.br) no dia de início do Período de Reserva.

Informações sobre a oferta

Os Pedidos de Reserva puderam ser efetuados pelos Investidores Não-Institucionais de maneira irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (viii) e (ix) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (i) cada um dos Investidores Não-Institucionais interessados pôde efetuar o seu Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Participante da Oferta, nos locais mencionados abaixo, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva no Período de Reserva, observado o disposto no item (ii) abaixo, sem necessidade de depósito do valor do investimento pretendido, observados o valor mínimo de investimento de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não-Institucional, para cada espécie de ação, ou seja, os limites mínimos e máximos de investimento deverão ser observados para investimento nas Ações Preferenciais e nas Ações Ordinárias separadamente, sendo que tais investidores puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional tenha optado por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação tenha sido fixado em valor superior ao estipulado, o seu respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta;
- (ii) não haverá período de reserva diferenciado para Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta de Varejo. Qualquer Pedido de Reserva efetuado por Investidor Não-Institucional que seja Pessoa Vinculada, à exceção da Oferta Prioritária, foi automaticamente cancelado pela Instituição Participante da Oferta que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, pois houve excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações ofertadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400;
- (iii) a quantidade de Ações objeto da Oferta a ser subscrita e o respectivo valor do investimento serão informados ao Investidor Não-Institucional até às 16:00 horas do Início de Negociação, pela Instituição Participante da Oferta junto à qual tiver efetuado Pedido de Reserva, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, telefone, fax ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (vii) abaixo;
- (iv) cada um dos Investidores Não-Institucionais deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (iii) acima à Instituição Participante da Oferta com que efetuar seu respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:00 horas da Data de Liquidação;
- (v) a Instituição Participante da Oferta junto com a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado entregará, após às 15:00 horas da Data de Liquidação, a cada Investidor Não-Institucional que com ela tenha feito a reserva o número de Ações objeto da Oferta correspondente à divisão entre o valor do investimento constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens (viii) e (ix) abaixo, respectivamente, e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (vii) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número de ações;
- (vi) caso o total de Ações objeto da Oferta objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais seja igual ou inferior ao montante de 10% (dez por cento) das Ações efetivamente distribuídas, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e deduzida a quantidade de Ações subscritas pelos Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em suas reservas, e as eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não-Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais nos termos descritos abaixo;

Informações sobre a oferta

- (vii) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, sem considerar as Ações Suplementares e deduzida a quantidade de Ações subscritas pelos Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, será realizado rateio das Ações da seguinte forma: (a) entre os Investidores Não-Institucionais que sejam considerados “Com Prioridade de Alocação”, até o limite de R\$20.000,00, inclusive, a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e ao valor total de Ações destinadas à Oferta de Varejo; (b) após o atendimento do critério (a) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas entre os Investidores Não-Institucionais que sejam considerados “Sem Prioridade de Alocação”, até o limite de R\$5.000,00, inclusive, realizando-se a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e ao valor total de Ações destinadas à Oferta de Varejo; (c) após o atendimento dos critérios (a) e (b) acima, será realizado o rateio das Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva ainda não atendidos, entre os Investidores Não-Institucionais que sejam considerados “Com Prioridade de Alocação”; e (d) após atendido o critério de rateio descrito nos itens (a), (b) e (c) acima, será realizado o rateio das Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva ainda não atendidos, entre os Investidores Não-Institucionais que sejam considerados “Sem Prioridade de Alocação”, desconsiderando-se, entretanto, em todos os casos, as frações de ações. Opcionalmente, a critério dos *Joint Bookrunners* e da Companhia, a quantidade de Ações destinada prioritariamente a Investidores Não-Institucionais poderá ser aumentada, após deduzidas as Ações subscritas pelos Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária e sem considerar os exercícios da Opção de Ações Suplementares, para que os pedidos excedentes dos Investidores Não-Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de rateio previsto neste item (vii);
- (viii) na hipótese exclusiva de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não-Institucionais, ou a sua decisão de investimento, poderão referidos investidores desistir do Pedido de Reserva após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido abaixo), nos termos do §4º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Nesta hipótese, tais investidores deverão informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta com a qual tiverem efetuado o seu respectivo Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva; e
- (ix) caso não haja conclusão da Oferta ou caso haja rescisão do Contrato de Colocação celebrado pela Companhia, pelos *Joint Bookrunners* e pela CBLC na qualidade de interveniente anuente, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não-Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de Aviso ao Mercado. Adicionalmente, caso haja descumprimento, por qualquer Coordenador, Coordenador Contratado ou Corretora Consorciada, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Coordenador, Coordenador Contratado ou Corretora Consorciada deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, a critério exclusivo dos *Joint Bookrunners*, devendo tal Coordenador, Coordenador Contratado ou Corretora Consorciada cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e informar imediatamente os investidores, que com ela tenham realizado Pedido de Reserva, sobre o referido cancelamento. Caso o Investidor Não-Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (iii) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Informações sobre a oferta

Oferta Institucional

As Ações não colocadas na Oferta Prioritária e na Oferta de Varejo serão destinadas à distribuição pública na Oferta Institucional, nas condições descritas abaixo:

- (i) não foram admitidas reservas antecipadas e inexistiram valores mínimos ou máximos de investimento com relação aos Investidores Institucionais, exceto no caso de pessoas físicas e jurídicas, inclusive clubes de investimento registrados na BOVESPA que para serem considerados Investidores Institucionais deverão ter excedido o valor de investimento de R\$300.000,00 para cada espécie de ação que tiver interesse; e
- (ii) caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Acionistas e Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* tenha excedido o total de Ações objeto da Oferta remanescentes após o atendimento, nos termos e condições acima descritos, da Oferta Prioritária e da Oferta de Varejo, tiveram prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Acionistas e Investidores Institucionais que, a critério dos *Joint Bookrunners* e da Companhia, melhor atendessem o objetivo da Companhia de criar uma base diversificada de acionistas formada por Acionistas e Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas, ao longo do tempo, da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, observado o disposto no plano de distribuição elaborado pelos *Joint Bookrunners*, com a expressa anuência da Companhia, nos termos do parágrafo 3.º do artigo 33 da Instrução CVM 400, o qual leva em conta as suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

Foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações, sem considerar as Ações Suplementares. Desta forma, não foi permitida a colocação, pelos *Joint Bookrunners*, Coordenadores e Coordenadores Contratados, à exceção da Oferta Prioritária, de Ações para os Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que as intenções de investimento realizadas por eles foram automaticamente canceladas. A integralização de Ações realizadas para proteção (*hedge*) de operações com derivativos não serão consideradas investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta.

Até as 16:00 horas do Início de Negociação, os *Joint Bookrunners* informarão aos Investidores da Oferta Institucional, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou *fac simile*, a quantidade de Ações alocadas e o Preço por Ação.

A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações no âmbito da Oferta é de até seis meses, contados da data da publicação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, o que ocorrer primeiro (“Prazo de Distribuição”). Não serão negociados recibos de subscrição de Ações durante o Prazo de Distribuição.

Informações sobre a oferta

LIQUIDAÇÃO

Os *Joint Bookrunners* tem o prazo de até três dias úteis, contado a partir do publicação do Anúncio de Início, inclusive, para efetuar a colocação das Ações inicialmente ofertadas aos investidores que tiverem efetivamente subscrito e pago as Ações (“Período de Colocação”). A liquidação física e financeira da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, está prevista para ser realizada no último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação ocorrerá dentro do prazo de até três dias úteis contados do exercício da Opção de Ações Suplementares. **As Ações objeto da Oferta Brasileira somente serão entregues aos respectivos investidores após às 15:00 horas da Data de Liquidação.**

INADEQUAÇÃO DE INVESTIMENTO NAS AÇÕES

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações no âmbito da Oferta estão sujeitos a diversos riscos, inclusive aqueles relacionados com a volatilidade do mercado de capitais, a liquidez das Ações e a oscilação de suas cotações em bolsa, e, portanto, poderão perder uma parcela ou a totalidade de seu eventual investimento. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações no âmbito da Oferta. Ver seção “Fatores de Risco” na página 43 deste Prospecto, que contém a descrição de certos riscos que atualmente acreditamos serem capazes de nos afetar de maneira adversa.

CONTRATO DE COLOCAÇÃO E PLACEMENT FACILITATION AGREEMENT

Celebramos com os *Joint Bookrunners* e com a CBLC (como interveniente-anuente) o Contrato de Colocação. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os *Joint Bookrunners* concordaram em distribuir em regime de garantia firme de liquidação, individual e não solidária, a totalidade das Ações.

Nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre os Agentes de Colocação Internacional e a Companhia, na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Ações nos Estados Unidos, em operações isentas de registro ou não sujeitas a registro na SEC, segundo o *Securities Act.*, e nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos, em conformidade com o Regulamento S, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente subscritas, liquidadas e pagas, em reais, no Brasil.

O Contrato de Colocação e o *Placement Facilitation Agreement* estabelecem que a obrigação dos *Joint Bookrunners* de efetuar o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como (i) a entrega de opiniões legais por nossos assessores jurídicos e pelos assessores jurídicos dos *Joint Bookrunners* e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) outros relatórios.

Informações sobre a oferta

O *Placement Facilitation Agreement* contém cláusulas de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior, eles poderão ter direito de regresso contra nós. O *Placement Facilitation Agreement* possui, ainda, declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América, as quais, se descumpridas poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no exterior. Tais procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos da América, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos da América para o cálculo das indenizações devidas nestes processos, nada impedindo que os valores devidos a título indenizatório pela Companhia sejam superiores àqueles obtidos por nós em razão da Oferta. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos da América, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida. A nossa eventual condenação em um processo no exterior em relação a incorreções ou omissões no *Offering Circular* utilizado nos esforços de colocação no exterior, se envolver valores elevados, poderá nos causar impacto significativo e adverso.

Uma cópia do Contrato de Colocação está disponível para consulta ou cópia no endereço dos *Joint Bookrunners* indicados nesta seção em “Informações Complementares da Oferta”.

INFORMAÇÕES SOBRE A GARANTIA FIRME DE LIQUIDAÇÃO

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos *Joint Bookrunners* de subscrever, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, a quantidade de Ações objeto da Oferta (que inclui a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional) que não tenha sido efetivamente subscrita e liquidada no mercado até o final do Período de Colocação. Essa garantia individual e não solidária é vinculante desde o momento em que foi fixado o Preço por Ação, assinado o Contrato de Colocação e publicado o Anúncio de Início. Assim, caso a totalidade das Ações não seja totalmente subscrita e liquidada na Data da Liquidação, os *Joint Bookrunners* subscreverão, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença (a) entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação por eles prestada, exceto as Ações Suplementares, nos termos do Contrato de Colocação, e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações ao público pelos *Joint Bookrunners* até a publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização a serem realizadas pela Itaú Corretora de Valores S.A., de acordo com o Contrato de Estabilização aprovado pela CVM e pela BOVESPA, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

As Ações serão colocadas, de acordo com as quantidades de Ações indicadas na tabela abaixo.

	Quantidade de Ações Ordinárias	Quantidade de Ações Preferenciais	Percentual em relação à quantidade de Ações Ordinárias inicialmente ofertadas	Percentual em relação à quantidade de Ações Preferenciais inicialmente ofertadas ⁽¹⁾
Coordenador Líder.....	4.772.800	8.243.928	74,2%	74,2%
Banco J.P. Morgan S.A.	1.660.105	2.867.453	25,8%	25,8%
Total	6.432.905	11.111.381	100,0%	100,0%

⁽¹⁾ Sem considerar a Opção de Ações Suplementares.

Informações sobre a oferta

RESTRICÇÕES À NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES (LOCK-UP)

A Companhia, seus Acionistas Controladores e os membros de sua administração titulares de mais de uma ação de emissão da Companhia concordaram com os *Joint Bookrunners*, sujeito a certas exceções, em não oferecer, vender, ofertar à venda, contratar a venda, conceder uma opção de venda, empenhar ou dispor por qualquer forma, direta ou indiretamente, ou arquivar um pedido de registro na SEC ou na CVM, relativo às ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, ou valores mobiliários conversíveis em, ou permutáveis por, ou exercíveis por, qualquer ação ordinária ou ação preferencial de emissão da Companhia, ou *warrants* ou outros direitos de compra de quaisquer ações de emissão da Companhia, ou publicamente informar a intenção de fazer tal oferta, venda, disposição ou arquivamento, durante o período de 90 dias seguintes à data da publicação do Anúncio de Início.

ESTABILIZAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO PREFERENCIAL

O Coordenador Líder, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A. poderá, após consulta ao J.P. Morgan, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização de preço das ações preferenciais de emissão da Companhia, pelo prazo de até 30 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, por meio de operações de compra e venda de ações preferenciais de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Preferenciais de Emissão da Metalúrgica Gerdau S.A. (“Contrato de Estabilização”), o qual foi previamente aprovado pela BOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.

Serão utilizadas ações preferenciais de emissão da Companhia mantidas em tesouraria para o empréstimo de ações que servirá de lastro para as atividades de estabilização acima descritas. Este procedimento foi autorizado em reunião do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários realizada em 15 de abril de 2008.

DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES

Ações Ordinárias

As Ações Ordinárias assegurarão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (a) direito de voto nas assembléias gerais da Companhia, sendo que cada Ação Ordinária corresponderá a um voto; (b) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, a partir da data de sua subscrição, equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 27, do Estatuto Social da Companhia; (c) direito de alienação de suas Ações Ordinárias, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, no caso de alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (d) direito aos dividendos integrais e demais direitos pertinentes às Ações Ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação (conforme definida abaixo); e, (e) todos os demais direitos assegurados às Ações Ordinárias, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Nível 1, e no Estatuto Social da Companhia.

Informações sobre a oferta

Ações Preferenciais

As Ações Preferenciais, assim como todas as ações preferenciais de emissão da Companhia, não conferem direito a voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia, sendo-lhes assegurados os direitos, vantagens e restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Nível 1 e do Estatuto Social da Companhia, dentre os quais: (a) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, nas mesmas condições e preço pago por ação ordinária integrante do bloco de controle, em decorrência de alienação de controle da Companhia; (b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; (c) direito a prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, no caso de nossa liquidação; (d) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, a partir da data de sua subscrição, equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 27, do Estatuto Social da Companhia; e (e) direito aos dividendos integrais e demais direitos pertinentes às Ações Preferenciais que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação (conforme definida abaixo) e, no caso das Ações Suplementares, a partir da data de liquidação das Ações Suplementares.

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO

Nós poderemos requerer que a CVM nos autorize a modificar ou cancelar a Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro da Oferta, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos por nós. Adicionalmente, nós poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias, contados da aprovação do pedido de registro. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes e os boletins de subscrição e contrato de compra e venda de ações eventualmente firmados serão automaticamente cancelados.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio dos jornais *Gazeta Mercantil* e *Valor Econômico*, veículos também usados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. Após a publicação do anúncio de retificação, as Instituições Participantes da Oferta somente aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e Pedidos de Reserva daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do anúncio de retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta e se mantiverem em silêncio em relação aos termos do anúncio de retificação serão considerados cientes dos termos do anúncio de retificação se, passados cinco dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nessa hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis da data de divulgação da revogação da Oferta, sem qualquer remuneração ou correção monetária, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Informações sobre a oferta

SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Encerrado tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de até três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS JOINT BOOKRUNNERS, OS COORDENADORES E OS COORDENADORES CONTRATADOS

Relacionamento entre a Companhia e os Joint Bookrunners

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Além das relações decorrentes da presente Oferta, o Coordenador Líder e as sociedades do seu grupo econômico possuem amplo relacionamento com a Companhia e demais sociedades do seu grupo econômico conforme detalhado a seguir. O Coordenador Líder e o Banco Itaú Europa S.A. realizam rotineiramente operações de crédito com sociedades do grupo da Companhia, na data deste Prospecto Preliminar, as seguintes operações encontravam-se em aberto:

- (i) Pré-Pagamento de Exportação contratado entre a Gerdau Açominas S.A. e o Banco Itaú Europa, em 18 de fevereiro de 2004, no valor de US\$20 milhões, com vencimento em 18 de fevereiro de 2009 e taxa de juros correspondente a LIBOR + 2,39 % a.a.; (ii) Empréstimo contratado entre Gerdau Ameristeel US e o Banco Itaú Europa S.A., em 13 de dezembro de 2007, no valor de US\$16,8 milhões, com vencimento em 10 de setembro de 2012 e taxa de juros correspondente a LIBOR + 1,25 % a.a.; (iii) Empréstimo contratado entre Gerdau Ameristeel US e o Banco Itaú Europa S.A., em vinte e dois de fevereiro de 2008, no valor de US\$10 milhões, com vencimento em dez de setembro de 2012 e taxa de juros correspondente a LIBOR + 1,00 % a.a.; (iv) Empréstimo contratado entre Gerdau Ameristeel US e o Banco Itaú Europa S.A., em 13 de dezembro de 2007, no valor de US\$10 milhões, com vencimento em 10 de setembro de 2013 e taxa de juros correspondentes a LIBOR + 1,25 % a.a.; (v) Empréstimo contratado entre Gerdau Ameristeel US Inc. e o Banco Itaú Europa S.A., em 4 de março de 2008, no valor de US\$18 milhões, com vencimento em 10 de setembro de 2012 e taxa de juros correspondentes a LIBOR + 1,00 % a.a.;
- O Coordenador Líder contratou com diversas empresas do Grupo Gerdau 204 operações, por meio de programa de financiamento do BNDES. Tais operações montam nesta data a aproximadamente R\$39,0 milhões, e contam com taxas de juros variando entre 3.1% a.a. e 5.1% a.a. e indexação pela TJLP ou pelo Dólar;
- Operação de Financiamento a Exportação contratadas pelo Coordenador Líder e Gerdau Ameristeel em 13 de fevereiro de 2008, no valor de US\$27,5 milhões, vencimento em 10 de setembro de 2012 e taxa de juros de LIBOR + 1,00 % a.a. e Operação de Financiamento a Exportação contratadas pelo Coordenador Líder e GNA Partners em 13 de fevereiro de 2008, no valor de US\$40 milhões, vencimento em 10 de setembro de 2012 e taxa de juros de LIBOR + 1,25 % a.a.;

Informações sobre a oferta

- Com relação a fianças concedidas, o Banco Itaú S.A. e o Banco Banerj S.A. (instituição financeira pertencente ao grupo Itaú) prestaram fianças para garantir determinadas obrigações da Gerdau Açominas S.A. relacionadas com processos judiciais. Tais fianças têm prazo indeterminado e seus outros termos principais estão detalhados a seguir: (i) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Itaú S.A. em 31 de julho de 1990, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$1.041.210,26 e comissão de fiança de 0,50% a.a. até 31 de julho de 1991 e 1,00% a.a. de 31 de julho de 1991 em diante; (ii) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 19 de setembro de 1991, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$6.380,17 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (iii) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 19.09.1991, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$319.009,34 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (iv) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 19 de setembro de 1991, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$446.613,08 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (v) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 19 de setembro de 1991, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$140.364,10 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (vi) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 18 de novembro de 1991, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$2.521.672,61 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (vii) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 09 de janeiro de 1992, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$272.149,25 e comissão de fiança de 1,00% a.a.; (viii) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 30 de janeiro de 1992, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$160.087,25 e comissão de fiança de 1,00% a.a.; (ix) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 14 de maio de 1992, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$344.263,49 e comissão de fiança de 1,00% a.a.; (x) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Itaú S.A. em 15.01.1993, tendo como saldo devedor em 03.04.2008 o valor de R\$44,63 e comissão de fiança de 1,00% a.a.; (xi) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 08 de agosto de 1989, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$575.173,18 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (xii) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 25 de agosto de 1989, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$575.173,18 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (xiii) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 30 de março de 1990, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$251.605,82 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (xiv) Fiança contratada pela Gerdau Açominas S.A. junto ao Banco Banerj S.A. em 12 de maio de 1995, tendo como saldo devedor em 03 de abril de 2008 o valor de R\$75.350,51 e comissão de fiança de 2,00% a.a.;
- O Coordenador Líder adquiriu em 06 de maio de 2005, como investimento, participações societárias de aproximadamente 3,18% das ações preferenciais das seguintes companhias pertencentes ao grupo da Emissora: Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A. Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. e Gerdau América do Sul S.A.;
- O Banco Itaú S.A., sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico do Coordenador Líder, presta serviços de conta corrente, cobrança, pagamentos e folha de pagamento e de custódia de ações para diversas sociedades do Grupo Gerdau;
- O Coordenador Líder mantém relacionamento com o Banco Gerdau S.A., instituição financeira controlada pela Companhia, realizando operações compromissadas e operações de derivativos no montante total de R\$6,0 milhões;

Informações sobre a oferta

- Diversas pessoas, fundos, empresas que foram, são ou podem vir a ser acionistas, controladores ou não, da Emissora e das demais sociedades do grupo foram, são ou poderão vir a ser clientes do Grupo Itaú nas mais diversas áreas de prestação de serviços financeiros e atividades desempenhadas pelo Grupo Itaú, como, por exemplo, *asset management*, serviços de custódia e administração, seguros, serviços de conta corrente, *investment banking*, operações de créditos e derivativos, *cash management*, *private banking*. Tais serviços são prestados no curso normal da atividade do Grupo Itaú em termos usuais e geralmente disponíveis para os clientes do Grupo; e
- A única operação contratada pelo Grupo Itaú com acionista da Companhia que conta com garantia de sociedade do Grupo Gerdau é a operação de derivativos contratada com a INDAC Indústria e Comércio S.A., acionista da Metalúrgica Gerdau S.A., em 31 de maio de 2007, pelo valor nominal de R\$747 milhões na data da contratação e com vencimento em 30 de maio de 2008, sendo as obrigações da INDAC corrigidas por 100% do CDI. Tal garantia é objeto da nota explicativa nas 8 Demonstrações Financeiras da Metalúrgica Gerdau S.A.

Nenhuma das operações contratadas ou relacionamento comercial do Grupo Itaú com o Grupo Gerdau e seus acionistas está vinculado ao resultado da Oferta. Nem o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade do Grupo Itaú receberá qualquer remuneração referente à Oferta além daquelas descritas neste Prospecto.

Por fim, o Coordenador Líder declara que todos os contratos e operações relevantes celebrados entre a Companhia e o Coordenador Líder estão descritos nesta seção.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A.

Além das relações decorrentes da presente Oferta, o J.P. Morgan e as sociedades do seu grupo econômico possuem amplo relacionamento com a Companhia e demais sociedades do seu grupo econômico, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. Tal relação inclui a prestação de (i) serviços de banco de investimento, (ii) serviços de *private banking*, (iii) operações de financiamento nas modalidades de empréstimos-ponte, financiamento de aquisições, financiamento de exportações e *liquidity facilities*, valor total de US\$563 milhões, duração entre seis meses e seis anos e spread sobre LIBOR entre 0.3 e 1.25 ponto percentual, (iv) operações de derivativos no valor nominal de aproximadamente US\$16 milhões e (v) serviços globais administrativos envolvendo valores mobiliários. A Companhia e demais sociedades do grupo econômico poderão, no futuro, contratar o J.P. Morgan ou sociedades de seu conglomerado econômico de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para condução das atividades da Companhia e de suas coligadas e/ou controladas, pelos quais o J.P. Morgan pretende ser remunerado.

Nenhuma das operações contratadas entre a Companhia e o J.P. Morgan está vinculada ao resultado da Oferta e o J.P. Morgan não receberá qualquer remuneração referente além daquelas descritas neste Prospecto.

O *Joint Bookrunner* declara que todos os contratos e operações relevantes celebrados entre a Companhia e o *Joint Bookrunner* estão descritos nesta seção.

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Bradesco BBI S.A.

Além do relacionamento em razão da Oferta, o controlador do Bradesco BBI, o Banco Bradesco S.A., possui relacionamento com a Gerdau S.A. e suas controladas por meio de operações de banco comercial, destacando-se, na área de crédito, operações de financiamentos para capital de giro, serviços de câmbio e concessão de fianças e, na área de produtos e serviços, contas a pagar e receber, folha de pagamento, seguros e gestão de cartão de crédito.

Informações sobre a oferta

As principais operações de crédito do Banco Bradesco S.A. junto à Companhia e suas controladas compreendem: (i) limites de crédito em moeda estrangeira, no valor total de US\$400,0 milhões, destinados a operações de Trade Finance, Working Capital e tesouraria internacional, dos quais, US\$131,5 milhões estão atualmente contratados; (ii) limites de crédito no valor total de R\$645,0 milhões, destinados a operações diversas em moeda local, dos quais, R\$27,8 milhões estão atualmente contratados; (iii) limite para fornecimento de fianças, no valor total de R\$300,0 milhões, dos quais, R\$291,0 milhões estão atualmente contratados.

Relacionamento entre a Companhia e o Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial com o Citi e/ou suas afiliadas, mas poderá, no futuro, contratar o Citi e/ou suas afiliadas para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Relacionamento entre a Companhia e o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Goldman Sachs e Goldman, Sachs & Co. não mantêm, atualmente, relações comerciais relevantes com a Companhia, além de sua participação como Coordenador na Oferta. A Companhia contratou ou poderá, futuramente, vir a contratar Goldman Sachs ou sociedades de seu grupo econômico para a prestação de serviços usuais no mercado financeiro, incluindo, entre outros, assessoria financeira, coordenação de emissões de valores e títulos mobiliários, concessão de crédito, serviços de formador de mercado ou quaisquer outros serviços ou operações financeiras.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Santander S.A.

Além do relacionamento referente à Oferta, o Santander mantém relacionamento de banco comercial com a Companhia e suas controladas. Dentre as operações de banco comercial desenvolvidas pelo Santander junto à Companhia, merecem destaque as relacionadas a financiamentos de operações de comércio exterior, operações com derivativos, e câmbio pronto, além de serviços financeiros em geral. Tanto a Companhia como suas controladas mantêm contas correntes abertas junto ao Santander, no Brasil, e em suas unidades em outros países, tais como Espanha, México, Chile, Argentina, Venezuela e Colômbia, dentre outros, onde mantém recursos aplicados, utilizando-as para movimentações de curso normal das operações de cada empresa.

Em 2006, o Santander, através da Carpe Diem Salud, S.L., adquiriu, em conjunto com a Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company, o controle da Corporacion Sidenor. Atualmente, a Carpe Diem Salud, S.L detém participação social de 40% na Corporacion Sidenor, podendo, inclusive, eleger membros do seu conselho de administração.

Além das relações descritas acima, o Santander poderá, no futuro, prestar serviços adicionais de banco de investimento e de banco comercial, à Companhia e suas controladas.

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores Contratados

Relacionamento entre a Companhia e o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial com o HSBC e/ou suas afiliadas, mas poderá, no futuro, contratar o HSBC e/ou suas afiliadas para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Informações sobre a oferta

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.

À exceção dos serviços relacionados à Oferta, o Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. e Merrill Lynch, Pierce, Fenner and Smith Incorporated, não mantêm relações comerciais com a Companhia, podendo, contudo, no futuro, prestar-lhes serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços pelos quais poderão receber comissões em termos e condições usuais de mercado.

Não obstante, as seguintes empresas do grupo da Companhia realizaram operações com empresas do grupo Merrill Lynch no exterior: (i) em 31 de outubro de 2005, Gerdau Ameristeel Corporation obteve um crédito rotativo no montante de US\$163 milhões, com vencimento em 28 de outubro de 2010; e (ii) em 31 de outubro de 2005, Gerdau Ameristeel Lake Ontario Inc. obteve um crédito rotativo no montante de US\$488 milhões, com vencimento em 28 de outubro de 2010.

Merrill Lynch International, suas controladas, coligadas e demais sociedades do grupo Merrill Lynch sob controle comum da Merrill Lynch & Co., Inc. (“MLI”) podem celebrar operações com derivativos de Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. MLI poderá adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Morgan Stanley S.A.

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial com o Morgan Stanley e/ou suas afiliadas, mas poderá, no futuro, contratar o Morgan Stanley e/ou suas afiliadas para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Adicionalmente, os *Joint Bookrunners*, os Coordenadores e os Coordenadores Contratados e suas afiliadas prestaram, no passado, e poderão prestar no futuro, a nós e nossas afiliadas, determinados serviços bancários, consultoria financeira e outros serviços no curso normal de seus negócios, incluindo serviços financeiros significativos para os acionistas controladores da Companhia, com respeito à subscrição de Ações no âmbito da Oferta, serviços pelos quais tais instituições receberam e continuariam a receber comissões e remuneração costumeiras.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESCRITURADORA DAS AÇÕES

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Itaú S.A.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA OFERTA

Os *Joint Bookrunners* recomendam aos investidores, antes de tomarem qualquer decisão de investimento relativa às Ações ou à Oferta, a leitura cuidadosa deste Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta e dos riscos a ela inerentes.

Informações adicionais sobre a Oferta, incluindo a obtenção de cópias do Contrato de Colocação, do Contrato de Estabilização e dos demais documentos e contratos relativos à Oferta poderão ser obtidas com os *Joint Bookrunners*, Coordenadores e Coordenadores Contratados, nos endereços e telefones abaixo mencionados.

Informações sobre a oferta

Para a obtenção de informações adicionais sobre a Oferta, os investidores interessados deverão dirigir-se à CVM, nos seguintes endereços: (a) Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, tel.: (0xx21) 3233-8686 ou (b) Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo – SP, tel.: (0xx11) 2146-2006, ou contatar quaisquer das Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados abaixo:

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

COORDENADOR GLOBAL, COORDENADOR LÍDER E *JOINT BOOKRUNNER*

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 5º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 3708-8000
Fax: (11) 3708-8107
At.: Sr. Fernando Iunes
www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp

JOINT BOOKRUNNER

BANCO J.P. MORGAN S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 13º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 3048-3700
Fax: (11) 3048-3760
At.: Sr. Altamir Silva
<http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/investbk/brasil/prospecto/metallurgicagerdau>

COORDENADORES

BANCO BRADESCO BBI S.A.

Av. Paulista, n.º 1.450, 8º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 2178-4800
Fax: (11) 2178-4880
At.: Sr. Bruno Boetger
<http://www.bradescobbi.com.br/>

CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 11º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 4009-7449
Fax: (11) 4009-5549
At.: Sr. Roberto Serwaczak
<http://www.corporate.citibank.com.br>

Informações sobre a oferta

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 6º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 3371-0700
Fax: (11) 3371-0704
At.: Sra. Ana Cabral
<http://www.gs.com/brazil>

BANCO SANTANDER S.A.

Rua Hungria, n.º1.400, 7º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 3012-7181
Fax: (11) 3012-7393
At.: Sr. Glen Mallet
<http://www.superbroker.com.br>

COORDENADORES CONTRATADOS

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3064, 4º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 3847-9740
Fax: (11) 3847-9856
At.: Sr. Eduardo Rangel
<http://www.hsbcbroker.com.br>

BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 18º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 2188-4000
Fax: (11) 2188-4009
At.: Sr. João Paulo Torres
<http://www.merrilllynch-brasil.com.br>

BANCO MORGAN STANLEY S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3600, 6º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 3048-6000
Fax: (11) 3048-6010
At.: Sra. Domenica Noronha
<http://www.morganstanley.com.br/prospectos/>

CORRETORAS CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Corretoras Consorciadas poderão ser obtidas no *website* da CBLC (www.cblc.com.br).

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Esperamos receber recursos líquidos provenientes da Oferta no montante de, aproximadamente, R\$1.351.142.717,67, após dedução das comissões e despesas que estimamos serem devidas por nós no âmbito da Oferta e sem considerar as Ações Suplementares.

O valor descrito acima é baseado em um Preço por Ação de R\$78,35, tendo em vista que o Preço das Ações Ordinárias será o mesmo preço de distribuição das Ações Preferenciais, conforme Parecer de Orientação CVM nº 1, de 27 de setembro de 1978 e Parecer de Orientação CVM nº 5, de 3 de dezembro de 1979.

Pretendemos utilizar 100% dos recursos líquidos captados por nós na Oferta para subscrever ações de emissão da Gerdau em sua oferta pública primária que deverá ocorrer simultaneamente a esta Oferta.

O impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta em nossa situação patrimonial encontra-se na tabela da seção “*Capitalização*” deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Capitalização
- Diluição
- Informação sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos
- Informações Financeiras Seleccionadas
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais
- Discussão e Análise da Demonstração de Resultado Consolidado Pro Forma
- Visão Geral do Setor
- Atividades da Companhia
- Administração
- Principais Acionistas
- Operações com Partes Relacionadas
- Descrição do Capital Social
- Dividendos e Política de Dividendos
- Práticas de Governança Corporativa

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta nosso endividamento consolidado e capitalização em 31 de dezembro de 2007, em bases reais, e ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos estimados em aproximadamente R\$1.351.142.718,67, provenientes da emissão de 6.432.905 Ações Ordinárias e 11.111.381 Ações Preferenciais no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, fixado com base em um Preço por Ação de R\$78,35, tendo em vista que o Preço das Ações Ordinárias é o mesmo preço de distribuição das Ações Preferenciais, conforme Parecer de Orientação CVM nº 1, de 27 de setembro de 1978 e Parecer de Orientação CVM nº 5, de 3 de dezembro de 1979.

As informações descritas abaixo foram extraídas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as Seções “Resumo das Demonstrações Financeiras”, “Informações Financeiras Seleccionadas” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações” e as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, e respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto.

	Em 31 de dezembro de 2007	
	Real	Ajustado após a Oferta⁽³⁾
	(Em R\$ milhões)	
Endividamento de curto prazo ⁽¹⁾	2.614,1	2.614,1
Endividamento de longo prazo ⁽¹⁾	13.273,2	13.273,2
Endividamento total.....	15.887,3	15.887,3
Capital social.....	3.744,0	5.118,6
Custo de emissão	-	(23,5)
Ações em tesouraria.....	(69,8)	(69,8)
Reserva legal.....	131,3	131,3
Lucros acumulados.....	2.993,5	2.993,5
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	(539,5)	(539,5)
Participações dos acionistas minoritários.....	10.555,6	10.555,6
Total do Patrimônio Líquido	16.815,2	18.166,2
Total de capitalização⁽²⁾	32.702,5	34.053,5

⁽¹⁾ O Endividamento contempla os empréstimos, financiamentos e debêntures.

⁽²⁾ O total de Capitalização corresponde aos empréstimos e financiamentos e debêntures acrescidos do patrimônio líquido.

⁽³⁾ Sem considerar as Ações Suplementares.

DILUIÇÃO

Nossas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com o padrão contábil conhecido como *International Financial Reporting Standards* – IFRS. De acordo com o padrão contábil IFRS, a apuração do patrimônio líquido deve incluir a participação dos acionistas minoritários. Já nossas demonstrações financeiras individuais são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. De acordo com essas práticas, a apuração do patrimônio líquido não deve incluir a participação de acionistas minoritários. Entendemos que a utilização de patrimônio líquido consolidado de acordo com o IFRS para a apuração da diluição patrimonial decorrente da colocação de nossas Ações não é apropriada, à medida que a inclusão da participação dos acionistas minoritários, conforme explicada acima, gera uma distorção no cálculo. Por esse motivo, as informações patrimoniais apresentadas nesta seção são aquelas individuais de nossa Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2007, o valor do nosso Patrimônio Líquido era de R\$5.429,4 milhões e o valor patrimonial por ação correspondia a R\$29,51 por ação. Esse valor patrimonial por ação representa o valor contábil de nosso patrimônio líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dividido pelo número total de ações emitidas pela Companhia (excluídas as ações em tesouraria), em 31 de dezembro de 2007.

Considerando a subscrição da totalidade das Ações objeto da Oferta, ofertadas pelo Preço por Ação de R\$78,35, após a dedução das comissões e despesas que estimamos serem devidas por nós no âmbito da Oferta e sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, o valor do nosso Patrimônio Líquido estimado, na data deste Prospecto, seria de, aproximadamente, R\$6.780,5, e o valor patrimonial por ação aproximadamente R\$33,64. Assumindo o Preço por Ação acima referido, a efetivação da Oferta representaria um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação correspondente a R\$4,14 por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata de R\$44,71 no valor patrimonial contábil por ação, para os novos investidores em relação ao valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2007. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

A tabela a seguir ilustra essa diluição:

	R\$ (exceto porcentagens)
Preço por Ação Ordinária.....	78,35
Preço por Ação Preferencial.....	78,35
Valor patrimonial líquido por ação apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2007.....	29,51
Aumento do valor patrimonial líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por ação atribuído aos acionistas existentes.....	4,14
Valor patrimonial líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por ação em 31 de dezembro de 2007 ajustado pela Oferta.....	33,64
Diluição por Ação Ordinária para os novos investidores.....	44,71
Diluição por Ação Preferencial para os novos investidores.....	44,71
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta por Ação Ordinária.....	57,06%
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta por Ação Preferencial.....	57,06%
Diluição imediata da participação acionária de nossos atuais acionistas.....	25,32%

Diluição

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$78,35, aumentaria (reduziria), após a conclusão da Oferta: (i) o valor do nosso patrimônio líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em R\$17,5 milhões; (ii) o valor patrimonial apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por ação em R\$0,09; e (iii) a diluição, para novos investidores, do valor patrimonial por Ação Ordinária em R\$0,91 e por Ação Preferencial em R\$0,91, assumindo que o número de Ações oferecidas por meio da Oferta conforme estabelecido na capa deste Prospecto, não sofrerá alteração e após a dedução das comissões e despesas que estimamos serem devidas por nós no âmbito da Oferta. O valor do nosso patrimônio líquido consolidado após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes da alteração do Preço por Ação, bem como de quaisquer outras alterações nos termos e condições da Oferta.

O Preço por Ação não guarda relação com o valor patrimonial e foi fixado com base no Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento realizado junto aos Investidores da Oferta Institucional.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2003, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações, ou simplesmente plano. Em vista disso, descreveremos abaixo o efeito de diluição societária e econômica estimada com a outorga do Plano de Opção de Compra de Ações:

O plano prevê que, no último dia útil do mês de dezembro de cada ano, a Companhia outorgará opção de compra de ações preferenciais da Companhia, em valor equivalente a 10% até 20% do salário base anual de cada um dos executivos escolhidos para participar do plano. As opções outorgadas em seu âmbito poderão ser exercidas após decorridos cinco anos da data de sua outorga, pelo prazo de cinco anos. O preço de exercício das opções outorgadas será equivalente ao valor médio da cotação das ações na data da outorga da opção. Cada conselheiro independente da Companhia poderá utilizar até 100% de sua remuneração fixa anual para o exercício das opções, enquanto os demais conselheiros da Companhia poderão utilizar até 120% de sua remuneração fixa anual para tanto. O Diretor Presidente e o Diretor Geral de Operações da Companhia poderão utilizar até 50% de sua remuneração fixa para o exercício das opções. Adicionalmente, a cada ano será reservado um número de ações equivalentes a até 20% do total de ações incluídas no programa na respectiva data, excetuando-se as ações devidas aos integrantes do Conselho de Administração, que poderá ser distribuído a executivos estratégicos.

Desde a aprovação do plano e até a presente data, não foram outorgadas quaisquer opções no âmbito do plano. Não há qualquer intenção de, a curto ou médio prazo, outorgarmos quaisquer opções de compra de ações a nossos administradores. Não obstante, e apenas para fins de cumprimento de exigência formulada pela Comissão de Valores Mobiliários, apresentamos, abaixo, o cálculo das diluições societária e econômica para nossos acionistas, assumindo que houvéssimos outorgado e permanecessem vigentes, até a presente data, opções para a compra de ações correspondentes a 0,58% do total de nossas ações emitidas até 31 de março de 2008 (esse percentual corresponde à divisão (i) do número de ações a que fazem jus as opções outorgadas por nossa subsidiária Gerdau S.A. que ainda estão vigentes na presente data pelo (ii) número total de ações emitidas por aquela subsidiária até 31 de março de 2008).

DILUIÇÃO SOCIETÁRIA DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Conforme informado acima, nosso plano prevê que as opções eventualmente outorgadas poderão ser exercidas a partir do 5º ano a contar da sua data de outorga, por um preço equivalente ao valor médio da cotação das ações na data da outorga da opção. Até a presente data, não foram outorgadas quaisquer opções no âmbito do plano e, mesmo se as houvéssimos outorgado, poder-se-ia esperar que, tal como nossa subsidiária Gerdau S.A., utilizaríamos ações em tesouraria para conceder ações àqueles que exercessem suas opções, não importando, assim, em diluição para nossos acionistas.

Diluição

Não obstante, e apenas para fins de cumprimento de exigência formulada pela Comissão de Valores Mobiliários no sentido de calcularmos os efeitos da diluição societária potencial relacionada ao exercício de opções do Plano de Opção de Compra de Ações, assumindo que houvésemos outorgado e permanecessem vigentes, na presente data, opções de compra correspondentes a 1.087.604 ações preferenciais no âmbito do plano (número esse que corresponde a 0,58% de nossas ações emitidas até 31 de março de 2008, conforme acima explicado), e assumindo que os eventuais outorgados pudessem exercer a totalidade de suas opções na data do Anúncio de Início e subscrevessem a totalidade das ações contempladas pelas opções supostamente outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, verificaríamos uma diluição de 0,31% de nosso capital social e, nessa proporção, da participação acionária de cada acionista da Companhia naquela data, incluindo a participação de qualquer investidor que decida subscrever nossas Ações no âmbito desta Oferta.

DILUIÇÃO ECONÔMICA DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Apenas para fins de cumprimento de exigência formulada pela Comissão de Valores Mobiliários no sentido de calcularmos os efeitos da diluição econômica potencial relacionada ao exercício de opções do Plano de Opção de Compra de Ações, com base nas premissas acima estabelecidas, considerando que (a) as datas de outorga e de exercício de cada uma das 1.087.604 opções por nós supostamente outorgadas e vigentes fossem as mesmas das opções outorgadas por nossa subsidiária Gerdau S.A. e vigentes na presente data, (b) os diferentes preços de exercício relativos a essas opções (que corresponderiam ao preço de nossas ações preferenciais na data da suposta outorga de cada opção) e (c) o preço futuro das ações crescesse de acordo com o crescimento da taxa de juros CDI, deduzida do *dividend yield* pago por nós no mesmo período, a diluição econômica verificada no Plano de Opção de Compra de Ações seria de R\$0,252 por ação ordinária ou preferencial de nossa emissão.

INFORMAÇÃO SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

AÇÕES

As ações ordinárias e as ações preferenciais de nossa emissão são negociadas na BOVESPA sob os códigos “GOAU3” e “GOAU4”, respectivamente.

COTAÇÃO DAS AÇÕES

Ações Ordinárias

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações ordinárias na BOVESPA, por ano, nos últimos cinco anos, estão indicadas a seguir:

Ano	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
2003.....	4,21	6,70	9,78
2004.....	10,26	16,86	22,80
2005.....	14,93	20,61	28,18
2006.....	27,28	33,72	39,04
2007.....	37,33	54,35	68,88
2008 (até 31/3/2008).....	54,81	66,73	75,00

Fonte: Economática.

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações ordinárias na BOVESPA, por trimestre, nos últimos dois anos, estão indicadas a seguir:

Trimestre	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
1T/2006.....	27,28	31,22	35,66
2T/2006.....	30,12	33,80	36,90
3T/2006.....	30,70	33,64	36,49
4T/2006.....	32,15	36,24	39,04
1T/2007.....	37,33	41,35	46,09
2T/2007.....	45,31	53,05	63,83
3T/2007.....	48,73	58,27	64,90
4T/2007.....	59,37	64,99	68,88
1T/2008.....	54,81	66,73	75,00

Fonte: Economática.

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações ordinárias na BOVESPA, por mês, nos últimos seis meses, estão indicadas a seguir:

Mês	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
Set/2007.....	53,13	56,61	59,51
Out/2007.....	60,02	64,04	67,76
Nov/2007.....	59,37	64,58	68,88
Dez/2007.....	63,54	66,57	68,31
Jan/2008.....	54,81	61,73	67,51
Fev/2008.....	59,52	64,16	69,00
Mar/2008.....	69,50	72,94	75,00

Fonte: Economática.

Informação sobre títulos e valores mobiliários emitidos

Ações Preferenciais

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações preferenciais na BOVESPA, por ano, nos últimos cinco anos, estão indicadas a seguir:

Ano	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
2003.....	3,91	6,09	11,10
2004.....	11,13	16,93	24,72
2005.....	16,02	22,30	29,26
2006.....	28,87	36,35	41,93
2007.....	38,68	56,28	70,90
2008 (até 31/3/2008).....	54,62	68,06	77,50

Fonte: BOVESPA.

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações preferenciais na BOVESPA, por trimestre, nos últimos dois anos, estão indicadas a seguir:

Trimestre	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
1T/2006.....	28,87	34,10	38,96
2T/2006.....	32,29	36,72	40,12
3T/2006.....	33,01	36,25	39,20
4T/2006.....	33,57	38,42	41,93
1T/2007.....	38,68	43,43	48,90
2T/2007.....	46,29	55,34	65,37
3T/2007.....	51,20	60,06	67,09
4T/2007.....	60,38	66,51	70,90
1T/2008.....	54,62	68,06	77,50

Fonte: Economática.

As cotações mínima, média e máxima de negociação de nossas ações preferenciais na BOVESPA, por mês, nos últimos seis meses, estão indicadas a seguir:

Mês	Valor mínimo (em R\$)	Valor médio (em R\$)	Valor máximo (em R\$)
Set/2007.....	54,86	58,03	61,03
Out/2007.....	61,52	65,85	68,88
Nov/2007.....	60,38	65,93	70,38
Dez/2007.....	63,90	67,92	70,90
Jan/2008.....	54,62	63,19	69,61
Fev/2008.....	58,60	65,32	71,17
Mar/2008.....	70,11	73,89	77,50

Fonte: Economática.

DEBÊNTURES

Nossas controladas realizaram, no passado, 14 emissões de debêntures, sendo que, à exceção das debêntures objeto das 3ª, 7ª, 8ª, 9ª, 11ª emissões da Gerdau e emissão da Aços Villares, cujos vencimentos iniciam-se em 2010, as demais debêntures foram integralmente liquidadas. Em 31 de dezembro de 2007, havia 409.022 debêntures emitidas pela Gerdau e pela Aços Villares em circulação, no valor total de principal de R\$941,3 milhões.

Informação sobre títulos e valores mobiliários emitidos

Debêntures da Gerdau

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa nominal média anual de juros foi de 11,82% e 15,03% em 2007 e 2006, respectivamente.

Debêntures da Aços Villares

As debêntures da Aços Villares são na forma nominativa escritural, em série única, da espécie quirografária e não são conversíveis em ações. Foram emitidas e colocadas no mercado 28,500 milhões debêntures, no valor nominal unitário de R\$10 totalizando R\$285 milhões. As debêntures têm prazo de 5 anos, e vencimento em 01/09/2010. Os juros remuneratórios, equivalentes a 104,5% da Taxa DI, são pagos trimestralmente. O principal será pago em oito parcelas iguais, trimestrais e consecutivas, sendo a primeira em 01/12/2008.

BÔNUS PERPÉTUO

Em 22 de setembro de 2005, realizamos a primeira emissão de títulos de dívida sem vencimento (*Guaranteed Perpetual Senior Securities* - Bônus Perpétuos) no mercado financeiro internacional, no valor de US\$600 milhões. A emissão foi integralmente garantida pela Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços. A operação tem um custo (“*all in*”) de 9,75% ao ano.

Os compradores de nossos títulos fazem jus ao recebimento de juros de 8,875% ao ano, a serem pagos trimestralmente. Os títulos permanecerão no mercado por, no mínimo, 5 anos, sendo que temos o direito de resgatá-los no final deste período ou a cada trimestre subsequente.

Referida emissão recebeu ordens de compra de mais de US\$3,5 bilhões, o que nos permitiu aumentar o valor da emissão dos US\$300 milhões inicialmente previstos para US\$600 milhões.

BÔNUS DE 10 ANOS

Em outubro de 2007, realizamos, por meio de nossa subsidiária GTL Trade Finance Inc., a emissão de *bonds* para colocação privada no mercado internacional, no valor total de US\$1 bilhão e com vencimento em 2017. Os compradores fazem jus ao recebimento de juros de 7,25% ao ano, a serem pagos semestralmente em 20 de abril e 20 de outubro (iniciando em 20 de abril de 2008). A emissão foi integralmente garantida pela Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços.

NEGOCIAÇÃO NA BOVESPA

A BOVESPA é uma sociedade anônima onde são efetuadas todas as negociações de valores mobiliários no Brasil, com exceção dos títulos de dívida pública, negociados eletronicamente, e dos leilões de privatização, negociados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

As negociações ocorrem em uma sessão contínua de negociação entre as 10:00h e as 17:00h, ou entre 11:00h e 18:00h durante o período de horário de verão no Brasil, em um sistema eletrônico de negociação chamado Megabolsa. A BOVESPA também permite negociações das 17:45h às 19:00h, ou entre 18:45h e 19:30h durante o período de horário de verão no Brasil no denominado “*after market*”. As negociações no “*after market*” estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelos investidores.

Informação sobre títulos e valores mobiliários emitidos

Em 31 de dezembro de 2007, a capitalização de mercado da BOVESPA era de, aproximadamente, R\$2,5 trilhões (US\$1,4 trilhão), tendo sido negociado, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2007, uma média de R\$4,9 bilhões (US\$2,5 bilhões) por dia. Como comparação, a Bolsa de Nova York (NYSE) teve uma capitalização de mercado, em 31 de dezembro de 2007, de US\$27,1 trilhões. Embora quaisquer das ações em circulação de uma companhia listada possam ser negociadas em uma bolsa de valores brasileira, na maioria dos casos, menos da metade dessas ações ficam efetivamente disponíveis para negociação pelo público, sendo o remanescente detido por pequenos grupos de controladores, por entidades estatais ou por um acionista principal. É possível que um mercado ativo e líquido para as nossas ações ordinárias não se sustente, o que limitaria a capacidade do investidor de revender as Ações. Vide seção “*Fatores de Risco – Riscos Relativos à Oferta e às Ações*” na página 49 deste Prospecto.

A fim de manter um melhor controle sobre a oscilação do Índice BOVESPA, esta adotou um mecanismo denominado “*circuit breaker*”, de acordo com o qual a sessão de negociação é interrompida por um período de 30 minutos ou uma hora, sempre que o Índice BOVESPA cair abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

A liquidação de operações de venda de Ações realizadas na BOVESPA é efetuada 3 dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. A entrega das ações e o pagamento são feitos por intermédio da CBLC. A CBLC é contraparte central garantidora das operações realizadas na BOVESPA, realizando a compensação multilateral tanto para as obrigações financeiras quanto para as movimentações de títulos. Segundo o regulamento da CBLC, a liquidação financeira é realizada por meio do Sistema de Transferência de Reservas do Banco Central. A movimentação de títulos é realizada no sistema de custódia da CBLC. Tanto as entregas quanto os pagamentos têm caráter final e irrevogável.

REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

O mercado brasileiro de valores mobiliários é regulado pelo CMN, pelo Banco Central e, especialmente, pela CVM, com base, entre outras, na Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, na Lei do Mercado de Valores Mobiliários e na Lei das Sociedades por Ações.

A CVM possui autoridade geral sobre o mercado de valores mobiliários, incluindo as bolsas de valores, as companhias abertas, os investidores e os demais agentes que dele participam. O CMN e o Banco Central possuem, entre outros poderes, a autoridade de licenciamento de corretoras, regulando também investimentos estrangeiros e operações de câmbio.

Referidas leis, regulamentadas por normas baixadas por cada um dos referidos órgãos, prevêm exigências de divulgação de informações, proteção de acionistas minoritários e elaboração de demonstrações financeiras, bem como sanções, inclusive criminais, relacionadas com a negociação de ações com base em informação relevante não-divulgada (*insider trading*) e à manipulação de preços. Adicionalmente, regulam a constituição, o funcionamento e a supervisão das instituições participantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e a governança das bolsas de valores brasileiras.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as companhias podem ser abertas, como nós, ou fechadas. A companhia é aberta se seus valores mobiliários são admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários brasileiro. Todas as companhias abertas devem ser registradas junto à CVM e estão sujeitas às exigências regulatórias e de divulgação de informações. Uma companhia aberta pode ter seus valores mobiliários negociados nas bolsas de valores ou no mercado de balcão. As ações de companhia aberta, como as Ações, também podem ser negociadas privadamente, com determinadas limitações.

O mercado de balcão está dividido em duas categorias: (i) mercado de balcão organizado, no qual as atividades de negociação são supervisionadas por entidades auto-reguladoras autorizadas pela CVM; e (ii) mercado de balcão não-organizado, no qual as atividades de negociação não são supervisionadas por entidades auto-reguladoras autorizadas pela CVM. Em qualquer caso, a operação no mercado de balcão consiste em negociações diretas entre os investidores, fora da bolsa de valores, com a intermediação de instituição financeira autorizada pela CVM. Nenhuma licença especial, além de registro na CVM (e, no caso de mercados de balcão organizados, no mercado de balcão pertinente), é necessária para que os valores mobiliários de companhia aberta possam ser negociados no mercado de balcão.

Informação sobre títulos e valores mobiliários emitidos

A negociação de valores mobiliários na BOVESPA pode ser interrompida por solicitação da companhia antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da CVM ou BOVESPA, com base em, dentre outros motivos, indícios de que ela tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou a questionamentos feitos pela CVM ou BOVESPA.

As negociações nas bolsas de valores brasileiras por não-residentes estão sujeitas a determinadas restrições, segundo a legislação brasileira de investimentos estrangeiros. Vide seção “Regulamentação de Investimentos Estrangeiros” abaixo.

REGULAMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Investidores estrangeiros podem registrar seus investimentos em ações amparados pela Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, ou pela Resolução CMN 2.689 e Instrução CVM 325. A Resolução CMN 2.689 prevê o tratamento fiscal favorável a investidores não residentes no Brasil, contanto que não sejam residentes em paraísos fiscais (isto é, países que não impõem tributos ou em que a renda é tributada a alíquotas inferiores a 20,0%), de acordo com as leis fiscais brasileiras.

De acordo com a Resolução CMN 2.689, investidores não residentes podem investir em quase todos os ativos disponíveis no mercado financeiro e no mercado de capitais brasileiro, desde que obedecidos certos requisitos. Segundo tal Resolução, consideram-se investidores não residentes, individuais ou coletivos, as pessoas físicas ou jurídicas, os fundos ou outras entidades de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior. Previamente ao investimento, o investidor não residente deve:

- nomear representante no Brasil com poderes para praticar atos relativos ao investimento;
- nomear instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central ou pela CVM como custodiante dos investimentos decorrentes das aplicações de que trata a Resolução CMN 2.689;
- por intermédio de seu representante, registrar-se como investidor estrangeiro junto à CVM; e
- registrar o investimento junto ao Banco Central.

Adicionalmente, tais investidores estrangeiros devem obter registro junto a Receita Federal, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de julho de 2007.

O processo de registro do investimento junto ao Banco Central é empreendido pelo representante legal do investidor no Brasil. Valores mobiliários e demais ativos financeiros de titularidade dos investidores estrangeiros, em conformidade com a Resolução CMN 2.689, deverão ser registrados ou mantidos em contas de depósito, ou, ainda, sob custódia de pessoa jurídica devidamente autorizada pelo Banco Central ou pela CVM. Além disso, a negociação é restrita às operações que envolvam valores mobiliários listados nas bolsas de valores brasileiras ou negociados em mercados de balcão organizados autorizados pela CVM, exceto nos casos de reorganização societária ou morte.

PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA BOVESPA

Em 2000, a BOVESPA introduziu três segmentos especiais para listagem de companhias abertas, conhecidos como Nível 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que sigam melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações, em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação fornecida aos acionistas.

Informação sobre títulos e valores mobiliários emitidos

Para tornar-se uma companhia Nível 1, além das obrigações impostas pela legislação brasileira vigente, uma emissora deve, dentre outros: (1) assegurar que suas ações, representando 25% do seu capital total, estejam em circulação no mercado; (2) adotar, sempre que fizer uma oferta pública, procedimentos que favoreçam a dispersão acionária; (3) cumprir padrões mínimos de divulgação trimestral de informações; (4) seguir políticas mais rígidas de divulgação com relação às negociações realizadas por acionistas controladores, conselheiros e diretores, envolvendo valores mobiliários emitidos pela companhia; (5) divulgar a existência de quaisquer acordos de acionistas e programas de *stock options*; e (6) disponibilizar aos acionistas um calendário de eventos societários.

Para tornar-se uma companhia Nível 2, além das obrigações impostas pela legislação brasileira vigente, uma emissora deve, dentre outros: (1) cumprir todos os requisitos para listagem de companhias Nível 1; (2) conceder o direito a todos os acionistas de participar da oferta pública de aquisição de ações em decorrência de uma alienação do controle da companhia, oferecendo para cada ação ordinária o mesmo preço pago por ação do bloco de controle e para cada ação preferencial ao menos 80% do preço pago por ação do bloco de controle; (3) conceder direito de voto a detentores de ações preferenciais com relação a determinadas matérias, tais como (i) transformação, incorporação, cisão e fusão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, dentre os quais qualquer parte relacionada ao acionista controlador; (iii) aprovação da avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da companhia; (iv) nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico das ações de emissão da companhia, no caso de realização de oferta pública de aquisição em decorrência do cancelamento do registro ou descontinuidade de registro no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa; e (v) qualquer alteração aos direitos de voto mencionados nos itens anteriores, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2; (4) limitar o mandato de todos os membros do conselho de administração a um mandato unificado de até dois anos, que deve ser composto de no mínimo cinco membros, dos quais um mínimo de 20% dos membros devem ser considerados conselheiros independentes; (5) preparar demonstrações financeiras trimestrais e anuais, incluindo demonstrações de fluxo de caixa, em idioma inglês, de acordo com padrões internacionais de contabilidade, tais como U.S. GAAP ou IFRS; (6) se a companhia optar por ser retirada da listagem no Nível 2, seu acionista controlador deverá fazer uma oferta pública de aquisição de ações (sendo que o preço mínimo das ações a serem oferecidas será determinado por laudo de avaliação a ser produzido por perito); e (7) aderir ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado para a resolução de disputas entre a companhia, os controladores e seus investidores.

Para ser listada no Novo Mercado, uma emissora deve cumprir todos os requisitos descritos acima, bem como, dentre outros, (1) emitir somente ações ordinárias; e (2) conceder direito de participar da oferta pública de aquisição de ações para todos os acionistas, em decorrência de uma alienação do controle da companhia, oferecendo para cada ação ordinária o mesmo preço pago e condição por ação do bloco de controle.

Em 26 de junho de 2001, nós, nossos acionistas controladores e nossos administradores celebramos o Contrato de Adesão ao Nível 1 com a BOVESPA. Embora tenhamos aderido ao Nível 1, adotamos, além das práticas de governança corporativa exigidas pelo Regulamento do Nível 1, práticas adicionais, as quais são também exigidas pelo Regulamento do Nível 2 e pelo Regulamento do Novo Mercado, quais sejam:

- direito de inclusão em oferta pública de aquisição de ações (*tag along*) aos acionistas detentores de ações preferenciais, nas mesmas condições oferecidas aos acionistas controladores, em determinadas situações previstas em nosso Estatuto Social;
- obrigação de eleição de Conselheiros Independentes na proporção de, no mínimo, 20,0% do total de membros do Conselho de Administração; e
- pagamento de dividendo obrigatório correspondente a, pelo menos, 30% de nosso lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 27 de nosso Estatuto Social.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

Apresentamos a seguir nossas informações financeiras consolidadas selecionadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006. Nossas informações financeiras selecionadas apresentadas nesta seção são baseadas em, e devem ser lidas em conjunto com, nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, bem como com as informações contidas nas Seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”, “Resumo das Demonstrações Financeiras” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado Operacional”.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 são apresentadas, neste Prospecto, de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB (conhecido como *International Financial Reporting Standards* – IFRS) e com sua apresentação consubstanciada na Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007.

A partir de 2007, a Companhia passou a apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o IFRS. Para adotar o IFRS como novo padrão contábil para suas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia aplicou os aspectos estabelecidos no IFRS 1 (*First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*), considerando a data base de 1º de janeiro de 2006 para seu balanço de abertura.

Até 31 de dezembro de 2006, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia eram elaboradas e apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela CVM e estas práticas diferem, em algumas áreas, do IFRS. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2007, a Companhia modificou alguns métodos de contabilização, avaliação e consolidação, aplicados em BRGAAP, no intuito de cumprir as práticas adotadas no IFRS. Os dados comparativos referentes a 2006 foram revisados para refletir estes ajustes, à exceção daqueles correspondentes a isenções opcionais e obrigatórias, previstas pelo IFRS, conforme descrito nas notas explicativas 4.1.2 e 4.1.3 às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluídas na página 266 e 267 deste Prospecto.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido, ao resultado e ao fluxo de caixa, estão demonstradas na nota explicativa 4 às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluídas neste Prospecto.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As principais áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa 2.18 às demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste Prospecto. As estimativas utilizadas são baseadas no melhor julgamento da Administração da Companhia na data de tais demonstrações financeiras. O resultado real pode diferir das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Para maiores informações sobre as principais normas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas, ver nota explicativa 2.1 às nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas incluídas na página 245 deste Prospecto.

Em vista do acima exposto, o resumo das informações financeiras referente aos exercícios de 2007 e 2006 é apresentado abaixo conforme as normas contábeis IFRS.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, elaboradas de acordo com o BR GAAP não estão incluídas neste Prospecto. Essas demonstrações financeiras foram submetidas à CVM e estão disponíveis em seu *website* e no *própria* Companhia.

Informações financeiras selecionadas

Após a Oferta, a Companhia continuará a elaborar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADO

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2007	AV (%)	2006	AV (%)	Varição (%) 2007/2006
	(Em R\$ mil, exceto %)				
Receita líquida de vendas.....	30.613.528	100,00%	25.883.911	100,00%	18,27%
Custo das vendas.....	(23.131.527)	(75,56)%	(19.039.266)	(73,56)%	21,49%
Lucro bruto.....	7.482.001	24,44%	6.844.645	26,44%	9,31%
Despesas com vendas.....	(620.267)	(2,03)%	(558.163)	(2,16)%	11,13%
Despesas gerais e administrativas	(1.908.138)	(6,23)%	(1.827.544)	(7,06)%	4,41%
Outras receitas (despesas) operacionais.....	(157.822)	(0,52)%	(12.091)	(0,05)%	1.205,28%
Lucro operacional.....	4.795.774	15,67%	4.446.847	17,18%	7,85%
Resultado da equivalência patrimonial.....	118.399	0,39%	243.550	0,94%	(51,39)%
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	4.914.173	16,05%	4.690.397	18,12%	4,77%
Receitas financeiras	871.846	2,85%	1.012.996	3,91%	(13,93)%
Despesas financeiras	(1.210.090)	(3,95)%	(916.595)	(3,54)%	32,02%
Variação cambial, líquida.....	723.289	2,36%	329.632	1,27%	119,42%
Ganhos e perdas com de rivativos, líquido.....	(4.456)	(0,01)%	74.468	0,29%	(105,98)%
Lucro antes dos impostos.....	5.294.762	17,30%	5.190.898	20,05%	2,00%
Provisão para imposto de renda e contribuição social					
Corrente.....	(881.050)	(2,88)%	(917.433)	(3,54)%	(3,97)%
Diferido.....	(88.598)	(0,29)%	17.865	0,07%	(595,93)%
	<u>(969.648)</u>	<u>(3,17)%</u>	<u>(899.568)</u>	<u>(3,48)%</u>	<u>7,79%</u>
Lucro líquido do exercício	4.325.114	14,13%	4.291.330	16,58%	0,79%
Atribuído a:					
Participação do controlador.....	1.824.599	5,69%	1.750.763	6,76%	4,22%
Participação dos minoritários.....	2.500.515	8,17%	2.540.567	9,82%	(1,58)%
	<u>4.325.114</u>	<u>14,13%</u>	<u>4.291.330</u>	<u>16,58%</u>	<u>0,79%</u>

Informações financeiras selecionadas

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Em 31 de dezembro de				Variação (%) 2007/2006
	2007	AV (%)	2006	AV (%)	
	(Em R\$ mil, exceto %)				
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.046.665	4,90%	1.076.366	3,39%	90,15%
Aplicações financeiras					
Títulos para negociação	2.744.936	6,57%	4.614.627	14,52%	-40,52%
Títulos disponíveis para venda	276.374	0,66%	263.893	0,83%	4,73%
Títulos mantidos até o vencimento.....	-	0,00%	295.472	0,93%	-
Contas a receber de clientes.....	3.226.310	7,73%	2.872.123	9,04%	12,33%
Estoques.....	6.056.661	14,50%	5.052.865	15,90%	19,87%
Créditos tributários	627.026	1,50%	549.571	1,73%	14,09%
Pagamentos antecipados.....	108.690	0,26%	84.014	0,26%	29,37%
Ganhos não realizados com derivativos.....	14	0,00%	5.687	0,02%	-99,75%
Outras contas a receber.....	407.128	0,97%	347.129	1,09%	17,28%
	15.493.804	37,10%	15.161.747	47,70%	2,19%
Ativo não circulante					
Créditos tributários	606.146	1,45%	469.509	1,48%	29,10%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	964.888	2,31%	947.768	2,98%	1,81%
Ganhos não realizados com derivativos.....	1.553	0,00%	14.160	0,04%	-89,03%
Pagamentos antecipados.....	110.207	0,26%	56.570	0,18%	94,82%
Depósitos judiciais	224.275	0,54%	168.458	0,53%	33,13%
Outras contas a receber.....	338.134	0,81%	309.370	0,97%	9,30%
Gastos antecipados com plano de pensão.....	427.804	1,02%	318.563	1,00%	34,29%
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial.....	613.112	1,47%	450.080	1,42%	36,22%
Outros investimentos	34.712	0,08%	32.089	0,10%	8,17%
Ágios.....	6.043.396	14,47%	437.838	1,38%	1.280,28%
Intangível	1.073.715	2,57%	45.381	0,14%	2.266,00%
Imobilizado	15.829.091	37,90%	13.374.832	42,08%	18,35%
	26.267.033	62,90%	16.624.618	52,30%	58,00%
Total do ativo	41.760.837	100,00%	31.786.365	100,00%	31,38%
Passivo circulante					
Fornecedores	2.586.761	6,19%	2.414.160	7,59%	7,15%
Empréstimos e financiamentos	2.575.934	6,17%	2.328.221	7,32%	10,64%
Debêntures	38.125	0,09%	2.932	0,01%	1.200,31%
Impostos e contribuições sociais a recolher	469.058	1,12%	471.957	1,48%	-0,61%
Salários a pagar	519.733	1,24%	380.730	1,20%	36,51%
Dividendos a pagar	1.097	0,00%	231.401	0,73%	-99,53%
Perdas não realizadas com derivativos.....	1.964	0,00%	2.690	0,01%	-26,99%
Outras contas a pagar	497.940	1,19%	476.567	1,50%	4,48%
	6.690.612	16,02%	6.308.658	19,85%	6,05%
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12.481.760	29,89%	6.700.524	21,08%	86,28%
Debêntures	791.433	1,90%	786.596	2,47%	0,61%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	2.412.300	5,78%	1.565.840	4,93%	54,06%
Perdas não realizadas com derivativos.....	16.106	0,04%	22.425	0,07%	-28,18%
Provisão para contingências	490.319	1,17%	402.990	1,27%	21,67%
Benefícios a empregados.....	794.125	1,90%	708.316	2,23%	12,11%
Opções por compra de ações.....	889.440	2,13%	547.953	1,72%	62,32%
Outras contas a pagar	379.588	0,91%	459.721	1,45%	-17,43%
	18.255.071	43,71%	11.194.365	35,22%	63,07%
Patrimônio líquido					
Capital social	3.744.000	8,97%	3.744.000	11,78%	0,00%
Ações em tesouraria	(69.861)	(0,17)%	(69.861)	(0,22)%	0,00%
Reserva legal	131.295	0,31%	75.847	0,24%	73,11%
Lucros acumulados	2.993.542	7,17%	1.529.389	4,81%	95,73%
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	(539.471)	(1,29)%	(112.467)	(0,35)%	379,67%
	6.259.505	14,99%	5.166.908	16,26%	21,15%
Participações dos acionistas minoritários	10.555.649	25,28%	9.116.434	28,68%	15,79%
Patrimônio líquido incluindo minoritários.....	16.815.154	40,27%	14.283.342	44,94%	17,73%
Total do passivo	41.760.837	100,00%	31.786.365	100,00%	31,38%

Informações financeiras selecionadas

Outras Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2007	%	2006	%
	(Em milhões de R\$, exceto se disposto de outro modo)			
Produção Aço Bruto (1.000 toneladas)	17.908	100%	15.766	100%
Brasil	8.111	45,3%	7.698	48,8%
América do Norte.....	6.828	38,1%	6.059	38,4%
América latina	1.871	10,4%	1.234	7,8%
Europa.....	1.098	6,1%	775	4,9%
Produção Laminados (1.000 toneladas)	15.160	100%	12.803	100%
Brasil	5.464	36,0%	4.921	38,4%
América do Norte.....	6.692	44,1%	5.808	45,4%
América latina	2.004	13,2%	1.413	11,0%
Europa.....	1.000	6,6%	661	5,2%
Vendas Totais (1.000 toneladas)	17.159	100%	14.890	100%
Vendas Brasil (1.000 toneladas)	7.033	41,0%	6.622	44,5%
Mercado Interno.....	4.883	28,5%	4.227	28,4%
Exportações.....	2.150	12,5%	2.395	16,1%
Vendas Exterior (1.000 toneladas)	10.126	59,0%	8.268	55,5%
América do Norte.....	6.942	40,5%	6.040	40,6%
América Latina	2.248	13,1%	1.546	10,4%
Europa.....	936	5,4%	682	4,6%
Receita Líquida (R\$ milhões)	30.614	100%	25.884	100%
Brasil	12.956	42,3%	11.210	43,3%
América do Norte.....	11.235	36,7%	10.175	39,3%
América latina	3.319	10,8%	2.334	9,0%
Europa.....	3.104	10,1%	2.165	8,4%
EBITDA⁽¹⁾	6.231	100%	5.827	100%
Brasil	3.168	50,7%	3.097	53,1%
América do Norte.....	1.926	31,0%	1.710	29,3%
América latina	604	9,7%	545	9,4%
Europa.....	533	8,6%	475	8,2%
Lucro Líquido (R\$ milhões)	4.325	100%	4.291	100%
Brasil	2.601	60,1%	2.579	60,1%
América do Norte.....	985	22,8%	876	20,4%
América latina	373	8,6%	485	11,3%
Europa.....	366	8,5%	351	8,2%
Endividamento Curto Prazo (R\$ milhões)	2.614	100%	2.331	100%
Moeda nacional (Brasil)	1.238	47,4%	546	23,4%
Moeda estrangeira (Brasil).....	496	19,0%	571	24,5%
Empresas no Exterior	880	33,6%	1.214	52,1%
Endividamento Longo Prazo (R\$ milhões)	13.273	100%	7.487	100%
Moeda nacional (Brasil)	2.464	18,5%	2.012	26,9%
Moeda estrangeira (Brasil).....	2.570	19,4%	3.645	48,7%
Empresas no Exterior	8.239	62,1%	1.830	24,4%
Dívida Bruta⁽³⁾ (R\$ milhões)	15.887		9.818	
Caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras (R\$ milhões)	5.068		6.250	
Dívida Líquida⁽²⁾ (R\$ milhões)	10.819		3.568	
Dívida Líquida/Capitalização Total⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾	39,2%		20,0%	
Dívida Bruta/EBITDA⁽³⁾	2,6x		1,7x	
Dívida Líquida/EBITDA⁽²⁾⁽³⁾	1,7x		0,6x	

(1) O EBITDA não é uma medida definida nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez ou ao lucro líquido na qualidade de indicador de lucratividade. O EBITDA não tem um significado padronizado, não podendo, portanto ser comparado ao EBITDA de outras companhias. Vide seguidamente uma reconciliação entre o EBITDA e o lucro líquido.

(2) Calculada como o total de endividamento em curto e longo prazo menos a soma de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida não é uma medida definida nas práticas contábeis.

(3) A dívida bruta total contempla os empréstimos e financiamentos e debêntures.

(4) Capitalização para fins deste indicador está sendo calculada como à soma do patrimônio líquido e da Dívida Líquida.

Informações financeiras selecionadas

Composição do EBITDA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2007	2006
	(Em milhões de R\$)	
Lucro líquido.....	4.325	4.291
Provisão para Imp. de Renda e Contrib. Social	970	900
Resultado financeiro líquido.....	(381)	(501)
Depreciação e amortizações.....	1.317	1.137
EBITDA.....	6.231	5.827

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

GERAL

A discussão a seguir sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais é baseada em, e deve ser lida em conjunto com, nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e para cada um dos exercícios do período de dois anos encerrado em 31 de dezembro de 2007, incluídas neste Prospecto e elaboradas de acordo com o IFRS, e as informações contidas nas seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações” e “Informações Financeiras Seleccionadas”.

A discussão a seguir contém estimativas e declarações futuras que tomam por base as expectativas, estimativas e projeções atuais da administração e envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles discutidos nas estimativas e declarações futuras em virtude de diversos fatores, incluindo aqueles informados nas seções “Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras” e “Fatores de Risco”.

VISÃO GERAL

Somos uma sociedade *holding* que controla a Gerdau, a maior produtora de aços laminados longos no Brasil em volume produzido, de acordo com o IBS, e, por meio de suas subsidiárias, a segunda maior da América do Norte, de acordo com as estimativas do AISI, com base em volume produzido. Detemos uma participação de mercado significativa no setor siderúrgico em quase todos os países em que operamos e fomos classificados pelo IISI como a 14ª maior produtor de aço do mundo, com base em nossa produção consolidada de aço bruto em 2006. Em 31 de dezembro de 2007, 39,8% de nossos ativos eram representados por ações da Gerdau, o que significa dizer que nossa situação financeira está, em grande parte, atrelada aos resultados e às distribuições feitas pela Gerdau.

Operamos siderúrgicas que produzem aço por meio de altos fornos, de redução direta de minério de ferro, ou DRI, e fornos elétricos a arco, ou EAF. No Brasil, operamos três usinas de alto forno, incluindo nossa maior usina, Gerdau Açominas, uma usina siderúrgica integrada localizada em Ouro Branco, no estado de Minas Gerais. Atualmente, operamos um total de 43 unidades siderúrgicas na América Latina (incluindo o Brasil) e América do Norte, bem como uma subsidiária consolidada na Espanha, a Corporación Sidenor, para a produção de aço especial, e duas companhias associadas na República Dominicana, uma *mini-mill* recentemente adquirida, e uma no México. Detemos, ainda, duas *joint ventures*, uma nos Estados Unidos para a produção de aços laminados planos, e outra, recentemente adquirida, na Índia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, geramos aproximadamente 41% de nossas vendas físicas de operações brasileiras, 40,5% de operações nos Estados Unidos e Canadá, 13,1% de operações latino-americanas (excluindo o Brasil) e 5,4% de operações européias.

De forma consolidada, excluindo nossos investimentos em *joint ventures* e em empresas associadas (não-consolidadas), nossa capacidade total instalada foi de 24,8 milhões de toneladas de aço bruto e 21,0 milhões de toneladas de produtos de aço laminado em 31 de dezembro de 2007. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, registramos ativos consolidados totais de R\$41.760,8 milhões, vendas líquidas consolidadas de R\$30.613,5 milhões, lucro líquido consolidado total de R\$4.325,1 milhões e patrimônio líquido incluindo minoritários de R\$16.815,2 milhões.

Oferecemos uma ampla gama de produtos de aço, fabricados com base nas mais diversas especificações de nossos clientes. O *mix* de nossos produtos inclui aço bruto (placas, blocos e tarugos), vendidos para usinas laminadoras, produtos acabados para construção, como vergalhões e barras estruturais, produtos acabados para a indústria, como barras laminadas comerciais e fio-máquina, e produtos agropecuários, como postes, arames lisos e farpados. Produzimos, também, produtos de aço especiais, normalmente com certo grau de customização, utilizando tecnologia avançada para a fabricação de ferramentas e máquinas, correntes, fechos e molas, principalmente para as indústrias automotiva e mecânica.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Uma parcela significativa de nossos ativos de produção de aço está localizada fora do Brasil, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá, bem como na América Latina e na Europa. Iniciamos nossa expansão na América do Norte em 1989, quando iniciou-se, efetivamente, o processo de consolidação do mercado siderúrgico. Atualmente, operamos 18 unidades siderúrgicas nos Estados Unidos e no Canadá por meio de nossa principal controlada, a Gerdau Ameristeel, e acreditamos ser um dos líderes de mercado na América do Norte em termos de produção de alguns produtos de aços longos, como vergalhões, barras laminadas comerciais, perfis e vigas.

Nossa estratégia operacional baseia-se na aquisição ou construção de usinas siderúrgicas próximas a nossos consumidores e às fontes de matérias-primas para a produção de aço, tais como sucata metálica, ferro-gusa e minério de ferro. Por esse motivo, a maior parte de nossa produção, historicamente, tem suprido em primeiro lugar os mercados locais nos quais operamos. No entanto, nos últimos anos e, em particular, com a aquisição da usina de Ouro Branco, aumentamos nossa exposição aos mercados internacionais e nos beneficiamos da demanda internacional e do aumento dos preços dos produtos de aço fora do Brasil. Possuímos uma lista diversificada de clientes internacionais, cujos principais destinos das exportações incluem os Estados Unidos, Taiwan, Coréia do Sul, Tailândia e países da América Latina, como Argentina, República Dominicana e Equador.

Por meio de nossas controladas e afiliadas, realizamos, ainda, outras atividades relacionadas à produção e comercialização de produtos siderúrgicos, incluindo projetos de reflorestamento e geração de energia elétrica.

PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM NOSSOS RESULTADOS OPERACIONAIS

Os principais fatores que afetam nossos resultados operacionais incluem:

- a conjuntura econômica e política no Brasil;
- a conjuntura econômica e política nos Estados Unidos;
- flutuações na taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano;
- a natureza cíclica da oferta de e demanda por produtos siderúrgicos no Brasil e no exterior, inclusive os preços dos produtos siderúrgicos;
- nosso nível de exportação; e
- nossos custos de produção.

CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA

Nossos resultados e condição financeira no Brasil dependem principalmente da conjuntura econômica do país, em particular do crescimento econômico e seu efeito sobre a demanda por aço; os custos de financiamento e a disponibilidade de crédito; e as taxas de câmbio do Real em relação às moedas estrangeiras.

Desde 2003, a economia brasileira vem se tornando cada vez mais estável, tendo apresentado melhoras significativas em seus principais indicadores. A continuidade das políticas macroeconômicas, com foco na disciplina fiscal, no sistema de metas de inflação, na adoção do câmbio flutuante, na atração de investimentos externos e no cumprimento dos acordos financeiros internacionais do País, incluindo o pagamento total da dívida com o Fundo Monetário Internacional, contribuíram para uma melhor receptividade da comunidade financeira mundial em relação ao Brasil.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Durante 2006, o PIB brasileiro cresceu 3,8% para US\$1,1 trilhão, registrando um superávit comercial de US\$46 bilhões. A inflação em 2006, conforme medida pelo IPCA, foi de 3,14%. As taxas de juros continuaram elevadas em 2006, com uma taxa taxa CDI média de 15,0%. Em 2006, o real valorizou-se 8,7% em relação ao dólar norte-americano, para R\$2,14 por US\$1,00.

No ano de 2007, a inflação, medida pelo IPCA, foi de 4,46%. A taxa CDI média no ano foi de 11,8%. Em 31 de dezembro de 2007, a taxa de câmbio dólar norte-americano/real foi de R\$1,771 por US\$1,00. A meta de inflação anual do Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2007 era de 4,5%, com base no índice IPCA, a mesma a projetada para 2008. A margem de tolerância é de 2,0 pontos percentuais para cima ou para baixo.

A inflação afeta nosso desempenho financeiro ao aumentar uma parte de nossas despesas operacionais denominadas em reais que não estão atreladas ao dólar norte-americano. Porém, uma parcela significativa dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados por nossa Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e não é significativamente afetada pelas taxas de inflação no Brasil.

Além disso, uma parcela significativa de nossa dívida denominada em reais está sujeita a juros com base nas taxas CDI e TJLP, que inclui um componente para ajuste da inflação. Adicionalmente, uma outra parcela de nossa dívida denominada em reais está indexada, geralmente com base no IGP-M, de modo a levar em consideração os efeitos da inflação. Sendo assim, um aumento da inflação resulta em aumentos nas nossas despesas financeiras e obrigações de pagamento da dívida.

As taxas de juros pagas por nós dependem de uma série de fatores, inclusive das taxas de juros predominantes no Brasil e no exterior e as análises de risco de nossa Companhia, de seu setor e da economia brasileira conduzidas pelos nossos potenciais credores, potenciais compradores dos títulos de nossa dívida e agências de classificação de risco que avaliam nossa Companhia e nossos títulos de dívida. Nossas dívidas sujeitas a taxas de juros variáveis nos expõem a riscos de mercado resultantes de alterações nas taxas CDI, IGP-M e LIBOR. De modo a reduzir nossa exposição ao risco de taxas de juros, buscamos, de tempos em tempos, conduzir operações de *hedge* para reduzir as flutuações da taxa LIBOR.

A tabela abaixo apresenta o crescimento real do PIB, a taxa de inflação, e as taxas de juros e as taxas de câmbio do dólar norte-americano para os períodos indicados.

	2007	2006	2005
Crescimento real do PIB.....	5,4%	3,8%	3,2%
Inflação (IGP-M) ⁽¹⁾	7,8%	3,85%	1,2%
Inflação (IPCA) ⁽²⁾	4,5%	3,1%	5,7%
Taxa CDI ⁽³⁾	11,8%	15,0%	19,0%
Desvalorização (valorização) do real em relação ao dólar norte-americano.....	17,2%	8,7%	11,8%
Taxa de câmbio no final do exercício – US\$1,00.....	R\$1,7713	R\$2,138	R\$2,3407
Taxa de câmbio média—US\$1,00 ⁽⁴⁾	R\$1,9479	R\$2,117	R\$2,4352

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Banco Central e Bloomberg.

⁽¹⁾ Inflação (IGP-M) corresponde ao Índice Geral de Preços de Mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.

⁽²⁾ Inflação (IPCA) corresponde ao Índice de Preços ao Consumidor Ampliado medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁽³⁾ A taxa CDI corresponde à média da taxa fixa de depósitos interbancários registrada durante o dia no Brasil (acumulada para o mês do final do período, anualizada).

⁽⁴⁾ Média das taxas de câmbio do último dia de cada mês durante o período indicado.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

CONJUNTURA ECONÔMICA AMERICANA

Devido ao tamanho das nossas operações nos Estados Unidos a conjuntura econômica americana pode ter um efeito significativo em nossos resultados na região, em particular do crescimento econômico e seu efeito sobre a demanda por aço; os custos de financiamento e a disponibilidade de crédito.

Durante 2006, o PIB americano cresceu 2,9% para US\$13,2 trilhões, registrando um déficit na balança comercial de pagamentos de US\$811 bilhões. A inflação em 2006, conforme medida pelo CPI, foi de 3,2%. A taxa de juros dada pelos Fed Funds média foi de 4,97%.

Durante 2007, o PIB americano cresceu 2,2% para US\$13,8 trilhões, registrando um déficit na balança de pagamentos estimado pelo *International Monetary Fund* em US\$738.6 bilhões. A inflação em 2007, conforme medida pelo CPI, foi de 2,9%. A taxa de juros dada pelo *Fed Funds* média foi de 5,02%.

As taxas de juros pagas por nós dependem de uma série de fatores, inclusive das taxas de juros predominantes no Brasil e no exterior e as análises de risco de nossa Companhia, de seu setor e da economia brasileira conduzidas pelos nossos potenciais credores, potenciais compradores dos títulos de nossa dívida e agências de classificação de risco que avaliam nossa Companhia e nossos títulos de dívida. Nossas dívidas sujeitas a taxas de juros variáveis nos expõem a riscos de mercado resultantes de alterações nas taxas CDI, IGP-M e LIBOR. De modo a reduzir nossa exposição ao risco de taxas de juros, buscamos, de tempos em tempos, conduzir operações de *hedge* para reduzir as flutuações da taxa LIBOR.

A tabela abaixo apresenta o crescimento real do PIB dos Estados Unidos, a taxa de inflação, e as taxas de juros.

	2007	2006	2005
Crescimento real do PIB.....	2,2%	2,9%	3,1%
Inflação (CPI) ⁽¹⁾	2,9%	3,2%	3,4%
Fed funds ⁽²⁾	5,02%	4,97%	3,22%

Fontes: CBO e Federal Reserve Statistical Release.

⁽¹⁾ Inflação CPI é composto pela pesquisa do index dos preços ao consumidor para todos consumidores urbanos.

⁽²⁾ Fed funds corresponde à taxa de juros estipulada pelo Federal Reserve.

Efeitos das Flutuações nas Taxas de Câmbio Entre o Real e o Dólar Norte-Americano

Nossos resultados são afetados pela variação nas taxas de câmbio entre o real e, principalmente, o dólar norte-americano, à medida que a taxa de câmbio impacta nossa dívida lastreada em moeda estrangeira e contratada a partir do Brasil, o resultado de nossas subsidiárias no exterior, os custos de insumos atrelados ao dólar, principalmente o carvão coqueificável, e nossas receitas auferidas de exportações.

Desde meados de 2002, o Real vem apresentando apreciação significativa frente ao dólar. Nos três últimos anos, a valorização do Real foi de 11,8%, 8,70% e 17,20% em 2005, 2006 e 2007, respectivamente.

À medida que o real sofre valorização em relação ao dólar norte-americano:

- os custos dos juros sobre nossas dívidas denominadas em dólares norte-americanos sofrem redução em reais, o que afeta positivamente nossos resultados em reais;
- o valor de nossas dívidas denominadas em dólares norte-americanos sofre redução em reais, e nossos passivos totais e obrigações de pagamento da dívida em reais sofrem redução;
- nossas despesas financeiras tendem a diminuir em virtude dos lucros cambiais que devemos registrar;

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

- o resultado de nossas subsidiárias no exterior que tem o Dólar como moeda funcional, quando expresso em reais, diminui;
- o custo de insumos atrelados ao dólar diminui; e
- nossas receitas de exportação também sofrem uma redução.

Por outro lado, à medida que o real sofre desvalorização em relação ao dólar norte-americano:

- os custos dos juros sobre nossas dívidas denominadas em dólares norte-americanos sofrem aumento em reais, o que afeta negativamente nossos resultados em reais;
- o valor de nossas dívidas denominadas em dólares norte-americanos sofre aumento em reais, e os nossos passivos totais e obrigações de pagamento da dívida em reais sofrem aumento;
- nossas despesas financeiras tendem a aumentar em virtude dos prejuízos cambiais que devemos registrar;
- o resultado de nossas subsidiárias no exterior que tem o Dólar como moeda funcional, quando expresso em reais, aumenta;
- o custo de insumos atrelados ao dólar aumenta; e
- nossas receitas de exportação também sofrem um aumento.

Uma parcela de nossas contas a receber, contas a pagar e dívida está denominada em moedas diferentes da respectiva moeda funcional de cada subsidiária. A moeda funcional de nossas subsidiárias operacionais brasileiras (Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços) é o real. Essas subsidiárias possuem ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte-americanos, que afetam sua condição financeira e resultados operacionais devido às flutuações na taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano. Em 2006 e 2007, nossos resultados foram afetados pela valorização do real em relação ao dólar norte-americano, resultando em prejuízos em nossas contas a receber de exportações denominadas em dólares norte-americanos, e ganhos em nossas contas a pagar denominadas em dólares norte-americanos, bem como em nosso endividamento. A valorização do real resultou em ganho cambial líquido em 2007. Nossas demonstrações financeiras estão expressas em reais, sendo que as transações conduzidas em outras moedas, exceto pelo real, são convertidas em reais de acordo com a cotação vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas para os saldos de ativos e passivos e pela cotação média mensal do câmbio para as contas de resultado. As alterações na taxa de câmbio entre a moeda funcional de nossas operações, tais como o dólar norte-americano ou euro e o real, afetam os valores registrados das receitas e despesas nas demonstrações financeiras consolidadas expressas em reais.

A Natureza Cíclica da Oferta de e Demanda por Produtos Siderúrgicos no Brasil e no Exterior, Inclusive os Preços dos Produtos Siderúrgicos

Os preços dos produtos siderúrgicos em geral são sensíveis a alterações na demanda local e mundial, que, por sua vez, é afetada pela conjuntura econômica em cada país e no mundo, e à capacidade instalada disponível. A maioria de nossos produtos de aço laminado longo podem ser classificados como *commodities*, inclusive vergalhões, barras mecânicas e produtos de fio-máquina comuns. Porém, uma parcela significativa de nossos produtos laminados longos, tais como aços especiais, bem como produtos de arame e produtos trefilados, não é classificada como *commodities* devido às diferenças em seu formato, composição química, qualidade e especificações, que por sua vez afetam seus preços. Portanto, não há preços uniformes em relação a esses produtos.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Nos últimos dez anos, a produção total global de aço bruto variou entre aproximadamente 799 milhões e 1,3 bilhão de toneladas ao ano. De acordo com o IISI, a produção global de aço bruto em 2007, com uma produção de 1.342,9 milhões de toneladas, foi 7,4% superior que a registrada em 2006. A China continuou a aumentar sua produção, não obstante os esforços governamentais para limitar a capacidade excedente. Apesar de a China ter se tornado um exportador líquido de aço longo em 2006, sua produção ainda não afetou os preços internacionais, uma vez que a demanda permanece forte nos principais mercados siderúrgicos. Segundo o IISI, a demanda mundial por produtos de aço acabados aumentou 48,61% entre 2000 e 2006, um crescimento médio anual de 6,8%.

Os preços do aço no mercado internacional aumentaram nos últimos quatro anos e os produtores de aço buscaram responder à demanda crescente da China por produtos de aço com programas de investimento para aumentar a capacidade instalada.

O mercado brasileiro continuou, em 2007, a expansão verificada em 2006. O setor de construção civil continuou sendo o principal propulsor da recuperação, suportada por diversos outros fatores, como medidas governamentais que reduziram a carga tributária, mantiveram a inflação sob controle e aumentaram a receita da população, resultando em mais empregos e taxas de juros mais baixas. O setor agro-industrial consolidou sua recuperação dos efeitos da gripe asiática, de colheita e dos baixos preços das *commodities*, enquanto o setor industrial continuou crescendo de forma sustentada.

No primeiro trimestre de 2008, verificamos uma forte demanda por nossos produtos de aço, especialmente no Brasil, o que resultou em preços mais altos para nossos produtos e alta utilização de nossa capacidade instalada. Devido à demanda robusta por aço no Brasil, os preços aumentaram entre 12% e 15% no primeiro trimestre de 2008. Acreditamos que a perspectiva geral para a indústria siderúrgica no Brasil e em determinadas outras regiões em que atuamos para o restante de 2008, é favorável, e a demanda por nossos produtos e pelos da indústria siderúrgica em geral deverá continuar crescendo e permanecer intensa durante o segundo semestre de 2008, podendo resultar em aumentos adicionais de preços de produtos de aço no Brasil nesse período.

NOSSO NÍVEL DE EXPORTAÇÃO

Durante períodos de diminuição na demanda interna brasileira por nossos produtos, buscamos ativamente oportunidades para exportar nossa produção excedente de modo a manter os índices de utilização da capacidade e as vendas. Durante períodos de aumento na demanda interna brasileira por nossos produtos, pode haver declínios no volume de nossas exportações, à medida que aumentamos a venda de nossos produtos no mercado interno brasileiro.

Em 2007, as exportações a partir do Brasil foram responsáveis por 30,6% do volume de vendas das nossas unidades brasileiras, comparado a 36,2% em 2006, e resultaram em receitas de US\$1,4 bilhão, comparado a US\$1,3 bilhão em 2006. No exercício de 2007, as exportações atingiram 2,1 milhões de toneladas, uma redução de 10,3% em comparação ao exercício de 2006.

CUSTOS DE PRODUÇÃO

As matérias-primas representam o maior custo de produção de nossa Companhia. No Brasil, os insumos metálicos (sucata, ferro-gusa, minério de ferro e ligas metálicas) representam, aproximadamente, 36,5% da composição de custos de produção, enquanto na América do Norte correspondem a, aproximadamente, 57%.

De uma forma geral, os preços dos insumos metálicos, tanto no Brasil como no exterior, vêm aumentando nos últimos anos, devido a um forte crescimento na demanda internacional impulsionado principalmente pela China.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

EVENTOS RELEVANTES QUE AFETARAM O DESEMPENHO FINANCEIRO EM 2007, COMPARADO AO DE 2006

Aquisições

No decorrer do ano de 2007, realizamos diversas aquisições de participações acionárias, incluindo a aquisição de companhias de porte relevante, como a Chaparral. Para mais informações, ver a nota explicativa 3.5 – Aquisições de empresas (controladas, controle compartilhado e associadas) de nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas na página 260 deste Prospecto. Nossos resultados operacionais relativos ao exercício de 2007 foram afetados por essas aquisições, à medida que passaram a incluir os resultados das companhias adquiridas, o que não ocorreu em 2006. Por esse motivo, a comparabilidade entre nossos resultados operacionais em 2007 e 2006 se tornou limitada.

Outros Eventos Relevantes

Além das aquisições, em 2007, nosso lucro líquido foi afetado pelos seguintes valores: (i) no Brasil, por uma despesa de R\$132,2 milhões referente a débito do IPI relativo a créditos sobre insumos; (ii) na Europa, por despesas de R\$32,0 milhões de efeito líquido da reorganização industrial. Em 2006, nosso lucro líquido foi afetado pelos seguintes valores: (i) na América Latina, por receitas de R\$110,7 milhões de ajuste de valor de mercado referente a opções de compra e/ou venda de participações acionárias e de R\$68,0 milhões de amortização de deságio referente a compra de participação na unidade do Peru; (ii) no Brasil, por receitas de R\$83,7 milhões referentes ao êxito em processo judicial sobre recolhimentos indevidos de PIS/COFINS.

SAZONALIDADE DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA

Nossas vendas estão sujeitas à variação sazonal e ao desempenho econômico dos principais setores do mercado aos quais fornecemos produtos que, por sua vez, estão sujeitos a variações com base nas alterações no PIB dos países nos quais operamos. No Brasil e em outras operações na América Latina, as vendas do segundo e terceiro trimestres tendem a ser maiores que aquelas registradas no primeiro e quarto trimestres, em virtude da redução nas atividades de construção. Na América do Norte, a demanda é influenciada pelas condições climáticas do inverno, quando o consumo de energia elétrica e outras fontes de energia (isto é, gás natural) para aquecimento aumenta e pode ser exacerbado devido às condições climáticas adversas, contribuindo para o aumento nos custos, redução das atividades de construção e, conseqüentemente, redução em nossas vendas. O terceiro trimestre na Espanha é tradicionalmente o período de férias coletivas, o que reduz o desempenho das atividades do trimestre para apenas dois meses.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Geral

As principais práticas contábeis são aquelas (1) importantes para retratar nossa situação financeira e resultados operacionais e (2) que exigem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos de nossa administração, freqüentemente devido à necessidade de realizarmos estimativas que afetam questões inerentemente incertas. À medida que há aumento na quantidade de variáveis e premissas que afetam a possível resolução futura das incertezas, esses julgamentos se tornam cada vez mais subjetivos e complexos. Durante a elaboração das demonstrações financeiras incluídas neste Prospecto, nossa administração tomou por base variáveis e premissas resultantes da experiência histórica e diversos outros fatores que considera razoáveis e relevantes. Essas estimativas e premissas são revisadas pela administração no curso normal de nossos negócios. No entanto, a descrição de nossa situação financeira e resultados operacionais freqüentemente requer que façamos julgamentos em relação aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de nossos ativos e passivos. Os resultados reais poderão diferir daqueles estimados utilizando-se variáveis, premissas ou condições diferentes. Para um melhor entendimento de como nossa administração forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas subjacentes às estimativas, foram incluídos comentários relativos a cada principal prática contábil, descrita a seguir:

- imposto de renda e contribuição social diferidos;
- benefícios pós-emprego;

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

- passivos ambientais;
- instrumentos financeiros derivativos;
- vida útil dos ativos de vida longa;
- valor justo de instrumentos financeiros derivativos não-cotados;
- avaliação de ativos adquiridos e passivos assumidos nas combinações de negócios;
- avaliação da relação de negócios para empresas adquiridas para fins de consolidação integral; e
- teste de deterioração do ágio.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 – liability method) de contabilização do imposto de renda é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido até o montante considerado provável que seja realizável através de lucros tributáveis futuros ou reversão de impostos diferidos passivos. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Benefícios de Pensão e Pós-Emprego

Reconhecemos nossa obrigação com planos de benefícios pós-emprego a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) Os compromissos por planos de pensão e de outros benefícios pós-emprego são determinados atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos ativos do plano, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- (ii) Os ativos dos planos, quando aplicável, são avaliados a valor de mercado; e
- (iii) O excesso de ganhos ou perdas atuariais não reconhecido acima de 10% do maior entre o valor da obrigação do benefício e o valor de mercado dos ativos do plano é amortizado ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados ativos.

Na contabilização dos benefícios pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos dos planos, aumentos futuros do custo com tratamentos de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais são envolvidos para estimar outros fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Passivos Ambientais

Em 2006, demos início a um trabalho de identificação e diagnóstico de áreas potencialmente impactadas por nossas unidades brasileiras. O trabalho foi concluído em novembro de 2006, e, como seu resultado, provisionamos aproximadamente R\$29 milhões para contingenciamento das áreas potencialmente impactadas que identificamos. Possuímos uma equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases dos programas que devem ser desenvolvidos e contratamos especialistas externos quando necessário. Mudanças nos fatos e circunstâncias conhecidos atualmente podem resultar em variações materiais na provisão já realizada.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos incluem: *swaps* de taxas de juros contratados no Brasil trocando taxa de juros variáveis com base no CDI por taxas de juro pré-fixadas, *swaps* de taxas de juros fixas em dólares por taxas variáveis em yen, *swaps* reversos nos quais recebemos taxa de juros variáveis em dólar e pagamos taxa fixa em dólares e *swap* de taxa de juros variáveis em dólares por taxa de juros pré-fixada também em dólares.

Avaliamos os instrumentos financeiros derivativos ao seu valor justo na data das demonstrações financeiras considerando cotações e outras informações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil e nos mercados internacionais causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em nossas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que receberíamos ou pagaríamos, conforme apropriado, se liquidássemos as transações na data das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2007, os ganhos não realizados com instrumentos financeiros derivativos totalizaram R\$1,6 milhão e as perdas R\$18,1 milhões.

Vida Útil de Ativos de Longa Duração

Reconhecemos a depreciação de nossos ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos Não-Cotados

Firmamos instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas minoritários das empresas adquiridas, ou concedemos opções de venda a alguns acionistas minoritários para nos venderem as ações de emissão dessas empresas adquiridas por eles detidas. Esses instrumentos financeiros estão registrados em nosso balanço patrimonial na conta Opções por compra de ações (ver nota 16.f às nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas na página 295 deste Prospecto) ao seu valor justo, e a determinação desse valor justo envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. Estimamos o valor de mercado das empresas cujas ações nos comprometemos a adquirir utilizando a metodologia dos múltiplos de EBITDA de empresas similares negociadas no mercado. Acreditamos que tal critério seja apropriado, alinhado com as práticas observadas no mercado para valorização de instrumentos não cotados.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Avaliação de Ativos Adquiridos e Passivos Assumidos nas Combinações de Negócios

Durante os últimos anos, conforme descrito na nota 3 de nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas na página 257 deste Prospecto, realizamos algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, devemos alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado em seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrado como ágio. Exercemos julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. Geralmente, contratamos empresas externas de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso de premissas utilizadas para avaliação incluem estimativas de fluxo de caixa descontados ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Avaliação das relações de negócios referidas a empresas adquiridas para fins de consolidação

Utilizamos julgamentos para avaliar a relação de negócios quando da aquisição de empresas em que não detemos participação majoritária com direito a voto. Para tanto, levamos em conta a análise dos principais riscos e benefícios com o objetivo de avaliar se somos o beneficiário primário, ou seja, se a empresa adquirida é uma entidade de propósito especial (special purpose entity – SPE), como definido pelo SIC Interpretation 12 “Consolidation – Special Purpose Entities” do IASB e, portanto, sujeita a nossa consolidação.

Teste de deterioração do ágio

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para se identificar uma deterioração dos mesmos através de uma metodologia conhecida como *impairment test*. Para o propósito de se identificar uma deterioração do ágio, estes são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa) e a alocação é efetuada de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são registradas no resultado do exercício em que ocorrerem e não podem ser revertidas em exercícios seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Geral

A discussão a seguir de nossos resultados operacionais referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007 baseia-se em nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com o IFRS, incluídas neste Prospecto. As referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício ou período são feitas em comparação ao exercício ou período anterior correspondente, salvo quando indicado em contrário no contexto. Ver “—*Eventos relevantes que afetaram o desempenho financeiro em 2007, comparado ao de 2006*” na página 102 deste Prospecto.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

A tabela abaixo contém informações de diversos itens da demonstração do resultado, expressos como um percentual da receita líquida de vendas de cada um dos respectivos exercícios e em milhares de R\$:

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de				Variação (%) 2007/2006
	2007	AV (%)	2006	AV (%)	
	(Em R\$ mil, exceto %)				
Receita líquida de vendas	30.613.528	100,00%	25.883.911	100,00%	18,27%
Custo das vendas	(23.131.527)	(75,56)%	(19.039.266)	(73,56)%	21,49%
Lucro bruto	7.482.001	24,44%	6.844.645	26,44%	9,31%
Despesas com vendas	(620.267)	(2,03)%	(558.163)	(2,16)%	11,13%
Despesas gerais e administrativas	(1.908.138)	(6,23)%	(1.827.544)	(7,06)%	4,41%
Outras receitas (despesas) operacionais	(157.822)	(0,52)%	(12.091)	(0,05)%	1205,28%
Lucro operacional	4.795.774	15,67%	4.446.847	17,18%	7,85%
Resultado da equivalência patrimonial	118.399	0,39%	243.550	0,94%	(51,39)%
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	4.914.173	16,05%	4.690.397	18,12%	4,77%
Receitas financeiras	871.846	2,85%	1.012.996	3,91%	(13,93)%
Despesas financeiras	(1.210.090)	(3,95)%	(916.595)	(3,54)%	32,02%
Variação cambial, líquida	723.289	2,36%	329.632	1,27%	119,42%
Ganhos e perdas com derivativos, líquido	(4.456)	(0,01)%	74.468	0,29%	(105,98)%
Lucro antes dos impostos	5.294.762	17,30%	5.190.898	20,05%	2,00%
Provisão para imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(881.050)	(2,88)%	(917.433)	(3,54)%	(3,97)%
Diferido	(88.598)	(0,29)%	17.865	0,07%	(595,93)%
	(969.648)	(3,17)%	(899.568)	(3,48)%	7,79%
Lucro líquido do exercício	4.325.114	14,13%	4.291.330	16,58%	0,79%
Atribuído a:					
Participação do controlador	1.824.599	5,69%	1.750.763	6,76%	4,22%
Participação dos minoritários	2.500.515	8,17%	2.540.567	9,82%	(1,58)%
	4.325.114	14,13%	4.291.330	16,58%	0,79%

Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2007 Comparado ao Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2006

Principais alterações nas contas de resultado

Receita Líquida de Vendas

Nossa receita líquida de vendas foi de R\$30.614 milhões em 2007, um aumento de 18,3% em relação a 2006 (R\$25.884 milhões). Desse montante, 42,3% (R\$12.956 milhões) foi proveniente das atividades no Brasil, 36,7% (R\$11.235 milhões) das atividades na América do Norte, 10,9% (R\$3.319 milhões) das atividades na América Latina (excluindo o Brasil) e 10,1% (R\$3.104 milhões) das atividades na Europa. Esse desempenho é devido à consolidação das empresas adquiridas em 2007 e 2006 e a boa demanda no setor siderúrgico, principalmente no Brasil.

Receita Líquida	Exercício de 2007	Exercício de 2006	Variação 2007/2006
	(R\$ milhões)		
Brasil	12.956	11.210	15,6%
América do Norte	11.235	10.175	10,4%
América Latina	3.319	2.334	42,2%
Europa	3.104	2.165	43,4%
Total	30.614	25.884	18,3%

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Nossas vendas consolidadas do exercício de 2007 totalizaram 17,2 milhões de toneladas, volume 15,2% maior que em 2006. Desse total, 41,0% tiveram origem nas operações no Brasil e os demais 59,0% nas empresas no exterior. Excluindo-se as aquisições realizadas no período comparado, as vendas apresentaram um aumento de 3,6%.

No Brasil, a forte demanda nos principais segmentos consumidores de nossos produtos proporcionou um incremento de 15,5% nas vendas, em termos de volume, em relação a 2006, atingindo 4,9 milhões de toneladas. Para atendermos ao maior consumo de aço no Brasil, nossas exportações do país foram reduzidas em 10,3%, totalizando, assim, 2,1 milhões de toneladas em 2007. A receita gerada pelas exportações do Brasil totalizou US\$1,4 bilhões em 2007, incluindo receitas dos embarques para empresas coligadas e controladas.

Nos Estados Unidos e no Canadá, as vendas alcançaram 6,9 milhões de toneladas em 2007, 14,9% a mais que em 2006. Excluindo-se os efeitos das aquisições da Chaparral Steel e da Sheffield Steel, o volume de 2007 se manteve em linha com o de 2006. As unidades da América Latina, excluindo o Brasil, comercializaram 2,3 milhões de toneladas, 45,5% a mais que o volume de 2006. Desconsiderando-se os volumes vendidos pelas empresas adquiridas na Venezuela e no México, em 2007, e no Peru, em 2006, as vendas de 2007 foram 7,7% superiores às de 2006. Na Europa, as vendas contribuíram com 936 mil toneladas em 2007, 37,2% a mais que em 2006, principalmente devido à aquisição da GSB Aceros e da Trefusa, na Espanha.

O preço médio (faturamento por tonelada) de nossos produtos em 2007 foi de R\$1.992/tonelada, um aumento de 2,8% em relação a R\$1.937/tonelada em 2006.

Custo dos Produtos Vendidos e Lucro Bruto

O custo dos produtos vendidos aumentou para R\$23.131 milhões em 2007, comparado a R\$19.039 milhões em 2006, um aumento correspondente a 21,5%. Esse aumento é devido principalmente ao aumento no custo das principais matérias-primas. A margem bruta consolidada foi de 24,4% em 2007 contra 26,4% em 2006. No Brasil, a margem bruta ficou em 32,2%, contra 35,9% no período anterior, redução essa causada, principalmente, pelo aumento dos custos das principais matérias-primas e também pela valorização do real frente ao dólar norte-americano, reduzindo as margens das exportações. As operações nos Estados Unidos e no Canadá contribuíram com uma margem de 18,0%, ligeiramente superior à do exercício de 2006. Na América Latina, a consolidação de novas empresas e os maiores custos das principais matérias-primas levaram à redução da margem bruta para 20,2%, em 2007, comparada a 24,0% em 2006. Na Europa, a reorganização industrial promovida entre as diversas unidades com vistas a maximizar os processos de produção e as linhas de produtos geraram custos adicionais no exercício, mas que deverão resultar em benefícios futuros para estas operações. Com isto, a margem bruta reduziu-se em 2007, alcançando 19,9% contra 21,9% no ano anterior. O lucro bruto do exercício aumentou para R\$7.482 milhões em 2007, comparado a R\$6.845 milhões em 2006, um aumento correspondente a 9,3%.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais (despesas com vendas e marketing, despesas gerais e administrativas) aumentaram 6,0% em 2007 contra um crescimento de 18,3% na receita líquida, em comparação a 2006, totalizando R\$2,5 bilhões. Com isto, o coeficiente despesas operacionais/receita líquida de vendas foi de 8,3% em 2007, em comparação a 9,2% em 2006, principalmente devido a ganhos de escala.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Outras despesas operacionais totalizaram R\$157,8 milhões em 2007, em comparação a outras despesas operacionais de R\$12,1 milhões em 2006. Esse resultado é devido, principalmente, à contabilização, no valor de R\$132,2 milhões (líquido de imposto de renda e contribuição social), de uma despesa oriunda de débito de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados relativo a créditos sobre insumos, em função de alteração da jurisprudência pelo Supremo Tribunal Federal.

Lucro Operacional

Em função dos fatores detalhados anteriormente, o lucro operacional foi de R\$4.795,8 milhões em 2007, comparado a R\$4.446,8 milhões em 2006, um aumento correspondente a 7,8%.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras no exercício de 2007 totalizaram R\$871,8 milhões, contra R\$1.013,0 milhões no exercício de 2006. Essa redução de 13,93% deveu-se, principalmente, a uma redução de nossas aplicações financeiras no exercício de 2007, em função das aquisições realizadas ao longo do período.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras no exercício de 2007 totalizaram R\$1.210,1 milhões, contra R\$916,6 milhões no exercício de 2006. Esse aumento de 32,02% deveu-se, principalmente, ao aumento de nosso endividamento consolidado no exercício de 2007, em função das aquisições realizadas ao longo do período.

Variação Cambial, Líquida

A variação cambial líquida no exercício de 2007 totalizou receitas de R\$723,3 milhões, contra R\$329,6 milhões no exercício de 2006. Esse aumento de 119,42% deveu-se, principalmente, em função da valorização do real sobre a dívida em moeda estrangeira no exercício de 2007 e ao aumento de nosso endividamento consolidado em moeda estrangeira, no exercício de 2007.

Ganhos e Perdas com Derivativos, Líquido

No exercício de 2007, registramos uma perda com derivativos de R\$4,5 milhões, comparada com um ganho no exercício de 2006 no valor de R\$74,5 milhões. Essa redução de 106% (R\$79 milhões) deveu-se, principalmente, ao reconhecimento de uma receita com ganho de instrumentos financeiros no ano de 2006, ao ajuste de valor de mercado referente a opções de compra e/ou venda de participações acionárias.

Resultado da Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial sobre os investimentos em empresas não consolidadas atingiu R\$118,4 milhões no exercício de 2007, contra R\$243,6 milhões em 2006. Esta redução de 51,4% deve-se, principalmente, ao menor resultado na *joint venture* Gallatin Steel, nos Estados Unidos, ocasionado pela menor demanda e aumento nos custos de produção de produtos de aço planos no período.

Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2007, as despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$969,6 milhões, um aumento de 7,8% quando comparadas a R\$899,6 milhões em 2006. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento do lucro verificado no período.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Lucro Líquido

Em 2007, o lucro líquido consolidado foi de R\$4.325,1 milhões, mantendo-se em linha com o valor de R\$4.291,3 milhões obtido em 2006. A margem líquida (definida como lucro líquido dividido pela receita líquida de vendas) passou para 14,1% em 2007, comparado a 16,6% em 2006. No Brasil, as unidades atingiram um lucro de R\$2.601 milhões em 2007, em linha com o valor de R\$2.579 milhões do ano anterior. As operações nos Estados Unidos e no Canadá apresentaram um lucro líquido de R\$984,8 milhões em 2007, 12,4% maior que os R\$876 milhões auferidos em 2006. Na América Latina, excetuando o Brasil, o lucro foi de R\$373,4 milhões em 2007, valor 23,1% menor que os R\$485 milhões registrados em 2006. As operações na Europa contribuíram com R\$366,4 milhões para o lucro líquido consolidado de 2007, 4,3% superior aos R\$351 milhões de 2006.

Alterações nos Principais Grupos de Contas Patrimoniais

Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2007 Comparado ao Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2006

Ativos

Ativo Circulante. Nosso ativo circulante totalizou R\$15.493,8 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando 37,1% de nossos ativos totais, comparado ao saldo de R\$15.161,7 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando 47,7% de nossos ativos totais naquela data.

Caixa e Equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$2.046,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$1.076,4 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 90,15% deveu-se, principalmente, ao acréscimo das aplicações de liquidez imediata, reflexo da geração operacional de caixa da Companhia.

Aplicações Financeiras

O saldo de aplicações financeiras totalizou R\$3.021,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$5.174,0 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução de 41,61% deveu-se, principalmente, a uma redução de 40,52% no saldo de títulos para negociação e de 100% no saldo de títulos mantidos até o vencimento, parcialmente compensada por um aumento de 4,73% no saldo de títulos disponíveis para venda. Esses movimentos e essa redução global em nossas aplicações financeiras foram o resultado do maior dispêndio de caixa em 2007, fruto das aquisições realizadas no período.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$3.226,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$2.872,1 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 12,33% deveu-se, principalmente, à consolidação das unidades adquiridas no período, principalmente nos Estados Unidos, no México e na Venezuela.

Estoques

O saldo de estoques totalizou R\$6.056,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$5.052,9 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 19,87% deveu-se, principalmente, à consolidação das unidades adquiridas no período, principalmente nos Estados Unidos, no México e na Venezuela.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Créditos Tributários

O saldo de créditos tributários (circulante e não-circulante) totalizou R\$1.233,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$1.019,1 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 21,00% deveu-se, principalmente, ao reconhecimento de créditos de impostos relativos aquisição de equipamentos, principalmente pela obra de expansão da Gerdau Açominas em Ouro Branco, MG.

Pagamentos Antecipados

O saldo de pagamentos antecipados (circulante e não-circulante) totalizou R\$218,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$140,6 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 55,68% deveu-se, principalmente, as despesas referente relativas aos custos de financiamentos incorridos para a aquisição da Chaparral Steel Company, bem como emissão de Bonds pela Companhia, os quais serão amortizados no período de vigência dos financiamentos que deram origem a estes custos.

Ganhos Não Realizados com Derivativos

O saldo de ganhos não realizados com derivativos (circulante e não-circulante) totalizou R\$1,6 milhão em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$19,8 milhões em 31 de dezembro de 2006, ao reconhecimento de ganhos não realizados com operação de Swap pelas subsidiárias da Companhia no Brasil ocorridos no exercício de 2006, os quais, em virtude de oscilações do mercado e 2007, sofreram ajustes negativos, reduzindo a posição ativa da Companhia nestes instrumentos financeiros.

Outras Contas a Receber

O saldo de outras contas a receber totalizou R\$407,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$347,1 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 17,28% deveu-se, principalmente, ao efeito da variação cambial incidente sobre outras contas a receber detidas por subsidiárias no exterior, em moeda estrangeira, cuja conversão para Reais impactou no aumento do montante existente em 2006.

Ativo Não-Circulante. Nosso ativo não-circulante totalizou R\$26.267,0 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando 62,9% de nossos ativos totais, um aumento de 58,0% em relação ao saldo existente em 31 de dezembro de 2006, que era de R\$16.624,6 milhões, representando 52,3% de nossos ativos totais naquela data. Esse aumento decorreu, principalmente, dos significativos aumentos verificados em nossos ativos intangíveis e imobilizados.

Créditos Tributários

Vide explicação na rubrica “Créditos Tributários” em ativo circulante.

Imposto de Renda/Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda/contribuição social diferidos totalizou R\$964,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, e manteve-se em linha com os R\$947,8 milhões registrados em 31 de dezembro de 2006.

Ganhos Não Realizados com Derivativos

Vide explicação na rubrica “Ganhos Não Realizados com Derivativos” em ativo circulante.

Pagamentos Antecipados

Vide explicação na rubrica “Pagamentos Antecipados” em ativo circulante.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais totalizou R\$224,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$168,5 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 33,13% deveu-se, principalmente, à apropriação de atualização monetária de depósitos judiciais de natureza tributária, bem como de novos depósitos, substancialmente relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Outras Contas a Receber

O saldo de outras contas a receber totalizou R\$338,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$309,4 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 9,30% deveu-se, principalmente, ao depósito para futuro investimento em participações societárias na Índia.

Gastos Antecipados com Plano de Pensão

O saldo de gastos antecipados com plano de pensão totalizou R\$427,8 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$318,6 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 34,29% deveu-se, principalmente, ao reconhecimento do ativo atuarial dos planos de pensão das subsidiárias da Companhia no Brasil.

Investimentos Avaliados por Equivalência Patrimonial

O saldo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial totalizou R\$613,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$450,1 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 36,22% deveu-se, principalmente, à aquisição do investimento na República Dominicana.

Outros Investimentos

O saldo de outros investimentos totalizou R\$34,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, manteve-se em linha com os R\$32,1 milhões em 31 de dezembro de 2006.

Ágios

O saldo de ágios totalizou R\$6.043,4 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$437,8 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 1280,28% deveu-se, principalmente, ao ágio apurado nas unidades adquiridas no período, principalmente nos Estados Unidos, no México e na Venezuela.

Intangível

O saldo de intangível totalizou R\$1.073,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$45,4 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 2266,00% deveu-se, principalmente, ao intangível apurado na aquisição da Chaparral Steel Company.

Imobilizado

O saldo de imobilizado totalizou R\$15.829,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$13.374,8 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 18,35% deveu-se, principalmente, ao Imobilizado existente nas unidades adquiridas no período, substancialmente nos Estados Unidos, no México e na Venezuela, bem como às aquisições de imobilizado no período, especialmente pela obra de expansão da Gerdau Açominas em Ouro Branco, MG.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Passivos e Patrimônio Líquido

Passivo circulante. Nosso passivo circulante totalizou R\$6.690,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando 16,0% de nosso passivo e patrimônio total, um aumento de 6,1% em relação ao saldo existente em 31 de dezembro de 2006, que era de R\$6.308,7 milhões, representando 19,8% de nosso passivo e patrimônio total naquela data. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento nas contas de empréstimos e financiamentos, debêntures e de salários a pagar.

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizou R\$2.586,8 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$2.414,1 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 7,15% deveu-se, principalmente, à consolidação das unidades adquiridas no período, principalmente nos Estados Unidos, no México e na Venezuela.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não-circulante) totalizou R\$15.057,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$9.028,7 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 66,77% deveu-se, principalmente, aos financiamentos obtidos para pagamento de aquisições realizadas ao longo do ano, especialmente da Chaparral Steel Company (EUA), no mês de setembro.

Debêntures

O saldo de debêntures (circulante e não-circulante) não apresentou variação significativa em relação ao ano anterior (R\$829,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$789,5 milhões em 31 de dezembro de 2006).

Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

O saldo de impostos e contribuições sociais a recolher não apresentou variação significativa em relação ao ano anterior (R\$469,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$472,0 milhões em 31 de dezembro de 2006 – redução de 0,61%).

Salários a Pagar

O saldo de salários a pagar totalizou R\$519,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$380,1 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 36,51% deveu-se, principalmente, à consolidação das unidades adquiridas no período, principalmente nos Estados Unidos, no México e na Venezuela.

Dividendos a Pagar

O saldo de dividendos a pagar totalizou R\$1,1 milhão em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$231,4 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução de 99,53% deveu-se, principalmente, ao ajuste para a recomposição dos dividendos a pagar previsto no IFRS, o qual limita o montante de dividendos ainda não pagos aos acionistas ao montante do dividendo mínimo obrigatório da companhia e suas subsidiárias, remanescendo em 2006, uma parcela maior do dividendo obrigatório para pagamento.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Perdas Não Realizadas com Derivativos

O saldo de perdas não realizadas com derivativos (circulante e não-circulante) não apresentou variação significativa em relação ao ano anterior (R\$18,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$25,1 milhões em 31 de dezembro de 2006).

Outras Contas a Pagar

O saldo de outras contas a pagar (circulante) não apresentou variação significativa em relação ao ano anterior (R\$497,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$476,6 milhões em 31 de dezembro de 2006).

Passivo não-circulante. Nosso passivo não-circulante totalizou R\$18.255,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando 43,7% de nosso passivo e patrimônio total, um aumento de 63,1% em relação ao saldo existente em 31 de dezembro de 2006, que era de R\$11.194,4 milhões, representando 35,2% de nosso passivo e patrimônio total naquela data. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento na conta de empréstimos e financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos

Vide explicação na rubrica “Empréstimos e Financiamentos” em passivo circulante.

Debêntures

Vide explicação na rubrica “Debêntures” em passivo circulante.

Imposto de renda/Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda/contribuição social diferidos totalizou R\$2.412,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$1.565,8 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 54,06% deveu-se, principalmente, à consolidação das unidades adquiridas no período, principalmente nos Estados Unidos, no México e na Venezuela.

Perdas Não Realizadas com Derivativos

Vide explicação na rubrica “Perdas Não Realizadas com Derivativos” em passivo circulante.

Provisão para Contingências

O saldo de provisão para contingências totalizou R\$490,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$403,0 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 21,67% deveu-se, principalmente, à apropriação de atualização monetária de contingências tributárias, bem como de constituição de novas provisões, substancialmente relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Benefícios a Empregados

O saldo de benefícios a empregados totalizou R\$794,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$708,3 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 12,11% deveu-se, principalmente, ao reconhecimento, no último trimestre de 2007, do “Plan Social” da subsidiária Corporación Sidenor, na Espanha.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Opções por Compra de Ações

O saldo de opções para compra de ações totalizou R\$889,4 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$547,9 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 62,32% deveu-se, principalmente, ao reconhecimento do contrato, junto ao BNDES Participações S.A., de opção de venda de 28,8% das ações da subsidiária Aços Villares S.A., detidas pelo BNDESPAR, nos termos na norma IAS 32 do IFRS, conforme descrito na nota explicativa 16.f de nossas demonstrações financeiras, na página 295 deste Prospecto.

Outras Contas a Pagar

O saldo de outras contas a pagar totalizou R\$379,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$459,7 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução de 17,43% deveu-se, principalmente, ao efeito da variação cambial incidente sobre outras contas a pagar detidas por subsidiárias no exterior, em moeda estrangeira, cuja conversão para Reais impactou na redução do montante existente em 2006. A cotação do dólar era R\$1,7713 e R\$2,1380 em 31 de dezembro de 2007 e 2006, respectivamente.

Patrimônio Líquido. Nosso patrimônio líquido totalizou R\$16.815,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando 40,3% de nosso passivo e patrimônio total, um aumento de 17,7% em relação ao saldo existente em 31 de dezembro de 2006, que era de R\$14.283,3 milhões, representando 44,9% de nosso passivo e patrimônio total naquela data. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento na conta de lucros acumulados.

Capital Social

O saldo de capital social manteve-se inalterado em 31 de dezembro de 2006 e 2007, totalizando R\$3.744,0 milhões.

Ações em Tesouraria

O saldo de ações em tesouraria manteve-se inalterado em 31 de dezembro de 2006 e 2007, totalizando R\$69,9 milhões.

Reserva Legal

O saldo de reserva legal totalizou R\$131,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$75,8 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 73,11% deveu-se, principalmente, à constituição da reserva obrigatória do ano de 2007.

Lucros Acumulados

O saldo de lucros acumulados totalizou R\$2.993,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$1.529,4 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 95,73% deveu-se, principalmente, ao resultado apurado no exercício de 2007, após as destinações previstas no estatuto da Companhia.

Ajustes Cumulativos de Conversão para Moeda Estrangeira

O saldo de ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira totalizou R\$539,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$112,5 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento de 379,67% deveu-se, principalmente, às variações cambiais apropriadas durante o exercício de 2007, incorridas na conversão dos investimentos detidos pela Companhia no exterior, os quais pelas normas internacionais são contabilizados no Patrimônio Líquido.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$6.342,5 milhões e R\$2.403,5 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, respectivamente, com total de acumulado no período de dois anos de R\$8.746,0 milhões. O aumento significativo ocorrido em 2007 deveu-se, principalmente, às receitas auferidas pelas empresas adquiridas e à valorização do real no período. O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais representou uma importante fonte de liquidez da Companhia. Os financiamentos obtidos de curto e longo prazo totalizaram R\$16.474,7 milhões no período de dois anos contribuindo com R\$11.867,7 milhões em 2007 e R\$4.607,0 milhões em 2006 para nossas exigências de liquidez.

As principais destinações de recursos de capital em 2007 foram: R\$2.758,2 milhões em investimentos em ativos fixos, R\$7.792,4 milhões na aquisição da Chaparral Steel, R\$653,8 milhões na aquisição de participação na Gerdau Aços Longos, Gerdau Açominas, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços, R\$536,5 milhões na aquisição do Grupo Feld S.A., R\$217,2 milhões na aquisição da Multisteel Business Holdings Corp., R\$176,2 milhões na aquisição da Siderúrgica Zuliana C.A., R\$84,9 milhões na aquisição da Enco Materials, R\$46,5 milhões na aquisição da trefilados de Urbina S.A., R\$19,9 milhões em outras aquisições, R\$1.233,0 milhões no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio e R\$5.740,6 milhões na amortização de dívida.

Em 2006 as principais destinações de recursos de capital foram: R\$2.373,5 milhões em investimento em ativos fixos, R\$472,6 milhões na aquisição de companhias na América do Norte, R\$171 milhões na aquisição da Siderperú, R\$527,3 milhões na aquisição da Corporación Sidenor e R\$313,8 milhões na aquisição da GSB Acero, R\$1.172,6 milhões no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio e R\$3.448,3 milhões na amortização da dívida. Os recursos investidos em ativos fixos em 2006 e 2007 (R\$5.131,7 milhões) foram utilizados na modernização das plantas industriais e no aumento de capacidade de produção. Em 2006, os recursos de capital foram utilizados principalmente na construção de uma nova usina de laminação em São Paulo e na expansão do alto-forno na usina de Ouro Branco. Em 2007, destacam-se o projeto de expansão da Gerdau Açominas, com a entrada em operação de um novo alto-forno, da segunda sinterização e de um novo lingotamento contínuo para blocos, e o aumento da capacidade instalada da unidade da Gerdau Ameristeel em Jacksonville, na Flórida, Estados Unidos.

Nossa principal fonte de liquidez consistiu, tradicionalmente, de caixa gerado por nossas atividades operacionais. Em 2007, em função das aquisições realizadas, uma importante fonte de liquidez passou a ser o endividamento.

O capital de giro líquido (ativo circulante líquido do passivo circulante) diminuiu R\$49,9 milhões de 31 de dezembro de 2007 a 31 de dezembro de 2006. Essa redução deveu-se, principalmente, ao aumento de empréstimos e financiamentos e salários a pagar.

ENDIVIDAMENTO

Geral

Nosso endividamento tem por objetivo financiar os investimentos em ativos fixos, tanto na modernização e atualização tecnológica de nossas usinas, quanto na expansão da capacidade instalada e aumento do capital de giro, aquisição de participação acionárias em outras companhias e, dependendo das condições de mercado, aplicações financeiras.

O endividamento total foi de R\$15.887,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 e R\$9.818,2 milhões em 31 de dezembro de 2006. A dívida líquida (definida como dívida de curto e longo prazo, acrescida de debêntures, líquida de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) aumentou para R\$10.819,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, de R\$3.567,9 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento significativo deveu-se, principalmente, aos financiamentos obtidos para pagamento de aquisições realizadas ao longo de 2007, especialmente a Chaparral, em setembro daquele ano.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

A tabela abaixo apresenta as garantias e avais prestadas pelas companhias do grupo Gerdau, em 31 de dezembro de 2007.

Objeto e características do Contrato	Vínculo com a Cia.	Valor Original		Prazo de Vencimento	Valor garantido remanescente	
		R\$ mil	Data		R\$ mil	data
Aval concedido pela Gerdau para empresa Dona Francisca Energética em um empréstimo de R\$29.198 mil junto ao BID em 2001. Sem remuneração.	Controlada	29.198	15/05/2001	06/2013	6.475	31/12/2007
Aval concedido pela Gerdau para empresa Dona Francisca Energética em um empréstimo de R\$23.445 mil junto ao Banco Dresdner em 2001. Sem remuneração.	Controlada	23.445	15/05/2001	11/2010	3.522	31/12/2007
Aval concedido pela Gerdau para empresa Dona Francisca Energética em um empréstimo de R\$23.445 mil junto ao Banco Hypo em 2001. Sem remuneração.	Controlada	23.445	15/05/2001	11/2010	3.522	31/12/2007
Aval concedido pela Gerdau para empresa Dona Francisca Energética em um empréstimo de R\$72.156 mil junto ao BNDES em 2003. Sem remuneração.	Controlada	72.156	15/07/2003	12/2014	23.026	31/12/2007
Aval concedido pela Gerdau para empresa Dona Francisca Energética em um empréstimo de R\$37.448 mil junto ao Banco Bradesco em 2003. Sem remuneração.	Controlada	37.448	16/06/2003	12/2014	13.945	31/12/2007
Aval concedido pela Gerdau para empresa Dona Francisca Energética em uma operação de SWAP junto ao Banco Votorantin. Sem remuneração.	Controlada	13.218	17/04/2003	11/2013	8.037	31/12/2007
Aval concedido pela Gerdau para empresa Dona Francisca Energética em uma operação de SWAP junto ao Banco Votorantin. Sem remuneração.	Controlada	26.333	17/04/2003	11/2010	13.019	31/12/2007
Aval recebido pela Gerdau da empresa Indac Ind. Adm. e Com. S.A. para todo e qualquer empréstimo junto ao BNDES, sem restrição de valores e data. Taxa de remuneração de 1% a.a. sobre o valor devido.	Controladora	-	-	Indeterminado	793.801	31/12/2007
Aval concedido pela Gerdau para empresa GTL Spain em um empréstimo de US\$23.947 mil referente à aquisição SIPAR GERDAU INVERSIONES. Sem remuneração.	Controlada	53.216	30/09/2005	30/09/2008	14139	31/12/2007
Aval concedido pela Gerdau para empresa Gerdau Aços Longos em financiamento e abertura de carta de crédito junto ao Banco Citibank para aquisição de equipamentos até US\$34.000 mil. Sem remuneração.	Controlada	77.110	11/01/2006	02/2009	53.563	31/12/2007
Aval concedido pela Gerdau para empresa Gerdau Açominas S.A. em financiamentos e abertura de carta de crédito para aquisição de equipamentos e projetos de expansão até US\$828.558 mil. Sem remuneração.	Controlada	2.042.893	26/07/2005	01/11/2011	1.176.033	31/12/2007
Aval concedido pela Gerdau para empresa Siderúrgica Del Peru em empréstimo junto aos bancos Banco de Crédito Del Peru – BCP e Scotiabank no valor de US\$150.000 mil. Sem remuneração.	Controlada	294.795	24/05/2007	30/04/2014	194.843	31/12/2007
Aval solidário concedido pela Gerdau para empresa GNA Partners junto aos bancos ABN AMRO Bank N.V., HSBC Securities (USA) Inc. e J.P. Morgan Securities Inc. no valor de até US\$2.750.000.000,00. Sem remuneração.	Controlada	5.395.500	31/08/2007	14/09/2013	4.871.075	31/12/2007
Aval solidário concedido pela Gerdau para empresa GTL Trade Finance Inc. referente ao Bond 10 anos emitido em outubro/2007 no valor de US\$1.000.000.000,00. Sem remuneração.	Controlada	1.744.000	22/10/2007	31/10/2017	1.771.300	31/12/2007
Aval recebido pela Metalúrgica Gerdau da empresa Indac Ind. Adm. e Com. S.A. para todo e qualquer empréstimo junto ao BNDES, sem restrição de valores e data. Taxa de remuneração de 1% a.a. sobre o valor devido.	Controladora	-	-	Indeterminado	30.947	31/12/2007
Aval concedido pela Metalúrgica Gerdau para empresa GTL Financial Corp. B.V. referente ao empréstimo offshore de outubro de 2003 no valor de US\$50.000 mil junto ao Banco Bradesco. Sem remuneração.	Controlada	142.110	09/10/2003	18/10/2010	53.139	31/12/2007
Fiança concedida pela Metalúrgica Gerdau para empresa Indac Ind. Adm. e Com. S.A. relativo ao instrumento particular com o Banco Itaú BBA. Remuneração total de R\$1.600 mil.	Controladora	767.531	31/05/2007	30/05/2008	747.254	31/12/2007

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

A tabela abaixo apresenta o endividamento da Companhia nos exercícios encerrado em 31 de dezembro de 2007 e 2006:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2007	2006
	(Em milhares de R\$)	
CURTO PRAZO:		
<u>Dívida de curto prazo:</u>		
Dívida denominada em reais	609.667	117.591
Dívida denominada em moeda estrangeira	837.190	1.029.338
Total da dívida de curto prazo	1.446.857	1.146.929
<u>Parcela corrente da dívida de longo prazo:</u>		
Dívida denominada em reais	601.744	502.600
Dívida denominada em moeda estrangeira	527.333	678.692
Total da parcela corrente da dívida de longo prazo	1.129.077	1.181.292
Debêntures	38.125	2.932
Dívida de curto prazo acrescida da parcela corrente da dívida de longo prazo e debêntures	2.614.059	2.331.153
LONGO PRAZO:		
<u>Dívida de longo prazo, líquida da parcela corrente:</u>		
Dívida denominada em reais	1.681.074	1.249.431
Dívida denominada em moeda estrangeira	10.800.686	5.451.093
Total da dívida de longo prazo.....	12.481.760	6.700.524
Debêntures	791.433	786.596
Dívida de longo prazo acrescida de debêntures.....	13.273.193	7.487.120
Total da dívida de longo prazo acrescida de debêntures e da dívida de curto prazo	15.887.252	9.818.273
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5.067.975	6.250.358
Dívida de longo prazo líquida acrescida de debêntures e da dívida de curto prazo	10.819.277	3.567.915

Em 31 de dezembro de 2007, o endividamento total da Companhia acrescido de debêntures totalizou R\$15.887,3 milhões. Desse saldo, R\$3.702,3 milhões (23,3%) estava denominado em reais e R\$12.185,0 milhões (76,6%) em moeda estrangeira.

Dívida de curto prazo acrescida da parcela corrente da dívida de longo prazo e debêntures

Em 31 de dezembro de 2007, a dívida de curto prazo acrescida da parcela corrente da dívida de longo prazo e debêntures da Companhia totalizou R\$2.614,1 milhões. Desse total, R\$1.238,2 milhões refere-se ao financiamento em reais e R\$1.375,9 milhões em moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2006, a dívida de curto prazo acrescida da parcela corrente da dívida de longo prazo e debêntures totalizou R\$2.331,2 milhões. Esse aumento deveu-se, basicamente, a empréstimos para a aquisição de empresas.

Longo prazo

A dívida de longo prazo, inclusive debêntures, totalizou R\$13.273,2 milhões em 31 de dezembro de 2007. Desse total, R\$12.481,8 milhões referem-se a empréstimos obtidos com instituições financeiras e à emissão de dívida no mercado, dos quais R\$1.681,1 milhões estavam denominados em reais e R\$10.800,7 milhões em moeda estrangeira. Do total da dívida de longo prazo, R\$791,4 milhões referem-se a debêntures em reais.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Aproximadamente 23,8% do valor de R\$10.809,1 milhões dos empréstimos de longo prazo denominados em moeda estrangeira, inclusive a parcela corrente da dívida de longo prazo, foi contraído pela Companhia e suas subsidiárias brasileiras e 76,2% foi contraído pelas subsidiárias da Companhia no exterior.

A Companhia celebrou contratos financeiros para financiar e aumentar seu perfil da dívida. Os contratos financeiros mais relevantes celebrados em 2006 e 2007 encontram-se descritos em “—Contratos Financeiros.”

Em 31 de dezembro de 2007, o perfil de vencimento da dívida de longo prazo da Companhia junto a instituições financeiras, inclusive debêntures, era o seguinte:

Ano	R\$ milhões
2009.....	1.363
2010.....	1.292
2011.....	2.948
2012.....	2.911
2013 e após.....	4.759
Total.....	13.273

Os valores descritos acima incluem as debêntures da Aços Villares com vencimento em 2009 (R\$38,1 milhões) e com vencimento em 2010 (R\$269,9 milhões) e cinco emissões adicionais de debêntures da Gerdau S.A. (R\$521,5 milhões) com diferentes datas de vencimento após 2010.

No dia 7 de novembro de 2007, o Conselho de Administração de Defesa Econômica – CADE aprovou a operação de compra pelo Grupo Gerdau, de 40% do capital social da empresa *holding* Corporación Sidenor, S.A., controladora indireta da empresa brasileira Aços Vilares S.A. Esta aprovação abre a possibilidade de integração das políticas de compras e de vendas, alocação de produtos por planta, assim como outras sinergias entre a Aços Villares e a Gerdau Aços Especiais.

Em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia estava em conformidade com todas as obrigações contratuais.

Contratos Financeiros

Bônus de 10 anos

Em 7 de novembro de 2007, a Gerdau Ameristeel concluiu uma oferta de ações ordinárias de sua emissão, totalizando recursos da ordem de US\$1,55 bilhões. Os recursos captados visaram o pagamento de parte dos empréstimos contraídos na aquisição da Chaparral. A Companhia subscreveu aproximadamente 84 milhões de ações no âmbito dessa oferta para manter sua participação de aproximadamente 66,5% na empresa. Para obter recursos para integralizar as ações por ela subscritas, a Companhia, por meio de sua subsidiária GTL Trade Finance Inc., emitiu, em outubro de 2007, um bônus de dez anos, no valor de US\$1 bilhão, com vencimento em 20 de outubro de 2017. Os juros incorridos no financiamento foram de 7,25% ao ano, a serem pagos semestralmente a partir de abril de 2008. Os bônus são garantidos pela Companhia, Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços. A operação foi classificada pela Standard & Poor's e pela Fitch Ratings como BBB- (grau de investimento).

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Term Loan Facility

Ainda em 10 de setembro de 2007, a Gerdau Ameristeel atuando através de suas subsidiárias integrais Gerdau Ameristeel US Inc. e GNA Partners, GP, contratou uma linha de crédito a prazo no valor de US\$2,75 bilhões composta de (i) uma *tranche* com prazo de cinco anos no valor de US\$1,25 bilhões, (ii) uma *tranche* com prazo de seis anos no valor de US\$1,0 bilhão, e (iii) uma *tranche* com prazo de cinco anos no valor de US\$500 milhões, garantidas pela Companhia, Gerdau Ameristeel, Gerdau Açominas, Gerdau Açominas Overseas, Ltd., Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços. Os juros incorridos no financiamento são baseados na *LIBOR*, acrescida de uma taxa que pode variar de 0,87% à 1,5% em função do *tranche* e do *rating* da companhia.

Linha de Crédito Sênior (“Senior Liquidity Facility”)

Em 1º de novembro de 2006, a Companhia concluiu as negociações relativas a uma linha de crédito sênior que tem por objetivo aumentar sua liquidez e administrar melhor sua exposição a riscos de mercado. Essa linha de crédito auxilia a Companhia a minimizar sua exposição a uma redução na liquidez nos mercados financeiros e de capitais e faz parte de um Programa de Gestão de Passivos em implementação pela Companhia. A linha de crédito tem valor total de US\$400 milhões e será disponibilizada para a subsidiária GTL Trade Finance Inc., com garantia da Companhia, Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços. A linha de crédito possui período de disponibilidade de três anos e prazo de pagamento de dois anos a contar da data efetiva do desembolso. Os custos incorridos em conexão com a linha de crédito correspondem a uma taxa de manutenção de crédito de 0,27% ao ano e juros incidentes com base na taxa *LIBOR* + 0,30% a 0,40% ao ano quando efetivamente contraída.

NEXI II

Em 24 de março de 2006, a Gerdau Açominas contratou uma linha de crédito (*“Yen Equivalent Term Loan Facility”*) no valor de US\$267,0 milhões junto a um grupo de bancos liderado pelo Citibank, N.A, Tokyo Branch, cujo seguro de crédito foi dado pelo Nippon Export and Investment Insurance (NEXI) e garantia pela Gerdau S.A. A operação tem prazo de dez anos, sendo dois para desembolso e de carência e oito de amortização. A taxa de juros contratada foi *Libor* + 0,3% a.a. Em 31 de dezembro de 2007, a totalidade de recursos dessa linha de crédito já havia sido utilizada. Os recursos estão sendo utilizados para financiar parte do projeto de expansão da capacidade de produção para 4,5 milhões de toneladas, englobando os seguintes sub-projetos: Pátios de Matérias-Primas, Forno Panela, Linha de Inspeção de Tarugos, Transporte e Vias Férreas, Sistemas de Tubulação de Água e Gás, Combate a Incêndio, Turbo Gerador Soprador, Caldeira, Tecnologia da Informação, Gerenciamento e Assistência Técnica. Concomitantemente à contratação dessa linha de crédito, a Companhia realizou uma operação de *swap* para proteção cambial do iene frente ao dólar.

Sinosure

Em 2005, a Gerdau Açominas contratou uma linha de crédito (*“Buyer’s Credit Facility”*) no valor de US\$201,0 milhões segurado pela China Export & Credit Insurance Corporation (Sinosure). A linha de crédito foi financiada pelo BNP Paribas e Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) e teve por objetivo financiar 85% dos contratos comerciais celebrados entre a Gerdau Açominas, a companhia chinesa Minmetals Development Co. Ltd., a China Metallurgical Construction (Group) Corporation e certas outras companhias chinesas, para o fornecimento de um Alto-Forno, uma Coqueria e uma Usina de Sinterização, tudo em conexão com o plano de expansão da capacidade da Gerdau Açominas em 2007. O vencimento é de 9 anos e a taxa de juros incidente é a *LIBOR* acrescida de 0,675% ao ano. A linha de crédito é garantida pela Gerdau S.A.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Concomitantemente à contratação dessa linha de crédito, foi fechada uma operação de *Commercial Loan* no total de US\$50 milhões junto ao BNP Paribas. Sobre esta linha de crédito incidirão os seguintes encargos: (i) juros semestrais calculados sobre o saldo devedor do financiamento à taxa LIBOR acrescida de juros de 0,20% ao ano, calculados *pro rata temporis* sobre o saldo devedor, (ii) comissão de repasse no valor de 1,30% ao ano, calculadas *pro rata temporis* sobre o saldo devedor deste financiamento, que deverão ser pagos nas mesmas datas de vencimento de juros. Esta linha já foi totalmente utilizada. Os recursos foram utilizados para financiar 15% do fornecimento dos novos Alto-Forno, Coqueria e Sinterização da Usina de Ouro Branco e, também, 100% do seguro de crédito Sinosure associado aos projetos.

Notas Perpétuas Garantidas (“Guaranteed Perpetual Senior Securities”)

Em 22 de setembro de 2005, a Gerdau S.A. concluiu a colocação privada de Notas Perpétuas Garantidas no montante total de US\$600 milhões. Estas notas são garantidas pela Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços. As notas não possuem uma data de vencimento final, mas podem tornar-se vencíveis em algumas situações específicas (conforme definidas nos termos das notas), que não estão sob total controle da Companhia. A Companhia possui a opção de resgatar estes títulos após 5 anos de sua colocação, ou seja, a primeira opção de resgatar ocorre em setembro de 2010. O pagamento de juros é feito trimestralmente e cada data de pagamento trimestral, após setembro de 2010, é, também, uma data de opção de resgate.

NEXI

Em 30 de novembro de 2004, a Gerdau, através da Gerdau Açominas celebrou um contrato de financiamento no valor de US\$240 milhões. O ABN AMRO Bank liderou e estruturou a transação, que foi financiada pelo ABN AMRO Bank N.V., Bank of Tokyo-Mitsubishi Ltd. e UFJ Bank Limited. A data de vencimento do empréstimo é de sete anos com período de carência de dois anos e amortização em cinco anos. A Nippon Export and Investment Insurance (NEXI), uma agência seguradora de créditos ligada ao governo japonês, cobre 97,5% do risco político e 95% do risco comercial. A comissão destinada a remunerar o compromisso de manter disponível o valor subscrito e não desembolsado no contrato de financiamento é de 0,25% ao ano. O custo de captação anual de LIBOR + 0,5%. O contrato prevê período para contratação de dois anos a contar da data de assinatura do contrato e amortização semestral.

Senior Notes e Linha de Crédito Sênior Garantida (“Senior Secured Credit Facility”)

Em 27 de junho de 2003, a Gerdau Ameristeel refinanciou a maior parte da sua dívida em aberto mediante a emissão de US\$405,0 milhões relativos a 10 3/8% das Senior Notes e contratou uma Linha de Crédito Sênior Garantida no valor de US\$350,0 milhões com um grupo de credores. Esta Linha de Crédito Sênior é garantida por uma nota promissória no valor de US\$351,0 milhões emitida pela Gerdau Ameristeel.

Nossas controladas da América do Norte possuem uma linha de crédito rotativa no valor de US\$650 milhões, com vencimento em 28 de outubro de 2010, que pode ser captada em dólares norte-americanos (taxa Libor + 1,00% a 2,00% a.a. ou US Prime/FED Funds mais -0,50% a +0,50% a.a.) ou em dólares canadenses (taxa BA – Bankers Acceptance mais 1,00% a 2,00% a.a. ou Canadian Prime mais 0% a 1,00% a.a.). A comissão destinada a remunerar o compromisso de manter disponível o valor subscrito e não desembolsado na linha de crédito varia de 0,25% a 0,35% ao ano. A distribuição da referida linha de crédito para as empresas é feita proporcionalmente ao capital de giro de cada subsidiária na América do Norte. Essa linha de crédito não estava em utilização em 31 de dezembro de 2007. Os estoques e o contas a receber das controladas foram dados em garantia a essa linha.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Demais linhas de crédito

Em 26 de abril de 2007, nossa controlada Gerdau Açominas obteve a aprovação de um financiamento junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$63.790.425,00, destinados a implantação do processo de lavra e tratamento dos minérios de Miguel Burnier, distrito localizado no Município de Ouro Preto – MG, para abastecimento de unidade siderúrgica própria, localizada no Município de Ouro Branco - MG. Os contratos são garantidos pelo aval da Indac – Ind. Adm. e Comércio S.A. e por *covenants* financeiros de nossa Companhia. Em 31 de dezembro de 2007, R\$45.936.227,38 desta linha de crédito havia sido utilizada.

Em novembro de 2006, nossa controlada Gerdau Ameristeel US Inc. obteve uma linha de crédito junto ao KfW no valor de US\$75 milhões, com vencimento em novembro de 2008. A taxa de juros contratada foi, para ECA Loans, Libor ou Euribor + 0,30% a 0,60% a.a. e, para Commercial Loans, Libor ou Euribor + 1,60% a 2,20% a.a.. Em 31 de dezembro de 2007, US\$15 milhões dessa linha de crédito haviam sido utilizados. Os recursos serão utilizados para financiar aquisições de imobilizado. Os equipamentos a serem financiados serão dados em garantia a essa linha e não poderão ser vendidos, alugados ou dispostos durante a vigência do contrato, sem o consentimento prévio da KfW. A nossa controlada Gerdau Ameristeel US Inc. comprometeu-se a manter seu patrimônio líquido superior a US\$900 milhões durante a vigência desta linha de crédito e a manter uma relação entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Imobilizado, calculado no balanço consolidado da Gerdau Ameristeel, superior a 0.3 para 1.0.

Nossa controlada Gerdau Açominas possui uma linha de crédito no valor de US\$69 milhões junto ao Export Development Canada, cujo seguro de crédito foi dado pelo KfW, com garantia pela Companhia. A operação tem prazo de seis anos, sendo dois de carência e quatro de amortização, e possui um custo total (“all in”) de 7,02% ao ano. A taxa de juros contratada foi LIBOR + 2,15% a.a. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor nesta operação era de US\$38 milhões. Os recursos foram utilizados para financiar parte do projeto Lingotamento Contínuo de Blocos.

Em outubro de 2006, nossa controlada Gerdau Açominas obteve a aprovação de um financiamento junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$344,7 milhões, dividido em 3 subcréditos, nos valores respectivos de: (i) Subcrédito A no montante de R\$34.1 milhões, e taxa de juros contratada de 1,5% ao ano acima da taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, (ii) Subcrédito B: R\$307.1 milhões, e taxa de juros contratada de TJLP + 2% a.a., e (iii) Subcrédito C no montante R\$3.4 milhões e taxa de juros contratada TJLP. Este financiamento é destinado ao aumento da capacidade de produção de aço líquido da unidade de Ouro Branco – MG, de 3 milhões de toneladas/ano para 4,5 milhões de toneladas/ano, mediante investimentos em uma nova coqueria, nova sinterização e novo alto-forno, e para a implantação de projetos sociais, realizados diretamente ou em parceria com instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, que atendem diretamente à comunidade local. Os contratos são garantidos pelo aval da Indac – Ind. Adm. e Comércio S.A. e por *covenants* financeiros da Metalúrgica Gerdau. Em 31 de dezembro de 2007, a totalidade desta linha de crédito havia sido utilizada.

Em outubro de 2005, nossas controladas Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços obtiveram linhas de crédito pré-aprovadas junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$900 milhões para a aquisição de equipamentos e despesas. Esses recursos são disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentam ao BNDES a respectiva comprovação de realização. Em 31 de dezembro de 2007, R\$535,4 milhões dessa linha haviam sido utilizados. A taxa de juros contratada foi TJLP + 2,5% a.a. Os contratos são garantidos pelo aval da Indac – Ind. Adm. e Comércio S.A. e por *covenants* financeiros da Metalúrgica Gerdau.

Em julho de 2005, a Gerdau Açominas Overseas Ltd. celebrou um *Pre-Export Finance Facility Agreement* com o Banco ABN AMRO BANK N.V., no valor de US\$100,0 milhões. Os juros incidentes têm por base a taxa LIBOR + 1,40% a.a. O pagamento deste adiantamento deverá ser feito em 18 prestações pagáveis a cada trimestre.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

Visão Geral

A Companhia está sujeita a limitações em relação aos níveis da dívida, à concessão de gravames sobre seus imóveis e ao pagamento de dividendos em determinadas circunstâncias, de acordo com os termos de suas debêntures, empréstimos internacionais e seus empréstimos contraídos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas limitações aplicam-se às Notas Perpétuas Garantidas e aos contratos de refinanciamento da Gerdau Ameristeel (*Senior Notes* e Linha de Crédito Sênior Garantida), bem como às linhas de financiamento comercial e empréstimos bancários. A maioria dos contratos financeiros celebrados pela Companhia, inclusive transações de ECA, Linha de Crédito Sênior e Recebíveis de Exportação, possuem obrigações com base em determinados limites tais como:

- (i) nível de cobertura do serviço da dívida – mede a capacidade de pagamento do serviço da dívida em relação ao *EBITDA* (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização);
- (ii) nível de cobertura da dívida – mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao *EBITDA* (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização);
- (iii) patrimônio líquido mínimo requerido – mede o patrimônio líquido mínimo requerido em contratos financeiros; e
- (iv) índice de liquidez corrente – mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo.

Todas as obrigações descritas acima são calculadas com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, exceto o item (iv), que se refere à Metalúrgica Gerdau, e vêm sendo atendidos. A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento destes é a possibilidade de declaração de violação de contrato pelos bancos e o vencimento antecipado dos contratos.

Debêntures Brasileiras

A série de debêntures em circulação proíbe o pagamento de dividendos pela Gerdau superiores a 30% do lucro líquido ajustado, caso essas distribuições façam com que o exigível a longo prazo da Gerdau seja superior ao seu patrimônio líquido em mais de 50% e façam com que o ativo circulante da Gerdau fique abaixo de seu passivo circulante.

Financiamento do BNDES

Os termos da dívida do BNDES da Companhia exigem que o coeficiente de liquidez atual (composto pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante da Metalúrgica Gerdau S.A. consolidada) corresponda a, no mínimo, 0,8, que o valor da dívida total dividido pelo *EBITDA* dos últimos 12 meses seja equivalente ou menor que quatro e que o *EBITDA* dividido pelas despesas financeiras líquidas corresponda a, no mínimo, 3,5, com base nas informações financeiras consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A.

Senior Notes da Gerdau Ameristeel e Linha de Crédito Sênior Garantida

A Linha de Crédito Sênior Garantida da Gerdau Ameristeel contém cláusulas restritivas que limitam sua capacidade de conduzir tipos específicos de transações sem o consentimento dos credores. Essas cláusulas limitam a capacidade de incorrer em dívida adicional, emitir ações resgatáveis e preferenciais, pagar dividendos em relação às ações ordinárias da Companhia, vender ou de outra forma alienar certos ativos e conduzir fusões ou consolidações. A escritura de emissão que regula as *Senior Notes* permite que a Gerdau Ameristeel e suas subsidiárias restritas incorram em endividamento adicional, inclusive dívidas garantidas, sujeitas a certas limitações.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Derivativos, Operações não Registradas no Balanço Patrimonial e Obrigações Contratuais

Não possuímos operações não registradas no balanço patrimonial que afetem ou possam afetar nossa situação financeira, alterações na situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, dispêndios de capital ou recursos de capital, exceto por aquelas descritas a seguir.

Prestamos garantia para 51,82% da dívida da Dona Francisca Energética S.A., uma sociedade anônima não listada que detém e opera uma usina hidrelétrica, conhecida como Usina Hidroelétrica Dona Francisca. Em 31 de dezembro de 2007, essa dívida totalizava R\$139,0 milhões. O percentual dessa garantia corresponde a nossa participação acionária de 51,82% na Dona Francisca Energética. Além disso, prestamos garantias para o Banco Gerdau S.A., no valor de R\$53,8 milhões, relativos a empréstimos concedidos pelo banco a nossos clientes quando da aquisição de nossos produtos, por meio da linha de crédito FCG (Financiamento a Clientes Gerdau).

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

A tabela a seguir sumariza nossas obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2007.

Obrigações Contratuais	Total	Pagamentos devidos por período			
		Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
		(Em milhares de R\$)			
Obrigações da dívida de longo prazo ⁽¹⁾	13.610.837	1.129.077	2.385.150	5.540.627	4.555.983
Debêntures ⁽¹⁾	829.558	38.125	269.903	318.576	202.954
Pagamentos de juros ⁽²⁾	6.534.493	899.196	1.471.028	1.168.228	2.996.041
Obrigações de arrendamento operacional ⁽³⁾	129.108	21.732	34.508	27.919	44.949
Dispêndios de capital ⁽⁴⁾	418.204	313.653	73.187	31.364	–
Obrigações de aquisição incondicionais ⁽⁵⁾	304.378	304.378	–	–	–
Obrigações de custeio do plano de pensão ⁽⁶⁾	670.064	99.586	81.966	102.526	385.986
Compromisso para aquisição de ações de subsidiárias ⁽⁷⁾	188.016	188.016	–	–	–
Opção de venda concedida ao Grupo Santander na aquisição da Corporación Sidenor ⁽⁸⁾	471.477	–	–	471.477	–
Opção de venda concedida ao BNDESPAR relativa à Aços Villares S.A. ⁽⁹⁾	417.963	–	–	–	417.963
Total	23.574.098	2.993.763	4.315.742	7.660.717	8.603.876

⁽¹⁾ Os valores totais estão incluídos no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2007. Ver Nota 14 Empréstimos e Financiamentos e Nota 15 Debêntures nas demonstrações financeiras consolidadas nas páginas 286 e 290 deste Prospecto. Os valores contidos na tabela acima não incluem a dívida de curto prazo no valor de R\$1.446,9 milhões.

⁽²⁾ Os pagamentos de juros incluem os valores relativos aos títulos perpétuos, que não possuem data de vencimento final. Para fins do cálculo de juros, os pagamentos de juros em relação aos títulos perpétuos foram considerados durante 30 anos.

⁽³⁾ Incluem as obrigações mínimas de pagamento de aluguel de equipamento e imóveis em vigor em 31 de dezembro de 2007.

⁽⁴⁾ Obrigações de aquisição para dispêndios de capital correspondem e estão relacionados aos projetos de capital. O valor integral refere-se aos contratos de projetos de capital em que a Gerdau comprometeu-se de maneira irrevogável a adquirir equipamentos perante os fornecedores. Uma vez que os equipamentos não foram recebidos até 31 de dezembro de 2007, o passivo correspondente ainda não foi registrado nas suas demonstrações financeiras atuais.

⁽⁵⁾ A maioria das outras obrigações de aquisição refere-se a estoques e materiais e despesas operacionais utilizadas no curso normal dos negócios.

⁽⁶⁾ As obrigações de custeio do plano de pensão estão incluídas com base nos cálculos atuariais realizados por atuários independentes.

⁽⁷⁾ Durante 2005, todas as condições precedentes relativas ao contrato de aquisição da Diaco foram atendidas. Conseqüentemente, a Diaco está sendo consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia. Não obstante, a Companhia comprometeu-se a adquirir 40% das ações remanescentes da Diaco atualmente detidas pelos antigos detentores. O vencimento final dessa obrigação é dezembro de 2012, entretanto, a Gerdau optou por antecipar a aquisição dessas ações para janeiro de 2008. O valor justo dessa obrigação está registrado nas suas demonstrações financeiras. Ver Nota 16.e Operações com instrumentos financeiros derivativos em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas na página 294 deste Prospecto.

⁽⁸⁾ Durante 2006, a Companhia celebrou um contrato para a aquisição de participação de 40% na Corporación Sidenor, porém também concedeu opção de venda para o Grupo Santander, que adquiriu outra participação de 40% na Corporación Sidenor. De acordo com essa opção de venda, o Grupo Santander tem a opção de alienar a sua participação na Corporación Sidenor para a Companhia cinco anos após a conclusão da aquisição. Ver Nota 16.f Opções por compra de ações em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas na página 295 deste Prospecto.

⁽⁹⁾ Durante o exercício de 2007, a subsidiária Gerdau Aços Especiais S.A. celebrou um contrato com o BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), o maior acionista minoritário da controlada indireta (em conjunto com terceiros) Aços Villares S.A. (“Villares”). Este contrato concede à BNDESPAR opção de vender para a Companhia sua participação de 28,8% na Villares, por um preço determinado. Tal preço foi determinado pelo maior entre: (a) o preço da oferta incluído na oferta pública que a Companhia fez pela aquisição da Sidenor que foi completada no ano passado, mais juros de TJLP + 4% a.a., menos algum dividendo pago pela Villares capitalizado pelo mesmo juro, ou (b) o preço por ação da oferta pública dividido por 130% do preço das ações da Gerdau S.A., o qual resulta em uma quantidade total de opções para o BNDESPAR. No final do quinto ano do contrato, o BNDESPAR tem a maior entre as opções (a) ou (b) acima. Entre o quinto e o sétimo ano, a opção está ainda em aberto, mas o preço é apenas o descrito na letra (a) acima. Em 31/12/2007, o valor de mercado desta opção de venda tem o seu valor a zero em decorrência do valor das ações detidas pelo banco ser superior ao valor da opção. Conforme estabelecido pela norma IAS 32 (apresentação dos instrumentos financeiros), a Companhia efetuou a reclassificação do valor de exercício da *put option* (opção de venda) da conta participações dos acionistas minoritários para o passivo não circulante, na conta Opções por compra de ações, ainda que as ações detidas pelo banco tenham um valor superior a opção e resulte desta maneira em uma probabilidade remota de exercício desta opção de venda pelo BNDESPAR. Ao término do prazo estabelecido na opção de venda e não ocorrendo o exercício desta pelo BNDESPAR, a reclassificação será revertida e o montante da participação detida pelo BNDESPAR, na data das Demonstrações Financeiras, passará a ser novamente reconhecida como participações dos acionistas minoritários. Em 31/12/2007 o valor reconhecido como obrigação potencial monta R\$417.963. Ver Nota 16.f Opções por compra de ações em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas na página 295 deste Prospecto.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Estamos expostos a diversos riscos de mercado, principalmente variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O risco de mercado é o prejuízo potencial resultante de alterações adversas nos preços e taxas de mercado. Para administrarmos e reduzirmos o impacto de flutuações nas taxas de câmbio e taxas de juros, celebramos instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros. Nós estabelecemos políticas e procedimentos para análise de riscos e a aprovação, divulgação de informações e monitoramento de nossas atividades financeiras com instrumentos derivativos.

Estamos também expostos a flutuações nas taxas de câmbio uma vez que quase toda a receita gerada fora de nossas subsidiárias nos Estados Unidos está expressa na moeda local das respectivas subsidiárias, principalmente reais, enquanto uma parcela significativa de nosso endividamento está denominado em ou indexado ao dólar norte-americano.

Com o objetivo de nos protegermos contra alterações nas taxas de juros sobre nossa dívida em moeda estrangeira incorrida no Brasil, celebramos contratos de *swap* de taxas de juros através dos quais pagamos valores em dólares norte-americanos, geralmente mediante a incidência de juros a taxas fixas, e recebemos valores em dólares norte-americanos com incidência de juros com base nas taxas LIBOR. Em algumas outras transações de *swap* por nós conduzidas, recebemos taxas de juros fixas com base nos valores em dólares norte-americanos, e pagamos uma taxa de juros variável com base na LIBOR. Essas transações de *swap* apresentaram valor de referência de R\$(4,03) milhões em 31 de dezembro de 2007. Esses instrumentos derivativos não são contratados pelas mesmas entidades, e têm por objetivo reduzir a exposição da entidade a alterações nas taxas de juros ou garantir que as denominações da entrada de recursos sejam equivalentes à saída de recursos da dívida contraída.

Também celebramos contratos de *swap* de moedas através dos quais recebemos um valor variável em ienes japoneses com base na taxa de juros do mercado interbancário japonês, e pagamos uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Um contrato reverso de *swap* foi celebrado no qual recebemos uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos e pagamos uma taxa de juros variável com base na taxa de juros do mercado interbancário japonês. Essas transações de *swap* apresentaram valor de referência de R\$(1,18) milhões em 31 de dezembro de 2007.

Ainda com o objetivo de reduzir nossa exposição a alterações no valor justo das *Senior Notes*, a Gerdau Ameristeel celebrou contratos de *swap* de taxas de juros através dos quais a mesma recebe uma taxa de juros fixa e paga uma taxa de juros variável com base na LIBOR. Essas transações de *swap* apresentaram valor de referência de R\$(8,58) milhões em 31 de dezembro de 2007.

A Empresa Siderúrgica del Peru S.A.A. contratou *swap* de taxas de juros nos quais a mesma recebe uma taxa de juros variável baseada na LIBOR de três meses e paga uma taxa de juros fixa em dólares. Esta transação de *swap* apresenta valor de referência R\$(2,53 milhões) em 31 de dezembro de 2007.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

De acordo com o programa de investimentos estabelecido para o triênio 2007-2009, aplicamos, em 2007, US\$1,5 bilhão em ativo imobilizado. Paralelamente a isso, foram investidos outros US\$4,8 bilhões em um intenso programa de aquisições em países onde já possuímos operações bem como na expansão geográfica.

Dos investimentos realizados em ativo imobilizado destacam-se o projeto de expansão da Gerdau Açominas, com a entrada em operação de um novo alto-forno, da segunda sinterização e de um novo lingotamento contínuo para blocos, e o aumento da capacidade instalada da unidade da Gerdau Ameristeel em Jacksonville, na Flórida, Estados Unidos.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

A tabela a seguir apresenta os investimentos realizados nos anos de 2006 e 2007, por região geográfica:

Investimentos	Exercício de 2007	Exercício de 2006
	(US\$ milhões)	
Brasil	1.046	718
Exterior.....	495	336
América do Norte	190	239
América Latina	165	52
Europa	140	45
Total em ativo imobilizado	1.541	1.054
Aquisições concluídas⁽¹⁾		
América do Norte	4.283	299
América Latina	466	203
Europa	25	497
Total em aquisições	4.774	999
Total.....	6.315	2.053

⁽¹⁾ Não inclui valores de aquisições ainda não concluídas (SJK Steel, Corsa e Quanex). As aquisições incluem dívidas das empresas assumidas no período.

AQUISIÇÕES DE PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS

Em 2007, continuamos a expandir nossos negócios por meio de aquisições, como pode ser constatado a seguir:

Grupo Feld S.A. de C.V. (Gerdau GTL México, S.A. de C.V.)

Em 28 de março de 2007, adquirimos 100% do capital social do Grupo Feld S.A. de C.V., um Grupo Mexicano que detém três companhias: Siderúrgica Tultitlán S.A. de C.V. (“Sidertul”), uma usina mini-mill de aços longos localizada na Cidade do México, que produz 350.000 toneladas de aço bruto e 330.000 toneladas de aço laminado; Ferrotultitlán S.A. de C.V. (“Ferrotul”), que é uma companhia que comercializa basicamente toda a produção da Sidertul, e também a Arrendadora Valle de México S.A. de C.V. (“Arrendadora”), que é uma companhia imobiliária que detém os terrenos e os prédios onde a Sidertul está localizada. O preço total pago por esta aquisição foi de US\$259 milhões.

MULTISTEEL BUSINESS HOLDINGS CORP.

Em 25 de maio de 2007, adquirimos 30,45% de participação na Multisteel Business Holdings Corp., a holding da Industrias Nacionales, C. por A. (“INCA”), uma companhia localizada em Santo Domingo, República Dominicana. INCA é uma companhia laminadora, com capacidade anual de aproximadamente 400.000 toneladas de aço laminado. Esta parceria nos permitirá acessar o mercado caribenho.

O valor total da aquisição desta participação foi US\$42 milhões. Pelo contrato de compra, concordamos em pagar o preço de compra contingente baseado nos lucros futuros do investimento adquirido. Tais cláusulas *earn-out* estabelecem um pagamento adicional, dependente dos resultados consolidados da Multisteel Business Holdings Corp. durante os exercícios fiscais compreendidos nos 48 meses seguintes a 1º de abril de 2007, baseado no excesso de EBITDA atingido nos períodos de *earn-out* (definido no contrato). O *earn out* será pago da seguinte forma: um valor igual a 49% do excesso do EBITDA consolidado sobre US\$43.106.250,00 em 2007 e US\$14.368.750 por ano de 2008 à 2011. O *earn-out* não poderá ser superior a US\$9.996.000,00 e nem inferior a zero, proporcionalmente ao período do ano, de acordo com o contrato. Tal preço de compra contingente será incluído no ágio, quando este for considerado como um passivo de nossa Companhia.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Em 2 de julho de 2007, adquirimos uma participação adicional de 18,55% na Multisteel Business Holdings Corp., totalizando, após esta aquisição, 49% de participação. O valor total desta segunda aquisição foi US\$72 milhões.

Como parte deste processo, adquirimos também ações da INCA, representativas de 0,7% do capital social, por US\$900.000,00.

Siderúrgica Zuliana C.A.

Em 15 de junho de 2007, adquirimos 100% do capital social da Siderúrgica Zuliana C.A., uma companhia venezuelana que opera uma siderúrgica na cidade de Ojeda, Venezuela, com capacidade de produção anual de 300.000 toneladas de aço bruto e 200.000 toneladas de aço laminado. O valor total da aquisição foi de US\$92,5 milhões.

Valley Placers, Inc.

Em 11 de junho de 2007, a Pacific Coast Steel (“PCS”), uma joint venture na qual detemos uma participação de 55%, concluiu a aquisição dos ativos da Valley Placers, Inc. (“VPI”), um empreiteiro de aço de concreto armado em Las Vegas, Nevada, por aproximadamente US\$8,9 milhões em dinheiro. Além das atividades de empreitada, a VPI opera uma instalação de fabricação de aço e um negócio de fornecimento para o varejo da construção. A VPI atualmente emprega mais de 110 trabalhadores de campo e especializados em pequenos projetos comerciais, varejistas e obras públicas.

SJK Steel Plant Limited

Em 22 de junho de 2007, nós e o Grupo Kalyani, da Índia, assinamos um contrato de joint venture para um investimento em Tadipatri, Índia. A joint venture inclui uma participação de 45% na SJK Steel Plant Limited, uma companhia produtora de aço com dois conversores LD, um lingotador contínuo e também uma instalação para produção de ferro-gusa. O contrato estabelece controle compartilhado e os investimentos estão estimados em US\$71 milhões. Em 11 de dezembro de 2007, efetuamos um adiantamento para a aquisição desta participação no montante de US\$20 milhões.

D&R Steel, LLC

Em 21 de agosto de 2007, nossa subsidiária Gerdau Ameristeel adquiriu a D&R Steel, LLC, um empreiteiro de aço de concreto armado sediado em Glendale, Arizona por US\$4,9 milhões.

Re-Bars Inc.

Em 14 de setembro de 2007, nossa subsidiária Gerdau Ameristeel adquiriu a Re-Bars Inc., um fabricante independente de aço de concreto armado servindo Savannah, Geórgia e áreas próximas, por US\$2,9 milhões.

Chaparral Steel Company

Em 14 de setembro de 2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel completou a aquisição da Chaparral Steel Company, aumentando nosso portfólio de produtos e incorporando uma linha completa de produtos de aços estruturais. A Chaparral era o segundo maior produtor de aço estrutural na América do Norte e também o maior produtor de barras de aço. A Chaparral opera duas usinas mini-mill, sendo uma localizada em Midlothian, Texas e a outra localizada em Petersburg, Virgínia. O valor total da aquisição foi de US\$4,2 bilhões em dinheiro, mais a assunção de certos passivos da empresa adquirida.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Enco Materials Inc.

Em 01 de outubro de 2007, nossa subsidiária Gerdau Ameristeel adquiriu 100% da Enco Materials Inc., uma empresa líder no mercado de materiais comerciais, com sede em Nashville no estado de Tennessee. Enco Materials Inc. tem oito unidades localizadas em Arkansas, Tennessee e Geórgia. O valor pago na aquisição foi de aproximadamente US\$46 milhões em dinheiro, mais a assunção de certos passivos da empresa adquirida.

Corsa Controladora, S.A. de C.V.

Em 19 de outubro de 2007, assinamos carta de intenções para a aquisição de uma participação de 49% do capital social da empresa holding Corsa Controladora, S.A. de C.V., com sede na Cidade do México, México, a qual estava sujeita a uma série de condições precedentes. A holding é detentora de 100% do capital social da Aceros Corsa, S.A. de C.V. e de suas distribuidoras. A Aceros Corsa, localizada na cidade de Tlalnepantla, região metropolitana da Cidade do México, é uma mini-mill produtora de aços longos (perfis comerciais leves) com capacidade instalada de 150 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de laminados por ano. Em 27 de fevereiro de 2008, adquirimos, por meio de nossa subsidiária Gerdau GTL Spain, S.L., 45% do capital social da Corsa, pelo valor de US\$92,8 milhões, comprometendo-nos a concluir a aquisição de 49% do capital social no valor total de US\$110,7 milhões.

Trefilados de Urbina, S.A. – Trefusa

Em 19 de outubro de 2007, a subsidiária Sidenor Industrial adquiriu a Trefilados de Urbina, S.A. – Trefusa por US\$24,9 milhões. A Trefusa é uma produtora de trefilados de aços especiais localizada em Vitória, Espanha.

Quanex Corporation

Em 18 de novembro de 2007, assinamos um acordo definitivo para a aquisição da Quanex Corporation, a qual, por meio do seu negócio siderúrgico MacSteel, é a segunda maior produtora de aços especiais (Special Bar Quality – SBQ) nos Estados Unidos e opera três mini-mills localizadas em Jackson, Michigan; Monroe, Michigan; e Fort Smith, Arkansas. A empresa ainda opera seis unidades de transformação localizadas nos estados de Michigan (duas), Ohio, Indiana (duas) e Wisconsin. A MacSteel tem uma capacidade instalada de 1,2 milhão de toneladas de aço e de 1,1 milhão de toneladas de laminados por ano.

O acordo não inclui o negócio de Building Products da Quanex, o qual é uma operação não relacionada à siderurgia. A Quanex anunciou a separação deste negócio (spin-off) para seus acionistas antes da finalização da proposta de aquisição.

O valor a ser desembolsado nesta transação é de US\$1,458 bilhão mais US\$215 milhões em dívidas assumidas, dependendo de várias condições precedentes, as quais ainda não foram atendidas até 31 de dezembro de 2007. Entretanto, nenhum pagamento foi efetuado até aquela data.

Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2007, assinamos um acordo definitivo para a permuta de participações societárias, por meio do qual passamos a ser titulares da Aplema, oferecendo em troca nossa participação na Margusa – Maranhão Gusa S.A. A permuta foi efetuada com equivalência de valor entre as quotas da Aplema e as ações da Margusa.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.

Em 14 de dezembro de 2007, completamos a aquisição da totalidade das ações que os associados do Clube dos Empregados da Açominas detinham nas empresas Gerdau Aços Longos, Gerdau Açominas, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços, que equivalem a 2,89% do capital social de cada uma destas empresas. O valor total da aquisição foi de R\$653,8 milhões, e será pago em 36 parcelas iguais, corrigidas por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Outros Investimentos de Capital

Brasil

Os demais investimentos de capital nas unidades brasileiras totalizaram US\$1,046 bilhão em 2007. A Companhia investiu US\$721,2 milhões na usina de Ouro Branco, principalmente em conexão com o aumento da capacidade instalada em 1,5 milhões de toneladas de aço líquido e também em conexão com as atualizações tecnológicas de equipamentos. Os dispêndios de capital remanescentes foram investidos em melhorias e atualizações tecnológicas menores em outras instalações no Brasil.

América Latina (exceto pelo Brasil)

Nossas unidades na América Latina investiram US\$165,0 milhões em investimentos de capital em 2007, em comparação com US\$52,0 milhões em 2006, gastos em melhorias operacionais nas diversas unidades.

Canadá e Estados Unidos

A Gerdau Ameristeel investiu US\$190,0 milhões em projetos de capital em 2007, em comparação com US\$239,0 milhões em 2006. O projeto mais relevante foi a instalação da nova aciaria em Jacksonville, Flórida, que entrou em operação em maio.

Europa

Em 2007, investimos US\$140,0 milhões em projetos de capital na Europa, que inclui uma reorganização industrial promovida entre as diversas unidades na Espanha com vistas a maximizar os processos de produção e as linhas de produtos.

PRINCIPAIS DISPÊNDIOS DE CAPITAL EM PROGRESSO ATUALMENTE

Para o período compreendido entre 2008 e 2010, aprovamos investimentos de aproximadamente US\$6,4 bilhões em expansões e melhorias nas usinas no Brasil e no exterior. Desse total, 70% será investido em usinas no Brasil e o restante em usinas no exterior. Dos valores a serem investidos no Brasil, US\$400 milhões referem-se à instalação de um laminador de chapas grossas, equipamento voltado para a produção de aços planos, com capacidade instalada de 870 mil toneladas por ano e entrada em operação prevista para em 2010, gerando mais de 200 novos empregos. A definição da localidade em que o laminador será instalado é esperada para, no máximo, junho de 2008. As chapas grossas, produtos aplicados na construção civil (construções metálicas), na indústria de equipamentos pesados (máquinas e implementos), na produção de tubos com costura de média e grande dimensão (gasodutos para indústria petroquímica, minerodutos, etc.) e na indústria naval, serão comercializadas no mercado interno e também exportadas, seguindo a estratégia de internacionalização que vimos desenvolvendo.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

As tabelas a seguir contêm a segregação do plano de investimentos em milhões de dólares norte-americanos e em milhares de toneladas por região:

	2008	2009	2010	Total^(*)
	(Milhões de US\$)			
Brasil	1.105	1.955	1.375	4.435
Exterior	405	853	681	1.939
América do Norte	183	338	264	785
América Latina	141	416	301	859
Europa	81	99	116	295
Total	1.510	2.808	2.056	6.374

(*) Valor não inclui aquisições.

	Capacidade Atual	2008	2009	2010	Nova Capacidade^(*)
	(1.000 Toneladas)				
Brasil					
Aço bruto	11.435	105	20	1.105	12.665
Produtos laminados	6.800	100	325	2.195	9.420
América do Norte					
Aço bruto	9.955	0	0	225	10.180
Produtos laminados	10.350	0	0	90	10.440
América Latina					
Aço bruto	2.265	630	165	955	4.015
Produtos laminados	2.610	265	225	580	3.680
Europe					
Aço bruto	1.150	0	150	100	1.400
Produtos laminados	1.220	0	95	0	1.315
Total					
Aço bruto	24.805	735	335	2.385	28.260
Produtos laminados	20.980	365	645	2.865	24.855

(*) MacSteel e Corsa, operações ainda não concluídas, não estão incluídas no cálculo de nova capacidade.

INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE OS RISCOS DE MERCADO

Estamos expostos a diversos riscos de mercado, principalmente variações nas taxas de câmbio e volatilidade nas taxas de juros. O risco de mercado é o prejuízo em potencial resultante de alterações adversas nos preços e taxas de mercado. Celebramos instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros para administrar e reduzir o impacto de flutuações nas taxas de câmbio e taxas de juros. Estabelecemos políticas e procedimentos para análise de riscos e a aprovação, divulgação de informações e monitoramento de nossas atividades financeiras com instrumentos derivativos.

Para mais informações a respeito desses riscos de mercado e os mecanismos adotados para proteção de nossa Companhia, ver “—*Derivativos, Operações Não Registradas no Balanço Patrimonial e Obrigações Contratuais*” na página 123 deste Prospecto.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em 23 de abril de 2008, concluímos a aquisição da operação siderúrgica MacSteel da Quanex Corporation. Os acionistas da Quanex aprovaram a aquisição em Assembléia extraordinária realizada em 22 de abril de 2008. O preço de aquisição é de US\$1,458 bilhão, além da assunção de dívida e alguns passivos. A aquisição está sendo financiada com disponibilidade de caixa e financiamentos de curto prazo.

Em 21 de abril de 2008, o Grupo Gerdau firmou uma aliança estratégica com a Corporación Centroamericana del Acero, maior produtora de aço da América Central. Com a realização da aliança, o Grupo Gerdau passa a ter uma participação acionária de 30% na empresa e se compromete a investir US\$180 milhões nas operações da Corporación Centroamericana del Acero na América Central. A Corporación Centroamericana del Acero possui capacidade instalada anual de 500 mil toneladas de aço e 690 mil toneladas de laminados – aços longos voltados para a construção civil e indústria.

Em 16 de abril de 2008, nossa subsidiária GTL Trade Finance Inc. celebrou contrato de empréstimo ponte (*Bridge Loan*) com ABN Amro Bank N.V., HSBC Securities (USA) Inc. e J.P. Morgan Securities Inc., no valor total de US\$1,0 bilhão, no qual a Gerdau, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços figuram como garantidores. A taxa de juros é LIBOR acrescida de 0,85% ao ano e o prazo do contrato é de 6 meses.

Ainda, em 16 de abril de 2008, nossa subsidiária Gerdau US Financing Inc. celebrou contrato de empréstimo ponte (*Bridge Loan*) com Citigroup Global Markets Inc., no valor total de US\$540 milhões, no qual a Gerdau, Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aço, Gerdau Delaware, Inc. e Gerdau Macsteel Holdings Inc. figuram como garantidores. A taxa de juros é LIBOR acrescida de 1,25% ao ano e o prazo do contrato é de 45 dias.

Em 2 de abril de 2008, nossa subsidiária Gerdau Ameristeel comunicou a aquisição, por meio da *joint venture* Pacific Coast Steel (PCS), da Century Steel, Inc. (CSI), localizada em Las Vegas, Estados Unidos, e especializada na fabricação e instalação de aço estrutural. A Gerdau Ameristeel pagou US\$152 milhões por todos os ativos da Century Steel e anunciou que pagará US\$68 milhões para elevar sua participação acionária na *joint venture* PCS para 84%.

Em 27 de fevereiro de 2008, comunicamos a conclusão da aquisição de uma participação de 49% do capital social da empresa holding Corsa Controladora, S.A. de C.V., com sede na Cidade do México, México. A holding é detentora de 100% do capital social da Aceros Corsa, S.A. de C.V. e controla, também, duas distribuidoras de produtos siderúrgicos. A Aceros Corsa, localizada na cidade de Tlalnepantla, região metropolitana da cidade do México, é uma *mini-mill* produtora de aços longos (perfis comerciais leves) com capacidade instalada de 150 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de laminados por ano. O valor desembolsado nesta transação, após os ajustes de capital de giro, foi de US\$110,7 milhões. O Grupo Gerdau e os acionistas da Corsa Controladora constituíram, também, uma *joint venture* denominada Estructurales Corsa S.A.P.I de C.V. com o objetivo de implementar um projeto para a produção de perfis estruturais no México. A nova unidade terá capacidade instalada de 1,0 milhão de toneladas de aço bruto e 700 mil toneladas de laminados por ano e envolverá investimentos estimados em US\$400 milhões. A nova planta industrial começará a operar em 2010.

Em 21 de fevereiro de 2008, celebramos contrato de compra e venda para a aquisição de uma participação de 50,9% da Cleary Holdings Corp., controladora de unidades de produção de coque metalúrgico e de reservas de carvão coqueificável na Colômbia. A empresa possui uma capacidade atual de produção de coque metalúrgico de 1,0 milhão de toneladas por ano e as reservas de carvão coqueificável, segundo estimativas, somam 20 milhões de toneladas. O valor a ser desembolsado nesta aquisição é de US\$59 milhões, sendo que o acordo ainda está sujeito à aprovação dos órgãos reguladores do mercado colombiano. A totalidade de sua produção é destinada à exportação, principalmente para os Estados Unidos, Perú, Canadá e Brasil.

Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais

Em 15 de fevereiro de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL transferiu ao Grupo Gerdau a concessão para geração de energia elétrica do complexo hidrelétrico São João – Cachoeirinha, composto por duas usinas hidrelétricas a serem construídas no estado do Paraná. O empreendimento terá uma potência instalada de 105 MW e sua construção deverá estar concluída em 2011. O investimento estimado é da ordem de US\$173 milhões. Utilizaremos a energia produzida para consumo de nossas unidades.

Em janeiro de 2008, por meio de nossa subsidiária Gerdau GTL Spain., adquirimos por US\$107,2 milhões, o percentual de 40,2% do capital da Diaco pertencente a acionistas minoritários. Com a conclusão da operação a passamos a deter, indiretamente, 98% das ações representativas do capital social da Diaco.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS

As informações financeiras pro forma não auditadas deverão ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, bem como com as seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”, “Resumo das Demonstrações Financeiras”, “Informações Financeiras Seleccionadas”, “Análise e Discussão da Administração sobre o Resultado Financeiro e Operacional” e outros dados financeiros que constam em outras seções deste Prospecto. As informações financeiras comentadas nesta seção requerem, em sua elaboração, a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados das despesas nos exercícios demonstrados, e que estão sujeitas a riscos e incertezas. As informações financeiras não são necessariamente indicativas do resultado das operações ou dos efeitos sobre a situação financeira que teriam sido obtidas caso as aquisições realizadas durante o ano de 2007 estivessem sob o controle e administração comum desde 1º de janeiro de 2007. Portanto, nossos resultados reais poderão diferir substancialmente daqueles indicados nestas previsões em decorrência de diversos fatores que afetam nossos negócios, inclusive, entre outros, aqueles constantes nas seções “Considerações sobre Estimativas e Projeções Futuras” e “Fatores de Risco”, e outras questões discutidas neste Prospecto.

INTRODUÇÃO

A consideração dos resultados oriundos de nossas aquisições realizadas durante o ano de 2007 é um dado importante para análise apropriada de nossos negócios e nossa capacidade financeira, uma vez que essas aquisições resultaram em um aumento considerável de nossos ativos e impactaram de forma relevante nossos negócios e nossas demonstrações de resultados.

Para maiores informações sobre nossas aquisições realizadas durante o ano de 2007, vide seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Aquisições de Participações Acionárias” na página 126 deste Prospecto, e a nota explicativa 3.5 de nossas demonstrações financeiras anexas, na página 260 deste Prospecto.

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA

A tabela a seguir apresenta a demonstração do resultado combinado condensado da Metalúrgica Gerdau S.A e empresas controladas considerando as aquisições da Chaparral Steel e outras entidades adquiridas durante 2007 (Grupo Feld – Gerdau GTL México e Siderúrgica Zuliana, conjuntamente “outras entidades adquiridas”). Baseada na finalização da aquisição (“Transação”), Chaparral Steel incluindo suas controladas, tornou-se uma controlada totalmente detida pela Gerdau Ameristeel (controlada majoritariamente detida pela Companhia) em 14 de setembro de 2007.

A demonstração do resultado combinado condensado pro forma não auditada foi preparada de forma consistente com as demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com o IFRS.

A demonstração do resultado combinado condensado pro forma não auditada, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foi preparada pela seguinte combinação: (i) da demonstração do resultado consolidado auditado da Metalúrgica Gerdau para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a qual inclui Chaparral Steel a partir da data de aquisição de 14 de setembro de 2007 e as outras entidades adquiridas durante 2007 à partir da data de aquisição de cada uma destas entidades; (ii) da demonstração do resultado consolidado não auditado para os nove meses findos em 31 de agosto de 2007, a qual foi preparada pela combinação da demonstração do resultado consolidado da Chaparral Steel para os três meses findos em 28 de fevereiro de 2007, os três meses findos em 31 de maio de 2007 e os três meses findos em 31 de agosto de 2007, e dá efeito para a Transação como se esta tivesse acontecido em 1º de Janeiro de 2007; (iii) das demonstrações do resultado não auditados das outras entidades adquiridas para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2007 e a data de aquisição de cada uma destas entidades, que corresponde ao período anterior a aquisição, assumindo assim, a premissa de que essas aquisições foram consumadas em 1º. de janeiro de 2007.

Informações financeiras pro forma não auditadas

A demonstração do resultado combinado condensado pro forma não auditada foi preparada com base nas informações atualmente disponíveis e premissas consideradas como apropriadas. A demonstração do resultado combinado condensado pro forma não auditada tem propósito unicamente informativo e não é necessariamente um indicativo do resultado das operações ou dos efeitos sobre a posição patrimonial e financeira que teriam sido obtidos caso a Transação e as aquisições das outras entidades adquiridas, para a qual a Companhia está apresentando este pro forma, tivessem acontecido para as datas referidas acima, nem é tal demonstração do resultado combinado condensado pro forma não auditada necessariamente um indicativo dos resultados operacionais futuros. A demonstração do resultado combinado condensado não auditada requer que a Companhia faça estimativas e utilize premissas nas quais os resultados reais da Companhia poderiam ser diferentes e poderiam ter um efeito material nos resultados financeiros da Companhia e resultados das operações. Na opinião da administração da Gerdau, esta demonstração do resultado combinado condensado pro forma não auditada inclui todos os ajustes necessários para uma correta apresentação.

METALÚRGICA GERDAU S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO COMBINADO CONDENSADO PRO FORMA NÃO AUDITADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007

	Demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31/12/07	Chaparral Steel de 01/12/06 à 31/08/2007	Outras entidades adquiridas ^(*)	Ajustes do pro forma	Nota 2	Pro forma combinado após aquisição de Chaparral e outras entidades
Receita Líquida de Vendas.....	30.613.528	2.614.384	143.882	(5.553)	a)	33.366.241
Custo das vendas.....	(23.131.527)	(1.860.478)	(116.283)	(150.683)	a), b) e c)	(25.258.971)
Lucro Bruto	7.482.001	753.907	27.599	(156.237)		8.107.270
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.528.405)	(91.312)	(16.391)	-		(2.636.108)
Outras receitas (despesas) operacionais....	(157.822)	28.610	6.521	(24.484)	d)	(147.175)
Lucro Operacional.....	4.795.774	691.204	17.729	(180.720)		5.323.987
Resultado da Equivalência Patrimonial	118.399	-	-	-		118.399
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Impostos.....	4.914.173	691.204	17.729	(180.720)		5.442.386
Resultado Financeiro Líquido	380.589	(44.868)	8.761	(234.938)	d), e) e f)	109.544
Lucro Antes dos Impostos.....	5.294.762	646.336	26.490	(415.658)		5.551.930
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(969.648)	(216.999)	(7.319)	152.603	g)	(1.041.363)
Lucro Líquido do Período.....	4.325.114	429.337	19.171	(263.055)		4.510.567
Atribuído a:						
Participação dos controladores	1.824.599	276.064	18.552	(169.145)		1.950.070
Participação dos minoritários	2.500.515	153.273	619	(93.911)		2.560.497
	4.325.114	429.337	19.171	(263.055)		4.510.567

^(*) Considera o resultado das empresas adquiridas: Gerdau GTL México de 01/01/07 à 27/03/07 e Siderúrgica Zuliana de 01/01/07 à 17/06/07.

METALÚRGICA GERDAU S.A.

NOTAS PARA A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONDENSADO COMBINADO PRO FORMA NÃO AUDITADA

1. Base de apresentação

A demonstração do resultado combinado condensado pro forma não auditada foi preparada de forma consistente com as demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com o IFRS, e considera os efeitos da Transação.

Informações financeiras pro forma não auditadas

Em 10 de julho de 2007, a Companhia anunciou a assinatura de um acordo definitivo para a aquisição da Chaparral Steel. Segundo os termos do acordo, a Companhia pagou à vista US\$86,00 por ação. A transação foi concluída em 14 de setembro de 2007.

A demonstração do resultado combinado condensado pro forma não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi preparada pela seguinte combinação: (i) da demonstração do resultado consolidado auditado da Metalúrgica Gerdau para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a qual inclui Chaparral Steel a partir da data de aquisição de 14 de setembro de 2007 e as outras entidades adquiridas durante 2007 à partir da data de aquisição de cada uma destas entidades; (ii) da demonstração do resultado consolidado não auditada para os nove meses findos em 31 de agosto de 2007, a qual foi preparada pela combinação da demonstração do resultado consolidado da Chaparral Steel para os três meses findos em 28 de fevereiro de 2007, os três meses findos em 31 de maio de 2007 e os três meses findos em 31 de agosto de 2007, e dá efeito para a Transação como se esta tivesse acontecido em 1º de Janeiro de 2007; (iii) das demonstrações do resultado não auditados das outras entidades adquiridas para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2007 e a data de aquisição de cada uma destas entidades, que corresponde ao período anterior a aquisição, assumindo assim, a premissa de que essas aquisições foram consumadas em 1º de janeiro de 2007.

A demonstração do resultado combinado condensado pro forma foi preparada com base nas informações atualmente disponíveis e premissas consideradas como apropriadas. A demonstração do resultado combinado condensado pro forma tem propósito unicamente informativo e não é necessariamente um indicativo da posição financeira ou dos resultados da operação que teriam sido atingidos caso a Transação, para a qual a Companhia está apresentando este pro forma, tivesse acontecido para as datas referidas acima, nem são tais demonstrações do resultado combinado condensado pro forma necessariamente um indicativo do resultado das futuras operações. A demonstração do resultado combinado condensado requer que a Companhia faça estimativas e utilize premissas nas quais os resultados reais da Companhia poderiam ser diferentes e poderiam ter um efeito material nos resultados financeiros da Companhia e resultados das operações. Na opinião da administração da Gerdau, estas demonstrações pro forma não auditadas incluem todos os ajustes necessários para uma correta apresentação.

2. Ajustes pro forma de aquisição para a demonstração do resultado combinado pro forma não auditada

A coluna de ajustes do pro forma na demonstração do resultado condensado combinado pro forma não auditada reflete os ajustes pro forma referentes a aquisição da Chaparral Steel. A Companhia não efetuou ajustes do pro forma para as demais entidades adquiridas em 2007 por considerar que estes são imateriais.

Receita Líquida de Vendas

- a) Eliminação das transações entre a Companhia e a Chaparral Steel.

Custo das Vendas

- b) Ajustes para refletir o impacto da transição da base de avaliação do inventário do método UEPS (último que entra, primeiro que sai) para o método da média ponderada utilizado pela Companhia. Adicionalmente, o impacto dos ajustes de valor justo dos estoques e a eliminação das transações entre a Companhia e a Chaparral Steel também são refletidos.

Informações financeiras pro forma não auditadas

Depreciação e amortização

- c) Refletir a depreciação e amortização dos ativos fixos e ativos intangíveis de vida útil definida. Despesas de depreciação e amortização seriam aumentadas em R\$116,5 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 em comparação ao custo histórico utilizado pela Chaparral Steel para estes períodos.

Outras receitas e despesas operacionais

- d) Reclassificação de valores a fim de assegurar o mesmo critério de classificação contábil adotado pela Companhia.

Despesas financeiras e receitas financeiras, líquidas

- e) Consideram as despesas de juros dos novos financiamentos obtidos (em milhares de R\$):

	12 meses findos em 31/12/2007
Juros sobre os financiamentos de aquisição	227.667
Redução na receita de juros de caixa usado na aquisição	24.023
	<u>251.690</u>

Em 14 de setembro de 2007, a controlada Gerdau Ameristeel financiou a aquisição da Chaparral Steel, em parte por um empréstimo de curto prazo no valor de US\$1.150.000 mil e um empréstimo de longo prazo no valor de US\$2.750.000 mil. Em 31 de dezembro de 2007, o empréstimo de curto prazo tinha sido totalmente pago e adicionalmente um montante de US\$150.000 mil do empréstimo de longo prazo também tinha sido pago.

Amortização de custos financeiros diferidos

- f) Amortização dos encargos financeiros diferidos dos novos financiamentos utilizando o método de juros efetivo sobre o prazo da dívida.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

- g) Refletir a provisão para imposto de renda sobre os ajustes do pro forma baseado nas taxas societárias das respectivas entidades.

3. Lucro por ação

A tabela a seguir demonstra os componentes do lucro por ação básico e diluído (em milhares de Reais, exceto dados por ação):

	Para os doze meses findos em 31/12/2007	
	Consolidado Metalúrgica Gerdau S.A.	Pro forma Combinado após a aquisição da Chaparral Steel
Lucro por ação básico e diluído		
Lucro líquido.....	\$1.824.599	\$1.950.070
Média de ações em circulação	184.000.676	184.000.676
Lucro líquido básico e diluído por ação	\$9,92	\$10,60

VISÃO GERAL DO SETOR

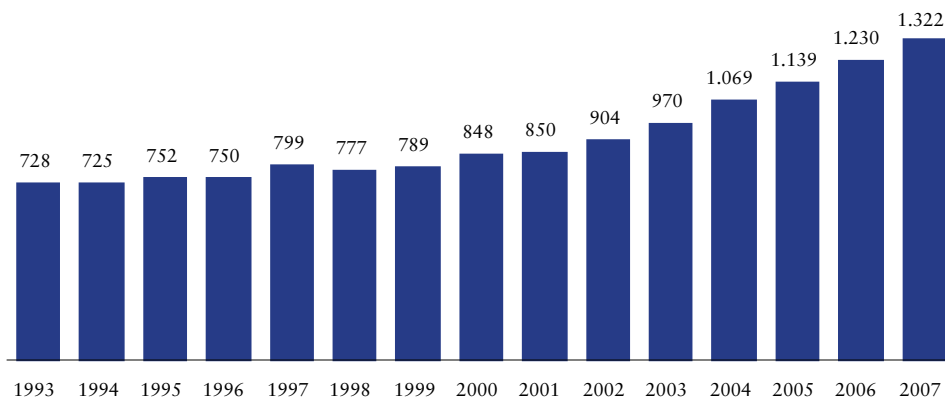
VISÃO GERAL DO SETOR SIDERÚRGICO MUNDIAL

O setor siderúrgico mundial é composto por centenas de instalações para a produção de aço e dividido em duas principais categorias, com base no método de produção utilizado: usinas integradas e usinas semi-integradas, algumas vezes referidas como “*mini-mills*”. Normalmente, as usinas integradas produzem aço fundindo em altos fornos, a partir do óxido de ferro extraído do minério de ferro e refinando o ferro em aço, principalmente por meio da utilização de fornos de oxigênio básicos ou, mais raramente, fornos elétricos a arco. As usinas semi-integradas produzem aço fundindo a partir da sucata de aço, ocasionalmente complementada por outros materiais metálicos, como ferro reduzido diretamente ou ferro comprimido a quente, em fornos elétricos a arco.

Nos últimos quinze anos, a produção anual de aço bruto cresceu de 728 milhões de toneladas em 1993 para 1.322 milhões de toneladas em 2007, um crescimento médio ponderado anual de 4,4%. Grande parte deste crescimento ocorreu a partir do ano 2000.

O principal fator responsável pelo aumento da demanda por produtos de aço tem sido a China. Em menos de três anos, a China tornou-se o maior mercado de aço do mundo, consumindo mais que os Estados Unidos e a Europa juntos.

GRÁFICO 1: PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO (MILHÕES DE TONELADAS)

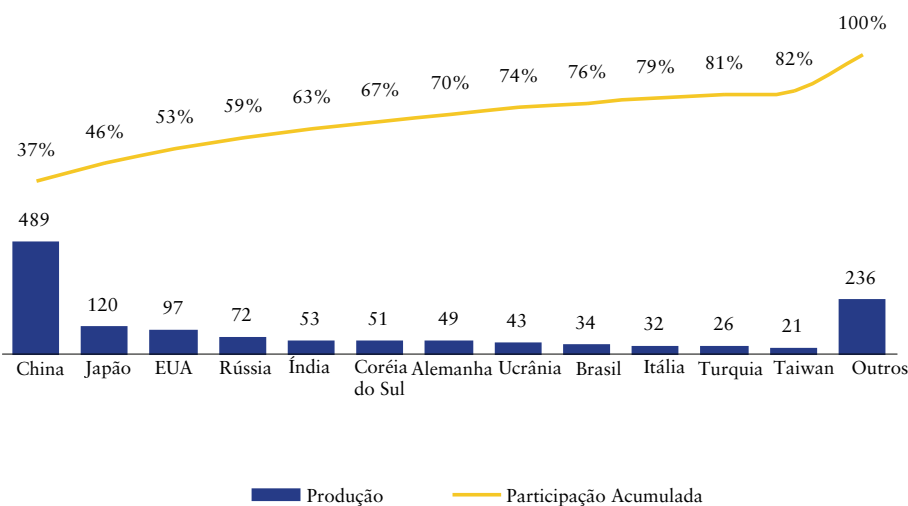


Fonte: IISI/World Steel Figures 2007.

A China está passando por um período de industrialização, com o lançamento de diversos projetos de infra-estrutura, bem como o desenvolvimento de um parque fabril importante, o que também contribuiu para aumentar a demanda por aço. Os preços do aço aumentaram nos últimos quatro anos e os produtores de aço buscaram responder à demanda crescente da China por produtos de aço com programas de investimento para aumentar a capacidade instalada. Atualmente, a China é o maior país produtor de aço, com uma produção de aço bruto de 489,2 milhões de toneladas em 2007.

Visão geral do setor

GRÁFICO 2: PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO POR PAÍS



Fonte: IISI/World Steel Figures 2007.

A China vem aumentando sua produção, não obstante os esforços governamentais para limitar a capacidade excedente. Apesar de a China ter se tornado um exportador líquido de aços longos em 2006, sua produção ainda não afetou os preços internacionais, uma vez que a demanda permanece forte nos principais mercados siderúrgicos.

No início de 2004, a relação mundial de oferta-demanda de aço passou de um saldo positivo no lado da oferta para um saldo positivo no lado da demanda. Com o crescimento econômico da China abastecendo a demanda mundial por aço e matérias-primas, as condições do setor siderúrgico mudaram drasticamente para melhor em 2004. Como a produção de aço da China cresceu a níveis muito acelerados, o setor siderúrgico global testemunhou um aumento nunca registrado nos custos de sucata metálica e os preços do aço ultrapassaram significativamente suas altas históricas.

Recentemente, o setor de siderurgia global passou por um intenso processo de consolidação. Em 1990, os cinco maiores produtores mundiais de aço representavam 12,3% da produção. Se excluirmos da amostra a China, o salto é ainda maior: em 1990, o número era igual a 13,4% e, em 2007, equivalente a 47,41%.

O SETOR SIDERÚRGICO BRASILEIRO

Visão geral

Desde 1940, o aço tem sido de vital importância para a economia brasileira. Por aproximadamente 50 anos, o governo brasileiro manteve um monopólio sobre o setor de produção de aços planos por meio da estatal Siderurgia Brasileira S.A. – SIDERBRÁS. Quanto ao setor de produção de aços não-planos, tradicionalmente composto principalmente por companhias privadas de pequeno porte, o governo brasileiro não possuía o monopólio do setor. Os principais produtores integrados de aços planos operavam como companhias semi-independentes sob o controle da SIDERBRÁS. Durante a década de 1970, investimentos governamentais consideráveis foram realizados para propiciar ao Brasil uma indústria siderúrgica capaz de abastecer o processo de industrialização do país. Após uma década de praticamente nenhum investimento no setor, o governo selecionou o setor siderúrgico como o primeiro setor para o processo de privatização iniciado em 1991.

Visão geral do setor

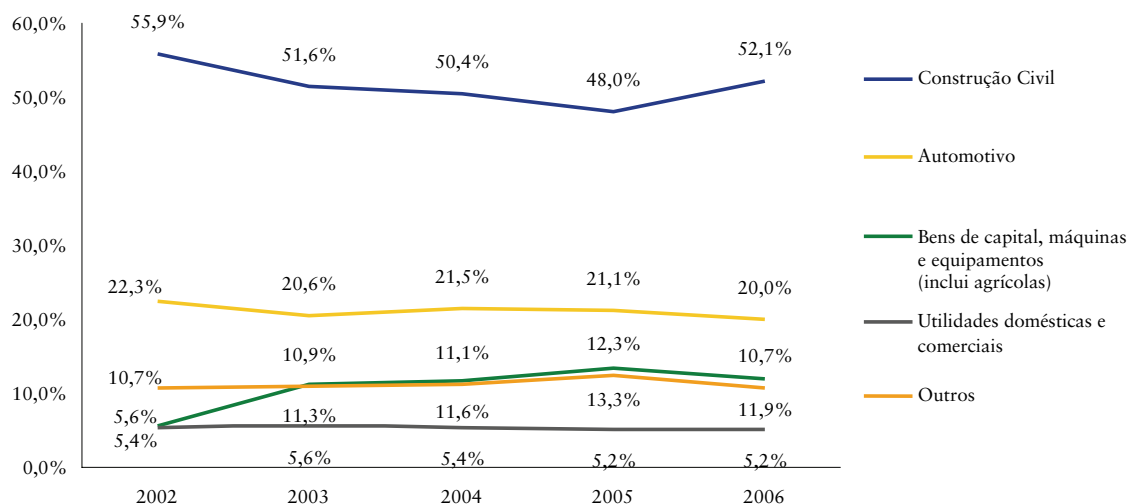
O Brasil, com sua alta capacidade instalada de aço e sua tradição como exportador global, tem consistentemente exportado uma parcela substancial de sua produção. As vendas brasileiras de produtos de aço totalizaram 30,9 milhões de toneladas em 2007, 30,0 milhões de toneladas em 2006 e 28,6 milhões de toneladas em 2005, superando a demanda doméstica de 22,0 milhões de toneladas em 2007, 18,5 milhões de toneladas em 2006 e 16,8 milhões de toneladas em 2005 em 8,9 milhões de toneladas, 11,5 milhões de toneladas e 11,8 milhões de toneladas, respectivamente.

O Brasil tem desempenhado um papel importante no mercado de exportações, principalmente como exportador de aço bruto (placas, blocos e tarugos) para a aplicação industrial ou para a re-laminação em produtos acabados. As exportações brasileiras de aço bruto totalizaram 5,1 milhões de toneladas em 2007, 5,7 milhões de toneladas em 2006 e 6,0 milhões de toneladas em 2005, representando 49%, 45% e 48% da exportação brasileira total de produtos siderúrgicos, respectivamente.

Em 2007, o mercado brasileiro continuou a expansão verificada em 2006, sendo que o Brasil foi o nono maior produtor mundial de aço bruto, com uma produção de 33,8 milhões de toneladas e uma participação de 2,6% da produção global e metade da produção total de aço na América Latina em 2007, aproximadamente duas vezes a produção do México e um terço dos Estados Unidos.

O setor de construção civil continuou sendo o principal propulsor da recuperação, suportada por diversos outros fatores, como medidas governamentais que reduziram a carga tributária, mantiveram a inflação sob controle e aumentaram a receita da população, resultando em mais empregos e taxas de juros mais baixas. O setor agro-industrial consolidou sua recuperação dos efeitos da gripe asiática, de colheita e dos baixos preços das *commodities*, enquanto o setor industrial continuou crescendo de forma sustentada.

GRÁFICO 3: PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS SETORES CONSUMIDORES FINAIS DE PRODUTOS LONGOS



Fonte: IBS.

Demanda doméstica

Historicamente, a indústria siderúrgica brasileira tem sido afetada por variações significativas na demanda doméstica de aço. Embora o consumo nacional *per capita* varie de acordo com o produto interno bruto, ou PIB, as variações no consumo de aço tendem a ser mais acentuadas que as mudanças nas atividades econômicas. O consumo *per capita* de aço bruto no Brasil aumentou de 100 quilos em 1999 para 129 quilos em 2007, o que ainda é considerado baixo quando comparado aos níveis verificados em países desenvolvidos.

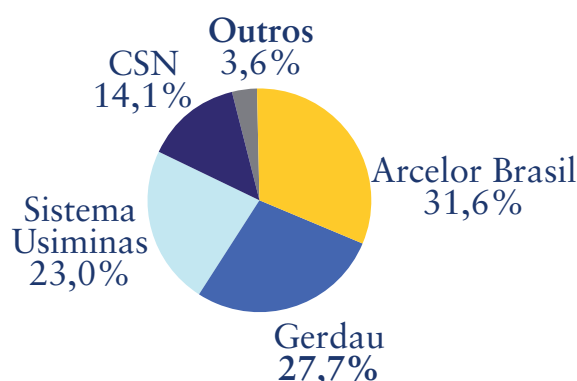
Visão geral do setor

Em 2005 e em 2006, o PIB brasileiro cresceu 2,9% e 3,7%, principalmente devido à política monetária mais restritiva. Entre 2005 e 2006, as vendas totais de aço no mercado doméstico aumentaram 9,2%, de 16,1 milhões de toneladas para 17,5 milhões de toneladas. As vendas dos produtos de aços longos totalizaram 6,9 milhões de toneladas em 2006, um crescimento 10,3% em relação ao ano anterior. Já entre 2006 e 2007, as vendas totais de aço no mercado doméstico aumentaram 17,2%, de 17,5 milhões de toneladas para 20,5 milhões de toneladas. As vendas dos produtos de aços longos totalizaram 8,1 milhões de toneladas em 2007, um crescimento 16,9% em relação ao ano anterior.

Participantes do mercado

Em 2007, o setor siderúrgico no Brasil era composto por dez companhias. A capacidade anual instalada do setor em 2006 era de aproximadamente 41,2 milhões de toneladas, produzindo uma variedade de aços planos, longos, de carbono, inoxidáveis e especiais. Das dez companhias, oito eram produtoras integradas e duas eram produtoras semi-integradas, que utilizam a produção integrada de aço em apenas algumas de suas usinas.

GRÁFICO 4: PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO SETOR NO BRASIL (2006)



Fonte: IBS.

O mercado siderúrgico brasileiro é altamente competitivo. A tabela a seguir apresenta as principais empresas e suas respectivas participações no mercado de aço longo brasileiro:

Participação no mercado de aço longo – Brasil (%)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2007	2006
Gerdau ^(*)	51,8	46,9
ArcelorMittal Belgo.....	35,8	36,7
V&M do Brasil.....	6,1	6,2
Barra Mansa.....	5,5	5,6
Outros.....	0,8	4,6
Total	100,0	100,0

^(*) Inclui Aços Villares.

Fonte: IBS.

Visão geral do setor

No mercado doméstico, a Gerdau Açominas é praticamente um fornecedor exclusivo de clientes específicos e Os principais concorrentes nesse setor são os europeus e, em menor grau, os japoneses.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas e suas respectivas participações no mercado de aço bruto brasileiro:

Produtores brasileiros de aço bruto (%)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2007	2006
ArcelorMittal Brasil (CST + Belgo + Acesita) ⁽¹⁾	30,3	30,8
Usiminas + Cosipa ⁽²⁾	25,7	28,4
Gerdau	21,5	22,6
CSN	15,5	11,3
Outros	6,8	6,9
Total	100,0	100,0

Fonte: IBS

⁽¹⁾ A Arcelor S.A. controla a CST, a Belgo e a Acesita.

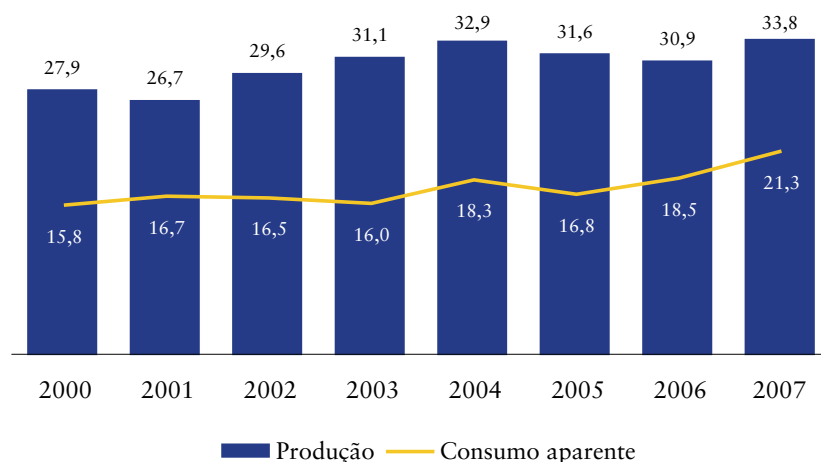
⁽²⁾ A Usiminas e a Cosipa fazem parte do Grupo Usiminas.

Exportações e Importações

Em 2007, as exportações de aço brasileiras totalizaram 10,3 milhões de toneladas, representando 33,4% das vendas totais (vendas domésticas mais exportações) ou US\$6,5 bilhões em receitas de exportação. De acordo com o IISI, o Brasil foi, em 2007, o décimo maior exportador de produtos de aço semi-acabados e acabados no mundo. O Brasil é um pequeno importador de produtos siderúrgicos. As importações de aço totalizaram 1,7 milhão de toneladas em 2007, ou 7,3% do consumo doméstico aparente. Em 2007, o Brasil registrou saldo positivo nas negociações de aço no valor de US\$4,7 bilhões e saldo positivo comercial total de US\$40,2 bilhões.

Nos últimos 20 anos, a indústria siderúrgica brasileira se caracterizou pela necessidade estrutural de exportações. O mercado siderúrgico brasileiro tem passado por períodos de excesso de capacidade, demanda cíclica e intensa concorrência durante os últimos anos. A demanda por produtos acabados de aço, com base no consumo doméstico aparente, tem sido menor que o fornecimento total (produção total mais importações).

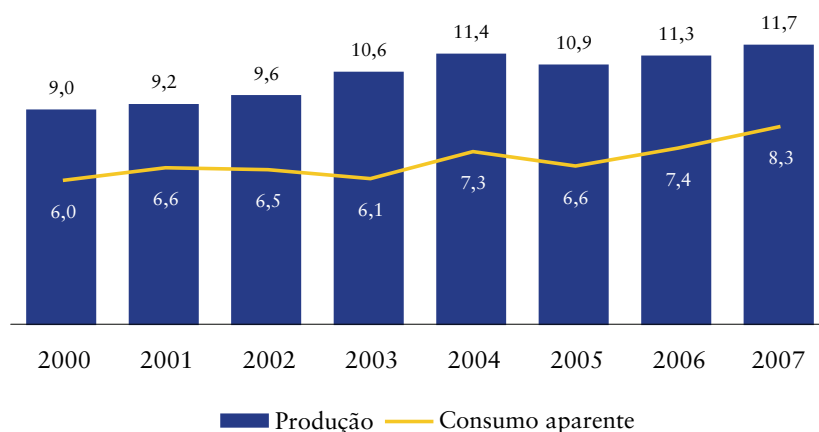
GRÁFICO 5. PRODUÇÃO E DEMANDA APARENTE DE AÇO BRUTO (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: IBS.

Visão geral do setor

GRÁFICO 6. PRODUÇÃO E DEMANDA APARENTE DE AÇOS LONGOS (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: IBS.

O Brasil apresenta um mercado diversificado de exportações de aço. Em 2007, as exportações se destinaram a mais de 100 países. A América Latina, Europa e Ásia foram os principais mercados importadores, respondendo, respectivamente, por 32,1%, 21,1% e 20,3% das exportações totais de aço brasileiras naquele ano. Os Estados Unidos foram o principal destino, representando 19,0% das exportações totais. Os cinco maiores mercados, em conjunto, responderam por 44,7% das exportações de aço brasileiras em 2007.

Em 2007, a importação brasileira de aços planos e longos totalizou 1,6 milhão de toneladas, ou 7,3% do consumo doméstico aparente. Em 2007, o Brasil importou 338,7 mil toneladas de aços longos.

Matérias-primas

Uma das principais vantagens competitivas do Brasil é o baixo custo de matérias-primas. O Brasil possui minério de ferro de alto teor em abundância. Diversos produtores integrados estão localizados no estado de Minas Gerais, onde se situam algumas das maiores minas de minério de ferro do mundo. Os custos do minério de ferro no Brasil são aproximadamente um terço dos verificados no Japão, na Europa Oriental, nos Estados Unidos e na Coreia do Sul.

No Brasil, a maior parte da sucata metálica utilizada pelas usinas siderúrgicas advém do estado de São Paulo. Os fornecedores de sucata entregam a sucata oriunda de obsolescência diretamente às usinas siderúrgicas. O setor siderúrgico brasileiro é pouco dependente de sucata metálica, devido ao alto percentual da produção total dos produtores integrados.

O Brasil é exportador líquido de ferro-gusa. A maior parte do ferro-gusa brasileiro é produzida no estado de Minas Gerais por diversos produtores menores. No Brasil, o preço do ferro-gusa está relacionado ao custo do carvão vegetal, um insumo importante e o item de maior volatilidade no custo de produção de ferro-gusa. Quando o preço do carvão vegetal está em alta, o carvão coque pode ser usado como substituto e, apesar de mais caro, fornece uma quantidade maior de ferro-gusa. Praticamente todo o carvão coque é importado, pois os estoques domésticos são considerados de baixa qualidade.

Visão geral do setor

O SETOR SIDERÚRGICO NA AMÉRICA DO NORTE

Visão geral

Atualmente, a indústria siderúrgica na América do Norte enfrenta diversos desafios, incluindo volatilidade de preços, custos fixos altos, importações com preços baixos, diminuição dos efeitos das tarifas impostas pelos Estados Unidos e desafios à capacidade de a indústria atrair novos talentos. O sucesso futuro dos produtores de aço na América do Norte depende de diversos fatores, incluindo condições econômicas gerais, níveis e preços das importações de aço e a cotação do dólar dos Estados Unidos.

A partir da metade de 2000 até 2002, a indústria siderúrgica na América do Norte enfrentou um severo ciclo de baixa devido à excessiva capacidade instalada mundial, altos níveis de importação a preços baixos, incluindo preços abaixo dos custos combinados de produção e frete, e condições econômicas gerais desfavoráveis. Esses fatores resultaram em preços mais baixos do aço nos Estados Unidos e fechamentos significativos da capacidade doméstica. No fim de 2001, os preços de diversos produtos de aço atingiram seus patamares mais baixos no período de 10 anos e diversas siderúrgicas nos Estados Unidos ingressaram, desde o início de 2000, em recuperações de acordo com o Capítulo 11 do Código de Falência dos Estados Unidos. Em resposta a essas condições, em março de 2002 o presidente Bush impôs diversas tarifas e quotas sobre determinadas importações de produtos de aço, de acordo com a Seção 201 do *Trade Act* de 1974. Essas medidas visavam fornecer à indústria siderúrgica norte-americana a oportunidade de fortalecer sua posição competitiva por meio de reestruturações e consolidações. As obrigações foram impostas por um período de três anos e foram abrandadas a cada ano. Em relação aos produtos laminados planos e diversas barras especiais e comerciais, a tarifa foi estipulada em 30%, 24% e 18% para o primeiro, o segundo e o terceiro ano, respectivamente. Em relação às vergalhões, a tarifa foi estipulada em 15%, 12% e 9% para o primeiro, o segundo e o terceiro ano, respectivamente. Em 10 de novembro de 2003, a Organização Mundial do Comércio, ou OMC, emitiu uma norma considerando as tarifas da Seção 201 sobre importações de aço uma violação das normas da OMC. Em 4 de dezembro de 2003, o presidente Bush assinou uma declaração determinando o cancelamento de tais tarifas e anunciou que elas tinham atingido seu propósito e que a alteração nas condições econômicas indicavam que não eram mais necessárias. As negociações internacionais, como o contrato de subsídio de aço da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico e as negociações da Rodada de Doha da OMC, podem afetar as normas internacionais futuras com relação à negociação dos produtos de aço.

Consolidação

A indústria siderúrgica da América do Norte tem passado por uma consolidação. Companhias insolventes devido a custos de pensão, assistência médica e outros custos históricos estão sendo liberadas de suas obrigações e compradas por outros produtores de aço. Tal consolidação, incluindo as compras dos ativos da LTV Corporation, Bethlehem Steel Corporation, Tricô Steel Co. LLC e National Steel Corporation, tem criado uma estrutura de custos operacionais mais baixos para as entidades resultantes e um mercado menos fragmentado. Em relação ao setor de barras, a combinação da Gerdau North America e da Co-Steel em outubro de 2002 e a aquisição da Birmingham Steel Corporation por parte da Nucor Corporation em dezembro de 2002 consolidaram significativamente o mercado. Nossa aquisição dos ativos da North Star da Cargill, Incorporated em novembro de 2004 e a aquisição da Sheffield Steel em 2006 contribuíram com essa tendência de consolidação.

Matérias-primas

Os preços da sucata de aço estão sujeitos às condições de mercado, as quais estão muito além de nosso controle, incluindo a demanda por produtores de aço internacionais e nos Estados Unidos, custos de frete e especulação. O aumento no consumo de sucata de aço no mundo, especialmente na China, aumentou significativamente a pressão sobre o seu preço. A combinação entre a queda do Dólar, a forte demanda global por sucata de aço e a diminuição na produção de sucata de aço doméstica em decorrência de uma redução na atividade fabril doméstica reduziram o fornecimento de sucata metálica doméstica, resultando nos mais altos patamares de preço dos últimos dez anos. A difusão do metal, a diferença entre os preços de venda das usinas e o custo da sucata metálica como matéria-prima também está acima das altas dos últimos dez anos.

Visão geral do setor

REGULAMENTAÇÃO E LEGISLAÇÃO

Legislação Ambiental Brasileira

Nossas atividades estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal que disciplina, entre outros aspectos, o lançamento de efluentes, as emissões atmosféricas e o manuseio e disposição final de resíduos perigosos, além da obrigação de se obter licenças ambientais para a instalação e operação de atividades potencialmente poluidoras.

A legislação ambiental brasileira prevê a imposição de sanções penais e administrativas a pessoas físicas e jurídicas que praticarem condutas caracterizadas como crime ou infração ambiental, independentemente da obrigação civil de reparar os danos ambientais causados. Apesar de nunca termos sofrido sanções ambientais que pudessem impactar de maneira relevante nossos negócios, a eventual prática de crime ou infração ambiental nos sujeitaria a sanções que incluem, dentre outras:

- a imposição de multas que, no âmbito administrativo, podem alcançar até R\$50 milhões, observando a capacidade econômica e os antecedentes da pessoa infratora, bem como a gravidade dos fatos e antecedentes, podendo ser aplicadas em dobro ou triplo no caso de reincidência;
- a suspensão ou interdição de atividades do respectivo empreendimento; e
- a perda de benefícios, tais como suspensão de financiamentos oficiais, impossibilidade de habilitação para licitações públicas, e incentivos fiscais.

Adicionalmente, a responsabilidade por crimes ambientais é subjetiva, podendo ser atribuída à pessoa física e/ou jurídica. A legislação ambiental prevê, ainda, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente ao controlador, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva. Isso significa que a obrigação de reparar o dano ambiental poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção em nossas operações, como a disposição final de resíduos sólidos, não nos exime da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Para informações específicas sobre os aspectos ambientais nos envolvendo, vide “Atividades – Regulamentação Ambiental” na página 189 deste Prospecto.

Licenças Ambientais

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Esse procedimento é necessário tanto para as fases de instalação inicial e operação da atividade, quanto para as ampliações nela realizadas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente.

A competência para licenciar, no que se refere aos empreendimentos de impacto ambiental nacional ou regional, é do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA). Nos demais casos, a competência é dos órgãos ambientais estaduais e, nos casos de impacto local, dos órgãos municipais.

Visão geral do setor

O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazo determinado de validade, o que implica a necessidade de renovação periódica: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Essas licenças são emitidas conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento, e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental e de infração administrativa, sujeitando, por exemplo, o infrator a penalidade administrativa de multa que, no âmbito federal, pode chegar a R\$10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

Trabalhamos para que nossas instalações operem, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas, permissões e licenças em vigor. Entretanto, a demora ou indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, a instalação, a operação e ampliação de novos e atuais empreendimentos. Quando adquirimos novas plantas, realizamos uma avaliação sobre possíveis questões ambientais, sendo elaborado um plano de ação de acordo com as autoridades legais.

Áreas de preservação permanente e de reserva legal

Algumas das nossas atividades, principalmente aquelas relacionadas ao plantio florestal para produção de lenha utilizada em nossas unidades industriais, estão sujeitas aos dispositivos do Código Florestal Brasileiro.

O Código Florestal Brasileiro determina que algumas áreas, em razão da sua importância para a preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, são consideradas de preservação permanente (APP) como, por exemplo, o entorno de rios, reservatórios d'água naturais ou artificiais, topos de morro e terrenos com inclinação superior a 45°. A supressão da vegetação existente nessas áreas só poderá ocorrer em casos de necessidade pública ou de interesse social, desde que previamente autorizadas pelos órgãos ambientais competentes.

Além disso, o Código Florestal obriga o proprietário rural a recuperar e preservar, dependendo da localização da região em que está localizada, de 20% a 80% de sua propriedade com florestas nativas. Nas propriedades em que a extensão das florestas nativas não atender ao percentual mínimo da reserva legal, a Medida Provisória 2166-67/2001 estabelece a obrigação de reflorestamento gradual de, no mínimo, 1/10 da área necessária a complementação da reserva legal a cada três anos, até a reconstituição do percentual exigido para aquela localidade.

A Medida Provisória 2166-67/2001 também prevê formas alternativas de constituição da área de reserva legal, que podem ser adotadas sucessiva ou cumulativamente. Essas formas alternativas constituem medidas de compensação como, por exemplo, a adoção de regime de condomínio entre mais de uma propriedade; a compensação com outra área dentro da mesma microbacia ou na mesma bacia hidrográfica no Estado; o arrendamento de área sob regime de servidão florestal; ou, a aquisição de cotas de áreas de reserva instituídas para este fim.

Visão geral do setor

Autorização para o Desenvolvimento de Propriedades de Mineração

As atividades de mineração estão sujeitas a limitações impostas pela Constituição Federal do Brasil e pelo Código de Mineração (Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) e estão sujeitas a leis, regras e outros regulamentos aplicáveis, especialmente as editadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Dentre as exigências impostas, destacam-se as relacionadas (i) à maneira pela qual os depósitos minerais são explorados; (ii) à saúde e à segurança dos operários; (iii) à proteção e à restauração do meio ambiente; (iv) à prevenção da poluição; e (v) à promoção da saúde e da segurança das comunidades locais onde estão localizadas as minas. O Código de Mineração impõe também determinadas exigências sobre notificação e apresentação de relatórios.

De acordo com o Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989, os empreendimentos que se destinam à exploração de recursos minerais deverão ser submetidos à aprovação do órgão ambiental competente, juntamente com o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Eventual não cumprimento das medidas de recuperação estabelecidas no PRAD configura crime ambiental, nos termos da Lei de Crimes Ambientais.

A atividade de exploração de recursos minerais deve ser exercida mediante autorizações de pesquisa e concessões de lavra atribuídas pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), autarquia ligada ao Ministério das Minas e Energia, e pelo próprio Ministério de Minas e Energia.

Regulamentação Antitruste

A Lei nº 8.884/94 instituiu o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC, composto pela Secretaria de Direito Econômico – SDE do Ministério da Justiça, pela Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda, e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

Cabe ao SBDC a prevenção e repressão de atos de conduta anticoncorrencial e o controle de atos de concentração econômica. Nos termos da legislação antitruste, compete à SDE promover averiguações preliminares e instaurar processos administrativos com vistas à apuração e repressão de infrações contra a ordem econômica. O CADE é o ente competente para julgar tais processos e, nos casos de condenação, aplicar multas e/ou outras penalidades administrativas. Igualmente, compete ao CADE examinar os atos de concentração realizados entre agentes econômicos que se enquadram nos requisitos legais, podendo, inclusive, impedir fusões, incorporações e cisões, ou ainda exigir a alienação de determinados ativos caso verifique prejuízos à concorrência.

Nos últimos anos, os produtores de aço de diferentes países, incluindo o Brasil, foram investigados pelas autoridades comerciais em relação a práticas de *dumping*, cartel e direitos compensatórios iniciados pelos concorrentes locais nesses países. Em alguns casos, essas investigações resultaram na imposição de medidas *antidumping* (em relação às tiras a frio no Canadá e tiras a quente nos Estados Unidos) e direitos compensatórios e/ou cotas para as exportações dos produtores de aço, incluindo as exportações brasileiras de aço, para determinados países, além de medidas inibidoras da prática de cartel.

Para informações sobre processos concorrenciais nos envolvendo, vide “*Atividades da Companhia – Contingências Cíveis e Outras – Processo Antitruste*” na página 194 deste Prospecto.

ATIVIDADES DA COMPANHIA

VISÃO GERAL

Somos uma sociedade *holding* que controla a Gerdau, a maior produtora de aços laminados longos no Brasil em volume produzido, de acordo com o IBS, e, por meio de suas subsidiárias, a segunda maior da América do Norte, de acordo com as estimativas do AISI, com base em volume produzido. Detemos uma participação de mercado significativa no setor siderúrgico em quase todos os países em que operamos e fomos classificados pelo IISI como a 14ª maior produtora de aço do mundo, com base em nossa produção consolidada de aço bruto em 2006. Em 31 de dezembro de 2007, 39,8% de nossos ativos eram representados por ações da Gerdau.

Operamos siderúrgicas que produzem aço por meio de altos fornos, de redução direta de minério de ferro, ou DRI, e fornos elétricos a arco, ou EAF. No Brasil, operamos três usinas de alto forno, incluindo nossa maior usina, Gerdau Açominas, uma usina siderúrgica integrada localizada em Ouro Branco, no estado de Minas Gerais. Atualmente, operamos um total de 43 unidades siderúrgicas na América Latina (incluindo o Brasil) e América do Norte, bem como uma subsidiária consolidada na Espanha, a Corporación Sideron, para a produção de aço especial, e duas companhias associadas na República Dominicana, uma *mini-mill* recentemente adquirida, e uma no México. Detemos, ainda, duas *joint ventures*, uma nos Estados Unidos para a produção de aços laminados planos, e outra, recentemente adquirida, na Índia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, geramos aproximadamente 41% de nossas vendas físicas de operações brasileiras, 40,5% de operações nos Estados Unidos e Canadá, 13,1% de operações latino-americanas (excluindo o Brasil) e 5,4% de operações européias.

De forma consolidada, excluindo nossos investimentos em *joint ventures* e em empresas associadas (não-consolidadas), nossa capacidade total instalada foi de 24,8 milhões de toneladas de aço bruto e 21,0 milhões de toneladas de produtos de aço laminado em 31 de dezembro de 2007. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, registramos ativos consolidados totais de R\$41.760,8 milhões, vendas líquidas consolidadas de R\$30.613,5 milhões, lucro líquido consolidado total de R\$4.325,1 milhões e patrimônio líquido incluindo minoritários de R\$16.815,2 milhões.

Oferecemos uma ampla gama de produtos de aço, fabricados com base nas mais diversas especificações de nossos clientes. O *mix* de nossos produtos inclui aço bruto (placas, blocos e tarugos), vendidos para usinas laminadoras, produtos acabados para construção, como vergalhões e barras estruturais, produtos acabados para a indústria, como barras laminadas comerciais e fio-máquina, e produtos agropecuários, como postes, arames lisos e farpados. Produzimos, também, produtos de aço especiais, normalmente com certo grau de customização, utilizando tecnologia avançada para a fabricação de ferramentas e máquinas, correntes, fechos e molas, principalmente para as indústrias automotiva e mecânica.

Uma parcela significativa de nossos ativos de produção de aço está localizada fora do Brasil, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá, bem como na América Latina e na Europa. Iniciamos nossa expansão na América do Norte em 1989, quando iniciou-se, efetivamente, o processo de consolidação do mercado siderúrgico. Atualmente, operamos 18 unidades siderúrgicas nos Estados Unidos e no Canadá por meio de nossa principal controlada, a Gerdau Ameristeel, e acreditamos ser um dos líderes de mercado na América do Norte em termos de produção de alguns produtos de aços longos, como vergalhões, barras laminadas comerciais, perfis e vigas.

Nossa estratégia operacional baseia-se na aquisição ou construção de usinas siderúrgicas próximas a nossos consumidores e às fontes de matérias-primas para a produção de aço, tais como sucata metálica, ferro-gusa e minério de ferro. Por esse motivo, a maior parte de nossa produção, historicamente, tem suprido em primeiro lugar os mercados locais nos quais operamos. No entanto, nos últimos anos e, em particular, com a aquisição da usina de Ouro Branco, aumentamos nossa exposição aos mercados internacionais e nos beneficiamos da demanda internacional e do aumento dos preços dos produtos de aço fora do Brasil. Possuímos uma lista diversificada de clientes internacionais, cujos principais destinos das exportações incluem os Estados Unidos, Taiwan, Coréia do Sul, Tailândia e países da América Latina, como Argentina, República Dominicana e Equador.

Por meio de nossas controladas e afiliadas, realizamos, ainda, outras atividades relacionadas à produção e comercialização de produtos siderúrgicos, incluindo projetos de reflorestamento e geração de energia elétrica.

Atividades da companhia

HISTÓRICO

Nossa atual estrutura decorre de diversas aquisições corporativas, fusões e outras operações ocorridas desde 1901. Iniciamos nossas operações em 1901 como uma fábrica de pregos denominada Pontas de Paris, controlada pela família Gerdau e sediada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Após sucessivas alterações em sua razão social, em 1969, a Pontas de Paris passou a chamar-se Metalúrgica Gerdau S.A.

Desde 1901 e 1969, a Pontas de Paris (atualmente denominada Metalúrgica Gerdau S.A.) cresceu e expandiu seus negócios em diversos outros produtos e serviços relacionados ao mercado siderúrgico. No final da Segunda Guerra Mundial, adquirimos a Siderúrgica Riograndense S.A., uma produtora de aço também localizada na cidade de Porto Alegre, com o intuito de ampliar nossas atividades e aumentar o acesso a matérias-primas para a fábrica de pregos. Em fevereiro de 1948, iniciamos nossas operações de aço, com base no modelo bem-sucedido de *mini-mills* de produção de aço em fornos elétricos a arco, por meio da utilização de sucata metálica como principal matéria-prima. Nesse período, adotamos uma estratégia de vendas regionais para garantir custos operacionais mais competitivos. Em 1957, instalamos uma segunda unidade Riograndense na cidade de Sapucaia do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, e, em 1962, o crescimento estagnado na produção de pregos nos levou à construção de uma fábrica maior e mais desenvolvida em Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul.

Em 1967, nos expandimos pelo estado de São Paulo adquirindo a Fábrica de Arames São Judas Tadeu, uma produtora de pregos e arames lisos, que posteriormente alterou sua denominação para Comercial Gerdau e que, atualmente, tornou-se nosso canal de distribuição brasileiro de produtos de aço. Em junho de 1969, nos expandimos para o nordeste do Brasil, produzindo aços longos na Siderúrgica Açonorte no estado de Pernambuco. Em dezembro de 1971, adquirimos o controle da Siderúrgica Guaíra, uma produtora de aço longo localizada no estado do Paraná, região Sul do Brasil. Nessa mesma oportunidade, estabelecemos uma nova companhia, a Seiva S.A. Florestas e Indústrias, para a produção de madeira serrada de forma sustentável para os mercados de mobília, celulose e aço. Em 1971, adquirimos o controle da usina Cosigua na cidade do Rio de Janeiro, que, atualmente, opera a maior *mini-mill* da América Latina. Desde então, temos nos expandido por todo o Brasil por meio de inúmeras aquisições e novas operações e, atualmente, somos proprietários de 11 (onze) siderúrgicas no Brasil.

Em 1980, iniciamos nossa expansão internacional com a aquisição da Gerdau Laisa S.A., ou Gerdau Laisa, a única produtora de aços longos no Uruguai e, em 1989, adquirimos uma empresa canadense, a Gerdau Ameristeel Cambridge, uma produtora de produtos laminados de aços longos comuns localizada em Cambridge, Ontário. Em 1992, adquirimos o controle da Gerdau AZA S.A., ou Gerdau AZA, uma produtora de aço bruto e produtos laminados de aços longos no Chile. Com o passar do tempo, ampliamos nossa presença internacional adquirindo participação minoritária em uma laminação na Argentina, o controle da Diaco S.A., a maior fabricante de vergalhões na Colômbia e, mais notadamente, devido à aquisição de participações adicionais na América do Norte por meio da aquisição da Gerdau Ameristeel MRM Special Sections, uma produtora de produtos com seções especiais, como guias de elevadores e perfis super leves, bem como a antiga Ameristeel Corp., uma produtora de produtos laminados de aços longos. Em outubro de 2002, por meio de diversas operações, incorporamos nossos ativos de produção de aço da América do Norte aos ativos de produção da empresa canadense Co-Steel, uma produtora de aços longos, para criar a Gerdau Ameristeel, que atualmente acreditamos ser a segunda maior produtora de aços longos da América do Norte em termos de toneladas de aço produzido. Atualmente, detemos 66,5% das ações em circulação da Gerdau Ameristeel, cujas ações remanescentes são negociadas na bolsa de valores de Toronto, no Canadá e na NYSE, nos Estados Unidos. A Gerdau Ameristeel detém diversas participações no Canadá e nos Estados Unidos, incluindo sua participação de 50% na *joint venture* Gallatin Steel, uma fabricante de aços planos e, além de operar 18 unidades siderúrgicas adquiridas ao longo dos anos, bem como de 49 unidades de corte e dobra e 1 unidades de transformação.

Em setembro de 2005, adquirimos 40,49% das ações emitidas pela Sipar Aceros S.A., uma laminadora de aços longos localizada na Província de Santa Fé, Argentina. Essa participação, adicionada aos 43,28% já detidos por nós, representa 83,77% do capital social da Sipar Aceros. No final do terceiro trimestre de 2005, concluímos a aquisição da participação de 57,1% na Diaco S.A., a maior fabricante de vergalhões na Colômbia, e em janeiro de 2008 compramos 40,3% adicionais, aumentando nossa participação para 97,4%.

Atividades da companhia

Em 10 de janeiro de 2006, por meio de nossa controlada, a Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company, adquirimos 40% do capital social da Corporación Sidenor, a maior produtora de aços longos especiais, a maior fabricante e fundidora de peças forjadas e uma das maiores produtoras de peças forjadas utilizando o processo de trituração na Espanha.

Em março de 2006, foram adquiridos os ativos de duas unidades industriais nos Estados Unidos. A primeira foi a Callaway Building Products, em Knoxville, Tennessee, uma fornecedora de produtos de aço cortados e dobrados para o mercado de construção civil. A segunda foi a Fargo Iron and Metal Company, localizada em Fargo, North Dakota, uma unidade de armazenamento e processamento de sucata e prestador de serviços a indústrias e companhias de construção civil.

Em junho de 2006, adquirimos a Sheffield Steel Corporation, de Sand Springs, Oklahoma, nos Estados Unidos. A Sheffield é uma *mini-mill* produtora de aços longos comuns, incluindo vergalhões e barras de aço comerciais. Possui uma unidade de fundição e uma laminação em Sand Springs, Oklahoma, uma laminação em Joliet, Illinois, e três unidades *downstream* em Kansas City e Sand Springs.

No mesmo mês, vencemos a licitação para a aquisição de 50% mais uma ação do capital social da Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A. – Siderperú, localizada na cidade de Chimbote (Peru). Em novembro de 2006, vencemos a licitação de 324.327.847 ações emitidas pela Siderperú, representando 32,84% do total de seu capital social. Essa aquisição, adicionada à participação anteriormente adquirida, representa 83,27% do capital social total da Siderperú. A Siderperú opera um alto forno, uma unidade de redução direta, uma unidade de fundição como dois fornos elétricos a arco e dois conversores LD, bem como três laminadores. Aproximadamente 20% das vendas são representadas por produtos de aços planos e 80% das vendas são representadas por produtos de aços longos.

Em novembro de 2006, por meio de nossa subsidiária Gerdau Ameristeel Corporation, celebramos um acordo com a Pacific Coast Steel, Inc. (PCS) e a Bay Area Reinforcing (BAR) para a aquisição do controle da Pacific Coast Steel. Essa subsidiária é uma das maiores contratantes de aços cortados e dobrados nos Estados Unidos, especializada na fabricação e instalação de produtos de aço envolvendo uma variedade de projetos de construção na Califórnia e em Nevada.

Em dezembro de 2006, anunciamos que nossa subsidiária espanhola, a Corporación Sidenor, na qual detemos uma participação de 40% no capital social total, concluiu a aquisição de todas as ações emitidas pela GSB Acero, S.A., uma produtora de trefilados de aços especiais e está localizada em Guipúzcoa, Espanha.

Para informações acerca de nossas aquisições realizadas durante o ano de 2007 vide a seção “*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Aquisições de Participações Acionárias*” na página 126 deste Prospecto.

REORGANIZAÇÕES E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

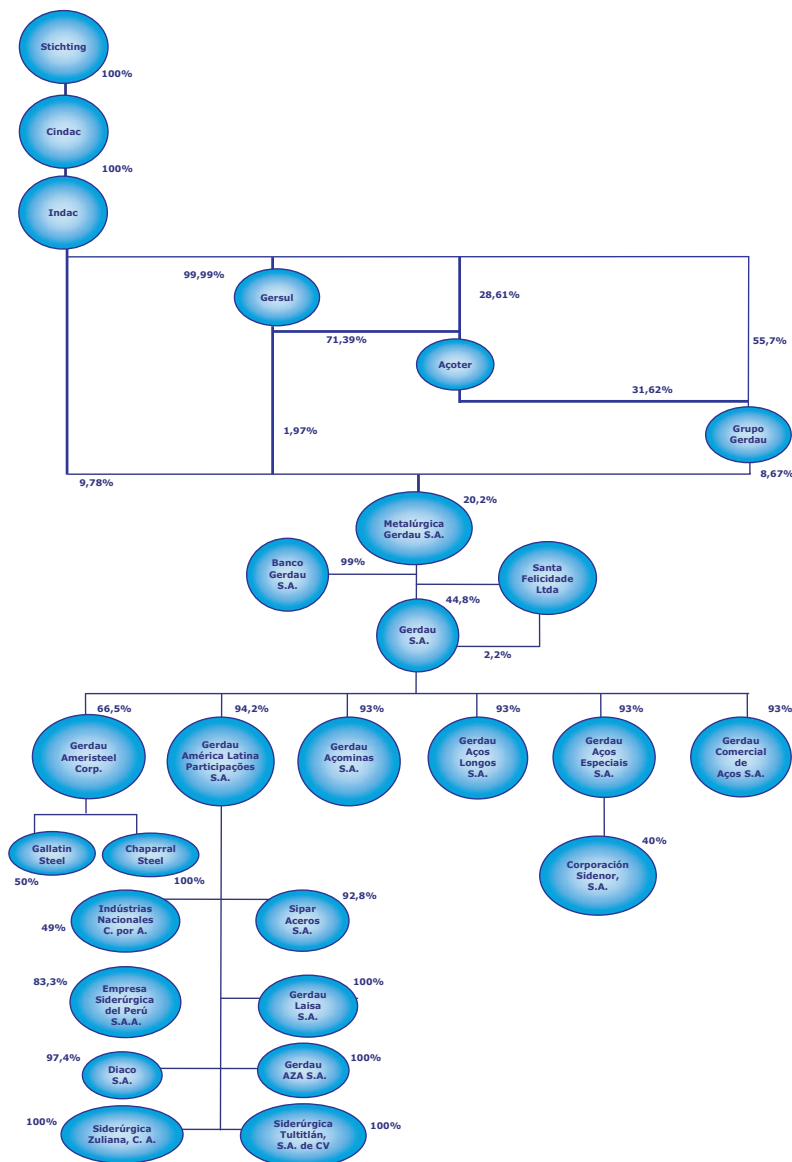
Em 2005, realizamos uma reorganização societária e operacional (“Reorganização de 2005”), iniciada em dezembro de 2004. Visando nosso crescimento futuro e a obtenção de vantagens estratégicas na América Latina, a Reorganização de 2005 nos deu maior eficiência operacional e de gestão, por meio da especialização de nossas diferentes unidades e operações de negócios, atuação focada, ganho de escala e sinergias operacionais. Tal reorganização, também teve por objetivo aproveitar determinados benefícios fiscais e outros benefícios por nós disponíveis de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, resultantes de alterações nas leis relativas ao efeito cumulativo dos impostos sobre a contribuição social (PIS e COFINS).

A reorganização envolveu uma série de etapas nas quais começamos a separar os diversos negócios de nossa principal unidade operacional brasileira, a Gerdau Açominas, até então a companhia que detinha todas as nossas operações no Brasil, com a criação de diferentes entidades operacionais. A Reorganização de 2005 foi concretizada em 29 de julho de 2005, quando os acionistas da Gerdau Açominas aprovaram a cisão da companhia e incorporação do acervo líquido cindido nas empresas Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços. Foi constituída também a Gerdau América Latina Participações para abrigar as operações nos demais países da América Latina, excetuando o Brasil.

Atividades da companhia

Por conta dessa reorganização, nossas atividades de produção e venda de aço no Brasil e na América Latina foram descentralizadas da Gerdau Açominas, sendo atualmente conduzidas por (i) três controladas – Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços – e a antiga Gerdau Açominas e (ii) uma nova holding criada na América Latina, a Gerdau América Latina Participações, a qual detém nossas operações na América Latina (exceto no Brasil). Vide “Atividades da Companhia – Principais Controladas” na página 174 deste Prospecto.

Como resultado da Reorganização de 2005 e as aquisições realizadas, nossa estrutura societária (incluindo nossas principais controladas operacionais engajadas no negócio de produção de aço) na data deste Prospecto é a seguinte:



A Reorganização de 2005 não influenciou nossa governança corporativa, a qual permanece como no passado. Vide “Administração” e “Práticas de Governança Corporativa” nas páginas 197 e 231 deste Prospecto, respectivamente.

Atividades da companhia

Adicionalmente, em novembro de 2006, anunciamos uma nova fase na estrutura de governança corporativa de nossa Companhia, marcada pela quarta sucessão ao longo de cem anos, de forma a garantir nosso desenvolvimento e continuidade no futuro. A evolução de nossa Governança Corporativa iniciou-se em julho de 2002, com a criação do Comitê Executivo, e concluiu sua fase mais importante em 1º de janeiro de 2007, com a transferência de nossa liderança executiva para a nova geração Gerdau.

Nossa estrutura executiva é composta por três níveis e manteve os órgãos normativos já existentes – o Conselho de Administração, o Comitê Executivo e as Operações de Negócios. Como resultado das alterações concluídas em novembro de 2006, em vigor desde janeiro de 2007, o Sr. Jorge Gerdau Johannpeter deixou a presidência das companhias, mas continua como Presidente do Conselho de Administração. Os Srs. Frederico Gerdau Johannpeter e Carlos João Petry também deixaram seus cargos de Vice-Presidentes Sênior, embora tenham permanecido no Conselho de Administração como Vice-Presidentes. O Sr. André Gerdau Johannpeter assumiu a posição de Presidente e CEO e o Sr. Cláudio Gerdau Johannpeter assumiu a posição de COO.

No nível do Conselho de Administração, adicionalmente ao Comitê de Remuneração e Sucessão, dois Comitês adicionais foram criados, a saber, Comitê de Governança Corporativa e Comitê de Excelência. Para maiores informações vide a seção “*Administração*” na página 197 deste Prospecto.

PONTOS FORTES

Produção de baixo custo de produtos de aços longos no Brasil

Investimos continuamente em atualizações tecnológicas e no aumento da produtividade de nossas instalações, com o intuito de competirmos com eficiência nos mercados nos quais operamos. Nossas *mini-mills* oferecem uma estrutura de custo flexível que nos permite mitigar eventuais reduções nas margens, comparativamente a usinas operadas com alto forno, cujos custos fixos são significativamente maiores que os custos das *mini-mills*. Em relação às instalações integradas, os custos de nossa usina em Ouro Branco são menores por sua localização em uma área rica em reservas de minério de ferro no Estado de Minas Gerais. As matérias-primas são entregues para esta usina a partir de distâncias inferiores a 50 km, o que nos permite incorrer em custos de transporte inferiores àqueles incorridos por nossos concorrentes. Nossos fornecedores são principalmente mineradoras de pequeno porte que vendem minério de ferro a preços médios inferiores àqueles oferecidos por seus concorrentes engajados nos negócios de exportação. Outros fatores que contribuem para custos de produção menores da usina de Ouro Branco são sua capacidade de produzir seu próprio carvão de coque a partir de diversos tipos de carvão fornecidos pelos Estados Unidos, Canadá e Austrália e suprir parte de sua necessidade de minério de ferro a partir de minas da própria Companhia, que contam com reservas minerais comprovadas de aproximadamente 1,8 bilhão de toneladas.

Localização geográfica diversificada de nossa produção e distribuição de aço

Nossas instalações estão estrategicamente localizadas nas proximidades de nossos clientes e principais fontes de matéria-prima. Por meio de nossa rede de 39 *mini-mills* localizadas no Brasil e no exterior, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá, somos capazes de atender com eficiência nossos clientes em um amplo território geográfico no mercado siderúrgico internacional. A Comercial Gerdau, nosso maior canal de distribuição, possui 68 filiais em todo o Brasil, 14 unidades de corte e dobra de aço (Prontofer) e 4 centros de serviço de aços planos, prestando serviços a aproximadamente 150.000 clientes em 2007. Outro importante canal de distribuição no Brasil é a rede de aproximadamente 21.000 canais de venda aos quais vendemos nossos produtos, oferecendo uma cobertura nacional abrangente. Nos Estados Unidos e no Canadá, nossas 18 unidades siderúrgicas estão localizadas, em sua maior parte, no centro e na costa leste do continente, regiões de maior concentração de atividade industrial e disponibilidade de matérias-primas; nossas 49 unidades de corte e dobra e 11 unidades de transformação estão dispersas pelos Estados Unidos, permitindo ampla cobertura do território e proximidade a nossos principais clientes. No Chile, temos 5 unidades de distribuição, denominadas Salomon Sack, e a Gerdau AZA também vende seus produtos pela Aceros Cox e na Argentina, possuímos uma unidade de distribuição denominada Siderco.

Atividades da companhia

Capacidade de responder a eventual desaquecimento no mercado doméstico por meio de exportações

Somos capazes de reagir a um eventual desaquecimento no mercado doméstico, podendo distribuir nossos produtos de aço a diversos mercados externos que apresentem maior demanda, melhor preço e, conseqüentemente, melhores margens. Nos últimos três anos, exportamos produtos a partir do Brasil para clientes em todos os continentes, com os quais, na maioria dos casos, mantemos relações comerciais há bastante tempo. Em 2007, nossas exportações responderam por 30,6% das vendas de nossas unidades brasileiras, comparado a 36,2% em 2006, fruto de um maior aquecimento no mercado doméstico em 2007. Durante o ano de 2007, 24,0% de nossas exportações foram enviadas à América do Sul, 26,0% à Ásia, 15,0% à América Central, 13,0% à América do Norte, 12,0% à África e 10,0% à Europa.

Diversificação de processos de produção e ampla gama de fornecedores

Temos investido em uma plataforma diversificada de processos de produção, incluindo fornos elétricos a arco, alto fornos e processo de redução direta de minério de ferro. Ao mesmo tempo, buscamos minimizar nossa dependência de fornecedores para a obtenção de matérias-primas.

No Brasil, operamos três usinas com alto forno, incluindo a usina de Ouro Branco, no estado de Minas Gerais, com uma capacidade instalada de 4,5 milhões de toneladas. Também no Brasil, operamos uma rede de sete *mini-mills* utilizando fornos elétricos a arco e uma usina integrada que utiliza o processo de redução direta de ferro. Fora do Brasil, operamos uma usina de alto forno, no Peru, e as demais usinas produzem aço utilizando fornos elétricos a arco.

A produção por meio de fornos elétricos a arco tem suas principais matérias-primas na sucata metálica e no ferro-gusa, enquanto a tecnologia de alto forno utiliza minério de ferro, sinter (uma mistura de minério de ferro e calcário), ferro-liga e carvão de coque ou carvão vegetal. O processo de redução direta de minério de ferro utiliza minério de ferro e gás natural para produzir ferro esponja, utilizada para produzir aço em fornos elétricos a arco.

Operamos com mais de 7.000 fornecedores de sucata metálica no mundo e temos contratos com diversos fornecedores de ferro-gusa, minério de ferro e, em menor grau, carvão de coque. Acreditamos que tal procedimento, além de nossas minas de minério de ferro, cujas reservas medidas, indicadas e inferidas somam aproximadamente 1,8 bilhão de toneladas, reduzem a dependência de fornecedores específicos e diminuem possíveis impactos negativos sobre nossos negócios em períodos de crise no fornecimento de matéria-prima. Acreditamos, ainda, que a diversificação de processos produtivos reduz os riscos de paradas nos períodos de escassez de insumos ou redução da demanda.

Integração vertical no mercado siderúrgico

Operamos nos três segmentos do mercado siderúrgico, quais sejam:

- produção e obtenção de matéria-prima para utilização em nosso processo produtivo de aço;
- produção de produtos de aço acabados e semi-acabados; e
- distribuição de produtos de aço próprios e de outras companhias.

Acreditamos ser uma das maiores compradoras de sucata no Brasil e na América do Norte. Adicionalmente, somos proprietários de quatro áreas de reservas de minério de ferro, duas instalações para a produção de ferro-gusa e dois terminais portuários no Brasil.

Atividades da companhia

Nossa capacidade instalada total de produtos de aço acabados e semi-acabados em 31 de dezembro de 2007 era de 24,8 milhões de toneladas, distribuída em nossas 43 unidades siderúrgicas na América Latina (incluindo o Brasil) e América do Norte, bem como em uma subsidiária consolidada na Espanha, a Corporación Sidenor, para a produção de aço especial, e duas companhias associadas, sendo uma na República Dominicana, uma *mini-mill* recentemente adquirida, e outra no México.

Por meio de nossa controlada, a Comercial Gerdau, possuímos o que acreditamos ser a maior rede de distribuição de produtos de aço no Brasil, com 68 filiais em todo o país. Adicionalmente à distribuição de nossos próprios produtos de aço, distribuimos produtos de aços planos produzidos por outras siderúrgicas de forma a atender a demanda de nossos clientes com uma linha completa de produtos de aço oferecida em todo o Brasil. Por meio de seus quatro centros de serviços, a Comercial Gerdau oferece, ainda, serviços de oxy corte e corte a laser. Fora do Brasil, atuamos por meio de distribuição direta de nossas unidades siderúrgicas, por meio de unidades de beneficiamento do aço e unidades de distribuição, utilizando o modelo que mais se adapta a cada região.

Alta qualidade de gestão

Contamos com uma equipe de gestão sênior, voltada ao crescimento e com experiência significativa no mercado siderúrgico. A extensiva experiência de nossa administração tem sido essencial a nosso crescimento e fornece uma base sólida para expandir nossas operações. Nossa administração tem larga experiência em nosso setor, além de um histórico de gestão e aquisições bem-sucedidas, transformando as empresas adquiridas em operações rentáveis em um curto período de tempo.

Acreditamos que nossos colaboradores representam nosso recurso mais valioso e são os grandes responsáveis pela manutenção de nossas vantagens competitivas. Implementamos um sistema de negócios que identifica *benchmarks* da indústria global para as principais medidas operacionais e de segurança. Esse sistema inclui programas de treinamento e segurança e incentivos com base no desempenho desenvolvidos para aumentar o desempenho e a motivação de nossos empregados.

Estratégia de Negócios

Nossa objetivo é produzir produtos e derivados do aço de alta qualidade de forma competitiva, atendendo às necessidades de nossos clientes e os objetivos de nossos acionistas, mantendo uma posição de destaque nos mercados siderúrgicos nacional e internacional. Pretendemos atingir tal objetivo adotando as seguintes estratégias:

Aumentar nossa presença nos mercados globais por meio de aquisições e crescimento orgânico

Pretendemos acompanhar o processo de consolidação global do setor siderúrgico, por meio de aquisições e crescimento orgânico. Nossa estratégia de expansão internacional se dá basicamente por meio da aquisição de usinas, cuja rentabilidade acreditamos poder aumentar em um primeiro momento por meio de nossa experiência em gestão sem necessidade de investimentos de capital significativos. Nas Américas, o foco de nossas aquisições tem sido primordialmente voltado para aços longos, enquanto que, na Europa e Ásia, para aços especiais. Nos últimos 36 meses encerrados em 31 de dezembro de 2007, realizamos 17 aquisições, dentre as quais podemos ressaltar as aquisições da Chaparral Steel, nos Estados Unidos (capacidade instalada de 2,5 milhões de toneladas), da Corporación Sidenor e GSB Acero, na Espanha (capacidade instalada de 1,15 milhão de toneladas), da Siderperu, no Peru (capacidade instalada de 540 mil toneladas) e do Grupo Feld, no México (capacidade instalada de 350 mil toneladas). Para maiores informações sobre as aquisições realizadas em 2007, vide “*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais — Aquisições de Participações Acionárias*” na página 126 deste Prospecto.

Atividades da companhia

Pretendemos, ainda, continuar a expandir organicamente nossas operações, por meio de expansão e adição de capacidade, bem como projetos de otimização da produção. Como exemplo, recentemente concluímos o processo de construção do segundo alto forno adjacente às instalações siderúrgicas integradas existentes na usina de Ouro Branco, e a instalação de um segundo lingotamento contínuo na mesma unidade, resultando em um aumento de capacidade no Brasil de, aproximadamente, 15%, para 11,4 milhões de toneladas de aço bruto por ano. Nos Estados Unidos, instalamos uma nova aciaria em Jacksonville, Flórida, que elevou nossa capacidade de produção de aço bruto na América do Norte para 10,0 milhões de toneladas anuais.

Ao mesmo tempo em que pretendemos continuar expandindo nossas operações por meio de aquisições e crescimento orgânico, buscaremos manter a classificação de risco que obtivemos junto às principais agências internacionais e, neste sentido, a presente Oferta se destina, principalmente, a reduzir nossa alavancagem financeira.

Continuar maximizando a proximidade a nossos clientes por meio da produção descentralizada

A maioria de nossas usinas é dimensionada e localizada para atender as principais necessidades dos mercados locais, fornecendo acesso eficaz a clientes e matérias-primas. Essa estratégia foi desenvolvida em resposta às dimensões continentais do Brasil, dos Estados Unidos e do Canadá, devido aos altos custos de transporte e frete desses produtos nesses países de grande extensão territorial. Somos capazes de atender a nossos clientes e obter matérias-primas localmente, o que reduz os custos de transporte e nos permite entregar produtos de qualidade a nossos clientes a preços competitivos. A diversificação da localização geográfica de nossas usinas nos permitiu um melhor atendimento a nossos clientes devido à facilidade na entrega de nossos produtos. Nossa presença geográfica nos permite manter um relacionamento próximo com nossos clientes, o que facilita a produção de acordo com suas necessidades.

Manter diversas fontes de matérias-primas de maneira a minimizar a dependência a fornecedores e matérias-primas específicas

Buscamos reduzir nossa dependência a poucos fornecedores e reduzir os possíveis impactos negativos ocasionados pela escassez temporária de matérias-primas específicas. Para tanto, mantemos relações comerciais com mais de 7.000 fornecedores de sucata metálica no mundo e com diversos fornecedores de ferro-gusa, minério de ferro e, em menor grau, carvão coqueificável.

Adicionalmente, possuímos reservas minerais de aproximadamente 1,8 bilhão de toneladas. Aproximadamente, 30% do minério consumido pela Gerdau Açominas têm origem em nossas reservas minerais e o restante é comprado de mineradores da região. Até o final de 2009, pretendemos chegar a 45% da nossa necessidade. Em 2010, acreditamos que as minas poderão responder por 80% do minério utilizado pelas nossas unidades no Brasil. Acreditamos que a diversificação dos processos de produção diminui nossa exposição à falta de insumos.

Ampliar o mix de nossos produtos e aumentar nossa participação de mercado dos produtos de maior valor agregado

Os três principais setores em que atuamos são construção civil, indústria e agropecuário. Para atendê-los, oferecemos uma ampla gama de produtos, tais como aço bruto (placas, blocos e tarugos) para usinas laminadoras; produtos acabados para construção, como vergalhões e barras estruturais; barras laminadas comerciais e fio-máquina, para uso industrial; e produtos agropecuários, como postes, pregos, arames lisos e farpados. Produzimos, também, produtos de aço especiais, normalmente com certo grau de customização, utilizando tecnologia avançada para a fabricação de ferramentas e máquinas, correntes, fechos e molas, principalmente para as indústrias automotiva e mecânica.

Atividades da companhia

Pretendemos aumentar nossa participação de mercado nos produtos de maior valor agregado, de forma a atender, diretamente, as necessidades específicas de nossos clientes e, conseqüentemente, capturar o maior valor pago por esses produtos em nossas margens.

Adicionalmente, pretendemos agregar valor a nossos produtos, mediante instalações de unidades de corte e dobra de aço, unidades de transformação (revestimento *epoxy* e produção de produtos com seções especiais, como arames e pregos, produtos trefilados, guias de elevadores e perfis super leves), bem como por meio de nossa rede de distribuição.

Por fim, pretendemos ampliar o portfólio de produtos fabricados pelo Grupo Gerdau no Brasil, de modo a operar em todos os segmentos siderúrgicos, inclusive aços planos.

Manter o foco em tecnologia e operações eficientes

Nos últimos três anos, investimos US\$3,3 bilhões em máquinas e equipamentos, particularmente para o aperfeiçoamento de nossas usinas, processos de produção e atualizações tecnológicas em companhias adquiridas. Acreditamos que a dedicação a esses processos de produção e a atualização tecnológica nos permitirão manter nossa eficiência e entregar nossos produtos de acordo com as necessidades de nossos clientes. Adicionalmente, buscamos continuamente formas de aperfeiçoar a eficiência de nosso processo de produção, por meio, dentre outros:

- da utilização de sistemas de controle de gestão de qualidade comprovados, incluindo um sistema de gestão proprietário que apóia nossas operações e integra as usinas adquiridas, bem como da maioria das técnicas e processos reconhecidos internacionalmente e dos processos ISO 14.000;
- da redução de custos de produção por meio da implementação dos processos de controle eficientes e utilização de matérias-primas e combustíveis mais baratos, bem como a adoção de novas tecnologias de processos;
- da redução do consumo de energia, com ênfase na utilização de processos mais eficientes, como a reutilização da energia gerada em nossa usina de Ouro Branco e a adoção de novas tecnologias de processos; e
- da redução dos níveis de estoque, o que diminui a necessidade de capital de giro.

PRODUTOS

Oferecemos a nossos clientes diversos produtos dentro de cinco linhas principais:

Produtos Laminados de Aços Longos Comuns

Os produtos laminados de aços longos comuns representam a maior parcela de nossa produção. Nossos principais produtos laminados incluem vergalhões, barras laminadas comerciais e perfis, utilizados principalmente nos setores de construção civil e industrial. Em 2007, 2006 e 2005, os produtos laminados de aços longos comuns responderam por 72,8%, 70,8% e 72,0%, respectivamente, de nossas vendas consolidadas.

Aço Bruto (Placas, blocos e tarugos)

Os produtos de aço bruto (placas, blocos e tarugos) possuem valor adicionado relativamente mais baixo que os demais produtos de aço. Os tarugos têm formato quadrado e servem para a produção de produtos como fio-máquina, vergalhões e barras laminadas comerciais. Os tarugos são os principais produtos de nossa usina de Ouro Branco. Os blocos são utilizados para a fabricação de produtos, como peças forjadas, barras estruturais pesadas e tubos sem emendas. As placas são utilizadas nas laminações para produzir aços laminados planos, como bobinas laminadas a quente e a frio. Em 2007, 2006 e 2005, os produtos de aço bruto (placas, blocos e tarugos) responderam por 9,1%, 11,7% e 17,6%, respectivamente, de nossas vendas consolidadas.

Atividades da companhia

Os produtos de aço bruto (placas, blocos e tarugos) podem ser produzidos pelo processo de lingotamento contínuo ou pelo processo de lingotamento convencional, onde o aço líquido é despejado em moldes para posterior laminação, onde podem ser obtidas as placas, os blocos e os tarugos. Embora esse processo convencional não seja amplamente utilizado no Brasil, ele é ainda empregado por nossa usina de Ouro Branco. No entanto, a utilização de um sistema convencional pode representar uma vantagem competitiva, uma vez que acreditamos ser uma das poucas companhias a fabricar placas, blocos e tarugos através deste processo no Brasil, o que nos garante alguma fidelidade dos clientes a esses produtos no Brasil e também no exterior.

Produtos Trefilados

Os produtos trefilados incluem arames farpados ou não, arames galvanizados, cercas, malhas de concreto reforçado, pregos, grampos e parafusos, entre outros. Os produtos trefilados responderam por 4,5% de nossas vendas consolidadas em 2007 e por 4,7% e 5,2% em 2006 e 2005, respectivamente. Esses produtos não são exportados, sendo normalmente vendidos para os setores de fabricação, de construção civil e agropecuário.

Produtos de Aços Especiais

Os produtos de aços especiais exigem processos de fabricação avançados e normalmente exigem certo grau de customização. Produzimos aços especiais e aços inoxidáveis para serem utilizados em ferramentas e máquinas, correntes, fechos de molas e bobinas de aços especiais. No Brasil, produzimos aços especiais na Gerdau Aços Especiais Piratini e na Aços Villares e na Espanha na Sidenor Industrial.

Nos Estados Unidos, a Gerdau Ameristeel produz produtos com seções especiais, como barras para fundição, trilhos, vigas em I, guias de elevadores e outros produtos conforme solicitado por nossos clientes industriais.

Os produtos de aços especiais responderam por 11,9%, 11,1% e 3,1% de nossas vendas consolidadas em 2007, 2006 e 2005, respectivamente.

Produtos de Aços Planos

Nossa usina de Ouro Branco produz placas, ainda que em volume menor, utilizadas por laminadoras que produzem bobinas de aço a quente e a frio, entre outros produtos. Em 2007, as placas de aços planos responderam por 1,7% de nossas vendas consolidadas no Brasil e por 1,7% e 2,0% em 2006 e 2005, respectivamente. Adicionalmente, nossa controlada, a Comercial Gerdau, revende produtos de aços planos fabricados por outros produtores brasileiros, também adicionando valor por meio do processamento adicional em seus seis centros de serviço de aços planos.

Por meio da joint venture Gallatin, companhia localizada em Kentucky, EUA, a Gerdau Ameristeel fornece também aços planos a seus clientes naquele mercado. A Gallatin é uma joint venture com a Arcelor Mittal, Canadá, uma produtora líder de aços planos, com uma capacidade instalada nominal de 1,4 milhão de toneladas de aço por ano. Ambos os sócios detêm uma participação de 50% cada na joint venture.

OPERAÇÕES

Visão Geral

Vendemos nossos produtos para uma lista diversificada de clientes para os setores de construção, indústria e agropecuário. As vendas de nossas operações brasileiras incluem vendas domésticas e exportação. A maioria das vendas realizadas por nossas operações comerciais nas Américas do Norte e Latina (exceto Brasil) é voltada a nossos respectivos mercados locais.

Atividades da companhia

A tabela a seguir apresenta nossas vendas consolidadas por região e por produtos para os períodos indicados:

Vendas consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. por região e produtos (%)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2007	2006
Total (1.000 toneladas)	17.159	14.890
Operações brasileiras.....	41,0	44,5
Doméstica	28,5	28,4
Exportação	12,5	16,1
Operações na América do Norte (exceto México)	40,5	40,5
Operações na América Latina (exceto Brasil)	13,1	10,4
Europa.....	5,4	4,6
Aço bruto (placas, blocos e tarugos).....	9,1	11,7
Vendas no Brasil.....	1,0	1,5
Exportações do Brasil.....	7,5	9,6
Operações internacionais.....	0,5	0,6
Produtos laminados comuns.....	72,8	70,8
Vendas no Brasil.....	16,4	15,5
Exportações do Brasil.....	3,7	5,3
Operações internacionais.....	52,7	50,0
Aço especial.....	11,9	11,1
Vendas no Brasil.....	5,4	5,4
Exportações do Brasil.....	1,1	1,1
Operações internacionais.....	5,5	4,6
Trefilados	4,5	4,7
Vendas no Brasil.....	4,3	4,6
Exportações do Brasil.....	0,1	0,2
Aço plano	1,7	1,7
Vendas no Brasil.....	1,4	1,4
Operações Internacionais	0,3	0,3

A tabela a seguir apresenta nossas vendas líquidas consolidadas por região para os períodos indicados:

Vendas líquidas consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. por região (%)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2007	2006
Total (milhões de reais)	30.613,5	25.883,9
Operações brasileiras.....	42,3%	43,3%
Operações na América do Norte (exceto México)	36,7%	39,3%
Operações na América Latina (exceto Brasil)	10,9%	9,0%
Operações na Europa	10,1%	8,4%

OPERAÇÕES NO BRASIL

Visão Geral

Em 2007, nossas operações no Brasil responderam por 41,0% de nossas vendas totais. As vendas brasileiras totalizaram 7,0 milhões de toneladas, das quais 4,9 milhões de toneladas foram entregues ao mercado doméstico e 2,1 milhões de toneladas foram entregues ao mercado internacional.

Nossas operações no Brasil estão divididas nos seguintes segmentos: Aços Longos Brasil, Aços Especiais (segmento que, a partir de 2006, passou a incluir as operações de aços especiais fora do Brasil) e Gerdau Açominas (usina de Ouro Branco).

Atividades da companhia

Em 2007, aproximadamente 12,2% de nossas vendas no Brasil foram distribuídas pela Comercial Gerdau, nosso maior canal de distribuição, com 68 unidades em todo o Brasil, 14 instalações de aço cortado e dobrado (Prontofer). e 4 centros de serviço de aços planos, prestando serviços a aproximadamente 100.000 clientes em 2007. Em 2007, as vendas no mercado doméstico de produtos de aços planos foram de, 239,1 mil toneladas. Outro importante canal de distribuição é a rede de aproximadamente 21.000 canais de venda, como distribuidores e casas de material de construção, oferecendo uma cobertura nacional abrangente. As vendas por meio da rede de distribuição e aos consumidores finais do setor industrial e de construção são realizadas por meio de nossos empregados e representantes autorizados.

Nossas operações no Brasil minimizam os atrasos de entrega dos produtos aos clientes devido ao sistema de controle e supervisão de empresas terceirizadas que atuam no processo. As previsões das vendas, nos mercados doméstico e internacional, são determinadas mensalmente com base nos dados históricos dos três meses anteriores. Nossas operações no Brasil baseiam-se em um sistema de informações próprio para se manterem atualizadas em relação aos acontecimentos do mercado, de forma a responder rapidamente às variações na demanda. Consideramos nossa flexibilidade entre os mercados e nossa capacidade de monitorar e otimizar os níveis de estoque com base nas variações da demanda como os principais fatores para nosso sucesso.

A Gerdau Açominas possui características operacionais específicas. Os produtos são geralmente vendidos a usinas laminadoras e companhias que utilizam placas, blocos e tarugos como matérias-primas em suas linhas de acabamento, como construção de navios, forjamento e mecânica. A Gerdau Açominas também produz seus próprios produtos acabados, como fio-máquina de alta qualidade e perfis estruturais, os quais atendem tanto o mercado doméstico quanto o mercado externo.

Os produtos de aços especiais são vendidos pela Gerdau Aços Especiais Piratini e pela Aços Villares. Essas controladas operam no mercado de aços especiais e suas vendas e instalações de produção são independentes das unidades de aços longos comuns. Essas unidades, em parceria com seus clientes, produzem aços para ferramentas, peças para máquinas e equipamentos, cilindros, etc., e com vistas a atender continuamente as necessidades dos clientes, investem constantemente no desenvolvimento de novos produtos, como aço fundido para motores a diesel com alta potência e baixa emissão de gases poluentes, aço puro para aplicação em superfícies, aço com características de máquinas aperfeiçoadas, aumentando a velocidade das máquinas e diminuindo a substituição das ferramentas, entre outros benefícios.

A Gerdau Aços Especiais Piratini tem uma participação indireta de 40% na Corporación Sidenor, uma empresa de aços especiais espanhola que, por sua vez, detém o controle da Aços Villares, uma produtora de aço especial brasileira.

Exportações

Desde 2003, temos exportado grande parte de nossa produção devido à consolidação de nossas operações brasileiras e à integração total da Gerdau Açominas, ao declínio das vendas no mercado doméstico e ao aumento dos preços internacionais. Em 2007 e 2006, as exportações responderam por 30,6% e 36,2%, respectivamente, das vendas totais de nossas operações no Brasil. As atividades de exportação são coordenadas pelo canal de vendas responsável pela venda dos produtos diretamente a consumidores estrangeiros finais e indiretamente por meio de empresas de exportação (*tradings*). As vendas são negociadas mundialmente (i) principalmente de acordo com o CIF e (ii) garantidas por cartas de crédito emitidas por clientes por meio de bancos europeus e americanos reconhecidos mundialmente.

Atividades da companhia

Nossas exportações brasileiras geraram US\$1,4 bilhão em receitas em 2007. As exportações das operações brasileiras totalizaram 2,1 milhões de toneladas, uma redução de 10,3% em relação a 2006 devido ao aumento das vendas (15,5%) no mercado doméstico. A nossa estratégia de exportação nos permitiu desenvolver nossa base de clientes por meio de uma distribuição mais homogênea por todo o mundo, exportando para África, Europa, Américas Latina, Central e do Norte e Ásia. As exportações para a América Latina foram responsáveis por 24% das exportações totais em 2007 em comparação aos 29% em 2006. As exportações para a Ásia aumentaram de 23% em 2006 para 26% em 2007.

As exportações de nossas operações brasileiras passaram a representar uma parcela ainda mais significativa de nossas vendas. Dessa forma, temos envidado esforços para aperfeiçoar nossas estratégias de logística para superar as limitações brasileiras de infra-estrutura. Em 2007, as exportações brasileiras foram enviadas a 39 países por meio de 212 navios com a utilização dos serviços de 15 portos diferentes.

Embora nossas operações brasileiras exportem principalmente *commodities*, temos ciência da importância do controle de qualidade. Nossos técnicos realizam visitas aleatórias aos clientes para verificar a qualidade dos produtos exportados de forma a garantir a satisfação do usuário em relação aos produtos comprados indiretamente de nós.

A tabela abaixo apresenta as exportações consolidadas de nossas operações brasileiras por destino para os períodos indicados:

Destino das exportações consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. (%)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
(Em milhares de toneladas, exceto porcentagens)			
Total incluindo os envios às controladas (1.000 toneladas).....	2.643	2.951	2.899
África	12	9	8
América Central	15	14	12
América do Norte.....	13	16	5
América Latina (sem o Brasil).....	24	29	19
Ásia	26	23	44
Europa.....	10	9	12

OPERAÇÕES NA AMÉRICA DO NORTE (EXCETO MÉXICO)

Operamos na América do Norte por meio de nossa controlada, a Gerdau Ameristeel. Acreditamos que a Gerdau Ameristeel é a segunda maior produtora de aço longos na América do Norte, com uma capacidade de fabricação anual de mais de 10,4 milhões de toneladas de produtos de aço acabados. Por meio de uma rede integrada verticalmente, composta de 18 unidades siderúrgicas e uma *joint venture* com participação de 50% para a operação de uma *mini-mill*, 19 unidades de reciclagem de sucata e 11 unidades de transformação (incluindo três *joint ventures* com participação de 50%), a Gerdau Ameristeel presta serviços a seus clientes principalmente na região leste dos Estados Unidos e do Canadá. Os produtos da Gerdau Ameristeel são geralmente vendidos para centros de serviço de aço, diretamente a fabricantes de equipamentos para serem utilizados em diversos mercados, incluindo os de construção, automotivo, de mineração, de telefonia e transmissão elétrica, de fabricação de metais e de equipamentos. Mais de 90% da matéria-prima das operações da *mini-mill* é composta de sucata metálica reciclada, tornando a Gerdau Ameristeel a segunda maior companhia de reciclagem de sucata de aço da América do Norte.

Atividades da companhia

A Gerdau Ameristeel é composta de dois segmentos de negócios: usinas e unidades de transformação. O segmento das usinas é formado de 15 unidades siderúrgicas nos Estados Unidos e 3 no Canadá. Esse segmento fabrica e comercializa diversos produtos de aço, incluindo vergalhões, barras laminadas comerciais, barras estruturais, vigas, peças especiais e fio-máquina. O segmento de usinas também produz perfis e produtos de qualidade especial utilizados pelo segmento de unidades de transformação. O segmento de unidades de transformação representa uma linha de negócios de aço de valor adicionado e compreende os serviços de corte e dobra, produtos trefilados, processamento de vigas, guias de elevadores, telas de arame e pregos.

A estratégia da Gerdau Ameristeel é ter unidades de produção próximas aos seus clientes de forma que as entregas possam ser feitas rapidamente para atender suas necessidades e de acordo com cronogramas de utilização.

De um modo geral, as vendas de produtos acabados para clientes nos Estados Unidos são gerenciadas de forma centralizada pelo escritório de vendas em Tampa e as vendas para clientes do Canadá são gerenciadas pelo escritório de vendas em Whitby. Temos um escritório de vendas em Selkirk, Manitoba, para gerenciar as vendas de seções especiais. Os representantes de serviços metalúrgicos nas usinas oferecem suporte técnico ao grupo de vendedores. As vendas de produtos trefilados e dos perfis super leves são gerenciadas por representantes de vendas localizados em suas respectivas instalações.

Nossas operações canadenses vendem uma parcela significativa de nossa produção nos Estados Unidos.

OPERAÇÕES NA AMÉRICA LATINA (EXCETO NO BRASIL)

Visão Geral

As unidades da América Latina (excluindo o Brasil) venderam 2,2 milhões de toneladas de produtos acabados em 2007, representando um aumento de 45,4% e 209,3% em relação a 2006 e 2005, respectivamente. Tal aumento resultou principalmente da consolidação de nossas participações em companhias adquiridas nesses períodos no México, na Venezuela e no Perú.

Chile

Acreditamos que a Gerdau AZA detém uma participação de aproximadamente 31% no mercado de produtos de aço longo no Chile. Desde o final de 2000, a Gerdau AZA conta com uma unidade de negócios conhecida como *AZAonLine*, a qual atende clientes no Chile pela Internet. Essa foi a primeira iniciativa de *e-commerce* no setor siderúrgico no Chile. Os clientes podem rastrear seus pedidos pela Internet, juntamente com os estoques dos produtos e a posição de crédito e pagamento. Os clientes podem também acessar seus registros de compra, bem como gerar certificados de qualidade e pedidos. A Gerdau AZA vende seus produtos para mais de 150 clientes, incluindo distribuidores e usuários finais.

Uruguai

Acreditamos que a Gerdau Laísa detém uma participação de aproximadamente 83% no mercado de produtos de aço longo no Uruguai. Existem mais de 310 clientes registrados classificados como varejistas, atacadistas e consumidores finais, os quais distribuem seus produtos em todo o país. Os clientes uruguaios podem também utilizar um canal de *e-business*.

Argentina

Os resultados das operações da Sipar Aceros foram consolidados em nossos resultados a partir do quarto trimestre de 2005 como resultado da aquisição de uma participação adicional. Acreditamos que a Sipar Aceros detém uma participação de aproximadamente 19% do mercado argentino e tem aproximadamente 1.000 clientes. A companhia vende seus produtos diretamente aos usuários finais (construtoras e indústrias) ou por meio de distribuidores ao mercado doméstico.

Atividades da companhia

Colômbia

Adquirimos, em setembro de 2005 e em dezembro de 2005, respectivamente, a Diaco e a Sidelpa, as quais, acreditamos, detêm uma participação agregada de aproximadamente 39,0% no mercado siderúrgico colombiano. Essas companhias vendem seus produtos por meio de mais de 200 distribuidores e têm mais de 2.700 clientes (usuários finais) nos segmentos de construção civil, industrial e outros.

Peru

A Siderperú foi adquirida em junho de 2006 e tem uma participação de mercado que acreditamos chegar a, aproximadamente, 45% no segmento de produtos de aço longo. A companhia vende seus produtos a mais de 200 clientes dos setores de construção, industrial e de mineração e tem mais de 200 distribuidores.

México

Em Março de 2007, adquirimos o Grupo Feld S.A. de C.V., localizado na Cidade do México, que é uma *holding* que detém 100% das seguintes companhias: Siderúrgica Tultitlán, S.A. de C.V.; Ferrotultitlán, S.A. de C.V.; e Arrendadora Valle de Mexico, S.A. de C.V. e detém uma participação de mercado que acreditamos ser de aproximadamente 8% no segmento de aços longos.

República Dominicana

Em maio de 2007, assinamos uma parceria estratégica com INCA, uma companhia localizada em Santo Domingo, República Dominicana. A INCA é uma usina de aço longo, que detém uma participação de mercado que acreditamos ser de aproximadamente 50% no mercado de aço. A INCA também produz canos e conexões de PVC. A companhia vende seus produtos para mais de 1.350 clientes e 25 distribuidores.

Venezuela

Em junho de 2007, adquirimos Siderúrgica Zuliana, uma companhia localizada em *Ciudad Odeja*, Venezuela. A companhia detém uma participação de mercado que acreditamos ser de aproximadamente 12% no mercado de aço e vende seus produtos para 25 clientes e distribuidores.

OUTRAS OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

Corporación Sidenor

Garantimos nossa presença no mercado europeu por meio da Corporación Sidenor, a qual vende aço especial para todo o continente. A Corporación Sidenor detém uma participação de mercado de 9,8% na União Européia. A Sidenor tem mais de 450 clientes localizados principalmente na Espanha, França, Alemanha e Itália.

CONDIÇÕES DE VENDA E POLÍTICA DE CRÉDITO

Nossas vendas brasileiras são realizadas de acordo com o CIF (Garantia de Custo e Frete) e liquidadas na base de 21/28 dias. A Comercial Gerdau, nossa principal representante varejista no Brasil, liquida suas vendas na base de 26 dias, principalmente de acordo com o CIF.

Os clientes brasileiros estão sujeitos a um processo de aprovação de crédito. A concessão dos limites de crédito é controlada por um sistema no nível corporativo (SAP R/3), o qual pode ser acessado por todos os canais de venda. O departamento de crédito e cobrança é responsável pela análise, determinação e monitoramento do crédito de acordo com a política de limites. Essa política conta com a participação ativa dos diretores dos canais de vendas aos clientes.

Atividades da companhia

Na Comercial Gerdau, em particular, o critério utilizado para as vendas a varejo também inclui algumas outras práticas, como a utilização de cartões de crédito com cobertura no Brasil.

As exportações da Gerdau Açominas são garantidas por carta de crédito e/ou pagamento antecipado antes de o produto ser enviado. Excepcionalmente, as exportações às nossas controladas podem ser vendidas a prazo a taxas de juros do mercado.

Devido à implementação dessas políticas, nossa provisão para devedores duvidosos representou uma porcentagem insignificante das contas a receber consolidadas (menos de 1,6%) em 2007. Graças à implementação do Projeto de Gestão de Riscos Integrado, aperfeiçoamos nossos controles de aprovação de crédito e aumentamos a confiabilidade de nosso processo de vendas por meio da utilização de indicadores de risco e controles internos.

As condições de crédito da Gerdau Ameristeel são geralmente baseadas nas condições e práticas de mercado usuais. O negócio da Gerdau Ameristeel é sazonal e os pedidos no segundo e terceiro trimestres tendem a ser maiores do que no primeiro e quarto trimestres, devido, principalmente, à desaceleração no setor de construção, provocada pelo intenso frio nesta região durante o inverno.

A Corporación Sidenor tem um Comitê de Risco responsável pela análise de crédito dos clientes.

PROCESSO DE PRODUÇÃO

Visão Geral

No Brasil, contamos com um processo de produção descentralizado, utilizando *mini-mills* e instalações integradas. No exterior, utilizamos, geralmente, o modelo de *mini-mill* para a produção de produtos de aço.

Mini-Mills

Operamos 39 *mini-mills* no Brasil e no exterior. As *mini-mills* são equipadas com fornos elétricos a arco capazes de fundir a sucata metálica e produzir produtos de aço de acordo com as especificações exigidas. Depois de carregar o forno com a mistura pré-definida de matérias-primas (ou seja, sucata metálica, gusa e ferro esponja), aplica-se a energia elétrica de acordo com o perfil de fundição controlado por computador. O processo de produção de nossas *mini-mills* geralmente inclui as seguintes etapas: obtenção de matéria-prima, dissolução, fundição, laminação e estiramento. A diferença básica entre esse processo e o processo de produção de usinas integradas descrito abaixo é a primeira fase de processamento, ou seja, o processo de fabricação do aço. As *mini-mills* são fábricas menores que as instalações integradas e acreditamos que apresentam determinadas vantagens sobre estas instalações, incluindo:

- custos de capital inferiores;
- riscos operacionais inferiores devido à não-concentração de capital e à capacidade instalada em uma única fábrica de produção;
- proximidade entre as instalações de produção e as fontes de matérias-primas;
- proximidade dos mercados locais e ajuste mais fácil dos níveis de produção; e
- estrutura de gestão mais eficiente devido à relativa simplicidade do processo de produção.

Atividades da companhia

Instalações Integradas

Operamos 4 usinas integradas no Brasil. A usina de Ouro Branco é a maior operação integrada que operamos. Embora produza aço a partir do alto forno, essa usina possui algumas das vantagens apresentadas pelas *mini-mills*, uma vez que se localiza próxima a seus principais fornecedores e portos a partir dos quais exportamos a maior parte de sua produção.

Nosso processo de produção de aço em instalações integradas compreende quatro etapas básicas: preparação da matéria-prima, produção do ferro-gusa, e produção do aço bruto (placas, blocos e tarugos). No alto forno, o carbonato de cálcio (uma mistura de minério de ferro e calcário), o carvão de coque e outras matérias-primas são consumidos no alto forno para a produção do ferro-gusa. O coque age como combustível e como agente redutor em tal processo. Nossos altos fornos têm uma capacidade global instalada de 5,3 milhões de toneladas de ferro-gusa líquido ao ano.

O ferro-gusa produzido pelo alto forno é transportado por trilhos à unidade de dessulfuração para reduzir o teor de enxofre do aço. Posteriormente a esse processo, o ferro-gusa com baixo teor de enxofre é transformado em aço por meio de conversores de oxigênio do tipo LD. O processo de fabricação de aço do tipo LD utiliza ferro-gusa fundido para produzir o aço liberando oxigênio sobre a carga metálica dentro dos conversores. Esse processo não exige qualquer fonte externa de energia, uma vez que o processo é totalmente mantido pelas reações químicas entre o oxigênio e as impurezas do ferro-gusa fundido. O processo de fabricação de aço do tipo LD é atualmente o mais utilizado no mundo.

Posteriormente, algumas usinas refinam as substâncias dos conversores tipo LD em fornos-panela. O aço líquido é transformado em placas, blocos e tarugos por meio de lingotamento contínuo ou convencional. Esses produtos, após aquecidos podem ser laminados em fio-máquina, perfis, barras e vergalhões.

MATÉRIAS-PRIMAS

Visão Geral

Baseamos nossos processos de produção principalmente no conceito de *mini-mills*, sendo estas equipadas com fornos elétricos a arco capazes de fundir a sucata metálica e produzir os produtos de aço de acordo com as especificações exigidas. A principal matéria-prima utilizada nessas usinas é a sucata metálica. No Brasil é feito de ferro-gusa e sucata metálica. A proporção dos componentes dessa mistura pode variar de acordo com o preço e a disponibilidade no momento da produção, bem como para otimizar os custos da matéria-prima, cuja proporção entre sucata metálica e ferro-gusa varia de 60%-40% a 90%-10%.

A principal matéria-prima metálica utilizada por nossas usinas nos Estados Unidos também é a sucata metálica. Caso o preço da sucata metálica atinja níveis inaceitáveis, como em 2004, as usinas buscarão outras fontes alternativas de matérias-primas.

Nossas usinas brasileiras utilizam sucata metálica e ferro-gusa comprados de fornecedores locais, o que minimiza os custos de transporte. O ferro-gusa utilizado no processo de fabricação de aço é também produzido na Gerdau Contagem, no estado de Minas Gerais. Em 2007, 20% do ferro-gusa sólido empregado nas nossas *mini-mills* no Brasil foi produzido internamente.

Devido à natureza das matérias-primas empregadas nesse processo, temos contratos de médio e longo prazo com empresas geradoras de sucata industrial nas operações de nossas *mini-mills* no Brasil. Nossas *mini-mills* compram a sucata metálica de acordo com a demanda, fazendo uso principalmente de sucata obsoleta. A sucata e outras matérias-primas são vendidas em reais e os preços dos insumos não são, dessa forma, diretamente afetados pelas variações atuais.

Atividades da companhia

Devido ao seu tamanho, a usina de Ouro Branco celebra contratos de longo prazo para garantir o fornecimento de matérias-primas. As principais matérias-primas da unidade incluem: (i) carvão, importado do Canadá, da Austrália e dos Estados Unidos, carvão anthracite importado do Vietnã e coque de petróleo da Petrobrás; (ii) liga ferrosa, sendo 90% comprada no mercado interno e (iii) minério de ferro, fornecido por mineradoras de grande, médio e pequeno portes, algumas estrategicamente localizadas nas proximidades da fábrica. Esses três itens responderam por mais de 20% dos custos totais de produção da Gerdau Açominas em 2007. Adicionalmente, uma quantidade significativa de minério de ferro consumida advém diretamente das minas Varzea do Lopes e Miguel Burnier de propriedade da Gerdau Açominas.

As unidades da América Latina (excluindo o Brasil) não mantêm contratos de longo prazo com os fornecedores, estando, dessa forma, expostas às variações do mercado.

A Gerdau Ameristeel tem obtido continuamente fornecimentos adequados de matérias-primas e não depende de um único fornecedor. A Gerdau Ameristeel acredita contar com um número suficiente de fornecedores alternativos no mercado caso tenha a necessidade de substituir algum fornecedor.

Produtos Metálicos

A principal matéria-prima que utilizamos em fornos elétricos a arco é a sucata metálica. O ferro-gusa, o minério de ferro (utilizado em altos fornos e em uma fábrica de Redução de Ferro Direta – DRI) e liga ferrosa também são importantes no processo produtivo.

Embora os preços da sucata metálica internacional sejam determinados em grande parte pelo mercado dos Estados Unidos (uma vez que este país é o principal exportador de sucata metálica), o preço da sucata metálica no Brasil varia de acordo com a região e depende da demanda e dos custos de transporte. Acreditamos ser a maior consumidora de sucata metálica no Brasil, como mais de 3.400 fornecedores de sucata.

Sucata metálica. Existem duas categorias principais de sucata metálica: (i) sucata obsoleta, ou seja, sucata de diversas fontes, de latas de estanho a partes de automóveis e utensílios domésticos e (ii) sucata industrial, ou seja, partes descartáveis na indústria metálica mecânica e até mesmo a sucata gerada em nossos processos de produção. No Brasil, a utilização de sucata em fornos elétricos a arco varia entre sucata obsoleta (30-40%) e sucata industrial (70-60%). Na América do Norte as fábricas utilizam principalmente sucata industrial.

Compramos sucatas em todas as regiões do Brasil. Possuímos pátios onde a sucata é depositada em nossas usinas. Para viabilizar a compra em localidades mais distantes das usinas, utilizamos prensas móveis, que são levadas até os fornecedores, compactando a sucata para facilitar o transporte.

O preço da sucata no Brasil varia por região, dependendo da geração local e da demanda, bem como dos custos de transporte. A região sudeste é a região mais industrializada do Brasil, sendo a responsável pela geração do maior volume de sucata no país. Devido à concentração de consumidores nessa região, a concorrência é mais intensa.

A Gerdau Metálicos é nossa principal divisão que compra e fornece sucata, ferro-gusa, carvão e minério de ferro às unidades industriais, sendo a líder na América Latina em termos de reciclagem de sucata metálica. A Gerdau Metálicos reutiliza milhões de toneladas de sucata brasileira todos os anos.

A Gerdau Metálicos possui pátios (pontos de recolhimento) para o armazenamento da sucata em localizações estratégicas em todo o Brasil e utiliza diversos trituradores móveis que são levados por todo o país, preparando a sucata para o transporte às usinas. Cada unidade da Gerdau Metálicos possui um pátio de reciclagem com equipamentos de última geração para processar a sucata utilizando trituradores e tosquiadores móveis. Possuímos também cinco desfibradores, incluindo um de grande porte na Gerdau Cosigua, no estado do Rio de Janeiro.

Atividades da companhia

O preço da sucata na América Latina (excluindo o Brasil) varia de acordo com a demanda, os custos de transporte e a região. Existem mais de 295 fornecedores de sucata metálica no Chile, mais de 250 fornecedores no Uruguai, mais de 3.800 na Colômbia, 36 no Peru e 60 na Venezuela.

A sucata metálica é também a principal matéria-prima da Gerdau Ameristeel, nossa empresa na América do Norte. A sucata é uma *commodity*, cuja disponibilidade varia de acordo com a estação, a atividade econômica, a exportação e as flutuações de preço. As usinas da Gerdau Ameristeel, quais sejam, Jackson, Jacksonville, St. Paul, Wilton, Whitby, Midlothian e Petersburg possuem instalações próprias para o processamento da sucata, incluindo desfibradores, que fornecem uma parcela significativa das necessidades de sucata metálica. A Gerdau Ameristeel MRM Special Sections, no Canadá, recebe uma parcela significativa de sua sucata dos pátios de recolhimento e processamento de sucata da Manitoba Metals Recycling. A Gerdau Ameristeel tem um total de 19 unidades de reciclagem de sucata; mesmo assim, nem toda a sucata consumida resulta de seus próprios pátios de sucata. Parcela importante é comprada no mercado diretamente de fornecedores que recolhem e processam a sucata.

Todas as instalações de produção de aço da Gerdau Ameristeel na América do Norte são *mini-mills* em que os resultados operacionais estão intimamente relacionados ao custo da sucata metálica e dos substitutos da sucata, a principal matéria-prima das *mini-mills*. Os preços da sucata metálica são relativamente mais altos durante a época do inverno devido ao impacto do clima sobre as atividades de recolhimento e transporte. Cerca da metade de todos os produtos de aço na América do Norte é atualmente produzida em fornos elétricos a arco com a utilização de sucata metálica. Os preços da sucata metálica estão sujeitos às condições de mercado, as quais estão muito além de nosso controle, incluindo a demanda por produtores de aço no mercado internacional e nos Estados Unidos, custos de frete e especulação. O aumento no consumo de sucata metálica no mundo, especialmente na China, aumentou significativamente a pressão sobre o preço da sucata metálica. A combinação entre a queda do dólar, a forte demanda global por sucata metálica e a diminuição na produção de sucata metálica doméstica, devido a uma economia de fabricação doméstica fragilizada, reduziram o fornecimento de sucata metálica doméstica, resultando em preços atualmente mais altos que os últimos dez anos. A difusão do metal, a diferença entre os preços de venda das usinas e o custo da sucata metálica como matéria-prima também está acima das altas dos últimos dez anos.

A Corporación Sidenor não mantém contratos de longo prazo com os fornecedores de sucata e tem mais de 70 fornecedores, sendo que o principal tipo de sucata metálica utilizado nas operações espanholas é a sucata industrial.

Ferro-gusa e ferro esponja. O Brasil é exportador de ferro-gusa. A maior parte do ferro-gusa brasileiro é produzida no estado de Minas Gerais por um grande número de pequenos produtores. O ferro-gusa é um substituto natural da sucata metálica e, no Brasil, é um importante componente do *mix* metálico para a produção de aço nas *mini-mills*. No Brasil, o preço do ferro-gusa está relacionado à demanda doméstica e externa, bem como ao custo do carvão vegetal, o item mais volátil em termos de custo para a produção de ferro-gusa.

Produzimos ferro esponja em nossa unidade industrial no estado da Bahia (Gerdau Usiba), cuja produção total é utilizada internamente para a fabricação de produtos de aço.

Não possuímos qualquer contrato brasileiro para o fornecimento de ferro-gusa, sendo os volumes, valores e as condições de entrega negociados diretamente com o fornecedor. O preço do ferro-gusa pode variar de acordo com o preço de mercado internacional, considerando-se que uma grande parcela da produção no Brasil é exportada.

Atividades da companhia

A disponibilidade da sucata metálica é um fator essencial na capacidade da Gerdau Ameristeel para operar. O ferro esponja e o ferro-gusa podem ser substitutos da parcela limitada de sucata metálica utilizada na produção em fornos elétricos a arco. A Gerdau Ameristeel não emprega quantidades significativas de substitutos da sucata metálica em suas *mini-mills*, exceto pelo ferro-gusa utilizado em suas instalações em Beaumont e para a fabricação de determinados produtos com seções especiais.

Consumimos também ferro-gusa da Margusa, uma produtora de ferro-gusa sólido detida por nós até 28 de dezembro de 2007, na região nordeste do Brasil, localizada nas proximidades das instalações portuárias marítimas no estado do Maranhão, com uma capacidade anual instalada de 210.000 toneladas. Utilizamos os insumos da Margusa para suprir nossas fábricas na região nordeste do Brasil, embora uma quantidade menor seja exportada a determinadas unidades no exterior de nossa propriedade. Em 28 de dezembro de 2007, nós permutamos a totalidade das ações da Margusa pela totalidade das ações da Aplema Comércio de Produtos Agrofloretais e Empreendimentos Ltda. (Aplema). Dentre os ativos da Aplema, destaca-se uma produtora de ferro-gusa sólido, localizada no estado de Minas Gerais. Parte do ferro-gusa utilizado por nossas usinas é fornecida por outras companhias. Em 2007, 20% do ferro-gusa sólido utilizado por nossas *mini-mills* foi produzido internamente.

Minério de ferro. Utilizamos o minério de ferro para a produção de ferro-gusa em nossas usinas de Barão de Cocais e Divinópolis, no estado de Minas Gerais, e ferro esponja na usina Gerdau Usiba na Bahia. A Gerdau Contagem e a Margusa também utilizam minério de ferro para a produção de ferro-gusa sólido. Temos adquirido minério de ferro da MBR, da Companhia Vale do Rio Doce e de outros fornecedores menores, na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais.

A Gerdau Açominas utiliza minério de ferro de granulagem fina de alta qualidade, o qual é transformado em carbonato de cálcio em uma unidade de sinterização, como seu principal insumo metálico na produção de aço. O granulado maior e as pelotas de minério de ferro são diretamente inseridos no alto forno para aumentar a produtividade. Os fornecedores de matérias-primas localizados nas proximidades de fábrica reduzem os custos de transporte e armazenamento. O ferro-gusa fundido no alto forno é a principal matéria-prima utilizada nas instalações da aciaria. Em 2007, os insumos metálicos eram compostos de 82,6% de ferro-gusa fundido, 12,3% de sucata metálica e 5,1% de ferro-gusa sólido.

Outros Insumos

Além da sucata, do ferro-gusa, do ferro esponja e do minério de ferro, nossas operações brasileiras utilizam outros insumos para a produção de aço, como liga ferrosa, eletrodos, materiais refratários, oxigênio, nitrogênio e outros gases industriais e calcário, embora em quantidades menores. Todos esses insumos estão imediatamente disponíveis no Brasil. Insumos adicionais associados à produção de ferro-gusa incluem carvão vegetal, utilizado nas usinas de altos fornos, e gás natural, utilizado na unidade DRI e nos fornos de reaquecimento de tarugos nas laminações.

As matérias-primas e insumos importantes da Gerdau Açominas também incluem carvão de coque, juntamente com minério de ferro e pelotas. O carvão é utilizado na produção de coque, o principal agente redutor do carbonato de cálcio, minério de ferro e pelotas no alto forno. A Injeção Pulverizada de Carvão (PCI) também é utilizada para reduzir o consumo de energéticos, aumentar a produtividade e, dessa forma, o custo do ferro-gusa. Na produção de aço, a liga ferrosa é utilizada para a produção de aços mais nobres. O oxigênio, nitrogênio e argônio também são utilizados em alguns processos e fornecidos por uma companhia local. O gás resultante da produção de coque, ferro-gusa e aço, quando tratado e limpo, é utilizado como combustível em diversos processos, além de gerar energia elétrica para a usina.

Atividades da companhia

As operações na América do Norte também utilizam insumos adicionais. Diversas companhias nacionais e estrangeiras fornecem outras matérias-primas importantes ou insumos operacionais reaquecimento no processo industrial, incluindo materiais refratários, ligas ferrosas e eletrodos de carbono, disponíveis no mercado. A Gerdau Ameristeel tem obtido quantidades adequadas dessas matérias-primas e insumos a preços de mercado competitivos, permitindo às usinas operarem com eficiência. Não dependemos de um único fornecedor como fonte de qualquer material em particular e acreditamos ter contato com fornecedores alternativos suficientes caso algum fornecedor tenha de ser substituído.

EXIGÊNCIAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Visão Geral

A produção de aço representa um processo de gasto intensivo de energia elétrica, especialmente em usinas EAF. A energia elétrica e, em menor grau, o gás natural utilizado especialmente em fornos de reaquecimento de tarugos são componentes importantes dos custos de produção do aço.

Brasil

A produção de aço é um processo de consumo intensivo de energia elétrica, principalmente nas aciarias com fornos elétricos a arco. A energia elétrica constitui um custo importante no processo produtivo, assim como o consumo de gás natural, utilizado em fornos de reaquecimento de tarugos nas laminações.

No Brasil, algumas unidades têm contratos de compra e venda de energia na categoria de consumidor livre, com prazos distintos, e outros como consumidor cativo de concessionárias de distribuição. Atualmente, a energia é fornecida às unidades industriais por meio de dois tipos de contratos:

Contratos em que a Companhia é um “Consumidor Cativo” no Ambiente de Contratação Regulada. Empregados nas seguintes unidades: Riograndense, Aços Especiais Piratini, Guaíra, Usiba e Açonorte. Esses contratos envolvem empresas públicas ou detentoras de concessão pública do governo. Nesses contratos, a demanda e o consumo são contratados entre as partes e as tarifas são definidas pela ANEEL.

Contratos no Ambiente de Contratação Livre. Empregados nas seguintes unidades: Araçariguama, Cosigua, Cearense, Ouro Branco, Divinópolis e Barão de Cocais. Essas unidades têm contratos de compra de energia diretamente com empresas geradoras e/ou comercializadoras de energia elétrica, com valores definidos e corrigidos por regras pré-estabelecidas entre as partes. As tarifas de transmissão e distribuição são reguladas pela ANEEL e revisadas anualmente. A Ouro Branco gera internamente 70% da sua necessidade de energia elétrica utilizando gases gerados no processo siderúrgico. Dessa forma, sua exposição ao mercado de energia é bem menor que as *mini-mills*.

A capacidade de geração da Açominas foi incrementada em cerca de 54% no ano de 2007 dentro do projeto de expansão da unidade. Está também em andamento a construção das usinas hidrelétricas de Caçu e Barra dos Coqueiros, no estado de Goiás, que totalizam 155MW de potência instalada e devem iniciar sua operação em 2010, disponibilizando a totalidade desta energia para as nossas unidades localizadas no sudeste do Brasil.

O fornecimento de gás natural em todas as unidades é regulado e feito através de contratos de longo prazo. As unidades de Barão de Cocais e de Divinópolis não têm acesso ao fornecimento de gás natural.

Atividades da companhia

América do Norte

Na América do Norte, existem dois tipos de mercado de energia elétrica: regulado e desregulado. No mercado regulado, os contratos são mantidos com as concessionárias locais de energia elétrica e as tarifas são definidas para cada região. No mercado desregulado o preço da energia elétrica pode alterar-se a cada 5 minutos (preço de mercado à vista) para refletir o custo real de produção da energia. Embora a desregulamentação do mercado de gás natural e do mercado atacadista de energia elétrica pudesse gerar oportunidades para reduzir custos, resultantes da competição de mercado, os preços de ambas as formas de energia, recentemente, tornaram-se mais voláteis e podem continuar assim. Não possuímos contratos de longo prazo com fornecedores de gás natural, estando, portanto, sujeitos às variações do mercado e oscilações de preço.

Contratos de Concessão

Em março de 2007, a ANEEL transferiu a concessão de um complexo hidroelétrico para uma de nossas controladas, a Gerdau Aços Longos (Contrato de Concessão nº 089/2002). A concessão refere-se à produção de energia no complexo de Caçu e Barra dos Coqueiros, formado por duas hidroelétricas a serem construídas no Rio Claro, entre os municípios de Caçu e Cachoeira Alta, na região sudoeste do estado de Goiás.

O projeto terá uma capacidade instalada de 155 MW (Caçu com 65 MW e Barra dos Coqueiros com 90 MW). A construção está estimada para ser concluída no início de 2010, com um investimento previsto de US\$250 milhões.

Em fevereiro de 2008, a ANEEL transferiu para o Grupo Gerdau a concessão para geração de energia elétrica do complexo hidrelétrico São João - Cachoeirinha, composto por duas usinas hidrelétricas a serem construídas no rio Chopim, nos municípios de Honório Serpa e Clevelândia, no Estado do Paraná. O empreendimento terá uma potência instalada de 105 MW (São João com 60 MW e Cachoeirinha com 45 MW) e sua construção deverá estar concluída no início de 2011. O investimento está estimado em US\$173 milhões.

Outros

No Chile, no Peru, na Colômbia e no Uruguai, tanto a energia elétrica quanto o gás natural são contratados com base em contratos de longo prazo. Os contratos de energia e de gás natural foram renovados na Colômbia em 2006. No Chile, a Gerdau AZA renegociou o contrato de energia no início de 2008 e tem usado óleo diesel ao invés de gás natural nos fornos de reaquecimento de tarugos das laminações devido a períodos de racionamento na Argentina (horas de pico no inverno).

Na Espanha o mercado está passando por um processo de desregulamentação, e os grandes consumidores de energia deverão, a partir de 2008, passar a adquirir energia exclusivamente no mercado livre.

Estamos analisando alternativas para a auto-geração de energia em todos os países em que operamos.

TRANSPORTE

Os custos de transporte são um componente importante nos negócios da maioria das siderúrgicas e representam um fator significativo na concorrência por preço no mercado de exportações. Nossas usinas estão localizadas estrategicamente no Brasil e na América do Norte. Acreditamos que a proximidade de nossas usinas às áreas de geração de matérias-primas e aos nossos principais mercados consumidores nos dão uma vantagem competitiva no atendimento a nossos clientes e na obtenção de custos de fornecimento competitivos.

Atividades da companhia

Dependemos do frete rodoviário para o recebimento de matérias-primas e entrega dos produtos de aço na América do Norte e no Brasil e, dessa forma, temos desenvolvido relações duradouras com transportadoras especializadas no transporte de produtos de aço. Adicionalmente, como parte de nossa estratégia de logística, detemos uma participação na MRS Logística., a principal empresa ferroviária do Brasil, a qual opera a ferrovia que conecta São Paulo e Rio de Janeiro, os principais centros econômicos do Brasil. Acreditamos que nosso conhecimento do mercado de fretes, juntamente com nossas instalações próximas aos nossos clientes, nos permitem usufruir de custos de fretes mais vantajosos em relação a outras alternativas de transporte disponíveis no mercado. Considerando-se que temos usinas localizadas em todas as regiões geográficas do Brasil, podemos facilmente entregar nossos produtos a custos de frete mais baixos do que nossos concorrentes que operam um número menor de instalações. A usina de Ouro Branco, por exemplo, localizada em uma área rica em minério de ferro no estado de Minas Gerais e nas proximidades de seus principais centros econômicos, é servida por uma vasta rede de rodovias e ferrovias, incluindo a Ferrovia Centro-Atlântica S.A., a Estrada de Ferro Vitória-Minas e as ferrovias da MRS Logística.

Nossos produtos de aço são transportados por trem, caminhão e navio a nossos clientes por todo o Brasil. Nossas exportações são em sua maioria transportadas por rodovias ou ferrovias até os terminais portuários e enviadas diretamente aos clientes. Utilizamos terminais portuários em mais de 20 cidades com portos marítimos no litoral brasileiro, mas nossas exportações são, principalmente, enviadas a partir de nossas instalações siderúrgicas no Porto de Praia Mole, em Vitória, Espírito Santo, e de nosso terminal em Salvador, Bahia. O Porto de Praia Mole, operado conjuntamente por nós, pela Usiminas e pela Arcelor Mittal, é considerado o porto mais eficiente e produtivo do Brasil e foi construído especificamente para a exportação de produtos de aço e importação de insumos, como o carvão coque e o coque. Nossas instalações no Porto de Praia Mole compreendem dois terminais – um para a exportação e o outro para a importação.

Na América do Norte, a concorrência de produtores de aço não-regionais é limitada devido aos altos custos do frete em relação ao valor dos produtos de aço. A proximidade dos clientes em relação aos estoques de produtos, juntamente com os custos de frete competitivos e os processos de fabricação de baixo custo, são elementos essenciais para a manutenção das margens.

CONTROLE DE QUALIDADE

Empregamos um sistema de controle de qualidade desenvolvido internamente, o qual aplica testes em relação ao desenho dos produtos, aos processos de fabricação e às especificações dos produtos finais. Uma equipe especialmente treinada e tecnologias modernas estão disponíveis para garantir o alto padrão de qualidade. Nossos técnicos realizam visitas aleatórias aos clientes para verificar a qualidade dos produtos por nós exportados de forma a garantir a satisfação do usuário em relação aos produtos comprados indiretamente.

No Brasil, nove de nossas instalações industriais, incluindo a usina de Ouro Branco e a Gerdau Aços Especiais Piratini, são certificadas com o ISO 14001. Na América Latina, a AZA, e, na América do Norte, 13 instalações, são também certificadas com ISO 14001.

PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

Acreditamos que, atualmente, estamos em conformidade com a legislação ambiental aplicável, não havendo qualquer contingência ambiental que possa afetar de maneira adversa nossos ativos relacionados abaixo.

Usinas – Dezembro de 2007

Atividades da companhia

Nossas principais propriedades estão destinadas à produção de aço, produtos laminados e produtos trefilados. A lista a seguir apresenta a localização, a capacidade e o tipo de instalação, bem como os tipos de produtos fabricados:

BRASIL

Usinas	Capacidade Instalada			Equipamentos	Produtos
	Ferro-gusa/Ferro esponja	Aço Bruto	Produtos Laminados		
	(Em mil toneladas)				
Brasil	5.300	11,435	6.800		
Aço Longo					
Açonorte		300	250	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação, usina de estiramento, fábrica de pregos e parafusos	Vergalhões, barras comerciais, produtos de fio-máquina, produtos trefilados e pregos
Água Funda			100	Laminação	Vergalhões e barras comerciais
Barão De Cocais ⁽¹⁾	330	350	200	Integrado/alto forno, conversor LD e laminação	Vergalhões e barras comerciais
Cearense		200	160	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação	Vergalhões e barras comerciais
Cosigua		1.600	1.400	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação, usina de estiramento, fábrica de pregos e parafusos	Vergalhões, barras comerciais, produtos de fio-máquina, produtos trefilados e pregos
Divinópolis ⁽¹⁾	430	600	530	Integrado/alto forno, conversor EOF e laminação	Vergalhões e barras comerciais
Guaíra		560	180	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação	Placas, vergalhões e barras comerciais
Riograndense		480	520	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação, usina de estiramento, fábrica de pregos e parafusos	Vergalhões, barras comerciais, produtos de fio-máquina, produtos trefilados e pregos
Usiba (1)		560	430	Integrado com DRI, <i>mini-mill</i> EAF, laminação, usina de estiramento	Vergalhões, barras comerciais, produtos de fio-máquina e produtos trefilados
São Paulo		900	600	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação	Placas e vergalhões
Contagem	240			Alto forno	Ferro-gusa
Margusa	210			Alto forno	Ferro-gusa
Açominas					
Ouro Branco ⁽¹⁾	4.300	4.500	970	Integrado com alto forno	Barras, lingotes, placas, produtos de fio-máquina e barras estruturais pesadas
Aço Especial					
Piratini		390	490	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação	Produtos de aço especial
Corporación Sidenor		995	970	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação	Produtos de aço especial

Atividades da companhia

EXTERIOR

Usinas	Capacidade Instalada		Equipamentos	Produtos
	Ferro-gusa/Ferro esponja	Aço Bruto		
	(Em mil toneladas)			
Europa		1.150	1.220	
Aço Especial				
Corporación Sidenor		975	825	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Gsb Acero		175	395	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
América Latina.....	350	2.265	2.610	
Aza		460	450	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Laisa.....		100	80	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Diacó.....		515	650	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Sipar.....			260	Laminação
Siderperú	350	540	640	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Sizuca		300	200	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Tultitlán		350	330	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
América Do Norte.....		9.955	10.350	
Beaumont		590	730	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Calverty City			300	Laminação
Cambridge.....		330	290	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Cartersville.....		780	580	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Charlotte		370	325	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Jackson.....		610	540	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Jacksonville		730	710	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Joliet.....			70	Laminação
Knoxville.....		520	470	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Manitoba		430	360	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Perth Amboy			1.000	Laminação
Sand Springs.....		625	525	
Sayreville		730	600	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
St. Paul		520	420	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Whitby		900	730	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Wilton		320	300	<i>Mini-mill</i> EAF, laminação
Texas.....		1.500	1.400	Mini-mill EAF e laminados
Virginia		1.000	1.000	Mini-mill EAF e laminados
Total	5.650	24.805	20.980	

Atividades da companhia

Enquanto as usinas EAF (fornos elétricos a arco) produzem aço bruto a partir de matérias-primas, como a sucata metálica ou o ferro-gusa, uma usina com alto forno ou DRI (redução direta de ferro) produz ferro-gusa ou ferro esponja para a produção de aço bruto, sendo o minério de ferro a principal matéria-prima utilizada e o gás natural ou o coque os principais redutores (fonte energética) do processo.

DIREITOS DE MINERAÇÃO

Com a aquisição dos recursos minerais do Grupo Votorantim, adicionamos ao nosso negócio diversas concessões de mineração. Essas reservas minerais estão localizadas nas proximidades da usina de Ouro Branco, no estado de Minas Gerais. As pesquisas conduzidas para detalhar o potencial total de minério de ferro apontam para uma reserva de 1,8 bilhão de toneladas. A localização privilegiada dessas minas no cinturão de ferro do estado de Minas Gerais e nas redondezas da usina de Ouro Branco contribui para a competitividade de longo prazo dessa unidade.

PROGRAMAS DE INVESTIMENTO

Visão Geral

Aprovamos, para o período entre 2008 a 2010, aproximadamente US\$6.4 bilhões em expansões e atualizações tecnológicas nas usinas localizadas no Brasil e no exterior. Desse total, 70% será investido em usinas no Brasil e o restante em usinas no exterior, sendo que 59% do total se destinará para a manutenção e melhorias operacionais e os demais 41% para a ampliação da capacidade instalada.

As tabelas a seguir demonstram o plano de investimentos em milhões de dólares e em milhares de toneladas por região:

Milhões de Dólares	2008	2009	2010	Total
Brasil	1.105	1.955	1.375	4.435
Exterior	405	853	681	1.939
América Do Norte	183	338	264	785
América Latina	141	416	301	859
Europa.....	81	99	116	295
Total	1.510	2.808	2.056	6.374

Milhares de Toneladas	Capacidade Atual ⁽¹⁾	2008	2009	2010	Nova Capacidade
Brasil					
Aço Bruto	11.435	105	20	1.105	12.665
Produtos Laminados	6.800	100	325	2.195	9.420
América Do Norte⁽²⁾					
Aço Bruto	9.955	–	–	225	10.180
Produtos Laminados	10.350	–	–	90	10.440
América Latina					
Aço Bruto	2.265	630	165	955	4.015
Produtos Laminados	2.610	265	225	580	3.680
Europa					
Aço Bruto	1.150	–	150	100	1.400
Produtos Laminados	1.220	–	95	–	1.315
Total					
Aço Bruto	24.805	735	335	2.385	28.260
Produtos Laminados	20.980	365	645	2.865	24.855

⁽¹⁾ A capacidade instalada da SJK Steel Plant Limited (*joint venture* com o Grupo Kalyani) não está incluída.

⁽²⁾ A capacidade instalada da Chaparral Steel está incluída.

Atividades da companhia

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Grupo Gerdau

Somos uma sociedade *holding* não operacional que controla a Gerdau. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, consolidamos os resultados operacionais de 17 companhias: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e subsidiária (Brasil), Gerdau Aços Longos S.A. e subsidiárias (Brasil), Gerdau Aços Especiais S.A. (Brasil), Gerdau Comercial de Aços S.A. (Brasil), Seiva S.A. Florestas e Indústrias (Brasil), Sipar Aceros S.A. (Argentina), Aceros Cox S.A. (Chile), Gerdau AZA S.A. (Chile), Diaco S.A. (Colômbia), Siderúrgica Del Pacifico S.A. (Colômbia), Siderúrgica Tultitlán, S.A. (México), Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. (Peru), Gerdau Laisa S.A. (Uruguai), Sizuca – Siderúrgica Zuliana C.A. (Venezuela), Gerdau Ameristeel Corp. (Canadá) e suas subsidiárias (Estados Unidos e Canada) e Corporación Sidenor e suas subsidiárias (Espanha).

Nossos investimentos (i) na Gallatin, Bradley Steel Processor e MRM Guide Rail, na América do Norte, nas quais a Gerdau Ameristeel detém 50% do capital social, (ii) na Armacero Industrial y Comercial Limitada no Chile, na qual detemos 50% de participação no capital social, (iii) na Dona Francisca Energética, em que detemos uma participação de 51.82%, e (iv) nas Indústrias Nacionales (INCA) na Republica Dominicana por meio da Multisteel Business Holdings, na qual detemos uma participação de 49%, estão contabilizados em nossas demonstrações financeiras, utilizando-se o método de equivalência patrimonial.

Estrutura de Controle

Somos indiretamente controlados pela família Gerdau Johannpeter. Os irmãos Gerdau Johannpeter, membros da quarta geração da família, resolveram, em 2002, constituir uma fundação de direito privado com sede em Amsterdã, na Holanda, denominada Stichting Gerdau Johannpeter, com o objetivo de manter unido e, assim, perpetuar em seus descendentes atuais - os quais já alcançam a sexta geração – e gerações futuras da família, o controle acionário do Grupo Gerdau.

A Stichting Gerdau Johannpeter foi constituída na Holanda em virtude da legislação aplicável para as fundações de direito privado naquele País que - diversamente do direito brasileiro – permite aos acionistas controladores do Grupo Gerdau atingir os objetivos sucessórios colimados e a continuidade dos negócios da família.

A Stichting Gerdau Johannpeter é a única titular das ações de emissão da CINDAC – Empreendimentos e Participações S.A., sociedade com sede em Porto Alegre, RS e nossa controladora indireta, ações essas até então detidas pelas empresas *holding* de cada um dos quatro irmãos Gerdau Johannpeter. A propósito, estas mesmas pessoas – Jorge Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter, Frederico Carlos Gerdau Johannpeter e Germano Hugo Gerdau Johannpeter – são gestoras e únicas beneficiárias da Stichting Gerdau Johannpeter, mantendo, portanto, o status da família Gerdau Johannpeter como acionista controladora do Grupo Gerdau.

A CINDAC – Empreendimentos e Participações S.A. é a única acionista da Indac Indústria e Comércio S.A., uma sociedade *holding* que detém 9,8% de nosso capital total e 29,3% de nosso capital votante.

A Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A. controla, por sua vez, nosso acionista Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda., com 55,7% de seu capital social. O acionista Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. é uma sociedade *holding* que detém 8,5% de nosso capital total e 25,6% de nosso capital votante.

A Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A. controla, ainda, nossa acionista Gersul Empreendimentos Imobiliários Ltda., uma sociedade *holding* que detém 1,9% de nosso capital total e 5,8% de nosso capital votante.

Atividades da companhia

PRINCIPAIS CONTROLADAS

Empresas Consolidadas

A tabela a seguir apresenta as nossas participações em nossas subsidiárias consolidadas em 31 de dezembro de 2007 e 2006:

Empresa consolidada	País	Percentual de participação			
		Capital total ^(*)		Capital votante	
		2007	2006	2007	2006
Gerdau S.A.	Brasil	44,86	45,15	74,89	75,73
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. – Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Steel North America Inc.	Canadá	100,00	–	100,00	–
Gerdau Ameristeel Corporation e subsidiárias ⁽¹⁾	EUA/Canadá	66,45	66,78	66,45	66,78
Gerdau Açominas S.A. e subsidiárias ⁽²⁾	Brasil	93,00	89,72	93,00	89,72
Gerdau Aços Longos S.A. e subsidiárias ⁽³⁾	Brasil	93,00	89,72	93,00	89,72
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa ⁽⁴⁾	Brasil	97,50	98,37	97,50	98,37
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00	100,00	100,00
Corporación Sidenor S.A. e subsidiárias ⁽⁵⁾	Espanha	40,00	40,00	40,00	40,00
Gerdau América Latina Participações S.A.	Brasil	94,18	93,70	94,18	93,70
Axol S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Aços Especiais S.A.	Brasil	93,00	89,72	93,00	89,72
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e subsidiárias ⁽⁶⁾	Chile	99,99	99,99	99,99	99,99
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company.....	Hungria	98,75	98,75	98,75	98,75
Gerdau Comercial de Aços S.A.	Brasil	93,00	89,72	93,00	89,72
Santa Felicidade Com. Imp. e Exp. de Produtos Siderúrgicos Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Aramac S.A. e subsidiárias ⁽⁷⁾	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. – Siderperú.....	Peru	83,28	83,28	83,28	83,28
Diacco S.A. e subsidiárias ⁽⁸⁾	Colômbia	57,83	57,74	57,83	57,74
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e subsidiárias ⁽⁹⁾	México	100,00	–	100,00	–
Seiva S.A. – Florestas e Indústrias.....	Brasil	97,06	97,06	99,73	99,73
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	99,90	99,90	99,90	99,90
Sipar Gerdau Inversiones S.A. e subsidiárias ⁽¹⁰⁾	Argentina	92,75	83,77	92,75	83,77
Siderúrgica del Pacífico S.A.	Colômbia	98,19	98,64	98,19	98,64
Sizuca – Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	–	100,00	–
Banco Gerdau S.A.	Brasil	99,00	99,00	99,00	99,00
GTL Financial Corp.	Holanda	100,00	100,00	100,00	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.

(1) Subsidiárias: Gerdau Ameristeel MRM Special Sections Inc., Gerdau USA Inc., AmeriSteel Bright Bar Inc., Gerdau AmeriSteel US Inc., Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc., Sheffield Steel Corporation, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., Pacific Coast Steel e Chaparral Steel Company.

(2) Subsidiária: Gerdau Açominas Overseas Ltda.

(3) Subsidiárias: Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda. e Florestal Itacambira S.A.

(4) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco Gerdau S.A.

(5) Subsidiárias: Sidenor Internacional S.L., Sidenor Industrial S.L., Aços Villares S.A., Forjanor S.L., Sidenor y Cia, Sociedad Colectiva, Sidenor I+D S.A., Forjanor S.L. e Trefilados de Urbina, S.A.

(6) Subsidiárias: Indústria del Acero S.A., Industrias del Acero Internacional S.A., Gerdau Aza S.A., Distribuidora Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A. e Matco Instalaciones Ltda.

(7) Subsidiária: GTL Equity Investments Corp.

(8) Subsidiária: Ferrer Ind. Corporation.

(9) Subsidiárias: Siderúrgica Tultitlán, S.A., Ferrotultitlán, S.A. e Arrendadora Valle de México, S.A.A.

(10) Subsidiárias: Sipar Aceros S.A. e Siderco S.A.

Atividades da companhia

Em 14 de setembro de 2007, concluímos a aquisição da Chaparral Steel. Para maiores informações acerca de nossas aquisições durante o ano de 2007, ver “*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Aquisições de Participações Acionárias*” na página 126 deste Prospecto.

As companhias operacionais integralmente consolidadas ou contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial em nossas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Banco Gerdau S.A.

O Banco Gerdau é uma instituição que atua em sinergia com os ambientes de negócios do Grupo Gerdau em todo o Brasil. A instituição iniciou suas operações em 19 de setembro de 1994, sob a forma de banco múltiplo, com a missão de desenvolver produtos e serviços financeiros que levem a um aumento dos negócios e da satisfação de clientes e fornecedores do Grupo Gerdau. Em 31 de dezembro de 2007, 0,5% de nossos ativos consolidados e 0,9% de nossos passivos consolidados eram representados pelos ativos e passivos do Banco Gerdau. Naquele exercício, o resultado do Banco Gerdau representou 0,3% de nosso resultado consolidado.

Gerdau Aços Longos e Gerdau Comercial de Aços

A Gerdau Aços Longos produz aço longo comum e a Gerdau Comercial de Aços vende produtos de aço em geral. A Gerdau Aços Longos conta com nove usinas distribuídas por todo o país, com uma capacidade anual instalada de 5,5 milhões de toneladas de aço bruto. A Gerdau Comercial de Aços é responsável por 68 centros de distribuição de aço por todo o Brasil.

Gerdau Aços Especiais e Corporación Sidenor

A Gerdau Aços Especiais é sediada em Charqueadas, estado do Rio Grande do Sul, com uma capacidade anual instalada de 2,5 milhões de toneladas de aço bruto, incluindo a capacidade anual instalada da Corporación Sidenor, a qual detém operações no Brasil e na Espanha.

A Corporación Sidenor produz aços especiais e detém uma participação de mercado que acreditamos ser de aproximadamente 9,1% na União Européia.

Gerdau Açominas

Adquirimos uma participação na Gerdau Açominas, juntamente com a NatSteel e a Associação de Empregados da Açominas em 1997. Aumentamos nossa participação na Gerdau Açominas, adquirindo o controle acionário em 2001. A Gerdau Açominas é proprietária da usina de Ouro Branco, localizada no estado de Minas Gerais. A usina de Ouro Branco tem uma capacidade anual instalada de 4,5 milhões de toneladas de aço bruto, sendo responsável por 35,2% de nossa produção de aço bruto no Brasil.

Gerdau Laisa

Em 1980, adquirimos a *mini-mill* Laisa, no Uruguai. A Gerdau Laisa é a principal produtora de aço longo no Uruguai, com uma capacidade anual instalada de 100.000 toneladas de aço bruto e 80.000 toneladas de produtos laminados.

Atividades da companhia

Gerdau AZA e Aceros Cox

Em 1992, adquirimos a *mini-mill* AZA no Chile, tendo a segunda usina da Gerdau AZA iniciado suas operações em janeiro de 1999. As duas unidades, Renca e Colina, têm uma capacidade de produção anual combinada de 460.000 toneladas de aço bruto e 450.000 toneladas de aço laminado. A diferença de produção do aço bruto e dos produtos laminados longos deve-se ao fato de que, na unidade industrial de Renca, a Gerdau AZA ainda opera equipamentos de laminação antigos, os quais não foram desativados posteriormente ao início das operações da nova usina em 1999. Embora não existam estatísticas disponíveis no Chile, a Gerdau AZA acredita que sua participação no mercado doméstico de aço longo seja de aproximadamente 31%. A Gerdau AZA também vende seus produtos por meio da Aceros Cox.

Sipar

Entramos no mercado argentino em dezembro de 1997. Devido à reestruturação financeira e societária de suas operações na Argentina em função do cenário econômico na época, detemos, atualmente, uma participação de 92,8% na Sipar, uma laminadora com uma capacidade anual instalada de 260.000 toneladas.

Diaco e Sidelpa

Em 30 de setembro de 2005, concluímos a aquisição de uma participação total com direito a voto de 57,1% na Diaco, controladora da Sidelpa, passando a deter, dessa forma, o controle acionário das duas operações. A Diaco é a maior produtora de aço e vergalhões na Colômbia. Hoje possuímos 97,4% do capital social total da Diaco.

Em 19 de novembro de 2005, cumprimos com todas as condições relacionadas à aquisição de 97,0% na Sidelpa. A Sidelpa é a única produtora de aços longos especiais em Cali, Colômbia.

A Diaco e a Sidelpa possuem uma capacidade anual instalada combinada de 515.000 toneladas de aço bruto e 650.000 toneladas de produtos laminados.

Siderperú

A Siderperú é uma produtora de aço longo e plano com uma capacidade anual instalada de 540.000 toneladas de aço bruto adquirida em 2006. A Siderperú opera um alto forno, uma unidade de redução direta e uma usina de fundição com dois fornos elétricos a arco (EAF), dois conversores LD e seis laminadores.

Gerdau Ameristeel

Em setembro de 1999, adquirimos uma participação de 75% na Ameristeel, da Kyoei Steel Ltd., do Japão. Nessa data, a Ameristeel operava quatro usinas na Costa Leste: uma unidade na Flórida, duas em Tennessee e uma na Carolina do Norte. Em 2000, adquirimos uma participação adicional de 12% da Kyoei, aumentando nossa participação geral na Ameristeel para 87%. Em dezembro de 2001, a Ameristeel adquiriu uma siderúrgica localizada em Cartersville, Geórgia.

Em outubro de 2002, juntamos nossos ativos da América do Norte à Co-Steel para criar a Gerdau Ameristeel. Como resultado dessa incorporação, nossa participação na Gerdau Ameristeel foi reduzida para 67%.

Atualmente, a Gerdau Ameristeel tem uma capacidade anual nominal de 10,0 milhões de toneladas de aço bruto e 10,4 milhões de toneladas de produtos laminados. Detemos o controle acionário de 66,6% na Gerdau Ameristeel. Referida companhia é a segunda maior produtora de aços longos na América do Norte e está listada na Bolsa de Valores de Toronto e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, sob os símbolos “GNA.TO” e “GNA”, respectivamente.

Atividades da companhia

Grupo Feld

Em março de 2007, adquirimos todo o capital social da *holding* Grupo Feld, localizada na Cidade do México, México, que detém 100% da Siderúrgica Tultitlán, uma *mini-mill* de produção de aço longo localizada na área metropolitana da Cidade do México, com capacidade instalada de 350.000 toneladas de aço bruto e 330.000 toneladas de produtos laminados.

Multisteel Business Holdings

Em maio de 2007, assinamos uma aliança estratégica com os acionistas da Multisteel Business Holdings Corp., uma *holding* sediada em Santo Domingo, República Dominicana, por meio da qual adquirimos 49% do capital social da *holding* Multisteel Business Holdings Corp., que detém 98,57% do capital social da Industrias Nacionales (INCA), uma usina laminadora de aços longos com capacidade anual de 400.000 toneladas.

Siderúrgica Zuliana

Em junho de 2007, adquirimos a SIZUCA – Siderúrgica Zuliana, localizada em Ciudad Ojeda, Venezuela, uma *mini-mill* produtora de vergalhões. A Sizuca tem uma capacidade anual instalada de 300.000 toneladas de aço bruto e 200.000 toneladas de produtos laminados.

Trefilados de Urbina

Em outubro de 2007, anunciamos que nossa subsidiária na Espanha, a Corporación Sidenor, S.A., na qual detemos 40% do capital social, concluiu a aquisição da Trefilados de Urbina, S.A. – Trefusa (Espanha), uma produtora de trefilados de aços especiais localizada em Vitoria, Espanha.

Empresas com Controle Compartilhado e “Joint Ventures”

Empresas com controle compartilhado e *joint ventures* são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente por nós e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado e *joint ventures* são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data que o controle conjunto foi adquirido.

A tabela a seguir apresenta as nossas participações nas empresas com controle compartilhado em 31 de dezembro de 2007 e 2006:

Empresas com controle compartilhado e <i>joint ventures</i>	País	Percentual de participação			
		Capital total ^(*)		Capital votante	
		2007	2006	2007	2006
Gallatin Steel Company	EUA	50,00	50,00	50,00	50,00
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00
MRM Guide Rail.....	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da *joint venture*.

Atividades da companhia

Empresas Associadas

Uma empresa associada é uma entidade na qual exercemos influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas que não detemos controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

A tabela a seguir apresenta nossas participações nas empresas associadas em 31 de dezembro de 2007 e 2006:

Empresas associadas	País	Percentual de participação			
		Capital total ^(c)		Capital votante	
		2007	2006	2007	2006
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82	51,82
Armacero Industrial y Comercial S.A.....	Chile	50,00	50,00	50,00	50,00
Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias ⁽¹⁾	Rep. Dominicana	49,00	-	49,00	-

⁽¹⁾ Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Steelchem Trading Corp. , NC Trading e Industrias Nacionales C. x A., S.A. (Costa Rica).

^(c) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da associada.

OUTROS NEGÓCIOS

Dona Francisca Energética S.A.

A Dona Francisca Energética S.A. (DFESA) é uma hidroelétrica com capacidade nominal de 125 MW, localizada em Agudo, no estado do Rio Grande do Sul.

O objeto social da DFESA é operar, manter e maximizar a utilização do potencial energético da hidroelétrica Dona Francisca.

A Dona Francisca é um consórcio (Consórcio Dona Francisca) com a estatal Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Estado do Rio Grande do Sul. Com nossa aquisição de participação adicional em 2003, os acionistas da DFESA somos nós (51,8%), a COPEL Participações S.A. (23,0%), a Celesc (23,0%) e a Desenvix (2,2%).

Margusa

A Margusa – Maranhão Gusa S.A. tem uma capacidade anual instalada de 210.000 toneladas de produção de ferro-gusa. A usina está localizada a 50 km de São Luis, estado do Maranhão, e a 48 km do porto marítimo. A aquisição fez parte de nossa estratégia de garantir o fornecimento de ferro-gusa a nossas usinas na região nordeste do Brasil e exportar a produção excedente às unidades da América do Norte.

Em 31 de dezembro de 2007, assinamos um acordo definitivo para a permuta de participações societárias, por meio do qual passamos a ser titulares da Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda., oferecendo em troca nossa participação na Margusa. A permuta foi efetuada com equivalência de valor entre as quotas da Aplema e as ações da Margusa.

Seiva

A Seiva S.A. – Florestas e Indústrias é uma companhia de reflorestamento criada em 1971. A Seiva possui florestas de pinheiros e eucaliptos, atendendo a indústria de celulose.

Atividades da companhia

CONCORRÊNCIA

Visão Geral

O mercado siderúrgico está dividido entre fabricantes de produtos de aços planos, produtos de aços longos e produtos de aços especiais. As principais áreas nas quais operamos são: (i) de construção, para a qual fornecemos vergalhões, barras comerciais, pregos e malhas de aço; (ii) de indústria, para a qual fornecemos produtos para máquinas e implementos agrícolas, ferramentas e outros produtos industriais e (iii) outros mercados, para os quais fornecemos arames lisos e farpados e postes para instalações agrícolas e projetos de reflorestamento. Na América do Norte, fornecemos, também, a nossos clientes produtos com seções especiais, incluindo guias de elevadores e perfis super leves. Fornecemos, ainda, a nossos clientes produtos de alto valor adicionado em 57 unidades de corte e dobra de aço (12 centros de serviço no Brasil sob a marca Armafer, 12 unidade na América Latina e 33 unidades de fabricação na América do Norte) e centros de serviço de aço plano (4 no Brasil).

A demanda de aços longos laminados comuns no mundo é atendida principalmente por *mini-mills* e, em menor grau, por produtores de aço integrados. Os custos de frete e serviços portuários são o principais obstáculos às importações e uma vez que operamos no Brasil principalmente no negócio de produtos de aços longos laminados comuns, onde as margens de lucro são relativamente menores, o incentivo aos concorrentes estrangeiros de operarem no mercado brasileiro é baixo. No mercado brasileiro, nenhuma companhia compete integralmente conosco em relação à nossa ampla gama de produtos. Acreditamos que nossa diversificação e descentralização dos negócios fornecem uma vantagem competitiva sobre nossos principais concorrentes onde as operações são mais centralizadas.

Posição Competitiva – Brasil

O mercado siderúrgico brasileiro é muito competitivo. Em 2007, fomos a maior produtora brasileira de aço longo, com uma participação de mercado de 51,8% de acordo com o IBS. A ArcelorMittal Belgo foi a segunda maior produtora no Brasil em 2007, com uma participação no mercado de aproximadamente 35,8 %.

A tabela a seguir apresenta nossos principais concorrentes e suas respectivas participações no mercado de aço longo brasileiro:

Participação no mercado de aço longo – Brasil (%)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2007
Metalúrgica Gerdau	51,8
ArcelorMittal Belgo	35,8
V&M do Brasil	6,1
Barra Mansa	5,5
Outros.....	0,8
Total.....	100,0

Fonte: IBS.

No mercado doméstico, a Gerdau Açominas é praticamente um fornecedor exclusivo de clientes específicos e fiéis, os quais têm comprado regularmente da companhia por mais de dez anos. A concorrência da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão), unidade da Arcelor Mittal, no mercado de placas é mais concorrida. A Gerdau Açominas, enquanto exportadora, enfrenta uma concorrência acirrada na linha de produtos comerciais de alta qualidade da Europa Oriental (CIS) e da China. Os principais concorrentes nesse setor são os europeus e, em menor grau, os japoneses. Somos um forte concorrente devido à nossa vasta experiência, à alta qualidade de nossos produtos e serviços e ao baixo custo de produção. A Gerdau Açominas possui uma lista diversificada de clientes tradicionais em todo o mundo.

Atividades da companhia

A tabela a seguir apresenta nossos principais concorrentes e suas respectivas participações no mercado de aço bruto brasileiro:

Produtores brasileiros de aço bruto (%)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2007	2006
ArcelorMittal Brasil (CST + Belgo + Acesita) ⁽¹⁾	30,3	30,8
Usiminas + Cosipa ⁽²⁾	25,7	28,4
Metalúrgica Gerdau	21,6	22,6
CSN	15,7	11,3
Outros	6,7	6,9
Total	100,0	100,0

Fonte: IBS.

⁽¹⁾ A Arcelor S.A. controla a CST, a Belgo e a Acesita.

⁽²⁾ A Usiminas e a Cosipa fazem parte do Grupo Usiminas.

Posição Competitiva – Global

Fora do Brasil, notadamente na América do Norte, nossa controlada Gerdau Ameristeel aumentou sua participação no mercado por meio de aquisições. Aumentamos progressivamente nossa participação no mercado norte-americano, sendo, atualmente, a segunda maior produtora de aço longo na América do Norte, segundo a AISI, com capacidades anuais nominais de 10,0 milhões de toneladas de aço bruto e 10,4 milhões de produtos laminados, de acordo com nossas estatísticas.

O mercado geográfico da Gerdau Ameristeel compreende dois terços ao leste do Canadá e dos Estados Unidos, principalmente a costa marítima ao leste, bem como as regiões sudeste e meio-oeste dos Estados Unidos. A Gerdau Ameristeel enfrenta concorrência significativa na venda de seus produtos por parte de diversos concorrentes em seus mercados de atuação. As vergalhões, barras comerciais e barras estruturais são produtos de aço, cujos preços representam o principal fator competitivo. Devido aos altos custos de frete relativos ao valor dos produtos de aço, a concorrência de produtos não-regionais é limitada. A proximidade dos estoques dos produtos de seus clientes, juntamente com os custos de frete competitivos e os processos de fabricação de baixo custo, são os elementos essenciais para a manutenção das margens sobre os vergalhões e as barras comerciais. As entregas de vergalhões geralmente estão concentradas em um raio de 350 milhas das usinas e as entregas de barras comerciais geralmente estão concentradas em um raio de 500 milhas. Alguns produtos, como os especiais produzidos na usina de Manitoba, são enviados a distâncias maiores, inclusive além mar. Exceto em determinadas circunstâncias, as despesas de entrega dos clientes estão limitadas a encargos de frete da usina concorrente mais próxima e o fornecer absorve os encargos de frete adicionais.

Os principais concorrentes da Gerdau Ameristeel são: Commercial Metals Corporation, Nucor Corporation, Steel Dynamics Inc., Mittal Inc., Bayou Steel Corporation e Ivaco, Inc. A Gallatin Steel, que produz placas laminadas planas, compete com diversos outros produtos integrados e produtos de aço laminado plano de *mini-mills*.

Apesar das características de *commodity* dos mercados de vergalhões, barras comerciais e barras estruturais, a Gerdau Ameristeel acredita destacar-se entre seus concorrentes devido a sua produção em grande escala, qualidade dos produtos, entrega eficiente, capacidade de atender a grandes pedidos e capacidade de atender a maioria dos pedidos de forma rápida com a disponibilidade de produtos em estoque. A Gerdau Ameristeel acredita ser uma das maiores produtoras de barras e perfis. A diversidade de seus produtos representa uma importante vantagem competitiva em um mercado em que diversos clientes buscam suprir suas necessidades junto a alguns fornecedores.

Atividades da companhia

No Chile, os principais obstáculos enfrentados pela Gerdau AZA, em termos de vendas, são os custos de frete e transporte e a disponibilidade das importações. Estimamos que a participação da Gerdau AZA no mercado de aços longos seja de aproximadamente 30%.

No Uruguai, os principais concorrentes da Gerdau Laisa são duas laminadoras locais, além das importações do Brasil, da Argentina e da Europa Oriental. Estimamos que a participação da Gerdau Laisa no mercado de produtos de aços longos no Uruguai seja de 80%.

Estimamos que a participação da Sipar no mercado argentino seja de 19%. Essa companhia conta com mais de 1.000 clientes e vende seus produtos diretamente aos usuários finais (construtoras e indústrias) ou por meio de distribuidores.

Estimamos que a Diaco e a Sidelpa detenham uma participação de 39% no mercado de aço colombiano. As companhias vendem seus produtos por meio de mais de 225 distribuidores e contam com aproximadamente 2.700 clientes (usuários finais) dos seguintes mercados: de construção civil, industrial e outros.

CONTRATOS RELEVANTES

Fornecimento de Matéria-Prima

Operamos com mais de 7.000 fornecedores de sucata metálica no mundo e temos contratos com diversos fornecedores de minério de ferro e, em menor grau, carvão coqueificável. Em relação a ferro-gusa, temos fornecedores cativos, mas não possuímos contratos formalizados. Acreditamos que tal procedimento, além de nossas próprias minas de minério de ferro, cujas reservas medidas, indicadas e inferidas somam aproximadamente 1,8 bilhão de toneladas, reduzem a dependência de fornecedores específicos e diminuem possíveis impactos negativos sobre nossos negócios em períodos de crise no fornecimento de matérias-primas. Acreditamos, ainda, que a diversificação geográfica e de processos produtivos reduz os riscos de paradas nos períodos de escassez de insumos ou redução de demanda.

No Brasil, temos contratos de médio e longo prazo com empresas geradoras de sucata industrial, para nossas operações de *mini-mills*. Nossas *mini-mills* compram sucata metálica de acordo com a demanda, fazendo uso, principalmente, de sucata obsoleta. Ainda no Brasil, não possuímos qualquer contrato de longo prazo para o fornecimento de ferro-gusa, sendo os volumes, valores e as condições de entrega negociados diretamente com o fornecedor.

Na América Latina (excluindo o Brasil), não mantemos contratos de longo prazo com fornecedores. Temos a política de diversificar nossa cadeia de fornecedores, o que nos permite trocar de fornecedor na eventualidade de uma descontinuidade do fornecimento sem afetar a continuidade de nossas operações.

Na América do Norte, a Gerdau Ameristeel tem obtido continuamente fornecimentos adequados de matérias-primas e não depende de um único fornecedor. A Gerdau Ameristeel acredita contar com um número suficiente de fornecedores alternativos no mercado caso tenha a necessidade de substituir algum fornecedor.

Na Europa, nossa subsidiária Corporación Sidenor não mantém contratos de longo prazo com fornecedores e não tem tido dificuldades em obter matérias-primas.

Fornecimento de Energia

No Brasil, nossas unidades celebram contratos de longo prazo com diversos fornecedores de energia e não dependem de um único contrato. Atualmente, energia é fornecida a nossas unidades industriais por meio de contratos no Ambiente de Contratação Regulada, em que a Companhia é um Consumidor Cativo, e contratos no Ambiente de Contratação Livre. O fornecimento de gás natural é feito por meio de contratos de longo prazo, sendo que nenhum deles, individualmente, podendo ser considerado relevante. O gás natural é utilizado nos fornos de reaquecimento de tarugos nas laminações.

Atividades da companhia

Na América do Norte, não possuímos contratos de longo prazo com fornecedores de gás natural. No Chile, no Peru, na Colômbia e no Uruguai, tanto a energia elétrica quanto o gás natural são contratados com base em contratos de longo prazo. Os contratos de energia e de gás natural foram renovados na Colômbia em 2006. No Chile, a Gerdau AZA renegociou o contrato de energia no início de 2008 e tem usado óleo diesel ao invés de gás natural nos fornos de reaquecimento de tarugos das laminações, devido a períodos de racionamento na Argentina. Não consideramos que a Companhia seja dependente de qualquer desses contratos, razão pela qual não os julgamos relevantes.

Distribuição

Não possuímos qualquer contrato de distribuição de nossos produtos que, individualmente, possa ser considerado relevante. A Comercial Gerdau, nosso maior canal de distribuição, possui 68 filiais em todo o Brasil, 14 unidades de corte e dobra de aço (Prontofer) e 4 centros de serviços de aços planos, prestando serviços a aproximadamente 150.000 clientes em 2007. Outro importante canal de distribuição no Brasil é a rede de aproximadamente 21.000 canais de venda (lojas de material de construção) aos quais vendemos nossos produtos, oferecendo uma cobertura nacional abrangente. Nos Estados Unidos e no Canadá, nossas 18 unidades siderúrgicas estão localizadas, em sua maior parte, no centro e na costa leste do continente, regiões de maior concentração de atividade industrial e disponibilidade de matérias-primas; nossas 49 unidades de corte e dobra e 11 unidades de transformação estão dispersas pelos Estados Unidos, permitindo ampla cobertura do território e proximidade a nossos principais clientes. No Chile, temos 5 unidades de distribuição, denominadas Salomon Sack; e a Gerdau AZA também vende seus produtos por meio da Aceros Cox; na Argentina, possuímos uma unidade de distribuição denominada Siderco.

Outros

Não somos partes de quaisquer outros contratos, relacionados a nossas atividades ou não, que, individualmente, possam ser considerados relevantes.

TECNOLOGIA

Devido à natureza específica de seu negócio, a Gerdau Aços Especiais Piratini, nossa unidade de aços especiais, está constantemente investindo em atualizações tecnológicas, pesquisa e desenvolvimento. A unidade opera no segmento automotivo e mantém um departamento de pesquisa e desenvolvimento responsável por novos produtos e pela otimização dos produtos existentes. Os projetos de desenvolvimento de produtos são conduzidos por especialistas que utilizam ferramentas de qualidade, como a “6 Sigma”, um conjunto de procedimentos estatísticos para o aperfeiçoamento da avaliação das variáveis do processo, e a “Quality Function Deployment”, uma metodologia por meio da qual os técnicos são capazes de identificar todas as necessidades dos clientes. Nas outras fábricas, as equipes de produção e qualidade são responsáveis pelo desenvolvimento de novos produtos de forma a atender às necessidades dos clientes e do mercado.

Como ocorre com os produtores de aço de *mini-mills*, normalmente adquirimos tecnologia no mercado ao invés de desenvolver novas tecnologias por meio de pesquisa e desenvolvimento intensivos, uma vez que a tecnologia relacionada à produção de aço tem disponibilidade imediata para compra.

Os fabricantes de máquinas no mercado internacional e as empresas de tecnologia de aço fornecem a maior parte dos equipamentos de produção sofisticados por nós utilizados. Tais fornecedores geralmente celebram contratos de transferência de tecnologia com os compradores e fornecem amplo suporte técnico e treinamento aos empregados para a instalação e a utilização dos equipamentos.

Não dependemos de patentes ou licenças ou novos processos de fabricação considerados significativos ao nosso negócio.

Atividades da companhia

SEGUROS

Mantemos cobertura de seguro para todas as unidades siderúrgicas, produção de ferro-gusa, transformação, corte e dobra de aço, metálicos, filiais de vendas e escritórios em montante considerado suficiente para cobrir os principais riscos de nossas atividades operacionais, incluindo Responsabilidade Civil Geral.

Contratamos seguro de Riscos Operacionais “All Risks” para a nossa usina de Ouro Branco contra prejuízos operacionais e lucros cessantes. Os prejuízos passíveis de ressarcimento compreendem os danos materiais às nossas instalações e bens, bem como os lucros cessantes decorrentes da paralisação de nossas atividades, em função da ocorrência de um evento coberto por um período de até doze meses contados da interrupção das operações.

A apólice de seguro atual da usina de Ouro Branco possui um valor em risco segurado de US\$3,9 bilhões e cobertura de US\$550 milhões. Nossas mini-usinas estão cobertas contra riscos nomeados de acordo com diversas apólices.

Acreditamos que nossas apólices, contratadas junto a renomadas seguradoras, refletem as condições usuais de mercado para os tipos de seguros contratados e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados pela nossa administração e por consultores de seguros.

Embora mantenhamos contratos de seguro dentro das práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices (tais como guerra, risco nuclear, atos de terrorismo ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos adicionais para a sua recomposição e reforma.

EMPREGADOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a distribuição geográfica de nossos empregados:

Diretos	Brasil	Exterior	Total
2001	8.631	3.565	12.196
2002	12.978	5.048	18.026
2003	14.263	5.334	19.597
2004	16.067	7.110	23.177
2005	16.446	8.808	25.254
2006	17.028	14.537	31.565
2007	19.012	17.973	36.925
Terceirizados⁽¹⁾	Brasil	Exterior	Total
2006	11.352	1.976	13.298
2007	11.797	1.890	13.687

⁽¹⁾ “Terceirizados” corresponde aos empregados de nossos prestadores de serviços, os quais prestam, como empregados desses prestadores de serviços, serviços diretamente a nós em áreas que não pertencem ao nosso principal negócio.

Em 31 de dezembro de 2007, contávamos com 36.925 empregados em nossas unidades industriais, excluindo-se as três *joint ventures*, a saber, Bradley Steel, Gallatin Steel, Monteferro e nossa subsidiária Pacific Coast Steel. Desse total, 51,0% encontram-se no Brasil e o restante em unidades na América Latina, na América do Norte e na Europa. O número de empregados no Brasil cresceu consideravelmente em 2002 devido à consolidação total da Gerdau Açominas. Na América do Norte, o número de empregados aumentou em 2002 devido à incorporação dos empregados da Co-Steel na Gerdau Ameristeel Corp. e, em 2004, devido à consolidação da North Star Steel na Gerdau Ameristeel. Em 2005 e 2006, o número de empregados aumentou devido à incorporação dos empregados das novas aquisições na Colômbia, na Espanha e no Peru. Em 2007, o número de empregados aumentou devido à incorporação da Sizuca na Venezuela, Sidertul no México e na Chaparral nos Estados Unidos.

Atividades da companhia

Como os sindicatos no Brasil são organizados de forma regional, ao invés de nacional, não celebramos contratos de âmbito nacional com nossos empregados. Acreditamos que a estrutura de pagamento e benefícios de nossos empregados é compatível com as condições gerais de mercado. Fornecemos, ainda, a nossos empregados benefícios adicionais, como plano de saúde e auxílio-creche.

Buscamos continuamente manter boas condições de trabalho em nossas fábricas e, dessa forma, temos um baixo giro de empregados. Devido aos diversos programas de treinamento dos empregados, procuramos administrar a produção necessária reagendando o período de férias ao invés de reduzir a força de trabalho.

A Gerdau Ameristeel Corp. tem tomado e continuará a tomar medidas pró-ativas no estabelecimento e na manutenção de um bom relacionamento com seus empregados. As iniciativas contínuas incluem treinamento das capacidades de desenvolvimento organizacional, programas de criação de equipes, oportunidades para a participação em equipes de comprometimento dos empregados e um sistema de “livro aberto” por parte da administração. A Gerdau Ameristeel Corp. acredita que o alto nível de comprometimento dos empregados representa um fator essencial para o sucesso de suas operações. Os programas de remuneração são desenvolvidos de forma a manter os interesses financeiros dos empregados alinhados com os interesses dos acionistas da Gerdau Ameristeel.

Aproximadamente 38% dos empregados da Gerdau Ameristeel são representados pelo *United Steelworkers of America* (USWA) e outros sindicatos por meio de diferentes acordos coletivos. Esses acordos possuem vencimentos diferentes. Durante 2006, celebramos um novo acordo com os empregados de sua usina Perth Amboy. Em dezembro de 2006, cancelamos um USWA local em suas unidades de corte e dobra de aço em Kansas City, Missouri.

Em março de 2007, celebramos novos acordos coletivos com nossos empregados nas instalações de Beaumont, St. Paul e Wilton. Em abril, celebramos novos acordos coletivos com os empregados nas instalações de Whitby. Atualmente, temos assinado contratos com os empregados de todas as unidades sindicalizadas.

Embora estejamos abertos a negociações em todas as localidades, podemos não ser capazes de negociar com sucesso esses acordos coletivos sem a quebra de cláusulas trabalhistas. Tal quebra poderia, dependendo das operações afetadas e os efeitos de tal quebra, ter um efeito adverso significativo a nossas operações. As atividades de organização trabalhista poderiam ocorrer em uma ou mais de nossas instalações ou em outras companhias, das quais dependemos para o fornecimento de matérias-primas, bem como serviços de transporte e outros. Tais atividades poderiam resultar em prejuízos significativos de produção e receita e terem um efeito adverso significativo em nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

PLANOS DE PENSÃO

A nossa Companhia e outras empresas relacionadas ao Grupo Gerdau são co-patrocinadores de planos de previdência complementar para praticamente todos os seus empregados sediados no Brasil e na América do Norte.

Para os funcionários do Brasil, a Companhia patrocina dois tipos de planos de previdência complementar: (i) um plano para os empregados da antiga Gerdau Açominas e suas controladas (“Plano da Gerdau Açominas”), na modalidade de benefício definido e (ii) outros dois planos para os empregados de empresas do Grupo Gerdau responsáveis pelas demais operações no Brasil (“Plano da Gerdau”), ambos um na modalidade de contribuição definida e outro na modalidade benefício definido, baseado em uma determinada porcentagem da remuneração dos empregados.

O Plano da Gerdau Açominas oferece os benefícios de (i) aposentadoria por tempo de distribuição contribuição, (ii) aposentadoria especial, (iii) aposentadoria por idade, (iv) aposentadoria por invalidez, (v) pensão por morte, (vi) auxílios doença, reclusão, natalidade e funeral.

Atividades da companhia

Com relação aos Planos da Gerdau, os benefícios oferecidos pelo “plano de aposentadoria” consistem em (i) aposentadoria normal, (ii) aposentadoria antecipada, (iii) aposentadoria por invalidez, (iv) benefício de auxílio doença; (v) pensão por morte; e (vi) benefício proporcional e (vii) benefício mínimo. Já o “plano de aposentadoria suplementar” garante oferece os benefícios de (i) aposentadoria suplementar, (ii) aposentadoria suplementar por invalidez, (iii) pensão por morte e (iv) benefício proporcional.

O “plano de aposentadoria” é integralmente custeado pela Companhia, enquanto que o “plano de aposentadoria suplementar” é custeado pelo empregado, que pode contribuir com 3%, 4% ou 5% do salário, e pela Companhia, que participa com o montante equivalente a até 100% do total das contribuições realizadas pelo empregado.

Os montantes das contribuições realizadas pela Companhia e outras empresas subsidiárias no Grupo, no papel de patrocinadora dos planos de previdência complementar instituídos no Brasil, totalizam R\$35.417 mil e R\$43.117 mil, respectivamente relativos aos exercícios de 2006 e 2007.

Com relação aos empregados sediados na América do Norte, os montantes totais das contribuições realizadas nos últimos três exercícios correspondem a R\$66.196 mil e R\$64.271 mil, respectivamente para os anos de 2006 e 2007.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

Em 2007, reforçamos nosso papel no processo de consolidação da siderurgia mundial e mantivemos nossa trajetória de expansão. O crescimento, assim como tem ocorrido ao longo dos anos, vem sempre acompanhado pelo respeito às pessoas e ao meio ambiente. Por isso, seguiremos investindo no desenvolvimento das comunidades e contribuindo com a preservação da natureza. Também continuaremos reforçando o foco no cliente, a criação de valor aos acionistas, a busca pela qualidade superior de seus produtos e serviços, a segurança no ambiente de trabalho, a ampliação da produtividade e a redução de custos. O quadro de Indicadores Sociais, que acompanha nossas demonstrações financeiras anexas a este Prospecto, apresenta os números de 2007, de acordo com o padrão do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Respeitamos o meio ambiente e, por isso, investimos em pesquisas, em sistemas de proteção atmosférica e de reaproveitamento de água, no desenvolvimento de fontes alternativas de energia e na redução das emissões de CO₂. Em 2007, foram destinados US\$345,7 milhões para a área ambiental, o que representa um aumento de 105,1% sobre 2006.

A contribuição para a preservação ambiental também ocorre a partir da utilização da sucata, a principal matéria-prima de nosso processo industrial. Com essa iniciativa, reduzimos a necessidade de uso de energia e, conseqüentemente, as emissões de CO₂.

Modernos sistemas de despoejamento instalados em nossas unidades industriais contribuem para proteger a atmosfera. Esses equipamentos absorvem as partículas sólidas geradas no processo produtivo do aço, evitando que elas sejam lançadas na atmosfera.

O consumo de água, fundamental no processo produtivo, também recebe nossa atenção redobrada. Atualmente, 97,6% da água utilizada durante a produção do aço é tratada e reaproveitada internamente.

Nossas unidades industriais mantêm cinturões verdes em seu entorno com a finalidade de contribuir para a preservação da biodiversidade nos locais onde está presente. Em 2007, de um total de 17,7 mil hectares de nossa propriedade, 10,7 mil hectares são áreas de reserva legal, preservação permanente ou matas nativas. A não conformidade com as regulamentações ambientais quanto a nossas áreas verdes pode causar efeito adverso aos nossos negócios.

Atividades da companhia

Não aderimos a nenhuma norma de conduta específica ou padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

Um de nossos diferenciais competitivos é o alto comprometimento de nossos mais de 37 mil profissionais com o negócio. Isso reflete a transparência, o respeito e a busca de ganhos mútuos que pautam o relacionamento com nossos colaboradores.

Investimos em capacitação e possuímos programas que destinam-se a preparar lideranças globais para trabalhar em qualquer de nossas unidades no mundo e a treinar talentos em nossas diversas áreas. Em 2007, os recursos destinados à área somaram R\$44,6 milhões, valor 20,4% maior que o registrado em 2006.

A possibilidade de uma carreira internacional e de forte desenvolvimento profissional, assim como a valorização do empreendedorismo, elevam nossa capacidade de atrair talentos. Uma das principais iniciativas para recrutamento e formação de novos profissionais é o programa de *trainees*. Em 2007, 318 jovens ingressaram em nossa Companhia por meio do programa de *trainees* em sete países – Brasil, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Argentina, Uruguai e Chile.

A segurança dos colaboradores e dos prestadores de serviço é nossa prioridade absoluta. Temos como objetivo zerar o número de acidentes e, por isso, investimos em tecnologias, treinamentos, equipamentos de proteção, campanhas de conscientização e no Sistema de Segurança Total – conjunto das melhores práticas seguido por todas as operações.

A satisfação em trabalhar em nossa Companhia está entre as mais altas do mundo, segundo a consultoria internacional responsável pela pesquisa de clima interno. Em 2007, nosso índice de satisfação foi de 78%, sendo que 92% dos colaboradores convidados a participar responderam à pesquisa.

Estamos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade. Para tanto, buscamos soluções inteligentes que contribuam para o crescimento do negócio, com desenvolvimento social e respeito ao meio ambiente. Acreditamos na oportunidade das parcerias com clientes, fornecedores, colaboradores, poder público, empresas e organizações da sociedade civil. As políticas e diretrizes são conduzidas pelo Instituto Gerdau. Em 2007, foram investidos R\$72,7 milhões, em projetos de responsabilidade social, o que representa um crescimento de 40,9% sobre 2006.

Nas comunidades, contribuimos com programas para a melhoria da qualidade da educação, a formação de empreendedores, a difusão da gestão pela qualidade total e diversas outras ações nas áreas da cultura e do esporte.

O trabalho voluntário é um importante canal de participação dos colaboradores no apoio às comunidades. Em 2007, 6.287 colaboradores atuaram como voluntários, número 66,5% maior que o registrado em 2006. O voluntariado nas comunidades também é estimulado pelo apoio a instituições como a ONG Parceiros Voluntários, a ONG Rio Voluntário e a United Way, grandes redes de mobilização da sociedade civil brasileira e norte-americana.

Procuramos, também, contribuir com o desenvolvimento da sociedade nos países em que estamos presentes, participando ativamente de programas de interesse nacional. Isso é feito por meio de parcerias com organizações como o Movimento Brasil Competitivo (MBC), a World Childhood Foundation (WCF), o Todos pela Educação, o Instituto Ethos, a Unesco e diversas outras instituições.

Entre as iniciativas das quais participamos, merecem destaque o programa “Reciclagem” e o movimento “Todos pela Educação”. O “Reciclagem” contribui para tornar a coleta de resíduos uma atividade economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável. Já o “Todos pela Educação” mobiliza a sociedade civil e a opinião pública brasileira na busca por maior qualidade no ensino básico, reforçando o acompanhamento do desempenho das escolas, educadores e alunos. O movimento já se mostrou capaz de influenciar o Plano de Desenvolvimento da Educação do governo brasileiro, por meio do estabelecimento de metas.

Atividades da companhia

O Instituto Gerdau iniciou a expansão de sua abrangência para o Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia e Peru. Assim, as ações apoiadas pelas unidades do Grupo Gerdau nesses países passarão a ter um alinhamento com as políticas corporativas. Em 2008, o Instituto Gerdau começará o planejamento para a participação em projetos desenvolvidos pelas unidades nos Estados Unidos e Canadá.

A tabela abaixo apresenta o valor investido e o número de voluntários envolvidos nos projetos sociais conduzidos pelo Instituto Gerdau nos três últimos anos:

	2007	2006	2005
Valor Investido (R\$ milhões).....	72,7	51,6	41,7
Número de Voluntários.....	6.287	3.777	1.600

Adicionalmente, o Grupo Gerdau acredita que o investimento em educação é essencial para desenvolver cidadãos com oportunidades iguais e aptos para exercer a liberdade de forma responsável. Em 2007, a organização destinou R\$63,9 milhões para iniciativas nessa área. Parte desses recursos é proveniente de incentivos fiscais para a cultura.

Os investimentos na qualidade da educação representam a maior parcela dos recursos destinados pelo Grupo Gerdau à sociedade. O apoio ao movimento Junior Achievement, por exemplo, já mobilizou mais de um milhão de jovens por meio da educação para o empreendedorismo. Nas artes, a Bienal do Mercosul, além de fortemente consolidada como uma das maiores exposições culturais do mundo, atingiu, com o seu programa Ação Educativa, mais de 800 mil alunos.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Adicionalmente ao controle de qualidade, recebemos diversos prêmios ao longo de nossa história, dentre os quais destacamos os seguintes nos últimos três anos:

IR Magazine Awards Brazil

IR Magazine Awards Brazil – Melhor Conference Call em 2007.

IR Magazine Awards Brazil – Menção Honrosa para Melhor Programa de RI para Investidores Individuais em 2005, 2006 e 2007.

IR Magazine Awards Brazil – Menção Honrosa para Melhor Desempenho em RI por um CEO ou CFO em 2006 – Osvaldo B. Schirmer.

IR Magazine Awards Brazil – Menção Honrosa para Melhor Executivo de RI – Osvaldo B. Schirmer em 2005.

IR Magazine Awards Brazil – Menção Honrosa para Melhor Website de RI em 2005.

IR Magazine Awards Brazil – Menção Honrosa para Melhor Governança Corporativa em 2005.

O IR Magazine Awards Brazil celebra a excelência das empresas e dos profissionais de RI nas comunicações com os acionistas e das práticas de relações com investidores no país. Os vencedores são escolhidos através de uma sondagem realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

IR Global Ranking

IR Global Rankings – TOP 5 Governança Corporativa na América Latina em 2006.

O IR Global Rankings é uma auditoria/classificação mundial de Websites de RI, Governança Corporativa e Divulgação de Resultados, baseada em pesquisa detalhada de companhias abertas e investidores, apoiada na contribuição de especialistas em auditoria, governança corporativa e área legal (KPMG Auditores Independentes, Linklaters e JPMorgan).

Atividades da companhia

“Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – Troféu Transparência”

A Gerdau foi a vencedora do 11º “Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – Troféu Transparência”, referente às suas demonstrações contábeis de 2006. Foi a 8ª vez consecutiva que a Gerdau foi classificada entre as dez empresas que apresentaram as melhores demonstrações financeiras e a primeira vez que recebeu o prêmio principal. Concorrem empresas sediadas em todo o território nacional, selecionadas entre as 500 maiores e melhores empresas privadas nas áreas de comércio, indústria e serviços, exceto serviços financeiros, além das 50 maiores estatais.

Prêmio APIMEC

O Prêmio APIMEC foi instituído em 1973 com o objetivo de destacar profissionais, empresas e órgãos que contribuam significativamente para o aprimoramento técnico e o desenvolvimento do Mercado de Capitais. Até 2002 o prêmio era denominado Prêmio ABAMEC, instituição que deu origem a APIMEC.

No ano de 2005, recebemos o Prêmio APIMEC na categoria Profissional de Relações com Investidores, na pessoa do Sr. Tarcisio Beuren, nosso atual gerente de relações com investidores.

SÓLIDA CONDIÇÃO FINANCEIRA

Recentemente, desenvolvemos e aprimoramos nosso relacionamento com as principais instituições financeiras que operam nos mercados de capitais nacional e internacional, com o objetivo de obter recursos financeiros diversos necessários ao nosso desenvolvimento. Utilizamos uma série de ferramentas financeiras, incluindo empréstimos e financiamentos bancários, *bonds* e *commercial papper*, e temos acesso a diversas formas de financiamento em vista de nossa sólida condição financeira. Adicionalmente, temos conseguido suprir nossas necessidades financeiras por meio ações internas, como a geração de caixa e aumento de capital.

Nossas ações são listadas no Brasil desde 1947 e, em 2002, aderimos ao programa de Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA. Nossa controlada Gerdau tem ADRs listados na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) desde março de 1999 e, em dezembro de 2002, listou suas ações preferenciais na LATIBEX, onde ações são negociadas em Euros. A Gerdau Ameristeel tem suas ações listadas no Canadá, na Bolsa de Toronto, e, recentemente, começou a negociá-las na Bolsa de Nova Iorque (NYSE).

SAZONALIDADE DE NOSSOS NEGÓCIOS

Nossas vendas estão sujeitas a variações sazonais e estão diretamente relacionadas ao desempenho dos principais setores da economia para os quais fornecemos nossos produtos, os quais estão sujeitos a variações decorrentes de alterações no PIB dos países em que operamos. No Brasil e em outros países da América Latina, a demanda no segundo e terceiro trimestres tendem a ser maiores do que no primeiro e quatro trimestres. Na América do Norte, a demanda é influenciada pelas condições do inverno, quando o consumo de eletricidade e outras fontes de energia (como o gás natural) pode aumentar de forma exacerbadamente, contribuindo para o aumento de custos, diminuição das atividades de construção e das vendas das companhias. O terceiro trimestre na Espanha é tradicionalmente o período de férias coletivas, o que reduz as atividades nesse período para apenas dois meses.

DEPENDÊNCIA DE NOSSOS NEGÓCIOS

Não dependemos de qualquer licença ou patente, contratos industrial, comercial ou financeiro (incluindo contratos com cliente ou fornecedores) ou ainda de novos processos de manufatura que sejam relevantes a nossos negócios ou lucratividade.

Atividades da companhia

Temos a política de diversificar nossa cadeia de fornecedores, o que nos permite trocar de fornecedor na eventualidade de uma quebra contratual sem afetar a continuidade de nossas operações.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes no Brasil, sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado passível de renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Somos titulares de diversos registros e pedidos de registro de marca no Brasil. Nossa principal marca, a “Gerdau”, está devidamente registrada no INPI em sua forma mista (com logotipo), nas classes relativas a minérios e produtos de metais em geral. Possuímos um pedido de registro da marca “Gerdau” na forma nominativa, depositado para a mesma classe.

Domínios

Possuímos um total de 194 nomes de domínio registrados no Brasil, incluindo “gerdau.com.br”, e 119 nomes de domínio registrados no exterior.

Patentes

Possuímos 2 patentes concedidas no Brasil, sendo uma referente a treliça estrutural específica para telhados, e outra referente a disposição construtiva aplicada a cercas de arame com perfis metálicos, além de sermos titulares de 3 pedidos de patente em andamento perante o INPI.

EFEITOS RELACIONADOS À REGULAMENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Embora a regulamentação governamental seja aplicada à indústria como um todo, não estamos sujeitos a qualquer regulamentação específica que possa afetar materialmente nossos negócios.

REGULAMENTAÇÃO GOVERNAMENTAL E OUTROS ASPECTOS LEGAIS

Regulamentação Ambiental

Em todos os países em que operamos estamos sujeitos a leis e regulamentações ambientais que dispõem, principalmente, sobre emissões atmosféricas, lançamento de efluentes e manuseio e disposição final de resíduos perigosos. Acreditamos que nossas unidades têm operado em conformidade com as normas ambientais. As respectivas permissões e licenças exigem o cumprimento de diversos padrões de desempenho, monitorados pelas autoridades ambientais competentes. Contamos com uma equipe de especialistas para administrar todas as etapas de nossos programas ambientais, além de utilizar auditores externos quando necessário. Trabalhamos para que nossas instalações de fabricação operem, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas, permissões e licenças ambientais em vigor. Quando adquirimos novas instalações, avaliamos a possibilidade de ocorrência de passivos ambientais e preparamos um plano de trabalho junto às autoridades locais.

Atividades da companhia

O processo de produção do aço gera emissões atmosféricas, lançamentos de efluentes, e resíduos sólidos, o que pode causar danos ao meio ambiente. O principal resíduo perigoso gerado por nossas operações é o pó de aciaria, um resíduo da produção de aço em fornos elétricos a arco. Instalamos sistemas de filtro em todas as unidades que produzem aço, o que garante altos níveis de eficiência relacionados à filtragem e retenção do pó de aciaria. Os custos de recolhimento e tratamento do pó provenientes dos nossos fornos elétricos são contabilizados, quando incorridos, como custos operacionais. A legislação ambiental que dispõe sobre a destinação adequada desse pó pode sofrer mudanças, o que pode acarretar em significativo aumento dos custos de nossa Companhia com o cumprimento dessas normas. Acreditamos que, atualmente, o pó gerado em nossos fornos elétricos a arco esteja sendo recolhido, tratado e descartado de acordo com toda a regulamentação ambiental dos locais em que atuamos.

Na maioria dos países, os governos federal e estadual exercem plenos poderes para promulgar leis de proteção ao meio-ambiente e emitir as respectivas regulamentações de acordo com tais leis. Além dessas normas, leis ambientais municipais e regulamentações podem também ser aplicadas. No Brasil, como apenas a União pode legislar sobre Direito Penal, a legislação ambiental elaborada em âmbito estadual e municipal sujeita as pessoas físicas e jurídicas a infrações e penalidades administrativas. De qualquer forma, a ocorrência de dano ambiental, sujeita a pessoa física ou jurídica, independentemente da existência de culpa, a reparação e a indenização. As pessoas física ou jurídica que venham a cometer um crime contra o meio-ambiente normalmente estão sujeitas a penalizações e sanções, as quais, para pessoa física, variam de multas até a detenção e, para a pessoa jurídica, incluem suspensão ou interrupção das atividades e proibição de contratar com órgãos governamentais. Normalmente, os órgãos governamentais de proteção ao meio-ambiente podem impor sanções administrativas sobre aqueles que não cumprirem com as leis e regulamentações ambientais, incluindo, entre outras:

- multas;
- suspensão total ou parcial das atividades;
- obrigações de reembolsar trabalhos de recuperação e projetos ambientais;
- cancelamento ou limitação dos incentivos e benefícios fiscais;
- fechamento de estabelecimentos e empreendimentos; e
- cancelamento ou limitação de linhas de crédito junto a instituições de crédito oficiais.

Investigações Comerciais e Protecionismo Governamental

Nos últimos anos, as exportações dos produtos de aço de diversas companhias e países, incluindo o Brasil, estiveram sujeitas a obrigações de proteção contra a concorrência e outras investigações comerciais relacionadas nos países importadores. A maioria dessas investigações resultou em obrigações limitando a capacidade das companhias investigadas de acessar tais mercados de importação. No entanto, até o presente momento, tais investigações não tiveram um impacto significativo sobre o nosso volume de exportações.

Permissão de Exploração de Minas

Nossas operações de mineração estão sujeitas a concessões governamentais e nossas atividades de mineração estão sujeitas às limitações impostas pela Constituição Federal brasileira, pelo Código de Mineração Brasileiro e pelas leis, normas e regulamentações relacionadas promulgadas. De acordo com os contratos de concessão, obtivemos permissão para explorar as minas localizadas em Miguel Bournier, Várzea do Lopes, Dom Bosco e Gongo Soco, no estado de Minas Gerais, até a exaustão de tais reservas. O Código de Mineração Brasileiro e a Constituição Federal brasileira impõem às companhias que realizam atividades de mineração, como a nossa, exigências relacionadas, entre outras, à forma como os depósitos minerais são explorados, à saúde e segurança dos trabalhadores, à proteção e recuperação ambiental, à prevenção da poluição e à promoção da saúde e segurança das comunidades locais onde as minas estão localizadas.

Atividades da companhia

PROCESSOS LEGAIS

Visão Geral

Nossa Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível, sendo a maioria delas decorrente do curso normal de nossos negócios. Nossa Administração acredita, com base na opinião de nossos consultores legais, que a provisão para essas contingências é suficiente para cobrir prejuízos prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos adversos significativos sobre a nossa Companhia e nossas controladas, conforme posição econômico-financeira de 31 de dezembro de 2007.

As disputas judiciais e administrativas mais significativas (envolvendo valores superiores a US\$8,0 milhões) encontram-se brevemente detalhadas a seguir. Para obter maiores informações sobre as provisões para as contingências, vide as notas explicativas a nossas demonstrações financeiras anexas na página 239 deste Prospecto .

A tabela abaixo apresenta os valores envolvidos, contingenciados e os respectivos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2007 e 2006, de acordo com a natureza das ações:

Ações	Valores Envolvidos		Contingências		Depósitos judiciais	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
	(mil reais)		(mil reais)		(mil reais)	
Tributárias	354.218	246.139	383.918	318.881	188.390	116.014
Trabalhistas.....	23.225	102.796	93.800	71.243	23.913	36.204
Cíveis	20.695	20.672	12.601	12.866	11.972	16.240
Total	398.138	369.607	490.319	402.990	224.275	168.458

CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

A tabela abaixo apresenta os saldos de nossas provisões tributárias em 31 de dezembro de 2007 e 2006:

Ações	Provisões	
	2007	2006
	(mil reais)	
Tributárias	383.918	318.881
ICMS.....	90.331	47.766
CSLL	5.903	6.008
IRPJ.....	13.098	15.977
INSS	46.671	33.752
ECE.....	33.996	33.852
RTE.....	21.612	21.574
II.....	89.018	82.070
Outras provisões tributárias	83.289	77.882

Atividades da companhia

Em 31 de dezembro de 2007, nós e nossas controladas éramos parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, para as quais foi constituída provisão no valor total de R\$383,918 milhões. Os processos que consideramos como perda provável, tendo em vista o julgamento de nossos assessores legais e da Administração, e para os quais constituímos provisões nos valores indicados acima estão detalhadamente descritos a seguir:

- R\$90,331 milhões relativos a discussões acerca do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em sua maioria no tocante a direito de crédito, estando a maior parte dos processos em andamento perante a Secretaria da Fazenda dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e Justiça Estadual de Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso, Maranhão e Paraná. As contingências foram devidamente atualizadas, conforme determina a legislação;
- R\$5,903 milhões referentes a Contribuição Social sobre o Lucro. Os valores se referem, substancialmente, às discussões relativas à constitucionalidade e base de cálculo da referida contribuição;
- R\$13,098 milhões sobre matérias relacionadas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, em discussão na esfera administrativa;
- R\$46,671 milhões referentes a contribuições devidas à previdência social, cujas discussões judiciais, na controlada Gerdau, correspondem, em sua maior parte, a Execuções Fiscais e Ações Anulatórias, em trâmite perante a Justiça Federal de Primeira e Segunda Instâncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco. A provisão refere-se, ainda, a ações questionando entendimento do INSS no sentido de cobrar contribuição previdenciária sobre pagamentos feitos pela controlada Gerdau Açominas a título de Participação nos Lucros e Resultados, discussões relativas a Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e de diversas autuações do INSS em face de serviços contratados de terceiros, nas quais o Instituto apurou débitos relativos aos últimos 10 anos e autuou a controlada Gerdau Açominas por entender que a mesma é solidariamente responsável. As autuações foram mantidas administrativamente, em razão do que a Gerdau Açominas ajuizou ações anulatórias com depósito judicial do respectivo crédito discutido, ao fundamento básico de que houve a decadência do direito de constituir parte dos créditos e que não há a responsabilidade apontada;
- R\$33,996 milhões de Encargo de Capacidade Emergencial – ECE e R\$21,612 milhões de Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica das unidades industriais de nossas controladas. Tais encargos têm, no nosso entendimento, natureza jurídica de tributo, e, como tais, são incompatíveis com o Sistema Tributário Nacional disposto na Constituição Federal, razão pela qual sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente, estando os processos em curso na Justiça Federal de Primeira Instância de São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como nos Tribunais Regionais Federais e Superior Tribunal de Justiça. Temos depositado judicialmente o valor integral dos encargos discutidos;
- R\$89,018 milhões relacionados a uma provisão constituída por nossa controlada Gerdau Açominas, que se destina a cobrir exigências da Receita Federal acerca de Imposto sobre Importações, Imposto sobre Produtos Industrializados e acréscimos legais decorrentes, consubstanciados em auto de infração em face de operações realizadas ao abrigo do regime fiscal de *drawback*. As autoridades fiscais entenderam que a Gerdau Açominas não estaria apta a beneficiar-se do regime de *drawback* por não cumprir os requisitos da legislação para a concessão deste regime. A administração não concorda com a exigência das autoridades fiscais que desconsideraram o regime de *drawback* e autuaram os tributos incidentes na importação e acredita que todas as operações foram realizadas de acordo com a lei aplicável e ao amparo do ato concessório emitido pelas autoridades competentes (Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX). Posteriormente à lavratura do auto de infração, bem como apresentação de defesa administrativa e recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, as autoridades do DECEX entenderam por anular o ato concessório. Em resposta à anulação do ato concessório a Gerdau Açominas impetrou mandado de segurança, o qual aguarda julgamento no STF; e
- R\$83,289 milhões de outras contingências provisionadas, considerando o julgamento dos assessores legais e de nossa Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

Atividades da companhia

Existem outras contingências de natureza tributária, cuja probabilidade de perda não é considerada provável e, por esse motivo, não constituímos provisões para tais contingências. Tais ações estão sumariamente descritas a seguir:

Nossa controlada Gerdau é ré em execução fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais, que reivindica supostos créditos de ICMS resultantes, principalmente, de vendas de mercadorias a empresas comerciais exportadoras. Em 31 de dezembro de 2007, o valor total em discussão perfazia R\$49,075 milhões. Não constituímos provisão para tal processo, por acreditarmos que o imposto é indevido, já que as saídas de mercadoria para fins de exportação são isentas de ICMS.

Nossa controlada Gerdau é ré em execuções fiscais promovidas pelo Estado de Minas Gerais e Pernambuco, por meio das quais são exigidos créditos de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados semi-acabados. Em 31 de dezembro de 2007, o valor total em discussão perfazia R\$47,367 milhões. Não constituímos provisão para tais processos por considerarmos indevido o tributo objeto de execução, uma vez que acreditamos que os produtos não se enquadram na definição de produtos industrializados semi-acabados, assim definidos em lei complementar federal e, dessa forma, não estão sujeitos à incidência de ICMS. No ano de 2007, o processo envolvendo nossa controlada Gerdau Açominas teve desfecho favorável à empresa em decisão terminativa.

Nossa controlada Gerdau aderiu, em 6 de dezembro de 2000, ao Parcelamento Alternativo ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), parcelando débitos de PIS e COFINS em 60 parcelas mensais, tendo pago a última parcela em 31 de maio de 2005. Em que pese o pagamento de todas as parcelas, remanesce na Conta REFIS o saldo de R\$20,579 milhões, devidamente impugnado e, uma vez solucionadas as pendências identificadas no processo administrativo que tramita perante o Comitê Gestor do REFIS, nossa Administração acredita que o programa de parcelamento será finalmente extinto.

Nossas controladas Gerdau, Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos e Gerdau Comercial de Aços, possuímos outras discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$76,705 milhões. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

Nossas controladas Gerdau, Gerdau Aços Longos, partes em demandas que tratam de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O valor total das discussões perfaz atualmente R\$51,186 milhões. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2007, nós e nossas controladas éramos réus em processos de natureza trabalhista, para os quais constituímos provisões no valor de R\$93,800 milhões. Nenhum desses processos refere-se a valores individuais significativos e as discussões envolvem principalmente questões relacionadas a horas extras, insalubridade, adicional de periculosidade, ações de indenização por acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, entre outros. O saldo dos depósitos judiciais relacionados a processos trabalhistas, em 31 de dezembro de 2007, era de R\$23,913 milhões.

Contingências Cíveis e Outras

Em 31 de dezembro de 2007, nós e nossas controladas éramos réus em processos de natureza cível, decorrentes do curso ordinário de nossas operações e de nossas controladas, para os quais constituímos provisões no valor total de R\$12,601 milhões. O saldo dos depósitos judiciais relativos a tais processos, em 31 de dezembro de 2007, totalizavam R\$11,972 milhões.

Atividades da companhia

Processo Antitruste

A Companhia foi parte de representação apresentada por dois sindicatos de construção civil do estado de São Paulo, que alegam que nossa Companhia e outras produtoras de aço longo no Brasil estariam dividindo os clientes entre si, o que violaria a legislação antitruste.

Com base nas investigações conduzidas pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) e de acordo com audiências públicas, a opinião da SDE foi de que existiu a formação de cartel. Tal decisão foi também amparada por uma opinião da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) que foi apresentada anteriormente. O processo, então, foi encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para julgamento.

No entanto, o trâmite do processo ficou suspenso de maio de 2004 até 16 de agosto de 2005, devido à antecipação de tutela concedida no âmbito de uma ação judicial por nós proposta, com a finalidade de anular o processo administrativo em vista de diversas irregularidades ocorridas durante sua fase de instrução. A cassação da antecipação de tutela pelo Tribunal Regional Federal se deu através de recursos interpostos pelo CADE.

O CADE, independentemente do pedido por nós formulado de produção de provas, julgou, em 23 de setembro de 2005, o mérito do processo administrativo e, por maioria, nos condenou e a outros produtores de aços longos, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento, por nós registrado, no exercício anterior à instauração do processo administrativo (excluídos os impostos). O conteúdo dessa decisão mostrou-se contraditório, o que nos forçou buscar, em duas ocasiões diferentes, esclarecimentos por meio de embargos de declaração – um instrumento processual que não busca reexaminar o mérito de uma decisão, mas esclarecer “obscuridade”, “contradição” ou “omissão” contida em tal decisão. Ambos os embargos de declaração foram julgados, conhecidos e providos nas datas de 29 de março de 2006 e 24 de maio de 2006.

Apesar da decisão do CADE, a demanda judicial por nós anteriormente proposta seguiu seu curso e caso as irregularidades processuais por nós alegadas sejam reconhecidas, a decisão do CADE poderá ser anulada.

Além disso, para reverter tal decisão do CADE, propusemos, em 26 de julho de 2006, nova ação ordinária que não somente ratifica os termos da primeira demanda, mas também enfatiza as irregularidades identificadas no curso do processo administrativo junto ao CADE. A Juíza Federal competente para a análise do feito decidiu, em 30 de agosto de 2006, por meio de tutela antecipada, suspender os efeitos da decisão do CADE até a decisão final a ser proferida pelo Juízo, mediante a entrega de carta de fiança bancária correspondente a 7% sobre o faturamento bruto apurado em 1999, excluídos impostos (R\$245,070 milhões). A ação aguarda o julgamento de primeira instância. Em 28 de junho de 2007, foi ordenada a publicação de despacho dando ciência às partes da decisão do juízo de primeira instância sobre a manutenção da antecipação de tutela deferida, após a contestação do CADE.

Cumprir informar que em momento anterior à decisão do CADE, o Ministério Público Federal de Minas Gerais, baseado na decisão proferida nos autos do processo administrativo instaurado pelo CADE, ajuizou uma Ação Civil Pública requerendo que a Gerdau e outras duas empresas se abstenham de praticar, em qualquer ponto do território nacional, atos ou acordos que contrariem a legislação antitruste, sob cominação de pena de multa de R\$500.000,00 por dia de descumprimento. Além disso, requer o Ministério Público Federal a condenação das rés ao pagamento de multa no valor correspondente a 10% de seu faturamento bruto, excluídos impostos, considerando-se os valores apurados no exercício de 2001. Contestamos tal alegação em 22 de julho de 2005. Atualmente, os autos encontram-se em fase de produção de provas.

Atividades da companhia

Refutamos vigorosamente ter nos engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entendemos, com base nas informações disponíveis, incluindo a opinião de nossos assessores jurídicos, que o processo administrativo conduzido pelo SDE está eivado de irregularidades, algumas delas, inclusive, insanáveis. Em relação ao mérito da discussão, acreditamos não ter praticado tal conduta alegada, tendo inclusive o entendimento de renomados técnicos e especialistas nesse sentido, o que nos permite acreditar na possível reversão de nossa condenação nos autos do processo administrativo instaurado pelo CADE.

Seguros

Ação cível movida pela Sul América Companhia Nacional de Seguros contra a Gerdau Açominas e o Banco Westdeutsche Landesbank Girozentrale, New York Branch (WestLB), tendo por objeto a consignação em pagamento do valor de R\$34,383 milhões, como forma de quitação de indenização de sinistro. Esse montante foi depositado judicialmente.

A Sul América alegou incertezas a quem o pagamento deveria ser feito e que a nossa controlada Gerdau Açominas estava resistindo em receber tal pagamento e quitar. A ação foi contestada pelo WestLB (que alegou não ter nenhum direito sobre o valor depositado, o que afasta a dívida alegada pela Sul América), bem como pela Gerdau Açominas (que alegou não haver dúvidas quanto ao pagamento e motivo justificável para recusar recibo de quitação, uma vez que o valor devido pela Sul América é superior ao apontado). Após as contestações, a Sul América alegou vício na representação do banco, questão já superada, e foi determinado, em dezembro de 2004, o levantamento do valor depositado pela Gerdau Açominas. Esse processo deve entrar na fase de apresentação de provas, principalmente para determinar o valor de fato devido em conexão com a apólice de seguro.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, acreditamos que as chances de uma decisão desfavorável são remotas e que a decisão final determinará que o valor de indenização reclamado pela seguradora não é correto.

Adicionalmente, a Gerdau Açominas ajuizou, anteriormente à ação acima referida, ação de cobrança da quantia reconhecida pelas seguradoras. Os processos estão em apensos aguardando julgamento. Nesta ação, a expectativa é de êxito de nossa controlada Gerdau Açominas.

Referidas ações cíveis decorrem do acidente ocorrido em 23 de março de 2002 com os regeneradores da planta do alto forno de nossa Unidade Ouro Branco, que resultou na paralisação de diversas atividades, com danos materiais aos equipamentos da usina e em lucros cessantes. Os equipamentos, bem como os lucros cessantes decorrentes dos acontecimentos, estavam cobertos por apólice de seguro. O relato dos acontecimentos, bem como a “reclamação de prejuízos para pronto pagamento”, foram protocolados junto ao IRB – Brasil Resseguros S.A., tendo sido recebido um adiantamento de R\$62 milhões no ano de 2002.

Em 2002, uma estimativa preliminar e conservadora das indenizações relacionadas às coberturas de lucros cessantes e danos materiais, no montante total de aproximadamente R\$110 milhões, foi registrada, com base no montante dos custos fixos incorridos durante parte do período de paralisação parcial das atividades da usina e dos gastos imediatos a serem então incorridos para recuperar, provisoriamente, os equipamentos. Essa estimativa aproxima-se do valor do adiantamento recebido (R\$62 milhões) mais o montante proposto pela seguradora como complemento para quitação da indenização (R\$34,4 milhões). Posteriormente, novos valores foram acrescidos à discussão, como consta na contestação de nossa controlada, embora ainda não contabilizados. Além destes valores, incorremos em outros custos para recuperação dos danos decorrentes do acidente, além de perdas relacionadas que foram listadas em sua contestação na ação em andamento e que serão objeto de confirmação durante a instrução do processo, ocasião em que serão contabilizadas. O processo encontra-se com as perícias de engenharia e contábil em andamento, quando serão demonstrados judicialmente os valores apontados pela Gerdau Açominas.

Atividades da companhia

Por fim, foi ajuizada pela Itabira Agro-Industrial S/A ação ordinária de rescisão de contrato de compra e venda de escória cumulada com pedido de perdas e danos em face da Gerdau Açominas, cujo valor da causa é de R\$19.000.000,00 (valor da multa que a Itabira requer lhe seja paga). Alega a autora que a ré teria inviabilizado o cumprimento do contrato na medida em que deixou de fornecer escória necessária à autora, transferindo o material para terceiros, o que estaria lhe trazendo inúmeros prejuízos. A Gerdau, juntamente com a apresentação da contestação, apresentou reconvenção alegando que, em verdade, foi a autora que deu causa ao descumprimento alegado, vez que incorreu em reiterada mora contratual por não retirar o volume mensal de escória contratado. Nesse diapasão, a Gerdau requereu indenização pelos prejuízos sofridos com a mora da autora.

Em 21 de fevereiro de 2001, foi prolatada sentença julgando as demandas parcialmente procedentes para decretar a rescisão contratual e para declarar ambas as partes culpadas pela quebra contratual, indeferindo ambos os pedidos de indenização por perdas e danos. Contra esta decisão, a autora interpôs recurso de apelação, o qual teve provimento negado. Nesta oportunidade, a Gerdau Açominas interpôs recurso adesivo ao recurso de apelação da autora, tendo o Tribunal de Justiça dado parcial provimento ao recurso a fim de que a Itabira seja condenada a indenizar a Gerdau Açominas pelos transtornos causados por conta da não retirada da escória do pátio da empresa.

Em maio de 2006, a Itabira interpôs recurso especial contra o acórdão que negou provimento ao seu recurso, o qual teve seguimento negado pelo Superior Tribunal de Justiça. Contra esta decisão, a Itabira opôs embargos de declaração que se encontram pendentes de julgamento.

Acreditamos não haver grandes possibilidades de a Itabira reverter os julgamentos proferidos em favor da Gerdau Açominas, de forma que esta demanda não deve trazer impacto financeiro negativo para a Companhia.

Nossa Administração acredita, com base na opinião de seus consultores legais, que a possibilidade de que eventuais perdas decorrentes de outras contingências possam afetar o resultado das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia seja remota.

Contingências Ambientais

Registramos provisão no valor de R\$56,8 milhões, para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de remediação e recuperação ambiental. Possuímos uma equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de nossos programas ambientais, e usamos especialistas externos quando necessário. Esses profissionais desenvolvem, quando necessário, estimativas de passivos potenciais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

Até a presente data, não éramos parte, ou parte interessada, em qualquer contingência de natureza ambiental relevante, que pudesse causar um efeito relevante adverso aos nossos negócios.

ADMINISTRAÇÃO

GERAL

De acordo com nosso Estatuto Social, somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Nosso Estatuto Social prevê, ainda, a existência de um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, bem como que nosso Conselho de Administração poderá criar comitês específicos para auxiliá-lo em suas funções. Dentre os principais comitês criados, destacam-se o Comitê Executivo, responsável pela gestão de nossos negócios, e o Comitê de Excelência, que dá suporte a nosso Comitê Executivo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nosso Conselho de Administração, em conformidade com nosso Estatuto Social, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, sendo 3 (três) conselheiros independentes, além de até 10 (dez) membros suplentes. A Assembléia Geral designará, dentre os conselheiros eleitos, um Presidente e até quatro Vice-Presidentes, que substituirão o titular de acordo com a respectiva ordem de nomeação. Durante os períodos de ausência ou indisponibilidade temporária de algum membro efetivo de nosso Conselho de Administração, o respectivo suplente substituirá o membro efetivo. Nosso Conselho de Administração é o órgão deliberativo responsável, entre outras coisas, pela determinação das políticas e diretrizes de nossos negócios e dos negócios de nossas subsidiárias. Nosso Conselho de Administração também supervisiona as atividades de nossa Diretoria, monitorando a implementação das políticas e diretrizes por ele estabelecidas periodicamente. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Conselho de Administração também é responsável pela contratação de empresas de auditoria externa.

Nossos conselheiros são eleitos em Assembléia Geral de acionistas para mandatos de um ano, sendo permitida a reeleição. O mandato de todos os atuais membros de nosso Conselho de Administração expirará na Assembléia Geral Ordinária de 2008. Os membros de nosso Conselho de Administração podem ser destituídos a qualquer tempo de seus cargos, com ou sem justa causa, nas assembleias gerais de acionistas. Embora nosso Estatuto Social não apresente qualquer exigência com relação à cidadania ou ao local de residência dos membros de nosso Conselho de Administração, nossos conselheiros devem ser acionistas da Companhia. Nosso Conselho de Administração é presidido por seu presidente e, em sua ausência, por um de seus vice-presidentes, os quais são eleitos pela Assembléia Geral de acionistas dentre os membros de nosso Conselho de Administração, para um mandato de um ano, facultada a reeleição.

Nosso Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, duas vezes ao ano e, extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente ou da maioria de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração devem contar com a presença da maioria dos conselheiros, em primeira convocação, ou com qualquer número, em segunda convocação, e as decisões devem ser aprovadas por maioria dos votos dos conselheiros presentes.

Administração

O quadro a seguir indica o nome, a idade, a data de eleição e o cargo dos atuais membros de nosso Conselho de Administração, incluindo os Conselheiros Independentes.

Nome	Idade	Data da Primeira Eleição	Cargo
Jorge Gerdau Johannpeter.....	71	1973	Presidente
Germano Hugo Gerdau Johannpeter	75	1973	Vice-Presidente
Klaus Gerdau Johannpeter	72	1973	Vice-Presidente
Frederico Carlos Gerdau Johannpeter	65	1973	Vice-Presidente
André Pinheiro de Lara Resende	57	2002	Conselheiro Independente
Affonso Celso Pastore	68	2002	Conselheiro Independente
Oscar de Paula Bernardes Neto.....	61	2002	Conselheiro Independente
André Gerdau Johannpeter	45	2008	Conselheiro

O Sr. Expedito Luz é o Secretário Geral de nosso Conselho de Administração.

Apresentamos a seguir um sumário da experiência profissional, áreas de especialização e principais interesses comerciais externos de nossos atuais conselheiros.

Jorge Gerdau Johannpeter (71). O Sr. Jorge trabalha para o Grupo Gerdau desde 1954. Ele e seus irmãos, Germano, Klaus e Frederico, iniciaram na Companhia como auxiliares. O Jorge Johannpeter tornou-se Diretor Executivo em 1971, e foi nomeado membro do Conselho de Administração em 1973. Em 1983, foi nomeado Presidente do Grupo e do Conselho de Administração. De 2002, após a implementação da nova estrutura de governança corporativa, até dezembro de 2006, Jorge Johannpeter exerceu também o cargo de Presidente do Comitê Executivo Gerdau (CEO). Ele é formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desde 2 de janeiro de 2007, tem servido exclusivamente como membro do Conselho de Administração, exercendo o cargo de Presidente.

Germano Hugo Gerdau Johannpeter (75). O Sr. Germano trabalha para o Grupo Gerdau desde 1951. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 é membro do Conselho de Administração. Em 2002, sob a nova estrutura de governança corporativa, tornou-se Vice-Presidente do Conselho de Administração. O Sr. Germano graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

Klaus Gerdau Johannpeter (72). O Sr. Klaus trabalha para o Grupo Gerdau desde 1954. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 é membro do Conselho de Administração. Em 2002, sob a nova estrutura de governança corporativa, tornou-se Vice-Presidente do Conselho de Administração. O Sr. Klaus graduou-se em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Frederico Carlos Gerdau Johannpeter (65). O Sr. Frederico trabalha para o Grupo Gerdau desde 1961. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 é membro do Conselho de Administração. Sob a nova estrutura de governança corporativa, passou a ser também Vice-Presidente Sênior do Comitê Executivo Gerdau, função que manteve até dezembro de 2006. É formado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem mestrado em Negócios, Finanças, Custos e Investimentos pela Universidade de Colônia, na Alemanha. Desde 2 de janeiro de 2007, tem trabalhado exclusivamente como membro do Conselho de Administração, exercendo o cargo de Vice-Presidente.

Administração

André Pinheiro de Lara Resende (57). O Sr. André foi eleito Conselheiro Independente da Companhia em 2002. É formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fez mestrado na Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas e obteve o título de PhD no *Massachusetts Institute of Technology*, nos Estados Unidos. É também membro do Conselho de Administração da Alps Funds. Ao longo de sua carreira, André Pinheiro de Lara Resende desempenhou funções como Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Assessor Especial da Presidência da República, Sócio-Diretor do Banco Matrix S.A., Negociador Chefe da Dívida Externa Brasileira, Diretor Presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Vice-Presidente Executivo e membro do Conselho de Administração do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Diretor da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas Ltda., membro do Conselho da Cia. Ferro Brasileiro S.A.. Membro do Conselho de Administração das Lojas Americanas S.A., Sócio-Diretor do Banco de Investimento Garantia e Diretor da Dívida Pública e Mercado Aberto do Banco Central do Brasil.

Affonso Celso Pastore (68). O Sr. Affonso foi eleito Conselheiro Independente da Companhia em 2002. É formado em Economia pela Universidade de São Paulo e obteve o título de Doutor em Economia pela mesma Universidade. Atua também como professor da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e como consultor de economia. Pastore foi ainda Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e Presidente do Banco Central do Brasil.

Oscar de Paula Bernardes Neto (61). O Sr. Oscar foi eleito Conselheiro Independente da Companhia em 2002. Formou-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Administração de Empresas pela Universidade do estado do Rio de Janeiro. É presidente e diretor da LID – *Latin America Internet Development Group* e membro dos conselhos consultivos da Telesystem International Wireless (TIW) e da Bunge Alimentos S.A., no Brasil. Oscar de Paula Bernardes Neto é também membro dos conselhos da RBS, da CheckForte, Satipel e da Alcoa, no Brasil, além da Delphi Corp., nos Estados Unidos.

André Gerdau Johannpeter (45). O Sr. André trabalha para o Grupo Gerdau desde 1980. Foi recentemente nomeado Diretor Presidente do Grupo Gerdau (*Chief Executive Officer*). É formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em janeiro de 2008 foi eleito membro do nosso Conselho de Administração para substituir Carlos João Petry, que se aposentou.

Endereço Comercial dos Membros de nosso Conselho de Administração

A tabela abaixo apresenta o endereço comercial de cada um dos membros de nosso Conselho de Administração:

Nome	Endereço Comercial
Jorge Gerdau Johannpeter.....	Rua Almirante Tamandaré, nº 523, Bairro Floresta, Porto Alegre, RS, CEP 90220-030
Germano Hugo Gerdau Johannpeter	Av. Farrapos, nº 1.930, Bairro Floresta, Porto Alegre, RS, CEP 90220-001
Klaus Gerdau Johannpeter	Rua Álvaro Chaves, nº 630, Bairro Floresta, Porto Alegre, RS, CEP 90220-001
Frederico Carlos Gerdau Johannpeter	Travessa Azevedo, nº 5, Bairro Floresta, Porto Alegre, RS, CEP 90220-200
André Pinheiro de Lara Resende	Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277, conj. 1.602, 16º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, CEP 01452-000
Affonso Celso Pastore	Rua Alves Guimarães, nº 462, conj. 102, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05410-000
Oscar de Paula Bernardes Neto.....	Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1.460, cj. 84, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04548-005
André Gerdau Johannpeter	Av. Farrapos, nº 1.811, Floresta, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 90220-005

Administração

DIRETORIA

Nossos Diretores são nossos representantes legais, sendo responsáveis por nossa organização interna, pelas operações cotidianas e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas de tempos em tempos pelo nosso Conselho de Administração.

Conforme previsto em nosso Estatuto Social, nossa Diretoria é composta por (i) um Diretor-Presidente, (ii) um Diretor Geral de Operações, (iii) no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) Vice-Presidentes e (iv) de 1 (um) a 15 (quinze) diretores sem designação especial.

Nossos Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de um ano, correspondentes aos mandatos dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição. O mandato de todos os nossos atuais Diretores expirará em 30 de abril de 2008.

O quadro a seguir indica o nome, a idade, a data de eleição e o cargo dos atuais membros de nossa Diretoria:

Nome	Idade	Data da Primeira Eleição	Cargo
André Gerdau Johannpeter	45	2002	Diretor Presidente (CEO)
Claudio Gerdau Johannpeter	44	1997	Diretor Vice-Presidente (Diretor Geral de Operações)
Oswaldo Burgos Schirmer.....	57	1987	Diretor Vice-Presidente
Mário Longhi Filho.....	53	2005	Diretor Vice-Presidente
Paulo Fernando Bins de Vasconcellos.....	63	2002	Diretor Vice-Presidente
Márcio Pinto Ramos	47	2005	Diretor Vice-Presidente
Alfredo Huallen	61	2007	Diretor Vice-Presidente
Manoel Vitor de Mendonça Filho.....	51	2007	Diretor Vice-Presidente
Expedito Luz.....	56	2002	Diretor Vice-Presidente e Secretário Geral
Geraldo Toffanello.....	57	2007	Diretor

Apresentamos a seguir um sumário da experiência profissional, áreas de especialização e principais interesses comerciais externos dos atuais membros de nossa Diretoria. Os nossos Diretores possuem endereço comercial na Av. Farrapos, nº 1.811, Floresta, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 90220-005.

André Gerdau Johannpeter (45). O Sr. André trabalha para o Grupo Gerdau desde 1980. Foi recentemente nomeado Diretor Presidente do Grupo Gerdau (*Chief Executive Officer*). É formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em janeiro de 2008 foi eleito membro do nosso Conselho de Administração para substituir Carlos João Petry, que se aposentou.

Claudio Gerdau Johannpeter (44). O Sr. Cláudio juntou-se à Companhia em 1982. Em 1997 tornou-se Diretor Executivo e atualmente é Diretor Geral de Operações do Grupo Gerdau (*Chief Operating Officer*). Claudio Gerdau Johannpeter formou-se em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1990.

Oswaldo Burgos Schirmer (57). O Sr. Oswaldo juntou-se à Companhia em 1986 e foi nomeado Diretor Financeiro em 1987. Desde 1994, Oswaldo Burgos Schirmer é também responsável pelo Banco Gerdau. É Vice-Presidente Executivo do Comitê Executivo Gerdau, enquanto acumula ainda as posições de CFO (*Chief Financial Officer*), de Controller e de Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Oswaldo Burgos Schirmer formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem um MBA pela Illinois University. Oswaldo Schirmer foi diretor do Grupo Ioschpe-maxion, uma *holding* que controla empresas dos setores de autopeças e equipamentos ferroviários.

Administração

Mário Longhi Filho (53). O Sr. Mário juntou-se à Companhia em 2005 como Vice-Presidente Executivo e membro do Comitê Executivo Gerdau. Mário Longhi Filho se formou em Engenharia Metalúrgica pelo Instituto Mauá de Tecnologia, São Paulo. Antes de entrar no Grupo Gerdau, Mário teve uma carreira de sucesso na Alcoa, onde se tornou Vice-Presidente, liderando as operações globais e sendo membro do Comitê Executivo.

Expedito Luz (56). O Sr. Expedito trabalha na Companhia desde 1976, desde 1989 é Diretor Executivo jurídico e desde 2001, quando da implementação da nova estrutura de Governança Corporativa, desempenha a função de Secretário-Geral Conselho de Administração e do Comitê Executivo Gerdau. Expedito Luz se formou em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1975. Em 1980, obteve o título de mestre em Direito pela *Columbia Law School*.

Paulo Fernando Bins de Vasconcellos (63). O Sr. Paulo ingressou na Companhia em 1972 e em 2002 foi nomeado Vice-Presidente Executivo do Comitê Executivo Gerdau. Atualmente é responsável pela Operação de Negócios Aços Especiais da Gerdau, com unidades no Brasil e na Europa. Vasconcellos é formado em Engenharia Metalúrgica.

Márcio Pinto Ramos (47). O Sr. Márcio foi eleito Diretor da Companhia em 2005 e, atualmente, atua como responsável pelas operações da Companhia na América Latina. Atuou como Diretor na Effem do Brasil (Mars Inc.) e na Telet Claro Digital. O Sr. Márcio graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e obteve MBA pela *Purdue University*, EUA.

Alfredo Huallem (61). O Sr. Alfredo trabalha no Grupo Gerdau desde 1975. Foi promovido a Diretor em 1993 e passou a integrar o Comitê Executivo, como Vice-Presidente Executivo, em dezembro de 2007. É responsável pela Operação de negócios Aços Longos Brasil. O Sr. Alfredo é engenheiro metalúrgico, formado na UFF – Universidade Federal Fluminense, tendo feito Engenharia Econômica pela PUC-RJ e Marketing estratégico na Stanford.

Manoel Vitor de Mendonça Filho (51). O sr. Manoel trabalha no Grupo Gerdau desde 1983. Foi promovido a diretor em 2001 e passou a integrar o Comitê Executivo Gerdau em dezembro de 2007. É responsável pela Operação de negócios Gerdau Açominas. O Sr. Vitor é Engenheiro Metalúrgico formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1982, com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

Geraldo Toffanello (57). Geraldo trabalha para o Grupo Gerdau desde 1971, tornando-se Diretor em 1986, responsável pela área corporativa contábil do Grupo. Geraldo Toffanello é formado em Contabilidade pela Faculdade Porte Alegrense e pós-graduado em ciências contábeis na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COMITÊ EXECUTIVO

Nosso Comitê Executivo foi criado em 2002 para realizar a gestão de nossos negócios e representar a ligação entre nosso Conselho de Administração e as operações do Grupo Gerdau. Suas atribuições estão descritas no artigo 9º de nosso Estatuto Social e suas atividades dividem-se em cinco áreas de negócios (*business operations* – BOs), definidas por linha de produto e/ou localização geográfica: BO – Produtos de Aço Longo Brasil, BO – Produtos de Aços Especiais, BO – Gerdau Açominas (Usina de Ouro Branco), BO – América do Norte e BO – Operações da América Latina. O Comitê Executivo também é responsável pelos principais processos funcionais que operam verticalmente em todo o Grupo Gerdau, como, por exemplo, finanças, contabilidade, recursos humanos e planejamento. Os membros do Comitê Executivo trabalham juntos, de forma a estimular uma maior sinergia entre as operações e, individualmente, focados na administração de cada negócio e processo funcional, buscando maximizar os resultados.

Administração

Nosso Estatuto Social prevê que o Comitê Executivo deve ser formado por nosso Diretor Presidente, Diretor Geral de Operações e Diretores Vice-Presidentes especificamente designados para essa finalidade por nosso Conselho de Administração. As reuniões do Comitê Executivo acontecem sempre que necessário e, extraordinariamente, mediante convocação do presidente ou de dois de seus membros.

O Comitê Executivo realiza suas operações por meio de diversos processos operacionais e de suporte. Processos operacionais são aqueles diretamente vinculados aos resultados finais do negócio, tais como processos de *marketing* e vendas, processos industriais, compra de refugos, logística e transporte. Processos de suporte são aqueles que fornecem *backup* no desenvolvimento do negócio como um todo e incluem: planejamento estratégico-corporativo e de operações, comunicações corporativas e relações comunitárias, recursos humanos e desenvolvimento organizacional, relações jurídicas, financeiras e relações com investidores, *holdings*, contabilidade e auditoria, tecnologia de gestão e tecnologia da informação.

A tabela abaixo contém uma relação dos atuais membros de nosso Comitê Executivo:

Nome	Cargo
André Gerdau Johannpeter	Presidente
Claudio Gerdau Johannpeter	Vice-Presidente
Oswaldo Burgos Schirmer	Vice-Presidente
Mário Longhi Filho.....	Vice-Presidente
Paulo Fernando Bins de Vasconcellos.....	Vice-Presidente
Márcio Pinto Ramos	Vice-Presidente
Alfredo Huallen	Vice-Presidente
Manoel Vitor de Mendonça Filho.....	Vice-Presidente
Expedito Luz.....	Secretário-Geral

COMITÊ DE EXCELÊNCIA

O Comitê de Excelência foi instalado em 2004 para dar suporte ao Comitê Executivo, sendo composto por executivos que contribuem para o alcance dos níveis de crescimento almejados para nosso desempenho operacional. O comitê analisa a situação atual e oportunidades de crescimento do Grupo Gerdau, e define seu foco de negócios a longo prazo. O Comitê de Excelência fornece suporte aos processos funcionais, buscando desenvolver melhores práticas de gestão e encorajar a troca de conhecimento (*know-how*) entre as unidades do Grupo Gerdau.

A tabela abaixo contém uma relação dos atuais membros de nosso Comitê de Excelência:

Nome	Cargo
Jorge Gerdau Johannpeter.....	Presidente
Frederico Carlos Gerdau Johannpeter	Membro Efetivo
Klaus Gerdau Johannpeter	Membro Efetivo
Germano Hugo Germano Johannpeter	Membro Efetivo
André Gerdau Johannpeter	Membro Convidado
Claudio Gerdau Johannpeter	Membro Convidado
Breno Lucki.....	Secretário

Administração

CONSELHO FISCAL

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um conselho nomeado por acionistas e um órgão corporativo independente do conselho de administração, da administração e dos auditores externos da empresa. Nosso Conselho Fiscal tem como responsabilidade principal monitorar as atividades da administração, analisar nossas demonstrações financeiras e relatar pontos de auditoria aos acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, membros do conselho fiscal de uma empresa não podem ser membros do conselho de administração, exercer função de diretoria ou qualquer outro cargo em tal empresa, suas subsidiárias ou empresas sob seu controle. Ainda, membros do conselho fiscal não podem ser cônjuges ou parentes de membros da administração. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações estabelece que membros de conselhos de administração devem receber remuneração equivalente a pelo menos 10% da média paga a cada diretor executivo, e que o conselho fiscal seja composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros e seus respectivos suplentes.

Possuímos um Conselho Fiscal permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembléia Geral Ordinária e com mandatos válidos até a Assembléia Geral Ordinária subsequente à eleição, sendo permitida a reeleição. Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, detentores de ações preferenciais têm direito de eleger, em votação em separado, um membro do conselho fiscal para representar seus interesses. Da mesma forma, grupos de acionistas minoritários que detêm coletivamente, pelo menos, 10% das ações com direito a voto também têm direito de eleger, em votação em separado, um membro do conselho fiscal. O quadro abaixo indica os nomes, idades, anos de eleição e cargos dos atuais membros de nosso Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes.

Nome	Idade	Data da Eleição	Cargo
Carlos Roberto Schroder.....	67	2005	Membro efetivo
Domingos Matias Urroz Lopes	69	2005	Membro efetivo
Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier	33	2007	Membro efetivo
Roberto Frota Decourt.....	34	2007	Membro efetivo
Artur Cesar Brenner Peixoto	65	2007	Membro efetivo
Walter Ries	81	2007	Suplente
Pedro Floriano Hoerde.....	70	2007	Suplente
Ruben Rohde	62	2007	Suplente
Bruno Lowndes Dale Cabral de Menezes.....	26	2007	Suplente
Liliane de Moraes Vodopives Caselli.....	44	2007	Suplente

Cada membro de nosso Conselho Fiscal possui experiência contábil e financeira significativa. Consta a seguir sumário da experiência profissional, áreas de atuação e principais interesses comerciais externos dos atuais membros de nosso Conselho Fiscal.

Carlos Roberto Schroder (67). O Sr. Carlos é membro efetivo de nosso Conselho Fiscal desde 2005 e atuou como Diretor Financeiro e Diretor de Operações em grandes empresas no Brasil. Graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Domingos Matias Urroz Lopes (69). O Sr. Domingos é membro efetivo de nosso Conselho Fiscal desde 2005. Graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou como professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 1962 a 1976, nas disciplinas de Economia das Indústrias, Estatística e Pesquisa Operacional. Prestou consultoria em projetos e expansões industriais entre 1964 e 1971. Na Gerdau, foi Gerente de Produção da Riograndense de 1976 a 1979; Diretor da Cosigua entre 1979 e 1993 e Diretor de Reengenharia e Planejamento do Grupo de 1994 a 1999.

Administração

Isabel da Silva Ramos Kemmelmeier (33). A Sra. Isabel compõe o nosso Conselho Fiscal como membro efetivo desde 2007. Trabalhou no Opportunity Asset Management de 1996 à 2003, e no Securinvest Administradora de Recursos durante os anos de 2006 e 2007. Graduo-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1997.

Roberto Frota Decourt (34). O Sr. Roberto é membro efetivo de nosso Conselho Fiscal desde 2007. Trabalhou como *backoffice* de fundos de renda variável do Banco CCF, de abril de 1996 à agosto de 1997 e como analista estratégico da Mecano Pack Embalagens, de agosto de 1997 à novembro de 1998. Desde fevereiro de 2000 é sócio diretor do Instituto Pantex de Pesquisa. É gestor de carteiras de investimentos e consultor financeiro desde 2001. Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, em 1997.

Artur Cesar Brenner Peixoto (65). O Sr. Artur é membro efetivo de nosso Conselho Fiscal desde 2007. Foi diretor da Companhia de Telecomunicações – Cotelgo, durante os anos de 1969 e 1970 e diretor da Direções Hidráulicas do Brasil – DHB, durante 1971 e 1972. Foi assessor de diversificações do Grupo Gerdau, de 1972 à 1974, e diretor superintendente da Effem Produtos Alimentícios Ltda., de 1979 à 1984. Atuou como diretor de empresas do Grupo Gerdau de 1984 à 2002. Desde 2003 é sócio da *Adviser Asset Management*. Graduou-se em Engenharia de Minas.

Walter Ries (81). O Sr. Walter é membro suplente de nosso Conselho Fiscal desde 2007. Graduou-se em Engenharia.

Pedro Floriano Hoerde (70). O Sr. Pedro é membro suplente de nosso Conselho Fiscal desde 2007. Trabalhou na Siderúrgica Riograndense S.A., Siderúrgica Açonorte S.A., Seiva S.A. e Terranova Brasil Ltda.. É técnico em contabilidade, formado em 1957 pela Escola Técnica de Comércio Farropilha. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1964.

Ruben Rohde (72). O Sr. Ruben é membro suplente de nosso Conselho Fiscal desde 2007. Trabalhou na Acumuladores Hércules do Brasil S.A. de 1955 à 1959 e no Banco da Família Militar Ltda., de 1959 à 1961. Durante os anos de 1961 à 1964 trabalhou na Auditoria Confiaador Ltda., e de 1964 à 1971, na Siderúrgica Riograndense S.A. Trabalhou para o Grupo Gerdau de 1973 à 1996, e como consultor em 1996 e 1997. Graduou-se em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1959.

Bruno Lowndes Dale Cabral de Menezes (26). O Sr. Bruno é membro suplente de nosso Conselho Fiscal desde 2007. Trabalhou na Dresdner Kleinwort Wasserstein durante os anos de 2001 e 2002, na Rio Bravo Investimentos de 2003 à 2006 e no Opportunity Asset Management durante os anos de 2006 e 2007. Graduo-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2003.

Liliane de Moraes Vodopives Caselli (41). A Sra. Liliane compõe o nosso Conselho Fiscal como membro suplente desde 2007. Trabalhou para o Grupo Vídeo & Cia durante o período de 1987 à 2002, para o poder judiciário, no Juizado Especial Cível durante os anos de 2004 e 2005 e para o Weber Gestão de Bens Ltda., de 2005 à 2007. Graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo.

Administração

Endereço Comercial dos Membros de nosso Conselho Fiscal

A tabela abaixo apresenta os endereços comerciais de cada um dos membros de nosso Conselho Fiscal:

Nome	Cargo
Carlos Roberto Schroder.....	Rua Santo Inácio, nº 346, ap. 202, Bairro Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, CEP 90570-150
Domingos Matias Urroz Lopes	Rua Engenheiro Afonso Cavalcanti nº 161, ap. 301, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 90440-110
Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier	Rua Sacopã, nº 274, ap. 401, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22471-180
Roberto Frota Decourt.....	Av. Dr. Nilo Peçanha, nº 3099, ap. 705, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 91330-001
Artur César Brenner Peixoto	Rua dos Pescadores, nº 450, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 90900-180
Walter Ries	Rua Corcovado, nº 20, ap. 802, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 90540-100
Pedro Floriano Hoerde.....	Rua Anita Garibaldi, nº 1091, ap. 601, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 90450-001
Rubem Rohde	Rua Felicíssimo de Azevedo, nº 1362, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 90540-110
Bruno Lowndes Dale Cabral De Menezes	Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20030-021
Liliane de Moraes Vodopives Caselli.....	Rua Francisco Preto, nº 325, São Paulo, SP, CEP 05623-010

Administração

AÇÕES DE TITULARIDADE DE NOSSOS ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada Conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão.

A tabela abaixo indica o número de ações de nossa emissão detidas diretamente pelos membros de nossa administração, e o respectivo percentual em relação ao nosso capital total, em 31 de março de 2008.

Conselheiro/Diretor	Cargo	Ações Ordinárias ⁽¹⁾		Ações Preferenciais ⁽¹⁾	
			%		%
Jorge Gerdau Johannpeter	Presidente do Conselho de Administração	14.491	0,02	127.651	0,10
Germano Hugo Gerdau Johannpeter .	Vice-Presidente do Conselho de Administração	533.279	0,85	510.476	0,41
Klaus Gerdau Johannpeter.....	Vice-Presidente do Conselho de Administração	548.103	0,88	1.201.187	0,96
André Gerdau Johannpeter	Vice-Presidente do Conselho de Administração	40.149	0,06	30.991	0,02
Frederico Carlos Gerdau Johannpeter.....	Vice-Presidente do Conselho de Administração	529.560	0,85	1.177.780	0,94
Affonso Celso Pastore.....	Conselheiro	0	0,00	4	0,00
Oscar de Paula Bernardes Neto	Conselheiro	193	0,00	3.509	0,00
André Pinheiro de Lara Resende.....	Conselheiro	0	0,00	4	0,00
Claudio Gerdau Johannpeter	Diretor Vice-Presidente	13.018	0,02	30.442	0,02
Osvaldo Burgos Schirmer.....	Diretor Vice-Presidente	0	0,00	0	0,00
Marcio Pinto Ramos.....	Diretor Vice-Presidente	0	0,00	0	0,00
Paulo Fernando Bins de Vasconcellos..	Diretor Vice-Presidente	49	0,00	0	0,00
Mario Longhi Filho	Diretor Vice-Presidente	0	0,00	0	0,00
Alfredo Huallen	Diretor Vice-Presidente	0	0,00	0	0,00
Manoel Vitor de Mendonça Filho.....	Diretor Vice-Presidente	0	0,00	0	0,00
Expedito Luz	Diretor	0	0,00	4	0,00
Geraldo Toffanelo	Diretor	9	0,00	0	0,00
Carlos Roberto Schroder	Conselheiro Fiscal	0	0,00	9	0,00
Domingos Matias Urroz Lopes	Conselheiro Fiscal	0	0,00	0	0,00
Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier..	Conselheiro Fiscal	0	0,00	0	0,00
Roberto Frota Decourt	Conselheiro Fiscal	5.904	0,01	516	0,00
Artur Cesar Brenner Peixoto.....	Conselheiro Fiscal	0	0,00	0	0,00
Walter Ries	Conselheiro Fiscal	0	0,00	0	0,00
Pedro Floriano Hoerde	Conselheiro Fiscal	0	0,00	0	0,00
Ruben Rohde.....	Conselheiro Fiscal	2.934	0,00	23.359	0,02
Bruno Lowndes Dale Cabral de Menezes	Conselheiro Fiscal	0	0,00	0	0,00
Liliane de Moraes Vodopives Caselli...	Conselheiro Fiscal	0	0,00	0	0,00

⁽¹⁾ Inclui as ações de propriedade dos respectivos cônjuges e filhos menores de idade.

Em 31 de março de 2008, os membros de nossa Administração detinham, direta ou indiretamente, em conjunto, 1.687.689 ações ordinárias e 3.106.432 ações preferenciais de nossa emissão, representando 2,56% de nosso capital social.

Administração

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Nos termos de nosso Estatuto Social, podemos outorgar opções de compra ou subscrição de nossas ações conforme plano de outorga de opções aprovado em nossa Assembléia Geral, dentro do limite de nosso capital autorizado, opções essas a serem outorgadas em favor de nossos executivos, administradores ou empregados, ou ainda em favor dos executivos, administradores ou empregados das sociedades por nós controladas, direta ou indiretamente.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2003, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações, ou simplesmente plano. Em vista disso, descreveremos abaixo o efeito de diluição societária e econômica estimada com a outorga do Plano de Opção de Compra de Ações:

O plano prevê que, no último dia útil do mês de dezembro de cada ano, a Companhia outorgará opção de compra de ações preferenciais da Companhia, em valor equivalente a 10% até 20% do salário base anual de cada um dos executivos escolhidos para participar do plano. As opções outorgadas em seu âmbito poderão ser exercidas após decorridos cinco anos da data de sua outorga, pelo prazo de cinco anos. O preço de exercício das opções outorgadas será equivalente ao valor médio da cotação das ações na data da outorga da opção. Cada conselheiro independente da Companhia poderá utilizar até 100% de sua remuneração fixa anual para o exercício das opções, enquanto os demais conselheiros da Companhia poderão utilizar até 120% de sua remuneração fixa anual para tanto. O Diretor Presidente e o Diretor Geral de Operações da Companhia poderão utilizar até 50% de sua remuneração fixa para o exercício das opções. Adicionalmente, a cada ano será reservado um número de ações equivalentes a até 20% do total de ações incluídas no programa na respectiva data, excetuando-se as ações devidas aos integrantes do Conselho de Administração, que poderá ser distribuído a executivos estratégicos.

Desde a aprovação do plano e até a presente data, não foram outorgadas quaisquer opções no âmbito do plano. Não há qualquer intenção de, a curto ou médio prazo, outorgarmos quaisquer opções de compra de ações a nossos administradores. Não obstante, e apenas para fins de cumprimento de exigência formulada pela Comissão de Valores Mobiliários, assumindo que houvéssimos outorgado e permanecessem vigentes, até a presente data, opções no âmbito de nosso Plano de Opção de Compra de Ações, apresentamos, abaixo, o custo que as referidas opções representariam para nossa Companhia.

CUSTO DAS OPÇÕES PARA A COMPANHIA

De acordo com os critérios contábeis estabelecidos pelo padrão IFRS, existem normas específicas para se contabilizarem operações que serão liquidadas por meio da entrega de (a) ações, opções de ações ou outros instrumentos financeiros de participação patrimonial a terceiros, sejam eles ou não empregados da entidade; ou (b) caixa ou outros ativos (ver nota explicativa nº 26 de nossas demonstrações financeiras consolidadas na página 312 deste Prospecto).

Todas as operações que envolvem pagamentos vinculados a ações são reconhecidas como ativo ou gasto, conforme sua natureza. Operações relacionadas a pagamentos realizados por meio de emissões de ações ou outros instrumentos financeiros de participação patrimonial são registradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos na mesma data na qual a Companhia reconhece tais produtos ou serviços. Se o valor justo dos respectivos produtos ou serviços não puder ser estimado de forma confiável, a Companhia deve utilizar o valor justo dos instrumentos financeiros correspondentes que tenham sido entregues.

Administração

Caso houvésssemos outorgado opções no âmbito de nosso Plano de Opção de Compra de Ações, reconheceríamos o custo com remuneração dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas aos empregados, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga, e utilizaríamos o modelo *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Para determinarmos esse valor justo, utilizaríamos as seguintes premissas econômicas:

	Outorga 2007	Outorga 2006	Outorga 2005	Outorga 2004
Dividend Yield	4,32%	9,99%	7,90%	7,03%
Volatilidade do preço da ação.....	38,72%	41,51%	39,00%	43,31%
Taxa de retorno livre de risco	12,40%	12,80%	8,38%	8,38%
Período esperado até o vencimento	4,9 anos	4,9 anos	4,7 anos	4,95 anos

Com base nas premissas acima elencadas, e assumindo que (a) houvésssemos outorgado e permanecessem vigentes, até a presente data, opções para a compra de ações correspondentes a 0,58% de nossas ações emitidas até 31 de março de 2008 (esse percentual corresponde à divisão (i) do número de ações a que fazem jus as opções outorgadas por nossa subsidiária Gerdau S.A. ainda vigentes na presente data pelo (ii) número total de ações emitidas por aquela subsidiária até 31 de março de 2008) e (b) as datas de outorga e de exercício de cada uma das 1.087.604 opções por nós supostamente outorgadas e vigentes fossem as mesmas das opções outorgadas por nossa subsidiária Gerdau S.A. e vigentes na presente data, o custo por nós reconhecido no resultado do exercício com este plano teria sido de R\$1,6 milhão e R\$1,2 milhão em 31 de dezembro de 2007 e 2006, respectivamente.

CONTRATOS COM ADMINISTRADORES

Não há contratos ou outras obrigações relevantes entre os membros de nossa Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal e nossa Companhia.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração global ou individual dos membros de nossa Administração é fixada anualmente pela Assembléia Geral, podendo ser votada individual ou globalmente, cabendo ao Conselho de Administração, nesse último caso, deliberar sobre sua distribuição. A Assembléia Geral poderá determinar que o Presidente e os membros do Conselho de Administração que indicar recebam remuneração até a que for fixada para o Diretor Presidente. A remuneração média individual do conjunto dos membros de nossa Administração, aprovada pela Assembléia Geral Ordinária para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e de 2007, não pôde ultrapassar o montante mensal de R\$23.200,00.

A remuneração de nossos administradores é composta por uma parcela fixa e outra variável, sendo a parcela variável dos administradores baseada em nosso desempenho global com base no EBITDA real (conforme definição para fins de cálculo da remuneração variável) versus EBITDA estimado (conforme definição para fins de cálculo da remuneração variável), bem como no desempenho individual do administrador e da unidade à qual ele está vinculado. Cada um dos dois fatores influenciam 30% do valor da remuneração variável, para mais ou para menos e o terceiro influencia 40% remuneração variável, também para mais ou para menos. A renda anual variável de nossos diretores decorre.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, a remuneração total paga para nossos administradores foi de aproximadamente R\$57,5 milhões, sendo R\$9,9 milhões relativos à parcela fixa da remuneração de nossos diretores, R\$13,1 milhões à parcela fixa da remuneração de nossos conselheiros, e R\$34,5 milhões relativos à remuneração variável.

Administração

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a remuneração total paga a nossos administradores foi aproximadamente de R\$67,3 milhões, sendo R\$11,7 milhões relativo à parcela fixa da remuneração de nossos diretores, R\$12,1 milhões à parcela fixa da remuneração de nossos conselheiros, e R\$43,5 milhões relativos à remuneração variável.

RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE NOSSOS ADMINISTRADORES

Nossos conselheiros Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter e Frederico Carlos Gerdau Johannpeter são irmãos.

Nosso diretor André Gerdau Johannpeter é filho de nosso conselheiro Jorge Gerdau Johannpeter e nosso diretor Claudio Gerdau Johannpeter é filho de nosso conselheiro Klaus Gerdau Johannpeter.

OUTROS

Não possuímos qualquer tipo de acordo com nossos acionistas, clientes, fornecedores ou outras partes dispendo sobre a eleição ou nomeação de nossos administradores. Não há qualquer processo judicial pendente contra nós, envolvendo qualquer membro ou ex-membro de nosso Conselho de Administração ou de nossa Diretoria.

PRINCIPAIS ACIONISTAS

Na data deste Prospecto, nosso capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$3.744.000.000,00, representado por 62.376.592 ações ordinárias e 124.753.184 ações preferenciais, todas nominativas e escriturais e sem valor nominal. Cada ação ordinária de nossa Companhia corresponde a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais de acionistas.

As Assembléias Gerais de acionistas realizam-se, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

PARTICIPAÇÃO EM NOSSO CAPITAL SOCIAL

A tabela abaixo apresenta nossos principais acionistas e suas respectivas participações em nosso capital social antes da realização da Oferta, em 31 de março de 2008:

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Indac Ind. Adm. e Comércio S.A. ⁽¹⁾	18.294.979	29,33	0	0,00	18.294.979	9,78
Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. ⁽²⁾	15.951.171	25,57	7.896	0,01	15.959.067	8,53
Gersul Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.618.699	5,80	-	-	3.618.699	1,93
Membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores (27 membros)	1.629.216	2,61	2.935.849	2,35	4.565.065	2,44
Outros Acionistas	22.882.527	36,69	118.680.339	95,13	141.562.866	75,65
Ações em Tesouraria	0,00	0,00	3.129.100	2,51	3.129.100	1,67
Total	62.376.592	100,00	124.753.184	100,00	187.129.776	100,00

⁽¹⁾ A Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A. possui os seguintes acionistas com participação superior a 5% de seu capital total: Cindac Empreendimentos e Participações S.A. (100%). A Cindac Empreendimentos e Participações S.A. possui os seguintes acionistas com participação superior a 5% de seu capital total: Stichting Gerdau Johannpeter (100%). A Stichting Gerdau Johannpeter é uma fundação sediada na Holanda, gerida pela família Gerdau.

⁽²⁾ O Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. possui os seguintes acionistas com participação superior a 5% de seu capital total: Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A. (55,7%) e Açoter Participações Ltda. (31,6%). A Açoter Participações Ltda. possui os seguintes acionistas com participação superior a 5% de seu capital total: Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A. (28,6%) e Gersul Empreendimentos Imobiliários Ltda. (71,4%). A Gersul Empreendimentos Imobiliários Ltda. possui os seguintes acionistas com participação superior a 5% de seu capital total: Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A. (100%).

A tabela abaixo apresenta nossos principais acionistas e suas respectivas participações em nosso capital social após a realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Suplementares, e considerando o exercício integral do Direito de Prioridade por todos os nossos principais acionistas:

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Indac Ind. Adm. e Comércio S.A.	23.214.166	33,74	0	0,00	23.214.166	11,34
Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda.	15.951.171	23,18	7.896	0,01	15.959.067	7,80
Gersul Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.618.699	5,26	0	0,00	3.618.699	1,77
Membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores (27 membros)	1.631.979	2,37	2.940.441	2,16	4.572.420	2,23
Outros Acionistas	24.393.482	35,45	129.787.128	95,53	154.180.610	75,33
Ações em Tesouraria	0	0,00	3.129.100	2,30	3.129.100	1,53
Total	68.809.497	100,00	135.864.565	100,00	204.674.062	100,00

Principais acionistas

DESCRIÇÃO DE NOSSOS PRINCIPAIS ACIONISTAS E ESTRUTURA DE CONTROLE

Somos indiretamente controlados pela família Gerdau Johannpeter. Os irmãos Gerdau Johannpeter, membros da quarta geração da família, resolveram, em 2002, constituir uma fundação de direito privado com sede em Amsterdã, na Holanda, denominada Stichting Gerdau Johannpeter, com o objetivo de manter unido e, assim, perpetuar em seus descendentes atuais – os quais já alcançam a sexta geração – e gerações futuras da família, o controle acionário do Grupo Gerdau.

A Stichting Gerdau Johannpeter foi constituída na Holanda em virtude da legislação aplicável para as fundações de direito privado naquele País que - diversamente do direito brasileiro – permite aos acionistas controladores do Grupo Gerdau atingir os objetivos sucessórios colimados e a continuidade dos negócios da família.

A Stichting Gerdau Johannpeter é a única titular das ações de emissão da CINDAC – Empreendimentos e Participações S.A., sociedade com sede em Porto Alegre, RS e nossa controladora indireta, ações essas até então detidas pelas empresas *holding* de cada um dos quatro irmãos Gerdau Johannpeter. A propósito, estas mesmas pessoas – Jorge Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter, Frederico Carlos Gerdau Johannpeter e Germano Hugo Gerdau Johannpeter – são gestoras e únicas beneficiárias da Stichting Gerdau Johannpeter, mantendo, portanto, o status da família Gerdau Johannpeter como acionista controladora do Grupo Gerdau.

A CINDAC - Empreendimentos e Participações S.A. é a única acionista da Indac Indústria e Comércio S.A., uma sociedade *holding* constituída pela família Gerdau Johannpeter em 28 de setembro de 1959, que detém 9,8% de nosso capital total e 29,3% de nosso capital votante, além de controlar direta ou indiretamente todas as empresas do Grupo Gerdau no Brasil e no exterior.

A Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A. controla, por sua vez, nosso acionista Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda., com 55,7% de seu capital social. O acionista Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. é uma sociedade *holding* que detém 8,5% de nosso capital total e 25,6% de nosso capital votante.

A Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A. controla, ainda, nossa acionista Gersul Empreendimentos Imobiliários Ltda., uma sociedade *holding* que detém 1,9% de nosso capital total e 5,8% de nosso capital votante.

ACORDO DE ACIONISTAS

Até a data deste Prospecto, não havia qualquer acordo de acionistas em vigência celebrado por nossos acionistas.

ALTERAÇÃO DO GRUPO DE CONTROLE

Não ocorreu qualquer alteração relevante na participação societária dos membros de nosso grupo de controle nos três últimos exercícios sociais.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Realizamos, no curso normal de nossos negócios, operações com nossas controladas consolidadas e outras partes, relacionadas a (i) empréstimos, (ii) operações comerciais, (iii) administração de nossos fundos de investimentos por um banco relacionado à Companhia, (iv) pagamento de garantias e *royalties* para algumas empresas controladoras e (v) operações com debêntures por nós emitidas e adquiridas por terceiros.

A realização de negócios relevantes com quaisquer partes relacionadas é submetida a nosso Conselho de Administração, que conta com três conselheiros independentes, em observância ao disposto na legislação societária, em particular no artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações. Referidos negócios são celebrados a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as de mercado, e divulgados em nota explicativa a nossas demonstrações financeiras.

EMPRÉSTIMOS

Realizamos empréstimos a algumas de nossas subsidiárias e coligadas por meio de contratos de empréstimo, os quais são celebrados sob condições similares àquelas em vigor no mercado. Os contratos de mútuo entre partes relacionadas e subsidiárias no Brasil prevêem a cobrança de juros pela taxa média ponderada de captação no mercado, enquanto os contratos celebrados com empresas estrangeiras do Grupo Gerdau prevêem a cobrança de juros anuais pela taxa LIBOR, acrescida de 3%, e estão sujeitos à indexação com base na variação da taxa de câmbio, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2007, figurávamos como mutuária da Gerdau Aços Longos no valor de R\$86 mil.

OPERAÇÕES COMERCIAIS

Operações comerciais realizadas entre nós e nossas subsidiárias ou partes relacionadas envolvem, basicamente, a compra e venda de insumos e produtos. Estas operações são realizadas nos mesmos termos e condições aplicáveis a operações com terceiros não relacionados. As operações comerciais incluem, ainda, pagamentos pelo uso de nossa marca e pagamentos relacionados a garantias prestadas em razão dos contratos de empréstimos. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2007, possuíamos Certificado de Depósito Bancário (CDB) emitido pelo Banco Gerdau no valor de R\$60,5 milhões que gerou uma receita no período de R\$2,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2007 possuíamos R\$55,1 milhões em debêntures emitidas pela Gerdau S.A, o que resultou em uma receita de R\$619 mil no período.

ADMINISTRAÇÃO DE NOSSOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Mantemos títulos e valores mobiliários negociáveis em fundos de investimentos administrados pelo Banco Gerdau. Tais títulos e valores mobiliários negociáveis abrangem depósitos a prazo e debêntures emitidas pelos principais bancos brasileiros, bem como letras do tesouro nacional emitidas pelo Governo Federal brasileiro. Em 31 de dezembro de 2007, possuíamos o montante total de R\$5,2 milhões aplicados em um fundo de investimento administrado pelo Banco Gerdau (Fundo Paraopeba) que resultou em uma receita de R\$4,1 milhões no período.

GARANTIAS E AVAIS

Pagamos uma taxa de 1% ao ano pela garantia de dívida prestada pela Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A., uma empresa relacionada controladora. Em 31 de dezembro de 2007, o valor total da dívida garantida pela parte relacionada era de R\$30,9 milhões cuja despesa impactou em R\$356 mil. Ao mesmo tempo, recebemos pela fiança prestada à Indac – Indústria, Administração e Comércio S.A em instrumento particular da mesma com o Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2007, o valor total da dívida garantida era de R\$747,2 milhões cuja receita impactou em R\$1,6 milhão. Ainda, prestamos aval não remunerado à controlada GTL Financial Corp., no valor de US\$30 milhões, equivalentes a R\$53,1 milhões em 31 de dezembro de 2007. Para maiores informações sobre as garantias e avais concedidos por nossa Companhia, ver item “*Endividamento*” da seção “*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais*” na página 115 deste Prospecto.

Operações com partes relacionadas

DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2007, das debêntures em circulação emitidas pela Gerdau, éramos titulares de 11.610 debêntures da 3ª emissão série B e de 6.781 debêntures da 7ª emissão, totalizando o montante de R\$55,057 milhões. As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A taxa nominal média anual de juros foi de 11,82% e 15,03% em 2007 e 2006, respectivamente.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

COORDENADOR LÍDER

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Itaú BBA à nossa Companhia, ou sociedades por nós controladas, vinculados à presente Oferta.

JOINT BOOKRUNNER

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo J.P. Morgan à nossa Companhia, ou sociedades por nós controladas, vinculados à presente Oferta.

COORDENADORES

Banco Bradesco BBI S.A.

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Bradesco BBI à nossa Companhia, ou sociedades por nós controladas, vinculados à presente Oferta.

Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Citi à nossa Companhia, ou sociedades por nós controladas, vinculados à presente Oferta.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Goldman Sachs à nossa Companhia, ou sociedades por nós controladas, vinculados à presente Oferta.

Banco Santander S.A.

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Santander à nossa Companhia, ou sociedades por nós controladas, vinculados à presente Oferta.

COORDENADORES CONTRATADOS

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo HSBC à nossa Companhia, ou sociedades por nós controladas, vinculados à presente Oferta.

Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Merrill Lynch à nossa Companhia, ou sociedades por nós controladas, vinculados à presente Oferta.

Morgan Stanley S.A.

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Morgan Stanley à nossa Companhia, ou sociedades por nós controladas, vinculados à presente Oferta.

Para maiores informações sobre outras operações envolvendo a Companhia e as Instituições Participantes da Oferta, vide seção “*Informações sobre a Oferta – Relacionamento entre a Companhia, os Joint Bookrunners, os Coordenadores e os Coordenadores Contratados*” na página 72 deste Prospecto.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

GERAL

Somos uma sociedade por ações de capital aberto constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, e registrada perante a CVM sob o nº 00865-6. Em 21 de junho de 2001, nós, nossos acionistas controladores e nossos administradores celebramos o Contrato de Adesão ao Nível 1 com a BOVESPA. O Nível 1 é um segmento especial de listagem do mercado de ações da BOVESPA, destinado exclusivamente a companhias que atendam a requisitos mínimos e aceitem submeter-se a regras de governança corporativa diferenciadas.

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2007, nosso capital social era de R\$3.744.000.000,00, dividido em 62.376.592 ações ordinárias e 121.624.084 ações preferenciais em circulação, sem direito a voto (excluindo as ações em tesouraria). Nossas ações ordinárias e preferenciais são negociadas na BOVESPA, sendo que a nossa Companhia está listada no Nível 1 da BOVESPA.

Nosso Estatuto Social estabelece que nosso Conselho de Administração poderá aumentar nosso capital social em até 400.000.000 ações ordinárias e 800.000.000 ações preferenciais. Os nossos acionistas deverão aprovar, em assembléia geral, qualquer aumento de capital que exceda o valor do capital social autorizado.

HISTÓRICO DO CAPITAL SOCIAL

Nos últimos três exercícios sociais, nosso capital social sofreu as seguintes alterações:

- em 12 de abril de 2005, nosso capital social foi aumentado em R\$832.000.000,00, em decorrência da incorporação de Reservas de Investimento e Capital de Giro;
- em 30 de maio de 2005, nosso Conselho de Administração autorizou a aquisição das ações por nós emitidas, a serem mantidas em tesouraria para posterior cancelamento, tendo sido adquiridas 280.800 ações preferenciais no período de 31 de maio à 29 de junho de 2005;
- em 28 de junho de 2005, nosso Conselho de Administração autorizou a aquisição das ações por nós emitidas, a serem mantidas em tesouraria para posterior cancelamento, tendo sido adquiridas 143.400 ações preferenciais no período de 30 de junho à 29 de julho de 2005;
- em 12 de abril de 2006, nosso capital social foi aumentado em R\$1.248.000.000,00, em decorrência da incorporação de Reservas de Capital Investimento e Capital de Giro, Reserva Legal e Lucros Acumulados; e
- em 25 de maio de 2006, nosso Conselho de Administração autorizou a aquisição de ações por nós emitidas, a serem mantidas em tesouraria para posterior cancelamento, tendo sido adquiridas 958.300 ações preferenciais no período de 26 de maio à 24 de julho de 2006.

AÇÕES EM TESOURARIA

Na data deste Prospecto, mantínhamos em tesouraria 3.129.100 ações preferenciais.

Descrição do capital social

DIREITOS DAS AÇÕES

Ações Ordinárias

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto em nossas Assembléias Gerais Ordinárias e Assembléias Gerais Extraordinárias. Os titulares de nossas ações ordinárias terão o direito de serem incluídos em eventual oferta pública de alienação de controle, bem como de participar proporcionalmente do dividendo obrigatório correspondente a, pelo menos, 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 27 de nosso Estatuto Social. No caso de nossa liquidação, é conferido aos titulares de nossas ações ordinárias o direito ao reembolso do capital, na proporção das ações por eles detidas, após o cumprimento de todas as obrigações sociais e observada a prioridade dos titulares de ações preferenciais descrita abaixo.

Ações Preferenciais

De acordo com nosso Estatuto Social, os titulares das ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados, dentre outros, os seguintes direitos e vantagens:

- participação de forma idêntica aos titulares de ações ordinárias no direito de serem incluídos em eventual oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle;
- direito de participar proporcionalmente do dividendo obrigatório correspondente a, pelo menos, 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 27 de nosso Estatuto Social; e
- preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação ideal no capital social, por eventual liquidação de nossa Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, as ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se nossa Companhia, pelo prazo de 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o primeiro posterior pagamento de dividendos que nossa Companhia vier a efetuar.

ASSEMBLÉIAS GERAIS

Nas assembléias gerais regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a decidir sobre todos os negócios relativos a nosso objeto social, e a tomar todas as deliberações que julgarem convenientes aos nossos interesses. Compete exclusivamente a nossos acionistas aprovar, em Assembléia Geral Ordinária, nossas demonstrações financeiras e deliberar sobre a destinação de nosso lucro líquido e o pagamento de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Nossos conselheiros são, em regra, eleitos em Assembléias Gerais Ordinárias. Os membros de nosso Conselho Fiscal que é um órgão permanente de nossa companhia, são eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária.

A Assembléia Geral Extraordinária pode ser realizada simultaneamente à Assembléia Geral Ordinária ou sempre que necessário. Compete exclusivamente a nossos acionistas deliberar, em Assembléia Geral, sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- reforma de nosso Estatuto Social;
- eleição e destituição dos membros do nosso Conselho de Administração e do nosso Conselho Fiscal, quando for o caso;

Descrição do capital social

- fixação dos honorários globais dos membros de nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria;
- atribuição de bonificações em ações;
- desdobramentos de ações;
- aprovação de planos de opção de compra de ações;
- tomada das contas dos nossos administradores, exame, discussão e votação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela nossa administração;
- emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real;
- suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixar de cumprir obrigação prevista em lei ou em nosso Estatuto Social;
- avaliação de bens através dos quais um acionista pretenda subscrever ações de nossa emissão;
- transformação em sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- fusão, incorporação em outra sociedade ou cisão;
- dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição do liquidante e aprovação das contas por ele apresentadas; e
- autorização para que nossos administradores requeiram a falência ou recuperação judicial ou extrajudicial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social e as deliberações aprovadas em assembléia geral não podem privar nossos acionistas dos seguintes direitos:

- direito de votar nas assembléias gerais (exceto os titulares de ações preferenciais, que não possuem direito de voto exceto em determinadas situações previstas na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito em “Direito das Ações”);
- direito de participar na distribuição dos lucros;
- direito de participar, na proporção da sua participação em nosso capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de nossa liquidação;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, salvo nos casos descritos na Lei das Sociedades por Ações; e
- direito de se retirarem de nossa Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito em “Direito de Retirada e Resgate”.

Descrição do capital social

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a assembléia geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma de nosso Estatuto Social, o *quorum* de instalação em primeira convocação será de pelo menos dois terços e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas.

De modo geral, a aprovação de acionistas que comparecerem pessoalmente ou por meio de procurador à assembléia geral, e que representem, no mínimo, a maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, é necessária para a deliberação de qualquer matéria.

A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de nossas ações com direito a voto é necessária para a aprovação das seguintes matérias:

- redução do dividendo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;
- mudança do nosso objeto social;
- fusão ou incorporação em outra sociedade;
- cisão;
- participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações);
- cessação do estado de liquidação;
- dissolução;
- criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados por nosso Estatuto Social;
- alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; e
- incorporação de todas as ações por outra sociedade brasileira, de modo a torná-la uma subsidiária integral da mesma, observado o disposto no artigo 137, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

Convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as assembléias gerais são convocadas por meio de três publicações no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, veículo oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, bem como em jornal de grande circulação, em nosso caso, nos jornais Gazeta Mercantil e Jornal do Comércio. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da data da realização da assembléia geral, e a segunda convocação deve ser feita com oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a nossa Companhia, em determinadas circunstâncias, prorrogar a data da Assembléia Geral para que seja feita em até 30 dias após da data de convocação.

Descrição do capital social

Local de Realização da Assembléia Geral

As assembléias gerais são realizadas em nossa sede, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A Lei das Sociedades por Ações permite que as assembléias gerais sejam realizadas fora de nossa sede, desde que elas sejam realizadas na localidade de nossa sede e que a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a assembléia geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembléias Gerais

Compete, ordinariamente, a nosso Conselho de Administração convocar as assembléias gerais, ainda que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- qualquer acionista, quando nossos administradores retardarem a convocação por mais de 60 dias da data em que deveriam tê-la realizado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- acionistas que representem 5%, no mínimo, de nosso capital social, caso nossos administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembléia solicitada por tais acionistas, através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;
- acionistas que representem, no mínimo, 5% de nosso capital social ou 5%, no mínimo, dos acionistas sem direito a voto, quando nossos administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembléia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e
- nosso Conselho Fiscal caso os órgãos da nossa administração retardarem a convocação da Assembléia Geral Ordinária por mais de um mês da data prevista para a sua realização. Nosso Conselho Fiscal poderá, ainda, convocar Assembléia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes a serem tratados.

Legitimação e Representação

Os acionistas presentes à Assembléia Geral deverão provar sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendam exercer o direito de voto.

Nossos acionistas podem ser representados na assembléia geral por procuradores constituídos há menos de um ano, que sejam acionistas, administradores ou advogados, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados por seus administradores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eleição

De acordo com nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, sendo 3 (três) conselheiros independentes, além de até 10 (dez) membros suplentes, com mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acionistas de companhias abertas que, em conjunto, detenham ações ordinárias representando pelo menos 15% do capital votante e/ou ações preferenciais representando pelo menos 10% do capital total por pelo menos três meses anteriores à realização de Assembléia Geral, terão o direito de indicar um membro do Conselho de Administração e seu suplente, em votação em separado, contanto que os procedimentos de voto múltiplo não tenham sido solicitados. A Lei das Sociedades por Ações permite, ainda, a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10% de nosso capital social com direito a voto. De acordo com a Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, que alterou a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, o percentual para requisição de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é de 5%.

Descrição do capital social

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro de nosso Conselho de Administração deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão.

Operações nas Quais os Conselheiros tenham Interesse

A Lei das Sociedades por Ações proíbe os membros de nossa Administração de:

- realizarem qualquer ato de liberalidade às custas de nossa Companhia, bem como tomarem por empréstimo recursos ou bens de nossa Companhia ou usarem, em proveito próprio, de sociedade em que tenham interesse ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito, sem prévia autorização da Assembléia Geral ou de nosso Conselho de Administração;
- receberem, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de assembléia geral; e
- intervirem em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os nossos demais administradores.

DIREITO DE RETIRADA E RESGATE

Direito de Retirada

Qualquer de nossos acionistas dissidentes de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se de nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias:

- criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados por nosso Estatuto Social, ressalvado o disposto no artigo 137, inciso I da Lei das Sociedades por Ações;
- alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida, ressalvado o disposto no artigo 137, inciso I da Lei das Sociedades por Ações;
- cisão (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- redução do dividendo obrigatório a ser distribuído a nossos acionistas;
- mudança de nosso objeto social;
- fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo);
- transformação societária; e

Descrição do capital social

- incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a torná-la uma subsidiária integral da mesma, observado o disposto no artigo 137, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a nossa cisão somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar:

- a mudança do nosso objeto social, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do nosso objeto social da;
- a redução do dividendo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; ou
- a participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações).

Caso ocorra a nossa fusão ou incorporação em outra sociedade ou a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de retirada caso as ações tenham as seguintes características:

- liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM; e
- dispersão no mercado, ou seja, se nosso acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detenham menos da metade da espécie ou classe de ações.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembléia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, nossos acionistas têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada em assembléia geral convocada no prazo de até dez dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso de exercício do direito de retirada, nossos acionistas terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no último balanço aprovado pela assembléia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda tal prazo, para avaliação do valor patrimonial de suas ações. Neste caso, devemos pagar, imediatamente, 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado pelos nossos acionistas, e o saldo no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da assembléia geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação de nossos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária. O resgate deve ser feito por sorteio.

REGISTRO DAS AÇÕES

Nossas ações são mantidas sob a forma escritural no Banco Itaú S.A. A transferência de nossas ações é realizada por meio escritural, através de um lançamento pelo Banco Itaú S.A. em seus sistemas de registro a débito da conta das ações do alienante e a crédito da conta das ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

Descrição do capital social

DIREITOS DE PREFERÊNCIA E DE PRIORIDADE

Nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de ações sobre ações idênticas às que for possuidor, em qualquer aumento de nosso capital social, na proporção de sua participação acionária, à época do referido aumento de capital. Se as ações emitidas forem de espécies e classes diversa das existentes, cada acionista exercerá a preferência, na proporção do número de ações que possuir, sobre ações de todas as espécies e classes do aumento. Nossos acionistas possuem, ainda, direitos de preferência na subscrição de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a 30 (trinta) dias contados da publicação do aviso aos acionistas referente ao aumento de capital, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Nos casos de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou, ainda, permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, será assegurado aos nossos acionistas prioridade de subscrição de referidos valores mobiliários, no prazo decadencial não inferior a 10 (dez) dias.

OPERAÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES DE NOSSA PRÓPRIA EMISSÃO

Nosso Estatuto Social autoriza nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela nossa Companhia, de ações de nossa própria emissão. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para manutenção em tesouraria para posterior alienação ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas:

- resultar na redução de nosso capital social;
- requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto as reservas legal, de lucros a realizar, de reavaliação e especial de dividendo obrigatório não distribuído (conforme definidos na regulamentação aplicável), constantes do último balanço;
- criar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não equitativas;
- ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes aos acionistas controladores; ou
- ocorrer enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição de nossas ações.

Não podemos manter em tesouraria quantidade superior a 10% de cada classe de ações de nossa emissão em circulação no mercado, incluídas as ações detidas por nossas controladas e coligadas.

Qualquer compra de ações de nossa emissão por nós deve ser realizada em bolsa de valores, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas ou por preço superior ao valor de mercado, exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda de ações de nossa emissão.

Em 30 de maio de 2005, nosso Conselho de Administração autorizou a aquisição das ações por nós emitidas, a serem mantidas em tesouraria para posterior cancelamento, tendo sido adquiridas 280.800 ações preferenciais no período de 31 de maio à 29 de junho de 2005. Em 25 de maio de 2006, nosso Conselho de Administração autorizou a aquisição de ações por nós emitidas, a serem mantidas em tesouraria para posterior cancelamento, tendo sido adquiridas 958.300 ações preferenciais no período de 26 de maio à 24 de julho de 2006. Em 28 de junho de 2005, nosso Conselho de Administração autorizou a aquisição das ações por nós emitidas, a serem mantidas em tesouraria para posterior cancelamento, tendo sido adquiridas 143.400 ações preferenciais no período de 30 de junho à 29 de julho de 2005;

Descrição do capital social

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Por sermos uma companhia aberta, devemos atender às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função da listagem das nossas ações no Nível 1 da BOVESPA, também devemos seguir as exigências relativas à divulgação de informações contidas no Regulamento do Nível 1. Adicionalmente, implementamos normas internas sobre divulgação de informações e negociação de valores mobiliários de nossa emissão.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários e a Instrução CVM 358 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes.

Além dos requisitos de divulgação previstos na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM, devemos, conforme previsto no Regulamento do Nível 1, apresentar demonstrações financeiras consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos.

Ainda, segundo o Regulamento do Nível 1, devemos enviar à BOVESPA e divulgar, até o final de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, sendo que qualquer alteração subsequente em relação aos eventos programados deverá ser enviada à BOVESPA e divulgada imediatamente.

O Regulamento do Nível 1 também prevê que devemos enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre nós, nossas controladas e coligadas, nossos acionistas controladores, administradores, e sociedades controladas e coligadas de nossos administradores e acionistas controladores, assim como com outras sociedades que, com qualquer dessas pessoas, integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200 mil, ou valor igual ou superior a 1% sobre o nosso patrimônio líquido, considerando o maior. Tais informações devem discriminar o objeto do contrato, prazo, valor, condições de rescisão ou de término e eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução de nossos negócios.

Divulgação de Informações Trimestrais

Em suas Informações Trimestrais – ITR, além das informações exigidas pela legislação aplicável, uma companhia listada no Nível 1 deverá: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação do acionista controlador, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários nos 12 meses imediatamente anteriores; (v) incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa; e (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas.

Descrição do capital social

As informações previstas nos itens (ii), (iii), (iv) e (vi) acima deverão ser incluídas na Seção “Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes” das Informações Trimestrais – ITR, e as informações previstas nos itens (iii) e (iv) acima deverão ser incluídas nas Informações Anuais – IAN na seção “Outras Informações Consideradas Importantes para Melhor Entendimento da Companhia”.

As Informações Trimestrais – ITR deverão ser sempre acompanhadas de relatório de revisão especial emitido por auditor independente devidamente registrado na CVM, observando a metodologia por ela especificada.

Negociação de Valores Mobiliários de Nossa Emissão pelos nossos Acionistas, Conselheiros e Diretores e pela nossa Companhia

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358, quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, nossa Companhia, nossos acionistas, diretos ou indiretos, membros do nosso Conselho de Administração, Diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, membros de nossos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (considerados *insiders* para efeito da Lei do Mercado de Valores Mobiliários) são vedados de negociar valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de nossa emissão, nas seguintes condições:

- antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante relativo aos nossos negócios;
- em relação aos nossos administradores, caso se afastem de cargos de nossa administração anteriormente à divulgação de informações relevantes, originadas durante o seu período de gestão, estendendo-se a proibição de negociação (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos, ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo de nossa Companhia ou dos nossos acionistas;
- se existir a intenção de promover a incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária de nossa Companhia;
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação de nossas informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM; e
- relativamente aos nossos acionistas controladores, membros do nosso Conselho de Administração e Diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão pela própria Companhia ou por qualquer uma de nossas controladas, coligadas ou outra companhia sob controle comum ao de nossa Companhia, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

Divulgação de Negociação por Acionista, Membro do Conselho de Administração, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

De acordo com a Instrução CVM 358, nossos acionistas controladores, nossos administradores e membros de nosso Conselho Fiscal ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem nos informar sobre a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários de nossa emissão e de emissão das nossas controladas ou controladoras que sejam companhias abertas, inclusive negociações com derivativos ou quaisquer valores mobiliários referenciados nas ações de nossa emissão, que sejam detidos por eles ou por seus cônjuges, dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros ou dependentes incluídos em sua declaração de imposto sobre a renda e de sociedades por eles controladas direta ou indiretamente. As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas pelo Diretor de Relações com Investidores à CVM e à BOVESPA no prazo de dez dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorrerem.

Descrição do capital social

O Regulamento do Nível 1 determina que nossos acionistas controladores estão obrigados a divulgar as informações acima à BOVESPA imediatamente após a aquisição do poder de controle e sempre que houver negociação com os valores mobiliários de nossa emissão, no prazo de dez dias após o término do mês em que ocorrer a referida negociação.

Ainda de acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5% do nosso capital social total a participação de qualquer de nossos acionistas, direta ou indiretamente, ou de acionistas que elegem membros do Conselho de Administração, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão nos prestar as seguintes informações: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada, contendo, se for o caso, declaração do adquirente de que suas compras não objetivam alterar a composição do controle de nossa Companhia ou a sua estrutura administrativa; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de nossa emissão. O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas pela nossa Companhia, à CVM e à BOVESPA, bem como por atualizar o formulário de Informações Anuais – IAN no campo correspondente.

Nos casos em que a aquisição resulte em, ou que tenha sido efetuada com o objetivo de alterar a composição de nosso controle ou a nossa estrutura administrativa, bem como nos casos em que a aquisição gere a obrigação de realização de oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, o adquirente deverá, ainda, promover a publicação pela imprensa de aviso contendo as mesmas informações enviadas à nossa Companhia.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Instrução CVM 358 dispõe também sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembleia geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fatos potencialmente relevantes que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o Diretor de Relações com Investidores, os acionistas controladores, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Em circunstâncias excepcionais, poderemos submeter à CVM pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos acionistas controladores ou nossos administradores entenderem que a sua divulgação colocaria em risco interesse legítimo de nossa Companhia.

Descrição do capital social

CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso nosso acionista controlador ou a nossa própria Companhia realize uma oferta pública de aquisição de todas as ações de sua emissão em circulação, sendo observados os seguintes requisitos: (i) que o preço ofertado seja justo, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 361; e (ii) que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações (que não pertençam ao controlador, a pessoas vinculadas ou estejam em tesouraria) e que tenham se manifestado sobre o cancelamento, tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública de aquisição.

A Lei das Sociedades por Ações define preço justo como sendo aquele apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações de nossa emissão no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de, no mínimo, 10% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos administradores que convoquem assembleia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação, pelo mesmo ou por outro critério, para determinação do valor de nossa Companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias, contados da divulgação do valor da oferta pública de aquisição, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir pelos custos incorridos, caso o novo valor apurado seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta pública de aquisição. Caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse valor maior, ou ser cancelada.

SAÍDA DO NÍVEL 1

O exercício das práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 1 pode ser descontinuado a qualquer tempo ou em virtude de reorganização societária, na qual a companhia resultante não seja classificada como detentora desse mesmo nível de governança corporativa, desde que tal decisão seja aprovada pelos acionistas em assembleia geral e comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência prévia de 30 dias.

A assembleia geral prevista no parágrafo anterior fica dispensada em caso de descontinuidade das práticas em razão do cancelamento de registro de companhia aberta, caso em que deverão ser observados os procedimentos previstos na legislação.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Pretendemos declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social. O nosso Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, calculados com base nas nossas demonstrações financeiras semestrais ou trimestrais não-consolidadas. A declaração de dividendos anuais, inclusive dividendos superiores ao dividendo obrigatório, exige a aprovação da maioria dos titulares das nossas ações ordinárias. O valor de quaisquer distribuições dependerá de diversos fatores, tais como os nossos resultados operacionais, condição financeira, exigências de caixa, perspectivas e outros fatores considerados significativos pelo nosso Conselho de Administração e nossos acionistas. No contexto do nosso planejamento fiscal, podemos continuar a determinar, no futuro, ser de nosso interesse o pagamento de juros sobre o capital próprio.

O dividendo mínimo obrigatório foi fixado em nosso Estatuto Social em valor igual a um percentual não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Para maiores informações, ver abaixo “Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio”.

A tabela a seguir indica o nosso histórico da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
		(em R\$ milhões)	
Dividendos.....	180,3	209,8	364,1
Juros sobre capital próprio.....	206,1	206,6	-
Total.....	386,4	416,3	364,1

VALORES DISPONÍVEIS PARA DISTRIBUIÇÃO

Em cada assembléia geral ordinária, o conselho de administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido não-consolidado de uma companhia é definido como o “lucro” do exercício que remanescer após a dedução do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido desse exercício, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, provisões de imposto de renda, provisões de contribuição social e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro da companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os valores disponíveis para distribuição aos acionistas em qualquer exercício em particular são os valores que correspondem ao lucro líquido da companhia, conforme ajustado (“valor disponível para distribuição”). O valor disponível para distribuição será:

- reduzido pelos valores alocados à reserva legal;
- reduzido pelos valores alocados à reserva estatutária, se houver;
- reduzido pelos valores alocados à reserva de contingências, se houver;
- reduzido pelos valores alocados à reserva de lucros a realizar estabelecida pela companhia de acordo com a legislação aplicável (conforme discutido a seguir);
- reduzido pelos valores alocados à reserva de projetos de investimento (conforme discutido a seguir); e
- aumentado pelas reversões de reservas registradas em exercícios anteriores.

Dividendos e política de dividendos

O nosso Estatuto Social não exige a constituição de reserva estatutária ou reserva de contingências. O Conselho de Administração poderá propor uma reserva para a qual deverá destinar 5% do nosso lucro líquido para o estabelecimento de uma Reserva de Investimentos e Capital de Giro, desde que essa reserva não afete o direito dos acionistas preferenciais de receber dividendos mínimos e o saldo total de todas as reservas não poderá exceder o capital integralizado. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, somos obrigados a manter “reserva legal”, à qual deve destinar reserve 5% do nosso “lucro líquido” de cada exercício social até que o valor da reserva atinja 20% do capital integralizado. Não obstante, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que a reserva legal, quando acrescida às outras reservas de capital constituídas, exceder 30% do nosso capital social. Os prejuízos acumulados, se houver, poderão ser levados a débito da reserva legal. Além disso, os valores da reserva legal podem ser utilizados apenas para aumentar o nosso capital social. A reserva legal está sujeita à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral Ordinária e poderá ser utilizada para o aumento do capital social, não estando, porém, disponível para o pagamento de dividendos em exercícios subsequentes. Os cálculos do nosso lucro líquido e alocações para reservas em qualquer exercício social são determinados com base nas nossas demonstrações financeiras não-consolidadas elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma parcela do lucro líquido de uma companhia poderá ser alocada para destinações discricionárias para expansão das instalações e outros projetos de investimentos em ativo imobilizado ou de capital de giro, conforme previsão contida em orçamento de capital preparado anteriormente pela administração e aprovado pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária. Após a conclusão dos projetos de investimento pertinentes, a companhia poderá reter a reserva até que os acionistas aproveem a transferência da reserva, no todo ou em parte, para o capital social ou para a reserva de lucros acumulados. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, se um projeto para o qual foi alocada parte da reserva de capital tiver prazo superior a um ano, o orçamento relativo a este projeto deve ser submetido à apreciação da Assembléia Geral em cada exercício social, até a conclusão do projeto.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o montante pelo qual o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido de qualquer exercício em particular poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar e o pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado à parcela realizada do lucro líquido. A parcela realizada do lucro líquido é o montante pelo qual o lucro líquido ultrapassa a soma do (a) nosso resultado líquido positivo, se houver, da equivalência patrimonial dos lucros e prejuízos das nossas subsidiárias e certas coligadas, e (b) do lucro, ganho ou rendimento obtido em operações cujo prazo de vencimento ocorra após o término do exercício social seguinte. Na medida em que valores destinados à reserva de lucros a realizar são realizados em exercícios sociais subsequentes, tais valores devem ser adicionados ao pagamento de dividendos relativo ao ano de realização.

Nos termos da legislação fiscal brasileira, uma parcela do imposto de renda e da contribuição social a pagar também poderá ser transferida para uma “reserva de incentivos fiscais” geral em valores equivalentes à redução da obrigação fiscal da companhia resultante da opção de depositar parte dessa obrigação para investimento em projetos aprovados em regiões que ofereçam incentivos ao investimento, conforme determinadas pelo Governo Federal.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer companhia pode criar reservas estatutárias, que deverão ser descritas no Estatuto Social da companhia. Esse Estatuto Social que autoriza a destinação de um percentual do lucro líquido da companhia para a reserva estatutária também deverá indicar a finalidade, os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à constituição e limite máximo da reserva. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, todas as destinações estatutárias do lucro líquido, incluindo a reserva de lucros a realizar e a reserva para projetos de investimento, devem ser aprovadas pelos acionistas em Assembléia Geral, podendo ser utilizada para o aumento de capital social ou para o pagamento de dividendos em anos subsequentes. A reserva de incentivos fiscais e a reserva legal também devem ser aprovadas pelos acionistas em Assembléia Geral, podendo ser utilizadas para o aumento de capital social ou para absorver prejuízos, não estando, porém, disponível para o pagamento de dividendos em exercícios subsequentes.

Dividendos e política de dividendos

Os valores disponíveis para distribuição deverão ser ainda acrescidos pelas reversões das reservas para contingências de lucros antecipados constituídas em exercícios anteriores, porém não realizadas. As destinações para a reserva para contingências também deverão ser aprovadas pelos acionistas em Assembléia Geral. Os valores disponíveis para distribuição são apurados com base nas demonstrações financeiras não-consolidadas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O saldo das contas de reservas de lucros, exceto a reserva para contingências e a reserva de lucros a realizar, não deve exceder o capital social. Se isso acontecer, a Assembléia Geral deve decidir se o saldo excedente será destinado para o pagamento do capital subscrito e não-integralizado, para aumento e pagamento do capital social subscrito ou para a distribuição de dividendos.

De acordo com a Lei No. 10.303, o lucro líquido não destinado às contas mencionadas acima deve ser distribuído na forma de dividendos.

DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

A Lei das Sociedades por Ações exige que o Estatuto Social de cada companhia especifique o percentual mínimo disponível do valor a ser distribuído aos acionistas pela companhia em cada exercício social na forma de dividendos, também conhecido como dividendo obrigatório.

O dividendo obrigatório é baseado no percentual do lucro líquido não-consolidado ajustado, e não deve ser inferior a 25%, e não deve se basear em um valor monetário fixo por ação. Caso o Estatuto Social de uma companhia não inclua disposição nesse sentido, o percentual a ser pago corresponde a 50%. De acordo com nosso Estatuto Social, no mínimo 30% do nosso lucro líquido ajustado do exercício social anterior, calculado conforme as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual. O lucro líquido ajustado corresponde ao valor disponível para distribuição após quaisquer deduções da reserva legal, reservas para contingências e reserva de lucros a realizar, e quaisquer reversões das reservas para contingências constituídas em exercícios sociais anteriores. A Lei das Sociedades por Ações, no entanto, permite que uma sociedade aberta, como a nossa, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos de qualquer exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembléia Geral que tal distribuição seria inviável dada a nossa condição financeira à época. Tal suspensão está sujeita à aprovação pela Assembléia Geral e revisão do Conselho Fiscal. Ainda que a lei não estabeleça as circunstâncias nas quais o pagamento dos dividendos obrigatórios seria “inviável” com base na condição financeira da companhia, em geral é estabelecido que uma companhia não precisa efetuar o pagamento do dividendo obrigatório caso tal pagamento constitua ameaça à continuidade das operações da companhia ou prejudique seu curso normal de negócios. No caso de uma sociedade de capital aberto, o Conselho de Administração deve registrar uma justificativa para tal suspensão na CVM, dentro de cinco dias da realização da Assembléia Geral. Caso o dividendo obrigatório não seja distribuído e haja disponibilidade de recursos, esses recursos devem ser destinados a uma reserva especial. Se não absorvido pelos prejuízos subsequentes, esses recursos deverão ser pagos na forma de dividendos assim que a condição financeira da companhia permitir.

Dividendos e política de dividendos

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, devemos realizar uma Assembléia Geral Ordinária até 30 de abril de cada ano, na qual, entre outras matérias, os acionistas devem deliberar sobre a distribuição de nossos dividendos anuais. Adicionalmente, dividendos intermediários podem ser declarados pelo Conselho de Administração. Qualquer titular do registro de ações no momento da declaração dos dividendos tem direito a receber tais dividendos. Os dividendos sobre as ações detidas por meio de agentes de depósito são pagos ao agente de depósito para posterior distribuição aos acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos devem geralmente ser pagos ao titular do registro de ações no momento da declaração dos dividendos dentro de 60 (sessenta) dias depois do dividendo ter sido declarado, exceto se os acionistas optarem por outra data de pagamento, o que, em ambos os casos, deve ocorrer antes do término do exercício social no qual tal dividendo foi declarado. De acordo com o nosso Estatuto Social, os dividendos atribuídos a acionistas e não reclamados não renderão juros nem serão passíveis de correção monetária e prescreverão por decurso de prazo em favor da companhia após decorrido três anos a partir da data da declaração.

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Nos termos da legislação fiscal brasileira em vigor desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre o capital próprio limitados a titulares de valores mobiliários e considerar tais pagamentos como despesa para efeito do imposto de renda no Brasil e, desde 1998, também para efeito da contribuição social sobre o lucro líquido. O objetivo da mudança na legislação fiscal é estimular o uso de investimentos de capital, em contrapartida ao endividamento, para o financiamento de atividades societárias. O pagamento desses juros sobre o capital próprio poderá ser efetuado a critério do nosso Conselho de Administração, sujeito à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral. O valor de qualquer pagamento ideal de juros sobre o capital próprio aos titulares de valores mobiliários está em geral limitado em relação a qualquer exercício em particular ao que for maior entre:

- 50% do lucro líquido (após a dedução das provisões para contribuição social sobre o lucro líquido, mas sem considerar a provisão para imposto de renda e juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado; ou
- 50% da soma dos lucros acumulados e reservas de lucros no início do exercício com relação ao qual o pagamento seja efetuado.

Para fins das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, apesar do encargo dos juros refletidos na demonstração do resultado ser passível de dedução do imposto, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras estatutárias e deduzido do patrimônio líquido de maneira similar ao dividendo. Qualquer pagamento de juros relativos a nossas ações está sujeito ao imposto de renda retido na fonte no Brasil à alíquota de 15%, ou 25% no caso de acionista domiciliado em paraíso fiscal. Caso tais pagamentos sejam contabilizados ao valor líquido como parte do dividendo obrigatório, o imposto será pago pela companhia em nome dos seus acionistas, mediante a distribuição dos juros sobre o capital próprio. Caso efetuemos o pagamento de juros sobre o capital próprio em qualquer exercício, e esse pagamento não seja contabilizado como parte do dividendo obrigatório, os acionistas serão responsáveis pelo pagamento do imposto de renda no Brasil. Para fins do IFRS, os juros sobre o capital próprio estão refletidos como pagamento de dividendos.

De acordo com o nosso Estatuto Social, os juros sobre o capital próprio poderão ser considerados como dividendos para fins de pagamento do dividendo obrigatório.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa por nós adotadas, e deve ser analisada conjuntamente com as seções “*Descrição do Capital Social*” e “*Administração*”.

IBGC

O IBGC, sociedade sem fins lucrativos, foi fundado em 1995 e é formado por empresas e executivos que pertençam ou já tenham pertencido a conselhos de administração de grandes companhias brasileiras. O Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa produzido pelo IBGC, hoje em sua terceira edição (“Código IBGC”), organiza e consolida os mais recentes entendimentos, discussões e alterações, no que diz respeito à governança corporativa no Brasil.

De acordo com o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal.

O Código IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade.

Os quatro princípios básicos que inspiram e norteiam o Código IBGC são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

Dentre as principais práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC, adotamos as seguintes:

- estatuto social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A transparência de informações nas relações das companhias entre suas administrações, sócios e terceiros, é um dos princípios básicos que norteiam o Código IBGC;
- a Assembléia Geral de Acionistas é o órgão soberano de nossa Companhia e tem competência para deliberar sobre: (a) aumento ou redução do capital social e outras reformas do Estatuto Social; (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e (d) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da sociedade;
- vedação a acionistas, membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal à utilização de informações privilegiadas ainda não divulgadas no mercado de que tenham conhecimento sob confidencialidade capazes de propiciar para estes ou para terceiros qualquer vantagem indevida, bem como implementação de política de divulgação de informações e de normas para negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia;
- Conselho de Administração eleito pelos acionistas, com foco no objeto social, sustentabilidade e nos interesses de longo prazo da Companhia, com atribuições definidas no Estatuto Social, cabendo ao Conselho a determinação das estratégias, a orientação geral dos negócios a serem implementadas pela Diretoria, e a eleição dos membros desta. Adicionalmente, todos os seus membros são devidamente qualificados para o exercício da função, podendo, ainda, o Conselho de Administração, convidar executivos, funcionários ou consultores para as suas reuniões para prestar esclarecimentos específicos. Todas as atas das reuniões do Conselho de Administração são devidamente formalizadas em linguagem clara, de forma completa, e assinadas por todos os membros presentes;

Práticas de governança corporativa

- transparência na divulgação de informações ao mercado, realizada tão logo disponíveis e simultaneamente a todos os interessados, inclusive por meio da internet, a todo o público, de forma objetiva e por meio de linguagem clara, primando pela qualidade da informação e abordando as mesmas de forma completa;
- divulgação de relatório anual, indicando todos os principais aspectos da atividade empresarial, com dados comparativos a exercícios anteriores, voltado ao público em geral, preparado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração, contendo mensagem de abertura escrita pelo Presidente do Conselho, relatório da administração e conjunto de demonstrações financeiras acompanhadas dos respectivos pareceres dos auditores;
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando sua total independência; e
- previsão estatutária para instalação de Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, responsável pela fiscalização dos atos da administração e por opinar sobre determinadas questões, além de dar informações aos acionistas.

Nossa Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa. Adotamos constantemente novas medidas para aperfeiçoar nossa comunicação com o mercado financeiro e com nossos investidores e garantir a transparência, por meio de reuniões públicas, dispondo de uma agenda anual de eventos corporativos.

SEGMENTOS ESPECIAIS DE NEGOCIAÇÃO DA BOVESPA

A BOVESPA possui três níveis de práticas diferenciadas de governança corporativa, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Eles diferenciam-se pelo grau das exigências destas práticas. Em 2002, nós, nossos acionistas controladores e nossos administradores celebramos o Contrato de Adesão ao Nível 1 com a BOVESPA, reforçando nosso comprometimento com as boas práticas de governança corporativa. O Nível 1 é um segmento de listagem da BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que já é exigido pela legislação vigente.

Embora tenhamos aderido ao Nível 1, adotamos, além das práticas de governança corporativa exigidas pelo Regulamento do Nível 1, práticas adicionais, as quais são também exigidas pelo Regulamento do Nível 2 e pelo Regulamento do Novo Mercado, quais sejam:

- direito de inclusão em oferta pública de aquisição de ações (*tag along*) aos nossos acionistas, nas mesmas condições oferecidas aos Acionistas Controladores, em determinadas situações previstas em nosso Estatuto Social; e
- obrigação de eleição de Conselheiros Independentes na proporção de, no mínimo, 20,0% do total de membros do Conselho de Administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, sendo 3 (três) conselheiros independentes, além de até 10 (dez) membros suplentes, com mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. Todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, estando a posse, nos respectivos cargos, condicionada à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência dos Administradores, nossos administradores responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 e com o Regulamento do Nível 1.

Práticas de governança corporativa

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acionistas de companhias abertas que, em conjunto, detenham ações ordinárias representando pelo menos 15% do capital votante e/ou ações preferenciais representando pelo menos 10% do capital total por pelo menos três meses anteriores à realização de Assembléia Geral terão o direito de indicar um membro do Conselho de Administração e seu suplente, em votação em separado, contanto que os procedimentos de voto múltiplo não tenham sido solicitados. A Lei das Sociedades por Ações permite, ainda, a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10% de nosso capital social com direito a voto. De acordo com a Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, que alterou a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, o percentual para requisição de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é de 5%. Cada membro de nosso Conselho de Administração deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão, por disposição da Lei de Sociedade Anônimas.

Possuímos três Conselheiros Independentes eleitos em nosso Conselho de Administração, os Srs. André Pinheiro de Lara Resende, Affonso Celso Pastore, Oscar de Paula Bernardes Neto, que não possuem nenhuma ligação conosco, além da participação no Conselho de Administração. Para maiores informações, ver Seção “*Administração – Conselho de Administração*” na página 199 deste Prospecto.

CONSELHO FISCAL

Possuímos um Conselho Fiscal permanente, composto por três a cinco membros e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembléia Geral Ordinária e com mandatos válidos até a Assembléia Geral Ordinária subsequente à eleição, sendo permitida a reeleição. Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, detentores de ações preferenciais têm direito de eleger, em votação em separado, um membro do conselho fiscal para representar seus interesses. Da mesma forma, grupos de acionistas minoritários que detêm coletivamente, pelo menos, 10% das ações com direito a voto também têm direito de eleger, em votação em separado, um membro do conselho fiscal. O quadro abaixo indica os nomes, idades, anos de eleição e cargos dos atuais membros de nosso Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes.

PERCENTUAL MÍNIMO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO APÓS AUMENTO DE CAPITAL

De acordo com o Regulamento do Nível 1, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital por nosso acionista controlador obrigá-lo-á a tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo das ações de nossa emissão em circulação de 25,0% das ações de nosso capital social, nos seis meses subsequentes à homologação da subscrição.

ALIENAÇÃO DO CONTROLE

Nosso estatuto social prevê o direito de inclusão em oferta pública de aquisição de ações (*tag along*) aos nossos acionistas, nas mesmas condições oferecidas aos Acionistas Controladores, em determinadas situações previstas em nosso Estatuto Social.

NEGOCIAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS E SEUS DERIVADOS POR ADMINISTRADORES, CONTROLADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as regras do Nível 1, o acionista controlador fica obrigado a comunicar à BOVESPA (i) a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que seja titular direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos, sendo que tal comunicação deverá ser feita imediatamente após a aquisição do poder de controle e (ii) quaisquer negociações que vierem a ser efetuadas, relativas aos valores mobiliários e seus derivativos, em detalhe, informando-se inclusive o preço, no prazo de 10 dias após o término do mês em que se verificar a negociação. Para maiores informações, ver Seção “*Descrição do Capital Social – Negociação de Valores Mobiliários de Nossa Emissão pelos nossos Acionistas, Conselheiros e Diretores e pela nossa Companhia*” na página 226 deste Prospecto.

Práticas de governança corporativa

CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

O procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente, especialmente aquelas constantes das normas editadas pela CVM sobre a matéria e respeitados os preceitos constantes do Regulamento do Nível 1. Ver seção “*Descrição do Capital Social – Cancelamento do Registro de Companhia Aberta*” na página 228 deste Prospecto.

DESCONTINUIDADE DAS PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NÍVEL 1

É permitido a nós a qualquer tempo descontinuar o exercício das práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 1, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembléia Geral por acionistas que representem a maioria de nossas ações, e desde que a BOVESPA seja informada por escrito com no mínimo 30 dias de antecedência. A descontinuidade das práticas do Nível 1 não implica a perda da condição de companhia aberta registrada na BOVESPA. Ver Seção “*Descrição do Capital Social – Saída do Nível 1*” na página 228 deste Prospecto.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa política na contratação de serviços não-relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES

A área de relações com investidores empenha-se na divulgação de informações detalhadas sobre nossa Companhia. Temos, atualmente, ações listadas na BOVESPA. Nossa controlada Gerdau mantém programa de ADR (*American Depositary Receipts*) Nível II, com títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York sob o código “GGB” e, desde dezembro de 2002, negocia suas ações preferenciais na Bolsa de Valores de Madrid – Espanha, por meio do mercado internacional de valores latino americanos – LATIBEX, com o objetivo de facilitar o acesso às nossas ações pela comunidade financeira européia. Nossos profissionais disponibilizam constantemente todos os dados necessários para uma avaliação correta dos resultados e planos de nossa Companhia pelo mercado.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO

Possuímos, conforme a Instrução nº 358 da CVM, uma Política de Divulgação de Informações ao Mercado, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembléia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável:

- (i) na cotação dos valores mobiliários;
- (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou
- (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

Práticas de governança corporativa

É de responsabilidade de nosso Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (através de anúncio publicado no jornal, etc.).

A Instrução nº 358 da CVM prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco algum interesse legítimo nosso.

Todas as pessoas vinculadas (nossos acionistas controladores, diretores, membros de nosso Conselho de Administração, de nosso Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a nós consideremos necessário ou conveniente) deverão assinar Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de nos indenizar e às demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

INFORMAÇÕES PERIÓDICAS – DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

Estipula o Regulamento do Nível 1 que nossas demonstrações financeiras e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre (excetuando-se o último trimestre) e de cada exercício social, devem, obrigatoriamente, incluir Demonstração dos Fluxos de Caixa, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Ver Seção “Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações - Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas” na página 225 deste Prospecto.

REQUISITOS ADICIONAIS PARA AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR

O Regulamento do Nível 1 estipula algumas informações complementares que deverão constar do ITR. São elas:

- (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a Demonstração do Resultado Consolidado e o comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social;
- (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5% (cinco por cento) de nosso capital social, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física;
- (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal;
- (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item (iii) acima, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 (doze) meses anteriores;
- (v) incluir em notas explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa anteriormente mencionado; e
- (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas.

Práticas de governança corporativa

REQUISITOS ADICIONAIS PARA AS INFORMAÇÕES ANUAIS – IAN

São também requisitos do Nível 1 a inclusão dos itens (iii), (iv) e (vi) do tópico “*Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais*” nas nossas Informações Anuais no Quadro “Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes”. Ver Seção “*Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Trimestrais*” na página 225 deste Prospecto.

REUNIÃO PÚBLICA COM ANALISTAS

O Regulamento do Nível 1 estipula que, pelo menos uma vez ao ano, nós e nossos administradores deverão realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à nossa respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

CALENDÁRIO ANUAL

Fica estipulado pelo Nível 1 que nossa Companhia e nossos administradores deverão enviar à BOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre nossa Companhia, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à BOVESPA. Eventuais alterações subsequentes em relação aos eventos programados deverão ser enviadas à BOVESPA e divulgadas imediatamente.

CONTRATOS COM O MESMO GRUPO

Segundo o Regulamento do Nível 1, devemos enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre nós e nossas Controlada(s) e Coligada(s), administradores, acionistas controladores e, ainda, entre nós e sociedade(s) Controlada(s) e Coligada(s) de nossos administradores e de nossos acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), ou valor igual ou superior a 1% (um por cento) sobre nosso patrimônio líquido, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução de nossos negócios. Ver Seção “*Operações com Partes Relacionadas*” na página 214 deste Prospecto.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras Consolidadas Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e Respective Pareceres dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

Elaboradas em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecidos como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado na instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007.

METALÚRGICA GERDAU S.A. e empresas controladas
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2007	2006
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.046.665	1.076.366
Aplicações financeiras			
Títulos para negociação		2.744.936	4.614.627
Títulos disponíveis para venda		276.374	263.893
Títulos mantidos até o vencimento		-	295.472
Contas a receber de clientes	6	3.226.310	2.872.123
Estoques	7	6.056.661	5.052.865
Créditos tributários	8	627.026	549.571
Pagamentos antecipados		108.690	84.014
Ganhos não realizados com derivativos	16	14	5.687
Outras contas a receber		407.128	347.129
		<u>15.493.804</u>	<u>15.161.747</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Créditos tributários	8	606.146	469.509
Imposto de renda/contribuição social diferidos	9	964.888	947.768
Ganhos não realizados com derivativos	16	1.553	14.160
Pagamentos antecipados		110.207	56.570
Depósitos judiciais	18	224.275	168.458
Outras contas a receber		338.134	309.370
Gastos antecipados com plano de pensão	20	427.804	318.563
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	11	613.112	450.080
Outros investimentos	11	34.712	32.089
Ágios	12	6.043.396	437.838
Intangível	13	1.073.715	45.381
Imobilizado	10	15.829.091	13.374.832
		<u>26.267.033</u>	<u>16.624.618</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>41.760.837</u>	<u>31.786.365</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

METALÚRGICA GERDAU S.A. e empresas controladas
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2007	2006
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		2.586.761	2.414.160
Empréstimos e financiamentos	14	2.575.934	2.328.221
Debêntures	15	38.125	2.932
Impostos e contribuições sociais a recolher	17	469.058	471.957
Salários a pagar		519.733	380.730
Dividendos a pagar		1.097	231.401
Perdas não realizadas com derivativos	16	1.964	2.690
Outras contas a pagar		497.940	476.567
		<u>6.690.612</u>	<u>6.308.658</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	12.481.760	6.700.524
Debêntures	15	791.433	786.596
Imposto de renda/contribuição social diferidos	9	2.412.300	1.565.840
Perdas não realizadas com derivativos	16	16.106	22.425
Provisão para contingências	18	490.319	402.990
Benefícios a empregados	20	794.125	708.316
Opções por compra de ações	16-f	889.440	547.953
Outras contas a pagar		379.588	459.721
		<u>18.255.071</u>	<u>11.194.365</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	3.744.000	3.744.000
Ações em tesouraria		(69.861)	(69.861)
Reserva legal		131.295	75.847
Lucros acumulados		2.993.542	1.529.389
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira		(539.471)	(112.467)
		<u>6.259.505</u>	<u>5.166.908</u>
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS		<u>10.555.649</u>	<u>9.116.434</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO INCLUINDO MINORITÁRIOS		<u>16.815.154</u>	<u>14.283.342</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>41.760.837</u>	<u>31.786.365</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

METALÚRGICA GERDAU S.A. e empresas controladas
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2007	2006
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	30.613.528	25.883.911
Custo das vendas	29	<u>(23.131.527)</u>	<u>(19.039.266)</u>
LUCRO BRUTO		7.482.001	6.844.645
Despesas com vendas	29	(620.267)	(558.163)
Despesas gerais e administrativas	29	(1.908.138)	(1.827.544)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	<u>(157.822)</u>	<u>(12.091)</u>
LUCRO OPERACIONAL		4.795.774	4.446.847
Resultado da equivalência patrimonial		<u>118.399</u>	<u>243.550</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		4.914.173	4.690.397
Receitas financeiras		871.846	1.012.996
Despesas financeiras		(1.210.090)	(916.595)
Variação cambial, líquida		723.289	329.632
Ganhos e perdas com derivativos, líquido		(4.456)	74.468
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		5.294.762	5.190.898
Provisão para imposto de renda e contribuição social			
Corrente	9	(881.050)	(917.433)
Diferido	9	<u>(88.598)</u>	<u>17.865</u>
		<u>(969.648)</u>	<u>(899.568)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>4.325.114</u>	<u>4.291.330</u>
ATRIBUÍDO A:			
Participação do controlador		1.824.599	1.750.763
Participação dos minoritários		<u>2.500.515</u>	<u>2.540.567</u>
		<u>4.325.114</u>	<u>4.291.330</u>
Lucro básico por ação - ordinária e preferencial	23	9,92	9,48
Lucro diluído por ação - ordinária e preferencial	23	9,92	9,48

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidadas - Consolidado Metalúrgica Gerdau S.A.
(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuído a participação dos controladores				Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	Participação dos minoritários	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Lucros acumulados			
Saldo em 01/01/2006	2.496.000	(34.479)	465.063	1.024.121	-	6.609.751	10.560.456
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.750.763	-	2.540.567	4.291.330
Aumento de capital	1.248.000	-	(456.490)	(791.510)	-	-	-
Despesa com plano de opções de ações reconhecido no período	-	-	-	1.808	-	-	1.808
Opções de ações exercidas durante o período	-	-	-	4.009	-	-	4.009
Dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	-	(383.460)	-	(1.144.163)	(1.527.623)
Destinação proposta à Assembleia Geral	-	-	67.274	(67.274)	-	-	-
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	(112.467)	(137.959)	(250.426)
Participações de minoritários sobre alocação do valor justo	-	-	-	-	-	777.299	777.299
Efeito de minoritários sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	470.939	470.939
Opções por compra de ações	-	-	-	(9.068)	-	-	(9.068)
Ações em tesouraria	-	(35.382)	-	-	-	-	(35.382)
Saldo em 31/12/2006	3.744.000	(69.861)	75.847	1.529.389	-	9.116.434	14.283.342
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.824.599	-	2.500.515	4.325.114
Aumento de capital em subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com plano de opções de ações reconhecido no período	-	-	-	2.560	-	1.924.176	1.924.176
Opções de ações exercidas durante o período	-	-	-	1.549	-	3.147	5.707
Dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	-	(335.671)	-	1.903	3.452
Destinação proposta à Assembleia Geral	-	-	55.448	(55.448)	-	(1.203.181)	(1.538.852)
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	(427.004)	(338.593)	(765.597)
Participações de minoritários sobre alocação do valor justo	-	-	-	-	-	(18.502)	(18.502)
Efeito de minoritários sobre entidades consolidadas	-	-	-	16.973	-	(1.014.811)	(997.838)
Opções por compra de ações	-	-	-	23.747	-	(417.963)	(394.216)
Gastos com aumento de capital em subsidiária	-	-	-	(26.839)	-	-	(26.839)
Ganhos não realizados em aplicações disponíveis para venda	-	-	-	12.633	-	-	15.207
Saldo em 31/12/2007	3.744.000	(69.861)	131.295	2.993.542	-	10.555.649	16.815.154

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

METALURGICA GERDAU S.A. e empresas controladas
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2007	2006
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Lucro líquido do exercício (inclui participação dos minoritários)		4.325.114	4.291.330
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		1.317.298	1.137.071
Equivalência patrimonial		(118.399)	(243.550)
Variação cambial		(723.289)	(296.207)
Ganhos com derivativos, líquido		4.456	(74.468)
Benefícios pós-emprego e remuneração baseada em ações		(146.205)	(213.350)
Imposto de renda diferido		88.598	(17.865)
Perda na alienação de imobilizado e investimento		62.444	43.464
Provisão de créditos de liquidação duvidosa		16.445	14.092
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas		179.402	(53.114)
Distribuição de <i>joint ventures</i>		109.959	217.169
Receita de juros de aplicações financeiras		(719.848)	(884.093)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras		735.162	695.705
		<u>5.131.137</u>	<u>4.616.184</u>
Varição de ativos e passivos:			
Aumento de contas a receber		(508.382)	(259.463)
Aumento de estoques		(777.724)	(186.347)
Aumento de contas a pagar e provisões		455.903	245.678
Aumento de outros ativos		(398.870)	(235.164)
Aumento de outros passivos		1.173.782	657.402
Aplicações financeiras de títulos para negociação		(4.195.504)	(7.856.587)
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação		6.876.111	6.897.415
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>7.756.453</u>	<u>3.879.118</u>
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(711.518)	(555.161)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(702.391)	(920.411)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>6.342.544</u>	<u>2.403.546</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	3.6	(2.758.234)	(2.373.508)
Pagamentos na aquisição de empresas		(8.513.602)	(732.771)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras		191.923	755.689
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(11.079.913)</u>	<u>(2.350.590)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.233.036)	(1.172.620)
Financiamentos obtidos		11.867.692	4.607.038
Pagamentos de financiamentos		(5.740.550)	(3.448.305)
Aumento de capital		907.324	-
Financiamentos com empresas ligadas, líquido		293.986	(51.714)
Caixa líquido proveniente de (usado em) atividades de financiamentos		<u>6.095.416</u>	<u>(65.601)</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		<u>(387.748)</u>	<u>(146.758)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>970.299</u>	<u>(159.403)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>1.076.366</u>	<u>1.235.769</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>2.046.665</u>	<u>1.076.366</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Metalúrgica Gerdau S.A. ("a Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa *holding* integrante do Grupo Gerdau, dedicado, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através de usinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Índia.

O Grupo Gerdau tem uma capacidade instalada de 24,8 milhões de toneladas de aço bruto por ano, produzindo aço em fornos elétricos, a partir de sucata e ferro-gusa adquiridos, em sua maior parte, na região de atuação de cada usina (conceito de *mini-mill*), bem como produzindo aço a partir de minério de ferro (em altos-fornos e via redução direta), além de possuir unidades voltadas exclusivamente à produção de aços especiais. É o maior reciclador de sucata da América Latina e está entre os maiores do mundo.

O mercado mais importante é o setor industrial, onde fabricantes de bens de consumo, tais como automóveis e aparelhos para uso doméstico e comercial, utilizam, basicamente, perfis nas várias especificações disponíveis, seguindo o setor da construção civil, que demanda grande volume de vergalhões e arames para concreto. Também são bastante numerosos os consumidores de pregos, grampos e arames, muito utilizados na agropecuária.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. e empresas controladas (em conjunto, a "Companhia") foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12/02/2008.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Base de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2007 e de 2006 foram preparadas de acordo com *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia eram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM até 31/12/2006 e estas práticas diferem, em algumas áreas, do IFRS. Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 2007, a Companhia ajustou alguns métodos de contabilização, avaliação e consolidação, aplicados em BRGAAP, no intuito de cumprir as práticas adotadas no IFRS. Os dados comparativos referentes a 2006 foram refeitos para refletir estes ajustes, à exceção daqueles descritos na isenção das práticas contábeis opcionais e obrigatórias, descrito nas notas 4.1.2 e 4.1.3. Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas estão sendo apresentadas em IFRS em substituição às Demonstrações Financeiras Consolidadas segundo o BRGAAP, conforme faculta a Instrução CVM nº. 457, de 13/07/2007.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido, ao resultado e ao fluxo de caixa, estão demonstradas na nota 4.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão demonstradas na nota 2.18. As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não circulantes e instrumentos financeiros.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para o exercício findo em 31/12/2007. As principais normas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas estão listadas a seguir:

- IFRS 1 – Adoção do IFRS pela primeira vez;
- IFRS 2 – Pagamento baseado em ações;

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- IFRS 3 – Combinação de negócios;
- IFRS 7 – Instrumentos financeiros;
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- IAS 2 – Estoques;
- IAS 7 – Fluxo de caixa;
- IAS 12 – Imposto de renda;
- IAS 19 – Benefícios a empregados;
- IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e investimentos em subsidiárias;
- IAS 28 – Investimentos em associadas;
- IAS 31 – *Joint ventures*;
- IAS 32 – Apresentação de instrumentos financeiros;
- IAS 33 – Lucro por ação;
- IAS 36 – Deterioração de ativos;
- IAS 37 – Provisões e contingências;
- IAS 38 – Intangíveis;
- IAS 39 – Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros;

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Gerdau S.A..

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, ou a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

c) Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

2.3 – Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

b) Aplicações financeiras

A Companhia classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As aplicações financeiras para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são baixados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou não recuperável.

c) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 6.

d) Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.4 – Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos o custo estimado para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para este.

2.5 – Imobilizado

São avaliados ao custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

aquisição do imobilizado em formação os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

2.6 – Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos de certificados de redução de emissão de carbono, contratos de prestação de serviços de longo prazo de corte e dobra de aço, contratos e relacionamento com clientes, que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes. Os ativos intangíveis são amortizados geralmente levando em conta a sua utilização efetiva, considerando que possuem vida útil definida, ou bases sistemáticas de amortização mensal. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

2.7 – Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.8 – Investimentos

a) Investimentos em empresas controladas

A Companhia classifica seus investimentos entre investimentos avaliados por equivalência patrimonial e outros investimentos. Os investimentos são mensurados e registrados conforme descrito na nota 3.

A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha, em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica de "Participação dos acionistas minoritários".

Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 01/01/2006, data da transição para o IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas minoritários é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até a data da sua alienação, respectivamente. As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes das transações entre empresas do Grupo Gerdau são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS aplicadas pela Companhia.

b) Investimentos em empresas com controle compartilhado e *joint ventures*

Empresas com controle compartilhado e *joint ventures* são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data que o controle conjunto é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos e outras variações no patrimônio líquido destas empresas. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

c) Investimento em empresas associadas

Uma empresa associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas que não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em contrapartida de ganhos ou perdas em ativos financeiros e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa associada na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas associadas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia na empresa associada, por contrapartida do valor do investimento nessa mesma associada.

2.9 Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

d) Garantias financeiras de contratos passivos

Garantias financeiras de contratos passivos são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo maior entre o montante da obrigação segundo o contrato e o montante inicialmente reconhecido menos, se aplicável, amortização acumulada.

2.10 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as subsidiárias e associadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas a interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

2.11 – Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia encontram-se nas notas 20 e 26.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do corredor, conforme descrito na nota 20.

2.12 – Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.13 – Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela taxa média ponderada de captação no mercado. Os contratos com empresas no exterior são atualizados por encargos (*Libor* + 3% a.a.) mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

2.14 – Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Metalúrgica Gerdau S.A.. O estatuto social da Metalúrgica Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Metalúrgica Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 – Reconhecimento da receita de vendas

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 – Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são considerados como custo de produção, quando se referirem a gastos rotineiros e usuais, ou capitalizados quando incorridos, quando se referirem a projetos de longo prazo que gerarão retorno em prazo superior a um ano.

2.17 – Contratos de arrendamento (*Leasing*)

Os contratos de *leasing* dos quais parcela relevante dos riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo locador, são classificados como *leasing* operacional. Os pagamentos realizados nos contratos de *leasing* operacionais são registrados no resultado do exercício de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

2.18 - Uso de estimativas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado (nota 10), estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos contingentes (nota 18), determinações de provisões para imposto de renda (nota 9), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (nota 16). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.19 – Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, freqüentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Imposto de renda diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - *liability method*) de contabilização do imposto de renda é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- iv) O excesso de ganho ou perda atuarial líquida acima de 10% do maior entre a obrigação do benefício e o valor de mercado dos ativos do plano é amortizado ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados ativos;
- v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Passivos ambientais

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos. A Companhia possui uma equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e usa especialistas externos quando necessário. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos considerando cotações obtidas junto aos participantes do mercado, que consiste no valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

e) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

f) Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados

A Companhia realizou instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas minoritários das empresas adquiridas, ou concedeu opções de venda a alguns acionistas minoritários para venderem suas ações à Companhia. Esses instrumentos financeiros derivativos estão registrados no balanço patrimonial da Companhia na conta Opções por compra de ações (nota 16.f), e a determinação desse valor envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. A Companhia estima o valor de mercado das empresas cujas ações a Companhia tem compromisso de aquisição utilizando múltiplos *EBITDA* (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) de empresas similares negociadas no mercado. A Companhia acredita que tal critério seja apropriado, alinhado com as práticas observadas no mercado para valorização de instrumentos não cotados.

g) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, conforme descrito na nota 3, a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrado como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A Companhia geralmente contrata empresas externas de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso de premissas utilizadas para avaliação incluem estimativas de fluxo de caixa descontados ou taxas de desconto e pode resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

h) Avaliação da relação de negócios para empresas adquiridas para fins de consolidação integral

A Companhia utiliza julgamentos para avaliar a relação de negócios quando da aquisição de empresas onde a Companhia não é detentora majoritariamente das ações com direito a voto. Para tanto, leva em conta a análise dos principais riscos e benefícios com o objetivo de avaliar se a Companhia é o beneficiário primário, ou seja, se a empresa adquirida é uma entidade de propósito especial (*special purpose entity - SPE*), como definido pelo *SIC Interpretation 12 "Consolidation - Special Purpose Entities"* do IASB.

i) Teste de deterioração do ágio

Ativos que tem vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para se identificar uma deterioração dos mesmos através de uma metodologia conhecida como *impairment test*. Para o propósito de se identificar uma deterioração do ágio, estes são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa) e a alocação é efetuada de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são registradas no resultado do exercício em que ocorrerem e não podem ser revertidas em exercícios seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir.

2.20 – Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis e interpretações do IFRIC foram publicados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2008, e outros foram aplicados em 2007. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Novos pronunciamentos e interpretações do IFRS aplicados em 2007:

IFRS 7 – Instrumentos financeiros – divulgações (*Financial instruments: disclosures*)

Em agosto de 2005, o IASB emitiu o IFRS 7, o qual prevê requerimentos adicionais de divulgações em relação à relevância de instrumentos financeiros e informações qualitativas e quantitativas em relação à exposição de riscos relacionadas a estes instrumentos.

Este pronunciamento sucede os requerimentos de divulgação definidos tanto no IAS 30 “Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e Instituições Financeiras Similares” e IAS 32 “Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação” e é efetivo para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2007.

A Administração adotou os requerimentos de divulgação conforme apresentado na Nota 16.

ALTERAÇÕES NO IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (*Presentation of Financial Statements*)

Em agosto de 2005, o IASB alterou o IAS 1, o qual requer que uma entidade forneça informações qualitativas e quantitativas adicionais para permitir ao usuário de Demonstrações Financeiras avaliar seus objetivos, políticas e procedimentos para gerenciamento de capital. A alteração é efetiva para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2007. A Administração adotou os requerimentos de divulgação.

IFRIC 7 – Aplicação do conceito de republicação de acordo com o IAS 29 – Demonstrações Financeiras em hiperinflação (*Applying the restatement approach under IAS 29 Financial Reporting in hyperinflationary economies*)

Em novembro de 2005, o IFRIC emitiu a Interpretação 7, para esclarecer que as reapresentações requeridas pelo IAS 29 devem ser feitas retrospectivamente se uma economia torna-se hiperinflacionária durante um período de reporte. A entidade deve aplicar a Interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após 01/03/2006. A Companhia não identificou impactos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes da aplicação desta Interpretação.

IFRIC 8 – Escopo do IFRS 2 (*Scope of IFRS 2*)

Em janeiro de 2006, o IFRIC emitiu sua Interpretação 8, a qual requer que transações envolvendo a emissão de instrumentos de capital, nas quais os valores identificáveis recebidos são menores do que o valor justo do instrumento de capital emitido, sejam analisados para estabelecer se os mesmos estão sujeitos ao escopo do IFRS 2. A entidade deve aplicar essa Interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após 01/05/2006. A Companhia não identificou impactos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes da aplicação desta Interpretação.

IFRIC 9 – Reavaliação de derivativos embutidos (*Reassessment of embedded derivatives*)

Em março de 2006, o IFRIC emitiu a Interpretação 9, a qual requer que a entidade avalie se um derivativo embutido deve ser separado do contrato original e contabilizado como um derivativo assim que a entidade se torna parte de um contrato. A entidade deve aplicar a Interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após 01/06/2006. A Companhia não identificou impactos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes da aplicação desta Interpretação.

IFRIC 10 – Demonstrações Financeiras interinas e deterioração de ativos (*Interim Financial Reporting and impairment*)

Em julho de 2006, o IFRIC emitiu sua Interpretação 10, para esclarecer sobre reversão de perdas por *impairment* em períodos interinos. A entidade é requerida a avaliar seus ágios para fins de *impairment* em qualquer data de reporte, assim como avaliar os investimentos em ações ou instrumentos de patrimônio e ativos financeiros mantidos a valor de custo para fins de *impairment* a cada data de balanço e, se requerido, reconhecer perdas por *impairment* de acordo com o IAS 36 e IAS 39. Esta Interpretação fornece orientação se tais perdas por *impairment* deveriam ser revertidas em algum momento. Nesta Interpretação foi concluído que a entidade não deve reverter a perda por *impairment* reconhecida em períodos interinos anteriores referentes a ágios ou investimentos em ações ou em ativos financeiros mantidos a custo. A entidade não deve estender este consenso por analogia para outras áreas de potencial conflito entre o IAS 34 e outros pronunciamentos.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após 01/11/2006. A Companhia não identificou impactos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes da aplicação desta Interpretação.

b) Novos pronunciamentos e interpretações do IFRS aplicáveis a partir de 2008 em diante:

IAS 23 – Custos de empréstimo (*Borrowing costs*)

Em março de 2007, o IASB emitiu uma versão revisada do IAS 23, o qual trata da inclusão no ativo dos custos de empréstimos que são atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo. A entidade deve aplicar esta norma para períodos anuais que se iniciem em/ou após 01/01/2009. A Companhia está avaliando os impactos oriundos da aplicação desta norma.

IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (*Presentation of Financial Statements*)

Em setembro de 2007, o IASB alterou novamente o IAS 1, sendo esta alteração efetiva para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2009. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da alteração desta norma na divulgação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais (*Operating segments*)

Em novembro de 2006, o IASB emitiu o IFRS 8, que especifica formas de divulgação de informações sobre seus segmentos operacionais nas informações financeiras anuais, e altera o IAS 34 “Informações Financeiras Interinas”, requerendo que uma entidade reporte informações financeiras selecionadas sobre seus segmentos de operação em informações financeiras interinas. Este pronunciamento define segmento operacional como componente de uma entidade sobre a qual informações financeiras segregadas são disponibilizadas e avaliadas pelo responsável pelo gerenciamento do negócio em suas decisões de como alocar recursos e avaliar sua performance. Este pronunciamento também define requerimentos para divulgações relacionadas a produtos e serviços, áreas geográficas, e principais clientes e é efetivo para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2009. A Companhia acredita que a adoção do IFRS 8 não terá impactos significativos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 11 – Transações com ações de empresas do grupo em tesouraria (*Group and treasury share transactions*)

Em novembro de 2006, o IFRIC emitiu sua Interpretação 11, para esclarecer a contabilização de certos pagamentos baseados em ações envolvendo as ações próprias da entidade (ações em tesouraria) e pagamentos e arranjos baseados em ações que envolvam duas ou mais entidades dentro do mesmo grupo de empresas. Esta Interpretação esclarece que pagamentos de transações baseadas em ações nas quais a entidade receba serviços em troca de suas próprias ações devem ser contabilizados como se fossem liquidados em ações. Essa orientação se aplica independentemente de (a) se a entidade escolher ou for requerida a comprar estes instrumentos de capital de outra parte para satisfazer suas obrigações para com seus empregados de acordo com o programa de remuneração em ações; (b) os direitos dos empregados aos instrumentos de capital da entidade foram concedidos pela entidade ou por seus controladores; ou (c) o pagamento baseado em ações foi liquidado pela entidade ou por seus controladores. Em relação ao pagamento de transações baseadas em ações que envolvem uma ou mais entidades do mesmo grupo, esta Interpretação orienta que no caso de uma empresa controladora conceder direitos a suas próprias ações a empregados de companhias subsidiárias, se o pagamento baseado em ações for contabilizado como se fosse liquidado em ações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da controladora, a subsidiária deve mensurar os serviços recebidos de seus empregados de acordo com os requerimentos aplicáveis aos pagamentos de transações liquidados em ações, com um correspondente aumento reconhecido no patrimônio líquido como contribuição de capital na controladora. No caso de uma subsidiária conceder direitos aos instrumentos de ações de sua controladora a seus empregados, esta Interpretação requer que a subsidiária contabilize esta transação como se fosse liquidada em dinheiro. Esse requerimento aplica-se independentemente de como a subsidiária obtiver os instrumentos de ações para satisfazer a obrigação com seus empregados. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após 01/03/2007. A Companhia não identificou impactos decorrentes da adoção desta Interpretação nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 12 – Concessão de serviços públicos (*Service concession arrangements*)

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em novembro de 2006, o IFRIC emitiu a Interpretação 12, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados. Esta Interpretação define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços e foca nos seguintes assuntos: (a) tratamento dos direitos do operador sobre a infra-estrutura; (b) reconhecimento e mensuração dos valores da concessão; (c) serviços de construção ou melhoramentos; (d) serviços de operação; (e) custos de financiamentos; (f) contabilização subsequente do tratamento de um ativo financeiro e de um ativo intangível; e (g) itens fornecidos pelo operador ao concessor. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2008. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impacta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 13– Programas de Fidelização de Clientes (*Customer Loyalty Programmes*)

Em junho de 2007, o IFRIC emitiu a Interpretação 13, a qual trata de programas de fidelidade utilizados por entidades para providenciar aos clientes incentivos para a compra de produtos e serviços. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2008. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impacta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 14– IAS 19 Limite sobre ativos decorrentes de planos de benefício definidos, requerimentos mínimos de capitalização e sua correlação (*The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction*)

Em julho de 2007, o IFRIC emitiu a Interpretação 14, a qual trata da mensuração dos ativos de planos de benefícios definidos e a mensuração do valor presente dos benefícios econômicos disponíveis. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2008. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impacta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTA 3 -DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem a Gerdau S.A. e suas subsidiárias majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

3.1 - Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas, como segue:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Empresa consolidada	País	Percentual de participação			
		Capital total ^(*)		Capital votante	
		2007	2006	2007	2006
Gerdau S.A.	Brasil	44,86	45,15	74,89	75,73
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. - Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Steel North America Inc.	Canadá	100,00	-	100,00	-
Gerdau Ameristeel Corporation e subsidiárias ⁽¹⁾	EUA/Canadá	66,45	66,78	66,45	66,78
Gerdau Açominas S.A. e subsidiárias ⁽²⁾	Brasil	93,00	89,72	93,00	89,72
Gerdau Aços Longos S.A. e subsidiárias ⁽³⁾	Brasil	93,00	89,72	93,00	89,72
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa ⁽⁴⁾	Brasil	97,50	98,37	97,50	98,37
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00	100,00	100,00
Corporación Sidenor S.A. e subsidiárias ⁽⁵⁾	Espanha	40,00	40,00	40,00	40,00
Gerdau América Latina Participações S.A.	Brasil	94,18	93,70	94,18	93,70
Axof S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Aços Especiais S.A.	Brasil	93,00	89,72	93,00	89,72
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e subsidiárias ⁽⁶⁾	Chile	99,99	99,99	99,99	99,99
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company	Hungria	98,75	98,75	98,75	98,75
Gerdau Comercial de Aços S.A.	Brasil	93,00	89,72	93,00	89,72
Santa Felicidade Com. Imp. e Exp. de Produtos Siderúrgicos Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Aramac S.A. e subsidiárias ⁽⁷⁾	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú	Peru	83,28	83,28	83,28	83,28
Diazo S.A. e subsidiárias ⁽⁸⁾	Colômbia	57,83	57,74	57,83	57,74
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e subsidiárias ⁽⁹⁾	México	100,00	-	100,00	-
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Brasil	97,06	97,06	99,73	99,73
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Laísa S.A.	Uruguai	99,90	99,90	99,90	99,90
Sipar Gerdau Inversiones S.A. e subsidiárias ⁽¹⁰⁾	Argentina	92,75	83,77	92,75	83,77
Siderúrgica del Pacífico S.A.	Colômbia	98,19	98,64	98,19	98,64
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	-	100,00	-
Banco Gerdau S.A.	Brasil	99,00	99,00	99,00	99,00
GTL Financial Corp.	Holanda	100,00	100,00	100,00	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00

- ^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.
- ⁽¹⁾ Subsidiárias: Gerdau Ameristeel MRM Special Sections Inc., Gerdau USA Inc., AmeriSteel Bright Bar Inc., Gerdau AmeriSteel US Inc., Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc., Sheffield Steel Corporation, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., Pacific Coast Steel e Chaparral Steel Company.
- ⁽²⁾ Subsidiária: Gerdau Açominas Overseas Ltd..
- ⁽³⁾ Subsidiárias: Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda. e Florestal Itacambira S.A..
- ⁽⁴⁾ Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco Gerdau S.A..
- ⁽⁵⁾ Subsidiárias: Sidenor Internacional S.L., Sidenor Industrial S.L., Aços Villares S.A., Forjanor S.L., Sidenor y Cia, Sociedad Colectiva, Sidenor H-D S.A., Forjanor S.L. e Trefilados de Urbina, S.A..
- ⁽⁶⁾ Subsidiárias: Indústria del Acero S.A., Industrias del Acero Internacional S.A., Gerdau Aza S.A., Distribuidora Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A. e Matco Instalaciones Ltda..
- ⁽⁷⁾ Subsidiária: GTL Equity Investments Corp..
- ⁽⁸⁾ Subsidiária: Ferrer Ind. Corporation.
- ⁽⁹⁾ Subsidiárias: Siderúrgica Tultitlán, S.A., Ferrotultitlán, S.A. e Arrendadora Valle de México, S.A.A..
- ⁽¹⁰⁾ Subsidiárias: Sipar Aceros S.A. e Siderco S.A..

Como resultado da operação da opção de venda descrita na nota 16.f, a Companhia reconhece, desde a data de aquisição, o percentual de 80% como investimento na Corporación Sidenor, ao invés de 40% conforme descrito no quadro acima.

3.2 - Empresas com controle compartilhado e *joint ventures*

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle compartilhado:

Empresas com controle compartilhado	País	Percentual de participação			
		Capital total ^(*)		Capital votante	
		2007	2006	2007	2006
Gallatin Steel Company	EUA	50,00	50,00	50,00	50,00
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da *joint venture*.

As informações financeiras condensadas das empresas com controle compartilhado Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors e MRM Guide Rail, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas abaixo, de forma consolidada:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<i>Joint ventures</i>	
	<i>América do Norte</i>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ativo		
Circulante	404.275	443.138
Não-circulante	316.001	397.504
Total do ativo	<u>720.276</u>	<u>840.642</u>
Passivo		
Circulante	139.468	113.582
Não-circulante	8.493	8.068
Patrimônio líquido ajustado	572.315	718.992
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>720.276</u>	<u>840.642</u>
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Demonstração do resultado		
Receita líquida de vendas	1.864.821	2.127.082
Custo das vendas	(1.648.827)	(1.624.078)
Lucro bruto	215.994	503.004
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(25.528)	(30.346)
Outras despesas/receitas operacionais	(17.986)	(8.805)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	172.480	463.853
Resultado financeiro	(627)	1.436
Lucro antes dos impostos	171.853	465.289
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(4.643)	(4.756)
Lucro líquido	<u>167.210</u>	<u>460.533</u>

3.3 - Empresas associadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas associadas:

Empresas associadas	País	Percentual de participação			
		Capital total ⁽¹⁾		Capital votante	
		<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82	51,82
Armaccero Industrial y Comercial S.A.	Chile	50,00	50,00	50,00	50,00
Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias ⁽¹⁾	Rep. Dominicana	49,00	-	49,00	-

⁽¹⁾ Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Steelchem Trading Corp., NC Trading e Industrias Nacionales C. x A., S.A. (Costa Rica).

⁽²⁾ As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da associada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total da associada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da associada.

As informações financeiras condensadas das empresas associadas Dona Francisca Energética S.A., Armaccero Industrial y Comercial S.A. e Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas abaixo, de forma consolidada:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>Empresas associadas</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ativo		
Circulante	508.736	164.203
Não-circulante	434.995	265.590
Total do ativo	<u>943.731</u>	<u>429.793</u>
Passivo		
Circulante	286.300	73.085
Não-circulante	214.252	214.306
Patrimônio líquido ajustado	443.179	142.402
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>943.731</u>	<u>429.793</u>
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Demonstração do resultado		
Receita líquida de vendas	593.381	119.308
Custo das vendas	(465.451)	(84.437)
Lucro bruto	127.930	34.871
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(47.576)	(8.381)
Outras despesas/receitas operacionais	16.233	144
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	96.587	26.634
Resultado financeiro	(15.484)	(9.869)
Lucro antes dos impostos	81.103	16.765
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(13.656)	(6.855)
Lucro líquido	<u>67.447</u>	<u>9.910</u>

3.4 - Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, na respectiva data de aquisição. Conforme descrito na nota 4.1.2 a) a Companhia aplicou as disposições do IFRS 3 para as aquisições de subsidiárias ocorridas após a data de transição para o IFRS e as disposições do IAS 28 para as aquisições de associadas. Os valores de ágio correspondentes a aquisições anteriores a 01/01/2006 foram mantidos pelo saldo líquido amortizado conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras em 31/12/2005 de acordo com o BRGAAP, sendo sujeitos anualmente a testes de perda de recuperação desde aquela data.

O ágio relativo a investimentos em empresas situadas no exterior encontra-se registrado na moeda funcional da adquirente dessas filiais, sendo convertido para reais (moeda de reporte da Companhia) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registradas na rubrica "Ajustes acumulados de conversão para moeda estrangeira", no patrimônio líquido, após a data de transição para o IFRS.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas rubricas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial" e "Ágio". O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma empresa controlada, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente ágio é incluído na determinação do ganho ou perda.

3.5 Aquisições de empresas (controladas, controle compartilhado e associadas)

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Grupo Feld S.A. de C.V. (Gerdau GTL México, S.A. de C.V.)

Em 28/03/2007, a Companhia adquiriu 100% do capital social do Grupo Feld S.A. de C.V., um Grupo Mexicano que detém três companhias: Siderúrgica Tultitlán S.A. de C.V. ("Sidertul"), uma usina *mini-mill* de aço longos localizada na Cidade do México, que produz 350.000 toneladas de aço bruto e 330.000 toneladas de aço laminado; Ferrotultitlán S.A. de C.V. ("Ferrotul"), que é uma companhia que comercializa basicamente toda a produção da Sidertul, e também a Arrendadora Valle de México S.A. de C.V. ("Arrendadora"), que é uma companhia imobiliária que detém os terrenos e os prédios onde a Sidertul está localizada.

O preço total pago por esta aquisição foi de US\$ 258,8 milhões (R\$ 536.544 na data da aquisição). A Companhia efetuou uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, e estes ativos e passivos estão descritos abaixo:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	90.478	-	90.478
Ativos não-circulantes	233.193	-	233.193
Ágio	-	258.827	258.827
Passivos circulantes	(43.081)	-	(43.081)
Passivos não-circulantes	(2.873)	-	(2.873)
	<u>277.717</u>	<u>258.827</u>	<u>536.544</u>
Preço total de compra considerado			<u>536.544</u>

Considerando que as informações acima se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

O valor do lucro líquido desta entidade considerado na demonstração do resultado consolidado, da data da aquisição até 31/12/2007, monta a R\$ 4.190 correspondente ao período após a aquisição.

b) Multisteel Business Holdings Corp.

Em 25/05/2007, a Companhia adquiriu 30,45% de participação na Multisteel Business Holdings Corp., a qual é a holding da Industrias Nacionales, C. por A. ("INCA"), uma companhia localizada em Santo Domingo, República Dominicana. INCA é uma companhia laminadora, com capacidade anual de aproximadamente 350.000 toneladas de aço laminado. Esta parceria permitirá a Companhia acessar o mercado caribenho.

O valor total da aquisição desta participação foi US\$ 42 milhões (R\$ 82 milhões na data da aquisição), e a Companhia tem registrado preliminarmente um ágio de US\$ 19,7 milhões (R\$ 38 milhões na data da aquisição). Pelo contrato de compra, a Companhia concorda em pagar o preço de compra contingente baseado nos lucros futuros do investimento adquirido. Tais cláusulas *earn-out* estabelecem um pagamento adicional, se um certo nível de *EBITDA* (definido no contrato) for atingido nos próximos 5 anos. Tal preço de compra contingente será incluído no ágio, quando este for considerado como um passivo da Companhia.

Em 02/07/2007, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 18,55% na Multisteel Business Holdings Corp., totalizando após esta aquisição 49% de participação. O valor total desta segunda aquisição foi US\$ 72 milhões (R\$ 135,2 milhões na data da aquisição), e a Companhia registrou adicionalmente um ágio de US\$ 23,1 milhões (R\$ 43,4 milhões na data da aquisição). Este investimento está registrado pelo método de equivalência patrimonial.

c) Siderúrgica Zuliana C.A.

Em 18/06/2007, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Siderúrgica Zuliana C.A., uma companhia venezuelana que opera uma siderúrgica na cidade de Ojeda, Venezuela, com capacidade de produção anual de 300.000 toneladas de aço bruto e 200.000 toneladas de aço laminado.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O valor total da aquisição é US\$ 92,5 milhões (R\$ 176,2 milhões na data da aquisição). A Companhia efetuou uma estimativa preliminar sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e estes ativos e passivos estão descritos abaixo:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	23.420	-	23.420
Ativos não-circulantes	54.278	-	54.278
Ágio	-	111.934	111.934
Passivos circulantes	(8.971)	-	(8.971)
Passivos não-circulantes	(4.476)	-	(4.476)
	<u>64.251</u>	<u>111.934</u>	<u>176.185</u>
Preço total de compra considerado			<u>176.185</u>

Considerando que as informações acima se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

O valor do lucro líquido desta entidade considerado na demonstração do resultado consolidado, da data da aquisição até 31/12/2007, monta a R\$ 486 correspondente ao período após a aquisição.

d) Valley Placers, Inc.

Em 17/06/2007, a Pacific Coast Steel ("PCS"), uma *joint venture* na qual a Companhia detém uma participação de 55% concluiu a aquisição dos ativos da Valley Placers, Inc. ("VPI"), um empreiteiro de aço de concreto armado em Las Vegas, Nevada, por aproximadamente US\$ 8,8 milhões (R\$ 17,1 milhões na data da aquisição) em dinheiro. Como resultado dessa aquisição foi apurado um ágio no montante de US\$ 2,6 milhões (R\$ 5 milhões na data da aquisição). Além das atividades de empreitada, a VPI opera uma instalação de fabricação de aço e um negócio de fornecimento para o varejo da construção. A VPI atualmente emprega mais de 110 trabalhadores de campo e especializados em pequenos projetos comerciais, varejistas e obras públicas.

e) SJK Steel Plant Limited

Em 22/06/2007, a Companhia e o Grupo Kalyani, da Índia, assinaram um contrato de *joint venture* para um investimento em Tadipatri, Índia. A *joint venture* inclui uma participação de 45% na SJK Steel Plant Limited, uma companhia produtora de aço com dois conversores LD, um lingotador contínuo e também uma instalação para produção de ferro-gusa. O contrato estabelece controle compartilhado e os investimentos estão estimados em US\$ 71 milhões (R\$ 125,7 milhões em 31/12/2007). Em 11/12/2007, a Companhia efetuou um adiantamento para a aquisição desta participação no montante de US\$ 20 milhões (R\$ 35,7 milhões na data do pagamento).

f) D&R Steel, LLC

Em 27/08/2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel, através da PCS adquiriu a D&R Steel, LLC, um empreiteiro de aço de concreto armado sediado em Glendale, Arizona por US\$ 4,9 milhões (R\$ 9,6 milhões na data da aquisição). Como resultado desta aquisição, a Companhia registrou ativos totais de US\$ 3,2 milhões (R\$ 6,3 milhões na data da aquisição), ágio e intangíveis de US\$ 3 milhões (R\$ 5,9 milhões na data da aquisição) e passivos de US\$ 1,3 milhão (R\$ 2,6 milhões na data da aquisição).

g) Re-Bars Inc.

Em 14/09/2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel, através da PCS adquiriu a Re-Bars Inc., um fabricante independente de aço de concreto armado servindo Savannah, Geórgia e áreas próximas por US\$ 2,9 milhões (R\$ 5,3 milhões na data da aquisição). Como resultado desta aquisição, a Companhia registrou ativos totais de US\$ 1,0 milhão (R\$ 1,8 milhão na data da aquisição), ágio e intangíveis de US\$ 1,9 milhão (R\$ 3,5 milhões na data da aquisição) e passivo de US\$ 0,1 milhão (R\$ 0,2 milhão na data da aquisição).

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

h) Chaparral Steel Company

Em 14/09/2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel completou a aquisição da Chaparral Steel Company ("Chaparral"), aumentando o portfólio de produtos da Companhia e incorporando uma linha completa de produtos de aços estruturais. Chaparral era o segundo maior produtor de aço estrutural na América do Norte e também o maior produtor de barras de aço. Chaparral opera duas usinas *mini-mill*, sendo uma localizada em Midlothian, Texas e a outra localizada em Petersburg, Virginia.

O valor total da aquisição foi de US\$ 4.2 bilhões (R\$ 7,7 bilhões na data da aquisição) em dinheiro, mais a assunção de certos passivos da empresa adquirida. A Companhia efetuou uma estimativa preliminar sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e estes ativos e passivos estão descritos abaixo:

	<u>Valor dos livros</u>	<u>Ajustes da aquisição</u>	<u>Valor justo na aquisição</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Caixa e equivalentes de caixa	972.453	-	972.453
Contas a receber de clientes	339.618	-	339.618
Estoques	396.507	148.196	544.703
Outros ativos circulantes	91.674	-	91.674
Imobilizado	1.028.165	290.315	1.318.480
Ativos intangíveis	267.305	845.503	1.112.808
Outros ativos não-circulantes	21.182	-	21.182
Ágio	156.612	4.919.759	5.076.371
Fornecedores e outras contas a pagar	(517.138)	-	(517.138)
Outros passivos circulantes	(25.898)	-	(25.898)
Empréstimos e financiamentos	(551.670)	-	(551.670)
Outros passivos não-circulantes	(267.114)	(323.075)	(590.189)
	<u>1.911.696</u>	<u>5.880.698</u>	<u>7.792.394</u>
Preço total de compra considerado			<u>7.792.394</u>

Devido à aquisição ter sido completada no final do terceiro trimestre, a Companhia ainda não finalizou a avaliação do valor justo de todos os ativos, passivos e passivos contingentes. Considerando que as informações acima se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

O valor do lucro líquido desta entidade considerado na demonstração do resultado consolidado, da data da aquisição até 31/12/2007, monta a R\$ 165.409 correspondente ao período após a aquisição.

i) Enco Materials Inc.

Em 01/10/2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel adquiriu 100% da Enco Materials Inc., uma empresa líder no mercado de materiais comerciais, com sede em Nashville no estado de Tennessee. Enco Materials tem oito unidades localizadas em Arkansas, Tennessee e Geórgia. O valor pago na aquisição foi de US\$ 46,6 milhões (R\$ 84,9 milhões na data da aquisição) em dinheiro, mais a assunção de certos passivos da empresa adquirida. Como resultado da aquisição a Companhia registrou ativos totais de US\$ 30,6 milhões (R\$ 55,8 milhões na data da aquisição), ágio e intangíveis de US\$ 28,7 milhões (R\$ 52,3 milhões na data da aquisição) e passivos de US\$ 12,7 milhões (R\$ 23,1 milhões na data da aquisição).

j) Corsa Controladora, S.A. de C.V.

Em 19/10/2007, a Companhia assinou carta de intenções para a aquisição de uma participação de 49% do capital social da empresa *holding* Corsa Controladora, S.A. de C.V., com sede na Cidade do México, México. A *holding* é detentora de 100% do capital social da Aceros Corsa, S.A. de C.V. e de suas distribuidoras.

A Aceros Corsa, localizada na cidade de Tlalneptla, região metropolitana da cidade do México, é uma *mini-mill* produtora de aços longos (perfis comerciais leves) com capacidade instalada de 150 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de laminados por ano.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O valor a ser desembolsado nesta transação é de US\$ 100,5 milhões (R\$ 178 milhões em 31/12/2007), dependendo de várias condições precedentes, as quais não foram atendidas em 31/12/2007. Entretanto, nenhum pagamento foi efetivamente feito até essa data.

k) Trefilados de Urbina, S.A. – Trefusa

Em 19/10/2007, a subsidiária Sidenor Industrial adquiriu a Trefilados de Urbina, S.A. – Trefusa por € 18,1 milhões (R\$ 46,5 milhões na data da aquisição). A Trefusa é uma produtora de trefilados de aço especiais localizada em Vitória, Espanha. Como resultado da aquisição, a Companhia reconheceu preliminarmente um ágio de € 7,7 milhões (R\$ 19,7 milhões na data da aquisição).

l) Quanex Corporation

Em 19/11/2007, a Companhia assinou um acordo definitivo para a aquisição da Quanex Corporation, a qual, por meio do seu negócio siderúrgico MacSteel, é a segunda maior produtora de aço especiais (*Special Bar Quality – SBQ*) nos Estados Unidos e opera três *mini-mills* localizadas em Jackson, Michigan; Monroe, Michigan; e Fort Smith, Arkansas. A empresa ainda opera seis unidades de transformação localizadas nos estados de Michigan (duas), Ohio, Indiana (duas) e Wisconsin. A MacSteel tem uma capacidade instalada de 1,2 milhão de toneladas de aço e de 1,1 milhão de toneladas de laminados por ano.

O acordo não inclui o negócio de *Building products* da Quanex, o qual é uma operação não relacionada à siderurgia. A Quanex anunciou a separação deste negócio (*spin-off*) para seus acionistas antes da finalização da proposta de aquisição.

O valor a ser desembolsado nesta transação é de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 2,6 bilhões em 31/12/2007), dependendo de várias condições precedentes, as quais ainda não foram atendidas em 31/12/2007. Entretanto, nenhum pagamento foi efetivamente feito até essa data.

m) Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda

Em 31/12/2007, a Companhia assinou um acordo definitivo para a permuta de participações societárias, onde a Companhia passa a ser titular da Aplema, oferecendo em troca a sua participação na Margusa – Maranhão Gusa S.A.. A permuta foi efetuada com equivalência de valor entre as quotas da Aplema e as ações da Margusa.

n) Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.

Em 14/12/2007 a Companhia completou a aquisição da totalidade das ações que os associados do Clube dos Empregados da Açominas detinham nas empresas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A., que equivalem a 2,89% do capital social de cada uma destas empresas. O valor total da aquisição foi R\$ 653.825, e será pago em 36 parcelas iguais, corrigidas por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Como resultado desta operação, a Companhia registrou um ágio de R\$ 399.432.

o) GSB Aceros S.L.

Em dezembro de 2007 a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da GSB Aceros S.L., revertendo o ágio no valor de R\$ 129.508, inicialmente reconhecido, o qual foi decorrente da alocação preliminar efetuada na época da aquisição.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da GSB Aceros, na data da aquisição:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	301.933	4.516	306.449
Ativos não-circulantes	219.911	212.961	432.872
Deságio alocado ao resultado	-	(27.074)	(27.074)
Passivos circulantes	(247.819)	-	(247.819)
Passivos não-circulantes	(89.715)	(60.895)	(150.610)
	<u>184.310</u>	<u>129.508</u>	<u>313.818</u>
Preço total de compra considerado			<u>313.818</u>

O valor do deságio alocado ao resultado foi reconhecido na linha de "Outras receitas (despesas) operacionais" da demonstração do resultado consolidado.

3.6 Preço total de compra considerado referente às aquisições de 2007

Empresas / participações adquiridas	
Chaparral Steel Company	7.792.394
Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.	653.825
Grupo Feld S.A. de C.V.	536.544
Multisteel Business Holdings Corp.	217.200
Siderúrgica Zuliana C.A.	176.185
Enco Materials Inc.	84.900
Trefilados de Urbina, S.A. - Trefusa	46.524
Outras aquisições	19.872
Total considerado como pago	<u>9.527.444</u>
Menos: caixa e equivalentes de empresas adquiridas	<u>(1.013.842)</u>
	<u>8.513.602</u>

3.7 Demonstração do resultado consolidado *pro forma* (não auditado)

A demonstração do resultado consolidado *pro forma* apresentado a seguir demonstra o reflexo no resultado consolidado como se as aquisições listadas na nota 3.5 tivessem acontecido em 01/01/2007. Os dados *pro forma* podem não ser um indicativo dos resultados que teriam sido obtidos caso as aquisições tivessem realmente acontecido em 01/01/2007.

	Demonstração do resultado consolidado	Resultados não consolidados de empresas adquiridas (não auditado)	Demonstração do resultado consolidado <i>pro forma</i> (não auditado)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	30.613.528		
Custo das vendas	(23.131.527)	(2.127.444)	(25.258.971)
LUCRO BRUTO	7.482.001	625.269	8.107.270
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.528.405)	(107.703)	(2.636.108)
Outras receitas (despesas) operacionais	(157.822)	10.647	(147.175)
LUCRO OPERACIONAL	4.795.774	528.213	5.323.987
Resultado da equivalência patrimonial	118.399	-	118.399
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	4.914.173	528.213	5.442.386
Resultado financeiro, líquido	380.589	(271.045)	109.544
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	5.294.762	257.168	5.551.930
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(969.648)	(71.715)	(1.041.363)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>4.325.114</u>	<u>185.453</u>	<u>4.510.567</u>
ATRIBUÍDO A:			
Participação dos controladores	1.824.599	125.471	1.950.070
Participação dos minoritários	2.500.515	59.982	2.560.497
	<u>4.325.114</u>	<u>185.453</u>	<u>4.510.567</u>

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 4 -TRANSIÇÃO PARA O IFRS

4.1 – Fundamentação da transição para o IFRS

4.1.1 – Aplicação do IFRS 1

As Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31/12/2007 são as primeiras apresentadas de acordo com o IFRS. Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com o IFRS 1, como descrito na nota 2.1.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a data de transição de 01/01/2006. A data-base destas Demonstrações Financeiras Consolidadas é 31/12/2007.

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas da data de transição de acordo com o IFRS 1, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa do IFRS.

4.1.2 – Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhidas pela Companhia

A Companhia adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa:

- a) **Isenção para combinação de negócios:** a Companhia optou por não remensurar as aquisições de negócios ocorridas antes da data de transição do IFRS de acordo com o IFRS 3; portanto, os ágios oriundos de aquisições anteriores a esta data foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados em 31/12/2005, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).
- b) **Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição:** a Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor de imobilizado, corrigido monetariamente de acordo com o estabelecido no IAS 21 e IAS 29.
- c) **Isenção para mensuração dos benefícios a empregados:** a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios a empregados na data de transição do IFRS contra lucros acumulados. A partir desta data, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.
- d) **Isenção para apresentação dos ajustes acumulados de conversão cambial:** a Companhia optou por apresentar os efeitos acumulados na data de transição para IFRS, decorrentes de conversão de demonstrações financeiras de controladas e investidas com moeda funcional diferente da moeda de relatório da Companhia, como lucros acumulados no balanço de abertura. A partir da data de transição do IFRS, a Companhia reconheceu os ajustes de conversão diretamente em conta específica do patrimônio líquido.
- e) **Isenção relativa à mensuração dos instrumentos financeiros compostos:** a Companhia não possui instrumentos financeiros compostos na data de transição do IFRS.
- f) **Isenção relativa ao reconhecimento de participação em controladas, empresas com controle compartilhado e associadas:** as controladas, empresas com controle compartilhado e associadas da Companhia, na data de transição, não apresentam Demonstrações Financeiras em IFRS; desta forma a Companhia optou por adotar a mesma data de transição para IFRS, para todas as suas controladas, *joint ventures* e associadas.
- g) **Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros:** a Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com IAS 32 e IAS 39 na data de transição do IFRS. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRS. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

h) **Isenção relativa à mensuração inicial de pagamento de benefícios baseados em ações:** a Companhia optou por reconhecer os efeitos acumulados de pagamento de benefícios em ações para a data de transição do IFRS.

4.1.3 – Exceções da aplicação retrospectiva completa seguidas pela Companhia

Não foram identificados impactos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia decorrentes da aplicação das exceções obrigatórias previstas no IFRS 1.

4.2 – Reconciliação entre IFRS e o BRGAAP

Descrição das principais diferenças entre IFRS e BRGAAP que afetaram as Demonstrações Financeiras da Companhia:

a) **Consolidação proporcional:** de acordo com o IFRS, um investidor deve contabilizar seu investimento considerando o tipo de *joint venture*: operações, ativos e entidades com controle compartilhado. O tipo mais comum de *joint venture* é a entidade controlada em conjunto. Para tais entidades, os investidores incluem em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas a sua participação no investimento, utilizando o método de equivalência patrimonial ou mesmo a consolidação proporcional. A Companhia adotou como política a equivalência patrimonial para as *joint ventures* (nota 3.2). No caso de participação em empresas onde uma companhia não é detentora majoritariamente das ações com direito a voto, deve ser efetuada uma análise dos principais riscos e benefícios com o objetivo de avaliar se a empresa adquirida é uma entidade de propósito especial (*special purpose entity - SPE*). Neste caso, enquadra-se no conceito de uma controlada para fins de consolidação integral (nota 2.19h).

De acordo com o BRGAAP, entidades com controle compartilhado devem ser consolidadas proporcionalmente. Os componentes de ativo e passivo, as receitas e gastos das sociedades com controle compartilhado são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social.

b) **Combinação de negócios:** de acordo com o IFRS, é aplicado o método de compra. O custo da combinação de negócios deve ser medido pelo valor justo, na data da aquisição. A entidade compradora deve alocar, na data da combinação, o custo da aquisição (incluindo os custos diretos com a transação) reconhecendo contabilmente: os ativos adquiridos identificados e os passivos e passivos contingentes assumidos, valorizados pelo valor justo, que cumpram os critérios específicos de reconhecimento contábil, mesmo quando alguns deles não tenham sido reconhecidos previamente pela sociedade adquirida em suas posições contábeis. O processo de determinação do valor justo deve ocorrer em até doze meses da data da combinação. Quando o custo da aquisição for superior ao valor justo da participação da entidade compradora no saldo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida, a entidade compradora reconhece contabilmente um ágio originado da transação, referente a tal diferença. O ágio e outros ativos intangíveis com prazo de vida útil indefinido não são amortizados. Seu valor de recuperação deve ser avaliado no mínimo uma vez por ano, e também sempre que haja um indicador de que o valor do ativo possa não ser recuperado pela entidade. Quando o valor recuperável do ágio ou de qualquer outro ativo for inferior ao valor contábil, deve ser reconhecida uma perda no resultado do exercício. Se a participação da entidade compradora no valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida forem superiores ao custo de aquisição, o excesso (deságio) deve ser inicialmente revisado, de modo a verificar se os valores justos atribuídos a ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos foram adequadamente identificados e valorizados. Se, depois desse exercício de revisão, for concluído que um deságio foi originado da transação, o mesmo deve ser reconhecido como um ganho, imediatamente no resultado do exercício. A participação dos sócios minoritários nos ativos líquidos adquiridos deve ser registrada por seu valor justo na data da aquisição apresentada em conta específica dentro do patrimônio líquido (nota 2.8a).

De acordo com o BRGAAP, deve-se adotar as seguintes práticas: o ágio ou deságio é calculado pela diferença simples entre o valor de aquisição e o patrimônio líquido contábil da entidade adquirida. O enfoque de valor justo não é utilizado. O ágio pode ser atribuído a: maior valor dos ativos (geralmente imobilizado), que é incorporado ao valor dos mesmos e passa a ser amortizado na mesma vida útil, rentabilidade futura ou outros motivos. O ágio com fundamento em rentabilidade futura deve ser amortizado com base nas projeções de resultados futuros, por período não superior a dez anos, exceto quando corresponda a direitos de exploração ou concessão pelo poder público em cujo caso será amortizado no prazo da concessão. O ágio sem fundamento econômico deve ser diminuído do resultado como perda no momento da compra e o deságio sem fundamento econômico deve ser reconhecido como ganho somente pela baixa ou extinção do investimento. O BRGAAP não prevê a

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

contabilização dos custos da transação como parte do preço de aquisição. A participação dos acionistas minoritários é mantida pelo custo.

c) Instrumentos financeiros – aplicações financeiras: os ativos financeiros são classificados para fins de IFRS conforme descrito na nota 3.b. Os ativos financeiros classificados como disponíveis para negociação e disponíveis para venda são mensurados de acordo com seu valor justo. As opções de vendas de ações são reconhecidas conforme descrito na nota 2.19.f.

De acordo com o BRGAAP, estas operações são registradas por seus valores de custo, acrescidas dos rendimentos obtidos até a data das Demonstrações Financeiras, conforme as taxas acordadas com as instituições financeiras, e não superam o valor de mercado. Tal critério difere da valorização por valor justo. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

d) Capitalização de juros no imobilizado: conforme descrito na nota 2.5 para fins de IFRS a Companhia agrega ao custo do imobilizado em andamento os juros incorridos sobre empréstimos considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização.

De acordo com o BRGAAP para o exercício de 2006, a capitalização dos custos financeiros incorridos é contabilizada durante o período de construção dos bens do ativo fixo somente se a dívida financeira está diretamente vinculada ao ativo imobilizado em construção. A partir do exercício de 2007 as práticas contábeis estão equiparadas.

e) Benefícios a empregados: de acordo com o IFRS, eventuais superávits com planos de benefícios a empregados devem ser contabilizados até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos (nota 20).

De acordo com o BRGAAP, ativos com planos de benefícios a empregados somente podem ser reconhecidos se for claramente evidenciado que o superávit será reembolsado à patrocinadora no futuro.

f) Perda de valor econômico de ativos (*impairment*): de acordo com o IFRS, existem normas específicas para analisar a recuperação de todos os ativos não financeiros exceto estoques, ativos originados por contratos de construção, imposto de renda diferido ativo, ativos relacionados com benefícios a empregados, entre outros. Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia deve analisar se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo (nota 12).

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ter sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a entidade deverá reconhecer uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment* ou deterioração).

Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável deve ser registrada no resultado do período. Para os ativos reavaliados, a redução deve ser registrada na conta de excedente de reavaliação.

Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, deve ser realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

De acordo com o BRGAAP e com vigência até 31/12/2007, não existe uma metodologia definida para medir o valor em uso dos ativos, não sendo requerido, ainda que permitido, o cálculo de fluxos de caixa descontados. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

g) Ativo diferido: de acordo com o IFRS, os gastos pré-operacionais não se enquadram na definição de um ativo intangível e devem ser contabilizados como gastos. Os custos incorridos para obter um ativo intangível gerado internamente, normalmente não são capitalizados.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

De acordo com o BRGAAP, o ativo diferido corresponde a gastos pré-operacionais e com projetos em fase pré-operacional e são contabilizados pelo custo. As amortizações são calculadas pelo método linear sobre o custo, em taxas determinadas em função da produção dos projetos implantados com relação a suas capacidades instaladas.

h) Imposto de renda e contribuição social: de acordo com o IFRS, os efeitos do imposto de renda devem ser refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram tais efeitos forem contabilizados. As diferenças entre as bases contábil (apresentadas nas posições contábeis) e fiscal (montante que será dedutível ou tributável para fins de imposto de renda) dos ativos e passivos são classificadas como diferenças temporárias. O imposto de renda diferido ativo só deve ser inicialmente reconhecido na medida em que for provável que o mesmo será realizado contra ganhos tributáveis a serem gerados no futuro. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem sempre ser classificados como não-correntes, e não devem ser descontados (nota 9).

De acordo com o BRGAAP, são reconhecidos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias na medida em que se considera provável sua realização e sempre que sejam atendidas as seguintes condições: (a) apresentar resultado tributável em pelo menos 3 dos últimos 5 anos e, (b) existir expectativa de resultados tributáveis futuros com base em um estudo de viabilidade que permita realizar o imposto diferido ativo em um prazo máximo de 10 anos (ou o prazo menor determinado pela legislação), considerando os resultados futuros pelo seu valor presente. São reconhecidos impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias, exceto quando correspondem a diferenças de valores de ativos não destinados à venda. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser classificados como correntes ou não correntes em função de sua expectativa de realização.

Conforme demonstrado na nota 4.2.1, os ativos e passivos registrados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS apresentam certas diferenças com relação ao BRGAAP. Estas diferenças foram objeto de análise para registro de imposto de renda e contribuição social diferidos considerando os critérios expostos na nota 2.10.

j) Contabilização de dividendos: de acordo com o IFRS, os dividendos propostos ou declarados depois da data do balanço mas antes da autorização para a divulgação das Demonstrações Financeiras não devem ser reconhecidos como passivos, a menos que se enquadrem na definição de passivo na data do balanço (nota 22e).

De acordo com o BRGAAP, deve ser contabilizado no balanço patrimonial, no encerramento do exercício, um passivo pelos dividendos propostos pela Administração que, posteriormente ao término do exercício, serão submetidos à consideração dos acionistas.

j) Contabilização de variação cambial sobre investimentos no exterior: de acordo com o IFRS, a variação de taxas de câmbio sobre investimentos mantidos no exterior, bem como sobre o saldo de patrimônio líquido de empresas consolidadas com moeda funcional diferente da moeda funcional da empresa controladora, devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, numa conta específica chamada "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

De acordo com o BRGAAP, esta variação deve ser reconhecida no resultado do exercício, na linha de equivalência patrimonial. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

k) Incentivos fiscais: de acordo com o IFRS, incentivos fiscais recebidos pela Companhia se enquadram no conceito de receitas, visto que são entradas de recursos econômicos surgidos no curso normal dos negócios, que resultam num aumento do patrimônio líquido; portanto, tais incentivos são reconhecidos como receitas.

De acordo com o BRGAAP e com vigência até 31/12/2007, alguns tipos de incentivos fiscais concedidos pelo Governo devem ser contabilizados como uma reserva de capital, diretamente no patrimônio líquido. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

l) Pagamento com base em ações: De acordo com o IFRS, existem normas específicas para contabilizar operações que serão liquidadas através da entrega de (a) ações, opções de ações ou outros instrumentos financeiros de participação patrimonial a terceiros, sejam ou não empregados da entidade; ou (b) caixa ou outros ativos (nota 26).

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Todas as transações que envolvam pagamentos vinculados a ações são reconhecidas como ativo ou gasto, conforme sua natureza. Transações relacionadas a pagamentos realizados através de emissões de ações ou outros instrumentos financeiros de participação patrimonial são registrados pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos na mesma data na qual a entidade reconhece tais produtos ou serviços. Se o valor justo dos respectivos produtos ou serviços não puder ser estimado de forma confiável, a entidade deve utilizar o valor justo dos instrumentos financeiros correspondentes que tenham sido entregues. As transações que serão liquidadas através do pagamento em dinheiro são registradas no valor da obrigação correspondente ao respectivo pagamento. Depois do reconhecimento inicial, os valores registrados para transações cujas liquidações serão efetuadas através de emissão de ações ou outros instrumentos de participação patrimonial não são ajustados. Os valores das obrigações que surgem das transações que serão liquidadas com dinheiro serão atualizados na data de cada Demonstração Financeira posterior ao reconhecimento inicial, até a data do pagamento efetivo. Os ajustes no valor da obrigação são reconhecidos como ganho ou perda na demonstração de resultados (nota 26).

De acordo com o BRGAAP, não existe uma norma específica sobre o tratamento contábil dos pagamentos com base em ações, que são registrados no resultado considerando o regime de caixa. É requerida a divulgação de determinadas informações sobre pagamentos com base em ações para empregados.

m) Demonstração de fluxo de caixa, demonstração de origens e aplicações de recursos e demonstração do valor adicionado: de acordo com o IFRS, a apresentação da demonstração de fluxo de caixa é requerida para todas as entidades, não existindo no IFRS um conceito equivalente ao da demonstração de origens e aplicações de recursos e demonstração do valor adicionado.

De acordo com o BRGAAP e com vigência até 31/12/2007, a demonstração de fluxo de caixa não é obrigatória, sendo apresentada como informação adicional, de forma voluntária. A norma brasileira é menos detalhada que o IFRS. Por outro lado, é obrigatória a apresentação da demonstração de origens e aplicações de recursos, mostrando as variações no capital de giro. Uma alteração na legislação societária brasileira tornou obrigatória a demonstração do fluxo de caixa e dispensou a elaboração da demonstração de origens e aplicações de recursos a partir de 2008. Adicionalmente e com efeito a partir 01/01/2008, esta mudança na legislação societária brasileira também trouxe a obrigatoriedade de preparação da demonstração do valor adicionado.

n) Divulgação de informações por segmento: de acordo com o IFRS, as informações por segmento de negócios são requeridas para as companhias de capital aberto. Um "segmento de negócio" é um componente diferenciado de uma companhia que oferece produtos e serviços específicos ou um grupo de produtos e serviços que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócios. Um "segmento geográfico" é um componente diferenciado de uma companhia que oferece produtos e serviços específicos ou um grupo de produtos e serviços que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos de outros ambientes de mercado. Uma entidade deve divulgar as informações por segmento em dois formatos: segmento primário e segmento secundário. A origem e a natureza dos riscos e retornos de uma companhia devem determinar se o segmento primário será o de "negócios" ou o "geográfico", considerando a importância destes segmentos com relação ao risco e retorno da companhia. A estrutura organizacional interna e de gestão de uma companhia, assim como seus sistemas de elaboração dos relatórios financeiros devem normalmente constituir as bases para determinar qual será o segmento primário e/ou secundário. Um segmento de negócio ou geográfico deve ser divulgado se a maior parte das receitas registradas provém de vendas a clientes externos e representa, pelo menos: 10% do total das receitas, internas e externas, de todos os segmentos; 10% do resultado combinado de todos os segmentos; ou 10% do total dos ativos de todos os segmentos. Segmentos adicionais para divulgação devem ser identificados se o total das receitas externas atribuível aos segmentos divulgados constituir menos de 75% do total das receitas consolidadas ou da companhia. As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia. As divulgações para o segmento primário são mais extensivas do que as para o segmento secundário. Para cada segmento primário, devem ser divulgadas as seguintes informações principais: receitas (externas e entre segmentos); resultado líquido; total de ativos; total de passivos; total de aquisições de ativos permanentes; depreciação e amortização no período; e o total dos gastos que não representaram desembolsos de caixa. No caso do segmento secundário, em geral as informações a serem divulgadas incluem o total das receitas, ativos e aquisições de ativos permanentes, e não incluem o resultado do segmento. Também deve ser divulgada a reconciliação entre as informações divulgadas por segmentos e as informações agregadas incluídas nas Demonstrações Financeiras (nota 27).

De acordo com o BRGAAP, não existem normas específicas que regulem a apresentação de informações por segmentos. A divulgação é estimulada pelo regulador do mercado de capitais brasileiro, mas não existe uma norma específica.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

o) Lucro por ação: de acordo com IFRS, as entidades de capital aberto devem divulgar o lucro por ação básico e diluído na posição de resultados (nota 23).

O lucro básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

Uma entidade deve calcular o lucro diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

As cifras comparativas devem ser ajustadas para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se estas alterações ocorrerem depois da data do balanço, mas antes da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, os cálculos por ação daquelas ou de quaisquer Demonstrações Financeiras de períodos anteriores devem ser baseados no novo número de ações.

De acordo com o BRGAAP, o lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pelo número de ações em circulação do capital social no término do exercício. Não existe o conceito de lucro por ação diluído. Não existe a obrigatoriedade de ajustar as cifras de períodos anteriores por desdobramento ou agrupamento de ações ou transações similares.

p) Reclassificações: de acordo com o IFRS foram ainda efetuadas as seguintes principais reclassificações às Demonstrações Financeiras:

- os depósitos judiciais foram incluídos no ativo não-circulante;
- os fretes sobre vendas foram reclassificados para custo das vendas;
- o resultado não operacional foi reclassificado para operacional.

4.2.1 – Reconciliação do balanço patrimonial consolidado da Companhia na data de transição do IFRS – 01/01/2006

	BRGAAP	Ajustes de IFRS	Nota 4.2	IFRS
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.193.564	42.205	a, c	1.235.769
Aplicações financeiras				
Títulos para negociação	4.201.899	(115.482)	a, c	4.086.417
Contas a receber de clientes	2.101.137	(120.466)	a	1.980.671
Estoques	4.018.629	(106.623)	a	3.912.006
Créditos tributários	206.714	(5.708)	a	201.006
Imposto de renda/contribuição social diferidos	152.283	(152.283)	a, h	-
Pagamentos antecipados	92.828	(13.598)	a	79.230
Outras contas a receber	211.114	(2.176)	a	208.938
	<u>12.178.168</u>	<u>(474.131)</u>		<u>11.704.037</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Créditos tributários	242.792	(1.732)	a	241.060
Imposto de renda/contribuição social diferidos	472.417	343.284	a, h	815.701
Ganhos não realizados com derivativos	-	5.461	c	5.461
Pagamentos antecipados	34.051	(227)	a	33.824
Depósitos judiciais	43.364	105.237	p	148.601
Outras contas a receber	123.116	(477)	a, c	122.639
Gastos antecipados com plano de pensão	-	247.662	e	247.662
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	445.575	a	445.575
Outros investimentos	38.636	(17.074)		21.562
Ágios	74.580	(43.284)	f	31.296
Imobilizado	8.694.958	(161.917)	a, d	8.533.041
Diferido	61.041	(61.041)	a, g	-
	<u>9.784.955</u>	<u>861.467</u>		<u>10.646.422</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>21.963.123</u></u>	<u><u>387.336</u></u>		<u><u>22.350.459</u></u>

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	BR GAAP	Ajustes de IFRS	Nota 4.2	IFRS
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	1.665.862	(69.402)	a	1.596.460
Empréstimos e financiamentos	1.338.623	(33.334)	a, c	1.305.289
Debêntures	2.719	-		2.719
Impostos e contribuições sociais a recolher	312.359	(7.839)	a	304.520
Imposto de renda/contribuição social diferidos	86.879	(86.879)	a, h	-
Salários a pagar	271.855	(8.599)	a	263.256
Dividendos a pagar	209.683	-		209.683
Perdas não realizadas com derivativos	-	15.884	c	15.884
Outras contas a pagar	315.494	(11.748)	a, c	303.746
	<u>4.203.474</u>	<u>(201.917)</u>		<u>4.001.557</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	5.388.310	(99.667)	a, c	5.288.643
Debêntures	679.186	-		679.186
Imposto de renda/contribuição social diferidos	613.920	237.365	a, h	851.285
Perdas não realizadas com derivativos	-	2.737	c	2.737
Provisão para contingências	192.858	105.237	p	298.095
Benefícios a empregados	263.778	236.423	e	500.201
Outras contas a pagar	246.694	(78.395)	a, c	168.299
	<u>7.384.746</u>	<u>403.700</u>		<u>7.788.446</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	2.496.000	-		2.496.000
Ações em tesouraria	(60.254)	-		(60.254)
Reserva legal	465.063	-		465.063
Lucros Acumulados	958.759	91.137	k	1.049.896
	<u>3.859.568</u>	<u>91.137</u>		<u>3.950.705</u>
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	<u>6.515.335</u>	<u>94.416</u>		<u>6.609.751</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO INCLUINDO MINORITÁRIOS	<u>10.374.903</u>	<u>185.553</u>		<u>10.560.456</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>21.963.123</u>	<u>387.336</u>		<u>22.350.459</u>

RECONCILIAÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO BRGAAP x IFRS em 01/01/2006

Patrimônio líquido em BRGAAP (excluindo minoritários)	Nota 4.2	3.859.568
Ajustes em IFRS		
Ajuste de juros capitalizados s/imobilizado, líquido	d	85.478
Ajuste de reversão do ativo diferido, líquido	g	(36.627)
Ajuste de provisão para manutenção de alto-forno, líquido	d	42.238
Ajuste de benefícios a empregados, líquido	e	14.659
Ajuste a valor presente sobre imposto de renda diferido	h	98.526
Ajuste de efeitos amortização/impairment de ágios, líquido	f	(43.284)
Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações, líquido	c	4.004
Outros ajustes, líquido		20.559
		<u>185.553</u>
Impacto dos ajustes nas participações dos minoritários		<u>(94.416)</u>
Patrimônio líquido em IFRS (excluindo minoritários)		3.950.705

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

4.2.2 – Reconciliação das Demonstrações Financeiras Consolidadas no último exercício apresentado em BRGAAP – 31/12/2006

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL	BRGAAP	Ajustes de IFRS	Nota 4.2	IFRS
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	709.075	367.291	a, c	1.076.366
Aplicações financeiras				
Títulos para negociação	5.128.817	(514.190)	a, c	4.614.627
Títulos disponíveis para venda	-	263.893	c	263.893
Títulos mantidos até o vencimento	-	295.472	c	295.472
Contas a receber de clientes	2.534.548	337.575	a	2.872.123
Estoques	4.645.052	407.813	a	5.052.865
Créditos tributários	537.933	11.638	a	549.571
Imposto de renda/contribuição social diferidos	146.570	(146.570)	a, h	-
Pagamentos antecipados	90.481	(6.467)	a	84.014
Ganhos não realizados com derivativos	-	5.687	c	5.687
Outras contas a receber	339.625	7.504	a, c	347.129
	<u>14.132.101</u>	<u>1.029.646</u>		<u>15.161.747</u>
ATIVO NÃO-CIRCULANTE				
Créditos tributários	374.993	94.516	a	469.509
Imposto de renda/contribuição social diferidos	665.406	282.362	a, h	947.768
Ganhos não realizados com derivativos	-	14.160	c	14.160
Pagamentos antecipados	74.842	(18.272)	a	56.570
Depósitos judiciais	52.159	116.299	a, p	168.458
Outras contas a receber	173.255	136.115	a, c	309.370
Gastos antecipados com plano de pensão	-	318.563	c	318.563
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	450.080	a	450.080
Outros investimentos	38.284	(6.195)	a	32.089
Ágios	326.090	111.748	b, f	437.838
Intangível	30.246	15.135	a	45.381
Imobilizado	11.184.940	2.189.892	a, b, d	13.374.832
Diferido	60.513	(60.513)	a, g	-
	<u>12.980.728</u>	<u>3.643.890</u>		<u>16.624.618</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>27.112.829</u></u>	<u><u>4.673.536</u></u>		<u><u>31.786.365</u></u>

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

BALANÇO PATRIMONIAL	BRGAAP	Ajustes de IFRS	Nota 4.2	IFRS
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	2.060.461	353.699	a	2.414.160
Empréstimos e financiamentos	2.013.348	314.873	a, c	2.328.221
Debêntures	1.173	1.759	a	2.932
Impostos e contribuições sociais a receber	426.561	45.396	a	471.957
Imposto de renda/contribuição social diferidos	86.673	(86.673)	a, h	-
Salários a pagar	354.248	26.482	a	380.730
Dividendos a pagar	264.220	(32.819)	i	231.401
Perdas não realizadas com derivativos	-	2.690	c	2.690
Outras contas a pagar	366.131	110.436	a, c	476.567
	<u>5.572.815</u>	<u>735.843</u>		<u>6.308.658</u>
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	6.376.101	324.423	a, c	6.700.524
Debêntures	615.596	171.000	a	786.596
Imposto de renda/contribuição social diferidos	730.541	835.299	a, h	1.565.840
Perdas não realizadas com derivativos	-	22.425	c	22.425
Provisão para contingências	245.095	157.895	a, p	402.990
Benefícios a empregados	413.993	150.759	c	564.752
Opções por compra de ações	-	547.953	a	547.953
Outras contas a pagar	295.835	307.450	a, c	603.285
	<u>8.677.161</u>	<u>2.517.204</u>		<u>11.194.365</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	3.744.000	-		3.744.000
Ações em tesouraria	(69.861)	-		(69.861)
Reserva legal	75.847	-		75.847
Lucros Acumulados	1.003.335	526.054	k	1.529.389
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	-	(112.467)	j	(112.467)
	<u>4.753.321</u>	<u>413.587</u>		<u>5.166.908</u>
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	<u>8.109.532</u>	<u>1.006.902</u>		<u>9.116.434</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO INCLUINDO MINORITÁRIOS	<u>12.862.853</u>	<u>1.420.489</u>		<u>14.283.342</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>27.112.829</u>	<u>4.673.536</u>		<u>31.786.365</u>

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	BRGAAP	Ajustes de IFRS	Nota 4.2	IFRS
RECEITA DE VENDAS	27.541.954	1.305.473		28.847.427
Impostos incidentes sobre as vendas	(2.442.602)	(170.263)	a, k	(2.612.865)
Frete	(1.201.337)	1.201.337	a, p	-
Descontos	(350.241)	(410)	a	(350.651)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	23.547.774	2.336.137		25.883.911
Custo das vendas	(17.020.825)	(2.018.441)	a, p	(19.039.266)
LUCRO BRUTO	6.526.949	317.696		6.844.645
Despesas com vendas	(518.045)	(40.118)	a	(558.163)
Despesas gerais e administrativas	(1.701.613)	(125.931)	a	(1.827.544)
Outras receitas (despesas) operacionais	(19.973)	7.882	a, b	(12.091)
LUCRO OPERACIONAL	4.287.318	159.529		4.446.847
Resultado da equivalência patrimonial	(251.745)	495.295	a, j	243.550
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	4.035.573	654.824		4.690.397
Receitas financeiras	955.235	155.961	a, c	1.111.196
Despesas financeiras	(573.291)	(37.404)	a, c	(610.695)
Resultado não operacional	(67.153)	67.153	a, p	-
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	4.350.364	840.534		5.190.898
Provisão para imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(918.740)	1.307	h	(917.433)
Diferido	89.635	(71.770)	b	17.865
	(829.105)	(70.463)		(899.568)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.521.259	770.071		4.291.330
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos controladores	1.345.474	405.289		1.750.763
Participação dos minoritários	2.175.785	364.782		2.540.567
	3.521.259	770.071		4.291.330

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	BRGAAP	Ajustes de IFRS	IFRS
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Lucro líquido do exercício (inclui participação dos minoritários)	3.521.259	770.071	4.291.330
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	1.732.075	(1.407.221)	324.854
Variação de ativos e passivos	43.555	(780.621)	(737.066)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(555.161)	-	(555.161)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(920.411)	-	(920.411)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>3.821.317</u>	<u>(1.417.771)</u>	<u>2.403.546</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	(2.286.382)	(87.126)	(2.373.508)
Pagamentos na aquisição de empresas	(1.001.072)	268.301	(732.771)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	-	755.689	755.689
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(3.287.454)</u>	<u>936.864</u>	<u>(2.350.590)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.172.620)	-	(1.172.620)
Financiamentos obtidos	4.607.514	(476)	4.607.038
Pagamentos de financiamentos	(3.413.472)	(34.833)	(3.448.305)
Aumento de capital	105.954	(105.954)	-
Financiamentos com empresas ligadas, líquido	(45.170)	(6.544)	(51.714)
Caixa líquido proveniente de (usado em) atividades de financiamentos	<u>82.206</u>	<u>(147.807)</u>	<u>(65.601)</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa	(173.640)	26.882	(146.758)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	442.429	(601.832)	(159.403)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.395.463	(4.159.694)	1.235.769
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>5.837.892</u>	<u>(4.761.526)</u>	<u>1.076.366</u>

RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM BRGAAP X IFRS

	Nota 4.2	
Patrimônio líquido em BRGAAP (excluindo minoritários)		4.753.321
Ajustes em IFRS		
Ajuste de juros capitalizados s/imobilizado, líquido	d	98.002
Ajuste de reversão do ativo diferido, líquido	g	(44.691)
Ajuste de parcela dos minoritários na aquisição de empresas	b	779.704
Ajuste de benefícios a empregados, líquido	e	114.392
Ajuste de parcela dos minoritários na alteração do critério de consolidação	b	15.111
Ajuste de efeitos amortização/impairment de ágios, líquido	f	67.745
Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações, líquido	c	335.656
Ajuste de dividendos não deliberados	i	32.879
Outros ajustes, líquido		21.691
		<u>1.420.489</u>
Impacto dos ajustes nas participações dos minoritários		<u>(1.006.902)</u>
Patrimônio líquido em IFRS (excluindo minoritários)		<u>5.166.908</u>

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO EM BRGAAP X IFRS

	Nota 4.2		
Lucro líquido do exercício em BRGAAP			3.521.259
Ajustes em IFRS			
Ajuste de juros capitalizados s/imobilizado, líquido	d	12.525	
Ajuste de reversão do ativo diferido, líquido	g	(8.064)	
Ajuste de provisão para manutenção de alto forno, líquido	d	(42.238)	
Ajuste de benefícios a empregados, líquido	e	99.736	
Ajuste de parcela dos minoritários na alteração do critério de consolidação	b	330.383	
Ajuste a valor presente sobre imposto de renda diferido	h	(98.526)	
Ajuste de efeitos amortização/ <i>impairment</i> de ágios, líquido	b, f	94.472	
Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações, líquido	c	125.669	
Ajuste de reclassificação efeito conversão moeda estrangeira	j	266.433	
Outros ajustes, líquido		(10.319)	
		770.071	
Lucro líquido do exercício em IFRS			4.291.330

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2007	2006
Caixa	355.655	248.247
Caixa restrito	796	28.778
Bancos e aplicações de liquidez imediata	1.690.214	799.341
Caixa e Equivalentes de caixa	2.046.665	1.076.366

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2007	2006
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.219.708	934.368
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	406.160	411.749
Contas a receber de clientes - controladas no exterior	1.653.896	1.600.300
(-) Provisão para risco de crédito	(53.454)	(74.294)
	3.226.310	2.872.123

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor justo das contas a receber mencionadas acima.

O Risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Valores a vencer	2.854.517	2.194.793
Vencidos:		
Até 30 dias	330.709	612.094
Entre 31 e 60 dias	49.792	62.252
Entre 61 e 90 dias	12.798	12.966
Entre 91 e 180 dias	12.674	13.249
Entre 181 e 360 dias	7.859	8.861
Acima de 360 dias	11.415	42.202
(-) Provisão para risco de crédito	<u>(53.454)</u>	<u>(74.294)</u>
	<u>3.226.310</u>	<u>2.872.123</u>

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2006	<u>(88.542)</u>
Créditos provisionados no período	(13.586)
Créditos recuperados no período	2.850
Créditos baixados definitivamente da posição	21.868
Variação cambial	4.572
Aquisições	<u>(1.456)</u>
Saldo em 31/12/2006	<u>(74.294)</u>
Créditos provisionados no período	(19.330)
Créditos recuperados no período	2.885
Créditos baixados definitivamente da posição	36.837
Variação cambial	2.934
Aquisições	<u>(2.486)</u>
Saldo em 31/12/2007	<u>(53.454)</u>

NOTA 7 - ESTOQUES

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Produtos prontos	2.274.955	1.913.288
Produtos em elaboração	1.357.559	1.148.443
Matérias-primas	1.280.241	1.110.749
Materiais de almoxarifado	883.002	678.807
Adiantamento a fornecedores	73.353	68.542
Importações em andamento	228.418	178.638
(-) Provisão p/ obsolescência e ajuste ao valor de mercado	<u>(40.867)</u>	<u>(45.602)</u>
	<u>6.056.661</u>	<u>5.052.865</u>

A movimentação da provisão para obsolescência e ajuste ao valor justo está demonstrada abaixo:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Saldo em 01/01/2006	(39.857)
Variação cambial	2.838
Estoques baixados permanentemente	29.627
Constituição de provisão	<u>(38.210)</u>
Saldo em 31/12/2006	<u>(45.602)</u>
Estoques baixados permanentemente	11.501
Constituição de provisão	(10.917)
Variação cambial	4.151
Saldo em 31/12/2007	<u>(40.867)</u>

Os estoques estão segurados para incêndio e extravasamento. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvidos.

Durante o exercício findo em 31/12/2007 foi reconhecido o montante de R\$ 23.131.527 como custo de vendas e de fretes (R\$ 19.039.266 em 31/12/2006).

NOTA 8 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Curto prazo		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	154.393	118.035
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	95.975	125.684
PIS - Programa de Integração Social	19.479	48.376
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	63.671	20.000
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	220.932	206.908
IVA - Imposto sobre Valor Agregado	52.977	18.381
Outros	<u>19.599</u>	<u>12.187</u>
	<u>627.026</u>	<u>549.571</u>
Longo prazo		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	184.551	173.395
PIS - Programa de Integração Social	23.947	36.092
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	109.032	91.066
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	7.968	4.878
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e outros	<u>280.648</u>	<u>164.078</u>
	<u>606.146</u>	<u>469.509</u>
	<u>1.233.172</u>	<u>1.019.080</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

2009	321.740
2010	138.620
2011	92.540
Após 2011	<u>53.246</u>
	<u>606.146</u>

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 9 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS) no resultado:

	2007			2006		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, após as participações estatutárias	5.294.762	5.294.762	5.294.762	5.190.898	5.190.898	5.190.898
Alíquotas nominais	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(1.323.691)	(476.529)	(1.800.220)	(1.297.725)	(467.181)	(1.764.906)
Ajustes dos impostos referentes:						
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	(148.080)	206.081	58.001	55.472	198.985	254.457
- equivalência patrimonial	29.600	18.656	48.256	60.888	21.920	82.808
- juros sobre o capital próprio	140.367	45.438	185.805	123.301	44.388	167.689
- incentivos fiscais	50.379	-	50.379	34.588	-	34.588
- ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários	206.448	74.321	280.769	205.910	74.128	280.038
- diferenças permanentes (líquidas)	192.287	23.075	215.362	30.793	14.965	45.758
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(852.690)</u>	<u>(116.938)</u>	<u>(969.628)</u>	<u>(786.773)</u>	<u>(112.795)</u>	<u>(899.568)</u>
Corrente			(881.050)			(917.433)
Diferido			(88.598)			17.865

As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos incluídos nos registros contábeis, preparados de acordo com o IFRS, foram reconhecidas como diferenças temporárias para fins de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida da despesa (ou receita) no resultado.

As controladas da Companhia no Brasil usufruíram R\$ 22.960 em 31/12/2007 (R\$ 34.588 em 31/12/2006) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda relativo a inovação tecnológica, fundos dos direitos da criança e do adolescente, PAT – Programa de alimentação do trabalhador e operações de caráter cultural e artístico. As unidades da controlada Gerdau Aços Longos S.A., instaladas na região nordeste do Brasil, são beneficiárias, até 2013, de incentivos fiscais de redução de 75% do imposto de renda, calculados sobre o lucro da exploração daqueles estabelecimentos, sendo que estes representaram R\$ 27.418 em 31/12/2007 (R\$ 41.896 em 31/12/2006). Os respectivos incentivos fiscais foram registrados, retificando, diretamente, as contas de imposto de renda na demonstração do resultado.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>Saldo em</u> <u>01/01/2006</u>	<u>Aquisições</u> <u>de empresas</u>	<u>Reconhecido</u> <u>no resultado</u>	<u>Variação</u> <u>cambial</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2006</u>
Ativo não-circulante					
Prejuízos fiscais	258.359	47.740	(204.752)	(2.935)	98.412
Base negativa de contribuição social	12.103	-	(1.455)	-	10.648
Provisão para contingências	78.929	1.930	19.868	-	100.727
Benefícios a empregados	177.903	-	16.560	(1.405)	193.058
Créditos por investimentos	-	-	33.843	-	33.843
Outras diferenças temporárias	151.417	118.216	33.399	(2.134)	300.898
Ágio amortizado	32.507	-	3.631	-	36.138
Imobilizado	-	3.674	3.242	-	6.916
Provisão para perdas	104.483	-	62.645	-	167.128
Total ativo não-circulante	<u>815.701</u>	<u>171.560</u>	<u>(33.019)</u>	<u>(6.474)</u>	<u>947.768</u>
Passivo não-circulante					
Alocação do imobilizado a valor justo	609.798	753.877	(53.453)	9.307	1.319.529
Dcságio amortizado	64.969	-	629	-	65.598
Benefícios a empregados	83.388	-	20.052	-	103.440
Efeito inflacionário/cambial	82.671	-	(10.468)	-	72.203
Outras diferenças temporárias	10.459	2.255	(7.644)	-	5.070
Total passivo não-circulante	<u>851.285</u>	<u>756.132</u>	<u>(50.884)</u>	<u>9.307</u>	<u>1.565.840</u>
Total líquido	<u>(35.584)</u>	<u>(584.572)</u>	<u>17.865</u>	<u>(15.781)</u>	<u>(618.072)</u>
Efeito no resultado do exercício			<u>17.865</u>		

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2006</u>	<u>Aquisições</u> <u>de empresas</u>	<u>Reconhecido</u> <u>no resultado</u>	<u>Variação</u> <u>cambial</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2007</u>
Ativo não-circulante					
Prejuízos fiscais	98.412	-	54.496	(14.613)	138.295
Base negativa de contribuição social	10.648	-	14.189	-	24.837
Provisão para contingências	100.727	-	28.649	-	129.376
Benefícios a empregados	193.058	557	24.271	(35.829)	182.057
Créditos por investimentos	33.843	-	(33.843)	-	-
Outras diferenças temporárias	300.898	(121.630)	172.065	(28.182)	323.151
Ágio amortizado	36.138	-	781	-	36.919
Imobilizado	6.916	-	(6.916)	-	-
Provisão para perdas	167.128	9.707	(46.582)	-	130.253
Total ativo não-circulante	<u>947.768</u>	<u>(111.366)</u>	<u>207.110</u>	<u>(78.624)</u>	<u>964.888</u>
Passivo não-circulante					
Alocação do imobilizado a valor justo	1.319.529	715.151	(4.493)	(164.399)	1.865.788
Deságio amortizado	65.598	-	52.402	-	118.000
Benefícios a empregados	103.440	-	41.149	-	144.589
Efeito inflacionário/cambial	72.203	-	98.393	-	170.596
Outras diferenças temporárias	5.070	-	108.257	-	113.327
Total passivo não-circulante	<u>1.565.840</u>	<u>715.151</u>	<u>295.708</u>	<u>(164.399)</u>	<u>2.412.300</u>
Total líquido	<u>(618.072)</u>	<u>(826.517)</u>	<u>(88.598)</u>	<u>85.775</u>	<u>(1.447.412)</u>
Efeito no resultado do exercício			<u>(88.598)</u>		

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

c) Ativos fiscais não reconhecidos

Em 31/12/2007, a Companhia possui um total de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Brasil de R\$ 272.603 de imposto de renda e R\$ 277.745 (R\$ 339.619 em 31/12/2006) de contribuição social (R\$ 281.382 em 31/12/2006), representando um ativo fiscal diferido de R\$ 77.273 (R\$ 110.231 em 31/12/2006). A Companhia acredita que os valores serão realizados baseados na combinação de lucros tributáveis futuros, exceto por uma porção de R\$ 76.925 (R\$ 76.925 em 31/12/2006), devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais em uma das subsidiárias. Não obstante, estes prejuízos fiscais não têm uma data final para expirar.

Em 31/12/2007, a Gerdau Ameristeel tem registrado um ativo fiscal diferido para prejuízos fiscais num montante de R\$ 99.850 (R\$ 100.247 em 31/12/2006). A Gerdau Ameristeel possui prejuízos fiscais não oriundos de perdas de capital no montante de R\$ 142.767 para fins fiscais canadenses (R\$ 172.964 em 31/12/2006), que expiram entre 2008 e 2027. A Gerdau Ameristeel também tem prejuízos operacionais líquidos de aproximadamente R\$ 872.897 para fins fiscais norte-americanos (R\$ 198.406 em 31/12/2006), que expiram entre 2010 e 2027. A Companhia acredita que o ativo fiscal diferido líquido de suas operações canadenses, que em 31/12/2007 monta a R\$ 18.953 (R\$ 27.580 em 31/12/2006), será realizado com base na combinação de lucros tributáveis futuros e várias estratégias de planejamento fiscal que serão implantadas, se necessário. Durante 2007, a Gerdau Ameristeel registrou uma provisão para desvalorização de R\$ 3.011 (R\$ 7.633 em 31/12/2006), contra certos ativos fiscais estaduais oriundos de prejuízos fiscais e contra créditos de reciclagem. A Companhia acredita que a realização destes ativos fiscais diferidos não é provável.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	Terras, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos eletrônicos de dados	Florestamento / reflorestamento	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 01/01/2006	3.311.069	8.291.907	125.695	70.244	346.543	250.520	1.865.089	14.261.067
Efeito do câmbio	(61.469)	(278.721)	(5.183)	(2.042)	(3.545)	-	(27.330)	(378.290)
Aquisições/alienações de empresas	656.213	2.949.557	12.476	14.278	45.200	-	145.473	3.823.197
Adições	74.765	403.525	30.162	11.777	15.514	69.963	1.805.212	2.410.918
Transferências	224.409	720.680	6.593	25.343	49.658	-	(1.026.683)	-
Alienações	(9.235)	(162.921)	(7.086)	(2.882)	(6.041)	(2.765)	(24.294)	(215.224)
Saldo em 31/12/2006	4.195.752	11.924.027	162.657	116.718	447.329	317.718	2.737.467	19.901.668
Efeito do câmbio	(151.071)	(631.799)	(14.393)	(8.181)	(6.962)	-	(68.415)	(880.821)
Aquisições/alienações de empresas	357.507	963.668	539	3.502	17.098	(26.342)	128.122	1.444.094
Adições	230.362	717.627	21.203	21.606	41.539	137.684	1.980.073	3.150.094
Transferências	120.045	2.080.857	14.089	1.939	66.295	-	(2.283.225)	-
Alienações	(17.217)	(298.808)	(7.111)	(3.601)	(12.048)	(21.222)	(121.656)	(481.673)
Saldo em 31/12/2007	4.735.378	14.755.572	176.984	131.983	553.251	407.838	2.372.356	23.133.362
Depreciação acumulada								
Saldo em 01/01/2006	(1.176.137)	(4.154.700)	(78.975)	(42.548)	(222.630)	(59.523)	-	(5.734.513)
Efeito do câmbio	11.643	124.669	3.168	324	528	-	-	140.332
Aquisições/alienações de empresas	-	(70.561)	-	-	-	-	-	(70.561)
Depreciação, amortização e exaustão	(127.146)	(820.094)	(12.752)	(12.501)	(55.718)	(14.892)	-	(1.043.103)
Transferências	(3.750)	2.614	487	620	29	-	-	-
Alienações	1.907	167.509	2.024	1.880	5.366	2.323	-	181.009
Saldo em 31/12/2006	(1.293.483)	(4.750.563)	(86.048)	(52.225)	(272.425)	(72.092)	-	(6.526.836)
Efeito do câmbio	15.660	176.843	6.512	2.956	11.822	-	-	213.793
Aquisições/alienações de empresas	2.334	13.014	283	209	218	2.689	-	18.747
Depreciação, amortização e exaustão	(153.417)	(997.880)	(16.563)	(19.084)	(89.025)	(19.271)	-	(1.295.240)
Transferências	3.599	9.332	(12.673)	(1.962)	1.704	-	-	-
Alienações	7.089	246.433	4.237	2.387	10.818	14.301	-	285.265
Saldo em 31/12/2007	(1.418.218)	(5.302.821)	(104.252)	(67.719)	(336.888)	(74.373)	-	(7.304.271)
Imobilizado líquido								
Saldo em 01/01/2006	2.134.932	4.137.207	46.720	27.696	123.913	190.997	1.865.089	8.526.554
Saldo em 31/12/2006	2.902.269	7.173.464	76.609	64.493	174.904	245.626	2.737.467	13.374.832
Saldo em 31/12/2007	3.317.160	9.452.751	72.732	64.264	216.363	333.465	2.372.356	15.829.091

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 6 anos
Florestamento/reflorestamento	Plano de corte

b) Valores segurados - os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvidos. As usinas das controladas na América do Norte e Latina, exceto Brasil, e a controlada Gerdau Açominas S.A. também possuem cobertura para lucros cessantes.

c) Capitalização de juros e encargos financeiros - durante o exercício de 2007, foram apropriados encargos financeiros no montante de R\$ 115.308 (R\$ 105.078 em 31/12/2006).

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

d) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.869.540 em 31/12/2007 (R\$ 1.401.276 em 31/12/2006).

NOTA 11 - INVESTIMENTOS

a) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

	Dona Francisca Energética S.A.		Armazero Ind. Com. Ltda.		Johm Venturer América do Norte		Grupo Multisteel Business Holdings Corp.		Total
	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	Investimento	Ágio	Investimento	Ágio	
Saldo em 01/01/2006	58.778	17.074	10.566		359.157		-	-	445.575
Equivalência patrimonial	7.015	-	(1.866)		234.866		-	-	240.015
Varição cambial	-	-	(983)		(17.358)		-	-	(18.341)
Dividendos	-	-	-		(217.169)		-	-	(217.169)
Saldo em 31/12/2006	65.793	17.074	7.717		359.496		-	-	450.080
Equivalência patrimonial	8.793	-	(1.279)		92.550		25.676	-	125.740
Varição cambial	-	-	(318)		(55.930)		(9.206)	(5.116)	(70.570)
Dividendos	-	-	-		(109.959)		-	-	(109.959)
Aquisição/alienação de investimento	-	-	-		-		136.233	81.588	217.821
Saldo em 31/12/2007	74.586	17.074	6.120		286.157		152.703	76.472	613.112

b) Outros investimentos

	Eletrobrás Centrais Elétricas		Outros	Total
	MRS Logística S.A.	Brasileiras S.A.		
	Investimento	Investimento	Investimento	
Saldo em 01/01/2006	4.772	-	16.790	21.562
Equivalência patrimonial	-	-	3.535	3.535
Aquisição/alienação de investimento	-	-	6.992	6.992
Saldo em 31/12/2006	4.772	-	27.317	32.089
Equivalência patrimonial	-	-	(7.341)	(7.341)
Aquisição/alienação de investimento	-	14.223	(4.259)	9.964
Saldo em 31/12/2007	4.772	14.223	15.717	34.712

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 12 - ÁGIOS

A movimentação dos ágios da Companhia e suas controladas segue abaixo:

Saldo em 01/01/2006	31.296
(-) Atualização cambial	<u>(16.566)</u>
(+) Corporación Sidenor, S.A.	8.642
(+) Sheffield Steel Corporation	140.889
(+) Pacific Coast Steel, Inc.	144.069
(+) GSB Acero, S.A.	<u>129.508</u>
Saldo em 31/12/2006	<u>437.838</u>
(-) Atualização cambial	<u>(231.613)</u>
(+) Gerdau GTL México, S.A. de C.V.	258.827
(+) Valley Placers, Inc.	5.015
(+) Siderúrgica Zuliana, C.A.	111.934
(+) D&R Steel, LLC	5.229
(+) Re-Bars Inc.	2.039
(+) Chaparral Steel Company	5.076.371
(+) Gerdau Açominas S.A.	170.129
(+) Gerdau Aços Longos S.A.	167.726
(+) Gerdau Aços Especiais S.A.	34.209
(+) Gerdau Comercial de Aços S.A.	27.368
(+) Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda.	53.965
(+) Trefilados de Urbina, S.A. - Trefusa	19.672
(+) Enco Materials Inc.	45.276
(-) Corporación Sidenor, S.A.	(11.081)
(-) GSB Acero, S.A. - nota 3.5	<u>(129.508)</u>
Saldo em 31/12/2007	<u><u>6.043.396</u></u>

Composição do ágio por controladas:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2007	2006
Sipar Gerdau Inversiones S.A.	20.008	24.150
Distribuidora Matco S.A.	4.334	4.894
Corporación Sidenor, S.A.	-	11.081
Sheffield Steel Corporation	114.058	132.555
Pacific Coast Steel, Inc.	117.151	135.650
GSB Acero, S.A.	-	129.508
Gerdau GTL México, S.A. de C.V.	228.724	-
Valley Placers, Inc.	4.664	-
Siderúrgica Zuliana, C.A.	104.094	-
D&R Steel, LLC	4.752	-
Re-Bars Inc.	1.898	-
Chaparral Steel Company	4.926.315	-
Gerdau Açominas S.A.	170.129	-
Gerdau Aços Longos S.A.	167.726	-
Gerdau Aços Especiais S.A.	34.209	-
Gerdau Comercial de Aços S.A.	27.368	-
Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda.	53.965	-
Trefilados de Urbina, S.A. - Trefusa	19.997	-
Enco Materials Inc.	44.004	-
	<u>6.043.396</u>	<u>437.838</u>

Avaliação da recuperação do ágio

A Companhia avalia anualmente a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, principalmente em relação ao fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios foi avaliada para o ano em curso, e não foi identificada qualquer perda por *impairment* para os ágios da Companhia.

NOTA 13 - INTANGÍVEL

O intangível refere-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas:

	Pacific Coast Steel Inc.	Corporación Sidenor, S.A.	Chaparral Steel Company	Enco Materials Inc.	Outros	Total
	Fundo de comércio	Cert. redução emissão carbono	Fundo de comércio	Fundo de comércio		
Saldo em 01/01/2006	-	-	-	-	-	-
Aquisição	17.322	18.648	-	-	9.411	45.381
Saldo em 31/12/2006	17.322	18.648	-	-	9.411	45.381
Variação cambial	(2.646)	(1.666)	(39.983)	43	(488)	(44.740)
Aquisição	1.628	5.472	1.112.808	14.917	4.156	1.138.981
Baixa	(831)	(15.890)	-	-	(264)	(16.985)
Amortização	(2.684)	-	(42.514)	(991)	(2.733)	(48.922)
Saldo em 31/12/2007	12.789	6.564	1.030.311	13.969	10.082	1.073.715
Vida útil média estimada	5 anos	Indeterminado	15 anos	5 anos	5 anos	

NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Encargos anuais (*)	2007	2006
Financiamentos de curto prazo denominados em reais			
Capital de giro	9,50%	609.667	117.591
Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (US\$)	7,33%	508.510	358.190
Capital de giro (€)	5,15%	156.894	414.385
Capital de giro (Clp\$)	5,77%	29.523	23.573
Capital de giro (Cop\$)	8,23%	13.428	9.166
Capital de giro (PAS)	12,21%	54.113	47.378
Financiamento de investimento (US\$)	5,83%	72.935	114.703
Financiamento de imobilizado e outros (US\$)	8,23%	1.787	61.943
		1.446.857	1.146.929
Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo		1.129.077	1.181.292
Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante		2.575.934	2.328.221
Financiamentos de longo prazo denominados em reais			
Capital de giro	10,32%	125.977	146.794
Financiamento de imobilizado	10,32%	1.412.516	707.155
Financiamento de investimento	11,61%	744.325	898.082
Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (US\$)	7,77%	395.548	214.828
Capital de giro (€)	5,15%	702.379	706.672
Obrigações ao portador (Notas perpétuas e <i>Senior Notes</i>) (US\$)	9,75%	1.772.751	2.137.225
Notas recebíveis de exportações da Açominas (US\$)		-	435.900
Adiantamentos de exportações (US\$)	6,60%	508.687	662.060
Financiamento de investimento (US\$)	6,80%	6.400.934	131.768
Financiamento de imobilizado e outros (US\$)	7,48%	1.547.720	1.841.332
		13.610.837	7.881.816
Menos: parcela circulante		(1.129.077)	(1.181.292)
Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante		12.481.760	6.700.524
Total financiamentos		15.057.694	9.028.745

(*) Taxa média ponderada em 31/12/2007.

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são indexados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros definida trimestralmente pelo Governo Federal, utilizada para correção de empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ou pelo IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado: índice de inflação brasileiro, apurado pela Fundação Getúlio Vargas).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	2007	2006
Real (R\$)	2.892.485	1.869.622
Dólar norte-americano (US\$)	11.208.872	5.957.949
Euro (€)	859.273	1.121.057
Peso Colombiano (Cop\$)	13.428	9.166
Peso Argentino (PAS)	54.113	47.378
Peso Chileno (Clp\$)	29.523	23.573
	15.057.694	9.028.745

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2009	1.363.112
2010	1.022.038
2011	2.782.039
2012	2.758.588
Após 2012	4.555.983
	12.481.760

a) Notas Perpétuas Garantidas e *Senior Notes*

Em 15/09/2005, a Gerdau S.A. concluiu a colocação privada de Notas Perpétuas Garantidas (Notas) no montante total de US\$ 600 milhões (R\$ 1.062.780 em 31/12/2007). Estas Notas são garantidas pelas companhias operativas brasileiras Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.. As Notas não possuem uma data de vencimento final, mas podem tornar-se vencíveis em algumas situações específicas (conforme definidas nos termos das Notas), que não estão sob total controle da Companhia. A Companhia possui a opção de resgatar estes títulos após 5 anos de sua colocação, ou seja, a primeira opção de resgatar ocorre em setembro de 2010. O pagamento de juros é feito trimestralmente e cada data de pagamento trimestral, após setembro de 2010, é, também, uma data de opção de resgate.

A controlada Gerdau Ameristeel Corporation possui uma colocação privada de *Senior Unsecured Notes* (notas bancárias) no valor de US\$ 405 milhões (R\$ 717.376 em 2007), ao custo de 10,375% a.a. com vencimento em 2011.

b) *Bridge Loan Facility* e *Term Loan Facility* (Financiamento de investimento)

Em 14/09/2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel Corp. financiou a aquisição da Chaparral Steel Company, em parte, com um *Bridge Loan Facility*, no valor de US\$ 1,15 bilhão (R\$ 2.036.995 em 31/12/2007) e com um *Term Loan Facility*, no valor de US\$ 2,75 bilhões (R\$ 4.871.075 em 31/12/2007).

O *Bridge Loan Facility* foi totalmente pago. O *Term Loan Facility* tem parcelas vencendo entre 5 e 6 anos da data de fechamento da aquisição da Chaparral e sobre ele incidem juros de *Libor* + entre 1,00% e 1,25%.

O *Bridge Loan Facility* e o *Term Loan Facility* não estão garantidos pelos ativos da Gerdau Ameristeel ou suas subsidiárias. Gerdau S.A. e suas subsidiárias brasileiras operativas (Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.) são garantidoras das obrigações dos tomadores para as duas linhas de crédito.

c) *Ten Years Bonds* (Financiamento de investimento)

Em 22/10/2007, a subsidiária GTL Trade Finance Inc. concluiu a colocação de um *Ten Years Bonds* (*Bonds*) no montante total de US\$ 1 bilhão (R\$ 1.771.300 em 31/12/2007). Os *Bonds* têm vencimento em 20/10/2017 e sobre eles incidem juros de 7,25% ao ano, que serão pagos semestralmente (nos meses de abril e outubro), a partir de abril de 2008.

Os *Bonds* são garantidos pela Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A..

d) Garantias

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, era de R\$ 1.405.517, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária. Para certos financiamentos as garantias são avais dos controladores, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 1% a.a., calculada sobre o montante avalizado.

e) *Covenants*

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos bancos envolvidos em contratos financeiros, a utilização de *covenants* financeiros vem sendo praticada, conforme abaixo:

I) *Consolidated Interest Coverage Ratio* (nível de cobertura do serviço da dívida) – mede a capacidade de pagamento do serviço da dívida em relação ao *EBITDA* (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização);

II) *Consolidated Leverage Ratio* (nível de cobertura da dívida) – mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao *EBITDA* (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização);

III) *Required Minimum Net Worth* (Patrimônio Líquido mínimo requerido) – mede o Patrimônio Líquido mínimo requerido em contratos financeiros; e

IV) *Current Ratio* (Índice de liquidez corrente) – mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Todos os *covenants* descritos acima são calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A., exceto o item IV, que se refere à Metalúrgica Gerdau S.A., e vêm sendo atendidos. A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento destes é a possibilidade de declaração de *default* pelos bancos e o vencimento antecipado dos contratos.

f) Linhas de crédito

Em outubro de 2005, as controladas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 900.000 para a aquisição de equipamentos e despesas. Esses recursos são disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. Em 31/12/2007, R\$ 535.422 dessa linha haviam sido utilizados. A taxa de juros contratada foi TJLP + 2,5% a.a.. Os contratos são garantidos pelo aval da Indac – Ind. Adm. e Comércio S.A. e por *covenants* financeiros da Metalúrgica Gerdau S.A..

Em agosto de 2006, a controlada Gerdau Açominas S.A. obteve a aprovação de um financiamento junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 344.749, destinado ao aumento da capacidade de produção de aço líquido da unidade de Ouro Branco – MG, dos atuais 3 milhões de toneladas/ano para 4,5 milhões de toneladas/ano, mediante investimentos em uma nova coqueria, nova sinterização e novo alto-forno, e para a implantação de projetos sociais, a serem realizados diretamente ou em parceria com instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, que atendam diretamente à comunidade local. A taxa de juros contratada foi TJLP + 2% a.a.. Os contratos são garantidos pelo aval da Indac – Ind. Adm. e Comércio S.A. e por *covenants* financeiros da Metalúrgica Gerdau S.A.. Em 31/12/2007, a totalidade desta linha de crédito havia sido utilizada.

Em novembro de 2006, a Gerdau S.A. concluiu uma operação de *Senior Liquidity Facility*, com o objetivo de dotar a gestão de seus passivos de uma ferramenta adicional que permitirá melhor administrar a exposição a riscos conjunturais. A operação contribui para a diminuição da exposição da Companhia no caso de redução da liquidez nos mercados financeiros e de capitais, e é parte do processo de gestão de passivos (*Liability Management*) que vem sendo implementado pela Companhia. A *Senior Liquidity Facility* tem um valor de US\$ 400 milhões (R\$ 708.520 em 31/12/2007) e a tomadora será a controlada GTL Trade Finance Inc., com garantia das empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.. O programa tem um período de disponibilidade de 3 anos, com 2 anos para pagamento a partir da efetivação de cada desembolso. Os custos envolvem um *Facility Fee* de 0,27% a.a. e juros de *Libor* + 0,30% a 0,40% a.a., em caso de desembolso. Essa linha de crédito não estava em utilização em 31/12/2007.

A controlada Gerdau Açominas S.A. possui as seguintes linhas de crédito:

- US\$ 267 milhões (R\$ 472.937 em 31/12/2007) junto a um grupo de bancos liderado pelo Citibank, N.A, Tokyo Branch, cujo seguro de crédito foi dado pelo Nippon Export and Investment Insurance (NEXI) e garantia pela Gerdau S.A.. A operação tem prazo de dez anos, dos quais dois de carência e oito de amortização. A taxa de juros contratada foi *Libor* + 0,3% a.a. (equivalente a um custo *all in* de 7,27% a.a. à data da contratação). Em 31/12/2007, a totalidade de recursos dessa linha de crédito já havia sido utilizada. Os recursos estão sendo utilizados para financiar parte do projeto de expansão da capacidade de produção para 4,5 milhões de toneladas, englobando os seguintes sub-projetos: Pátios de Matérias-Primas, Forno Panela, Linha de Inspeção de Tarugos, Transporte e Vias Férreas, Sistemas de Tubulação de Água e Gás, Combate a Incêndio, Turbo Gerador Soprador, Caldeira, Tecnologia da Informação, Gerenciamento e Assistência Técnica.

Concomitantemente à contratação dessa linha de crédito, foi feita uma operação de *swap* para proteção à exposição cambial do ienc frente ao dólar (nota 16).

- US\$ 69 milhões (R\$ 122.220 em 31/12/2007) junto ao Export Development Canada, cujo seguro de crédito foi dado pelo KfW e garantia pela Gerdau S.A.. A operação tem prazo de seis anos, dos quais dois de carência e quatro de amortização. A operação teve custo *all in* de 7,22% a.a. à data da contratação. Em 31/12/2007, o saldo devedor nesta operação era de US\$ 38 milhões (R\$ 67.309 em 31/12/2007). Os recursos estão sendo utilizados para financiar parte do projeto Lingotamento Contínuo de Blocos.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- US\$ 201 milhões (R\$ 356.031 em 31/12/2007) junto ao BNP Paribas (50%) e ao Industrial and Commercial Bank of China - ICBC (50%), cujo seguro de crédito foi dado pelo China Export & Credit Insurance Corporation (Sinasure) e garantia pela Gerdau S.A.. A operação tem prazo de doze anos, dos quais três de carência e nove de amortização. A operação teve custo *all in* de 6,97% a.a. à data da contratação. Em 31/12/2007, US\$ 164 milhões (R\$ 290.493) dessa linha de crédito haviam sido utilizados. Os recursos estão sendo utilizados para financiar 85% do fornecimento dos novos Alto-Forno, Coqueria e Sinterização da Usina de Ouro Branco.

Concomitantemente à contratação dessa linha de crédito, foi fechada uma operação de *Commercial Loan* no total de US\$ 50 milhões (R\$ 88.565 em 31/12/2007) junto ao BNP Paribas. Esta linha já foi totalmente utilizada. Os recursos foram utilizados para financiar 15% do fornecimento dos novos Alto-Forno, Coqueria e Sinterização da Usina de Ouro Branco e, também, 100% do seguro de crédito Sinasure associado aos projetos.

As controladas da América do Norte possuem linha de crédito no valor de US\$ 650 milhões (R\$ 1.151.345 em 31/12/2007), com vencimento em outubro de 2010, que pode ser captada em dólares norte-americanos (taxa *Libor* + 1,00% a 2,00% a.a. ou *US Prime/FED Funds* mais -0,50% a +0,50% a.a.) ou em dólares canadenses (taxa *BA – Bankers Acceptance* mais 1,00% a 2,00% a.a. ou *Canadian Prime* mais 0% a 1,00% a.a.). A distribuição da referida linha de crédito para as empresas é feita proporcionalmente ao capital de giro de cada subsidiária na América do Norte. Essa linha de crédito não estava em utilização em 31/12/2007. Os estoques e o contas a receber das controladas foram dados em garantia a essa linha.

Em novembro de 2006, a controlada Gerdau Ameristeel US Inc. obteve uma linha de crédito junto ao KfW no valor de US\$ 75 milhões (R\$ 132.848 em 31/12/2007), com vencimento em novembro de 2008. A taxa de juros contratada foi, para *ECA Loans*, *Libor* + 0,30% a 0,60% a.a. e, para *Commercial Loans*, *Libor* + 1,60% a 2,20% a.a.. Em 31/12/2007, US\$ 15 milhões (R\$ 26.570) dessa linha de crédito haviam sido utilizados. Os recursos serão utilizados para financiar aquisições de imobilizado. Os equipamentos a serem financiados serão dados em garantia a essa linha.

A controlada Gerdau Aza S.A. possui linha de crédito total no valor de Clp\$ 48,4 bilhões (R\$ 172.256 em 31/12/2007), com taxa de juros de 6,96% a.a.. Essa linha não estava em uso em 31/12/2007.

NOTA 15 - DEBÊNTURES

Emissão	Assembléia Geral	Quantidade		Vencimento	Encargos anuais	2007	2006
		Emitida	Em carteira				
Gerdau S.A.:							
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	76.769	01/06/2011	CDI	165.970	123.538
7ª	14/07/1982	68.400	17.424	01/07/2012	CDI	152.606	38.743
8ª	11/11/1982	179.964	48.068	02/05/2013	CDI	257.961	235.660
9ª	10/06/1983	125.640	41.434	01/09/2014	CDI	252.086	164.983
11ª - A e B	29/06/1990	150.000	103.787	01/06/2020	CDI	131.147	98.006
Aços Villares S.A.	01/09/2005	28.500	-	01/09/2010	104,5% DI	308.028	287.932
						1.267.798	948.862
Debêntures em poder de controladas						(383.183)	(156.389)
Debêntures em poder da Empresa						(55.057)	(2.945)
Total Consolidado						<u>829.558</u>	<u>789.528</u>
Parcela de curto prazo						38.125	2.932
Parcela de longo prazo						791.433	786.596

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
2010	269.903	131.997
2011	165.970	146.506
2012	152.606	29.597
Após 2012	202.954	478.496
	<u>791.433</u>	<u>786.596</u>

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A taxa nominal média anual de juros foi de 11,82% e 15,03% em 2007 e 2006, respectivamente.

Debêntures emitidas pela Aços Villares S.A.

As debêntures da Aços Villares S.A. são na forma nominativa escritural, em série única, da espécie quirografia e não são conversíveis em ações. Foram emitidas e colocadas no mercado 28.500 debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando R\$ 285.000. As debêntures têm prazo de 5 anos, e vencimento em 01/09/2010. Os juros remuneratórios, equivalentes a 104,5% da Taxa DI, são pagos trimestralmente. O principal será pago em oito parcelas iguais, trimestrais e consecutivas, sendo a primeira em 01/12/2008.

NOTA 16 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Considerações gerais** - a Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- **caixa e equivalentes de caixa** - estão comentados e apresentados na nota explicativa nº 5;
- **contas a receber de clientes** - estão comentados e apresentados na nota explicativa nº 6;
- **aplicações financeiras** - estão reconhecidas pelo seu valor de resgate na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- **transações com partes relacionadas** - estão comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 19;
- **empréstimos e financiamentos** - estão comentados e apresentados na nota explicativa nº 14; e
- **debêntures** - estão comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 15.

b) **Valor justo** - o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2007		2006	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	2.046.665	2.046.665	1.076.366	1.076.366
Aplicações financeiras	3.021.310	3.021.310	5.173.992	5.173.992
Contas a receber de clientes	3.226.310	3.226.310	2.872.123	2.872.123
Financiamentos securitização	-	-	435.900	435.900
Financiamentos importação	1.541.315	1.541.315	1.876.310	1.876.310
Financiamentos pré-pagamento	460.074	460.074	603.436	603.436
Financiamentos de notas bancárias (<i>Senior Notes</i>)	716.792	757.850	854.471	956.136
Ações em tesouraria	69.861	222.166	69.861	137.524
Notas perpétuas	1.064.876	1.107.534	1.289.830	1.374.200
Financiamentos outros	11.274.637	11.274.637	3.968.798	3.968.798
Debêntures	829.558	829.558	789.528	789.528
Partes relacionadas (ativo)	16.993	16.993	2.615	2.615
Partes relacionadas (passivo)	(563)	(563)	16	16
Ganhos não realizados com derivativos	1.567	1.567	19.847	19.847
Perdas não realizadas com derivativos	18.070	18.070	25.115	25.115
Dividendos a pagar	1.097	1.097	231.401	231.401
Outras contas a receber	728.269	728.269	653.884	653.884
Outras contas a pagar	877.528	877.528	936.288	936.288
Plano de incentivo de longo prazo (nota 26)	-	33.445	-	23.909
Opções por compra de ações (nota 16.f)	889.440	471.477	547.953	547.953

A Companhia e suas controladas acreditam que os demais instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que as controladas da Companhia vendem ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de operar num mercado de *commodities*, as controladas da Companhia poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais. Para minimizar esse risco, as controladas da Companhia monitoram permanentemente as oscilações de preços nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a *Libor* e o *CDI*), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além do contas a receber originado por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que constituem-se em *hedge* natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia e suas controladas avaliam a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, conforme demonstrado no item "a" acima.

Risco de crédito: advém da possibilidade de as controladas da Companhia não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as controladas da Companhia adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Nos últimos 5 anos, a metodologia BSC (*Balance Scorecard*) foi utilizada para a elaboração de mapas estratégicos com objetivos e indicadores dos principais processos. Os indicadores-chave (*KPI – Key Performance Indicators*) relacionados ao objetivo “Gestão da Estrutura de Capital” são: *WACC* (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Total/*EBITDA*, Índice de Cobertura de Juros e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e Financiamentos (nota 14) e pelas Debêntures (nota 15). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a companhia procura melhorar seu *ROCE* (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. Nos últimos anos, os indicadores chave do processo de gestão da estrutura de capital foram os seguintes:

<i>WACC</i>	entre 12%-13% a.a.
Dívida bruta/ <i>EBITDA</i>	entre 2x e 3x
Índice de cobertura de juros	maior que 7x
Relação dívida/patrimônio líquido	entre 25%-75% e 50%-50%

Análise sensitiva de variações na moeda estrangeira (*Foreign currency sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição de variações em moeda estrangeira, principalmente nos empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,10% entre o real e as moedas estrangeiras sobre estes empréstimos e financiamentos em aberto na data das Demonstrações Financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio monta, em 31/12/2007, a R\$ 12.165 (R\$ 7.159 em 31/12/2006). Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise sensitiva de variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,10% sobre estes empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto na data das Demonstrações Financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2007, R\$ 58.795 (R\$ 36.634 em 31/12/2006).

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

31/12/2007		Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Disponíveis para venda	Total
Ativos	Empréstimos e recebíveis			
Aplicações financeiras	-	2.744.936	276.374	3.021.310
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.567	-	1.567
Contas a receber e outros ativos recebíveis	3.971.572	-	-	3.971.572
Caixa e equivalentes de caixa	2.046.665	-	-	2.046.665
Total	6.018.237	2.746.503	276.374	9.041.114
		Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Financiamentos		-	16.835.738	16.835.738
Instrumentos financeiros derivativos		18.070	-	18.070
Total		18.070	16.835.738	16.853.808
		Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2006	Empréstimos e recebíveis			
Ativos				
Aplicações financeiras	295.472	4.614.627	263.893	5.173.992
Instrumentos financeiros derivativos	-	19.847	-	19.847
Contas a receber e outros ativos recebíveis	3.528.622	-	-	3.528.622
Caixa e equivalentes de caixa	1.076.366	-	-	1.076.366
Total	4.900.460	4.634.474	263.893	9.798.827
		Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Financiamentos		-	11.055.839	11.055.839
Instrumentos financeiros derivativos		25.115	-	25.115
Total		25.115	11.055.839	11.080.954

Todos os instrumentos financeiros derivativos são *swaps* de taxas de juros e foram registrados a valor justo, sendo as perdas realizadas e não realizadas apresentadas como "Ganhos (perdas) com derivativos, líquido" na demonstração consolidada de resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos incluem: trocas (*swaps*) de taxa de juros contratadas pelas companhias que operam no Brasil, principalmente para trocar financiamentos a taxas variáveis baseadas no CDI denominadas em reais por taxas fixas baseadas na taxa referencial brasileira; trocas (*swaps*) de taxas fixas denominados em dólares norte americanos ("US\$") por taxas variáveis baseadas na *Libor* japonesa, e, também, uma troca reversa na qual a Companhia recebe um montante em taxas variáveis baseadas na *Libor* japonesa e paga uma taxa de juros fixa em US\$.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Gerdau Açominas S.A. contratou *swaps* de taxas de juros nos quais ela recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* e paga uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Estes contratos têm um valor nominal de R\$ 847.329 e data de vencimento entre 15/06/2010 e 30/11/2011. O valor justo destes contratos, que representa o montante que seria recebido se os contratos fossem finalizados em 31/12/2007, é uma perda líquida de R\$ 5.897 (ganho líquido de R\$ 10.318 em 31/12/2006).

A Gerdau Açominas S.A. também contratou um *reverse swap* na qual ela recebe uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos e paga uma taxa de juros variável baseada na *Jibor* em yenes japoneses, com um valor nominal de R\$ 472.937. A data de vencimento deste *swap* é 24/03/2016. O valor justo deste contrato, que representa o montante que seria recebido se o contrato fosse finalizado em 31/12/2007, é um ganho líquido de R\$ 1.543 (perda líquida de R\$ 17.880 em 31/12/2006).

A Gerdau Açominas S.A. também contratou um *swap* na qual recebe uma taxa de juros variável baseada na *Jibor* em yenes japoneses e paga uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos, com um valor nominal de R\$ 488.707. A data de vencimento deste *swap* é 31/03/2015. O valor justo deste contrato, que representa o montante que seria recebido se o contrato fosse terminado em 31/12/2007, é uma perda líquida de R\$ 859 (ganho líquido de R\$ 3.842 em 31/12/2006).

Na Gerdau Aços Longos S.A., não havia nenhum *swap* em aberto em 31/12/2007. O valor nominal destes contratos era de R\$ 195.001 em 31/12/2006. Não existem ganhos ou perdas não realizados em 31/12/2007 e os ganhos não realizados eram de R\$ 597 em 31/12/2006.

Na GTL Equity Investments Corp., não havia nenhum *swap* ou *put option* de troca de moedas em aberto em 31/12/2007. O valor nominal destes contratos era de R\$ 69.709 em 31/12/2006. Não existem ganhos ou perdas não realizados em 31/12/2007 e os ganhos não realizados eram de R\$ 5.482 em 31/12/2006.

A Companhia concedeu opções de ações a acionistas minoritários da Sipar Aceros S.A. como parte do contrato de compra daquela companhia, através das quais esses acionistas podem vender suas ações na Sipar Accros S.A. e a liquidação pode ser feita (na opção da Companhia ou dos acionistas, dependendo do contrato) em dinheiro ou ações da Gerdau. Estas opções foram exercidas no último trimestre de 2007, resultando em um pagamento feito pela Companhia no montante de US\$ 11,1 milhões (R\$ 19,9 milhões na data do pagamento) e representam um acréscimo de 9% na participação da Sipar Aceros S.A. A Companhia possui ainda um compromisso de adquirir uma participação adicional na Diaco, que pode ser liquidada a critério da contraparte em dinheiro ou ações da Gerdau, contabilizado pelo seu valor justo estimado, no montante de R\$ 151.903, registrado em "Outras contas a receber" no ativo não-circulante (R\$ 132.907 em 31/12/2006).

A Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. – Siderperú contratou *swap* de taxas de juros nos quais ela recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* de três meses e paga uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Este contrato tem um valor nominal de R\$ 132.848 e data de vencimento em 30/04/2014. O valor justo deste contrato, que representa o montante de liquidação se o contrato fosse finalizado em 31/12/2007, é uma perda de R\$ 2.531.

Visando reduzir sua exposição a variações no valor de mercado de suas *Senior Notes*, a Gerdau Ameristeel contratou *swaps* de taxas de juros subsequentes ao refinanciamento de sua dívida. Os contratos têm valor nominal de R\$ 354.260 e vencimento em 15/07/2011. A Gerdau Ameristeel recebe uma taxa fixa de juros e paga uma taxa de juros variável baseada na *Libor*. O valor de mercado (valor justo) do contrato de taxas de juros, que representa o montante a pagar se o contrato fosse encerrado em 31/12/2007, é uma perda de R\$ 8.580 (perda de R\$ 7.248 em 31/12/2006).

f) Operações por compra de ações

Em 10/01/2006, a Companhia concluiu a aquisição de 40% da Corporación Sidenor S.A. ("Sidenor"), uma produtora de aço espanhola com operações na Espanha e no Brasil. O Grupo Santander, conglomerado financeiro espanhol, e uma entidade pertencente a executivos da Sidenor compraram, simultaneamente, 40% e 20% da Sidenor, respectivamente. O preço de aquisição de 100% da Sidenor consiste de uma parcela fixa de € 443.820 mil mais uma parcela variável contingente, a ser paga apenas pela Companhia. O preço fixo pago pela Companhia em 10/01/2006 por sua participação de 40% na Sidenor foi de € 165.828 mil (R\$ 432.577). O Grupo Santander possui uma opção de vender a sua participação na Sidenor para a Companhia após 5 anos da compra, a um preço fixo com juros calculados utilizando uma taxa fixa de juros, tendo a Sidenor o direito de preferência de adquirir estas ações, podendo ainda, a qualquer momento durante o prazo de

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

vigência da opção de venda, requerer que o Grupo Santander exerça esta opção de forma antecipada. Ademais, a Companhia consentiu em garantir ao Grupo Santander um montante acordado (igual ao preço fixo da opção de venda mencionada acima mais juros incorridos utilizando a mesma taxa fixa de juros), a qualquer momento, por 6 anos após o exercício da opção, caso o Grupo Santander não tenha vendido as ações até essa data. Neste caso, se requerido pelo Grupo Santander o pagamento da garantia, a Companhia passa a ter o direito de adquirir as ações da Sidenor ou indicar um terceiro para a aquisição e o valor recebido pela venda das ações e dividendos pagos pela Sidenor ao Grupo Santander deverão ser reembolsados à Companhia. A obrigação potencial da Companhia de comprar do Grupo Santander a participação de 40% na Sidenor foi registrada como um passivo não circulante na conta Opções por compra de ações. Como resultado do reconhecimento desta obrigação potencial, a Companhia reconhece desde a data de aquisição 80% da Sidenor como seu investimento. Em 31/12/2007, esta obrigação potencial totaliza R\$ 471.477 (R\$ 547.953 em 31/12/2006).

Durante o exercício de 2007, a subsidiária Gerdau Aços Especiais S.A. celebrou um contrato com o BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), o maior acionista minoritário da controlada indireta (em conjunto com terceiros) Aços Villares S.A. ("Villares"). Este contrato concede à BNDESPAR opção de vender para a Companhia sua participação de 28,8% na Villares, por um preço determinado. Tal preço foi determinado pelo maior entre: (a) o preço da oferta incluído na oferta pública que a Companhia fez pela aquisição da Sidenor que foi completada no ano passado, mais juros de TJLP + 4% a.a., menos algum dividendo pago pela Villares capitalizado pelo mesmo juro, ou (b) o preço por ação da oferta pública dividido por 130% do preço das ações da Gerdau S.A., o qual resulta em uma quantidade total de opções para o BNDESPAR. No final do quinto ano do contrato, o BNDESPAR tem a maior entre as opções (a) ou (b) acima. Entre o quinto e o sétimo ano, a opção está ainda em aberto, mas o preço é apenas o descrito na letra (a) acima. Em 31/12/2007, o valor de mercado desta opção de venda tem o seu valor a zero em decorrência do valor das ações detidas pelo banco ser superior ao valor da opção. Conforme estabelecido pela norma IAS 32 (apresentação dos instrumentos financeiros), a Companhia efetuou a reclassificação do valor de exercício da *put option* (opção de venda) da conta participações dos acionistas minoritários para o passivo não circulante, na conta Opções por compra de ações, ainda que as ações detidas pelo banco tenham um valor superior a opção e resulte desta maneira em uma probabilidade remota de exercício desta opção de venda pelo BNDESPAR. Ao término do prazo estabelecido na opção de venda e não ocorrendo o exercício desta pelo BNDESPAR, a reclassificação será revertida e o montante da participação detida pelo BNDESPAR, na data das Demonstrações Financeiras, passará a ser novamente reconhecida como participações dos acionistas minoritários. Em 31/12/2007 o valor reconhecido como obrigação potencial monta R\$ 417.963.

NOTA 17 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	97.143	121.303
Encargos sociais sobre folha de pagamento	97.391	113.833
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	33.310	34.162
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	21.997	31.389
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	40.207	8.631
PIS - Programa de Integração Social	4.612	6.733
Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na fonte	31.215	44.697
Impostos parcelados	30.566	8.028
Imposto sobre valor agregado	41.602	30.114
Outros	71.015	73.067
	<u>469.058</u>	<u>471.957</u>

NOTA 18 - COMPROMISSOS E PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis,

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas em 31/12/2007.

Os saldos das provisões são os seguintes:

I) Provisões

	2007	2006
a) Provisões Tributárias		
ICMS - Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços (a.1)	90.331	47.766
CSLL - Contribuição Social s/ Lucro Líquido (a.2)	5.903	6.008
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (a.3)	13.098	15.977
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (a.4)	46.671	33.752
ECE - Encargo de Capacidade Emergencial (a.5)	33.996	33.852
RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária (a.5)	21.612	21.574
II - Imposto de Importação/IPI - Imposto s/ Produtos Industrializados (<i>Drawback</i>) (a.6)	89.018	82.070
Outras contingências tributárias (a.7)	83.289	77.882
	383.918	318.881
b) Provisões Trabalhistas (b.1)	93.800	71.243
c) Provisões Cíveis (c.1)	12.601	12.866
	490.319	402.990

a) Provisões tributárias

a.1) Discussões relativas ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em sua maioria no tocante a direito de crédito, estando a maior parte dos processos em andamento perante a Secretaria da Fazenda dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e Justiça Estadual de Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso, Maranhão e Paraná. As contingências foram devidamente atualizadas, conforme determina a legislação.

a.2) Contribuição Social sobre o Lucro. Os valores se referem, substancialmente, às discussões relativas à constitucionalidade e base de cálculo da referida contribuição.

a.3) Matérias relacionadas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, em discussão na esfera administrativa.

a.4) Contribuições devidas à previdência social, cujas discussões judiciais, na controlada Gerdau S.A., correspondem, em sua maior parte, a Execuções Fiscais e Ações Anulatórias, em trâmite perante a Justiça Federal de Primeira e Segunda Instâncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco. A provisão refere-se, ainda, a ações questionando entendimento do INSS no sentido de cobrar contribuição previdenciária sobre pagamentos feitos pela controlada Gerdau Açominas S.A. a título de Participação nos Lucros e Resultados, discussões relativas a Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e de diversas autuações do INSS em face de serviços contratados de terceiros, nas quais o Instituto apurou débitos relativos aos últimos 10 anos e autuou a Controlada Gerdau Açominas S.A. por entender que a mesma é solidariamente responsável. As autuações foram mantidas administrativamente, em razão do que a Gerdau Açominas S.A. ajuizou ações anulatórias com depósito judicial do respectivo crédito discutido, ao fundamento básico de que houve a decadência do direito de constituir parte dos créditos e que não há a responsabilidade apontada.

a.5) Encargo de Capacidade Emergencial - ECE e Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica das unidades industriais das controladas da Companhia. Tais encargos têm, no entendimento da Empresa, natureza jurídica de tributo, e, como tais, são incompatíveis com o Sistema Tributário Nacional disposto na Constituição Federal, razão pela qual sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente, estando os processos em curso na Justiça Federal de Primeira Instância de São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como nos Tribunais Regionais Federais e Superior Tribunal de Justiça. A Companhia vem depositando judicialmente o valor integral dos encargos discutidos.

a.6) A provisão, constituída pela controlada Gerdau Açominas S.A., se destina a cobrir exigências da Receita Federal relativa a Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados e acréscimos legais decorrentes, em face de

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

operações realizadas ao abrigo de ato concessório de drawback, posteriormente anulado pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX. A empresa não concorda com a decisão administrativa que anulou o ato concessório e defende a regularidade das operações realizadas. A questão é discutida em processo judicial que, atualmente, aguarda julgamento no STF.

a.7) A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

b) Provisões trabalhistas

b.1) A Companhia e suas controladas também são parte em ações judiciais de natureza trabalhista, entre essas incluídas ações de indenização por acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras, insalubridade e periculosidade, entre outros.

c) Provisões cíveis

c.1) A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam, em 31/12/2007, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões.

II) Passivos contingentes não provisionados

a) Contingências tributárias

a.1) A controlada Gerdau S.A. é ré em execução fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais para exigir-lhe supostos créditos de ICMS, decorrentes, principalmente, de vendas de mercadorias a empresas comerciais exportadoras. O valor atualizado do processo perfaz um total de R\$ R\$ 49.075. A Companhia não constituiu provisão de contingência em relação a tais processos por considerar indevido o tributo objeto da execução, uma vez que as saídas de mercadoria para fins de exportação estão imunes à tributação do ICMS.

a.2) A controlada Gerdau S.A. é ré em execuções fiscais promovidas pelos Estados de Minas Gerais e Pernambuco, nas quais lhe são exigidos créditos de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados semi-elaborados. O valor total das demandas perfaz atualmente R\$ 47.367. A empresa não constituiu provisão de contingência em relação a tais processos por considerar indevido o tributo objeto da execução, ao entendimento de que seus produtos não se enquadram na definição de produtos industrializados semi-elaborados, assim definidos em lei complementar federal e, portanto, não sujeitos à incidência do ICMS. No ano de 2007 o processo da Gerdau Açominas S.A. teve desfecho favorável à empresa em decisão terminativa.

a.3) A controlada da Companhia, Gerdau S.A., aderiu ao Parcelamento Alternativo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, em 06/12/2000, parcelando débitos de PIS e COFINS em 60 meses, tendo pago última cota em 31/05/2005. Em que pese o pagamento de todas as parcelas, remanesce na Conta REFIS o saldo de R\$ 20.579, devidamente impugnado. Uma vez solucionadas as pendências apontadas no processo administrativo que tramita perante o Comitê Gestor do REFIS, entende a Companhia que o parcelamento restará extinto.

a.4) As controladas da Companhia, Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A., possuem outras discussões que tratam de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 76.705. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

a.5) As controladas da Companhia, Gerdau S.A. e Gerdau Aços Longos S.A., são partes em demandas que tratam de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O valor total das discussões importa hoje em R\$ 51.186. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Contingências cíveis

b.1) Processo antitruste envolvendo a Companhia, referente à representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo alegando que a Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo, assim, a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE – Secretaria de Direito Econômico e com base em audiências públicas, a opinião da Secretaria foi de que existiu um cartel. Esta conclusão foi apoiada também por uma opinião da SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico que foi apresentada anteriormente. O processo, então foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento.

No entanto, seu trâmite ficou suspenso de maio de 2004 até 16/08/2005, devido a uma antecipação de tutela concedida no âmbito de uma ação judicial, proposta pela Gerdau S.A., com a finalidade de anular o processo administrativo em comento, ação esta fundamentada em irregularidades formais observadas na sua instrução. A cassação da antecipação de tutela pelo Tribunal Regional Federal se deu através de recursos interpostos pelo CADE.

O CADE, independentemente do pedido formulado pela Gerdau de produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel, julgou, em 23/09/2005, o mérito do processo administrativo e, por maioria, condenou a Companhia, e os outros produtores de aços longos, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos.. O conteúdo dessa decisão se mostrou contraditório, o que obrigou a Gerdau a buscar, por duas vezes, esclarecimentos, por meio de Embargos de Declaração - instrumento processual que não busca reexaminar o mérito da decisão, mas esclarecer “obscuridade”, “contradição” ou “omissão” contida na mesma. Os Embargos foram ambos julgados, conhecidos e providos respectivamente nas datas de 29/03/2006 e 24/05/2006.

Importante frisar que não houve, nesses julgamentos, qualquer reexame do mérito da decisão, nem, tampouco, as decisões em sede de “Embargos” corresponderam a novas condenações ou julgamento em instância superior.

Enfatiza-se que, apesar da decisão do CADE, a ação judicial proposta pela Gerdau S.A. tem seu curso normal e, no presente momento, aguarda-se pelo seu julgamento em primeira instância. Caso sejam reconhecidas as nulidades processuais alegadas pela Gerdau S.A., a decisão do CADE pode vir a ser anulada.

Ademais, para reversão dos termos da decisão proferida pelo CADE, a Gerdau, em 26/07/2006, recorreu ao Poder Judiciário, mediante a propositura de nova ação ordinária que, além de ratificar os termos da primeira demanda, também aponta irregularidades apuradas no trâmite do processo administrativo perante o referido Conselho. A Juíza Federal competente para a análise do feito decidiu, em 30/08/2006, por meio de tutela antecipada, suspender os efeitos da decisão do CADE até decisão final a ser proferida pelo Juízo, mediante a garantia do juízo, por meio da entrega de carta de fiança bancária correspondente a 7% sobre o faturamento bruto apurado em 1999, excluídos impostos (R\$ 245.070). Ainda a título de esclarecimento, em decorrência de normas processuais civis vigentes, esta ação ordinária tramita conjuntamente com a demanda originalmente proposta. Em 28/06/2007, foi ordenada publicação de despacho, dando ciência às partes da decisão do juízo de primeira instância sobre a manutenção da antecipação de tutela deferida, após a contestação do CADE.

Cumprir informar que em momento anterior à decisão do CADE, o Ministério Público Federal de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública, baseada na já mencionada opinião emitida pela SDE e, sem trazer nenhum elemento novo, alega o envolvimento da Companhia em atividades que ferem a legislação antitruste. A Gerdau apresentou sua contestação em 22/07/2005.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entende, com base nas informações disponíveis, incluindo opiniões de seus consultores legais, que o processo administrativo está cívado de irregularidades, algumas delas, inclusive, impossíveis de serem sanadas. No que diz respeito ao mérito, a Gerdau está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada e, nesse sentido, respalda suas convicções na posição de renomados técnicos e, sendo assim, julga possível a reversão de sua condenação.

b.2) Uma ação cível movida por Sul América Cia. Nacional de Seguros contra a controlada Gerdau Açominas S.A. e Banco Westdeutsche Landesbank Girozentrale, New York Branch (WestLB), tendo por objeto a consignação em pagamento do valor de R\$ 34.383, como forma de quitação de indenização de sinistro, que foram depositados em juízo.

Alegou a seguradora dúvida a quem pagar e resistência da controlada em receber e quitar. A Ação foi contestada, tanto pelo Banco (que alegou não ter direito sobre o valor depositado, o que afasta a dívida levantada pela Sul América) quanto pela controlada (que alegou inexistência da dívida e motivo justificado para recusar recibo de quitação, já que o valor devido pela Sul América é superior ao apontado). Após a contestação, a Sul América arguiu vício de representação do Banco, questão já superada, e que determinou o levantamento, em dezembro de 2004, do valor depositado.

A expectativa da controlada, com base na opinião dos seus consultores legais, é de perda remota e de que a sentença irá declarar o valor devido dentro do apontado na contestação. Também a controlada Gerdau Açominas S.A. ajuizou,

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

anteriormente à ação acima referida, ação de cobrança da quantia reconhecida pelas Seguradoras. Os processos estão apensos. Nesta ação a expectativa é de êxito da controlada.

As ações cíveis decorrem do acidente ocorrido em 23/03/2002 com os regeneradores da planta do alto forno da Unidade Ouro Branco, que resultou na paralisação de diversas atividades, com danos materiais aos equipamentos da usina e em lucros cessantes. Os equipamentos, bem como os lucros cessantes decorrentes dos acontecimentos, estavam cobertos por apólice de seguro. O relato dos acontecimentos, bem como a "reclamação de prejuízos para pronto pagamento", foram protocolados junto ao IRB - Brasil Resseguros S.A., tendo sido recebido um adiantamento de R\$ 62.000 no ano de 2002.

Em 2002, uma estimativa preliminar e conservadora das indenizações relacionadas às coberturas de lucros cessantes e danos materiais, no montante total de aproximadamente R\$ 110.000, foi registrada, com base no montante dos custos fixos incorridos durante parte do período de paralisação parcial das atividades da usina e dos gastos imediatos a serem então incorridos para recuperar, provisoriamente, os equipamentos. Essa estimativa aproxima-se do valor do adiantamento recebido (R\$ 62.000) mais o montante proposto pela seguradora como complemento para quitação da indenização (R\$ 34.383). Posteriormente, novos valores foram acrescidos à discussão, como consta na contestação da controlada, embora ainda não contabilizados. Além destes valores, a Companhia incorreu em outros custos para recuperação dos danos decorrentes do acidente, além de perdas relacionadas que foram listadas em sua contestação na ação em andamento e que serão objeto de confirmação durante a instrução do processo, ocasião em que serão contabilizadas. O processo encontra-se com as perícias de engenharia e contábil em andamento, quando serão demonstrados judicialmente os valores apontados pela Gerdau Açominas S.A..

A Administração acredita, com base na opinião de seus consultores legais, que a possibilidade de que eventuais perdas decorrentes de outras contingências possam afetar o resultado das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia seja remota.

III) Ativos contingentes não contabilizados

a) Contingências tributárias

a.1) A Companhia entende como possível a realização de determinados ativos contingentes. Entre esses, destaca-se precatório expedido em 1999, em favor da controlada Gerdau S.A., pelo valor de R\$ 26.580, decorrente de Ação Ordinária proposta contra o Estado do Rio de Janeiro por descumprimento do Contrato de Mútuo de Execução Periódica em Dinheiro celebrado no âmbito do Programa Especial de Desenvolvimento Industrial - PRODI. Em face da inadimplência do Estado do Rio de Janeiro, bem como da não-regulamentação, pelo Estado, da Emenda Constitucional nº 30/00 (que concedeu ao Poder Público moratória de 10 anos para o pagamento de precatórios não-alimentares), não há expectativa de realização no ano de 2008 e seguintes, razão pela qual o crédito não está reconhecido em suas Demonstrações Financeiras.

a.2) Ainda, as controladas Gerdau S.A. e Gerdau Açominas S.A., possuem expectativa de recuperar créditos-prêmio de IPI. A Gerdau S.A. efetuou pedido administrativo de restituição, ainda pendente de julgamento. Em relação à Gerdau Açominas S.A., o pleito foi levado diretamente ao Poder Judiciário, onde houve a prolação de sentença desfavorável ao entendimento da contribuinte. Atualmente, o processo correspondente aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela empresa. A Companhia estima que o montante do crédito seja da ordem de R\$ 236.147 (consolidado). Devido à incerteza quanto à realização do crédito, este não é reconhecido contabilmente.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada abaixo:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Saldo no início do exercício	402.990	298.095
(+) Valores provisionados contra o resultado	87.855	34.860
(-) Reversão de valores contra o resultado	(42.427)	(17.946)
(+) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	311	4.037
(+) Aquisições de empresas	41.590	83.944
Saldo do final do exercício	<u>490.319</u>	<u>402.990</u>

IV) Depósitos judiciais

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

Depósitos Judiciais	2007	2006
Tributários	188.390	116.014
Trabalhistas	23.913	36.204
Outros	11.972	16.240
	<u>224.275</u>	<u>168.458</u>

NOTA 19 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	2007	2006
Mútuos ativos		
Fundação Gerdau	16.965	1.013
<i>Joint Ventures</i> América do Norte	-	1.180
Armacero Ind. Com. Ltda.	10	-
Outros	18	422
	<u>16.993</u>	<u>2.615</u>
Mútuos passivos		
<i>Joint Ventures</i> América do Norte	(499)	-
Outros	(64)	(16)
	<u>(563)</u>	<u>(16)</u>
	<u>16.430</u>	<u>2.599</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	14.800	1.825
Empréstimos e adiantamentos a diretores	2.090	2.270

b) Avals concedidos

A Companhia é avalista da controlada GTL Financial Corp., no valor de US\$ 30.000, equivalentes a R\$ 53.139 em 31/12/2007. A Companhia é, ainda, garantidora da controladora Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. em contratos no valor de R\$ 747.254. A controlada Gerdau S.A. é avalista das controladas Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. em contratos de financiamentos, nos montantes R\$ 1.176.033 e R\$ 53.563, respectivamente. A controlada Gerdau S.A. é garantidora da controlada Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú em empréstimo sindicalizado, no montante de até US\$ 150.000, equivalente a R\$ 265.695 em 31/12/2007. A controlada Gerdau S.A. concede aval em empréstimos a GTL Spain no valor de R\$ 14.139. A controlada Gerdau S.A. é avalista da controlada em conjunto Dona Francisca Energética S.A., em contratos de financiamento, no valor total de R\$ 71.546, pela quota parte correspondente de 51,82% em garantia solidária. As controladas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. são avalistas das operações de vendor da coligada Banco Gerdau S.A., no montante de R\$ 5.947, R\$ 20.726, R\$ 26.266 e R\$ 907, respectivamente. As controladas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. são garantidoras da operação de *Senior Liquidity Facility* da controlada GTL Trade Finance Inc., no valor de US\$ 400 milhões, equivalentes a R\$ 708.520 em 31/12/2007. As controladas Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Açominas Overseas, Ltd. e Gerdau Ameristeel Corporation prestam aval solidário para a subsidiária da Gerdau Ameristeel Corporation: GNA Partners em contrato de financiamento no valor de US\$ 2.750 milhões, equivalentes a R\$ 4.871.075 em 31/12/2007. As controladas Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a GTL Trade Finance

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*10 year bond*) no montante de até US\$ 1,5 bilhão, equivalentes a R\$ 2.656.950 em 31/12/2007.

c) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela taxa média ponderada de captação no mercado. Os contratos com empresas no exterior são atualizados por encargos (*Libor + 3% a.a.*) mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

d) Remuneração da Administração

A Metalúrgica Gerdau S.A. pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 67.271 em 2007 (R\$ 57.512 em 2006).

As contribuições da Metalúrgica Gerdau S.A. para os planos de pensão em 2007, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 77.665 - Plano de benefício definido e R\$ 239.219 - Plano de contribuição definido (R\$ 81.885 e R\$ 208.241 em 2006 respectivamente).

Para os administradores, a outorga de opção de compra de ações observa a seguinte distribuição:

	Opção de compras de ações							Número de ações acumuladas
	abr/03	abr/03	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	
Início do período de carência:	abr/03	abr/03	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	
Exerce a partir de:	jan/08	jan/06	jan/09	jan/10	jan/08	jan/11	jan/12	
Exerce até:	dez/12	dez/12	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	
Preço de exercício por ação (R\$):	5,31	5,31	13,56	21,16	21,16	25,72	35,00	
Totais (para conselheiros e diretores)	941.537	1.331.216	353.146	305.246	143.183	642.367	490.721	4.207.416
Opções Exercidas	-	1.331.216	-	-	-	-	-	1.331.216

NOTA 20 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2007:

	2007	2006
Ativo atuarial com plano de pensão – benefício definido	384.736	284.563
Ativo atuarial com plano de pensão – contribuição definida	43.068	34.800
Total do ativo	427.804	318.563
Passivo atuarial com plano de pensão – benefício definido	278.283	309.175
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	223.336	236.061
Outras obrigações com benefício pós-emprego	292.506	163.080
Total do passivo	794.125	708.316

a) Plano de pensão com benefício definido – pós emprego

A Companhia e outras empresas subsidiárias no Grupo, no Brasil, co-patrocinam planos de pensão de benefício definido, que cobrem substancialmente todos os seus colaboradores (“Plano Açominas” e “Plano Gerdau”).

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O Plano Açominas é administrado pela Fundação Açominas de Seguridade Social – Aços, entidade fechada de previdência complementar, e proporciona complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Unidade Ouro Branco da Gerdau Açominas S.A.. Os ativos do Plano Açominas consistem, principalmente, de investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários e imóveis.

O Plano Gerdau é administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, e proporciona complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Companhia, e das subsidiárias no Brasil. Os ativos do Plano Gerdau consistem de investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais e títulos e valores mobiliários.

Adicionalmente, as subsidiárias canadenses e americanas da Companhia patrocinam planos de benefício definido (“Plano Canadense” e “Plano Americano”) cobrindo substancialmente todos os seus colaboradores.

Os Planos Canadense e Americano são administrados por CIBC Mellon e Wells Fargo, respectivamente, e proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria aos empregados da Gerdau Ameristeel Corporation e suas subsidiárias. Os ativos dos Planos consistem de investimentos, principalmente, em títulos e valores mobiliários.

Planos brasileiros

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Custo do serviço corrente	34.595	29.181
Custo dos juros	93.225	87.904
Retorno esperado dos ativos do plano	(172.383)	(158.989)
Amortização de (ganho) perda	(443)	-
Contribuição esperada dos empregados	(5.885)	(6.208)
Benefício líquido com plano de pensão	<u>(50.891)</u>	<u>(48.112)</u>

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Total das obrigações	(1.027.239)	(910.333)
Valor justo dos ativos do plano	1.727.744	1.440.533
Saldo ativo	700.505	530.200
Perdas (ganhos) não reconhecidos	(146.948)	(48.810)
Ativo total líquido	<u>553.557</u>	<u>481.390</u>
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(170.071)	(204.331)
Ativo líquido	<u>383.486</u>	<u>277.059</u>
Ativo reconhecido	383.569	277.121
Passivo reconhecido	(83)	(62)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	910.333	778.730
Custo do serviço	34.531	29.181
Custo de juros	93.121	87.904
Pagamento de benefícios	(26.499)	(23.112)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	15.753	37.630
Obrigação de benefício no final do exercício	<u>1.027.239</u>	<u>910.333</u>

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Variação nos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.440.533	1.194.485
Retorno dos ativos do plano	172.193	158.989
Contribuições dos patrocinadores	21.704	17.523
Contribuições dos participantes	9.171	7.100
Pagamentos de benefícios	(26.499)	(23.112)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	110.642	85.548
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>1.727.744</u>	<u>1.440.533</u>

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Total das obrigações	(1.027.239)	(910.333)
Valor justo dos ativos do plano	1.727.744	1.440.533
Saldo ativo	<u>700.505</u>	<u>530.200</u>
Perdas (ganhos) nas obrigações do plano	<u>15.753</u>	<u>37.630</u>
Perdas (ganhos) nos ativos do plano	<u>110.642</u>	<u>85.548</u>

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa (custo ou despesas gerais e administrativas, conforme a alocação do colaborador), é o valor não reconhecido que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites: (a) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido e (b) 10% do valor justo dos ativos do plano. A parcela resultante será amortizada anualmente com base no tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2007 e 2006, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

	<u>Plano Gerdau</u>	<u>Plano Açominas</u>	<u>Plano América do Norte</u>
Taxa média de desconto	10,24%	10,24%	5,50% - 6,25%
Taxa de aumento da remuneração	8,16%	6,60%	2,50% - 4,50%
Taxa de retorno esperado dos ativos	10,21%	11,91%	7,00% - 8,25%
Tábua de mortalidade	AT 1983	AT-2000	RP 2000CH
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	AT-2000	RRB 1997
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e no nível salarial	Nula	Baseada na idade e no serviço (experiência do plano)

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>Plano Gerdau</u>	<u>Plano Açominas</u>	<u>Plano América do Norte</u>
Taxa média de desconto	10,24%	10,24%	5,00% - 5,75%
Taxa de aumento da remuneração	8,16%	7,64%	2,50% - 4,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos	13,52%	11,28%	7,00% - 8,40%
Tábua de mortalidade	AT 1983	AT-2000	RP 2000CH
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1944	AT-2000	RRB 1997
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e no nível salarial	Nula	Baseada na idade e no serviço (experiência do plano)

A meta de alocação prevista para 2008, está demonstrada abaixo:

	<u>Plano Gerdau</u>	<u>Plano Açominas</u>
Renda variável	30,00%	14,00%
Renda fixa	70,00%	83,50%
Imóveis	-	0,50%
Financiamentos	-	2,00%
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

A estratégia de investimento do Plano Gerdau é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas. A composição de ativos planejada é em investimentos de renda fixa e variável. A alocação prevista para renda fixa varia entre 55% e 100% e a alocação prevista para renda variável varia de 0% a 45%. As contribuições esperadas da patrocinadora para 2008 são de R\$ 3.041.

O Plano Açominas visa atingir o retorno esperado do investimento no curto e longo prazo, através da melhor relação de risco / retorno esperado. As metas de alocação pela política de investimentos são: a alocação em renda fixa entre 70% e 100%, a alocação para renda variável de 0% a 25%, a alocação em imóveis de 0% a 5% e a alocação em empréstimos de 1% a 5%. As contribuições esperadas da patrocinadora para 2008 são de R\$ 22.355.

Planos norte-americanos

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Custo do serviço corrente	46.832	47.125
Custo dos juros	63.408	62.379
Retorno esperado dos ativos do plano	(69.180)	(64.101)
Custo (benefício) líquido com plano de pensão	<u>41.060</u>	<u>45.403</u>

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Total das obrigações	(1.174.212)	(1.261.949)
Valor justo dos ativos do plano	942.420	982.491
Saldo passivo	(231.792)	(279.458)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	(45.241)	(22.213)
Passivo total líquido	<u>(277.033)</u>	<u>(301.671)</u>
Ativo reconhecido	1.167	7.442
Passivo reconhecido	(278.200)	(309.113)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	1.261.949	1.175.966
Aquisição de empresas	49.946	98.345
Custo do serviço	46.832	47.125
Custo de juros	63.408	62.379
Pagamento de benefícios	(60.413)	(45.158)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	(82.450)	29.728
Variação cambial	(105.060)	(106.436)
Obrigação de benefício no final do exercício	<u>1.174.212</u>	<u>1.261.949</u>

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Variação nos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	982.491	847.348
Aquisição de empresas	18.086	76.442
Retorno dos ativos do plano	68.768	64.101
Contribuições dos patrocinadores	64.271	66.196
Pagamentos de benefícios	(59.816)	(45.158)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	(55.537)	53.181
Variação cambial	(75.843)	(79.619)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>942.420</u>	<u>982.491</u>

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Total das obrigações	(1.174.212)	(1.261.949)
Valor justo dos ativos do plano	942.420	982.491
Saldo passivo	<u>(231.792)</u>	<u>(279.458)</u>
Perdas (ganhos) nas obrigações do plano	<u>(82.450)</u>	<u>29.728</u>
Perdas (ganhos) nos ativos do plano	<u>(55.537)</u>	<u>53.181</u>

Gerdau Ameristeel possui um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Gerdau Ameristeel Corporation. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

de fundo de pensão normalmente iria aderir. Gerdau Ameristeel contrata consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos irá considerar a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para realizar isso, a meta de alocação varia entre 65% a 75% em ações e 35% a 25% em títulos da dívida.

b) Plano de pensão com contribuição definida – pós emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil também são co-patrocinadoras de um plano de pensão com contribuições definidas, administrado pela Gerdau – Sociedade de Previdência Privada. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. A controlada no exterior Gerdau Ameristeel Corporation possui plano de contribuição definida, cujas contribuições correspondem a 50% do valor pago pelos colaboradores, limitado a 4% do salário.

A Companhia e suas controladas no Brasil mantém um plano de contribuições definidas para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. Este plano de benefícios possui um superávit atuarial formado pela parcela não integrante do saldo de conta dos participantes que perderam o vínculo empregatício com a empregadora antes da elegibilidade a um benefício pelo plano, que poderá ser utilizado para compensar contribuições futuras das patrocinadoras. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 21.413 em 2007 (R\$ 17.894 em 2006). Em 2007, o direito contabilizado como ativo referente a este plano de pensão – contribuição definida montava a R\$ 43.068 (R\$ 34.000 em 2006).

c) Plano de benefício de saúde – pós emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. A subsidiária americana tem o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Custo do serviço corrente	5.531	4.400
Custo dos juros	11.835	9.733
Custo (benefício) líquido com plano de pensão	<u>17.366</u>	<u>14.133</u>

A tabela a seguir mostra o *status* do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Total das obrigações	(223.336)	(236.061)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	2.366	461
Passivo total líquido	<u>(220.970)</u>	<u>(235.600)</u>

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Varição na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	236.061	139.641
Aquisição de empresas	-	102.676
Custo do serviço	5.531	4.400
Custo de juros	11.835	9.733
Pagamento de benefícios	(8.657)	(6.465)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	2.459	420
Varição cambial	(23.893)	(14.344)
Obrigação de benefício no final do exercício	<u>223.336</u>	<u>236.061</u>

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Varição nos ativos do plano		
Contribuições dos patrocinadores	8.657	6.465
Pagamentos de benefícios	(8.657)	(6.465)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Total das obrigações	(223.336)	(236.061)
Valor justo dos ativos do plano	2.366	461
Saldo passivo	<u>(220.970)</u>	<u>(235.600)</u>
Perdas (ganhos) nas obrigações do plano	<u>2.459</u>	<u>420</u>

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	<u>Plano América do Norte</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Taxa média de desconto	5,50% - 6,25%	5,00% - 5,75%
Tratamento de saúde – taxa assumida próximo ano	9,50% - 10,00%	8,50% - 11,00%
Tratamento de saúde – taxa assumida de declínio do custo a alcançar nos anos de 2013 a 2016 (em 31/12/2007) e de 2010 a 2013 (em 31/12/2006)	5,00% - 5,50%	5,50%

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

A Companhia estima que o saldo a pagar, por conta de indenizações para os executivos no momento de sua aposentadoria ou desligamento é de R\$ 292.506 em 2007 (R\$ 163.080 em 2006).

Os valores referem-se, substancialmente, ao *Plan Social* mantido pela Corporación Sidenor e suas subsidiárias e foi aprovado pelos representantes dos colaboradores. O plano permite o aumento da produtividade por meio da redução de postos de trabalho, possibilitada através de um plano de investimentos em melhorias tecnológicas.

O Plano também tem por objetivo promover a renovação da força de trabalho através da contratação de colaboradores mais jovens, na medida em que ocorra a aposentadoria dos colaboradores mais antigos.

Os benefícios deste plano visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 21 - MEIO AMBIENTE

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra na linha de "Outras contas a pagar no longo prazo", com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas, que montam a R\$ 56.796 em 31/12/2007, sendo R\$ 29.282 para as subsidiárias brasileiras (R\$ 29.194 em 31/12/2006) e R\$ 27.514 para as subsidiárias norte-americanas (R\$ 47.530 em 31/12/2006). No período, houve o pagamento de US\$ 7,2 milhões, pelas subsidiárias norte-americanas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTROLADORA METALÚRGICA GERDAU S.A.

a) **Capital social** – o Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 100.000.000 ações ordinárias e 200.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

Em 31/12/2007 e em 31/12/2006, estão subscritas e integralizadas 62.376.592 ações ordinárias e 124.753.184 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 3.744.000. A composição acionária está assim representada:

Ações	Composição Acionária											
	2007				2006							
	Ord.	%	Pref.	%	Total	%	Ord.	%	Pref.	%	Total	%
Indic - Ind. Adm. e Com. S.A.e controladas	37.864.849	60,7	7.896	-	37.872.745	20,2	37.864.809	60,7	7.865	-	37.872.674	20,2
Investidora institucional brasileira	6.371.661	10,2	35.932.635	28,8	42.304.296	22,6	6.099.461	9,8	40.564.174	32,5	46.663.635	24,9
Investidora institucional estrangeira	897.359	1,4	30.566.532	24,5	31.463.891	16,8	995.649	1,6	24.461.485	19,6	25.457.134	13,8
Outros acionistas	17.242.723	27,7	55.117.021	44,2	72.359.744	38,7	17.416.675	27,9	56.590.560	45,4	74.007.235	39,6
Ações em tesouraria	-	-	3.129.100	2,5	3.129.100	1,7	-	-	3.129.100	2,5	3.129.100	1,7
	62.376.592	100,0	124.753.184	100,0	187.129.776	100,0	62.376.592	100,0	124.753.184	100,0	187.129.776	100,0

As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser resgatadas, mas participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias, na distribuição de lucros.

b) **Ações em tesouraria** – a movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	2007		2006	
	Ações Preferenciais	R\$	Ações Preferenciais	R\$
Saldo inicial	3.129.100	69.861	1.447.200	34.481
Bonificação	-	-	723.600	-
Recompra	-	-	958.300	35.380
Saldo final	3.129.100	69.861	3.129.100	69.861

Do total das ações em tesouraria, 1.534.500 ações são relativas ao programa de recompra de ações, autorizado em 17/11/2003, 636.300 ações correspondem ao programa de recompra de ações, autorizado em 30/05/2005 e, 958.300 ações correspondem ao programa de recompra de ações, autorizado em 25/05/2006 para permanência em tesouraria e posterior alienação no mercado ou cancelamento. O custo médio de aquisição dessas ações é de R\$ 22,33, sendo o menor valor adquirido R\$ 15,54 e o maior valor adquirido R\$ 40,55.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) **Reserva legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

d) **Lucros acumulados e reservas** - é composto pela parcela de lucros não distribuídas aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) **Dividendos e juros sobre capital próprio** - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado apurado nos seus livros societários preparados de acordo com a prática contábeis adotadas no Brasil. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação esse valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R\$ 70.067. O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R\$ 386.401, conforme está demonstrado a seguir:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício (*)	1.062.433	1.345.474
Constituição da reserva legal	(53.122)	(67.274)
Lucro líquido ajustado	1.009.311	1.278.200

Período	Natureza	R\$ /ação	Crédito	Pagamento	Proventos no exercício	
					2007	2006
1º trimestre	Juros	0,56	14/05/2007	24/05/2007	103.041	96.179
2º trimestre	Dividendos	0,49	17/08/2007	29/08/2007	90.160	99.360
3º trimestre	Juros	0,56	21/11/2007	30/11/2007	103.040	110.400
4º trimestre	Dividendos	0,49	22/02/2008	05/03/2008	90.160	110.400
Juros sobre o capital próprio e dividendos					386.401	416.339
% juros/dividendos pagos ou creditados					38%	33%
Crédito por ação (R\$)					2,10	2,26
Ações em circulação (mil)					184.000	184.000

(*) Lucro líquido do exercício da controladora Metalúrgica Gerdau S.A. apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Vide nota explicativa nº 30.

O valor dos dividendos declarados e não pagos no exercício que superam o percentual de 30% estabelecido pelo estatuto social está sendo ajustado no montante de R\$ 83.608 (R\$ 32.879 em 2006).

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do estatuto social.

f) **Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira** - a Companhia reconhece nesta rubrica o efeito acumulado da conversão cambial das demonstrações financeiras de suas subsidiárias que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda de reporte. Tais efeitos passaram a ser reconhecidos após a data de implementação do IFRS. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 23 - LUCRO POR AÇÃO (EPS)

Conforme requerido pelo IAS nº. 33, *Earnings per Share*, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico

	2007			2006		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		
Numerador básico						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	618.543	1.206.056	1.824.599	591.320	1.159.443	1.750.763
Denominador básico						
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria.	62.376.592	121.624.084		62.376.592	122.306.284	
Lucro por ação (em R\$) – Básico	9,92	9,92		9,48	9,48	

Diluído

	2007	2006
Numerador diluído		
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias e preferenciais		
Lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais	1.206.056	1.159.443
Mais:		
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais da subsidiária Gerdau S.A..	13.800	13.204
	1.219.856	1.172.647
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	618.543	591.320
Menos:		
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias considerando o potencial incremento nas ações ordinárias da subsidiária Gerdau S.A..	(13.800)	(13.204)
	604.743	578.116
Denominador diluído		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	62.376.592	62.376.592
Ações preferenciais		
Média ponderada das ações preferenciais	121.624.084	122.306.284
Total	121.624.084	122.306.284
Lucro por ação (em R\$) – Diluído (ações ordinárias e preferenciais)	9,92	9,48

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 24 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Receita bruta de vendas	34.184.266	28.847.427
Impostos incidentes sobre vendas	(2.990.649)	(2.612.865)
Descontos	(580.089)	(350.651)
Receita líquida de vendas	<u>30.613.528</u>	<u>25.883.911</u>

NOTA 25 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição da linha de "outras receitas (despesas) operacionais, líquido" é a seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Receitas operacionais	141.006	286.208
Despesas operacionais	(298.828)	(298.299)
	<u>(157.822)</u>	<u>(12.091)</u>

As receitas operacionais incluem, principalmente, o reconhecimento de deságios amortizados decorrentes de aquisições e, também, por ganhos na recuperação de créditos tributários.

As despesas operacionais incluem, principalmente, o reconhecimento de tributos e contingências e, também, por perdas incorridas na alienação e baixas por desativação de imobilizado.

NOTA 26 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

I) Gerdau S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano previamente aprovado e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano, que consubstancia nova forma de remuneração de executivos estratégicos da Companhia, instituindo o "Programa de Incentivo de Longo Prazo". As opções devem ser exercidas em um prazo máximo de cinco anos após a carência.

a) Resumo da movimentação do plano em 2007 e 2006:

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Prazo de carência	Saldo inicial em 31/12/2006	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo final em 31/12/2007
2003	5,31	5 anos	1.209.566	-	-	(55.279)	1.154.287
2004	13,56	3 anos	10.929	-	-	(10.929)	-
2004	13,56	5 anos	706.975	-	(7.361)	(22.696)	676.918
2005	21,16	3 anos	451.923	-	(35.594)	(12.023)	404.306
2005	21,16	5 anos	620.692	-	(20.241)	(14.130)	586.321
2006	25,72	5 anos	962.949	-	(21.661)	(12.010)	929.278
2007	35,00	5 anos	-	778.239	(16.911)	(9.626)	751.702
			<u>3.963.034</u>	<u>778.239</u>	<u>(101.768)</u>	<u>(136.693)</u>	<u>4.502.812</u>

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Prazo de exercício	Saldo inicial em 01/01/2006	Registração	Extinção	Canceladas	Exercidas	Saldo final em 31/12/2006
2003	5,31	3 anos	1.269.124	396.633	-	(34)	(1.745.723)	-
2003	5,31	5 anos	815.472	415.008	-	(24)	(20.896)	1.209.544
2004	13,56	3 anos	7.259	1.440	-	-	-	10.939
2004	13,56	5 anos	482.263	343.194	-	(4.394)	(14.690)	704.973
2005	21,16	3 anos	310.885	155.432	-	(6.770)	(7.624)	451.923
2005	21,16	5 anos	424.404	213.749	-	(3.707)	(13.774)	630.692
2006	25,72	3 anos	-	-	969.468	(4.720)	(1.799)	962.949
			3.209.437	1.623.678	369.468	(19.649)	(1.823.900)	3.966.651

A Gerdau S.A. possui, em 31/12/2007, um total de 4.966.651 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento deste plano.

b) Posição do plano em 31/12/2007:

	2003	2004	2005	2006	Outorga 2007	Média
Total de opções de compra de ações outorgadas	1.154.287	674.918	990.627	929.278	751.702	-
Preço de exercício - R\$ (ajustado por bonificações)	5,31	13,56	21,16	25,72	35,00	19,21
Valor justo das opções na data da outorga - R\$ por opção (*)	2,48	5,77	5,20	8,56	15,30	6,99
Prazo médio de exercício da opção na data da outorga (anos)	4,70	5,00	5,00	5,00	4,90	4,91

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos com remuneração de empregados:

A Companhia reconhece o custo com remuneração dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas aos empregados, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. A Companhia utiliza o modelo de *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Para determinar este valor justo, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga 2007	Outorga 2006	Outorga 2005	Outorga 2004
Dividend yield	4,32%	9,99%	7,90%	7,03%
Volatilidade do preço da ação	38,72%	41,51%	39,00%	43,31%
Taxa de retorno livre de risco	12,40%	12,80%	8,38%	8,38%
Período esperado até o vencimento	4,9 anos	4,9 anos	4,7 anos	4,95 anos

A Companhia efetua a liquidação deste plano de benefício entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados.

II) Gerdau Ameristeel Corporation – (“Gerdau Ameristeel”)

A Gerdau Ameristeel Corporation e suas subsidiárias possuem planos de incentivos de longo prazo, que foram criados para premiar os colaboradores com bônus baseados no atingimento de metas relacionadas ao retorno do capital investido. Os bônus serão outorgados ao final do ano em dinheiro, direitos de apreciação de ações (*SAR's*) e/ou em opções. O pagamento da porção do bônus em dinheiro será feita em forma de ações (*phantom stock*). O número de ações será determinada pela divisão do valor do bônus em dinheiro, pelo valor de mercado da ação ordinária na data da outorga, com base no preço médio de negociação das ações ordinárias na Bolsa de Valores de Nova Iorque. *Phantom Stock* e *SAR's* são exercíveis a razão de 25% em cada um dos primeiros quatro aniversários da data de outorga. As *Phantom Stock* serão pagas em dinheiro, quando exercidas. O número de opções outorgadas aos participantes é determinado dividindo a parcela não paga em dinheiro do bônus pelo valor de mercado da ação ordinária na data da outorga. O valor das opções é determinado pelo Comitê de Recursos Humanos da Alta Administração, e é baseado no modelo *Black-Scholes* ou outro método. As opções poderão ser exercidas a razão de 25% ao ano, durante 4 anos a partir da data da outorga e prescrevem após 10 anos. O número máximo de opções que serão outorgadas com base neste plano é de 6.000.000. Um prêmio de, aproximadamente, US\$ 8,3 milhões (equivalentes a R\$ 14.702 em 2007) foi outorgado para os colaboradores em 2007 e de, aproximadamente, US\$ 6,6 milhões (equivalentes a R\$ 11.691 em 2007) foi outorgado para os colaboradores em 2006. Em 01/03/2007, foram emitidas 454.497 opções sob este plano. Estes prêmios vêm sendo provisionados de acordo com o prazo de pagamento estabelecido pelo plano.

A subsidiária Gerdau Ameristeel tem o compromisso de depositar para o seu Presidente, ao longo dos próximos 10 anos, o total de 1.749.526 ações ordinárias de sua emissão, mais os respectivos dividendos futuros, em um fundo fiduciário para

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

esse fim. A Gerdau S.A. assumiu, também, o compromisso de aportar 240.907 ações preferenciais de sua emissão neste mesmo fundo.

Durante o exercício findo em 31/12/2007, foram reconhecidos US\$ 900 mil (equivalentes a R\$ 1.594 em 2007) (US\$ 400 mil em 31/12/2006, equivalentes a R\$ 855 em 2006) relativos a custos com planos de incentivos de longo prazo, para as opções outorgadas durante 2007. O custo com planos de incentivos de longo prazo, ainda não reconhecidos, relativos a outorgas ainda no prazo de carência em 31/12/2007, era de, aproximadamente, US\$ 1,3 milhão (equivalentes a R\$ 2.303 em 2007) e o período médio de reconhecimento destes custos era de 3 anos.

A seguir apresentamos um resumo dos planos da Gerdau Ameristeel:

	2007			2006		
	Número de ações	Preço médio de exercício		Número de ações	Preço médio de exercício	
		US\$	R\$		US\$	R\$
Disponíveis no início do ano	1.418.511	5,37	9,51	2.264.576	6,42	13,73
Opções outorgadas	454.497	10,90	19,31	202.478	9,50	20,31
Opções exercidas	(360.788)	3,46	6,13	(664.203)	1,85	3,96
Opções canceladas	(25.051)	9,15	16,21	(2.840)	1,80	3,85
Opções expiradas	(199.500)	22,77	40,33	(381.500)	17,70	37,84
Disponíveis no final do ano	<u>1.287.669</u>	<u>5,92</u>	<u>10,49</u>	<u>1.418.511</u>	<u>5,37</u>	<u>11,48</u>
Ações exercíveis	<u>760.837</u>			<u>1.216.033</u>		

A tabela a seguir resume as informações sobre as opções de compra de ações da Gerdau Ameristeel disponíveis em 31/12/2007:

Preço de exercício	Quantidade disponível	Prazo médio de carência	Preço médio de exercício		Número exercível em 31/12/2007
			US\$	R\$	
US\$ 1,32 a US\$ 1,43 (R\$ 2,34 a R\$ 2,53)	170.022	3,70	1,38	2,44	170.022
US\$ 1,80 a US\$ 1,91 (R\$ 3,19 a R\$ 3,38)	353.672	3,10	1,84	3,26	353.672
US\$ 2,11 a US\$ 2,96 (R\$ 3,74 a R\$ 5,24)	182.326	1,70	2,69	4,76	182.326
US\$ 9,50 a US\$ 10,90 (R\$ 16,83 a R\$ 19,31)	569.649	8,90	10,47	18,55	42.817
US\$ 20,17 a US\$ 27,46 (R\$ 35,73 a R\$ 48,64)	12.000	0,30	22,77	40,33	12.000
	<u>1.287.669</u>				<u>760.837</u>

A subsidiária Gerdau Ameristeel utiliza o método *Black-Scholes* de precificação do valor justo das opções e direitos de apreciação de ações, reconhecendo o custo com remuneração de ações à medida que os serviços são prestados. A subsidiária utilizou as seguintes premissas econômicas para reconhecimento do valor justo destes instrumentos:

	2007	2006
Dividend yield	4,00%	0,80%
Volatilidade do preço da ação	50,50%	47,39%
Taxa de retorno livre de risco	4,51%	4,68%
Período esperado até o vencimento	6,25 anos	6,25 anos

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 27 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Comitê Executivo Gerdau, que é composto pela maioria dos executivos seniores da Companhia, é responsável pelo gerenciamento do negócio.

Os segmentos demonstrados abaixo em atendimento ao requerido pelo "IAS 14 - Apresentação de informações por segmentos", correspondem às unidades de negócio através das quais o Comitê Executivo Gerdau gerencia suas operações, e são os seguintes: Aços Longos Brasil, Aços Especiais no Brasil e na Europa, Gerdau Açominas (correspondente às operações da usina localizada em Ouro Branco, Minas Gerais), América Latina (excluindo as operações no Brasil) e América do Norte.

	Segmentos de Negócio										Eliminações e ajustes		Total Consolidado	
	Longos Brasil		Açominas Ouro Branco		Aços Especiais		América Latina ⁽¹⁾		América do Norte					
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Receita líquida de vendas	7.817.809	6.915.050	3.399.157	3.274.034	4.228.339	4.718.282	3.218.930	2.331.884	17.234.720	10.375.160	(1.342.477)	(1.424.401)	16.892.322	12.893.911
Lucro líquido acumulado ⁽²⁾	828.245	2.944.518	438.390	791.360	169.252	764.337	373.439	423.081	984.809	875.849	332.679	328.567	4.325.314	4.291.230
Despesas financeiras	287.381	154.640	327.744	297.203	323.333	256.898	17.275	84.311	809.339	266.239	(6.440)	(6.243)	1.317.294	1.332.878
Ações identificáveis ⁽³⁾	3.249.692	4.819.964	6.231.824	4.722.105	5.271.235	5.114.983	2.990.318	2.864.803	12.997.446	5.811.425	(10.754)	(450.283)	32.229.175	21.781.039
Passivos identificáveis ⁽⁴⁾	1.237.270	2.170.306	2.831.270	2.843.523	3.073.933	2.455.727	625.724	372.993	6.133.339	1.461.308	4.312.587	2.465.277	18.474.013	12.232.433

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

⁽²⁾ Lucro líquido do período antes das participações dos acionistas minoritários.

⁽³⁾ Ações identificáveis: conta a receber, empréstimos, investimentos, ações e intangíveis.

⁽⁴⁾ Passivos identificáveis: fornecedores, empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo), débitos (de curto e longo prazo).

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Longos Brasil: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis e trefilados.

Gerdau Açominas Ouro Branco: tarugos, blocos, placas, fio-máquina e perfis estruturais.

Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

Am. Latina: vergalhões, barras e trefilados.

Am. do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre-segmentos aplicáveis a Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados, é a seguinte:

	Área geográfica								Total Consolidado	
	Brasil		América Latina ⁽¹⁾		América do Norte		Europa			
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Receita líquida de vendas	12.955.757	11.209.670	3.318.930	2.333.886	11.234.720	10.175.160	3.104.121	2.165.195	30.613.528	25.883.911
Custo das vendas	(8.785.247)	(7.186.547)	(2.646.937)	(1.772.832)	(9.214.087)	(8.389.661)	(2.485.256)	(1.690.226)	(23.131.527)	(19.039.266)
Lucro bruto	4.170.510	4.023.123	671.993	561.054	2.020.633	1.785.499	618.865	474.969	7.482.001	6.844.645
Despesa com vendas	(461.690)	(463.132)	(83.751)	(64.991)	(35.246)	(5.215)	(19.570)	(24.325)	(620.267)	(558.163)
Despesas gerais e administrativas	(1.185.850)	(1.063.079)	(175.324)	(119.771)	(389.990)	(508.377)	(156.974)	(136,317)	(1.908.138)	(1.827.544)
Lucro operacional	2.344.429	2.430.784	450.108	472.501	1.604.511	1.214.744	396.726	328.818	4.795.774	4.466.847
Resultado financeiro líquido	(150.603)	646.386	(49.399)	(11.830)	(164.371)	(105.028)	(16.216)	(29.007)	(380.589)	500.501
Lucro líquido acumulado ⁽²⁾	2.600.462	2.578.959	373.439	485.481	984.809	875.850	366.404	351.040	4.325.314	4.291.330
Gastos de capital	1.700.596	1.707.905	345.965	320.464	304.474	412.887	407.199	132.252	2.758.234	2.373.508

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

⁽²⁾ Lucro líquido do período antes das participações dos acionistas minoritários.

NOTA 28 - SEGUROS (não auditada)

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

<u>Modalidade</u>	<u>Abrangência</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de material em estado de fusão).	21.332.603	18.670.241
Lucro cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	5.809.162	5.453.024
Responsabilidade civil	Operações industriais	8.857	10.690

NOTA 29 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depreciação e amortização	(1.317.298)	(1.137.071)
Despesas com pessoal	(3.384.631)	(3.011.600)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(17.024.788)	(13.739.892)
Frete	(1.433.537)	(1.233.293)
Outras despesas	(2.657.500)	(2.315.208)
	<u>(25.817.754)</u>	<u>(21.437.064)</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(23.131.527)	(19.039.266)
Despesas com vendas	(620.267)	(558.163)
Despesas gerais e administrativas	(1.908.138)	(1.827.544)
Outras despesas operacionais	(157.822)	(12.091)
	<u>(25.817.754)</u>	<u>(21.437.064)</u>

NOTA 30 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA METALÚRGICA GERDAU S.A. (NÃO REQUERIDA PELO IFRS)

Em atendimento à Instrução CVM nº 457/07, de 13/07/2007, apresentamos a reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido da controladora Gerdau S.A., apurados de acordo com a legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e patrimônio líquido e lucro líquido consolidados apurados segundo as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Patrimônio Líquido da controladora em BRGAAP	5.429.353	4.753.321
Ajustes em IFRS		
Ajuste de juros capitalizados s/imobilizado, líquido	34.415	39.701
Ajuste reversão do ativo diferido, líquido	(16.302)	(17.319)
Ajuste benefícios a empregados, líquido	89.696	57.563
Ajuste efeitos amortização/impairment de ágios, líquido	62.865	28.353
Ajuste opção de compra e/ou venda de ações, líquido	554.058	264.529
Ajuste dividendos não deliberados	83.608	32.879
Outros ajustes, líquido	21.812	7.881
	<u>830.152</u>	<u>413.587</u>
Patrimônio Líquido da controladora em IFRS	<u>6.259.505</u>	<u>5.166.908</u>
Participações dos Minoritários em IFRS	<u>10.555.649</u>	<u>9.116.434</u>
Patrimônio Líquido incluindo Minoritários em IFRS	<u>16.815.154</u>	<u>14.283.342</u>

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido da controladora em BRGAAP	1.062.433	1.345.474
Ajustes em IFRS		
Ajuste de juros capitalizados s/mobilizado, líquido	(5.286)	5.074
Ajuste de reversão do ativo diferido, líquido	1.017	(2.481)
Ajuste de benefícios a empregados, líquido	32.133	33.505
Ajuste de efeitos amortização/ <i>impairment</i> de ágios, líquido	75.709	38.206
Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações, líquido	265.782	271.790
Ajuste de reclassificação efeito conversão moeda estrangeira	373.653	120.726
Ajuste de provisão para manutenção de alto-forno, líquido	-	(15.811)
Ajuste a valor presente sobre imposto de renda diferido	-	(39.913)
Outros ajustes, líquido	19.158	(5.807)
	<u>762.166</u>	<u>405.289</u>
Lucro líquido da controladora em IFRS	<u>1.824.599</u>	<u>1.750.763</u>
Participações dos minoritários em IFRS	<u>2.500.515</u>	<u>2.540.567</u>
Lucro líquido incluindo minoritários em IFRS	<u>4.325.114</u>	<u>4.291.330</u>

NOTA 31 - EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em janeiro de 2008, a Metalúrgica Gerdau S.A., através da subsidiária Gerdau GTL Spain., adquiriu, por US\$ 107,2 milhões, o percentual de 40,2% do capital da Diaco S.A. pertencente a acionistas minoritários. Com a conclusão da operação a Metalúrgica Gerdau S.A. passou a deter, indiretamente, 98% das ações representativas do capital social da Diaco S.A..

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da
Metalúrgica Gerdau S.A.
Porto Alegre – RS

1. Examinamos o balanço patrimonial consolidado da Metalúrgica Gerdau S.A. e Controladas (“Companhia”), levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB e sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Metalúrgica Gerdau S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado consolidado de suas operações, as mutações consolidadas de seu patrimônio líquido e fluxo de caixa consolidado correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB.
4. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na Nota 30 às demonstrações financeiras consolidadas.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2008.


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RS



Fernando Carrasco
Contador
CRC nº. 1SP 157.760/T/RS

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Metalúrgica Gerdau S.A.

- 1 Examinamos o balanço patrimonial consolidado da Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas (a "Companhia") em 31 de dezembro de 2006 e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 O exame das demonstrações financeiras da joint venture Gallatin Steel Company, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América, referida na Nota 11, avaliada pelo método da equivalência patrimonial, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, e nosso relatório, no que se refere ao resultado gerado por esse investimento, correspondendo a 5,5% do lucro líquido consolidado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, e aos ativos consolidados nessa data, correspondendo a 1,1% dos ativos totais consolidados, está fundamentado exclusivamente no relatório desses outros auditores independentes. O exame das adaptações necessárias para conversão das demonstrações financeiras da Gallatin Steel Company para o IFRS, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, é de nossa responsabilidade.
- 3 O exame das demonstrações financeiras da controlada indireta Aços Villares S.A., preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, referida na Nota 4, consolidada integralmente pela Companhia, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, e nosso relatório, no que se refere às demonstrações financeiras desta controlada está fundamentado exclusivamente no relatório desses outros auditores independentes. O valor dos ativos totais e a receita de vendas geradas pela Aços Villares S.A. representavam 8,28% e 6,42%, respectivamente, sobre os respectivos saldos consolidados totais da Companhia em 31 de dezembro de 2006 e do exercício findo nessa data. O exame das adaptações necessárias para conversão do balanço patrimonial da Aços Villares S.A. para o IFRS, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, é de nossa responsabilidade.

- 4 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 5 Com base em nosso exame e nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes, somos de parecer que as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2006 e o resultado das operações, a mutação do patrimônio líquido e os fluxos de caixa consolidados da Companhia do exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS").

Porto Alegre, 8 de fevereiro de 2008



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS



Carlos Alberto de Sousa
Contador CRC 1RJ056561/O-0 "S" RS

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. e Controladas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, datado de 12 de fevereiro de 2008, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2008.

CARLOS ROBERTO SCHRODER

DOMINGOS MATIAS URROZ LOPES

ISABEL DA SILVA RAMOS KEMMELMEIER

ROBERTO FROTA DECOURT

ARTUR CESAR BRENNER PEIXOTO

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

JORGE GERDAU JOHANNPETER

Vice-Presidentes

GERMANO H. GERDAU JOHANNPETER
KLAUS GERDAU JOHANNPETER
FREDERICO C. GERDAU JOHANNPETER
CARLOS JOÃO PETRY

Conselheiros

AFFONSO CELSO PASTORE
ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE
OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO

Secretário Geral

EXPEDITO LUZ

DIRETORIA

Comitê Executivo

Diretor Presidente

ANDRÉ BIER JOHANNPETER

Diretor Geral de Operações

CLAUDIO JOHANNPETER

Diretores Vice-Presidentes Executivos

ALFREDO HUALLEM
MANOEL VITOR DE MENDONÇA FILHO
MÁRCIO PINTO RAMOS
MÁRIO LONGHI FILHO
OSVALDO BURGOS SCHIRMER
PAULO FERNANDO BINS DE VASCONCELLOS

Secretário Geral

EXPEDITO LUZ

Diretor Vice-Presidente Jurídico

EXPEDITO LUZ

Diretor

GERALDO TOFFANELLO

GERALDO TOFFANELLO
Contador CRC RS nº 31.084
CPF nº 078.257.060-72

4. ANEXOS

- Estatuto Social da Companhia em sua Versão Atualizada
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia Realizada em 3 de Março de 2008 Aprovando a Realização da Oferta
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia Realizada em 24 de Abril de 2008 Aprovando o Aumento de Capital e a Fixação do Preço de Distribuição
- Declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400
- Informações Anuais – IAN Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 (somente as informações não constantes deste Prospecto)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Estatuto Social da Companhia em sua Versão Atualizada

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

METALÚRGICA GERDAU S.A.
CNPJ nº 92.690.783/0001-09
NIRE Nº 43300001504
Companhia Aberta

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DA FORMA, DOS FINS, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DA SEDE E DO DOMICÍLIO DA SOCIEDADE

- Art. 1º - A Metalúrgica Gerdau S.A. é uma Sociedade Anônima que se regerá pelo presente Estatuto Social e disposições legais aplicáveis.
- Art. 2º - A Sociedade tem por objetivos a manufatura de pregos e produtos metalúrgicos em geral, bem como a exploração comercial de produtos de ferro, aço e outros metais e de material de construção em geral, inclusive exportação e importação de mercadorias relacionadas com as suas atividades industriais e comerciais, assistência técnica e prestação de serviços, assim como participação no capital de outras sociedades.
- Art. 3º - O prazo de duração da Sociedade será indeterminado.
- Art. 4º - A Sociedade tem sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, podendo criar e extinguir agências e filiais, no país e no exterior.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL

- Art. 5º - O capital social é de R\$ 3.744.000.000,00 (três bilhões, setecentos e quarenta e quatro milhões de reais), dividido em 62.376.592 (sessenta e dois milhões, trezentas e setenta e seis mil, quinhentos e noventa e duas) ações ordinárias e 124.753.184 (cento e vinte e quatro milhões, setecentas e cinquenta e três mil, cento e oitenta e quatro) ações preferenciais, sem valor nominal.
- § 1º - As ações da Sociedade serão da forma escritural.
- § 2º - As ações, serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, no Banco Itaú S.A., sem a emissão de certificados.
- § 3º - A Sociedade poderá cobrar o custo de transferência das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.
- § 4º - A Sociedade poderá suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, quinze dias, nem o total de noventa dias durante o ano, os serviços de transferência de ações.
- Art. 6º - As ações da sociedade, independentemente de tipo ou classe, participarão de forma idêntica nos lucros sociais e no direito de serem incluídas em eventual oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle. As ações preferenciais não terão direito de voto e não poderão ser resgatadas, tendo, além do direito antes mencionado, as seguintes preferências e vantagens:
- Direito de participar proporcionalmente do dividendo obrigatório, correspondente a, pelo menos, 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 27; e
 - Preferência no reembolso do Capital, até o valor de sua participação ideal no capital social, por eventual liquidação da Sociedade, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação ideal no capital social; o saldo restante será distribuído em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais.

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 7º - Os aumentos de Capital da Sociedade poderão compreender ações ordinárias ou preferenciais, ou somente de um tipo, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

Art. 8º - O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas, com a observância do disposto no presente estatuto, até o limite autorizado de 100.000.000 (cem milhões) ações ordinárias e 200.000.000 (duzentos milhões) ações preferenciais.

Parágrafo Único: Dentro do limite do capital autorizado, poderá o Conselho de Administração, com base em plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

Art. 9º - O direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, excluído esse quando se tratar de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou ainda, permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, hipóteses em que o Conselho de Administração assegurará aos acionistas prioridade de subscrição dos valores mobiliários, no prazo decadencial não inferior a 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - As ações novas, resultantes de aumento de capital, serão emitidas e postas à disposição dos Acionistas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da ata relativa à efetivação do respectivo aumento de Capital.

Art. 10 - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais adquirirão o direito de voto se a Sociedade, pelo prazo de 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o primeiro posterior pagamento de dividendos que a Sociedade vier a efetuar.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I - NORMAS GERAIS

Art. 11 - A Administração da Sociedade incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria.

§ 1º - A investidura de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração ou da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio, independentemente de caução.

§ 2º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral, podendo ser votada individual ou globalmente, cabendo ao Conselho de Administração, nesse último caso, deliberar sobre sua distribuição. A Assembléia poderá determinar que o Presidente e os membros do Conselho de Administração, que indicar, recebam remuneração até a que for fixada para o Diretor Presidente.

§ 3º - A posse de novos membros no Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal está condicionada à assinatura de 'Termo de Anuência dos Administradores', conforme as regras de governança corporativa do Nível I da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 12 - O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, composto de 3 (três) a 10 (dez) membros efetivos e até 10 (dez) membros suplentes, a critério da Assembléia Geral que os elege, acionistas, com mandato de 1 (um) ano, facultada a reeleição.

- § 1º - A Assembléia Geral determinará, antes da eleição dos membros do Conselho de Administração, o número de membros efetivos e o número de membros suplentes a serem eleitos. Esses números podem não coincidir. Caso eleitos, os suplentes substituirão os efetivos na ordem estabelecida pela Assembléia que os elege. O membro suplente, que exerça cumulativamente cargo de Diretor, ficará automaticamente impedido do exercício simultâneo desse cargo durante o período em que vier a substituir o membro efetivo se, pelo fato do exercício simultâneo, vier a ser excedido o limite legal da cumulação. Em caso de vacância e não havendo suplentes, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral.
- § 2º - A Assembléia Geral designará, dentre os conselheiros eleitos, um Presidente e até quatro Vice-Presidentes, que substituirão o titular de acordo com a respectiva ordem de nomeação.
- § 3º - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais e pelo menos a cada seis meses, observada a antecedência mínima de 24 horas para a primeira convocação, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, cabendo a iniciativa da convocação ao Presidente do Conselho ou a maioria dos seus membros.
- § 4º - As reuniões do Conselho de Administração considerar-se-ão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria de seus membros e em segunda convocação com qualquer número, sendo presididas pelo Presidente, na sua falta, por qualquer dos Vice-Presidentes e, na falta destes, por qualquer dos demais membros do Conselho de Administração. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, cabendo ao Presidente ou substituto o voto de qualidade, permitido a todos o voto antecipado por escrito. As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.
- § 5º - Além das atribuições decorrentes de outros preceitos do presente Estatuto ou da Lei, incumbe ao Conselho de Administração:
- (a) fixar a orientação geral dos negócios sociais;
 - (b) zelar pela integridade, valores éticos e pelo atendimento das leis e normas reguladoras as quais a Sociedade se submeta;
 - (c) aprovar o planejamento estratégico, bem como o respectivo plano de execução da Sociedade;
 - (d) supervisionar o desenvolvimento da arquitetura de gerenciamento de risco;
 - (e) aprovar os programas de expansão e de investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados;
 - (f) aprovar o orçamento de capital e as decisões individuais de investimentos relevantes;
 - (g) definir a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;
 - (h) estabelecer critérios para o controle do desempenho empresarial da Sociedade;
 - (i) elege e destituir os Diretores da Sociedade, dar-lhes substitutos em caso de vacância, fixar-lhes as atribuições e avaliar seus desempenhos;
 - (j) estabelecer a remuneração individual dos administradores da Sociedade, caso a Assembléia Geral tenha fixado montante global, e propor à Assembléia deliberar a participação dos mesmos nos lucros sociais, observado o que, a respeito, dispõem a lei e o presente estatuto;

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- (k) aprovar alterações relevantes na estrutura organizacional da Sociedade, necessárias ao suporte às estratégias definidas;
- (l) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Sociedade; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (m) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- (n) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (o) escolher e destituir os auditores independentes;
- (p) autorizar a negociação, pela Sociedade, de ações de sua própria emissão;
- (q) autorizar a emissão de títulos de crédito para distribuição pública;
- (r) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;
- (s) autorizar a participação em outras sociedades, bem assim, a formação de consórcios, “joint ventures” e alianças estratégicas, no País e no exterior;
- (t) fixar diretrizes a serem observadas pelos representantes da Sociedade em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de quotistas ou Assembléias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, “joint ventures” ou alianças estratégicas de que a Sociedade participe;
- (u) fixar periodicamente critérios de valor envolvido, tempo de duração, extensão de efeitos e outros, pelos quais determinados atos societários, inclusive empréstimos ativos ou passivos, só possam ser praticados por um ou mais dentre os membros da Diretoria, ou após sua prévia autorização ou do Comitê Executivo;
- (v) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, estabelecer ainda, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;
- (w) autorizar, enquanto não estabelecidos os critérios a que se refere a letra u supra, a tomada de empréstimos pela Sociedade, bem como a concessão de empréstimos ou outros créditos, inclusive a funcionários e membros dos órgãos sociais;
- (x) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Sociedade;
- (y) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinária não compreendido na competência privativa da Assembléia Geral.

§ 6º - O Conselho de Administração poderá atribuir a seu Presidente e ou a qualquer de seus Vice-Presidentes ou, ainda, qualquer de seus membros, que indicar, o acompanhamento sistemático dos negócios sociais, de modo a assegurar a consecução plena dos objetivos da Sociedade e o cumprimento das decisões do próprio Conselho de Administração.

§ 7º - O Conselho poderá deliberar a criação de comitês específicos, a ele vinculados, a serem integrados por um ou mais dentre os seus membros, Diretores, empregados da Sociedade, e terceiros contratados, com o fim de coordenar e ou orientar determinados processos ou operações sociais.

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

SEÇÃO III - DA DIRETORIA

Art. 13 - A Diretoria se compõe de:

- a) um Diretor Presidente;
- b) um Diretor Geral de Operações;
- c) dois a dez Diretores Vice-Presidentes; e
- d) um a quinze Diretores, sem designação especial.

§ 1º - Os Diretores, pessoas físicas residentes no País, Acionistas ou não, serão eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano.

§ 2º - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ela determinadas e, extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente, do Diretor Geral de Operações ou qualquer dos Diretores Vice-Presidentes ou, ainda, por dois dentre seus membros.

§ 3º - As reuniões da Diretoria instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio.

§ 4º - Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado. O Presidente terá, nas reuniões, o voto de qualidade, além do seu próprio.

§ 5º - Compete à Diretoria praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social e a responsabilidade pela adequada execução das deliberações dos órgãos sociais.

§ 6º - O Diretor Presidente presidirá o Comitê Executivo e será responsável pela condução geral dos negócios de acordo com os planos e programas aprovados pelo Conselho de Administração, devendo voltar-se ao direcionamento estratégico da Sociedade, pelo acompanhamento de seus resultados e pelo reporte destes ao Conselho de Administração. Nessa função será o representante da Sociedade frente aos diversos públicos e, nas responsabilidades de relacionamento e políticas institucionais, terá o apoio do Presidente do Conselho de Administração.

§ 7º - O Diretor Geral de Operações atuará em conjunto com o Diretor Presidente para o desenvolvimento e realização dos objetivos da Sociedade e exercerá a coordenação operacional dos diversos negócios, buscando maximizar sinergias e resultados, substituindo, ainda, o Diretor Presidente nas suas ausências e impedimentos.

§ 8º - Os Diretores, sem prejuízo de suas funções individuais, agirão sob orientação do Comitê Executivo, órgão de deliberação colegiada, constituído pelo Diretor Presidente, pelo Diretor Geral de Operações e pelos Diretores Vice-Presidentes para tanto especificamente designados pelo Conselho de Administração.

§ 9º - Incumbe ao Comitê Executivo elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

- (a) o planejamento estratégico e o respectivo plano de execução da Sociedade, bem como seus programas de expansão e investimentos;
- (b) o portfólio de negócios da Sociedade;
- (c) propostas de alterações relevantes na estrutura organizacional da Sociedade, necessárias ao suporte às estratégias definidas pelo Conselho de Administração.

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§ 10º - Incumbe, ainda, ao Comitê Executivo:

- (a) estabelecer as diretrizes básicas da ação executiva dos Diretores, e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas;
- (b) fixar a estrutura administrativa da Sociedade, obedecida a atribuição de funções dos Diretores;
- (c) definir e sistematizar os processos e operações, aprovar suas políticas, estratégias e diretrizes, avaliando o respectivo desempenho por seus titulares, o grau de excelência alcançado e as técnicas de gestão empregadas;
- (d) estabelecer as políticas e práticas de remuneração de recursos humanos, inclusive participação nos lucros ou resultados;
- (e) orientar e prover a capacitação e desenvolvimento profissional aos executivos estratégicos, bem como cuidar de seus planos de sucessão;
- (f) dar cumprimento às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, submetendo-lhe os resultados obtidos;
- (g) submeter ao Conselho de Administração programas de expansão ou investimentos e responder pelos respectivos resultados;
- (h) autorizar a captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, no País ou no exterior, inclusive mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, obedecidas às disposições legais pertinentes e o que, a respeito, vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração;
- (i) autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou das comunidades de que participe a Sociedade, inclusive doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais;
- (j) acompanhar e controlar as atividades das empresas coligadas e controladas da Sociedade;
- (k) instruir os representantes da Sociedade nas reuniões de grupo de controle e de quotistas e nas Assembléias Gerais das empresas coligadas e controladas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- (l) autorizar a abertura de sucursais, filiais, agências e escritórios;
- (m) promover o intercâmbio de experiências e máxima sinergia entre os processos e operações da Sociedade;
- (n) disseminar os valores e a cultura da Sociedade para todos os níveis funcionais;
- (o) zelar e responder pela imagem institucional da Sociedade;
- (p) resolver os casos omissos, desde que não compreendidos na competência da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração.

§ 11 - O Comitê Executivo reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ele determinadas e extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente, do Diretor Geral de Operações ou por dois dentre seus membros.

§ 12 - As reuniões do Comitê Executivo instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação.

§ 13 - Cada membro do Comitê terá direito, nas reuniões, a um voto, sendo que o Diretor Presidente terá o voto de qualidade, além do seu próprio.

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- § 14 - As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio. Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado.
- § 15 - O Comitê Executivo encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de suas reuniões e da Diretoria e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Sociedade.
- § 16 - Independentemente de sua participação no Comitê Executivo, cada membro do mesmo será responsável pela gestão dos processos e operações que lhe forem cometidos pelo Conselho de Administração.
- § 17 - Poderão participar do Comitê Executivo diretores de sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Sociedade que vierem a ser designados pelo Conselho de Administração, sendo-lhes vedado o exercício das prerrogativas do § 13.
- § 18 - O Comitê Executivo poderá deliberar a criação de comitês auxiliares, a serem integrados por um ou mais dentre os seus membros e ou os demais Diretores, empregados da Sociedade e terceiros contratados, para promover o intercâmbio de experiências e a máxima sinergia entre as operações da Sociedade, ou com o fito de coordenar, orientar, facilitar ou apoiar determinados processos ou operações.
- § 19 - Os Diretores, salvo casos excepcionais autorizados pelo Conselho de Administração (art.12 § 5º, s) ou pelo Comitê Executivo (§§ 8º, 11, 13 e 14), exercerão seus cargos com dedicação integral de tempo e não darão aval, fiança, nem de qualquer forma garantirão dívidas de terceiros.
- § 20 - Compete aos Diretores representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pelos órgãos sociais.
- § 21 - Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos parágrafos subseqüentes, a Sociedade se obriga validamente sempre que representada por 2 (dois) membros quaisquer da Diretoria, ou ainda, 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos.
- § 22 - Os atos para cuja prática o presente Estatuto exija autorização prévia do Conselho de Administração ou do Comitê Executivo só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição preliminar.
- § 23 - A Sociedade poderá ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria ou 1 (um) procurador, quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Sociedade, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Sociedade e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, IAPAS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outros de idêntica natureza.
- § 24 - O Conselho de Administração e o Comitê Executivo poderão autorizar a prática de atos que vinculem a Sociedade, por apenas um dos Diretores ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Sociedade a apenas um Diretor ou um procurador.
- § 25 - Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:
- (a) todas as procurações terão de ser previamente aprovadas pelo Comitê Executivo, ou, então, outorgadas, em conjunto, por dois de seus membros ou por dois Diretores pelo Comitê designados;
 - (b) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho da Administração ou do Comitê Executivo, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização;

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

(c) exceto nos casos de representação judicial ou similar, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo, todas as demais procurações serão por prazo certo, não superior a um ano, e terão poderes limitados.

§ 26 - Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Sociedade os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL

Art. 14 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e número igual de suplentes, e será instalado e eleito pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas, na forma da lei.

Parágrafo Único - Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal exercerá as atribuições e poderes conferidos pela lei e estabelecerá, por deliberação majoritária, o respectivo regimento interno.

CAPÍTULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15 - A Assembléia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste capítulo, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade, e tomar as resoluções que julgar conveniente à defesa e ao desenvolvimento da Sociedade.

Art. 16 - A Assembléia Geral será instalada por um Diretor, ou, na sua ausência, por um Acionista presente, sendo presidida e secretariada por Acionistas escolhidos na ocasião.

Art. 17 - A qualidade de Acionista deverá ser provada na forma da lei.

Art. 18 - A Sociedade poderá exigir, em prazo fixado no anúncio de convocação, o depósito de comprovante de titularidade de ações, expedido pela instituição financeira depositária das mesmas, assim como suspender, pelo mesmo período, os serviços de transferência de ações.

Art. 19 - Ressalvados os casos para os quais a lei determine "quorum" qualificado, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Art. 20 - Dos trabalhos e das deliberações da Assembléia Geral serão lavradas atas em livro próprio, com os elementos, indicações, requisitos e assinaturas exigidas em lei.

Art. 21 - A Assembléia Geral será Ordinária ou Extraordinária conforme a matéria sobre a qual versar. A Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora e instrumentadas em ata única.

Art. 22 - A Assembléia Geral Ordinária deverá se realizar no prazo da lei e terá por objeto:

- I. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- II. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- III. eleger os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- IV. aprovar a correção da expressão monetária do Capital Social contida no balanço e deliberar sobre a capitalização da respectiva reserva, na forma do artigo seguinte.

Art. 23 - A capitalização da reserva de capital correspondente à correção da expressão monetária do Capital Social, cuja deliberação compete à Assembléia Geral, será procedida com obediência aos seguintes preceitos:

- (a) a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações emitidas e com aumento do valor nominal das ações, ou mediante bonificação de ações novas, a critério da Assembléia;

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- (b) a capitalização será obrigatoriamente efetuada quanto ao excesso de valor contido na reserva em relação aos limites de lei;
- (c) a capitalização será feita em benefício tanto das ações ordinárias quanto das ações preferenciais.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO

Art. 24 - O exercício social se inicia a 1º de janeiro e se encerra a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 25 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- III. demonstração do resultado do exercício; e
- IV. demonstração das origens e aplicações de recursos.

Art. 26 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembléia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício uma parcela de ao menos cinco por cento para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios:

- (a) sua constituição não prejudicará o direito dos Acionistas preferenciais de receber o dividendo mínimo a que fizerem jus, nem prejudicará o pagamento do dividendo obrigatório previsto no artigo 27, infra;
- (b) seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso;
- (c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Sociedade, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado:
 - (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - (iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

Art. 27 - Os Acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendo, um percentual do lucro líquido, obedecido o mínimo obrigatório de 30% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes reajustes:

- (i) o acréscimo das seguintes importâncias:
 - resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
 - resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar;

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- resultantes da realização, no exercício, do aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado com reserva de reavaliação;

(ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar.

Parágrafo Único - Integram o dividendo obrigatório, o dividendo preferencial e o pago à conta de reservas de lucros preexistentes ou com base em balanços semestrais ou intermediários, a menos que doutra forma estabelecido pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Art. 28 - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria fazem jus a uma participação no lucro da Sociedade, a ser deliberada pela Assembléia, observados os limites de lei. É condição para o pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere o artigo 27, supra.

Parágrafo Único - Sempre que for levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 30% (trinta por cento) sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos do artigo 27, supra, poderá ser paga, por deliberação do Conselho de Administração, aos administradores participação no lucro semestral, “ad referendum” da Assembléia Geral.

Art. 29 - Sempre que o dividendo obrigatório for pago por conta de reservas de lucros preexistentes, parcela do lucro do exercício, equivalente ao dividendo pago, será apropriada à recomposição da reserva utilizada.

§ 1º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de reservas de lucros preexistentes, ou à conta de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intermediário.

§ 2º - A Assembléia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas constituídas em balanços semestrais ou intermediários.

§ 3º - Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Sociedade.

CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO

Art. 30 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembléia Geral, em qualquer caso, estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se em funcionamento, os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Este Estatuto contém todas as alterações até 31 de janeiro de 2008.

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia Realizada em 3 de Março de 2008
Aprovando a Realização da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

METALÚRGICA GERDAU S.A.
CNPJ Nº 92.690.783/0001-09
NIRE N 43300001504
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AV. FARRAPOS, 1.811, PORTO ALEGRE, RS, ÀS 17h30min DO DIA 03 DE MARÇO DE 2008.

1. A reunião contou a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida por Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente, e secretariada por Expedito Luz, Secretário-Geral, e, ainda, com a presença dos membros do Conselho Fiscal, Srs. Carlos Roberto Schroder, Domingos Matias Urroz Lopes, Artur Cesar Brenner Peixoto, Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier e Roberto Frota Decourt.
2. O Conselho de Administração da Sociedade, na forma do artigo 12, § 3º, e considerando o artigo 8º, do Estatuto Social, deliberou aprovar a realização de uma oferta pública de novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, no valor de até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), com a concessão de prioridade aos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 9º do referido estatuto social.

Os acionistas da Companhia terão prioridade para subscrever ações no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 9º de seu estatuto social e, ainda, conforme previsto na documentação da oferta. Os acionistas controladores da Companhia têm a intenção de exercer, integralmente, sua prioridade de subscrição de ações, bem como prioridade sobre eventuais sobras de ações ordinárias não subscritas pelos demais acionistas da Companhia.

Os demais termos e condições da referida oferta serão objeto de futura deliberação do Conselho de Administração da Companhia.
3. A operação em questão tem como objetivo adequar a estrutura de capital da Companhia, considerando as recentes aquisições realizadas e o plano de investimentos em andamento.
4. Os Conselheiros AFFONSO CELSO PASTORE, ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE e OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, enviaram por meio eletrônico suas manifestações de voto, apresentando sua concordância com as deliberações tomadas nessa reunião.
5. Nada mais foi tratado.

Porto Alegre, 03 de março de 2008.

(Ass.º) Membros do Conselho de Administração: Jorge Gerdau Johannpeter - Presidente. Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter, Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - Vice-Presidentes. André Bier Gerdau Johannpeter- Conselheiro. Expedito Luz – Secretário-Geral. Membros do Conselho Fiscal: Carlos Roberto Schroder. Domingos Matias Urroz Lopes. Artur Cesar Brenner Peixoto. Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier. Roberto Frota Decourt.

Declaração

Declaro, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da METALÚRGICA GERDAU S.A., que a presente é cópia fiel da Ata de Reunião do Conselho de Administração acima constante, que se encontra transcrita no livro próprio, e que as assinaturas supramencionadas são autênticas. Porto Alegre, 03 de março de 2008.

Jorge Gerdau Johannpeter



Estado do Rio Grande do Sul
 Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
 Junta Comercial

Junta Comercial
 Estado do Rio Grande do Sul

CARTÃO PROTOCOLO RCA 03.03.08

NOME _____
METALÚRGICA GERDAU S.A.

PROTOCOLO _____

ATO _____

<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento
<input type="checkbox"/>	Certidão
<input type="checkbox"/>	Fotocópia
<input type="checkbox"/>	Livros
<input type="checkbox"/>	Vistas

O processo do qual se tirou este documento foi tirado com a apresentação deste cartão.

preenchimento do NOME da empresa, por parte do usuário.

O prazo para cumprimento é de 30 dias, contados a partir da data da exigência, sob pena de indeferimento por decurso de prazo.

IMPRESSOS ASERJUC - CNPJ 94.694.132/0001-32 Fone:3226-6830

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia Realizada em 24 de Abril de 2008
Aprovando o Aumento de Capital e a Fixação do Preço de Distribuição

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

METALÚRGICA GERDAU S.A.
CNPJ Nº 92.690.783/0001-09
NIRE N 43300001504
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA, EXTRAORDINARIAMENTE, NO ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO, NA AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, 8.501, 8º ANDAR, ÀS 20h15min DO DIA 24 DE ABRIL DE 2008.

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida por Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente, e secretariada por Expedito Luz, Secretário-Geral.
2. O Conselho de Administração da Sociedade, por unanimidade, deliberou aprovar (i) o preço de emissão das ações preferenciais objeto da Distribuição Pública, o qual foi fixado em R\$78,35 (setenta e oito reais e trinta e cinco centavos), após (a) a efetivação dos pedidos de reserva e (b) a apuração do resultado da coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento"), realizado pelas instituições intermediárias, em consonância com o disposto no artigo 170, §1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 44 da Instrução CVM 400, sendo certo que a escolha do critério de determinação do preço por ação é justificada, pois (a) não promoverá a diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, e (b) as ações serão distribuídas por meio de distribuição pública primária, em que o valor de mercado das ações a serem vendidas foi determinado com base (i) na cotação das ações preferenciais da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo e (ii) na realização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram sua ordem de compra no contexto da Distribuição Pública. Aprovar o preço de emissão das ações ordinárias objeto da Distribuição Pública, que será o mesmo preço atribuído às ações preferenciais, conforme Parecer de Orientação CVM nº 1, de 27 de setembro de 1978, e Parecer de Orientação CVM nº 5, de 03 de dezembro de 1979; e (ii) aprovar o aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$1.374.594.808,10 (um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e oito reais e dez centavos), com a emissão de 6.432.905 (seis milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, novecentas e cinco) novas ações ordinárias e 11.111.381 (onze milhões, cento e onze mil, trezentas e oitenta e uma) novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, passando o capital social dos atuais R\$3.744.000.000,00 (três bilhões, setecentos e quarenta e quatro milhões de reais), representado por 62.376.592 (sessenta e dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal e por 124.753.184 (cento e vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e oitenta e quatro) ações preferenciais nominativas, escriturais, sem valor nominal, para R\$5.118.594.808,10 (cinco bilhões, cento e dezoito milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e oito reais e dez centavos), representado por 68.809.497 (sessenta e oito milhões, oitocentos e nove mil, quatrocentas e noventa e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal e por 135.864.565 (cento e trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, quinhentas e sessenta e cinco) ações preferenciais nominativas, escriturais, sem valor nominal, a fim de viabilizar a realização da Distribuição Primária.
3. Os Conselheiros AFFONSO CELSO PASTORE, ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE e OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, enviaram por meio eletrônico suas manifestações de voto, apresentando sua concordância com as deliberações tomadas nessa reunião.




4. Nada mais foi tratado.

São Paulo, SP, 24 de abril de 2008.

(Ass.º) Jorge Gerdau Johannpeter – Presidente. Germano Hugo Gerdau Johannpeter - Vice-Presidente. Klaus Gerdau Johannpeter - Vice-Presidente. Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - Vice-Presidente. André Bier Gerdau Johannpeter - Conselheiro. Expedito Luz – Secretário-Geral.

Declaração

Declaro, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da METALÚRGICA GERDAU S.A., que a presente é cópia fiel da Ata de Reunião do Conselho de Administração acima constante, que se encontra transcrita no livro próprio, e que as assinaturas supramencionadas são autênticas. São Paulo, SP, 24 de abril de 2008.



Jorge Gerdau Johannpeter



-
- Declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



METALÚRGICA GERDAU S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ sob o nº 92.690.783/0001-09, com sede na Avenida Farrapos, 1811, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (“Companhia”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Oferta” e “Ações”, respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), com esforços de venda simultâneos nos Estados Unidos da América, com base na *Rule 144A* do *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado (“Securities Act”) e, nos demais países, exceto no Brasil e Estados Unidos da América, com base no *Regulation S*, ambos do *Securities Act*, vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM nº 400, conforme alterada.

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

DECLARAÇÃO

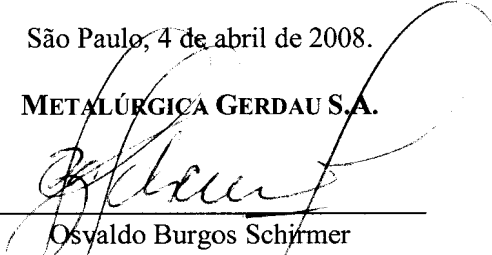
A Companhia, por seu diretor de relações com investidores e vice-presidente executivo, declara que:

- o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterà, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores, da Oferta, das Ações, e de nossa Companhia, nossas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à nossa atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- as informações por nós prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Ações e por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar, e a serem prestadas por ocasião do arquivamento do Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

- estamos cientes de que somos responsáveis pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

São Paulo, 4 de abril de 2008.

METALÚRGICA GERDAU S.A.



Osvaldo Burgos Schirmer
Diretor de Relações com Investidores e
Vice-Presidente Executivo

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº.400**

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº.3.400, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.02/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), vem, no âmbito do pedido de registro de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e ações preferenciais ("Ações Preferenciais", e quando em conjunto com Ações Ordinárias, "Ações") de emissão da **Metalúrgica Gerdau S.A.** ("Companhia"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta"), nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), conforme alterada, declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO que:

- (i) o Coordenador Líder foi assessorado por consultores legais na implementação da Oferta;
- (ii) para realização da Oferta, está sendo realizada auditoria jurídica na Companhia e em suas controladas, iniciada em fevereiro de 2008 ("Due Diligence"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública Primária de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais de emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia disponibilizou os documentos que considerou relevantes para a Oferta;
- (iv) além dos documentos a que se refere o item (iii) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (v) conforme informações prestadas pela Companhia, a Companhia disponibilizou, para análise do Coordenador Líder e dos consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vi) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar de Oferta Pública Primária de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais de emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus consultores legais.

O Coordenador Líder declara que (i) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, na sua respectiva data de publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, sobre a Oferta, as Ações, a Companhia,

suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400; e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pela Companhia, por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, e fornecidas ao mercado durante a Oferta, fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, 10 de abril de 2008.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:
Cargo:

Fernando Fontes Nunes
Diretor
Investment Banking

Nome:
Cargo:

André E. Kok Neto
Diretor
Investment Banking

-
- Informações Anuais – IAN Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 (somente as informações não constantes deste Prospecto)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 008656	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92690783000109
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
6 - NIRE 43300001504		
7 - SITE www.gerdau.com.br		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. FARRAPOS, 1811		2 - BAIRRO OU DISTRITO FLORESTA		
3 - CEP 90220-005	4 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE			5 - UF RS
6 - DDD 051	7 - TELEFONE 3323-2000	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 051	12 - FAX 3323-2281	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL inform@gerdau.com.br				

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME Tarcisio Beuren				
2 - CARGO Gerente de Relações com Investidores				
3 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Farrapos, 1811			4 - BAIRRO OU DISTRITO Floresta	
5 - CEP 90220-005	6 - MUNICÍPIO Porto Alegre			7 - UF RS
8 - DDD 051	9 - TELEFONE 3323-2703	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX
13 - DDD 051	14 - FAX 3323-2281	15 - FAX -	16 - FAX -	
17 - E-MAIL acionistas@gerdau.com.br				

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME Banco Itaú S.A.				
19 - CONTATO Gerência de Serviços de Ações				
20 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 - 9. andar			21 - BAIRRO OU DISTRITO Jabaquara	
22 - CEP 04344-902	23 - MUNICÍPIO São Paulo			24 - UF SP
25 - DDD 11	26 - TELEFONE 5029-1904	27 - TELEFONE 5029-1911	28 - TELEFONE -	29 - TELEX
30 - DDD 11	31 - FAX 5029-1917	32 - FAX -	33 - FAX -	
34 - E-MAIL				

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME OSVALDO BURGOS SCHIRMER					
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. FARRAPOS, 1811				3 - BAIRRO OU DISTRITO FLORESTA	
4 - CEP 90220-005		5 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE			6 - UF RS
7 - DDD 051	8 - TELEFONE 3323-2000	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX	
12 - DDD 051	13 - FAX 3323-2281	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL inform@gerdau.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM	18 - CPF 108.187.230-68	18 - PASSAPORTE			

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2007	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2007
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2008	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2008
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	6 - CÓDIGO CVM 00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO FERNANDO CARRASCO	8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 041.702.178-02

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO					
<input checked="" type="checkbox"/> BVBAAL	<input checked="" type="checkbox"/> BVMESB	<input checked="" type="checkbox"/> BVPR	<input checked="" type="checkbox"/> BVRJ	<input checked="" type="checkbox"/> BVST	
<input checked="" type="checkbox"/> BVES	<input checked="" type="checkbox"/> BVPP	<input checked="" type="checkbox"/> BVRG	<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA		
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa					
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional					
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 3060 - Emp. Adm. Part. - Metalurgia e Siderurgia					
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO				6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES NÃO	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Outros DESCRIÇÃO
<input type="checkbox"/> Debêntures Simples	
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 13/02/2008

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	GAZETA MERCANTIL	SP
02	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO	RS
03	JORNAL DO COMÉRC IO	RS

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 22/04/2008	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	JORGE GERDAU JOHANNPETER	000.924.790-49	26/04/2007	30/04/2008	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
02	GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER	000.924.010-15	26/04/2007	30/04/2008	2	SIM	21	Vice Presidente Cons. de Administração
03	KLAUS GERDAU JOHANNPETER	000.924.520-00	26/04/2007	30/04/2008	2	SIM	21	Vice Presidente Cons. de Administração
04	ALFREDO HUALLÉN	107.120.467-04	31/12/2007	30/04/2008	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
05	AFFONSO CELSO PASTORE	011.327.848-91	26/04/2007	30/04/2008	2	SIM	27	Conselho de Adm. Independente (Efeito)
06	OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO	037.057.307-20	26/04/2007	30/04/2008	2	NÃO	27	Conselho de Adm. Independente (Efeito)
07	ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE	334.600.437-68	26/04/2007	30/04/2008	2	SIM	27	Conselho de Adm. Independente (Efeito)
08	ANDRÉ BIER JOHANNPETER	404.841.220-53	27/04/2007	30/04/2008	1		10	Diretor Presidente / Superintendente
09	ANDRÉ BIER JOHANNPETER	404.841.220-53	14/01/2008	30/04/2008	3	SIM	33	Conselheiro(Efeito) e Dir. Presidente
10	FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER	000.915.530-91	26/04/2007	30/04/2008	2	SIM	21	Vice Presidente Cons. de Administração
11	CLAUDIO JOHANNPETER	404.840.330-34	27/04/2007	30/04/2008	1		19	Diretor Geral de Operações
12	OSVALDO BURGOS SCHIRMER	108.187.230-68	27/04/2007	30/04/2008	1		12	Diretor de Relações com Investidores
13	MÁRCIO PINTO RAMOS	404.595.350-72	27/04/2007	30/04/2008	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
14	MANOEL VITOR DE MENDONÇA FILHO	317.555.936-00	31/12/2007	30/04/2008	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
15	PAULO FERNANDO BINS DE VASCONCELLOS	012.349.000-68	27/04/2007	30/04/2008	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
16	EXPEDITO LUZ	148.672.220-20	27/04/2007	30/04/2008	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
17	GERALDO TOFFANELLO	078.257.060-72	27/04/2007	30/04/2008	1		19	Diretor
18	MÁRIO LONGHI FILHO	021.145.078-23	27/04/2007	30/04/2008	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente

- * CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
 2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
 3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

02.01.02 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL

1 - CONSELHO FISCAL INSTALADO	2 - PERMANENTE
SIM	SIM

3 - ITEM	4 - NOME DO CONSELHEIRO	5 - CPF	6 - DATA DA ELEIÇÃO	7 - PRAZO DO MANDATO	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	CARLOS ROBERTO SCHRODER	006.145.800-72	26/04/2007	A.G.O./2008	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
02	DOMINGOS MATIAS URROZ LOPES	001.608.730-53	26/04/2007	A.G.O./2008	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
03	WALTER RIES	001.599.050-87	15/06/2007	A.G.O./2008	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
04	PEDRO FLORIANO HOERDE	000.718.970-20	26/04/2007	A.G.O./2008	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
05	RUBEN ROHDE	000.377.290-04	26/04/2007	A.G.O./2008	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
07	ISABEL DA SILVA RAMOS KEIMMELMEIR	016.751.727-90	26/04/2007	A.G.O./2008	44	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
08	ROBERTO FROTA DECOURT	212.672.418-29	26/04/2007	A.G.O./2008	45	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
09	BRUNO LOWNDES DALE CABRAL DE MENEZES	055.441.107-51	26/04/2007	A.G.O./2008	47	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
10	LILIANE DE MORAES VODOPIVES CASELLI FERR	775.897.697-20	26/04/2007	A.G.O./2008	48	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
11	ARTUR CESAR BRENNER PEIXOTO	021.490.871-20	26/04/2007	A.G.O./2008	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE Pesquisa	2 - DATA DO EVENTO 31/03/2008	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 11.903	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 797	5 - ACORDO DE ACIONISTAS NÃO	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO NÃO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO						

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO SIM	10 - QUANTIDADE (Unidade) 22.832.658	11 - PERCENTUAL 36,60	12 - QUANTIDADE (Unidade) 118.533.785	13 - PERCENTUAL 95,01	14 - QUANTIDADE (Unidade) 141.366.443	15 - PERCENTUAL 75,54
TOTAL						

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL
------------	--------------------------	----------------

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS					
001	INDAC IND. ADM. E COMÉRCIO S.A.	92.690.817-0001/57	Bras.	RS			
	18.295 29,33	0	0,00	18.295	9,77	31/03/2008	
002	GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA.	87.153.730-0001/00	Bras.	RS			
	15.951 25,57	8	0,01	15.959	8,53	31/03/2008	
003	GERSUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTD	89.558.555-0001/67	Bras.	RS			
	3.619 5,80	0	0,00	3.619	1,93	31/03/2008	
997	AÇÕES EM TESOURARIA						
	0 0,00	3.129	2,51	3.129	1,67		
998	OUTROS						
	24.512 39,30	121.616	97,48	146.128	78,10		
999	TOTAL			187.130	100,00		

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA			3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL					
001	INDAC IND. ADM. E COMÉRCIO S.A.			31/03/2008					
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL			3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.			
001001	468.383.161	100,00	936.766.147	100,00	1.405.149.308	100,00	31/03/2008	Bras.	RS
001002	0	0,00	175	0,00	175	0,00		Bras.	
001999	468.383.161	100,00	936.766.322	100,00	1.405.149.483	100,00			

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
001001	CINDAC - EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A.	31/03/2008				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
001001005	STICHTING GERDAU JOHANNPETER		Holandesa			
202.154.204	100,00	0	0,00	202.154.204	100,00	31/03/2008
001001999	TOTAL					
202.154.204	100,00	0	0,00	202.154.204	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL						
001001005	STICHTING GERDAU JOHANNPETER	31/03/2008						
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.		
001001005001	GERMANO H.G. JOHANNPETER - GESTOR E BENEF	000.924.010-15	Bras.	RJ	0	25,00	0	25,00
001001005002	KLAUS G. JOHANNPETER - GESTOR E BENEF.	000.924.520-00	Bras.	RS	0	25,00	0	25,00
001001005004	FREDERICO G. JOHANNPETER - GESTOR E BENEF	000.915.530-91	Bras.	RS	0	25,00	0	25,00
001001005005	JORGE GERDAU JOHANNPETER - GESTOR E BENE	000.924.790-49	Brasileiro	RS	0	25,00	0	25,00
001001005999	TOTAL				0	100,00	0	100,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA.				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
002001	64.130.258	55,69	0	0,00	64.130.258	55,69	92.690.817-0001/57	Bras.	RS
002002	36.405.773	31,62	0	0,00	36.405.773	31,62	02.290.525-0001/34	Bras.	RS
002003	14.606.969	12,69	0	0,00	14.606.969	12,69			
002999	115.143.000	100,00	0	0,00	115.143.000	100,00			
				TOTAL					

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 002001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA INDAC IND. ADM. E COMÉRCIO S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2008
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
	12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE
		5 - UF

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00865-6	METALÚRGICA GERDAU S.A.	92.690.783/0001-09

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA			3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL					
002002	AÇOTER PARTICIPAÇÕES LTDA			31/03/2008					
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL			3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.			
002002001	17.266.860	28,61	0	0,00	17.266.860	28,61	31/03/2008	Bras.	RS
OUTROS									
002002002	4	0,00	0	0,00	4	0,00			
002002003	43.083.136	71,39	0	0,00	43.083.136	71,39	31/03/2008	Bras.	RS
TOTAL									
002002999	60.350.000	100,00	0	0,00	60.350.000	100,00			

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 002002001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA INDAC IND. ADM. E COMÉRCIO S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2008
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
	12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE
		5 - UF

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF					
002002003	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL GERSUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA								
3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2008									
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.			
002002003001	237.952.482	100,00	0	0,00	237.952.482	100,00	31/03/2008	Bras.	RS
002002003002	225	0,00	0	0,00	225	0,00			
002002003999	237.952.707	100,00	0	0,00	237.952.707	100,00			

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 002002003001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA INDAC IND. ADM. E COMÉRCIO S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2008
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
	12 - COMP. CAP. SOC.	5 - UF

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA			3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
003	GERSUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTD			31/03/2008			
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL			3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	
003006				INDAC IND. ADM. E COMÉRCIO S.A.	92.690.817-0001/57	Bras.	RS
	237.952.482	100,00	0	0,00	237.952.482	100,00	31/03/2008
003007				OUTROS			
	225	0,00	0	0,00	225	0,00	
003999				TOTAL			
	237.952.707	100,00	0	0,00	237.952.707	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 003006	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA INDAC IND. ADM. E COMÉRCIO S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2008
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
	12 - COMP. CAP. SOC.	5 - UF

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 12/04/2006

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		62.376	1.247.990	1.247.990
02	PREFERENCIAIS	ESCRITURAL		124.754	2.496.010	2.496.010
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			187.130	3.744.000	3.744.000

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL		3 - CNPJ
00865-6	METALÚRGICA GERDAU S.A.		92.690.783/0001-09

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	30/04/2002	520.454	174	Correção Monetária	0	0,0000000000
02	30/04/2002	640.000	119.546	Reserva de Capital	0	0,0000000000
03	30/04/2003	1.280.000	640.000	Reserva de Capital	20.792.198	0,0000000000
04	30/04/2004	1.664.000	384.000	Reserva de Capital	12.475	0,0000000000
05	29/04/2005	2.496.000	832.000	Reserva de Capital	41.584	0,0000000000
06	28/04/2006	3.744.000	1.248.000	Reserva de Lucro	62.377	0,0000000000

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil)
01	30/04/2003			20.792.198	41.584.396
02	30/04/2003			41.584.396	41.584
03	30/04/2004			41.584	54.059
04	30/04/2004			54.059	83.169
05	31/03/2005			83.169	124.753
06	31/03/2006			124.753	187.130

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
300.000	0	29/04/2005

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
01	ORDINÁRIAS		100.000
02	PREFERENCIAIS		200.000

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - AÇÕES EM TESOURARIA

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	3 - CLASSE	4 - REUNIÃO	5 - PRAZO PARA AQUISIÇÃO	6 - QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA (Mil)	7 - MONTANTE A SER DESEMBOLSADO (Reais Mil)	8 - QUANTIDADE JÁ ADQUIRIDA (Mil)	9 - MONTANTE JÁ DESEMBOLSADO (Reais Mil)
01	PREFERENCIAIS		17/11/2003	90 DIAS	550	0	341	0
02	PREFERENCIAIS		30/05/2005	60 DIAS	7.150	0	424	0
03	PREFERENCIAIS		25/05/2006	60 DIAS	1.500	0	958	0

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00865-6	METALÚRGICA GERDAU S.A.	92.690.783/0001-09

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
13	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/12/2003	31/12/2003	575.179	1,9400000000	ORDINÁRIA		26.891	17/02/2004
14	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/12/2003	31/12/2003	575.179	1,9400000000	PREFERENCIAL		53.516	17/02/2004
15	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/03/2004	31/12/2004	1.437.075	1,1000000000	ORDINÁRIA		15.248	18/05/2004
16	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/03/2004	31/12/2004	1.437.075	1,1000000000	PREFERENCIAL		30.120	18/05/2004
17	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/06/2004	31/12/2004	1.437.075	0,6200000000	ORDINÁRIA		17.188	17/08/2004
18	DIVIDENDO	RCA	30/06/2004	31/12/2004	1.437.075	0,4600000000	ORDINÁRIA		12.753	17/08/2004
19	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/06/2004	31/12/2004	1.437.075	0,6200000000	PREFERENCIAL		33.954	17/08/2004
20	DIVIDENDO	RCA	30/06/2004	31/12/2004	1.437.075	0,4600000000	PREFERENCIAL		25.191	17/08/2004
21	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	31/07/2004	31/12/2004	1.437.075	0,8000000000	ORDINÁRIA		22.178	17/11/2004
22	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	31/07/2004	31/12/2004	1.437.075	0,8000000000	PREFERENCIAL		43.811	17/11/2004
23	DIVIDENDO	RCA	03/11/2004	31/12/2004	1.437.075	0,9100000000	ORDINÁRIA		25.228	17/11/2004
24	DIVIDENDO	RCA	03/11/2004	31/12/2004	1.437.075	0,9100000000	PREFERENCIAL		49.835	17/11/2004
25	DIVIDENDO	RCA	01/02/2005	31/12/2004	1.437.075	1,9200000000	ORDINÁRIA		53.228	22/02/2005
26	DIVIDENDO	RCA	01/02/2005	31/12/2004	1.437.075	1,9200000000	PREFERENCIAL		105.147	22/02/2005
27	DIVIDENDO	RCA	03/05/2005	31/12/2005	1.275.584	0,7200000000	ORDINÁRIA		29.941	24/05/2005
28	DIVIDENDO	RCA	03/05/2005	31/12/2005	1.275.584	0,7200000000	PREFERENCIAL		59.145	24/05/2005
29	DIVIDENDO	RCA	03/08/2005	31/12/2005	1.275.584	0,7900000000	ORDINÁRIA		32.852	24/08/2005
30	DIVIDENDO	RCA	03/08/2005	31/12/2005	1.275.584	0,7900000000	PREFERENCIAL		64.560	24/08/2005
31	DIVIDENDO	RCA	08/11/2005	31/12/2005	1.275.584	0,7500000000	ORDINÁRIA		31.188	30/11/2005
32	DIVIDENDO	RCA	08/11/2005	31/12/2005	1.275.584	0,7500000000	PREFERENCIAL		61.291	30/11/2005
33	DIVIDENDO	RCA	08/02/2006	31/12/2005	1.275.584	0,6900000000	ORDINÁRIA		28.693	02/03/2006
34	DIVIDENDO	RCA	08/02/2006	31/12/2005	1.275.584	0,6900000000	PREFERENCIAL		56.388	02/03/2006
35	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	03/05/2006	31/12/2006	1.345.474	0,5200000000	ORDINÁRIA		32.436	25/05/2006
36	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	03/05/2006	31/12/2006	1.345.474	0,5200000000	PREFERENCIAL		63.743	25/05/2006
37	DIVIDENDO	RCA	02/08/2006	31/12/2006	1.345.474	0,5400000000	ORDINÁRIA		33.683	24/08/2006

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
38	DIVIDENDO	RCA	02/08/2006	31/12/2006	1.345.474	0,5400000000	PREFERENCIAL		65.677	24/08/2006
39	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	07/11/2006	31/12/2006	1.345.474	0,6000000000	ORDINÁRIA		37.426	30/11/2006
40	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	07/11/2006	31/12/2006	1.345.474	0,6000000000	PREFERENCIAL		72.974	30/11/2006
41	DIVIDENDO	RCA	07/02/2007	31/12/2006	1.345.474	0,6000000000	ORDINÁRIA		37.426	06/03/2007
42	DIVIDENDO	RCA	07/02/2007	31/12/2006	1.345.474	0,6000000000	PREFERENCIAL		72.974	06/03/2007
43	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	03/05/2007	31/12/2007	1.062.433	0,5600000000	ORDINÁRIA		34.931	24/05/2007
44	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	03/05/2007	31/12/2007	1.062.433	0,5600000000	PREFERENCIAL		68.109	24/05/2007
45	DIVIDENDO	RCA	08/08/2007	31/12/2007	1.062.433	0,4900000000	ORDINÁRIA		30.564	29/08/2007
46	DIVIDENDO	RCA	08/08/2007	31/12/2007	1.062.433	0,4900000000	PREFERENCIAL		59.596	29/08/2007
47	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	07/11/2007	31/12/2007	1.062.433	0,5600000000	ORDINÁRIA		34.930	30/11/2007
48	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	07/11/2007	31/12/2007	1.062.433	0,5600000000	PREFERENCIAL		68.109	30/11/2007
49	DIVIDENDO	RCA	13/02/2008	31/12/2007	1.062.433	0,4900000000	ORDINÁRIA		30.564	05/03/2008
50	DIVIDENDO	RCA	13/02/2008	31/12/2007	1.062.433	0,4900000000	PREFERENCIAL		59.596	05/03/2008

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		33,33	NÃO		PLENO	100,00		
			0,00	0,00000					
02	PREFERENCIAL		66,67	NÃO		NÃO	100,00	SIM	O DIVIDENDO MÍNIMO REFERE-SE AO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO.
	NÃO MÍNIMO		30,00	0,00000	NÃO	NÃO	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
28/12/2006	30,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	417.600	MENSAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2007

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	811	1.209	4.575
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	3.095	2.276	2.248
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	11	17	37
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	25	24	30
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	1.062.433	1.345.474	1.275.584
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	
11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	
	(Mil)				(Mil)
01	GERDAU S/A	33.611.500/0001-19	ABERTA CONTROLADA		89,57
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2007	31/12/2007		662.626
01/01/2006	31/12/2006	662.490	01/01/2005	31/12/2005	445.062

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

Na qualidade de holding a Metalúrgica Gerdau S.A. tem suas receitas provenientes de investimentos em outras sociedades.

Nossas vendas estão sujeitas a variações sazonais e estão diretamente relacionadas ao desempenho dos principais setores da economia para os quais fornecemos nossos produtos, os quais estão sujeitos a variações decorrentes de alterações no PIB dos países em que operamos. No Brasil e em outros países da América Latina, a demanda no segundo e terceiro trimestres tendem a ser maiores do que no primeiro e quatro trimestres. Na América do Norte, a demanda é influenciada pelas condições do inverno, quando o consumo de eletricidade e outras fontes de energia (como o gás natural) pode aumentar de forma exacerbadamente, contribuindo para o aumento de custos, diminuição das atividades de construção e das vendas das companhias. O terceiro trimestre na Espanha é tradicionalmente o período de férias coletivas, o que reduz as atividades nesse período para apenas dois meses.

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Placas, Blocos e Tarugos (Receita Líquida consolidada)	11,00
02	Laminados Longos Comuns (Receita Líquida consolidada)	46,00
03	Laminados especiais (Receita Líquida consolidada)	25,00
04	Trefilados (Receita Líquida consolidada)	14,00
06	Laminados planos (Receita Líquida consolidada)	4,00

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR	9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.			
01	Diversos	NÃO	0	SIM	SIM
Nenhum representa mais que 10%		NÃO LIGADO		100,00	

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

10.03 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

1- ITEM	2- ITEM	3 - NOME DO PRODUTO/ NOME DO CLIENTE	4 - % DE PARTICIPAÇÃO DO CLIENTE NA RECEITA LÍQUIDA
001		Nenhum representa mais do que 10%	
001	002	Diversos	100,00

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)
		7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)
		8 - IDADE (ANOS)
		9 - SEGURO
		10 - HIPOTECA
		11 - ALUGADA DE TERCEIROS
		12 - DATA DO CONTRATO
		13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO		

01	Administração Central	Av. Farrapos, 1811
	Porto Alegre	RS
		14.050,000
		7.435,000
		0
		SIM
		NÃO
		NÃO

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Nível 1) apresentamos, a seguir, planilhas demonstrando a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da Companhia que sejam de titularidade, direta ou indireta, do Acionista Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal e de Administração.

- POSIÇÃO EM: 31/03/08

METALÚRGICA GERDAU S/A - CNPJ n° 92.690.783/0001-09

Em unidades

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	39.490.282	63,31	3.024.990	2,42	42.515.272	22,72
Administradores						
Cons. de Administração	40.342	0,06	34.508	0,03	74.850	0,04
Diretoria	13.310	0,02	30.801	0,02	44.111	0,02
Conselho Fiscal	8.838	0,01	23.884	0,02	32.722	0,02
Ações em Tesouraria	-	-	3.129.100	2,51	3.129.100	1,67
Outros Acionistas	22.823.820	36,59	118.509.901	95,00	141.333.721	75,53
Total	62.376.592	100,00	124.753.184	100,00	187.129.776	100,00
Ações em Circulação no Mercado	22.832.658	36,80	118.533.785	95,01	141.366.443	75,54

- POSIÇÃO EM: 31/03/07

METALÚRGICA GERDAU S/A - CNPJ n° 92.690.783/0001-09

Em unidades

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	39.490.282	63,31	3.024.990	2,42	42.515.272	22,72
Administradores						
Cons. de Administração	40.342	0,06	34.508	0,03	74.850	0,04
Diretoria	13.305	0,02	30.801	0,02	44.106	0,02
Conselho Fiscal	2.934	0,00	39.418	0,03	42.352	0,02
Ações em Tesouraria	-	-	3.129.100	2,51	3.129.100	1,67
Outros Acionistas	22.829.729	36,80	118.494.367	94,98	141.324.096	75,52
Total	62.376.592	100,00	124.753.184	100,00	187.129.776	100,00
Ações em Circulação no Mercado	22.832.663	36,80	118.533.785	95,01	141.366.448	75,54

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - Informações Anuais
 Data-Base - 31/12/2007
 Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

Legislação Societária

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Nível 1) apresentamos, a seguir, planilhas demonstrando a posição acionária de todo aquele que detém mais de 5% por espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

POSIÇÃO EM 31/03/2008

METALÚRGICA GERDAU S/A - CNPJ nº 92.690.783/0001-09

Em unidades

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
INDAC - INDÚSTRIA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S/A	18.294.979	29,33	-	-	18.294.979	9,78
GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA	15.951.171	25,57	7.896	0,01	15.959.067	8,53
GERSUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	3.618.699	5,80	-	-	3.618.699	1,93
FUNDO PARTICIPAÇÃO SOCIAL FPS	1.008.891	1,62	5.000.000	4,01	8.288.391	3,21
CLUBE DE INVESTIMENTO 99	787.048	1,26	8.066.657	6,47	8.853.705	4,73
OUTROS	22.715.804	36,42	108.541.635	83,64	131.257.439	67,90
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	3.136.996	5,87	3.129.100	3,92
Total	62.376.592	100,00	124.753.184	100,00	187.129.776	100,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	0,00	0,00		0	0
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	2,30	8,90	SIM	383.918	383.918
03	OUTRAS	0,00	0,00		0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2007
Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

Legislação Societária

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : GERDAU S/A

Não se aplica, uma vez que a Gerdau S.A. é uma *holding*.

Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL GERDAU S/A

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2007
Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

Legislação Societária

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : GERDAU S/A

Não se aplica, uma vez que a Gerdau S.A. é uma holding.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2007
Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

Legislação Societária

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : GERDAU S/A

Não se aplica, uma vez que a Gerdau S.A. é uma holding.

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : GERDAU S/A

A Gerda S.A., com a integração operacional, realizada em 28 de novembro de 2003, passou a ser uma holding, cujos principais investimentos em 31 de dezembro de 2006, totalizavam R\$ 10,9 bilhões e eram os seguintes:

Gerda Açominas S.A.
Gerda Internacional Empreendimentos Ltda.
Itaguaí Com. Imp. e Export. Ltda.
Gerda Aços Longos S.A.
Gerda Aços Especiais S.A.
Gerda Comercial de Aços S.A.
Gerda América do Sul Participações S.A.
Dona Francisca Energética S.A.
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A.

Além desses investimentos, a Empresa tem aplicado suas sobras de caixa e buscado eventuais necessidades de recursos nas empresas controladas/coligadas, cujos valores são remunerados/onerados a taxas usuais do mercado financeiro em geral. Ao final do exercício de 2006, o saldo dessas transações financeiras, lançadas na rubrica "Partes Relacionadas", apresentava a seguinte situação:

Créditos: R\$ 169,0 milhões

Débitos: R\$ -

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2007
Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

Legislação Societária

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : GERDAU S/A

Não se aplica, uma vez que a Gerdau S.A. é uma *holding*.

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : GERDAU S/A

Os resultados da Gerdau S.A. são provenientes, na maior parte, dos investimentos em controladas/coligadas desde novembro de 2003.

O lucro líquido atingiu R\$ 2,3 bilhões no exercício de 2007, equivalente a R\$ 3,45 por ação. Com base nesse resultado, a remuneração aos acionistas somou R\$ 834,9 milhões (R\$ 1,26 para cada ação existente em dezembro de 2007), pagos trimestralmente. Este valor por ação representou um *dividend yield* (dividendos por ação/cotação das ações preferenciais) de 2,4%, se considerada a cotação no último dia útil de 2007. Importante lembrar que, além dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos no exercício, os acionistas ainda obtiveram uma valorização de 53,6% da cotação das ações preferenciais na Bovespa.

Período	Dividendos (R\$ milhões)	Por ação (R\$)	Quantidade de ações (milhões)	Data do pagamento
1º trimestre	225,3	0,34	662,6	24/05/07
2º trimestre	192,1	0,29	662,6	29/08/07
3º trimestre	225,3	0,34	662,6	30/11/07
4º trimestre	192,2	0,29	662,6	05/03/08
Total	834,9	1,26	662,6	

Em 31 de dezembro de 2007, o patrimônio líquido da Empresa era de R\$ 11,4 bilhões, representando um valor patrimonial de R\$ 17,23 por ação.

Em 2007, a Gerdau S.A. foi a vencedora do 11º "Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa - Troféu Transparência", referente às suas demonstrações contábeis de 2006. Foi a 8ª vez consecutiva que a Empresa foi classificada entre as dez empresas que apresentaram as melhores demonstrações financeiras e a primeira vez que recebeu o prêmio principal. Concorrem empresas sediadas em todo o território nacional, selecionadas entre as 500 maiores e melhores empresas privadas nas áreas de comércio, indústria e serviços, exceto serviços financeiros, além das 50 maiores estatais.

Na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), as ações da Gerdau S.A. (GGBR) movimentaram R\$ 18,9 bilhões em 2007, 76,6% a mais que em 2006. Foram realizados 643.965 negócios com 434,7 milhões de títulos, superando em 71,2% e 40,8%, respectivamente, os números alcançados no ano anterior. Em 2007, a média diária das negociações com ações preferenciais atingiu R\$ 70,8 milhões contra R\$ 39,2 milhões em 2006.

Com ADRs representativos das ações preferenciais (GGB), foram movimentados, na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), 550,3 milhões de títulos em 2007, 47,3% a mais que em 2006. Os recursos envolvidos nessas transações somaram US\$ 13,0 bilhões no período (+113,1%), equivalente a uma média diária de US\$ 51,8 milhões.

Na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), as negociações das ações preferenciais da Gerdau S.A. (XGGB) marcaram presença constante em seus pregões. Foi

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2007
Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

Legislação Societária

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : GERDAU S/A

transacionado 1,4 milhão de ações, movimentando recursos da ordem de € 32,4 milhões.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2007
Reapresentação por Exigência CVM N° 065/2008

Legislação Societária

00865-6 METALÚRGICA GERDAU S.A.

92.690.783/0001-09

20.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Alteração/Atualização dos Quadros 02.02; 04.02; 05.01; 09.02; 11.03; 14.03 e 17.01.

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02.01	02	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL	5
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	6
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	12
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS	13
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES	14
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	25
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	26
04	03	BONIFICAÇÃO/DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	27
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	28
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	28
05	01	AÇÕES EM TESOURARIA	29
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	30
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	32
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	32
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	33
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	33
07	03	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	34
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	35
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	39
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	50
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	51
10	02	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	52
10	03	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	53
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	54
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	56
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	62
13	01	PROPRIEDADES	68
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA	69
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	94
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	100

Reapresentação por Exigência CVM Nº 065/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00865-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL METALÚRGICA GERDAU S.A.	3 - CNPJ 92.690.783/0001-09
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	102
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	103
18	01	ESTATUTO SOCIAL	106
		GERDAU S/A	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	117
19	02	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	118
19	03	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	119
19	04	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	120
19	05	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	121
19	09	CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO	122
19	10	RELATÓRIO DE DESEMPENHO	123
20	00	INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA	125
20	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	129

EMISSORA

METALÚRGICA GERDAU S.A.

Avenida Farrapos, nº 1811
Porto Alegre – RS

COORDENADOR LÍDER DA OFERTA

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar
São Paulo – SP

JOINT BOOKRUNNER

BANCO J.P. MORGAN S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13º andar
São Paulo – SP

CONSULTOR JURÍDICO DA EMISSORA PARA DIREITO BRASILEIRO

MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 11º andar
São Paulo – SP

CONSULTOR JURÍDICO DA EMISSORA PARA DIREITO ESTRANGEIRO

GREENBERG TRAUIG, LLP

200, Park Avenue
New York – NY

CONSULTOR JURÍDICO DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA PARA DIREITO BRASILEIRO

MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
São Paulo – SP

CONSULTOR JURÍDICO DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA PARA DIREITO ESTRANGEIRO

SHEARMAN & STERLING LLP

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 17º andar
São Paulo – SP

AUDITORES EXTERNOS

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES

Avenida Carlos Gomes, nº 403, 12º andar
Porto Alegre – RS

PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Mostardeiro, nº 800, 9º andar
Porto Alegre – RS